Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.353 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024

ORÇAMENTO

Marinha afirma que cortes não comprometem Prosub

O comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, disse na segunda-feira, 29, que cortes orçamentários e redução de pessoal ligado ao Prosub, o programa de submarinos da Marinha, não comprometem o projeto, mas podem impor renegociação de contratos, onerando o custo total. Segundo Olsen, as cerca de 200 demissões em abril representam menos de 10% do pessoal envolvido no Prosub. **PÁGINA 6**

SEGURANÇA

CTIA apresentará em maio as regras para o uso da IA

PÁGINA 7

O secretário considera "viável e factível" o atingimento da meta fiscal

Ceron: Brasil não tem margem para queimar

O secretário afirmou que o governo está feliz com o resultado do trimestre, mas ainda há desafios e o país não tem margem fiscal para queimar

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, repetiu na segunda-feira, 29, que o Brasil "não tem margem para queimar" em relação ao cenário fiscal e que, apesar do resultado considerado positivo para o primeiro trimestre, é preciso ficar "muito atento" sobre a dinâmica de receitas e despesas. "Claro que demanda monitoramento e atenção. Não à toa falamos diversas vezes que o cenário ainda demanda cuidado, atenção. O País não tem margem em relação ao fiscal para queimar. Por isso, precisa, sim, continuar com muito atenção pelo lado das receitas e também pelo despesas. Precisamos seguir à risca para que processo de recuperação fiscal se intensifique". O secretário do Tesouro Nacional disse que considera "viável e factível" o atingimento da meta fiscal estabelecida para este e para os próximos anos. O governo definiu que, para 2024 e 2025, quer zerar o déficit do resultado primário. Segundo ele, para este ano, há "chance razoável de estarmos no horizonte da banda" permitida pelo arcabouço fiscal, com base no resultado do primeiro trimestre - que, no acumulado, tem superávit de R$ 19,431 bilhões. **PÁGINA 2**

RAFAH

Reuters

AO MENOS 22 PESSOAS MORRERAM EM BOMBARDEIOS DE ISRAEL EM RAFAH, NO SUL DA FAIXA DE GAZA, na madrugada de segunda-feira, 29, segundo autoridades palestinas. Seis mulheres e cinco crianças estão entre as vítimas. Os ataques desta segunda atingiram três residências familiares. O primeiro deles matou 12 pessoas, incluindo quatro irmãos de 9 a 27 anos de idade. O segundo ataque matou sete pessoas, incluindo um homem de 33 anos e o filho dele, de 5. Já a terceira ofensiva matou três irmãos, com idades entre 12 e 23 anos. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, iniciou na segunda o sétimo giro pelo Oriente Médio desde que a guerra entre Israel e o Hamas começou. No domingo, 28, o presidente americano, Joe Biden, conversou por telefone com o primeiro-ministro do Israel, Benjamin Netanyahu. **PÁGINA 5**

LUCRO

Divulgação

A CARGILL TEVE LUCRO DE R$ 2,5 BILHÕES EM 2023 no Brasil, alta de 101% ante o R$ 1,2 bilhão do ano anterior. A receita operacional líquida da empresa apresentou leve alta no País, tendo saltado de R$ 125,8 bilhões em 2022 para R$ 126,4 bilhões no ano passado. O volume total originado atingiu cerca de 51 milhões de toneladas. **PÁGINA 8**

DENGUE

Minas inaugura biofábrica do método Wolbachia

O Ministério da Saúde e o governo de Minas Gerais inauguraram na segunda-feira (29), em Belo Horizonte, a Biofábrica Wolbachia. A unidade, administrada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vai permitir ao Brasil ampliar sua capacidade de produção de uma das principais tecnologias no combate à dengue e outras arboviroses. **PÁGINA 8**

CONSCIENTIZAÇÃO

Rio quer desmistificar uso da energia nuclear

PÁGINA B40

PERSE

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O MINISTRO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, ALEXANDRE PADILHA, afirmou que o governo vai trabalhar para votar ainda nesta semana no senado o projeto de lei que reformula o Perse. Padilha reforçou que a articulação política buscará manter o acordo firmado com a Câmara em torno do texto. **PÁGINA 3**

REFORMA

O VICE-PRESIDENTE, GERALDO ALCKMIN, afirmou que seria ótimo que as mudanças da reforma tributária já fossem implementadas no ano que vem.

PÁGINA 2

IBOVESPA 127.351,79 ↑ 0,65%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
CASAS BAHIA ON NM	7.300	+34.19%	+1.860
P.ACUCAR-CBDON NM	3.01	+9.06%	+0.25
HYPERA ON EJ NM	30.08	+5.36%	+1.53
ALPARGATAS PN N1	9.77	+3.83%	+0.36
MRV ON NM	6.88	+3.15%	+0.21

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETZ ON NM	4.83	−3.98%	−0.20
3R PETROLEUMON NM	34.490	−2.43%	−0.860
ENEVA ON NM	12.62	−1.64%	−0.21
SUZANO S.A. ON NM	58.90	−1.14%	−0.68
BRASKEM PNA N1	22.38	−1.89%	−0.43

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
VALE ON NM	63.90	+1.85%	+1.16
PETROBRAS PN EDR N2	42.15	+1.79%	+0.74
ITAUUNIBANCOPN N1	31.96	−0.78%	−0.25
B3 ON NM	11.14	−0.71%	−0.08
ELETROBRAS ON ED N1	37.63	−0.19%	−0.07

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.386,09	+0,38%
S&P 500	5.116,17	+0,32%
NASDAQ	15.983,08	+0,35%
DAX 30	18.118,32	-0,24%
FTSE 100	8.147,03	+0,088%
IBEX 35	11.100,80	-0,48%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
5,114	5,115	↓ -0,03%	0,006	0,006	↓ -1,21%	5,483	5,483	↑ 0,16%	6,430	6,430	↑ 0,57%	R$ 386,27	2.335,67

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

DESAFIOS

Ceron diz que país não tem margem para queimar no cenário fiscal atual

O secretário observou que o montante de despesas gastos com a Previdência é um tema que "merece acompanhamento constante", chamando atenção ainda para o comportamento dos BPCs

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, repetiu na segunda-feira, 29, que o Brasil "não tem margem para queimar" em relação ao cenário fiscal e que, apesar do resultado considerado positivo para o primeiro trimestre, é preciso ficar "muito atento" sobre a dinâmica de receitas e despesas.

"Estamos felizes com o resultado do trimestre, mas ainda há desafios e precisamos continuar firmes", disse Ceron na entrevista coletiva de imprensa sobre os dados do Tesouro de março nesta segunda-feira. No acumulado do ano, o superávit foi de R$ 19,431 bilhões.

"Claro que demanda monitoramento e atenção. Não à toa falamos diversas vezes que o cenário ainda demanda cuidado, atenção. O País não tem margem em relação ao fiscal para queimar. Por isso, precisa, sim, continuar muito atenção pelo lado das receitas e também pelo despesas. Precisamos seguir à risca para que processo de recuperação fiscal se intensifique", disse o secretário.

O secretário do Tesouro Nacional observou que o montante de despesas gastos com a Previdência é um tema que "merece acompanhamento constante", chamando atenção ainda para o comportamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

No caso desse último, a alta real foi de 18,5%. Nos benefícios previdenciários, o crescimento foi de 6%. No acumulado do ano, os benefícios previdenciários avançaram 5,3%, e o BPC, 17,2%.

"No acumulado do ano, o resultado de despesas foi muito influenciado pelo pagamento de precatórios, mas tem itens, como benefício previdenciário crescendo, o que motiva sinal de alerta e rigor sobre esse item de despesa, e benefício de prestação continuada, mostrando dinâmica relevante que merece atenção", disse Ceron.

O secretário do Tesouro Nacional disse que considera "viável e factível" o atingimento da meta fiscal estabelecida para este e para os próximos anos. O governo definiu que, para 2024 e 2025, quer zerar o déficit do resultado primário.

Segundo ele, para este ano, há "chance razoável de estarmos no horizonte da banda" permitida pelo arcabouço fiscal, com base no resultado do primeiro trimestre - que, no acumulado, tem superávit de R$ 19,431 bilhões.

"Não estamos longe de um patamar para ficar dentro das metas estabelecidas, mas não podemos perder o foco. Estamos muito próximos e entendo hoje ser viável e factível o atingimento da meta estabelecida para 2024 e para outros anos", disse o secretário.

Ceron avaliou também que as receitas têm bom desempenho, embora não haja espaço para "relaxamento" por parte do governo no acompanhamento desse número.

"Vamos acompanhar o que acontecerá em abril e maio", afirmou o secretário, lembrando que outras medidas podem ser anunciadas pela Fazenda para compensar eventuais frustrações pelo lado das receitas. "Boa notícia é que receita está performando bem, mas não há nenhum espaço para relaxamento", respondeu Ceron ao ser questionado sobre a expectativa do governo sobre a dinâmica da arrecadação nos próximos meses.

Ele ainda apontou que a discrepância entre o resultado obtido pelo Tesouro no mês de março, de déficit de R$ 1,527 bilhão, e a mediada esperada pelo mercado - de superávit de R$ 1,4 bilhão está "dentro da margem".

O secretário disse ainda que, por orientação da Polícia Federal, não pode neste momento dar mais detalhes sobre as invasões ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), mas afirmou que todos os órgãos responsáveis estão "atuando com diligência".

Ele ainda explicou que continua válida a medida que exige a certificação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para a autorização de pagamentos, e que, pela razão de algumas unidades terem tido de buscar esse certificado, houve algum transtorno operacional, que classificou como "plenamente justificável".

"Atualmente o nível de segurança de fato exige a certificação digital emitida pelo Serpro, por questão de prudência, tem se mostrado correta. E quanto a questões de transtornos operacionais, há algumas unidades de execução, que não tinham esse certificado, tiveram de tirar, há um processo, algum transtorno operacional, mas plenamente justificável. Tão logo possamos, traremos detalhes", afirmou Ceron em coletiva sobre os dados do Tesouro de março.

José Cruz - Agência Brasil

Ceron: "claro que demanda monitoramento e atenção. O país não tem margem em relação ao fiscal para queimar. Por isso, precisa, sim, continuar com atenção"

GRADUALISMO

Alckmin diz que é melhor ter uma reforma tributária em seis anos do que não fazer

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que seria ótimo que as mudanças da reforma tributária já fossem implementadas no ano que vem, mas que é melhor que ela seja feita em seis anos do que não ocorrer. "Tudo que é difícil e complexo, o caminho é o gradualismo", disse. "É melhor fazer de maneira gradual do que não fazer."

O ministro disse que é um entusiasta da reforma tributária e destacou que, entre as inovações, ela trará aumento da transparência.

Alckmin afirmou que o sistema atual está lotado de "impostos invisíveis." "Vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, vai ficar a mostra o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do nosso País", disse.

O vice-presidente defendeu que a reforma vai trazer eficiência econômica, e enumerou que em 15 anos ela pode aumentar o PIB em 12%, o investimento em 20%, a exportação em 12% e a indústria em 17%.

Alckmin participou de seminário sobre a reforma tributária promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ele destacou a importância da transparência, já que muitos dos impostos são invisíveis e ressaltou que os Estados Unidos têm menos de 25% de tributo sobre consumo, enquanto o Brasil tem quase 50%. "Com a reforma, vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do país. Tira a competitividade, onera, dificulta o consumo", afirmou.

Para Alckmin, a carga tributária atual é regressiva, porque o milionário e aquele que ganha um salário mínimo pagam a mesma alíquota. Além disso, há a má alocação de investimento. "Eu fui governador, e ninguém dizia que ia levar a indústria para outro lugar porque havia ciência e tecnologia, educação, logística melhores. Tudo artifício tributário: 'eu vou levar para lá porque me devolvem o imposto, tudo artifício tributário'".

Segundo o vice-presidente e ministro, com a reforma, isso será 90% resolvido, porque o tributo deixará de ser pago na origem para ser pago no destino, reduzindo drasticamente a guerra fiscal, a complexidade e a litigiosidade.

Ele também elogiou a iniciativa da Fiesp com a criação do Observatório Tributário, lançado no evento. Segundo o presidente da Fiesp, Josué Gomes, o objetivo é trazer informações tecnicamente produzidas a respeito do que se passa na tributação.

Também presente no evento, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, avaliou que a redução da carga tributária virá com o tempo, com a eficiência e a transparência da nova reforma tributária. "Os cidadãos vão se conscientizar que as isenções fiscais geram aumento de alíquota que todos precisam pagar", pontuou.

Dantas frisou, no entanto, que não é necessário reduzir a carga tributária para melhorar a eficiência da reforma, embora seja desejável.

O presidente do TCU ressaltou a previsão de revisões a cada cinco anos das isenções e regimes diferenciados, e disse que, a partir de estudos, elas vão permitir ao Congresso rever isenções fiscais ineficientes.

"É uma decisão crucial que precisa apontar para o nosso futuro", disse. "A isenção tributária precisa necessariamente estar vinculada à política pública", afirmou Dantas, que defendeu que o País se concentre em apoiar isenções que podem aumentar a produtividade, as que beneficiam a ciência, inovação e tecnologia.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

BENEFÍCIO

Governo trabalhará para votar Perse no Senado nesta semana

O ministro afirmou que o acordo aprovado sobre o Perse na Câmara na semana passada foi muito positivo e agora buscará confirmar este acordo no Senado

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na segunda-feira, 29, que o governo vai trabalhar para votar ainda nesta semana no Senado o projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Padilha reforçou que a articulação política buscará manter o acordo firmado com a Câmara em torno do texto.

"O acordo aprovado sobre Perse na Câmara (na semana passada) foi muito positivo. Vamos buscar confirmar este acordo no Senado. Nossa prioridade é buscar e votar essa semana no Senado baseado naquele mesmo relatório aprovado na Câmara", disse Padilha após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes governistas para tratar sobre as pautas prioritárias do Poder Executivo que tramitam no Congresso.

A relatora do Perse no Senado, Daniella Ribeiro (PSD-PB), vai propor uma alteração no relatório e incluirá a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões dos benefícios até o fim de 2026. A mudança no texto deve aumentar o impacto fiscal dos incentivos tributários, em um revés para a equipe econômica.

Padilha afirmou que, após a aprovação do Perse no Senado, o governo vai trabalhar para votar na Câmara, já na semana que vem, a medida provisória que limita as compensações tributárias, um dos projetos que faz parte da agenda arrecadatória da Fazenda. Por causa do feriado do dia 1º de maio, os deputados devem voltar a Brasília apenas na próxima semana.

Nesta semana, apenas o Senado fará sessões em comissões e no plenário. Padilha reforçou que a expectativa é de que seja votado na terça-feira na Comissão de Constituição (CCJ) da Casa o projeto de lei do DPVAT que inclui uma alteração no arcabouço fiscal. O texto já aprovado na Câmara permite ao governo antecipar cerca de R$ 15 bilhões em despesas diante do crescimento além do esperado da arrecadação no primeiro bimestre do ano.

Padilha reforçou que, cerca de metade dos projetos prioritários para ano já foram votados pela Câmara ou pelo Senado.

O ministro de Relações Institucionais buscou minimizar o embate protagonizado entre o Congresso e o governo após a União questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) o benefício previdenciário concedido pelo Legislativo para as prefeituras e setores da economia. Ele disse ser natural que o chefe da equipe econômica defenda a sustentabilidade das contas públicas, assim como é natural, segundo ele, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), saia em defesa das decisões tomadas pelos parlamentares.

"É para isso que existe também a autonomia entre os Poderes. Agora, todos eles são regidos por uma constituição. E temos o STF com o papel de interpretar a Constituição", disse Padilha, afirmando ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não terá nenhuma "grama de atitude que afronte" outros Poderes.

O clima entre o Congresso e o governo esquentou após a ação apresentada no STF na semana passada, pedindo que a Corte considere inconstitucionais as desonerações previdenciárias aprovadas pelo Parlamento. Na sexta-feira, 26, Pacheco disse ter ficado "perplexo" com a atitude do governo, e recorreu da decisão do ministro Cristiano Zanin, que suspendeu os benefícios.

"Desde o começo o governo sinalizava que as desonerações eram inconstitucionais. Acho natural a ação da Fazenda e da AGU no STF, como considero natural reação do Parlamento", disse Padilha, que acrescentou ainda que o governo trabalha para que os projetos de interesse do Executivo sejam mantidos na pauta do Senado.

A declaração foi dada após ser questionado se os recentes acontecimentos iriam atrapalhar a agenda do Planalto na Casa. "Projetos do governo estão na pauta do Senado e governo vai trabalhar pra que sejam mantidos (...) Tenho certeza que Congresso continuará ajudando na pauta fiscal", afirmou o ministro.

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Padilha afirmou que o governo vai trabalhar para votar na Câmara, já na semana que vem, a medida provisória que limita as compensações tributárias

INCENTIVOS

Relatora do Perse no Senado quer elevar custo do benefício tributário

A relatora no Senado do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Daniella Ribeiro (PSD-PB), afirma que vai incluir a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões do programa até o fim de 2026. A mudança no texto deve aumentar o impacto fiscal dos incentivos tributários, em um revés para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A correção pela inflação estava no parecer da relatora na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), mas foi retirada de última hora, pouco antes da votação no plenário da Casa, que ocorreu de forma simbólica na última terça-feira, 23.

Ribeiro também deseja impedir que empresas com liminares favoráveis na Justiça tenham acesso aos benefícios. A ideia é que somente façam parte do programa as companhias incluídas na lista de setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) prevista na lei e que tenham decisão judicial transitada em julgado, ou seja, definitiva.

O texto aprovado na Câmara prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para 7, mas foi vencida.

Na segunda-feira, 29, Daniella se reuniu com representantes dos setores beneficiados pelo Perse para discutir outros pontos do projeto. A expectativa é que a votação do relatório no Senado ocorra ainda esta semana, em sessão semipresencial.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que o texto irá diretamente ao plenário, com urgência, sem passar por comissões. Caso as mudanças sejam aprovadas, a proposta retorna para nova análise da Câmara.

O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia de covid-19, para socorrer empresas de eventos com dificuldades financeiras, em razão da interrupção de atividades durante a quarentena.

O governo tentou extinguir os benefícios, alegando que as empresas já se recuperaram do período de baixa, mas enfrentou resistência do Congresso, que decidiu dar um fim gradual aos incentivos.

Durante as negociações, porém, por pressão do Ministério da Fazenda, a Câmara concordou em limitar os custos do Perse em R$ 15 bilhões até 2026.

Haddad, no entanto, enfrenta um novo desgaste com o Parlamento, ainda mais intenso com Rodrigo Pacheco, desde que o governo ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) anulando os efeitos da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia e para os municípios.

Na sexta-feira, 26, Pacheco informou que o Senado apresentou recurso ao STF e disse que havia recebido a ação do governo com "perplexidade" - a prorrogação da desoneração da folha foi aprovada pelo Congresso com ampla maioria nas duas Casas. Mas o governo alega que não há previsão orçamentária para a despesa.

No sábado, 27, após a Folha de S.Paulo publicar uma entrevista em que Haddad cobra responsabilidade fiscal do Congresso, Pacheco emitiu uma nota em que afirma que o compromisso com as contas públicas não significa uma "adesão integral ao Executivo". Ele cobrou ainda ações do governo no sentido de reduzir despesas, sem ampliar a arrecadação.

Depois de ter conseguido aprovar, no ano passado, medidas como a tributação dos fundos dos super-ricos e em paraísos fiscais, o chefe da equipe econômica tem encontrado mais resistência para avançar com a agenda arrecadatória no Parlamento neste ano.

Edilson Rodrigues - Agência Senado

Daniella Ribeiro afirma que vai incluir a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões do programa

RAÇÕES

Zoetis vende para Phibro portfólio de aditivos

A Zoetis, considerada líder mundial em saúde animal, anunciou que vai vender para a Phibro Animal Health, o portfólio de produtos aditivos para rações (MFA, na sigla em inglês), solúveis em água, por US$ 350 milhões, sujeitos aos ajustes de fechamento de negócio habituais. Espera-se que esta transação seja concluída no segundo semestre deste ano, informa Zoetis, em comunicado.

Segundo a Zoetis, o portfólio de produtos adquirido, que proporcionou aproximadamente US$ 400 milhões em receitas em 2023, é composto por mais de 37 linhas de produtos que são vendidas em aproximadamente 80 países. Também estão incluídos no acordo seis unidades de produção (quatro nos EUA, uma na Itália e uma na China). Espera-se que mais de 300 trabalhadores da Zoetis que apoiam atividades comerciais, de fabricação e distribuição façam a transição para a Phibro Animal Health.

O forte portfólio de MFA e produtos solúveis em água da Zoetis para bovinos, suínos e aves complementará e expandirá os portfólios de espécies e produtos da Phibro Animal Health, disse a Zoetis.

Em uma base combinada para a aquisição, as vendas da Phibro nos últimos 12 meses teriam sido de aproximadamente US$ 1,4 bilhão. Espera-se que o portfólio aumente a lucratividade e a margem Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Phibro e aumente seu lucro por ação ajustado. Espera-se que a aquisição seja financiada principalmente com dívida, e a Phibro recebeu compromissos de financiamento de vários bancos importantes de relacionamento. A Phibro Animal espera ter uma alavancagem líquida de 3,5-4,0x Dívida/Ebitda Ajustado no fechamento e terá como meta uma alavancagem líquida abaixo de 3,0x até o final do ano fiscal em 30 de junho de 2027.

Esta transação demonstra a estratégia disciplinada de alocação de capital da Zoetis para concentrar seus investimentos em soluções para saúde animal, produtividade e sustentabilidade. Com este desinvestimento, a Zoetis pode concentrar os seus investimentos pecuários noutras soluções, incluindo programas de vacinas, biológicos e genéticos.

"Continuamos comprometidos em fornecer soluções inovadoras aos nossos clientes pecuários", disse Kristin Peck, CEO da Zoetis. "Acreditamos que o valor de longo prazo do portfólio transferido será totalmente realizado com a Phibro Animal Health, que continuará a expandir seu alcance devido ao seu forte relacionamento com clientes em todo o mundo."

O presidente e CEO da Phibro Animal Health, Jack C. Bendheim, disse que durante um longo período de tempo, a Zoetis construiu uma fonte valiosa, confiável e de alta qualidade de aditivos medicamentosos para rações em todo o mundo. "Este investimento irá melhorar, diversificar e ampliar o nosso portfólio globalmente e ajudar-nos a continuar a entregar valor aos nossos clientes e aos nossos acionistas. Acreditamos que nossa geração de caixa permitirá investimentos contínuos em nossos negócios de maior crescimento de Especialidades Nutricionais, Animais de Companhia e Vacinas. Estou confiante de que temos as capacidades certas para integrar e fortalecer este negócio. Estou ansioso para colaborar com a equipe Zoetis e receber novos colegas na Phibro Animal Health para apoiar este portfólio."

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

VENDAS DISPARAM

Lucro da BYD atinge US$ 630 milhões

A receita aumentou 4%, para 124,9 bilhões de yuans, apesar dos cortes de preços ao longo do trimestre

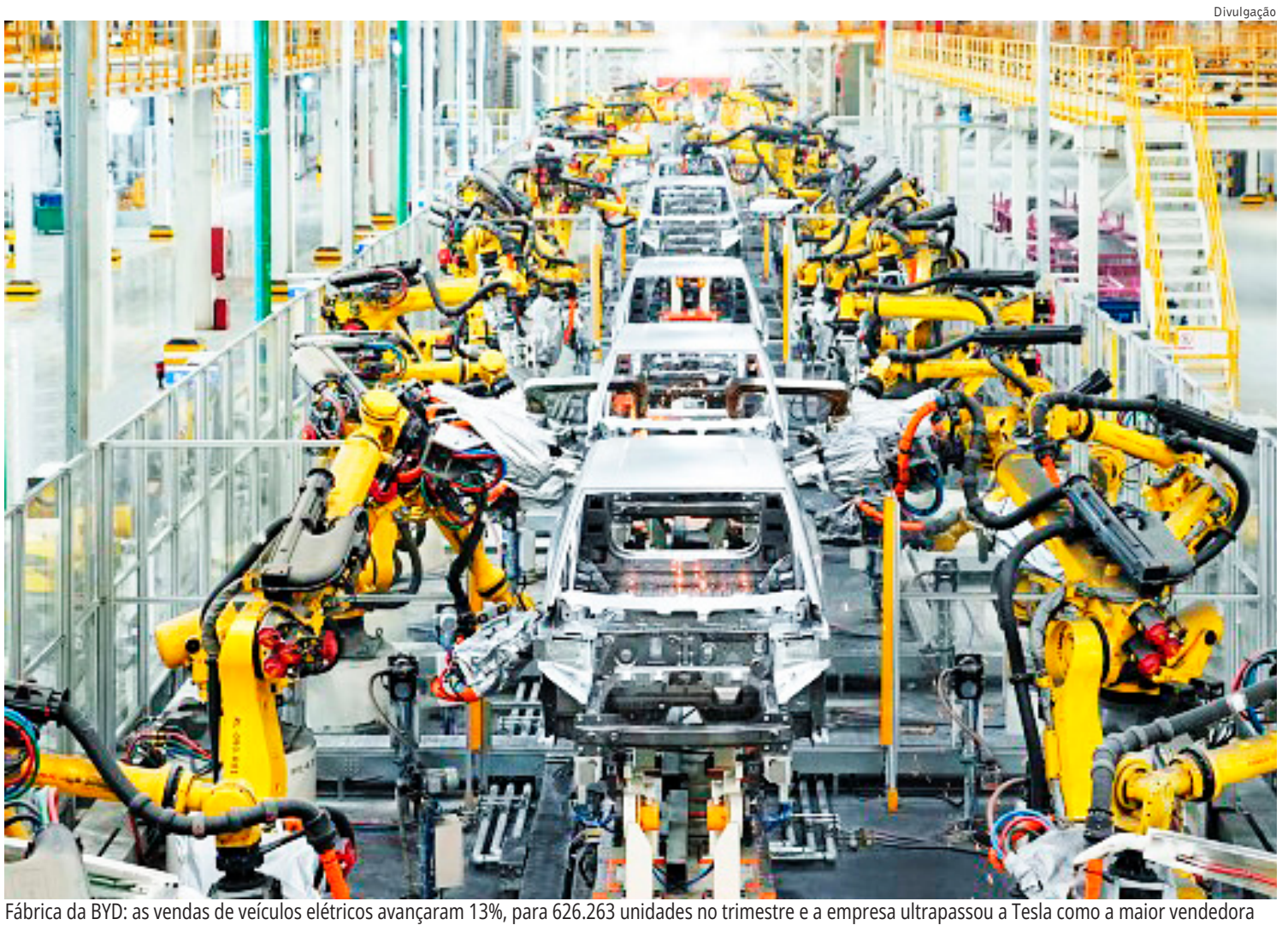
A BYD registrou lucro maior no primeiro trimestre de 2024, à medida que o aumento nas vendas de seus populares veículos elétricos ajudou a compensar os efeitos da intensificação da guerra de preços na China. O lucro líquido da montadora aumentou 11% em relação a igual período do ano passado, para 4,57 bilhões de yuans (US$ 630,7 milhões) no primeiro trimestre, informou a empresa na segunda-feira.

Analistas, no entanto, esperavam lucro um pouco maior, de 4,753 bilhões de yuans (US$ 657 milhões). A receita aumentou 4% na mesma comparação, para 124,94 bilhões de yuans, apesar dos cortes de preços ao longo do trimestre por parte das montadoras, incluindo a BYD e a concorrente americana Tesla, em meio à desaceleração da demanda.

As vendas de veículos elétricos e híbridos da BYD avançaram 13%, para 626.263 unidades no trimestre. A BYD, que ultrapassou a Tesla como a maior vendedora de veículos elétricos do mundo no último trimestre de 2023, registrou um aumento de 70% nas despesas de pesquisa e desenvolvimento, para 10,61 bilhões de yuans, devido em parte a um ajuste na remuneração dos funcionários.

A BYD concluiu 2023 com volume de vendas recorde, que supera a meta de vendas anuais de 3 milhões e se torna a campeã global de vendas de veículos de nova energia (NEV), pelo segundo ano consecutivo. Este ano também marca a inclusão da BYD entre as 10 maiores vendas globais de automóveis pela primeira vez. No mercado chinês, a BYD manteve a sua posição como marca e fabricante de automóveis mais vendidos.

Divulgação



Fábrica da BYD: as vendas de veículos elétricos avançaram 13%, para 626.263 unidades no trimestre e a empresa ultrapassou a Tesla como a maior vendedora

Dezembro registou vendas de 341.043 unidades, um aumento de 45%, culminando num total de 3.024.417 veículos vendidos ao longo do ano, um aumento substancial de 61,9% em relação ao ano anterior.

Em 2023, a presença da BYD no mercado internacional aumentou notavelmente, com as exportações crescendo 334,2%, para 242.765 unidades, e seu alcance em mais de 70 países em seis continentes. Com a capacidade tecnológica e o compromisso da BYD em fornecer aos consumidores globais soluções de mobilidade mais ecológicas e eficientes, juntamente com o apoio de parceiros globais de primeira linha, a tecnologia e os produtos da BYD foram favorecidos por numerosos consumidores globais e receberam uma infinidade de reconhecimentos de produtos.

Em 2023, a BYD completou sua matriz de marca, incluindo as séries Dynasty, Ocean, DENZA, FANGCHENGBAO e YANGWANG. Este desenvolvimento solidifica a posição da BYD como tendo um dos portfólios mais extensos no setor global de novas energias.

As séries Dynasty e Ocean alcançaram vendas de 2.877.353 unidades, marcando um aumento de 55,3% em relação ao ano anterior. A DENZA vendeu 127.840 unidades em 2023, com o DENZA D9 emergindo como o campeão anual de vendas de MPV. Além disso, o próximo OTA para DENZA N7 deverá mostrar a posição de liderança da BYD em tecnologia de veículos inteligentes.

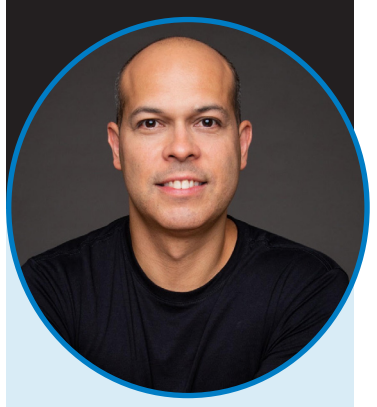
YANGWANG e FANGCHENGBAO, ambos lançados em 2023 e com entregas iniciadas em novembro, receberam excelentes respostas do mercado. O YANGWANG U8 emergiu como um campeão de vendas no segmento NEV de um milhão de níveis, enquanto o BAO 5 estabeleceu uma forte posição no segmento off-road.

De líder no mercado de NEV da China a se tornar o maior vendedor global de NEV, e agora classificada entre os dez primeiros na indústria automotiva global, a BYD demonstrou o vasto potencial do novo setor de energia. Com o compromisso de alavancar "inovações tecnológicas para uma vida melhor", a BYD continuará a acelerar a transição para um futuro mais verde e a contribuir para a sua visão de "Resfriar a Terra em 1°C".

TECNOLOGIA

DESEMPREGO VERSUS DEMANDA EM TECH: O DESAFIO DE PREENCHER VAGAS QUALIFICADAS E O IMPACTO NO SETOR DE TECNOLOGIA NO BRASIL

por
Edgar Crespo



ENQUANTO O BRASIL continua enfrentando desafios na economia, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em fevereiro se manteve em 7,8%, representando cerca de 8,5 milhões de brasileiros ativamente buscando, mas sem conseguir trabalho. Apesar desses números alarmantes, um setor em particular destoa desse cenário: o de tecnologia. Neste campo, paradoxalmente, não apenas existem vagas disponíveis, mas muitas delas permanecem abertas por longos períodos, às vezes sem encontrar candidatos qualificados para preenchê-las. Esta discrepância sublinha um desafio crítico e uma grande oportunidade: enquanto milhões lutam pela recolocação, o setor de tecnologia busca desesperadamente por talentos. No entando, essa questão é bem mais complexa do que parece: por que, mesmo com tantos desempregados, as vagas em tecnologia continuam sem preenchimento?

O setor de tecnologia no Brasil

O SETOR DE TECNOLOGIA no Brasil, apesar do cenário de desemprego elevado, apresenta uma realidade distinta com uma crescente demanda por profissionais especializados. Segundo uma pesquisa do Google, a digitalização acelerada das empresas, o aumento no uso de tecnologias de nuvem e a expansão da Internet das Coisas (IoT) têm elevado constantemente a necessidade de habilidades tecnológicas avançadas.

AS ÁREAS MAIS AFETADAS pela escassez de talentos incluem o desenvolvimento de software, onde a procura por desenvolvedores de diversas linguagens de programação, como Python, Java e JavaScript, continua a superar a oferta. Em análise de dados, profissionais capazes de transformar grandes volumes de dados brutos em insights valiosos para as estratégias empresariais são altamente valorizados, especialmente aqueles proficientes em ferramentas de análise de dados e machine learning. A área de cibersegurança também enfrenta um déficit crítico, impulsionado pelo aumento dos ataques cibernéticos e pela necessidade de proteger dados e infraestruturas essenciais.

A PESQUISA DO GOOGLE também destaca que a falta dessas habilidades específicas no mercado de trabalho pode ser atribuída a vários fatores. Primeiramente, a velocidade das inovações tecnológicas significa que as habilidades necessárias estão em constante evolução, tornando difícil para os profissionais manterem-se atualizados. Além disso, há uma defasagem entre o currículo das instituições de ensino e as necessidades reais do mercado, resultando em uma lacuna de habilidades onde os recém-formados muitas vezes não possuem as competências práticas demandadas pelas empresas. Esta defasagem é particularmente problemática para o ecossistema de startups, que depende fortemente de talentos inovadores e atualizados para sustentar seu crescimento e inovação.

Barreiras para preenchimento das vagas

ENCONTRAR PROFISSIONAIS qualificados no setor de tecnologia tem se mostrado uma tarefa árdua para muitos empregadores brasileiros. As barreiras que impedem o preenchimento eficaz dessas vagas são diversas e refletem desafios estruturais tanto no sistema educacional quanto no mercado de trabalho.

LACUNAS EDUCACIONAIS: Um dos principais obstáculos é a desconexão entre o que é ensinado nas universidades e as habilidades técnicas que o mercado de tecnologia demanda. Muitos cursos de graduação em tecnologia ainda são baseados em teorias e conceitos que não acompanham a rapidez das mudanças tecnológicas. A falta de foco em habilidades práticas, como programação em linguagens contemporâneas, segurança cibernética aplicada e análise avançada de dados, deixa um vácuo que os recém-graduados muitas vezes lutam para preencher por conta própria.

FALTA DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA: Além das deficiências educacionais, a falta de experiência prática é outro grande desafio. Empresas de tecnologia, especialmente startups inovadoras, buscam candidatos que possam contribuir de imediato, sem necessidade de extensos períodos de treinamento ou adaptação. Isso cria um ciclo vicioso, onde a falta de oportunidades para ganhar experiência prática impede que muitos aspirantes a profissionais de tecnologia entrem no mercado.

DESAJUSTES DE HABILIDADES: Outra barreira significativa é o desajuste de habilidades, onde os profissionais existentes não possuem as competências específicas que as novas vagas exigem. Isso é particularmente prevalente em áreas de rápida evolução como inteligência artificial e machine learning, onde a demanda por habilidades específicas pode surgir quase tão rapidamente quanto novas tecnologias são desenvolvidas.

ESSAS BARREIRAS NÃO apenas dificultam o crescimento individual das carreiras dos profissionais, mas também ameaçam o crescimento e a competitividade do setor tecnológico como um todo no Brasil. Superar esses desafios requer uma abordagem multifacetada, incluindo a reformulação de currículos educacionais, a criação de mais oportunidades de estágio e treinamento prático, e uma maior colaboração entre as empresas de tecnologia e as instituições de ensino.

Impacto no setor de tecnologia e na economia

A FALTA DE PROFISSIONAIS qualificados no setor de tecnologia não é apenas um problema isolado das empresas individuais; é um obstáculo significativo que afeta toda a cadeia de inovação e crescimento econômico. Conforme destacado pela pesquisa do Google Campus São Paulo, a carência de talentos qualificados impede que as empresas de tecnologia atinjam seu potencial pleno, retardando o desenvolvimento de novos produtos e serviços e, consequentemente, a capacidade de competir no mercado global.

IMPACTO NAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA: A escassez de profissionais qualificados força as empresas a operarem abaixo de sua capacidade, limitando sua habilidade de inovar. Sem o capital humano necessário para desenvolver e implementar novas tecnologias, as startups e empresas estabelecidas enfrentam atrasos significativos na entrega de projetos, diminuição na qualidade dos serviços ofertados e perda de vantagem competitiva. Além disso, a pesquisa do Google Campus indica que 63% das startups reportam que a dificuldade de encontrar profissionais adequados é um dos maiores entraves para seu crescimento.

IMPACTO NA ECONOMIA: A tecnologia é reconhecida como um motor crucial de crescimento econômico. A inovação tecnológica impulsiona a produtividade em diversos setores, não apenas em tecnologia, mas em toda a economia, promovendo melhorias na eficiência e no custo de produtos e serviços. Quando o setor de tecnologia não consegue crescer ao seu potencial máximo devido à falta de talentos, toda a economia sofre. Atrasos na inovação tecnológica podem resultar em perda de competitividade internacional e diminuição do potencial de exportação de produtos e serviços de alto valor agregado.

A FALTA DE TALENTOS qualificados é, portanto, um problema que requer atenção urgente, não apenas das empresas e instituições educacionais, mas também de políticas públicas que fomentem a formação e atração de profissionais capacitados. Investimentos em educação e formação técnica, melhor alinhamento entre as instituições de ensino e as necessidades do mercado, e iniciativas para retenção de talentos, são fundamentais para garantir que o Brasil não apenas acompanhe, mas também contribua ativamente para a inovação global no setor de tecnologia.

A COMPLEXIDADE DO desemprego em contraste com as vagas não preenchidas no setor de tecnologia no Brasil ilumina um paradoxo que não pode ser ignorado. As barreiras que impedem o preenchimento dessas vagas — desde lacunas educacionais até a falta de experiência prática e desajustes de habilidades — são sintomas de desafios mais profundos que afetam não apenas os indivíduos, mas toda a estrutura econômica e de inovação do país.

Edgar Crespo é Engenheiro Eletrônico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), possui MBA em finanças pelo IBMEC, Investidor Anjo de Startups, especialista em tecnologia e telecomunicações e Conselheiro do Target Solutions, fundador e CEO do BiPTT

LINKEDIN: HTTPS://WWW.LINKEDIN.COM/IN/EDGARCRESPO/ **TWITTER:** HTTPS://TWITTER.COM/CRESPOEDGAR

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

REFUGIADOS

Israel bombardeia Rafah e mata ao menos 22 pessoas

Os ataques desta segunda atingiram três residências familiares. O primeiro deles matou 12 pessoas, incluindo quatro irmãos de 9 a 27 anos de idade

Ao menos 22 pessoas morreram em bombardeios de Israel em Rafah, no sul da Faixa de Gaza, na madrugada de segunda-feira, 29, segundo autoridades palestinas. Seis mulheres e cinco crianças estão entre as vítimas.

As forças israelenses realizam ofensivas aéreas contra Rafah desde o início da guerra contra o Hamas, em outubro, e planejam uma invasão por terra da cidade. Cerca de 1 milhão de palestinos estão refugiados no local, que faz fronteira com o Egito. Os Estados Unidos e diversos outros países pressionam Israel para desistir de avançar sobre Rafah, sob o argumento de que o ataque provocaria uma catástrofe humanitária.

Os ataques desta segunda atingiram três residências familiares. O primeiro deles matou 12 pessoas, incluindo quatro irmãos de 9 a 27 anos de idade. O segundo ataque matou sete pessoas, incluindo um homem de 33 anos e o filho dele, de 5. Já a terceira ofensiva matou três irmãos, com idades entre 12 e 23 anos.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, iniciou na segunda o sétimo giro pelo Oriente Médio desde que a guerra entre Israel e o Hamas começou. No domingo, 28, o presidente americano, Joe Biden, conversou por telefone com o primeiro-ministro do Israel, Benjamin Netanyahu, como forma de pressioná-lo a aceitar uma trégua com o Hamas.

O governo israelense aguarda uma resposta do Hamas a uma proposta de cessar-fogo que envolve a libertação de reféns mantidos no território palestino desde outubro.

Em Khan Younis, sapatos abandonados são o rastro da destruição causada pelos ataques aéreos na Faixa de Gaza. A representante da Agência da ONU para Refugiados Palestinos, Unrwa, Louise Wateridge, destaca que a rápida fuga deixou as pessoas sem escolha a não ser abandonar seus pertences básicos.

Ela compartilhou em sua rede social fotos mostrando sapatos e sandálias de crianças deixados nas calçadas da cidade palestina no sul da Faixa de Gaza. Louie Wateridge escreveu que milhares de famílias costumavam se abrigar nas escolas Unrwa antes de serem atacadas.

Esse relato ocorre em um momento em que vários vídeos mostram a vida de crianças na Faixa de Gaza. Muitos mostram crianças procurando comida, por vezes descalços em meio a escombros e vidros quebrados.

A imagem dos sapatos abandonados também foi refletida em manifestações sobre a guerra em Gaza. Relatos da mídia mostraram que, em algumas cidades francesas, os ativistas às vezes colocam centenas de calçado infantil nas ruas durante os protestos.

Também em Madrid, capital espanhola, imagens mostraram milhares de sapatos sendo colocados do lado de fora da prefeitura em meados de dezembro, para representar os palestinos mortos em Gaza desde 7 de outubro.

Em março, na Holanda, milhares de sapatos infantis também foram colocados na praça Vredenburg, em Utrecht, para chamar a atenção para as milhares de crianças palestinas mortas na Faixa de Gaza nos últimos cinco meses.

Pelo menos 17 mil menores estão desacompanhados ou separados de suas famílias. Com mais de 70% das casas danificadas ou destruídas, a maioria das crianças também perdeu seus lares.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, continuou a distribuir roupas em vários locais, incluindo Rafah, Khan Younis e Deir Al-Balah. Desde 7 de outubro de 2023, o Unicef e seus parceiros distribuíram mais de 200 mil peças de roupas adequadas para crianças de zero a 17 anos.

Louise Wateridge também voltou à situação em um centro de treinamento da Unrwa Khan Younis, onde "muito pouco restou" e "onde mais de 40 mil pessoas se refugiaram quando o prédio ficou sob fogo direto da operação militar e foi sitiado". Salas inteiras foram incendiadas, e há objetos espalhados por toda parte.

"As escolas se tornaram abrigos para a sobrevivência, não para a educação", lamenta a Unrwa. A agência divulgou um vídeo mostrando os danos a um de seus abrigos em Khan Younis depois que as forças israelenses lançaram uma ofensiva terrestre na região.

Louise Wateridge disse que o telhado do abrigo foi diretamente atingido por um ataque, causando grandes danos e levando as pessoas a fugirem da área. Segundo ela, a área abrigava cerca de 10 mil pessoas.

Ela adiciona que não ficou mais ninguém no local e há evidências de que todos deixaram a instalação rapidamente. "Há sapatos no chão, escovas de cabelo, escovas de dente e até pedaços de comida, abandonados", concluiu.

Reuters

As forças israelenses realizam ofensivas aéreas contra Rafah desde o início da guerra contra o Hamas, em outubro, e planejam uma invasão por terra da cidade

QUÊNIA

Reuters

A represa Old Kijabe desabou

Represa desaba e deixa dezenas de mortos

Uma represa desabou no oeste do Quênia na madrugada de segunda-feira, 29, matando pelo menos 45 pessoas e deixando dezenas desaparecidas depois que a água varreu casas e bloqueou uma estrada importante, informou o Ministério do Interior local

A Represa Old Kijabe, localizada na área de Mai Mahiu, na região do Grande Vale do Rift, propensa a inundações repentinas, desabou e a água transbordou rio abaixo, carregando lama, rochas e árvores arrancadas, disse o oficial de polícia Stephen Kirui.

Veículos ficaram presos nos destroços em uma das rodovias mais movimentadas do Quênia e paramédicos trataram dos feridos enquanto as águas submergiam grandes áreas. A Cruz Vermelha do Quênia disse que 109 pessoas foram hospitalizadas enquanto outras 49 estavam desaparecidas.

William Lokai disse à Citizen TV que foi acordado por um estrondo alto e pouco depois, sua casa foi inundada pela água. Ele escapou pelo telhado junto com seu irmão e filhos. Chuvas contínuas no Quênia causaram inundações que já mataram quase 100 pessoas e adiaram a abertura das escolas.

Fortes chuvas têm atingido o país desde meados de março e o Departamento de Meteorologia alertou para mais chuvas. O Ministro do Interior do Quênia, Kithure Kindiki, ordenou a inspeção de todas as represas públicas e privadas e reservatórios de água dentro de 24 horas a partir da tarde de segunda-feira para evitar futuros incidentes. O ministério disse que recomendações para desocupações e reassentamento seriam feitas após a inspeção.

A Autoridade Nacional de Rodovias do Quênia emitiu um alerta avisando aos motoristas para se prepararem para o tráfego intenso e detritos que bloquearam as estradas ao redor de Naivasha e Narok, a oeste da capital, Nairóbi.

A região leste da África está enfrentando inundações devido às fortes chuvas, e 155 pessoas teriam morrido na Tanzânia, enquanto mais de 200 mil pessoas foram afetadas no vizinho Burundi. Um barco virou no condado de Garissa, no norte do Quênia, na noite de domingo, e a Cruz Vermelha do Quênia disse ter resgatado 23 pessoas, mas mais de uma dúzia ainda estavam desaparecidas.

O principal aeroporto do Quênia foi inundado no sábado, 27, obrigando alguns voos a serem desviados, enquanto vídeos de uma pista de pouso inundada, terminais e seção de carga foram compartilhados online. Mais de 200 mil pessoas em todo o país foram atingidas pelas inundações, com casas em áreas propensas a inundações submersas e pessoas buscando refúgio em escolas. O presidente William Ruto instruiu o Serviço Nacional da Juventude a fornecer terra para uso como acampamento temporário para os afetados.

COREIA

Sol artificial atinge tempo de 100 milhões de graus

O sol artificial coreano, chamado de KSTAR, bateu seu próprio recorde ao conseguir manter uma temperatura de 100 milhões de graus celsius por 48 segundos durante operações realizadas entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024. O Instituto da Coreia de Fusão de Energia (KFE) anunciou o feito este mês.

A capacidade de sustentar operações em que o plasma - conhecido como quarto estado da matéria - permanece em temperaturas extremamente altas pelo maior tempo possível é essencial para que reações de fusão ocorram de forma ativa. Esse processo faz parte do desenvolvimento de energia por fusão nuclear.

Os novos resultados tokamak do FKE, chamado de KSTAR, ultrapassam o recorde da câmara de 2021, quando manteve uma temperatura de 100 milhões de graus celsius durante 30 segundos. A primeira vez que o tokamak alcançou a marca dos 100 milhões de graus foi em 2018. Tokamaks são câmaras onde o plasma fica confinado para atingir as condições necessárias para a fusão nuclear.

De acordo com o KFE, o novo recorde foi possível por meio de uma atualização nos desviadores do tokamak, que passaram a utilizar tungstênio, em vez de carbono. Os desviadores de tungstênio mostraram um aumento de apenas 25% na temperatura da superfície sob cargas de calor similares.

O objetivo final do KFE é chegar a 300 segundos de operação sob temperatura de 100 milhões de graus Celsius. Para isso, o diretor do Centro de Pesquisa KSTAR, Si-Woo Yoon afirma que os próximos passos são melhorar a performance do aquecimento e proteger as principais tecnologias necessárias para as operações.

A equipe pretende adicionar novos componentes de tungstênio no tokamak.

INFLAÇÃO

Bolsas da Europa fecham mistas, a espera das decisões do BCE

As bolsas da Europa fecharam sem sinal único na segunda-feira, 29, em um dia com atenção a dados da região e à postura do Banco Central Europeu (BCE). O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) na Alemanha apontou uma persistência na inflação na maior economia do bloco, o que levantou incertezas sobre a política monetária da zona do euro. Além disso, a temporada de balanços segue em foco.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,11%, a 508,52 pontos. O CPI da Alemanha ficou em 2,2% em abril, inalterada em relação à de março, segundo dados preliminares divulgados nesta segunda-feira pelo Destatis. Já na comparação mensal, o CPI alemão subiu 0,5% em abril.

"O aumento da inflação global alemã é um bom lembrete de quão difícil será para o Banco Central Europeu (BCE) o último passo para trazer a inflação de forma sustentável para 2%. Ainda assim, tendo em conta a comunicação do BCE ao longo dos últimos meses, um corte nas taxas na reunião de junho ainda parece um acordo fechado", afirma o ING.

Em Frankfurt, o DAX recuou 0,24%, a 18.118,32 pontos. O índice de sentimento econômico da zona do euro também foi divulgado nesta segunda, e decepcionou ao cair em abril, a 95,6 pontos.

Dirigente do BCE, Pierre Wunsch afirmou em entrevista que é necessário haver cautela com o quadro na zona do euro, com inflação ainda elevada. Segundo ele, uma redução nos juros em junho não é algo garantido, nesse contexto. Ao mesmo tempo, a autoridade comentou que, a menos que surjam más notícias, acredita em "ao menos dois cortes de juros" neste ano. Questionado sobre a possibilidade de um corte maior que 25 pontos-base em junho, disse que ficaria surpreso se isso acontecesse. Wunsch afirmou que quer continuar a ver dados que elevem sua confiança de que a inflação desacelera rumo à meta de 2%.

Em Madri, o Ibex 35 caiu 0,48%, a 11.100,80 pontos, pressionado pela incerteza política no país. O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, disse nesta segunda-feira que permanecerá no cargo "com ainda mais força", após passar dias refletindo sobre o assunto. No meio da semana passada, Sánchez ao anunciou que tiraria uma folga de cinco dias para pensar sobre seu futuro no cargo, após um tribunal iniciar procedimentos preliminares contra sua esposa, Begoña Gómez, por suposto envolvimento em um caso de corrupção.

Entre as empresas, segundo a Reuters, a BHP poderá melhorar sua oferta pela Anglo American, após ter a proposta inicial de US$ 39 bilhões rejeitada.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

RENEGOCIAÇÃO

Marinha afirma que cortes não comprometem Prosub

Olsen disse que, em mais de 15 anos de desenvolvimento do Prosub, é natural que ele demande ajustes e que renegociações de contratos acontecem desde 2008

O comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, disse na segunda-feira, 29, que cortes orçamentários e redução de pessoal ligado ao Prosub, o programa de submarinos da Marinha, não comprometem o projeto, mas podem impor renegociação de contratos, onerando o custo total. Segundo Olsen, as cerca de 200 demissões em abril representam menos de 10% do pessoal envolvido no Prosub.

Um dia depois da visita dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron, da França, às instalações do Prosub, em Itaguaí, por ocasião do lançamento do submarino Tonelero, em março, a Marinha teve bloqueados 83% dos recursos destinados ao programa. Como resultado, a Itaguaí Construções Navais (ICN) demitiu em abril 200 funcionários envolvidos na construção dos veículos.

Olsen minimizou o impacto dos cortes e disse que renegociações de contratos acontecem desde 2008. Ele falou a jornalistas na saída de seminário sobre transição energética na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

"Em mais de 15 anos de desenvolvimento do Prosub, é natural que ele demande ajustes. No momento entregamos o terceiro submarino convencional e, no ano que vem, entregaremos o quarto desse tipo", disse.

A expectativa é que o quinto e mais esperado submarino, de propulsão nuclear, seja entregue em 2034 para ser incorporado à frota da Marinha em 2037. Esse processo de incorporação demora cerca de um ano para submarinos tradicionais, mas, no caso de submarinos nucleares, leva em média cinco anos.

Divulgação

Olsen: "Já temos em fabricação a seção de qualificação e espero assinar ou ter o modelo de negócios para o submarino nuclear até o fim deste ano"

"Já temos em fabricação a seção de qualificação e espero assinar ou ter o modelo de negócios para o submarino nuclear até o fim deste ano", disse.

Embora julgue o Prosub preservado, Olsen disse que as demissões são uma preocupação porque a Marinha pode não conseguir recontratar essa mesma mão de obra especializada à frente.

"Dentro da construção naval, essa flutuação populacional de empregados é normal. O que me preocupa é perdermos esse pessoal definitivamente", disse.

"Em eventual movimento para recontratar os funcionários ora dispensados, eles podem já ter sido absorvidos pela indústria naval devido a todo o esforço que o governo federal está fazendo nessa frente", continuou. Se isso acontecer, afirmou, será necessário captar pessoal novo e capacitar, o que não impactaria nos prazos de entrega, mas, certamente, no custo.

O comandante da Marinha lembrou que o Prosub gera dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos e compõe um projeto científico tecnológico maior, voltado à aplicação da energia nuclear, que se soma ao domínio do processo de enriquecimento do urânio e produção de reatores de reatores nucleares de pequeno porte.

Um submarino nuclear, afirmou, é o que há de mais moderno para as Forças Armadas, com curva de aprendizado tecnológico "muito acima" de blindados ou caças, armas características das outras duas Forças, Exército e Aeronáutica.

O comandante da Marinha voltou à carga contra a inscrição do marinheiro João Cândido, o Almirante Negro, no livro dos Heróis da Pátria e negou que a resistência da Armada à homenagem é discriminatória ou racista. Olsen reconheceu a prática de açoite a praças até o início do século XX, que definiu como "condenável", mas disse que isso não justifica a tomada de quatro navios da Marinha e os ataques ao Rio de Janeiro, então capital federal.

Na semana passada, o comandante da Marinha enviou carta de repúdio à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, criticando a homenagem a Cândido. O documento repercutiu mal na opinião pública.

"Eu me posicionei baseado em fatos. Não tenho nenhuma conotação ideológico-partidária. A carta procurava fazer uma síntese, um apanhado dos fatos que aconteceram em 1910. E o entendimento da Marinha é que não cabe inscrever João Cândido como herói da Pátria. Mas há o contraditório, que é enriquecedor. A proposta passou no Senado. Então, há instâncias com a compreensão de que ele atende aos requisitos", disse o comandante.

Olsen emendou dizendo que a resistência a Cândido não é racista ou discriminatória. "A posição da Marinha não é de racismo, absolutamente. A Marinha é uma instituição que se posiciona pelo mérito", diz.

Em seguida, o comandante da Marinha afirmou que a Força já tem como herói Marcílio Dias, "também marinheiro, negro e nascido no Sul do País". Marcílio Dias se destacou na Batalha naval do Riachuelo, na Guerra do Paraguai, em 1865, quando teve o braço decepado e morreu. Ele entrou no livro dos Heróis da Pátria em dezembro de 2022, ainda sob o governo Jair Bolsonaro.

Questionado se as ações de Cândido e sua Revolta da Chibata não seriam legítimas ante os açoites aos praças da Marinha até o início do século XX, Olsen disse que as torturas eram "absolutamente condenáveis", mas não justificam as ações dos revoltados.

"O açoite é absolutamente condenável. Mas não se pode tomar as armas, especificamente quatro navios, matar o seu comandante, urinar em seu corpo depois da morte e matar oficiais e marinheiros que não aderiram. Não se pode ameaçar e engajar contra a capital federal com dois navios", afirmou o comandante, listando consequências do levante.

Ele seguiu reconhecendo a tortura no passado da Marinha e disse que se tratava de "condições próprias da época".

"Julgar o contexto da época com os valores de hoje é difícil. Os marinheiros eram captados para servir. Eram pessoas que não tinham origem, sem procedência. Portugal pegava presidiários e os recrutava. Eram pessoas que estavam na vadiagem, sem as qualificações que temos hoje", disse Olsen.

Especificamente sobre Cândido, ele sugeriu que o marinheiro foi instrumentalizado por outros oficiais com interesses escusos. "Os fatos mostram que João Cândido foi colocado como líder desse movimento (Revolta da Chibata) por uma questão de conveniência. Ele era afeito a oficiais, muito próximo de uma oficialidade e foi posto lá por essas pessoas que queriam, de alguma maneira, dar seguimento às suas ações", completou.

DESVIO

CGU diz que obra em estrada da fazenda de Juscelino Filho só beneficiou o ministro

A pavimentação da estrada que passa em frente à fazenda do ministro Juscelino Filho (Comunicações), em Vitorino Freire (MA), só atendeu às necessidades do ministro e não beneficiou a população local. A afirmação é de técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), em um relatório preliminar sobre o assunto. O dinheiro foi repassado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vindo do Orçamento Secreto - Juscelino Filho admitiu ser o padrinho da indicação da verba.

A obra foi revelada em janeiro de 2023, e passou a ser investigada pela Polícia Federal e pela CGU. O ministro nega irregularidades e reafirma que as obras beneficiam a população.

A Polícia Federal suspeita que Juscelino possa integrar uma organização criminosa envolvida com o desvio de verbas da Codevasf - apelidada de "estatal do Centrão" - na cidade de Vitorino Freire (MA). A cidade é governada atualmente pela irmã do ministro, a prefeita Luanna Rezende. Em setembro de 2023, ela chegou a ser afastada da prefeitura pela Justiça, após ser alvo da Operação Benesse, da Polícia Federal. Alguns dias depois, porém, voltou ao cargo graças a uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Orçada em R$ 7,5 milhões, a obra de pavimentação em Vitorino Freire foi contratada pela prefeitura de Vitorino Freire em fevereiro de 2022 e era tocada pela empreiteira Construservice. Meses depois, em meados daquele ano, a Polícia Federal prendeu um empresário chamado José Barros Costa, mais conhecido como Eduardo Imperador e acusado de ser o verdadeiro dono da empresa. Juscelino Filho admite que Imperador é seu "conhecido há mais de 20 anos". Também vem de décadas o domínio da família de Juscelino sobre Vitorino Freire: com idas e vindas, parentes do ministro controlam a política local desde a década de 1970. O clã possui dezenas de fazendas na região, e oito delas são atendidas pela estrada que Juscelino mandou asfaltar com verba do Orçamento Secreto.

No relatório, a CGU avalia que o serviço de asfaltamento não atende à população local, uma vez que não liga os lugarejos atendidos à uma rodovia ou ao centro da cidade de Vitorino Freire. O maior trecho pavimentado é justamente aquele próximo às propriedades do ministro e de seus familiares, e o restante são ruas isoladas dentro dos vilarejos, sem conexão com a rodovia ou a região central.

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Juscelino Filho admite que Imperador é seu "conhecido há mais de 20 anos"

"De um total de 23,1 km, envolvendo R$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município", diz um trecho do relatório da CGU.

Os técnicos da Controladoria dizem ainda que os 4,5 km próximos às propriedades da Fazenda Alegria de Juscelino não se "mostram suficientes para atender ao objetivo de fornecer melhor escoamento e acesso a serviços públicos pela população das povoações beneficiadas, pois não foi prevista uma conexão para se chegar ao centro do município ou a uma rodovia pavimentada". O relatório aponta a existência de vários outros locais em Vitorino Freire com quantidade "significativamente maior" de casas, sem asfaltamento, e que poderiam ter sido beneficiadas pela pavimentação, caso o objetivo fosse realmente atender os moradores.

Como nem todo o recurso foi pago à empreiteira, existe o risco de mais R$ 1,5 milhão serem perdidos com "potencial risco de desvio de finalidade, dado que o objetivo social e o interesse público do citado convênio não se aparentam contemplados no projeto apresentado", diz o órgão de controle. Em novembro passado, a própria Codevasf identificou problemas nas obras, como asfalto mal feito, ruas esburacadas, rachaduras, e falta de sinalização. Segundo a CGU, a própria Codevasf já teria identificado prejuízo aos cofres públicos da ordem de R$ 736,2 mil, por conta destes problemas. Ainda segundo os técnicos, a licitação que resultou na contratação da Construservice tem indícios de irregularidades.

Em nota, Juscelino Filho disse ser "o maior interessado" na resolução do caso, e reiterou que a estrada atende sim a centenas de moradores de Vitorino Freire. O ministro diz ainda que sua função na qualidade de parlamentar é a de apresentar emendas, mas não de executar e fiscalizar as obras que serão tocadas com os recursos.

"Juscelino Filho é o maior interessado para que este caso seja esclarecido. Sua conduta sempre foi pautada pela ética, responsabilidade social e utilização adequada dos recursos públicos para melhorar as condições de vida da população mais pobre", diz. "Como deputado, sua função é destinar emendas parlamentares que beneficiem as pessoas que mais precisam, um instrumento legítimo do Congresso Nacional. A execução e a fiscalização das obras não é uma atribuição do parlamentar", continua o texto.

"A estrada em questão conecta 11 povoados, onde centenas de pessoas sofrem, diariamente, com grandes desafios para se locomoverem ao trabalho, escolas, hospitais e postos de saúde, especialmente durante períodos chuvosos, quando a via se torna intransitável, isolando essa população. Portanto, acima de tudo, é um bem do povo de Vitorino Freire a sua pavimentação é uma demanda antiga da população", diz o ministro.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

AGRISHOW

Bolsonaro diz que plantou sementes em quatro anos

O ex-presidente afirmou que seus aliados não precisam se preocupar pois, caso não retorne ao comando do país no futuro, ele plantou as sementes

Ao lado dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), dois pretensos pré-candidatos ao Palácio do Planalto em 2026, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou, na segunda-feira, 29, que seus aliados não precisam se preocupar pois, caso não retorne ao comando do país no futuro, ele plantou sementes. O ex-presidente, que está inelegível por força de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tenta, com recursos, reverter a decisão, desfilou na Agrishow, na caçamba de uma caminhonete.

Bolsonaro também participou de uma cerimônia no evento no espaço da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado na feira. Além do ex-presidente e dos ex-governadores, estiveram presentes: a senadora e ex-ministra da Agricultura, Teresa Cristina (Progressistas), o prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira (PSD), o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado (PL).

Tarcísio iniciou seu discurso elogiando e agradecendo a presença do ex-presidente. "Quem trabalhou com Bolsonaro é apaixonado por ele", afirmou o governador, acrescentando ainda que o ex-presidente "nunca trouxe para si nenhum mérito, nenhuma vitória". "Ele aprovou reformas que lastreiam e sustentam a economia até hoje", completou.

Tarcísio disse, ainda, que "não era ninguém" antes de Bolsonaro. Afirmou também que o ex-presidente assumiu o cargo em um momento "difícil", que incluiu pandemia de covid-19, recessão na Argentina e a guerra entre Ucrânia e Rússia.

Reprodução

Bolsonaro desfilou na Agrishow, na caçamba de uma caminhonete: "ouso dizer que podemos ter alguém igual a Tarcísio no futuro, igual muito difícil"

"Ouso dizer que podemos ter alguém igual Tarcísio no futuro, igual muito difícil", elogiou Bolsonaro. "Se eu não voltar um dia fiquem tranquilos, plantamos ao longo desses quatro anos", completou o ex-presidente.

Também presente ao evento, o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo Guilherme Piai foi outro que pediu o retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao poder. "Volta, Bolsonaro", disse no palco.

No geral, a feira tem um dia mais tranquilo. Em alguns estandes, vendedores subiam em tratores para fotografar o ex-presidente. Em outros, mais distantes da avenida principal por onde passava a caminhonete, participantes ficaram sem alternativa para acompanhar a movimentação, por causa do excesso de visitantes. Alguns apoiadores que estavam presentes gritaram por "mito" e por "Bolsonaro". A reportagem, porém, só viu duas pessoas com roupas de apoio ao ex-presidente no local.

No domingo, 28, Tarcísio, Caiado e Bolsonaro não participaram da abertura oficial da feira. Eles estavam em uma manifestação de apoio ao ex-presidente no momento da abertura da Agrishow. A abertura da feira contou com a participação do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD).

O ex-presidente virou nome de uma linha de drones para a pulverização de defensivos agrícolas. Os "Drones Bolsonaro" foram lançados na segunda-feira, 29, na Agrishow.

O nome do ex-presidente estampa a carcaça de quatro modelos. O mais simples custa R$ 96 mil e, segundo o fabricante, é capaz de pulverizar uma área de 12 hectares por hora. O modelo mais caro chega a R$ 197 mil e, além de contar com mais funcionalidades, pulveriza uma área de até 21 hectares por hora. "O agro não para, voa!", diz o slogan publicado no portal institucional da BR Dron, revendedora das máquinas produzidas pela marca chinesa DJI.

Dois dos sócios da empresa também estão envolvidos com o lançamento da linha de calçados com o nome de Bolsonaro. "Bolsonaro faz mais diferença que muito artista", disse Uugton Batista, sócio da BR Dron e porta-voz da empresa que lançou os calçados com o nome do ex-presidente. Além de opções como o "Chinelo Crocs Bolsonaro Puro Mito" e o "Tênis Patriota Style", a marca também conta com produtos direcionados ao público do agronegócio, como as "Botinas Bolsonaro".

Batista é amigo de Jair Bolsonaro desde 2018. Ele afirma que o ex-presidente foi notificado sobre o lançamento da linha de drones e negou o recebimento de royalties pela veiculação do próprio nome nos produtos.

Além de drones e calçados, Jair Bolsonaro é o nome de um perfume lançado em março deste ano pelo maquiador e influenciador Agustin Fernandez. O maquiador também é responsável por uma linha de cosméticos inspirada na ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Além dos perfumes, Michelle e o ex-presidente figuram nos rótulos de uma marca de vinhos. O catálogo de produtos "Bolsonaro" também conta com calendários, canecas e tábuas de churrasco, vendidos em uma loja virtual lançada em fevereiro de 2023 pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

EXAGERO

Abraji afirma que decisão colabora para a autocensura

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) reagiu à decisão que mandou prender preventivamente o jornalista Ricardo Antunes, que comanda um blog de grande audiência em Pernambuco.

Em nota, a entidade afirmou que a prisão é uma medida "excessiva" e afeta toda a categoria jornalística. "Colaborando para a autocensura e para o prejuízo da sociedade em seu direito de ser informada", diz o texto.

O jornalista é réu por difamação e injúria, em "continuidade delitiva", contra o promotor de Justiça Flávio Roberto Falcão Pedrosa. A ação penal foi aberta depois que ele publicou notícias sobre a compra de um terreno pelo promotor na ilha de Fernando de Noronha.

Ao decretar a prisão, a juíza alegou que Ricardo Antunes descumpriu uma decisão provisória que determinou a remoção imediata de publicações sobre o promotor até a conclusão do processo. Ela também mandou cancelar seus passaportes e bloquear seus perfis nas redes sociais.

"A liberdade de expressão constitucionalmente assegurada não pode ser utilizada como salvo conduto para o cometimento de infrações penais, tampouco autoriza a ofensa à honra alheia", diz um trecho da decisão.

Embora uma das notícias ainda esteja indexada nas buscas do Google, o conteúdo está indisponível no blog de Ricardo Antunes. Havia ainda uma chamada nos stories do Instagram, que segundo a defesa era antiga e passou despercebida por um "equívoco" da equipe que gerencia as redes do jornalista.

Ele não compareceu à audiência de instrução do processo. A defesa justificou, com antecedência, que ele está de férias na Espanha e não teria acesso à internet de qualidade para participar da sessão por videoconferência. O jornalista segue fora do País e não foi preso.

Em nota, ele afirmou que é vítima de "censura". A advogada Rubia Torres, que defende o jornalista, informou que vai entrar com uma representação contra a magistrada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por abuso de autoridade. Para a advogada, a decisão é um "exagero jurídico". A defesa também entrou com recurso no Tribunal de Justiça de Pernambuco para tentar reverter a ordem de prisão.

A Justiça de Pernambuco considerou que Antunes descumpriu decisão judicial anterior que havia determinado a retirada do ar das reportagens publicadas pelo jornalista e que teve comportamento evasivo, visto que teria feito uma live em sua conta no Instagram momentos antes da audiência. A defesa de Antunes afirma que todos os links de reportagens e vídeos afetados pela decisão da Justiça teriam sido retirados do ar, à exceção de um que foi mantido em rede social por equívoco.

O processo no qual Antunes é réu trata-se de uma investigação de suposto crime contra a honra. Pelos parâmetros internacionais, ofensas dessa natureza, como injúria e difamação, deveriam ser tratados na área cível, pela qual a parte atingida poderia buscar reparação. O Brasil, entretanto, ainda mantém essas investigações na esfera penal. Vale destacar ainda que jornalistas não estão acima da lei nem devem burlá-la. No entanto, é importante ressaltar que uma medida excessiva como a decretação da prisão preventiva de um jornalista, para além da retirada de conteúdo sub judice, afeta não apenas o citado, mas toda a categoria jornalística, colaborando para a autocensura e para o prejuízo da sociedade em seu direito de ser informada.

ALTERAÇÕES

Comissão do Senado deve apresentar regras para uso da inteligência artificial

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado tem até o dia 23 de maio para finalizar seus trabalhos sobre o projeto de lei que regulamenta o uso da tecnologia no País. O relatório preliminar, apresentado na última quarta-feira, 24 pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO), pode sofrer alterações e receber emendas até o próximo dia 9. O texto é um projeto alternativo que agrupa diferentes propostas sobre o tema, em especial a do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O objetivo da Comissão, criada em 2023 por meio de um requerimento de Pacheco, é estabelecer normas para garantir que as ferramentas de IA sejam seguras e confiáveis, "em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico". Presidida pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), a equipe realizou uma série de audiências públicas para debater aplicações, benefícios e riscos do uso das tecnologias em diversos setores profissionais e sociais.

De acordo com o relator, o documento apresentado busca resguardar os direitos fundamentais sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no País. Segundo Gomes, é importante diferenciar o que é humano do que é artificial para proteger "o jeito criativo brasileiro" e a "integridade da informação". Por isso, o texto trata de direitos autorais, direito à privacidade, estabelece a correção de vieses a fim de evitar discriminação, prevê proteção aos trabalhadores e também o fomento à inovação sustentável.

Após o fim do período de análise pela comissão temporária, o texto será discutido no plenário e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados, onde pode enfrentar dificuldades para tramitar. Como mostrou o Estadão, na visão do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o projeto do Senado pode sufocar a capacidade de inovação de desenvolvedores de IA.

O primeiro ponto do projeto é a definição das bases para o uso das tecnologias de desenvolvimento de IA no País. O texto estabelece que é fundamental a centralidade da pessoa humana, o respeito aos direitos humanos, à democracia e à liberdade de expressão. É necessário também garantir a proteção ao meio ambiente, a igualdade, a valorização do trabalho humano, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a privacidade, o acesso à informação e a proteção de grupos vulneráveis.

Para isso, a proposta estabelece que os ciclos de vida das ferramentas devem ser supervisionados por seres humanos, os agentes desenvolvedores de sistemas de IA devem ser transparentes e prestar contas além de prevenir e mitigar riscos e danos individuais, sociais e econômicos. O texto ainda prevê que as pessoas afetadas pelos sistemas têm direito à informação prévia sobre a interação com uma ferramenta de inteligência artificial.

Em quatro casos específicos, no entanto, a lei não se aplica: quando o uso das ferramentas é para fim particular e não econômico, para a defesa nacional, têm formatos abertos e livres, com exceção daqueles considerados de alto risco, ou integram atividades de testagem fora de circulação do mercado.

Também é prevista a regulamentação de atividades de segurança pública, que poderão utilizar sistemas de identificação biométrica à distância apenas sob autorização judicial. A tecnologia poderá ser utilizada para buscar vítimas de crime ou desaparecidos, em caso de persecução de crimes passíveis de pena máxima de reclusão superior a dois anos ou crime em flagrante.

A fim de garantir a fiscalização e implementação da lei, o projeto também cria o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), que será coordenado por uma autoridade designada pelo governo federal. Assim, serão determinados critérios de avaliação dos sistemas de IA para identificar os riscos de cada tecnologia. Os desenvolvedores de IA ainda serão obrigados a compartilhar os dados sobre o impacto dos algoritmos no funcionamento da ferramenta, identificando a probabilidade e gravidade de consequências adversas.

A empresa responsável por uma IA considerada de alto risco, que impacta no exercício de direitos e liberdades, afeta um grupo vulnerável ou traz riscos à integridade física, deverá manter contato com o poder público para promover testes de confiabilidade e monitoramento constante dos sistemas.

Já as tecnologias de risco excessivo serão proibidas. Os sistemas, de acordo com a proposta, não podem adotar técnicas subliminares que induzem a um comportamento prejudicial ou perigoso à saúde ou segurança própria ou de terceiros; - explorar pessoas vulneráveis em decorrência da idade, situação socioeconômica, deficiência física ou mental; - possibilitar a produção ou disseminação de materiais de abuso sexual infantil; ranquear ou classificar pessoas, com base em comportamento ou personalidade, para o acesso a bens e políticas públicas; avaliar traços de personalidade ou comportamentos passados, como antecedentes criminais, para avaliação de risco de infrações ou reincidências e desenvolver armas autônomas que não disponham de controle humano.

As sanções previstas para empresas ou pessoas físicas que descumprirem as normas são advertência, multa de até R$ 50 milhões por infração ou 2% do faturamento empresarial, a publicização da irregularidade, proibição da participação em regime de sandbox - ambiente experimental - regulatório por até cinco anos, suspensão do desenvolvimento e fornecimento de IA.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

AGRICULTURA

Cargill registrou lucro líquido de R$ 2,5 bilhões no ano passado

A Cargill investiu R$ 2,6 bilhões no Brasil no ano passado, o que representa uma alta de 116% e concluiu a aquisição de três plantas de esmagamento de soja e produção de biodiesel

A Cargill teve lucro líquido de R$ 2,5 bilhões em 2023 na sua operação no Brasil, alta de 101% ante o R$ 1,2 bilhão do ano anterior, informou a empresa em nota. A receita operacional líquida da Cargill em 2023 apresentou leve alta no País, tendo saltado de R$ 125,8 bilhões em 2022 para R$ 126,4 bilhões no ano passado. O volume total originado, processado e comercializado pela Cargill atingiu cerca de 51 milhões de toneladas.

"Para o negócio agrícola da Cargill, a supersafra 22/23 e recuperação da quebra da safra anterior trouxeram bons números para a operação brasileira. Além disso, houve maior demanda da China e estabilização dos custos de matéria-prima", afirmou a empresa na nota.

A Cargill também informou que investiu R$ 2,6 bilhões em 2023 no Brasil, alta de 116% ante o ano anterior. Nos últimos cinco anos, o investimento chegou a R$ 6,9 bilhões.

Em 2023, a empresa concluiu a aquisição de três plantas de esmagamento de soja e produção de biodiesel em Anápolis (GO), Porto Nacional (TO) e Cachoeira do Sul (RS) e quatro armazéns localizados em Silvânia (GO), Porto Nacional, Marianópolis e Figueirópolis (TO).

"O último ano foi marcado pelo nosso crescimento no País", disse o presidente da Cargill no Brasil, Paulo Sousa. "Para podermos atender nossos clientes, tanto o produtor rural quanto os clientes de demanda, seguimos investindo na eficiência das operações existentes, além de concluir uma importante aquisição, que permitiu aumentar nossa capacidade de produção de farelo, óleo e biocombustíveis, além de ingressar em alguns novos segmentos de mercado", acrescentou.

Divulgação

A Cargill tem hoje 29 fábricas, 75 armazéns, 7 terminais portuários, 2 centros de inovação, 1 centro de serviços compartilhados e 5 centros de distribuição

A Cargill, que atua desde 1965 no Brasil, tem hoje com 29 fábricas, 75 armazéns, 7 terminais portuários, 2 centros de inovação, 1 centro de serviços compartilhados, 5 centros de distribuição, 14 escritórios comerciais e 4 escritórios corporativos no País.

A Cargill Technology Application Center lidera emissões de metano. A agricultura continua a ser chamada a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A inovação alimenta a capacidade da indústria de atingir com sucesso os objectivos de sustentabilidade – incluindo a redução das emissões de metano. No entanto, para terem sucesso, as tecnologias digitais, os aditivos alimentares, as estratégias alimentares, a gestão agrícola e muito mais, devem trabalhar juntos em parceria.

A inovação é um pilar fundamental da Reach4Reduction™ - plataforma de redução de emissões de ruminantes da Cargill Animal Nutrition and Health (ANH) - que trabalha com agricultores de todo o mundo para desenvolver planos de sustentabilidade e implementar soluções para apoiar a sua jornada de sustentabilidade. A Cargill investiga aditivos, tecnologias e estratégias para rações que permitem aos agricultores aumentar a produtividade e reduzir as emissões.

O Centro de Aplicação de Tecnologia (TAC) da Cargill em Bazhou, China, é um centro de pesquisa em laticínios que desempenha um papel importante na estratégia de redução de emissões de metano em ruminantes da Cargill, liderando a inovação em sustentabilidade. O TAC da China avalia diversas tecnologias, aditivos, estratégias nutricionais e soluções digitais para medir e compreender o seu impacto na redução do metano. Com a visão de projetar o futuro, demonstrar sucesso e cumprir a promessa de redução de emissões de metano, a China Dairy TAC aproveita parcerias e validação de terceiros para testar aditivos, tecnologias, programas de alimentação e software para rações, para fornecer soluções para a China.

Em 2022, o TAC da Cargill na China desenvolveu uma parceria com a China Agricultural University (CAU), uma universidade que fundou a educação agrícola moderna e avançada na China. Hoje, após anos de desenvolvimento, a CAU é uma reconhecida universidade de pesquisa multicientífica, baseada em engenharia biológica e agrícola.

Juntos, a CAU e o TAC da Cargill na China desenvolveram um plano, denominado Projeto de Redução de Carbono, para apoiar as metas de redução de carbono da China estabelecidas em setembro de 2020, incluindo o pico de carbono até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060. O projeto visa projetar o futuro da agricultura sustentável , demonstrar sucesso e cumprir a promessa de reduzir as emissões de carbono, aproveitando as capacidades, experiência e conexões globais e locais da Cargill, juntamente com os recursos da CAU para desenvolver e investigar soluções promissoras de redução de emissões.

Como primeiro passo e em parceria com o professor Li, nutricionista-chefe da indústria de laticínios da China, as equipes China TAC e CAU da Cargill avaliam o impacto de vários ingredientes e aditivos nas emissões de metano no laboratório do professor Li. Isso inclui medir a quantidade de metano criada no rúmen para cada ingrediente da ração e testar vários aditivos quanto à sua capacidade de afetar a redução das emissões de metano. Os aditivos variam desde probióticos, fitogênicos, até aqueles que redirecionam o hidrogênio no rúmen, e algas marinhas que podem bloquear o processo de metanogênese.

DENGUE

Minas inaugura biofábrica do método Wolbachia

O Ministério da Saúde e o governo de Minas Gerais inauguraram na segunda-feira (29), em Belo Horizonte, a Biofábrica Wolbachia. A unidade, administrada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vai permitir ao Brasil ampliar sua capacidade de produção de uma das principais tecnologias no combate à dengue e outras arboviroses.

A Wolbachia é uma bactéria presente em cerca de 60% dos insetos na natureza, mas ausente naturalmente no Aedes aegypti. O chamado método Wolbachia consiste em inserir a bactéria em ovos do mosquito em laboratório e criar Aedes aegypti que portam o microrganismo. Infectados pela Wolbachia, eles não são capazes de carregar os vírus que causam dengue, zika, chikungunya ou febre amarela.

Esses mosquitos, apelidados de Wolbitos, quando se reproduzem, passam a bactéria para novos mosquitos, fazendo com que menos insetos possam transmitir doenças para os seres humanos.

"Estamos trabalhando em conjunto com o governo do estado de Minas Gerais para que possamos fazer com que essa fábrica possa expandir, não só para os 22 municípios que compõem a bacia de Brumadinho, mas para todos os municípios de Minas Gerais, depois do Brasil e da região das Américas", disse a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do ministério, Ethel Maciel.

"O Ministério da Saúde tem um plano de expansão. Esta é a primeira biofábrica, além da do Rio de Janeiro. Teremos ainda uma no Ceará, outra no Paraná e um plano de expansão para que a tecnologia desse mosquito, que tem uma bactéria que impede a transmissão da doença, possa então substituir a população de mosquitos que não têm a bactéria", informou.

Em 2015, o método Wolbachia começou a ser implementado como projeto piloto em Niterói, no Rio de Janeiro. No ano passado, o município se tornou o primeiro no país com 100% do território coberto pelo método. Os números indicam redução de cerca de 70% dos casos de dengue, 60% de chikungunya e 40% de zika nas áreas onde houve a intervenção entomológica.

Em 2015, ano da implantação do projeto, foram confirmados 158 casos de dengue em Niterói. Em 2016, foram 71 e, em 2017, 87. Em 2018, houve aumento para 224 casos, mas o número caiu para 61 no ano seguinte. A partir de 2020, com 85 casos, a curva seguiu em queda, com 16 registros em 2021 e 12 em 2022. Em 2023, foram confirmados 55 casos de dengue na cidade.

Desenvolvido na Austrália, o método Wolbachia é usado no Brasil porque o país é, desde 2014, um dos 11 países que compõem o Programa Mundial de Mosquitos. No Brasil, a iniciativa é conduzida pela Fiocruz, com financiamento do ministério em parceria com governos locais. Atualmente, estão incluídas na pesquisa as cidades de Campo Grande, Petrolina (PE), Belo Horizonte, Niterói (RJ) e Rio de Janeiro.

Ainda neste ano, o método deve chegar a mais seis cidades: Natal, Uberlândia (MG), Presidente Prudente (SP), Londrina e Foz do Iguaçu, ambas no Paraná, e Joinville (SC). A tecnologia, no entanto, não tem resultado imediato e precisa ser associada a outras ações para combater as doenças transmitidas pelo Aedes aegypti.

A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apesar de ter recebido o método Wolbachia, está em situação diferente da de Niterói e chegou a declarar situação de emergência por causa do aumento de internações por suspeita de dengue. No Rio, o Wolbito foi liberado apenas em algumas regiões, e não em toda a cidade, como em Niterói.

COMUNICADO ÀS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E AOS ANUNCIANTES

Feriado Dia do Trabalho

Comunicamos que HOJE, 30 (terça-feira) de abril, às 18 horas, fecharemos a edição que levará as datas de 01 (quarta-feira) e 02 (quinta-feira) de maio de 2024.

No dia 02 (quinta-feira), retornaremos às nossas atividades normais.

Diário Comercial

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

SISTAC - Sistemas de Acesso S.A.

CNPJ 00.832.397/0001-88

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**114.021**	**152.148**	**114.147**	**152.342**
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.346	37.693	30.449	37.857
Contas a receber de clientes	7	40.906	66.155	40.906	66.155
Estoques de materiais consumíveis	8	11.218	14.611	11.218	14.611
Adiantamentos		12.348	10.737	12.348	10.737
I.R. e contribuição social a recuperar	21	13.702	11.188	13.702	11.188
Outros tributos a recuperar		2.179	2.171	2.202	2.201
Ativo de contrato - retenções contratuais	9	45	44	45	44
Aplicações em garantia	6	816	1.937	816	1.937
Instrumentos financeiros derivativos		–	3.626	–	3.626
Outros ativos circulantes		2.461	3.986	2.461	3.986
Não circulante		**180.903**	**146.274**	**167.625**	**136.194**
Estoques de materiais consumíveis	8	5.144	4.199	5.144	4.199
I.R. e contribuição social diferidos	21	12.284	9.547	12.284	9.547
Aplicações em garantia	6	1.087	2.018	1.087	2.018
Depósitos judiciais		2.617	1.101	2.617	1.101
Ativo de contrato - retenções contratuais	9	14.291	9.889	14.291	9.889
Outros ativos realizáveis a longo prazo		296	206	296	206
Investimento em controlada	10	31.462	23.133	–	–
Ativo imobilizado	11	111.129	93.757	129.339	106.810
Ativo intangível		2.593	2.424	2.567	2.424
Total do Ativo		**294.924**	**298.422**	**281.772**	**288.536**

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante		**102.595**	**140.886**	**89.443**	**131.000**
Fornecedores		10.265	7.495	10.425	7.694
Obrigações trabalhistas a pagar	12	33.618	30.961	33.618	30.961
Imposto de renda e contribuição social		1.815	2.441	1.815	2.441
Impostos a recolher		2.388	5.090	2.388	5.090
Obrigações contratuais		1.424	906	1.424	906
Empréstimos e financiamentos	13	6.351	79.007	6.351	79.007
Debêntures	14	25.926	–	25.926	–
Transação com partes relacionadas - Contas a Pagar	22	13.312	10.086	–	–
Passivo de arrendamento mercantil		536	1.040	536	1.041
Outras contas a pagar		6.960	3.860	6.960	3.860
Não circulante		**111.444**	**24.139**	**111.444**	**24.139**
Passivo de arrendamento mercantil		331	785	331	785
Empréstimos e financiamentos	13	7.143	22.185	7.143	22.185
Debêntures	14	95.000	–	95.000	–
Provisão para processos judiciais	15	8.970	1.169	8.970	1.169
Total do Passivo		**214.039**	**165.025**	**200.887**	**155.139**
Patrimônio Líquido	16	**80.885**	**133.397**	**80.885**	**133.397**
Capital social		90.222	90.222	90.222	90.222
Capital a Integralizar		470	470	470	470
Ajuste acumulado de conversão - CTA		49	97	49	97
Reserva legal		–	8.844	–	8.844
Plano de opções de ações		112	112	112	112
Reservas Orçamentárias		–	33.652	–	33.652
Prejuízos acumulados		(9.968)	–	(9.968)	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**294.924**	**298.422**	**281.772**	**288.536**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social: Subscrito e Integralizado	Capital Social: A Integralizar	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Plano de opções de ações	Reserva de Lucros: Reserva Orçamentária	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	**90.222**	**–**	**8.844**	**112**	**46.465**	**(58)**	**–**	**145.585**
Destinação do prejuízo do exercício:								
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(7.724)	(7.724)
Capital a integralizar	–	470	–	–	–	–	–	470
Incorporação Seasafe	–	–	–	–	(5.089)	–	–	(5.089)
Reserva de expansão	–	–	–	–	(7.724)	–	7.724	–
Ajuste Acumulado de Conversão	–	–	–	–	–	155	–	155
Saldo em 31/12/2022	**90.222**	**470**	**8.844**	**112**	**33.652**	**97**	**–**	**133.397**
Destinação do prejuízo do exercício:								
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(52.464)	(52.464)
Absorção do prejuízo por reservas de lucro	–	–	(8.844)	–	(33.652)	–	42.496	42.496
Reserva de expansão	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste Acumulado de Conversão	–	–	–	–	–	(48)	–	(48)
Saldo em 31/12/2023	**90.222**	**470**	**–**	**112**	**–**	**49**	**(9.968)**	**80.885**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas e/ou serviços	17	218.915	251.824	218.915	251.824
(-) Custo dos serviços prestados	18	(207.548)	(228.825)	(205.602)	(226.857)
Resultado Bruto		**11.367**	**22.999**	**13.313**	**24.967**
(-) Despesas com Vendas		(287)	(48)	(287)	(48)
(-) Despesas Administrativas	19.1	(33.464)	(28.726)	(34.010)	(29.207)
(-) Despesas Gerais	19.2	(14.721)	(3.831)	(14.721)	(3.831)
(-) Equivalência patrimonial	10	1.297	1.622	–	–
(-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		2.488	2.423	2.488	2.423
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidos e impostos		**(33.320)**	**(5.561)**	**(33.217)**	**(5.696)**
Receitas Financeiras	20	4.649	10.625	4.649	10.625
(-) Despesas Financeiras	20	(26.530)	(15.786)	(26.633)	(15.650)
Resultado financeiro líquido		(21.881)	(5.161)	(21.984)	(5.025)
Resultado antes dos impostos		**(55.201)**	**(10.722)**	**(55.201)**	**(10.722)**
IR e CS Diferido	21	2.737	2.998	2.737	2.998
Prejuízo do Exercício		**(52.464)**	**(7.724)**	**(52.464)**	**(7.724)**
Prejuízo/Lucro líquido básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício - Em reais	16	(17,49)	(2,57)	(17,49)	(2,57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**(52.464)**	**(7.724)**	**(52.464)**	**(7.724)**
Ajuste de avaliação patrimonial - CTA	(48)	155	(48)	155
Total do resultado abrangente do exercício	**(52.512)**	**(7.569)**	**(52.512)**	**(7.569)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo antes dos impostos	**(55.201)**	**(10.722)**	**(55.201)**	**(10.722)**
Ajustes:				
Depreciação e amortização	37.496	23.728	39.816	26.207
Provisão para contingências	7.801	1.149	7.801	1.149
Resultado de equivalência	(1.297)	(1.622)	–	–
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados e não pagos	17.445	8.491	17.445	8.491
Perda cambial	–	5.173	–	5.173
Perda na baixa de ativo imobilizado	804	482	804	482
	7.048	**26.680**	**10.665**	**30.780**
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais				
(Aumento) redução dos ativos:				
Contas a receber de clientes	25.249	(19.101)	25.249	(19.101)
Estoques	2.447	3.859	2.447	3.859
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(2.514)	1.981	(2.514)	1.981
Outros tributos a recuperar	(7)	2.246	(2)	2.299
Adiantamentos	(1.611)	(7.293)	(1.611)	(7.293)
Outros ativos	(858)	2.695	(858)	2.695
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	2.770	4.029	2.731	3.991
Imposto de renda e contribuição social	(626)	562	(626)	562
Outros tributos a pagar	(2.702)	1.444	(2.702)	1.444
Obrigações trabalhistas a pagar	2.657	3.473	2.657	3.473
Saldos a pagar - Parte relacionada	3.226	2.852	–	–
Outros passivos	2.665	3.187	2.665	2.908
	30.696	**(66)**	**27.436**	**(3.181)**
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(18.944)	(7.016)	(18.944)	(7.016)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**18.800**	**19.598**	**19.157**	**20.584**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(54.750)	(21.276)	(62.228)	(22.100)
Incorporação	–	2	–	2
Aplicações em Garantia	2.052	1.759	2.052	1.759
Adições no intangível	(1.095)	(1.334)	(1.069)	(1.489)
Investimento em Controlada	(7.080)	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(60.874)**	**(20.849)**	**(61.246)**	**(21.828)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de Financiamentos	50.598	94.214	50.598	94.214
Pagamentos de Financiamentos	(135.870)	(68.284)	(135.870)	(68.284)
Debênture	120.000	–	120.000	–
Pagamento de dividendos	–	(471)	–	(471)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**34.727**	**25.459**	**34.727**	**25.459**
Aumento/Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(7.347)**	**24.208**	**(7.360)**	**24.214**
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	37.693	13.485	37.857	13.488
Ajuste acumulado de conversão	–	–	(48)	155
No final do exercício	30.346	37.693	30.449	37.857
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(7.347)**	**24.208**	**(7.360)**	**24.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. Contexto operacional: A Sistemas de Acesso S.A. ("Companhia" ou "Sistac") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Prefeito Aristeu Ferreira da Silva, 2797 – Vale Encantado, Macaé, estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1995, surgiu como resultado da busca em desenvolver alternativas tento como objetivo aprimorar os serviços de mergulho existentes no Brasil. No ano de sua fundação, apresentou à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a técnica de escalada industrial, por meio de diversos trabalhos experimentais. Em 1997, trouxe para o Brasil a então recém-lançada técnica de inspeção de solda por ACFM (*Alternated Current Field Measurement*). Em 2005, começou a executar reparos submersos em unidades marítimas, sem interrupção da produção. Em outubro de 2007, começou a operar com mais uma técnica de acesso - o ROV (*Remotely Operated Vehicle*). Em 2010, apresentou seu primeiro S-DSV (*Shallow Diving Support Vessel*). Em 2012 iniciou a sua atividade de *Pull-in*/*Pull-out* e em 2013 deu início à construção da sua terceira embarcação, visando a aumentar a sua frota de navios para prestação de serviços *offshore* para a indústria de *Oil & Gas* (O&G), a qual iniciou as operações no mês de março de 2015. Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou as atividades de mergulho saturado entre 50 e 300 metros de profundidade e de manutenção de guinchos, aumentando assim, o seu portfólio de serviços. No mesmo ano foi constituída, na Holanda, a Sistac B.V., que tem por finalidade aproveitar oportunidades internacionais de negócios. Durante o ano de 2019, a Companhia consolidou a operação de mergulho profundo até 300 metros e aumentou as atividades de mergulho raso, passando de 6 para 22 frentes de mergulho, contratados pelo seu principal cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em 2022, pela primeira vez em sua história, a Companhia a teve sua receita preponderante constituída pelo mercado privado, majoritariamente por IOCs (International Oil Companies ou Independent Oil Companies, se brasileiras), que atingiu cerca de 55% do faturamento total. As operações com a Petrobras se mantiveram relevantes (aproximadamente 45% do faturamento total) e com expectativa de crescimento para o próximo exercício. O ano de 2023 foi bastante desafiador para a Companhia, com a ocorrência concomitante de alguns eventos não recorrentes que resultaram numa queda tanto da sua receita quanto do seu resultado, quando comparados ao ano anterior. No primeiro semestre, a necessidade do realizar manutenção e reformas obrigou a paralisação de duas de nossas principais embarcações Sistac Vitória e Sistac Esperança. A Sistac Vitória ficou em docagem durante acerca de três meses para manutenção de equipamentos e inspeção de classe. Simultaneamente, a embarcação Sistac Esperança teve suas operações interrompidas para a realização de adaptações necessárias ao cumprimento das exigências de seu novo contrato de longo prazo, firmado com uma Companhia Internacional de Óleo (IOC). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo em R$11.426 e R$24.704 (e positivo em R$ 11.262 e R$21.342 em 2022) na controladora e consolidado respectivamente. Ainda apurou prejuízo no exercicio de R$ 52.464 (R$ 7.724 em 2022) na controladora e no consolidado. Em fevereiro de 2023, a Companhia tomou a decisão de emitir sua primeira debênture, consolidando toda a dívida corporativa em um único instrumento financeiro e estendendo os prazos de pagamento. Entretanto, por questões operacionais pontuais, acima mencionadas, a Companhia não foi capaz de alcançar o limiar de 2.5x dívida líquida para Ebitda, conforme previsto no contrato de Debêntures, na cláusula de índices financeiros (cláusula de covenants). Em resposta a esse desafio, a Companhia requereu, na Assembleia Geral de Debenturistas em 28 de dezembro de 2023, perdão dos debenturistas no que tange a medição dos indicadores financeiros que prevê o vencimento antecipado das obrigações com as debêntures (identificado como *waiver* de medição desses índices financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). O *waiver* prevê a medição dos índices financeiros para 31 de dezembro de 2024. Este pedido foi aprovado por unanimidade, e o cálculo será realizado ao final do próximo exercício. Isso reafirma que, apesar das adversidades operacionais enfrentadas, a Companhia mantém uma posição sólida no mercado, preservando a confiança às instituições bancárias detentoras da debênture. Além da emissão da debênture, a Companhia alcançou outras realizações significantes ao longo do ano. As quais fazem parte do plano estratégico da Administração para alavancar o crescimento operacional da Sistac. Em abril de 2023, a embarcação Sistac Vitória deu início a um contrato de longo prazo com o maior *player* de mercado no segmento de óleo e gás – Petrobras Petróleo Brasileiro S.A, resultante de uma licitação realizada em 2022. No encerramento do ano de 2022, essa embarcação passou por uma extensa reforma para implementar alterações previstas nesse novo contrato. Isso proporcionou uma elevação da tarifa em comparação àquelas aplicadas durante 2023. Além disso, no domínio comercial, a Companhia assegurou um novo contrato no segmento de mergulho com embarcação em parceria. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Como mencionado previamente, a Companhia fez testes de sensibilidade em inúmeros cenários e tem implementado inúmeras ações para garantir a continuidade dos negócios e, até este momento, o surto causou alterações nas circunstâncias que indicariam um risco de continuidade. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024. **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Consolidação.** A Sistac controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A Companhia consolida a entidade Sistac B.V., sobre a qual detém 100% da posição patrimonial e o controle, isto é, está exposta ou têm direitos a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Conversão de moeda estrangeira.** 3.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação. Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.2.2. Moeda estrangeira. As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. A moeda funcional da controlada Sistac BV é o Euro, e a moeda de apresentação é o Real. **3.3. Classificação corrente x não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: 1. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; 2. Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; 3. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e 4. É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando: 5. Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; 6. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; 7. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e 8. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.4. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito. A Companhia não tem histórico de perdas relativas a recebimento de serviços realizados. Na prática a Companhia tem acordado com seus clientes o recebimento entre 30 e 90 dias. Dessa forma, a provisão para perda esperada de créditos é muito baixa ou inexistente devido a evidência objetiva de que a Companhia tem de que receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber sem que haja perda de valor. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa.** A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em situações em que haja cessão fiduciária de aplicações financeiras, a demonstração é classificada no balanço patrimonial como "Aplicações em garantia." Quando o vencimento for superior a 12 meses, após a data do balanço, a classificação é feita no não circulante. **3.6. Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativo financeiro. *Classificação e mensuração.* A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Debêntures	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Passivo financeiro. *Classificação e mensuração.* Os passivos financeiros da Companhia são fornecedores, obrigações trabalhistas a pagar, obrigações contratuais, dividendos a pagar, empréstimo e financiamentos, provisões de multas contratuais, saldos a pagar com partes relacionadas, passivo de arrendamento, Outros passivos financeiros e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "Outros passivos financeiros," sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. *Desreconhecimento (baixa).* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Estoques de materiais consumíveis.** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio ponderado, apurado a cada nova compra, o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo identificado, que é inferior ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.8. Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um ativo imobilizado é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício, em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **3.9. Impairment de ativos não financeiros.** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração avaliou e não identificou, no final do período de reporte, indicação de que um dos seus ativos não financeiros possa ter sofrido desvalorização. **3.10. Empréstimos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.11. Impostos e taxas.** Imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa no valor de R$ 35.247 (R$ 11.208 em 31 de dezembro de 2022), dos quais em função do plano de negócios e expectativa de lucro tributáveis futuros estão registrados imposto de renda e contribuição social diferido R$12.284 e R$12.284 na controladora e consolidado, respectivamente (em 2022 - R$9.547 e R$9.547 na controladora e consolidado, respectivamente). ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Em 2023 e 2022 a Administração concluiu que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedem de tribunais administrativos e judiciais, sendo assim não identificou riscos e incertezas sobre seus processos. Tributos sobre serviços. A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: 1. Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; 2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; 3. Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%. Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **3.12. Reconhecimento da receita.** A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **Tipo de serviço - Natureza, época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento - Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15). Mergulho: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos até 50m de profundidade, por meio de mergulhadores.** As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados. O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO). **Embarcações: Apoio marítimo para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV.** A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado, que consolidam os RDOs do período. **Escalada: Serviços de inspeção, reparo e manutenção através de escalada industrial.** Os valores são recebidos em até 30 da data do faturamento para Petrobras e em até 60 dias da data do faturamento para outros clientes. O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos. **Pull In/Pull Out: Serviços de conexão e fixação (pull in) e desmobilização (pull out) de dutos fixos em unidades estacionárias de produção.** No caso da Petrobras, existem ativos de contrato oriundos de retenção contratual que são reconhecidos no circulante e no não circulante pelo seu valor presente, conforme descrito na Nota 9. A receita de serviços a faturar corresponde a receita de serviços efetivamente prestados, cujos recebimentos são incondicionais e os documentos fiscais ainda não foram emitidos ao cliente. **ROV: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

SISTAC - Sistemas de Acesso S.A.

CNPJ 00.832.397/0001-88

com a utilização de ROVs (Remote Operated Vehicle). A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado. **Mergulho Profundo: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos entre 50m e 300m de profundidade, por meio de mergulhadores em saturação.** As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados. O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) Prestação de serviços. A Administração analisa os contratos de serviços, conforme abaixo: • Os Faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes; • Os materiais utilizados na prestação de serviço são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes; • No caso de rescisão de contrato, a Sistac recebe pelos serviços executados e aprovados até o momento da rescisão do contrato; • Todas as receitas são provenientes de contratos de prestação de serviços por preço fixo e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Os contratos com a Petrobras possuem clausula de retenção, ou seja, o serviço é prestado e existe um valor a receber incondicional, mas a Petrobras pagará o respectivo montante apenas no final do contrato. Essas retenções são consideradas pela Petrobras como uma forma de garantia para possíveis eventos de inadimplência de encargos sociais e são calculadas com base em um percentual aplicado sobre o valor faturado, conforme descrito na nota explicativa 9. Esses ativos de contrato são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante e serão ajustados no final do contrato, conforme definido com Petrobras. b) Receita financeira. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.13. Benefícios a empregados.** a) Benefícios de curto prazo a empregados. Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. b) Acordos de pagamento baseado em ações. O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O plano de opções de ações da Companhia tem como característica o pagamento dos *vestings* antecipados, os quais foram pagos integralmente no momento da outorga e esse valor equivalia ao valor justo das opções, dessa forma não há registro de valor de mercado das ações por não caracterizar perda para os acionistas da Companhia. **3.14. Lucro por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Sistac pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos. **3.15. Informações por segmento.** A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando os seguintes segmentos operacionais: Mergulho, Embarcações, Mergulho Saturado e Serviços *Top-Side*, que são utilizados como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Sistac. **3.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações contábeis da Companhia. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 4.1. Provisões. As provisões são reconhecidas quando: • A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; • É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e • O valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.2. Estimativas e julgamentos.** As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A Sistac utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas. A Sistac revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. As taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Administração não identificou risco significativo de realização do seu contas a receber. Provisão para riscos contingentes. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita com auxilio de nossos consultores externos. Depreciação e amortização. A depreciação e amortização são calculadas para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado e intangível, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Anualmente a Administração revisa a vida útil de seus ativos de longo prazo. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado. Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment test*). A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, através do método de fluxo de caixa descontado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração utilizou a taxa de 14,10% para desconto de fluxo de caixa. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imobilizado e intangível. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos, em um determinado período de tempo. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração registra o direito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre base negativa e prejuízo fiscal com base na expectativa de lucro tributável futuro, a qual a revisada anulamente com base no plano de negócios da Companhia. **5. Instrumentos financeiros: 5.1. Fatores de risco.** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. 5.1.1. Risco de mercado. i) *Risco cambial.* Ainda que a totalidade dos seus serviços sejam prestados em território nacional, a Companhia efetua parte de suas compras no mercado internacional e, portanto, está exposta ao risco cambial. Os principais desembolsos ocorrem nas moedas dólar dos Estados Unidos (USD), euro (EUR), libra esterlina (GBP) e coroa norueguesa (NOK). Para fazer frente a estes desembolsos e reduzir sua exposição, a Sistac possui parte de seus contratos de receita reajustados mensalmente pelo dólar dos Estados Unidos (USD) pela taxa Ptax do Bacen. O risco cambial ocorre quando operações futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração estabeleceu diretrizes que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ativos ou passivos financeiros registrados em moeda estrangeira em seu balanço em volumes imateriais, principalmente Caixa e Fornecedores na controlada Sistac B.V. ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.* A Sistac possui aplicações financeiras que são remuneradas a partir das taxas de juros vinculados à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Além disso, também possui empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros também são referenciadas no CDI, portanto pós-fixados. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São equacionados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, definindo a Sistac uma mudança razoável na taxa de juros e avaliando o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros. 5.1.2. Risco de crédito. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes incluindo contas a receber em aberto. Levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores considerados relevantes, a Companhia analisa o risco de crédito de cada cliente. As análises de risco de crédito são realizadas periodicamente, consideram dados específicos disponíveis em mercado e, em função da relevância de cada cliente, são feitas de forma segmentada para o principal cliente (Petrobras) e demais clientes. A Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dos clientes. Também não existe histórico na Sistac de descumprimento por parte de qualquer cliente. 5.1.3. Risco de liquidez. A Sistac monitora as previsões de necessidade de fluxo de caixa para assegurar a existência de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Estas previsões levam em consideração, nomeadamente, os planos de empréstimo e financiamento da dívida da Companhia. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a Administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R$30.346 na controladora e R$30.449 no consolidado (em 31 de dezembro de 2022 R$37.693 na controladora e R$37.857 no consolidado) e contas a receber líquidos de R$40.906 na controladora e consolidado (R$66.155 em 31 de dezembro de 2022) o qual se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia de vencimento em curto prazo na rubrica de Fornecedores, representa em 31 de dezembro de 2023, R$10.265 na controladora e R$10.425 no consolidado (em 31 de dezembro de 2022 R$7.495 na controladora e R$7.694 no consolidado) os quais vencem num prazo menor que um ano. Este prazo corresponde ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. A conta de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, que representa em 31 de dezembro de 2023, R$134.420 na controladora e no consolidado (em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R$101.192 na controladora e no consolidado. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
2023				
Fornecedores	10.265	–	–	10.265
Empréstimos e Financiamentos	6.351	7.143	–	13.494
Debêntures	25.926	90.000	5.000	120.926
2022				
Fornecedores	7.495	–	–	7.495
Empréstimos e Financiamentos	79.007	22.185	–	101.192
Debêntures	–	–	–	–

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
2023				
Fornecedores	10.425	–	–	10.425
Empréstimos e Financiamentos	6.351	7.143	–	13.494
Debêntures	25.926	90.000	5.000	120.926
2022				
Fornecedores	7.695	–	–	7.694
Empréstimos e Financiamentos	79.007	22.185	–	101.192
Debêntures	–	–	–	–

5.1.4. Análise de sensibilidade. A Administração identifica para cada risco de mercado a qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2023. Para cada situação identificada, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível na data do balanço e considerando um cenário temporal de 3 meses. Adicionalmente, apresenta dois cenários nos termos determinados pela CVM na referida instrução: (i) um cenário identificado como "possível" com deterioração e valorização na cotação da variável de risco de 25% em relação ao cenário provável, e (ii) outro cenário identificado como "remoto" com deterioração e valorização na cotação da variável de 50% em relação ao cenário provável. O quadro a seguir apresenta, para cada situação, o efeito na variação da taxa de juros no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

	Fator de Risco	Montante	Cenário I Provável	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Cenário Taxa de Juros			11,25%	14,06%	16,88%
Aplicações Financeiras	CDI	17.409	1.958	2.448	2.938
Empréstimos e Financiamentos	CDI	13.494	(1.518)	(1.898)	(2.277)
Debêntures	CDI	120.926	(13.604)	(17.005)	(20.406)
Efeito Líquido no Resultado			**(13.164)**	**(16.455)**	**(19.746)**

A análise de sensibilidade apresenta a simulação de alterações no fator de risco taxa de juros (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% no fator de risco (taxa de juros - CDI), respectivamente. **5.2. Gestão do capital.** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em função das mobilizações de novos contratos a Companhia teve como estratégia aumentar o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

Controladora	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 13)	13.494	101.192
Debêntures (Nota 14)	120.926	–
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(30.346)	(37.693)
(-) Aplicações em Garantia (Nota 6)	(1.903)	(3.955)
Dívida líquida	**102.171**	**59.544**
Total do Patrimônio líquido	80.885	133.397
Total do Capital (PL - Dívida Líquida)	**(17.475)**	**73.853**
Índice de alavancagem financeira - %	120,63	44,64
Consolidado	**2023**	**2022**
Total dos empréstimos (Nota 13)	13.494	101.192
Debêntures (Nota 14)	120.926	–
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(30.449)	(37.857)
(-) Aplicações em Garantia (Nota 6)	(1.903)	(3.955)
Dívida líquida	**102.068**	**59.379**
Total do Patrimônio líquido	80.885	133.397
Total do Capital (PL - Dívida Líquida)	**(17.372)**	**74.018**
Índice de alavancagem financeira - %	120,51	44,51

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são apresentados na tabela a seguir:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Derivativos	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado
Outras contas a pagar	Custo amortizado

Os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo, são avaliados utilizando diferentes métodos de avaliação, os quais correspondem a diferentes níveis, definidos como segue: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Controladora	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	30.346	30.346	37.693	37.693
Contas a receber de clientes	40.906	40.906	66.155	66.155
Adiantamentos	12.348	12.348	10.737	10.737
Aplicações em garantia	1.903	1.903	3.955	3.955
Outros ativos financeiros	–	–	3.626	3.626
Ativo de contrato - retenções contratuais	45	45	44	44
Passivos financeiros				
Fornecedores	10.265	10.265	7.495	7.495
Empréstimos e financiamentos	13.494	13.494	101.192	101.192
Debêntures	120.926	120.926	–	–
Saldos a pagar - Parte relacionada	13.312	13.312	10.086	10.086
Outras contas a pagar	5.862	5.862	5.683	5.683

Consolidado	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	30.449	30.449	37.857	37.857
Contas a receber de clientes	40.906	40.906	66.155	66.155
Adiantamentos	12.348	12.348	10.737	10.737
Aplicações em garantia	1.903	1.903	3.955	3.955
Outros ativos financeiros	–	–	3.626	3.626
Ativo de contrato - retenções contratuais	45	45	44	44
Passivos financeiros				
Fornecedores	10.425	10.425	7.694	7.694
Empréstimos e financiamentos	13.494	13.494	101.192	101.192
Debêntures	120.926	120.926	–	–
Outras contas a pagar	5.862	5.862	5.683	5.683

6. Caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras em sua maior parte, são representadas por certificados de depósitos bancários CDB ou fundos de investimentos mantidos, e tendo como média 97,13% do CDI, em 31 de dezembro de 2023 (97,80% do CDI em 31 de dezembro de 2022), em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	**2023**	2022
Caixa e equivalente de caixa	**30.346**	37.693	**30.449**	37.857
Aplicações em garantia	**1.903**	3.955	**1.903**	3.955
Total	**32.249**	41.648	**32.352**	41.812

A Companhia possui, de acordo com contratos de empréstimos e financiamento, parte do saldo do Fundo de investimento em renda fixa, em garantia conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	**2023**	2022
Aplicações em garantia – Circulante	**816**	1.937	**816**	1.937
Aplicações em garantia – Não circulante	**1.087**	2.018	**1.087**	2.018

As aplicações em garantia não são consideradas caixa e equivalentes de caixa. A seguir apresentamos a receita financeira auferida durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	**2023**	**2022**
Rendimento das aplicações financeiras (Nota 20)	**4.623**	1.765	**4.623**	1.765

7. Contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber de clientes segregados por prazo de vencimento encontra-se, como demonstrado a seguir:

	2023	2022
A faturar (*)	28.688	35.660
Faturados		
A vencer em até 30 dias	10.911	30.495
A vencer em até entre 31 a 60 dias	–	28.763
Vencidos	1.307	1.732
Total	**40.906**	**66.155**

(*) Correspondem a serviços prestados, com boletins de medição aprovados pelos clientes, porém ainda não faturados. Em 31 de dezembro de 2023 há créditos vencidos no montante de R$1.307 (R$1.732 em 2022), para os quais a Administração entende não haver risco, e consequentemente não registrou provisão para perda. A seguir apresentamos o contas a receber conforme natureza de serviços prestados:

	2023	2022
Mergulho	**17.838**	28.263
Embarcações	**10.097**	17.949
Mergulho Saturado	**6.915**	5.818
Serviços Top-Side	**5.018**	14.125
ROV	**1.038**	–
Total	**40.906**	66.155

Em 31 de dezembro de 2023, a concentração de clientes em relação ao contas a receber é de paroximadamente 50% composto pela Petrobras e 50% por IOCs (17% Petrobras e 83% IOCs em 31 de dezembro de 2022). **8. Estoques de materiais consumíveis.** Estoques consumíveis de curto prazo

	Controladora e Consolidado	
	2023	**2022**
Materiais e peças de Reposição/Spare Parts	**170**	2.045
Materiais Hidráulicos, Pneumáticos e Conexões	**1.920**	2.282
Materiais elétrico e eletrônico	**1.913**	2.024
Ferramentas, acessórios para Ferramentas	**502**	854
Materiais e Utensílios	**3.713**	3.765
Materias e Equipamentos de Informática	**539**	633
Uniformes, EPI, EPC Medicamentos e SMS	**814**	980
Materiais Químicos,Tintas e Lubrificantes	**552**	734
Outros	**1.095**	1.294
Total	**11.218**	14.611

A Companhia possui em seus estoques ferramentas e peças de reposição de uso interno que, são exigências contratuais, ou itens de garantia operacional, e por isso apresentam giro de estoque superior a 12 meses. Por esse motivo esses itens são apresentados como estoques consumíveis de longo prazo no montante de R$5.144 na controladora e consolidado (R$4.199 em 2022). **9. Ativo de contrato - retenções contratuais.** Refere-se a retenções contratuais em recebimentos das notas fiscais de serviço faturados para Petrobras, cujos percentuais estão apresentados no quadro abaixo.

Tipo de Serviço	% Ret. Contratual
Vitória - Afretamento + Tripulação	2,50%
Megulho Profundo	2,50%
Mergulho Raso	1,93%

	2023	2022
Ativo de contrato - retenções contratuais	44	44
Atualização Monetária	1	–
Total Circulante	**45**	**44**
Ativo de contrato - retenções contratuais	13.154	9.200
Atualização Monetária	1.137	689
Total Não Circulante	**14.291**	**9.889**
Total Ativo de contrato - retenções contratuais	**14.336**	**9.933**

10. Investimentos em controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui participação em 100% da controlada Sistac BV, situada na Holanda. Resumo das movimentações

	2023	2022
Saldo inicial	23.133	21.356
Equivalência Patrimonial	1.297	1.622
Investimento para Aumento de Capital	7.080	–
Ajuste Acumulado de Conversão - CTA	(48)	155
Saldo no final do exercício	**31.462**	**23.133**

As principais informações sobre a controlada a qual possui exercício social também encerrado em 31 de dezembro de 2023, estão apresentadas a seguir:

Ativo	**2023**	**2022**
Imobilizado e Intangível	18.184	13.053
Outros ativos	13.439	10.279
Total dos ativos	**31.623**	**23.332**
Passivo	**2023**	**2022**
Fornecedores	161	199
Patromônio líquido	30.165	21.511
Passivo + PL	**30.326**	**21.710**
Resultado	**2023**	**2022**
Receitas	4.266	4.292
Custos e despesas	(2.969)	(2.670)
Lucro líquido do exercício	**1.297**	**1.622**

11. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos - Controladora e Consolidado 2023

		Controladora			
Custo de aquisição	**Taxa depreciação**	**01/01/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2023**
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	42.835	4.254	(77)	47.012
Equipamentos de mergulho	5 anos	73.445	1.682	–	75.127
Embarcações	20 anos	61.562	4.255	(1)	65.816
Docagem	2,5 anos	16.374	15.972	–	32.346
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.167	155	–	7.322
Arrendamentos	2 a 3 anos	4.273	823	–	5.096
Projeto De Mobilização	2,5 anos	–	3.510	–	3.510
Obras e Construções em Andamento	–	–	21.540	–	21.540
Outros	5 a 10 anos	22.362	2.554	(1.611)	23.305
Subtotal		**228.018**	**54.745**	**(1.689)**	**281.074**
Depreciação Acumulada	**Taxa depreciação**	**01/01/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2023**
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(23.016)	(3.803)	22	(26.797)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(52.324)	(11.191)	–	(63.515)
Embarcações	20 anos	(26.457)	(4.394)	–	(30.851)
Docagem	2,5 anos	(9.659)	(9.859)	–	(19.518)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(6.358)	(336)	–	(6.694)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(2.151)	(1.840)	–	(3.991)
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	(3.009)	–	(3.009)
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	(14.296)	(2.137)	863	(15.570)
Subtotal		**(134.261)**	**(36.569)**	**885**	**(169.945)**
Total Líquido		**93.757**	**18.176**	**(804)**	**111.129**

		Consolidado			
Custo de aquisição	**Taxa depreciação**	**01/01/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2023**
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	64.923	11.131	(77)	75.977
Equipamentos de mergulho	5 anos	73.445	1.682	–	75.127
Embarcações	20 anos	61.562	4.255	(1)	65.816
Docagem	2,5 anos	16.374	15.972	–	32.346
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.167	155	–	7.322
Arrendamentos	2 a 3 anos	4.273	823	–	5.096
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	3.510	–	3.510
Obras e Construções em Andamento	–	–	21.540	–	21.540
Outros	5 a 10 anos	22.362	2.552	(1.611)	23.303
Subtotal		**250.106**	**61.620**	**(1.689)**	**310.037**
Depreciação Acumulada	**Taxa depreciação**	**01/01/2023**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2023**
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(32.052)	(5.521)	22	(37.551)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(52.324)	(11.191)	–	(63.515)
Embarcações	20 anos	(26.457)	(4.394)	–	(30.851)
Docagem	2,5 anos	(9.659)	(9.859)	–	(19.518)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(6.358)	(336)	–	(6.694)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(2.151)	(1.840)	–	(3.991)
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	(3.009)	–	(3.009)
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	(14.295)	(2.138)	864	(15.569)
Subtotal		**(143.297)**	**(38.288)**	**886**	**(180.698)**
Total Líquido		**106.810**	**23.332**	**(803)**	**129.339**

Custo de aquisição	**Taxa depreciação**	**01/01/2022**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2022**
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	38.631	4.590	(386)	42.835
Equipamentos de mergulho	5 anos	70.921	3.661	(1.137)	73.445
Embarcações	20 anos	60.086	1.571	(95)	61.562
Docagem	2,5 anos	11.503	6.206	(1.335)	16.374
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	3	(23)	7.167
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.943	2.330	–	4.273
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	–	–	–
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	19.565	3.146	(349)	22.362
Subtotal		**209.836**	**21.507**	**(3.325)**	**228.018**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

SISTAC - Sistemas de Acesso S.A.

CNPJ 00.832.397/0001-88

Depreciação Acumulada	Taxa depreciação	01/01/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(19.814)	(3.482)	280	(23.016)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(42.635)	(10.730)	1.041	(52.324)
Embarcações	20 anos	(22.699)	(3.785)	27	(26.457)
Docagem	2,5 anos	(9.296)	(1.695)	1.332	(9.659)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(5.623)	(751)	16	(6.358)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.512)	(639)	–	(2.151)
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	–	–	–
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	(12.665)	(1.949)	319	(14.296)
Subtotal		**(114.245)**	**(23.031)**	**3.015**	**(134.261)**
Total Líquido		**95.591**	**(1.524)**	**(310)**	**93.757**

Consolidado

Custo de aquisição	Taxa depreciação	01/01/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	60.719	4.590	(386)	64.923
Equipamentos de mergulho	5 anos	70.921	3.661	(1.137)	73.445
Embarcações	20 anos	60.086	1.571	(95)	61.562
Docagem	2,5 anos	11.503	6.206	(1.335)	16.374
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	3	(23)	7.167
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.943	2.330	–	4.273
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	–	–	–
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	19.565	3.146	(349)	22.362
Subtotal		**231.924**	**21.507**	**(3.325)**	**250.106**
Depreciação Acumulada	**Taxa depreciação**	**01/01/2022**	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2022**
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(27.351)	(4.982)	280	(32.052)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(42.635)	(10.730)	1.041	(52.324)
Embarcações	20 anos	(22.700)	(3.785)	27	(26.457)
Docagem	2,5 anos	(9.296)	(1.695)	1.332	(9.659)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(5.623)	(751)	16	(6.358)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.512)	(639)	–	(2.151)
Projeto de Mobilização	2,5 anos	–	–	–	–
Obras e Construções em Andamento	–	–	–	–	–
Outros	5 a 10 anos	(12.665)	(1.949)	319	(14.295)
Subtotal		**(121.781)**	**(24.531)**	**3.015**	**(143.297)**
Total Líquido		**110.143**	**(3.023)**	**(310)**	**106.810**

Redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) /IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais riscos de perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis através das atividades operacionais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificados indicativos para redução ao valor recuperável. **12. Obrigações trabalhistas**

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Remunerações e encargos de Folha a pagar	**17.278**	13.820
Provisão de férias	**11.880**	13.448
Provisão de bônus	**4.449**	3.687
Contribuição sindical a pagar	**11**	6
Saldo no final do período	**33.618**	30.961

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento observável na linha de remunerações e encargos de folha a pagar deve-se principalmente ao aumento dos salários em função do acordo coletivo. **13. Empréstimos e financiamentos**

Controladora e Consolidado	Encargos Médios a.a.	Vencimento	2023	2022
Circulante				
CEF	3,91% + CDI	mar/2026	6.351	6.469
Bradesco	23,15%	ago/2027	–	1.564
Itaú (Kgiro)	5,9% + CDI	dez/2023	–	8.547
Itaú (Ponte)	4,15% + CDI	abr/2023	–	55.661
Santander	9,65%	ago/2023	–	2.895
Abc	3,68% + CDI	jan/2024	–	3.871
Total Circulante			**6.351**	**79.007**
Não Circulante				
CEF	3,91% + CDI	mar/2026	7.143	12.857
Bradesco	23,15%	ago/2027	–	9.167
Santander	9,65%	ago/2023	–	–
Abc	3,68% + CDI	jan/2024	–	161
Total Não Circulante			**7.143**	**22.185**
Total empréstimos e financiamento			**13.494**	**101.192**
Instrumento financeiro derivativo (*)			–	(3.626)
Total Geral Líquido			**13.494**	**97.566**
Conta garantia			1.903	3.955
Total Geral Conta Garantia			**1.903**	**3.955**

(*) Em 2022 a Companhia tinha contratados instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio nos empréstimos com o Itaú. Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são integralmente denominados em reais brasileiros. Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de empréstimos da Companhia não possuem cláusulas de penalidades de liquidação antecipada (*covenants* financeiros) com exceção da Debenturês, tratadas na Nota 14. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Ano	Saldo inicial	Captação	Provisão de juros	Variação Cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo final
2023	101.192	50.598	1.620	–	(135.870)	(4.046)	13.494
2022	68.614	94.214	8.491	5.173	(68.284)	(7.016)	101.192

14. Debêntures: Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações. O montante captado é de R$ 120.000, com juros de CDI acrescido de 3,85% a.a. e vencimento em fevereiro de 2028. O pagamento de juros ocorrerá mensalmente, sendo a primeira liquidação devida em 10 de março de 2023 e términio em 10 de fevereiro de 2028. O instrumento possui carência de 12 meses de amortização de principal, e na sequência com liquidação mensal, a partir de 10 de março de 2024 com conclusão em 10 de fevereiro de 2028. As Debêntures ainda possuem cláusula de vencimento antecipado, a depender do não cumprimento com certos índices financeiros, conforme apresentados a seguir: **14.1 - *Covenants* Financeiros:** • Dívida líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5x a partir de dezembro de 2023, apurado anualmente; e • Foi aprovada em 28 de dezembro de 2023 a postergação (waiver) do cálculo do índice financeiro da clausula de vencimento anteciopado no contrato da Debênture para 31 de dezembro de 2024. **14.2 - Movimentação das debêntures:** A seguir a composição e a movimentação das debêntures ao longo do exercício de 2023.

	Encargos Médios a.a.	Vencimento	2023	2022
Circulante				
Debêntures	3,85% + CDI	fev/2028	25.926	–
Total Circulante			**25.926**	–
Não Circulante				
Debêntures	3,85% + CDI	fev/2028	95.000	–
Total Não Circulante			**95.000**	–
Total Debêntures			**120.926**	–

Ano	Saldo inicial	Captação	Provisão de juros	Variação Cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo final
2023	–	120.000	15.825	–	–	(14.899)	120.926

O objetivo da Companhia ao captar as debêntures é reestruturar suas dividas e garantir capacidade de investimento em ativos que lher permitirão honrar com os contratos de longo prazo que vêm firmando com parceiros importantes. **14.3 - Não cumprimento das cláusulas de *covenants:*** Conforme mencionado na Nota 1, em consequência de parada não programada de duas das suas principais embarcações, a Companhia não foi capaz de atender o EBITDA necessário para cumprimento com a determinação nas cláusuas de medição financeira de *covenants* na base de 31 de dezembro de 2023. Assim, com risco de que os debenturistas decretassem vencimento antecipado da dívida. Entretanto através de Assembleia Geral de Debenturistas, em 28 de dezembro de 2023, a Companhia obteve a carta de *waiver* de medição de tais índices financeiros, aprovando por unanimidade, que o cálculo seja realizado ao final do próximo exercício. Como consequência em 31 de dezembro de 2023, as obrigações com debêntures seguem com prazo de vencimento, de principal e juros, original, conforme estabelecido no contrato de Debênture. Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia honrou com a liquidação das parcelas de juros e principal, conforme data de vencimento estabelecida em contrato. **15. Provisão para processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação das causas contingentes da Companhia são de natureza trabalhista e estão apresentadas a seguir, em comparação com o ano anterior o aumento se deu em virtude de prognóstico de possíveis para prováveis. Movimentação da provisão

Ano	Saldo inicial	Acréscimo	Reversão	Pagamento	Saldo final
2023	1.169	7.801	–	–	8.970
2022	20	1.169	(20)	–	1.169

A Companhia ainda possui processos contingentes, cujos consultores juridicos tratam o risco de perda como possível, o de natureza tributária é IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) de 2012 e Previdenciario é de 2007 conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado 2023	2022
Tributário	**13.753**	**10.865**
Trabalhista (a)	**1.601**	**20.156**
Cível	**120**	**–**
Total	**15.474**	**31.021**

(a) Principalmente devido a alteração de prognósticos e encerramento de processos trabalhistas. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social em 2023 e 2022 está composto da seguinte forma:

	Ações	Participação %
Blue Ocean Embarcações S.A.	3.000.000	100%
Total	**3.000.000**	**100%**

De acordo com entendimentos mantidos entre os acionistas realizou-se, no dia 05 de fevereiro de 2021, uma transação entre os sócios da Companhia, onde o sócio Mário Luiz Magalhães Gonçalves, detentor de 10% do capital social da Sistac, vendeu a totalidade de suas ações (300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) à Blue Ocean Embarcações S.A.. O termo de transferência foi assinado em 05 de fevereiro de 2021, mesma data em que a transação foi registrada no livro registro de ações da Companhia. Todas as ações emitidas estão integralizadas com a exceção do valor de R$ 470 a integralizar aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022 ainda não integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. A Sistac possui uma única classe de ações ordinárias. *Quantidade de ações emitidas e totalmente integralizadas - em reais*

	2023	2022
Capital Social	**90.222**	**90.222**
Quantidade de ações	**3.000.000**	**3.000.000**
Valor unitário	**30,07**	**30,07**

b) Distribuição dos lucros: Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Entretanto, em função dos prejuízos auferidos nos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não distribuiu dividendos. c) Reservas: Durante o exercício de 2022 o montante equivalente a R$7.724 foi utilizado para absorção do prejuízo das atividades da Sistac, e R$5.086 para absorção do patrimônio liquido negativo incorporado da Seasafe. Durante o exercício de 2023 o montante de reservas orçamentárias equivalente a R$33.652 e o montante de Reserva Legal equivalente a R$8.844 foram utilizados para absorção do prejuízo das atividades da Sistac. d) Plano de opções de ações: A reserva de plano de opções em ações é utilizada para reconhecer o valor das remunerações liquidadas em ações baseadas em ações oferecidas aos empregados, incluindo os principais executivos da Sistac. Para mais detalhes sobre estes planos, vide Nota 23. **16.1 Lucro por ação.** a) Básico e diluído: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores do lucro por ação, assim o lucro básico e o lucro diluído são iguais.

	2023	2022
Prejuízo do período	**(52.464)**	**(7.724)**
Parcela do lucro transferido para reserva legal	**–**	**–**
Lucro distribuível da Companhia	**–**	**–**
Quantidade de ações ordinárias em circulação	**3.000.000**	**3.000.000**
Lucro (prejuízo) básico por ação - em centavos de reais	**(17,49)**	**(2,57)**

17. Receita de vendas e/ou serviços: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a composição da receita é como segue:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Receita bruta de serviços	**246.672**	282.986
Impostos incidentes sobre serviços	**(27.757)**	(31.162)
Total	**218.915**	**251.824**

A receita bruta por atividade é composta da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Mergulho	113.657	116.175
Embarcações (incluindo serviços)	63.038	80.058
Escalada	6.879	24.440
Pull-in/ Pull-out	3.691	2.039
ROV	2.464	397
Mergulho profundo	56.943	59.606
Outros	–	271
Total	**246.672**	**282.986**

18. Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados por natureza esta abaixo apresentado:

	Controladora 2023	2022
Custo com pessoal	127.739	136.078
Amortizações e depreciações	36.550	22.948
Custos com materiais aplicados	19.624	20.154
Locações	9.654	12.741
Viagens e estadias	4.274	14.740
Serviços contratados	10.997	14.115
Gastos gerais	7.406	9.219
Crédito PIS/Cofins sobre depreciação (a)	(3.372)	(2.117)
Outros (b)	(5.324)	947
Total	**207.548**	**228.825**

	Consolidado 2023	2022
Custo com pessoal	127.739	136.078
Amortizações e depreciações	38.869	25.272
Custos com materiais aplicados	19.624	20.154
Locações	5.389	8.449
Viagens e estadias	4.274	14.740
Serviços contratados	10.997	14.115
Gastos gerais	7.406	9.219
Crédito PIS/Cofins sobre depreciação(a)	(3.372)	(2.117)
Outros(b)	(5.324)	947
Total	**205.602**	**226.857**

(a) Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços; (b) Referente a Capitalização de custos de docagem da embarcação Vitória durante o exercício de 2023. **19. Despesas operacionais. 19.1 Despesa administrativa**

Controladora	2023	2022
Gastos com pessoal	26.447	22.004
Serviços contratados	7.017	6.722
Total	**33.464**	**28.726**
Consolidado	**2023**	**2022**
Gastos com pessoal	26.447	22.004
Serviços contratados	7.563	7.203
Total	**34.010**	**29.207**

19.2 Despesa administrativa

Controladora e Consolidado	2023	2022
Materiais de consumo	338	201
Locações	651	470
Comunicação	115	152
Viagens e estadas	432	395
Amortizações e depreciações	947	779
Provisão para contingência	7.882	848
Energia elétrica	63	75
Publicações	5	9
Contribuições sindicais	141	166
Despesas gerais	3.760	200
Impostos e taxas	315	360
Multas	72	176
Total	**14.721**	**3.831**

20. Receitas (despesas) financeiras

Controladora	2023	2022
Receitas financeiras		
Atualização monetária	108	4.936
Instrumento financeiro de derivativo	–	3.626
Rendimentos sobre aplicação financeira	4.623	1.765
Receita Variação cambial	(88)	215
Outras receitas financeiras	6	83
Total das receitas financeiras	**4.649**	**10.625**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(20.464)	(8.267)
Despesa Variação cambial	(986)	(5.470)
Juros sobre impostos e importação	(36)	(362)
Multas e despesas bancárias	(3.277)	(628)
Outras despesas financeiras	(1.767)	(1.059)
Total das despesas financeiras	**(26.530)**	**(15.786)**
Resultado financeiro líquido	**(21.881)**	**(5.161)**

Consolidado	2023	2022
Receitas financeiras		
Atualização monetária	108	8.562
Rendimentos sobre aplicação financeira	4.623	1.765
Receita Variação cambial	(88)	215
Outras receitas financeiras	6	83
Total das receitas financeiras	**4.649**	**10.625**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(20.464)	(8.267)
Despesa Variação cambial	(986)	(5.470)
Juros sobre impostos e importação	(36)	(362)
Multas e despesas bancárias(a)	(3.277)	(628)
Outras despesas financeiras	(1.870)	(923)
Total das despesas financeiras	**(26.633)**	**(15.650)**
Resultado financeiro líquido	**(21.984)**	**(5.025)**

(a) Em virtude da 1ª Emissão de debêntures foram pagas taxas de estruturação (fee de estruturação), para os bancos debenturistas. **21. Imposto de renda e contribuição social. 21.1. Impostos a recuperar**

	Controladora e Consolidado 2023	2022
IR e CS sobre Faturamento (a)	11.820	10.739
IR sobre aplicações financeiras	1.882	449
Total	**13.702**	**11.188**

(a) O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre faturamento corresponde aos valores retidos sobre faturamento e que não foram necessários para compensação de IR e CS a recolher em 2023. A Companhia planeja utilizar estes impostos a recuperar para compensar impostos de mesma natureza no próximo exercício. **21.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** A seguir apresentamos a apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Resultado antes de IR/CSLL	**(55.201)**	**(10.722)**
Diferenças temporárias - adições		
Provisão para bônus e dissídio	14.470	16.815
Provisão para contingência	8.970	–
Provisão mensal	3.252	–
Outras despesas não dedutíveis	1.906	3.680
	28.598	**20.494**
Diferenças temporárias - exclusão		
Reversão provisão de contingência	–	(20)
Reversão de bônus e dissídio	(8.482)	(17.899)
Outras reversões	(2.697)	(4.967)
	(11.179)	**(22.886)**
Diferenças permanentes - adição e (exclusão)		
Bônus diretoria	1.953	1.362
Equivalência Patrimonial	(1.297)	(1.622)
Amortização Direito de Uso	1.840	639
Outras despesas permanentes	38	1.526
	2.535	**1.905**
Lucro real	**(35.247)**	**(11.208)**
Alíquota (IR e CSLL)	34%	34%
IR e CSLL Corrente	**(11.984)**	**(3.811)**
IR e CSLL Diferido	(2.737)	(2.998)
Taxa Nominal	34,00	34,00
Taxa Efetiva	4,96	27,96

22. Transações com partes relacionadas - contas a pagar: a) A Companhia possui saldos com partes relacionadas onde suas naturezas estão descritas abaixo: Sistac BV (R$ 13.312 em 2023 e R$ 10.086 em 2022) - Locação de equipamentos. b) Remuneração dos administradores: Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e pró-labore. O total de benefícios de curto prazo pagos aos Administradores em 2023 foi de R$ 4.539 (R$ 2.662 em 31 de dezembro de 2022). **23. Programa de remuneração baseado em ações:** A Assembleia Geral Extraordinária aprovou em 30 de dezembro de 2016, a criação do Plano de Opções de Compra de Ações, programa de incentivo de longo prazo de compra de ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia. O mencionado plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, outorgadas ao executivo, Beneficiário do programa, a determinado preço de exercício por ação – ou preço de compra da ação – que deve ser exercido em período ou prazo de exercício. Na data do exercício do direito as ações alienadas ao Beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição. O plano prevê ainda, que, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Companhia de forma proporcional à quantidade das novas ações subscritas. O beneficiário do Plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação *(vesting)* do plano, podendo exercer o direito de compra até a data de expiração do referido direito (8 anos contados após 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre os Executivos contemplados pelo Plano e a Sistac). O beneficiário possui direito de venda conjunta *(tag along)* proporcional a participação societária detida, mas tem o dever de venda conjunta *(drag along)*, podendo a Companhia nesse caso exigir a venda da posição detida pelo beneficiário. A cada outorga, o executivo elegível tem o direito de adquirir as ações vendidas pelo preço de exercício atualizado até a data de aquisição das ações outorgadas. A quantidade de opções de compra e o preço de exercício são estabelecidos conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre os Executivos e a Sistac. De acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações foi autorizado a concessão do direito de compra da totalidade de 169.931 ações com o preço de exercício de R$ 61,25 por ação, corrigido pelo IPC-A desde 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações até a data da efetiva subscrição ou compra, conforme o caso. As informações sobre os programas estão abaixo descritas:

Plano de opção de compra de ações

Quantidade de Opções Outorgadas aos Participantes	**169.931**
Preço de Exercício	R$ 61,25
Correção do Preço de Exercício	IPCA desde 30 de dezembro de 2016 até a data de exercício da opção de compra.

Prazo para exercício das opções

(a) Até 30 de setembro de 2017, o participante não poderá exercer as opções
(b) A partir de 01 de outubro de 2017 até 30 de setembro de 2018, o participante poderá exercer até 12,5% das opções
(c) A partir de 01 de outubro de 2018 até 30 de setembro de 2019, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 37,5% das Ações
(d) A partir de 01 de outubro de 2019 até 30 de setembro de 2020, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 62,5% das Ações
(e) A partir de 01 de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 87,5% das Ações
(f) A partir de 12 de outubro de 2021, o participante poderá exercer até 12,5% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 100,0% das Ações

(*) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Data da maturação	Correção no prazo do exercício	Data de vencimento	Quantidade de ações outorgadas
A partir de 01/10/2017	IPCA	30/12/2024	21.241
A partir de 01/10/2018	IPCA	30/12/2024	42.483
A partir de 01/10/2019	IPCA	30/12/2024	42.483
A partir de 01/10/2020	IPCA	30/12/2024	42.483
A partir de 01/10/2021	IPCA	30/12/2024	21.241
Total			**169.931**

Mensuração do valor justo: A mensuração foi realizada através do Método da Simulação de Monte Carlo para a precificação de opções de ações, considerando que a ação segue um processo aleatório predeterminado. Como o direito de exercício pode ser exercido a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, as opções em questão são do tipo americana. Portanto, o modelo mais adequado para a precificação das mesmas é o Método de Simulação de Monte Carlo aplicado sobre o preço do ativo, que segue um processo estocástico predefinido. As premissas adotadas na determinação do valor justo das opções estão descritas abaixo:

Preço de Exercício	**R$ 61,25 por ação**
Duração *(Vesting Period)*	8 anos
Taxa de Retorno Livre de Risco	5,91% - IPCA
Volatilidade Esperada (% aa)	28,87%
Valor Justo Apurado das Opções em 2016	R$ 462.792,42

O valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 112, (R$ 112 em 31 de dezembro de 2021), valores estes referentes ao vesting period. Até a presente data as outorgas maturadas não foram exercidas pelos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração. As opções dos programas acima somente poderão ser exercidas em caso de ocorrência de alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de controle da Companhia. A Administração da Companhia informa que não foram exercidas quaisquer opções durante os exercícios de 2023 e 2022. **24. Seguros:** A Sistac gere os seus riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Além disso, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

2023			
Ramo	**Seguradora**	**Prêmio Total**	**Valor Segurado/LMI**
Autofrota	Porto Seguro	7	100% Tabela FIP
Cascos Marítimos	Axa	117	109.338
Patrimonial	Fairfax	92	59.151
RD Equipamentos	Bradesco	33	1.600
Ambiental	Starr	753	50.000
P&I - Protection and Indemnity *	ShipOwners	55	5.300.000
Responsabilidade Civil Geral	Chubb	33	39.000
Riscos de Petróleo	Tokio Marine	1.061	70.000
D&O	Zurich	58	50.000

(*) Valor segurado em dólares, retratado aqui em Reais como referência. **25. Informações por segmento:** A Administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelo comitê diretivo estratégico com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos. Os negócios estão distribuídos e gerenciados nos segmentos operacionais conforme a seguir: Mergulho: O segmento de mergulho tem como principal atividade a prestação de serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos para a indústria de exploração e produção de óleo e gás por meio de mergulhadores (majoritariamente) e de veículos operados remotamente (ROV). A Companhia atua também na elaboração de serviços de engenharia para a execução de reparos e manutenção destas estruturas. A Companhia detém o certificado IMCA (International Marine Contractors Association), concedido pela IMCA. Embarcação: O segmento de Embarcações inclui três embarcações próprias do tipo SDSV (*Shallow Diving Support Vessel)*, duas dedicadas à atuação em toda a costa brasileira e uma atuação em águas abrigadas. Os SDSVs são embarcações de apoio à indústria de óleo e gás, construídas especificamente para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV. Os contratos com as embarcações incluem o afretamento das embarcações, bem como os serviços de mergulho raso e ROV. Mergulho saturado: O segmento de mergulho saturado refere-se aos serviços de intervenções executados com o uso de mergulhadores entre 50m e 300m da lâmina d'água a partir de embarcação específica (DSV - *Diving Support Vessel*). Devido à alta pressão decorrente das profundidades mais elevadas, os mergulhadores necessitam permanecer em câmaras que simulam a pressão do ambiente em que as inspeções, manutenções ou reparos serão executados, imersos em uma mistura gasosa a base de gás hélio e oxigênio. No contrato de prestação de serviço de Mergulho Saturado, a Companhia conta com um parceiro estratégico que é proprietário da embarcação do tipo DSV. Serviços Top-Side: O segmento de Serviços *Top-Side* engloba atividades de *Pull-In* e *Pull-Out*, Manutenção de Guinchos de *Pull-In/Out* e Escalada Industrial. A atividade de *Pull-In* engloba um conjunto de manobras de superfície, a bordo de uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a fim de viabilizar a transferência de um duto a ser interligado à plataforma, por intermédio de operações de conexão e fixação. São realizadas, ainda, operações de desmobilização desses dutos (*Pull-Out)*. A atividade de Escalada Industrial inclui os serviços de inspeção, reparo e manutenção em que cordas e equipamentos de escalada são usados para alcançar locais que necessitam serem inspecionados ou reparados. A técnica de acesso por cordas é o método mais seguro, rápido e eficiente para realizar trabalhos em altura. A Companhia detém o certificado IRATA, concedido pela certificadora IRATA.

a) Informações por segmento

31 de dezembro de 2023	Mergulho	Embarcações	Serviços Top-Side	Mergulho Saturado	Corporativo	Consolidado
Ativo	60.041	194.669	6.887	2.884	21.102	285.583
Imobilizado	22.664	73.482	2.600	1.088	7.965	107.799
Passivo	42.234	136.936	4.845	2.028	14.844	200.887
Patrimônio líquido	17.806	57.733	2.043	855	6.258	84.695
31 de dezembro de 2022	**Mergulho**	**Embarcações**	**Serviços Top-Side**	**Mergulho Saturado**	**Corporativo**	**Consolidado**
Ativo	119.576	130.256	10.859	4.487	23.358	288.536
Imobilizado	44.180	48.126	4.012	1.658	8.630	106.606
Passivo	64.293	70.035	5.838	2.414	12.559	155.139
Patrimônio líquido	55.283	60.220	5.020	2.075	10.799	133.397

2022	Mergulho	Embarcações	Serviços Top-Side	Mergulho Saturado	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Receita líquida	76.505	105.070	23.748	46.502	–	251.824
Custos dos serviços prestados	(95.826)	(54.183)	(18.539)	(24.360)	(33.949)	(226.856)
Lucro bruto	**(19.321)**	**50.887**	**5.209**	**22.142**	**(33.949)**	**24.968**
Resultado não operacional	5	180	(252)	2.291	198	2.423
Despesas vendas e administrativas	(482)	–	–	–	(32.605)	(33.086)
Depreciação	12.794	6.069	1.416	1.081	2.575	23.935
EBITDA	**(7.004)**	**57.136**	**6.373**	**25.514**	**(63.780)**	**18.239**

Carlos Eduardo Barroso Madaleno - Diretor Presidente
Viviane dos Santos Saraiva - Diretora Financeira
Marcio Roberto Branco Albuquerque - Contador Responsável (CRC-RJ 085719/O-4)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da **SISTAC - Sistemas de Acessos S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SISTAC - Sistema de Acessos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princí-

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

SISTAC - Sistemas de Acesso S.A.

CNPJ 00.832.397/0001-88

pios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Recuperabilidade de ativos não financeiros de longo prazo: Conforme mencionado nas notas explicativas 11 em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativos não financeiros de longo prazo significativos, representado principalmente pelo ativo Imobilizado de R$111.129 mil na controladora e R$129.339 mil no consolidado. A expectativa de realização de tais ativos não financeiros é revisada anualmente pela Administração, conforme estabelecido pelo CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em conjunto com a revisão do plano de negócios da Companhia, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais da Companhia e do mercado em que opera, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes a preparação do plano de negócios da Companhia, e consequentemente o efeito sobre a realização e recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) entendimento do processo e controles internos da Companhia para elaboração de estudo que permita a identificação da necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros de longo prazo (Impairment); (ii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iii) a utilização de especialistas em modelagem para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de receitas futuras, margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto; e (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Emissão de Debêntures: Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 14, em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em serie única, para distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais. O montante total captado de R$ 120.000 mil. Os recursos captados têm como principal destinação a liquidação de passivos em busca do alongamento da dívida. O prazo de liquidação é de 5 anos após a data de emissão, com cláusulas de vencimento antecipado, principalmente pelo indicador financeiro dívida líquida sobre EBITDA, menor ou igual a 2,5x a partir de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia também possui dívidas firmadas com instituições financeiras no montante de R$ 13.494 mil. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendeu aos indicadores financeiros estabelecidos em contrato, e assim obtiveram uma carta de postergação da mensuração dos indicadores financeiros para 31 de dezembro de 2024. Como consequência em 31 de dezembro de 2023 as obrigações financeiras das debêntures e demais financiamentos seguem o prazo ordinário de vencimento. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do contrato assinado de emissão das debentures; (ii) recálculo dos juros incorridos no período (iii) Confirmação externa junto às instituições financeiras; (iv) confirmação externa junto ao agente fiduciário; (v) avaliação da metodologia de cálculo dos índices financeiros estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; (vi) mapeamento de outros contratos de empréstimos e financiamentos, que ainda que não possuam clausulas de medição financeira, se tornam vencidos automaticamente em função do não cumprimento de obrigações contratuais com outros instrumentos financeiros (cláusulas de cross-default); (vi) obtenção da carta de autorização da postergação de cumprimento aos indicadores financeiros de Covenants para o período a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o tratamento e divulgações dadas sobre o tema estão aceitáveis e consistentes com as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis. Reconhecimento de Receita: As receitas da Companhia referem-se principalmente à prestação de serviços de embarcação, com apoio marítimo para execução de atividades de mergulho. O reconhecimento de receita ocorre apenas no momento da medição do boletim referente aos serviços prestados ("boletim de medição") que é revisado e aprovado pelo cliente. As medições nos contratos junto à Petrobrás ocorrem no dia 25 de cada mês e faz-se necessário a mensuração e provisionamento da receita referente aos 6 dias subsequentes à medição. O processo de reconhecimento de receita foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros fatores: (i) envolvimento de estimativas; (ii) volume das transações concentrados no mês de dezembro; e (iii) a necessidade de inputs manuais no processo, os quais estão sujeitos ao julgamento e subjetividade por parte da Administração, assim consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita para auxiliar na seleção e aplicação dos procedimentos de auditoria aplicáveis às circunstâncias; (ii) reperformance matemática do ticket médio diário de receita da Companhia durante o exercício; (iii) verificação subsequente da receita efetivamente realizada nos 6 (seis) dias de provisionamento e avaliação da razoabilidade da flutuação; (iv) a realização de procedimentos substantivos analíticos para identificar e investigar padrões incomuns e realizar procedimentos de auditoria adicionais onde os resultados reais não estão de acordo com nossas expectativas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas na Nota 17 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita adotadas pela Administração, bem como as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC RJ-091370/O.

DUANE DO BRASIL S/A

CNPJ/MF nº 29.712.254/0001-14

Balanço Patrimonial Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

Ativo	Exercício 2023	Exercício 2022
Circulante	**61.176.402,85**	**31.467.800,73**
Caixa e Bancos	**680.780,82**	**131.072,63**
Disponibilidades	680.780,82	131.072,63
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**18.567.680,25**	**12.402.110,50**
Título de Renda Fixa	18.567.680,25	12.402.110,50
Rendas a Receber	**44.109,50**	**0,00**
Serviços Prestados	44.109,50	0,00
Outros Créditos	**2.248.128,66**	**649.753,03**
Diversos	2.248.128,66	649.753,03
Operações de Crédito	**39.635.703,62**	**18.284.864,57**
Empréstimos	39.635.703,62	18.284.864,57
Não Circulante	**161.563.382,34**	**59.034.560,44**
Permanente	**161.563.382,34**	**59.034.560,44**
Investimentos	161.561.420,03	59.030.600,61
Imobilizado de Uso	**1.962,31**	**3.959,83**
Outras Imobilizações	11.049,36	11.049,36
(Depreciações Acumuladas)	(9.087,05)	(7.089,53)
Total do Ativo	**222.739.785,19**	**90.502.361,17**
Passivo		
Circulante	**2.036.492,16**	**18.839.372,25**
Outras Obrigações	**2.036.492,16**	**18.839.372,25**
Fiscais e Previdenciárias	64.657,16	38.352,46
Diversas	1.971.835,00	18.801.019,79
Não Circulante	**36.510.703,70**	**0,00**
Recursos Debêntures	**36.510.703,70**	**0,00**
Emitidas	16.701.000,00	0,00
Empréstimos	19.809.703,70	0,00
Patrimônio Líquido	**184.192.589,33**	**71.662.988,92**
Capital	148.588.000,00	42.674.000,00
Domiciliados no País	42.674.000,00	42.674.000,00
APFAC	105.914.000,00	0,00
Reservas de Capital	4.829.415,34	4.829.415,34
Reservas de Lucros	30.775.173,99	24.159.573,58
Total do Passivo	**222.739.785,19**	**90.502.361,17**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	42.674.000,00	4.829.415,34	19.798.211,93	0,00	67.301.627,27
Transferência de Lucros Acumulados	-	-	(1.638.625,60)	1.638.625,60	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	4.361.361,58	4.361.361,58
Saldos em 31/12/2022	42.674.000,00	4.829.415,34	18.159.586,33	5.999.987,18	71.662.988,85
Mutações do Período	0,00	0,00	(1.638.625,60)	5.999.987,18	4.361.361,58
Saldos em 31/12/2022	42.674.000,00	4.829.415,34	18.159.586,33	5.999.987,25	71.662.988,92
Transferência de Lucros Acumulados	-	-	12.615.587,66	(12.615.587,66)	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	6.615.600,41	6.615.600,41
APFAC	105.914.000,00				105.914.000,00
Saldos em 31/12/2023	148.588.000,00	4.829.415,34	30.775.173,99	0,00	184.192.589,33
Mutações do Período	105.914.000,00	0,00	12.615.587,66	(5.999.987,25)	112.529.600,41

Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Exercício 2023	Exercício 2022
Resultado da Intermediação Financeira	**2.956.637,40**	**2.118.830,70**
Resultado Títulos de Renda Fixa	3.060.341,10	2.118.830,70
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(103.703,70)	0,00
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	**2.956.637,40**	**2.118.830,70**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**3.658.963,01**	**2.255.699,34**
Rendas de Prestação de Serviços	564.000,00	564.000,00
Rendas de Equivalência Patrimonial	6.498.814,09	4.319.661,52
Despesas de Pessoal	(65.525,02)	(68.448,54)
Outras Despesas Administrativas	(2.988.408,34)	(1.917.448,92)
Despesas Tributárias	(349.917,72)	(642.064,72)
Resultado Operacional	**6.615.600,41**	**4.374.530,04**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	**6.615.600,41**	**4.374.530,04**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**0,00**	**(13.168,46)**
Imposto de Renda	0,00	(8.230,29)
Contribuição Social	0,00	(4.938,17)
Lucro(Prejuízo) do Período	**6.615.600,41**	**4.361.361,58**

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Exercício 2023	Exercício 2022
Resultado dos Períodos	6.615.600,41	4.361.361,58
Resultado Abrangente Total	**6.615.600,41**	**4.361.361,58**

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$)

	Exercício 2023	Exercício 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro(Prejuízo) Líquido	**6.615.600,41**	**4.361.361,58**
Ajustes que não Representam Entradas e Saídas de Caixa:	**1.997,52**	**1.997,52**
Depreciações e Amortizações	1.997,52	1.997,52
Lucro(Prejuízo) Ajustado	**6.617.597,93**	**4.363.359,10**
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	**(29.158.893,93)**	**(12.261.117,36)**
Aumento/Redução em Títulos e Valores	(6.165.569,75)	(432.312,59)
Aumento/Redução em Rendas a Receber	(44.109,50)	0,00
Aumento/Redução em Operações de Crédito	(21.350.839,05)	(11.885.331,59)
Aumento/Redução em Outros Créditos/ Diversos	(1.598.375,63)	56.526,82
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	**19.707.823,61**	**12.277.805,30**
Aumento/Redução de Exigibilidade com Encargos Sociais	26.304,70	23.405,30
Aumento em Outras Obrigações	(16.829.184,79)	12.254.400,00
Aumento/Redução Recursos Debêntures	36.510.703,70	0,00
Caixa (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais	**(2.833.472,39)**	**4.380.047,04**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação / Inversões de Investimentos	(102.530.819,42)	(4.319.661,52)
Caixa (Consumido) nas Atividades de Investimentos	**(102.530.819,42)**	**(4.319.661,52)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	105.914.000,00	(4.319.661,52)
Caixa (Consumido) nas Atividades de Financiamentos	**105.914.000,00**	**(4.319.661,52)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**549.708,19**	**60.385,52**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	131.072,63	70.687,04
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	680.780,82	131.072,63
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	**549.708,19**	**60.385,59**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃOES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL. A **DUANE DO BRASIL** é uma empresa que tem como objeto social, a gestão de bens próprios; participar de outras sociedades, a critério da Diretoria, como sócia quotista ou acionista, sem quaisquer restrições, inclusive em sociedades que dependam da autorização do governo para funcionar, respeitadas as disposições legais em vigor; operar como concessionária ou permissionária do Poder Público, nas esferas federal, estadual e/ou municipal, explorando e desenvolvendo o serviço público, em conformidade com a legislação em vigor, podendo, para tanto, participar dos respectivos processos licitatórios, seja na forma de concorrência, tomada de preços, leilão, convite ou equivalentes; realizar a captação, tratamento e distribuição de água; realizar a gestão de redes de esgoto; realizar a construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; realizar serviços de engenharia; realizar a medição de consumo de água e esgoto. Considerando-se preenchido o fim social se, pelo menos, atingido um dos objetivos declarados. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações financeiras apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil de acordo com as Leis da S/A n. 6.404/76. **NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** (a) Apuração do Resultado - As despesas e receitas são registradas de acordo com regime contábil de competência; e (b) Passivo circulante – Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos. **NOTA 04 - BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.** A política de gerenciamento das disponibilidades adotada pela administração privilegia a aplicação dos recursos nos Bancos, Itaú e Santander. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria atividade e gestão destacada na demonstração de resultado. **NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**. Estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Título de Renda Fixa	18.567.680,25	12.402.110,50
Total	**18.567.680,25**	**12.402.110,50**

NOTA 06 – RENDAS A RECEBER. Estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços Prestados	44.109,50	0,00
Total	**44.109,50**	**0,00**

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS. Estão assim compostos:

Diversos	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Tributários de Impostos	1.210.036,55	649.753,03
Depósitos p/ Interposição Judicial	38.092,11	0,00
Participações Pagas Antecipadamente	1.000.000,00	0,00
Total	**2.248.128,66**	**649.753,03**

NOTA 08 – OPERAÇÕES DE CRÉDITOS. Estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos de Descontos	39.635.703,62	18.284.864,57
Total	39.635.703,62	18.284.864,57

NOTA 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE. Estão assim distribuídos:

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos	**161.561.420,03**	**59.030.600,61**
*Investimentos em Controladas e Coligadas	161.561.420,03	59.030.600,61
Imobilizado de Uso	**1.962,31**	**3.959,83**
Outras Imobilizações	11.049,36	11.049,36
(Depreciações Acumuladas)	(9.087,05)	(7.089,53)
Total	**161.563.382,34**	**59.034.560,44**

NOTA 10 - OUTRAS OBRIGAÇÕES. Estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Fiscais e previdenciárias	**64.657,16**	**38.352,46**
Impostos e contribuições a recolher	63.266,76	36.933,26
Impostos e contribuições s/ Salários	1.390,40	1.419,20
b) Diversas	**1.971.835,00**	**18.801.019,79**
Obrigações P/ Aquisição Bens e Direitos	1.019,79	1.019,79
Provisão p/ Pagtos a Efetuar	40.020,00	18.800.000,00
Credores Diversas – no País	1.930.795,21	0,00
Total	**2.036.492,16**	**18.839.372,25**

NOTA 11 – NÃO CIRCULANTE. Estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Emissão Debêntures	**16.701.000,00**	**0,00**
Obrigação por Debêntures Emitidas	16.701.000,00	0,00
b) Obrigações Empréstimos e Repasses	**19.809.703,70**	**0,00**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	19.809.703,70	0,00
Total	**36.510.703,70**	**0,00**

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital Social. O Capital Social é de R$ 42.674.000,00 divididos em 342.919.555 ações sem valor nominal, sendo 115.510.518 de ações ordinárias e 227.409.037 em ações preferenciais todas sem valor nominal. **b) Reservas de Capital.** São reservas constituídas de Ágios por Subscrições de Ações. **c) Reservas de Lucros.** São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, compostas por Reserva Legal e Reserva de Lucros a Realizar e Outras Reservas de Lucros.

Cecilia Maria de Castro Batista Coderch - Diretora Presidente
Melina Maria Batista Coderch Paulo - Diretora
Paulo Henrique Barbosa Antonio - Contador
CRC-RJ: 037.565/O-7; CPF: 023.624.657-72

O10 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.496.404/0001-92

Relatório da Administração Em 31 de dezembro de 2023. Senhores Acionistas, A Administração da O10 Participações S.A ("O10") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Desempenho Operacional:** A O10, atuando no seu papel de Holding, continua no processo de investimento para consolidação de suas investidas para consolidação dos seus modelos de negócios com crescimento no volume captado e sua base de clientes. Esse resultado vem sendo construído através de diversas estratégias aplicadas pela sua Administração, destacando-se as novas parcerias firmadas, o qual está em linha com os objetivos e expansão planejadas para os próximos períodos. **Acordos e Investimentos:** Durante o exercício de 2022, foi celebrado um acordo societário que prevê a emissão de determinados bônus de subscrição, caso sejam cumpridas as metas estabelecidas. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**135**	**1.156**
Disponibilidades	5	11
Outros créditos	7	1.021
Diversos	7	1.021
Outros valores e bens	123	123
Despesas antecipadas	123	123
Permanente	**32.939**	**44.498**
Investimentos	32.939	44.498
Participação em controladas	32.939	44.498
Imobilizado	-	-
Imobilizado de uso	-	-
(-) Depreciações acumuladas	-	-
Total do ativo	**33.074**	**45.654**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**96.404**	**83.151**
Obrigações por empréstimos e repasses no país	95.913	81.929
Outras obrigações	491	1.222
Diversos	491	1.222
Total do Passivo	**96.404**	**83.151**
Patrimônio líquido	**(63.329)**	**(37.497)**
Capital social - domiciliados no país	156.534	174.203
Lucros (Prejuízos) acumulados	(219.863)	(211.700)
Total do passivo e patrimônio líquido	**33.074**	**45.654**

Demonstrações do Resultado Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Receitas da intermediação financeira	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1
Resultado bruto da intermediação financeira	-	1
Outras receitas (despesas) operacionais	**(8.908)**	**(32.677)**
Outras despesas administrativas	(495)	(4)
Resultado de participações em controladas	5.561	(21.357)
Receitas/despesas operacionais	(13.974)	(11.316)
Resultado operacional	**(8.908)**	**(32.676)**
Prejuízo líquido do exercício	**(8.908)**	**(32.676)**
Quantidade de ações	**41.585.225**	**41.585.225**
Resultado líquido por ação R$	**(0,21)**	**(0,78)**

Demonstrações do Resultado Abrangente Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do semestre/exercícios	**(8.908)**	**(32.676)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**(8.908)**	**(32.676)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Integralizado	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021 (Reapresentado)	**174.203**	**(179.023)**	**(4.820)**
Aumento de capital	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(32.676)	(32.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**174.203**	**(211.699)**	**(37.497)**
Redução de capital na cisão	(17.669)	-	(17.669)
Ajuste de exercícios anteriores	-	745	745
Prejuízo do exercício	-	(8.908)	(8.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**156.534**	**(219.862)**	**(63.329)**
Mutações do exercício	**(17.669)**	**(8.163)**	**(25.832)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(8.908)**	**(32.676)**
Ajustes ao prejuízo		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.561)	21.357
Ajuste de exercícios anteriores	745	
Prejuízo ajustado do exercício	(13.724)	(11.319)
Atividades operacionais		
Outros créditos	1.014	(17)
Outras obrigações	(732)	3
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais	**(13.442)**	**(11.333)**
Atividades de investimento		
Desinvestimento em Participações	17.120	(40.612)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento	**17.120**	**(40.612)**
Atividades de financiamento		
Empréstimos e repasses	**13.984**	**51.105**
Redução de capital na cisão	(17.669)	-
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento	**(3.685)**	**51.105**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**(840)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11	851
No final do exercício	5	11
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**(840)**

A Diretoria. Alexandre Violante da Silva Filho - Contador - CRC-RJ - 133940/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

BTG PACTUAL HOLDING INTERNACIONAL S.A.

CNPJ (MF) nº 12.552.209/0001-47
Praia de Botafogo, 501 - 5º e 6º andares, Torre Corcovado, CEP 22.250-000 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3262-9600 - Fax: (21) 3262-8600 - www.btgpactual.com

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **BTG Pactual Holding Internacional S.A.** relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	186	10
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	295.145	525
Impostos a compensar	7	561.252	9.830
Ativo fiscal diferido	13	–	35.167
Outros ativos	8	803.654	2.391
Investimentos em controladas	9	10.457.529	11.053.713
Total do ativo		**12.117.766**	**11.101.636**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Obrigações fiscais e previdenciárias	10	727.774	1
Dividendos a pagar	11d	–	–
Outros passivos		4	3.614
Total do passivo		**727.778**	**3.615**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		1.338.394	1.338.394
Reserva de capital		3.249.682	3.249.682
Reserva de lucros		4.999.306	4.110.892
Outros resultados abrangentes		1.802.606	2.399.053
Total do patrimônio líquido		**11.389.988**	**11.098.021**
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.117.766**	**11.101.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Resultado líquido com instrumentos financeiros		12.580	478
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	9	1.105.287	1.156.522
Outras receitas/despesas operacionais		(3.439)	(1.198)
Despesas administrativas		(1.059)	(208)
Despesas tributárias		(11.256)	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**1.102.113**	**1.155.594**
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13	(178.532)	(3.519)
Provisão para imposto diferido	13	(35.167)	(27.466)
Imposto de renda e contribuição social		**(213.699)**	**(30.985)**
Lucro líquido do exercício		**888.414**	**1.124.609**
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício		7.816.942	7.697.551
Lucro líquido - básico e diluído - por lote de mil ações	12	0.11	0.15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**888.414**	**1.124.609**
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	11e	(18.165)	(71.570)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11e	(305.670)	(830.414)
Resultado abrangente do exercício		**564.579**	**222.625**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		888.414	1.124.609
Ajustes ao lucro			
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	9	(1.105.287)	(1.156.522)
Ativo fiscal diferido	13	35.167	27.466
Resultado ajustado do exercício		**(181.706)**	**(4.447)**
Aumento/Redução de ativos e passivos operacionais			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(294.620)	5.115
Impostos a compensar		(551.422)	457.721
Outros ativos		(794.206)	85.564
Obrigações fiscais e previdenciárias		727.773	(454.757)
Outros passivos		(3.610)	(11.506)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(1.097.791)**	**77.690**
Atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		–	102.341
Alienação de investimentos		2.107.947	6.499.147
(Aquisição) de investimentos		(1.009.980)	(6.679.243)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimentos	9	**1.097.967**	**(77.755)**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		–	166.000
Dividendos pagos		–	(166.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**–**	**–**
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**176**	**(65)**
Saldo de caixa e equivalentes			
No início do exercício		10	75
No fim do exercício		186	10
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**176**	**(65)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.321.794**	**3.100.282**	**2.986.283**	**3.301.037**	**–**	**10.709.396**
Aumento de Capital	11a	16.600	149.400	–	–	–	166.000
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	11e	–	–	–	(71.570)	–	(71.570)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11e	–	–	–	(830.414)	–	(830.414)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.124.609	1.124.609
Destinação do lucro líquido		–	–	1.124.609	–	(1.124.609)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.338.394**	**3.249.682**	**4.110.892**	**2.399.053**	**–**	**11.098.021**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	11e	–	–	–	(18.165)	–	(18.165)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11e	–	–	–	(305.670)	–	(305.670)
Realização de variação cambial sobre investimentos no exterior	11e	–	–	–	(272.612)	–	(272.612)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	888.414	888.414
Destinação do lucro líquido		–	–	888.414	–	(888.414)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.338.394**	**3.249.682**	**4.999.306**	**1.802.606**	**–**	**11.389.988**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Holding Internacional S.A. ("Companhia") foi constituída em 1º de setembro de 2010 sob a forma de sociedade (por ação) e possui gestão integrada ao Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" e "BTG Pactual") tendo como objetivo a participação, como sócia ou acionista, em (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, (ii) sociedades cujo objeto seja a participação em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como (iii) sociedades com sede no país ou no exterior, quaisquer que sejam os seus objetos sociais. A Companhia está sediada na Praia de Botafogo, 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP 22.250-040, na cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia, em conjunto com as demais subsidiárias do Banco BTG Pactual S.A., são denominadas "o Grupo" ou "Banco". As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do grupo BTG Pactual S.A. ("Grupo"), onde receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Empresa tem como controlador o Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que é controlado pela BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"), que por sua vez é controlada pelo BTG Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2024, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e dos resultados da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento. **b. Consolidação:** A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, por atender aos requisitos descritos na exceção do CPC 36, e desta forma os investimentos nas controladas estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A controladora final da Companhia, a BTG Pactual G7 Holding S.A., publica demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **c. Julgamento e estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e os passivos de subsidiárias e de agências no exterior são convertidos pela PTAX da data do balanço. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. Os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: para aquelas com moeda funcional igual ao real no resultado do período e, para aquelas com moeda funcional diferente do real: a) resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários. **e. Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **f. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. **3. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição. **b. Instrumentos financeiros:** Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia, todos os ativos e passivos da Companhia estão registrados conforme as respectivas práticas, essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48. (i) Data de reconhecimento: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. (ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais esses foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. (iii) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: A Companhia designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". (v) Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje vender o título classificado nessa categoria, pois é esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. (vi) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. (vii) Mensuração: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e • Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado; • o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • o descumprimento de *covenants*; • a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. **c. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: • Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. • Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. • Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. **d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Conforme CPC no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. **e. Outros ativos/passivos:** Outras contas a receber/pagar estão demonstradas pelo custo menos provisão para créditos de liquidação duvidosa, que se aproxima do valor justo dada a sua natureza de curto prazo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de coletar todas as quantias devidas de acordo com as condições iniciais do recebível. **f. Investimentos em controladas:** Investimentos em empresas controladas incluem empresas sobre as quais a Companhia possui influência significativa nas políticas operacionais e financeiras, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas é reconhecida em "Resultado de equivalência patrimonial de controladas" e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas empresas controladas é reconhecida em outros resultados abrangentes. **g. Provisões, passivos e ativos contingentes:** São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos. **i. Provisões:** Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando: • há uma obrigação presente (legal ou não formalizada); • a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e • o valor pode ser estimado com confiabilidade. **ii. Passivos contingentes:** Um passivo contingente é: • uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou • uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota. Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade. **iii. Ativos contingentes:** Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos para a entidade. **h. Ágio:** O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. **i. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada, e são reconhecidos sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240.000 e de 9% para contribuição social. Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto corrente e imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. **j. Reconhecimento de receitas e despesas:** A receita de juros e as despesas gerais e administrativas são reconhecidas com base no regime de competência através do método da taxa efetiva. Os juros provenientes de ativos financeiros são reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos serão transferidos para a Empresa e quando possam ser mensurados de forma confiável. **k. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. **4. Gerenciamento de risco: a. Risco de mercado:** O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês e áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (xi) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; (xii) Comitê ESG, composto pelos C-levels, foi estabelecido para garantir que a avaliação de risco socioambiental está suficientemente incorporada nas práticas de negócio e de identificar as oportunidades de negócios ESG. O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site ri.btgpactual.com, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. **b. Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, com instituições financeiras. **c. Análise de liquidez de ativos:** Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente, enquanto que o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financeira e aumentando o risco de crédito da Companhia a elas. De acordo com sua política, o Grupo BTG Pactual monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para os ativos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Até 90 dias	Até 1 ano	Acima de 1 ano	2023 Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	186	–	–	186
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	–	295.145	–	295.145
Impostos a compensar	–	–	561.252	561.252
Outros ativos	–	803.654	–	803.654
Total do ativo	**186**	**1.098.799**	**561.252**	**1.660.237**

	Até 90 dias	Até 1 ano	Acima de 1 ano	2022 Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	10	–	–	10
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	525	–	–	525
Impostos a compensar	–	–	9.830	9.830
Ativo fiscal diferido	–	–	35.167	35.167
Outros ativos	–	2.391	–	2.391
Total do ativo	**535**	**2.391**	**44.997**	**47.923**

d. Risco de liquidez

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual para os passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Até 1 ano	2023 Total
Passivo		
Obrigações fiscais e previdenciárias	727.774	727.774
Outros passivos	4	4
Total do passivo	**727.778**	**727.778**

	Até 1 ano	2022 Total
Passivo		
Obrigações fiscais e previdenciárias	1	1
Outros passivos	3.614	3.614
Total do passivo	**3.615**	**3.615**

5. Caixa e equivalente de caixa: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta rubrica refere-se a depósitos no Banco BTG Pactual no valor de R$ 186 (31 de dezembro de 2022 - R$ 10). **6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:**

	Emissor	2023 Prazo máximo	2023 Valor	2022 Prazo máximo	2022 Valor
Compromissada de Título Privado	Banco BTG Pactual S.A.	20/05/2024	295.145	28/06/2023	525
Total			**295.145**		**525**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado encontram-se classificados como nível 1 na hierarquia de valor justo, estando indexados a 100% do CDI. **7. Impostos a compensar:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica refere-se substancialmente à antecipação de imposto de renda sobre lucro no exterior. **8. Outros ativos:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica refere-se substancialmente a adiantamento para futuro aumento de capital nas entidades investidas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo refere-se a saldos a receber. **9. Investimentos em controladas:**

	Patrimônio líquido 2023	Patrimônio líquido 2022	Lucro Líquido/ (Prejuízo) (i) 2023	Lucro Líquido/ (Prejuízo) (i) 2022	Controladas Participação Direta 2023	Controladas Participação Direta 2022
No exterior:						
BTG Pactual Colômbia	194.225	130.437	30.010	19.319	94.5%	94.5%
BTG Pactual Chile Spa	4.001.240	3.379.357	502.369	337.938	100%	100%
BTG Pactual UK Holdco	1.083.916	1.326.205	(141.183)	254.597	99.99%	99.99%
BTG Pactual (UK) Limited	125.534	120.725	7.173	6.854	100%	100%
BTG Pactual Soluciones S.A.S.	135.863	110.486	6.132	7.406	100%	100%
BTG Pactual Holdco Lux	4.158.077	5.708.667	984.063	514.908	100%	100%
BTG Pactual Europe (ii)	334.529	–	(11.537)	–	100%	–

(i) Resultado convertido pela taxa média para fins de apresentação. (ii) Em 23 de março de 2023, o FIS Privatbank S.A. foi adquirido e posteriormente denominado BTG Pactual Europe.

	Movimentação dos investimentos							
	31/12/2022	Aquisição/Aporte / (Redução)/(Alienação)	Dividendos	Resultado de participação	Variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2023	Resultado de participação 31/12/2022
No exterior:								
BTG Pactual Colômbia	130.538	–	–	23.992	29.101	–	183.631	17.962
BTG Pactual Chile Spa	3.379.357	506.331	–	472.343	(316.512)	(40.279)	4.001.240	337.938
BTG Pactual UK Holdco	1.326.205	–	–	(141.183)	(101.106)	–	1.083.916	254.030
BTG Pactual (UK) Limited	120.725	–	–	7.173	(2.364)	–	125.534	6.854
BTG Pactual Soluciones S.A.S.	110.485	–	–	6.190	19.247	–	135.922	7.312
BTG Pactual Holdco Lux	5.708.667	(2.096.076)	–	696.256	(173.597)	22.903	4.158.153	514.908
BTG Pactual Europe	–	350.627	–	(7.469)	(8.629)	–	334.529	–
Outros (i)	277.736	141.151	–	47.985	(31.479)	(789)	434.604	17.518
Total	**11.053.713**	**(1.097.967)**	**–**	**1.105.287**	**(585.339)**	**(18.165)**	**10.457.529**	**1.156.522**

(i) O saldo da rubrica em questão inclui ágios pagos nas aquisições de sociedades, bem como os saldos referentes à participações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi identificada necessidade de realização de impairment. **10. Obrigações fiscais e previdenciárias:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica refere-se

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

BTG PACTUAL HOLDING INTERNACIONAL S.A. - CNPJ (MF) nº 12.552.209/0001-47

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

substancialmente a impostos a pagar. **11. Patrimônio líquido: a. Capital social e reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.338.394 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.338.394) representado por 7.816.942.082 (31 de dezembro de 2022 - 7.816.942.082) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 166.000, mediante a emissão de 120.049.235 ações, sendo R$ 16.600 destinados à conta de capital social e R$ 149.400 destinados à conta de reserva de capital da Companhia. O aumento de capital ocorreu através da incorporação dos dividendos a pagar que o acionista tinha a receber da Companhia. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, sendo: (i) limitada a 20% do capital e (ii) 30% do capital quando somada a reserva de capital. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos de 1% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, consultados os acionistas da companhia, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos. **e. Outros resultados abrangentes:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica é composta dos saldos a seguir: (i) ajuste de avaliação patrimonial de controladas, no valor negativo de R$ 18.165 (31 de dezembro de 2022 - negativo R$ 71.570), (ii) variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional (reais) da Companhia, no valor negativo de R$ 305.670 (31 de dezembro de 2022 - negativo de R$ 830.414) e (iii) realização de investimentos, substancialmente da Holdco Lux, no valor negativo de 272.612 (31 de dezembro de 2022 - R$ 0).

12. Lucro por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	888.414	1.124.609
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	7.816.942	7.697.551
Lucro líquido - básico e diluído - por lote de mil ações	**0.11**	**0.15**

13. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	2023	2022
Base de cálculo	**1.102.113**	**1.155.594**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(374.718)	(392.902)
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação		
Resultado da equivalência patrimonial de controladas no país	375.798	393.217
Lucros disponibilizados no exterior	(173.266)	(466)
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	(5.702)	(3.240)
Outras provisões	(644)	(128)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(178.532)**	**(3.519)**
Constituição sobre prejuízo de investimento no exterior	(35.167)	(27.466)
Receita de tributos diferidos	**(35.167)**	**(27.466)**
Total de despesa	**(213.699)**	**(30.985)**

As diferenças temporárias e o prejuízo fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 constituem o montante de ativo fiscal diferido em R$ 0 (31 de dezembro de 2022 - R$ 35.167). A movimentação dos ativos fiscais diferidos, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo de investimento no exterior	35.167	–	(35.167)	–
Total	**35.167**	**–**	**(35.167)**	**–**

	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo de investimento no exterior	62.633	–	(27.466)	35.167
Total	**62.633**	**–**	**(27.466)**	**35.167**

14. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantinha transações com partes relacionadas conforme apresentado abaixo:

	Prazo	Taxa	Ativos/ (Passivos) 2023	Ativos/ (Passivos) 2022	Receitas/ (Despesas) 2023	Receitas/ (Despesas) 2022
Caixa e equivalentes de caixa			186	10		–
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	20/05/2024	CDI	295.145	525	14.875	71
Outros ativos e passivos			802.740	185	–	–

Não houve remuneração do pessoal-chave da Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **15. Provisões e passivos contingentes:** A Administração avalia as obrigações da Companhia e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (formalizadas ou não formalizadas) de prazos ou valores incertos. O julgamento da Administração para determinar a expectativa de perda leva em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não tinha contabilizado ativos e passivos contingentes relativos a processos envolvendo questões fiscais, tributárias e trabalhistas classificados com prognóstico de perda provável e/ou possível.

Diretoria

Iuri Rapoport — **Mariana Botelho Ramalho Cardoso**
Mateus Ivar Carneiro — **Renato Hermann Cohn**
Bruno Duque Horta Nogueira — **Christian Flemming**

Contador

Alexandre Akiyama Zanvettor
CRC 1 RJ092069/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **BTG Pactual Holding Internacional S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BTG Pactual Holding Internacional S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre deteetam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões económicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 29.339.298/0001-40

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 Em reais

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante		**64.480.992**	**116.404.707**
Caixa e equivalentes	4	49.635.080	37.289.735
Contas a receber de clientes	5	465.136	33.954.794
Impostos e contribuições a recuperar	6	13.432.103	41.045.621
Adiantamentos e outros créditos a receber	7	884.067	3.978.112
Despesas antecipadas		64.606	136.445
Ativo Não Circulante		**29.682.936**	**20.219.459**
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais	8	18.552.051	14.401.956
Impostos e contribuições a recuperar	6	9.589.381	4.054.136
Imobilizado	9	1.541.504	1.763.366
Total do Ativo		**94.163.928**	**136.624.166**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Passivo circulante		**46.643.709**	**96.102.736**
Fornecedores	10	28.107.846	80.126.320
Obrigações fiscais a recolher	11	6.995.103	5.947.152
Obrigações trabalhistas	12	10.497.212	9.591.790
Outras contas a pagar		1.043.548	437.474
Passivo Não Circulante		**28.937.188**	**9.917.049**
Exigível a Longo Prazo			
Provisões	13	28.937.188	9.917.049
Patrimônio Líquido		**18.583.031**	**30.604.381**
Capital	14	30.500.715	30.500.715
Instrumento financeiros	22.2	–	(1.087.155)
Lucro (prejuízo) Acumulado	15	(11.917.684)	1.190.820
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**94.163.928**	**136.624.166**

Demonstração dos Resultados em 31/12/2023 e 2022 Em reais

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	**513.425.318**	**457.613.337**
Custo dos serviços prestados		(513.156.978)	(450.881.109)
Lucro bruto		**268.340**	**6.732.227**
Receitas (despesas) operacionais:		(22.738.983)	(16.353.687)
Comerciais		(8.007.502)	(4.674.268)
Gerais e administrativas	17	(14.778.240)	(14.409.441)
Outras receitas e despesas operacionais		46.759	2.730.021
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(22.470.643)**	**(9.621.459)**
Resultado financeiro		**5.354.946**	**12.640.063**
Despesas financeiras	18	(5.515.907)	(5.053.883)
Receitas financeiras	18	9.332.409	13.577.486
Variações cambiais, líquidas	19	1.538.444	4.116.460
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS		**(17.115.698)**	**3.018.604**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20.1	(897.281)	(403.073)
Diferido	20.2	(6.095.294)	(1.424.711)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(11.917.684)**	**1.190.820**

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31/12/2023 e 2022 Em Reais

	2022	2023
Lucro líquido do exercício	(11.917.684)	1.190.820
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Valor justo (*Hedge Accounting*)	–	(1.087.155)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(11.917.684)	103.665

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em reais

	Capital	Resultado Abrangente (Instrumentos Financeiros)	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**30.500.715**	**4.670.006**	**4.797.441**	**39.968.162**
Ajuste a valor justo	–	(5.757.161)	–	**(5.757.161)**
Distribuição de lucros	–	–	(4.797.441)	**(4.797.441)**
Lucro líquido do exercício	–	–	1.190.820	**1.190.820**
Saldos em 31/12/2022	**30.500.715**	**(1.087.155)**	**1.190.820**	**30.604.381**
Ajuste a valor justo	–	1.087.155	–	**1.087.155**
Distribuição de lucros	–	–	(1.190.820)	**(1.190.820)**
Prejuízo do exercício	–	–	(11.917.684)	**(11.917.684)**
Saldos em 31/12/2023	**30.500.715**	**–**	**(11.917.684)**	**18.583.031**

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 Em reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais:	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	(11.917.684)	1.190.820
Ajustes de:		
Provisões	19.020.139	(1.102.419)
Baixa de ativo imobilizado	–	7.971
Depreciação IFRS 16	778.242	781.806
Depreciação	525.831	805.851
Lucro ajustado	**8.406.528**	**1.684.028**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	33.489.658	64.269.898
Impostos a recuperar	27.613.518	(9.162.131)
Adiantamentos e outros créditos a receber	3.094.045	1.602.503
Outros créditos e despesas antecipadas	71.839	34.881
Depósitos judiciais e impostos a recuperar	(9.685.339)	(7.665.322)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(52.018.474)	(33.354.634)
Obrigações fiscais, trabalhistas e outras contas a pagar	1.953.372	(12.359.415)
Outras contas a pagar	606.074	(2.784.358)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	**13.531.221**	**2.265.450**
Aquisição de ativo imobilizado	(1.082.211)	(684.366)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(1.082.211)**	**(684.366)**
Valor justo (Hedge Accounting)	1.087.155	(5.757.161)
Distribuição de lucros	(1.190.820)	(4.797.441)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de financiamento	**(103.665)**	**(10.554.602)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**12.345.345**	**(8.973.518)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.289.735	46.263.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.635.080	37.289.735
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**12.345.345**	**(8.973.518)**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e de 2022 Em reais. 1. Contexto operacional: CGG é uma empresa global, líder em tecnologia de geociência. Empregando em torno de 3300 funcionários no mundo, a CGG fornece uma grande quantidade de dados, produtos e serviços que permite aos seus clientes, de forma responsável, solucionar os mais complexos desafios nas áreas de recursos naturais, ambiental e de infraestrutura. **2. Base de preparação: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como BR-GAAPs. Em 27/03/2023, essas demonstrações contábeis foram autorizadas pelos administradores para a sua divulgação.

Anderson Gusmão Cavalcante - Diretor-Geral. **Arnaud Pierre Monchy** - Diretor Financeiro. **Felipe Pereira** - Contador - CRC-RJ 095429/O-8.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Quotistas, Administradores e Diretores da CGG do Brasil Participações Ltda. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da CGG do Brasil Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGG do Brasil Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2024. **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes** - CRC-RJ 005.333/O-0. **Paulo Buzzi Filho -** Contador - CRC-RJ 071138/O-5.

FICOM S/A

CNPJ/MF nº 27.885.938/0001-92

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de Vs.Sas., as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023. Colocamo-nos à disposição de Vs.Sas, para quaisquer esclarecimentos adicionais. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM:	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	**46.542.677,22**	**72.185.767,51**
Disponibilidades	34.324,30	10.980,97
Títulos e Valores Mobiliários	5.769,00	2.431.669,00
Títulos de renda fixa	5.769,00	2.431.669,00
Outros Créditos	46.502.583,92	69.743.117,54
Depósitos p/ Interp. Judicial	2.075,87	2.075,87
Notas promissórias a Receber	46.500.508,05	69.741.041,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**402.660.046,26**	**402.660.046,26**
Permanente	402.660.046,26	402.660.046,26
Investimentos permanentes	402.651.215,64	402.651.215,64
Imobilizado de Uso	8.830,62	8.830,62
TOTAL DO ATIVO	**449.202.723,48**	**474.845.813,77**
PASSIVO CIRCULANTE	**651,00**	**651,00**
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	651,00	651,00
Obrigações p/aquisição de direitos	-	-
Notas promissórias a pagar	0,00	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**388.509.800,00**	**414.093.600,00**
Recursos de Debêntures	388.509.800,00	414.093.600,00
Debêntures negociadas	388.509.800,00	414.093.600,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**60.692.272,48**	**60.751.562,77**
Capital Social	58.113.000,00	58.113.000,00
Reserva de Capital	1.434.324,66	1.434.324,66
Reservas de Lucros ou Prej.Acumulados	1.144.947,82	1.204.238,11
TOTAL DO PASSIVO	**449.202.723,48**	**474.845.813,77**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM:

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.000,99**	**679,63**
Resultado de Operações c/ Títulos e Valores Mobiliários	1.000,99	679,63
OUTRAS RECEITAS	-	-
Outras Receitas	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	**(60.291,28)**	**(128.211,50)**
Despesa de Ocupação	(10.250,55)	(10.597,20)
Despesa de Pessoal	(24.785,00)	(24.626,00)
Despesa Serv.Téc.Especializados	(6.612,00)	(6.716,00)
Despesa Tributárias	(358,85)	(274,00)
Despesa c/ Publicação	(11.300,00)	(10.650,00)
Despesa com Participações	(599,07)	(71.748,79)
Outras Despesas Administrativas	(6.375,68)	(2.659,40)
Outras Despesas Operacionais	(10,13)	(940,11)
RESULTADO OPERACIONAL	**(59.290,29)**	**(127.531,87)**
PREJUIZO DO EXERCÍCIO	**(59.290,29)**	**(127.531,87)**
NÚMERO DE AÇÕES	**53.266.600**	**53.266.600**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES	**(0,00111)**	**(0,00239)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCICIOS FINDOS EM:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Liquido do Exercício	(59.290,29)	(127.531,87)
Resultado Abrangente Total	(59.290,29)	(127.531,87)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM:

Das Atividades Operacionais:	31/12/2023	31/12/2022
Prejuizo líquido do exercício	(59.290,29)	(127.531,87)
Aumento (Redução) - dos Títulos e Valores Mobiliários	2.425.900,00	(7.100,00)
Aumento (Reduçao) - Outros Créditos	23.240.533,62	(2.266.647,89)
(Aumento) Redução - Obrigações Fiscais e Previdenciárias	-	93,00
Aumento (Redução) - das notas promissórias a pagar	-	(3.814,24)
Aumento (Redução) - Recursos de debêntures	(25.583.800,00)	2.331.500,00
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	23.343,33	(73.501,00)
Das Atividades de Investimentos:	-	71.748,79
Inversão de Investimentos	-	71.748,79
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-	71.748,79
(Aumento) Redução do Saldo de Disponibilidades	23.343,33	(1.752,21)
Disponibilidade no inicio do exercício	10.980,97	12.733,18
Disponibilidade no fim do exercício	34.324,30	10.980,97
(Aumento) Redução do Saldo de Disponibilidades	23.343,33	(1.752,21)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Lucros ou Prej. Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**58.113.000,00**	**1.434.324,66**	**1.331.769,98**	**60.879.094,64**
Resultado do exercício de 2022	-	-	(127.531,87)	(127.531,87)
Saldo em 31/12/2022	**58.113.000,00**	**1.434.324,66**	**1.204.238,11**	**60.751.562,77**
Resultado do exercício de 2023	-	-	(59.290,29)	(59.290,29)
Saldo em 31/12/2023	**58.113.000,00**	**1.434.324,66**	**1.144.947,82**	**60.692.272,48**
Mutações do Exercício			(59.290,29)	(59.290,29)

Sônia Cardoso das Chagas Ferreira - Diretora Presidente:
Andrea do Carmo dos Santos - Contadora - CRCRJ: 080.829/0-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2023 E DE 2022. 1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** ***2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO:*** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. ***2.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:*** São representados pelos títulos de renda fixa. ***2.3 NOTAS PROMISSÓRIAS:*** Registradas pelo valor negociado e resgatáveis no prazo determinado de até um ano. **3. PERMANENTE:** É demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. **4. RECURSOS DE DEBÊNTURES:** As debêntures em circulação são inconversíveis em ação, sendo atualizadas de acordo com a participação no Lucro Líquido ajustado da emissora em cada exercício social. **5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** ***5.1 CAPITAL SOCIAL:*** O capital social está dividido em 43.291.600 ações ordinárias e 9.975.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não tem direito a voto, mas tem prioridade no reembolso do capital. ***5.2 DIVIDENDOS:*** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

ALEGRETE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 19.835.010/0001-75

Mensagem da Administração

Prezados(as) Senhores(as), os Administradores da Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de forma sumariada, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**27.326**	**32.049**
Caixa e equivalentes de caixa	3	802	2.193
Contas a receber	4	5.702	9.068
Ativo de contrato de concessão	5	19.699	19.922
Ativos destinados à aplicação nas concessões	6	1.091	830
Adiantamentos		31	35
Outros créditos		1	1
Não circulante		**44.388**	**44.046**
Ativo de contrato de concessão	5	44.112	43.716
Imobilizado	9	173	160
Direito de uso	10.1	103	170
Total do ativo		**71.714**	**76.095**
	Notas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo e Patrimônio líquido/Circulante		**27.413**	**29.447**
Debêntures a pagar	12	7.237	6.601
Fornecedores	11	7.639	9.054
Passivo de arrendamentos	10.3	104	89
Pessoal e encargos sociais a pagar		283	266
Encargos tributários a pagar	13	1.682	1.796
Impostos e contribuições parcelados	14	2.555	3.650
Partes relacionadas	7	5.699	4.979
Dividendos a pagar	18.4	–	3.012
Demais contas a pagar	15	2.214	–
Não circulante		**25.730**	**23.871**
Passivo de arrendamentos	10.3	28	128
Impostos e contribuições parcelados	14	8.599	9.955
PIS e COFINS diferidos	16	4.395	3.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.549	10.168
Provisão para contingências	17	159	76
Patrimônio líquido		**18.571**	**22.777**
Capital social	18.1	14.334	2.334
Reserva legal	18.2	467	467
Reserva de lucros	18.3	3.770	19.976
Total do passivo e Patrimônio líquido		**71.714**	**76.095**

Mario Vieira Marcondes Neto - Diretor
Isaac do Nascimento - Contador PR 043806/O-1

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022		**2.334**	**467**	**8.205**	**11.006**
Lucro do exercício		–	–	12.047	12.047
Destinação do lucro:			–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	(3.012)	(3.012)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios de outro exercício				2.736	2.736
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.334**	**467**	**19.976**	**22.777**
Prejuízo do exercício		–	–	(7.218)	(7.218)
Destinação do lucro:					
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	18.4			3.012	3.012
Aumento de capital com dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos de 2021 e 2022	18.3	5.747	–	(5.747)	–
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	18.3	6.253	–	(6.253)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**14.334**	**467**	**3.770**	**18.571**

Demonstração do Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados	19	**44.877**	**43.231**
Custo dos serviços prestados	20	(12.134)	(15.999)
Lucro bruto		**32.743**	**27.232**
Receitas (despesas) operacionais		**(24.973)**	**(8.581)**
Despesas gerais e administrativas	21	(1.570)	(1.432)
Despesas comerciais	21	(23.244)	(6.590)
Outras receitas (despesas) operacionais		(159)	(559)
Resultado antes dos efeitos financeiros		**7.770**	**18.651**
Resultado financeiro		**(9.621)**	**(2.282)**
Despesas financeiras	22	(9.667)	(2.328)
Receitas financeiras	22	46	46

Demonstração do Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e contribuição social		**(1.851)**	**16.369**
Imposto de renda e contribuição social		**(5.367)**	**(4.322)**
Corrente	24	(2.986)	(3.154)
Diferido	24	(2.381)	(1.168)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**(7.218)**	**12.047**
Lucro/Prejuízo líquido por ação (R$ 1,00)	23	(0,6985)	5,1615

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo do exercício	(7.218)	12.047
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(7.218)**	**12.047**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**(7.218)**	**12.047**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício às atividades operacionais:		
Depreciação e amortização sobre imobilizado, intangível	15	34
Provisão para contingências	83	76
Amortização do direito de uso	76	71
Juros apropriados sobre debêntures	636	780
Juros sobre passivo de arrendamentos	30	67
Juros apropriados sobre parcelamentos	857	1.425
Juros e correções monetárias sobre o ativo de contrato de concessão	(8.841)	(13.950)
Perdas de crédito de liquidação duvidosa	23.242	6.591
Tributos diferidos sobre ativo de contrato de concessão (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	3.232	1.553
(Aumento)/redução nos ativos:		
Contas a receber	(19.877)	(9.303)
Ativo de contrato (CIP) recebida	9.233	8.770
Créditos tributários		332
Ativos destinados à aplicação nas concessões	(261)	(386)
Demais contas a receber	2.482	(887)
Aumento/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	(1.415)	(2.659)
Obrigações trabalhistas a pagar	16	(30)
Obrigações tributárias a pagar	(891)	164
Impostos e contribuições parcelados	(2.450)	273
Demais contas a pagar	2.214	(1)
	1.163	**4.967**
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(16)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(23)	(31)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(2.455)	(507)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(1.315)**	**4.413**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(138)	(43)
Investimento no ativo de contrato de concessão	(566)	(2.402)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(704)**	**(2.445)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de debêntures	–	(602)
Amortização de passivo de arrendamentos	(92)	(76)
Partes relacionadas	720	710
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**628**	**32**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(1.391)**	**2.000**
Caixa e equivalente de caixa		
Início do exercício	2.193	193
Final do exercício	802	2.193
	(1.391)	**2.000**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Alegrete RJ Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Alegrete RJ Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 26 de abril de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador - CRC 1PR-042584/O-7

LABORATÓRIO RICHET PESQUISAS DE PHYSIOPATHOLOGIA HUMANA S.A.

CNPJ Nº 31.887.136/0001-99

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**73.560**	58.678
Caixa e equivalentes de caixa	**106**	765
Títulos e valores mobiliários	**8.686**	6.732
Contas a receber	**43.664**	33.629
Estoques	**6.554**	5.415
Impostos a recuperar	**9.867**	9.303
Outros	**4.684**	2.834
Ativo não circulante	**130.009**	110.336
Partes relacionadas	**4.516**	2.132
Depósitos judiciais	**102**	60
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**65.764**	42.754
Investimentos	**2.670**	20.018
Imobilizado	**27.961**	26.530
Arrendamento	**12.442**	17.068
Intangível	**16.423**	1.644
Outros	**130**	130
Total do ativo	**203.569**	169.014

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**20.475**	19.568
Fornecedores	**1.666**	2.601
Salários, provisões e encargos sociais	**9.769**	6.303
Obrigações fiscais	**2.070**	1.626
Tributos parcelados	**48**	55
Contas a pagar por aquisições	**-**	734
Arrendamentos	**7.255**	8.129
Outros	**(334)**	120
Passivo não circulante	**66.519**	50.148
Partes relacionadas	**3.869**	(661)
Tributos parcelados	**(4)**	61
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**51.233**	35.319
Provisão para contingências	**1.533**	1.379
Arrendamentos	**8.616**	12.778
Outros	**1.272**	1.272
Patrimônio líquido	**116.575**	99.298
Capital social	**133.043**	118.304
Reservas de capital	**(2.311)**	2.311
Prejuízos acumulados	**(41.148)**	(20.514)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**26.991**	3.819
Total do passivo e patrimônio líquido	**203.569**	169.014

Demonstrações Financeiras do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	**143.284**	133.122
Glosas e cancelamentos	**(2.866)**	(2.662)
Deduções	**(11.602)**	(10.840)
Receita líquida	**128.816**	119.620
Custos e despesas operacionais	**(158.036)**	(137.780)
Pessoal	**(37.688)**	(34.332)
Materiais e medicamentos	**(57.569)**	(49.238)
Serviços de terceiros	**(32.883)**	(26.360)
Equivalência Patrimonial	**(1.998)**	(264)
Depreciação e amortização	**(4.344)**	(6.137)
Arrendamento	**(6.274)**	(5.697)
Provisão para contingências	**-**	-
Aluguéis	**(430)**	(541)
Utilidades e serviços	**(3.807)**	(2.735)
Despesas comerciais	**(1.334)**	(874)
Outros custos e despesas operacionais	**(11.708)**	(11.602)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**(29.221)**	(18.161)
Resultado financeiro líquido	**1.527**	(2.668)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**(27.694)**	(20.829)
Impostos sobre o lucro	**6.911**	4.096
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(20.783)**	(16.733)

Notas Explicativas

1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do Laboratório Richet Pesquisas de Physiopathologia Humana S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com serviços prestados, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida
Contador - CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

Órama Controle e Participações 1 S.A.

CNPJ/MF nº 43.005.051/0001-19

Relatório da Administração Em 31 de dezembro de 2023. Senhores Acionistas, A Administração da Órama Controle e Participações 1 S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Desempenho Operacional:** A Companhia, atuando no seu papel de Holding Financeira, continua no processo de investimento para consolidação de suas investidas para consolidação dos seus modelos de negócios com crescimento no volume captado e sua base de clientes. Esse resultado vem sendo construído através de diversas estratégias aplicadas pela sua Administração, destacando-se as novas parcerias firmadas, o qual está em linha com os objetivos e expansão planejadas para os próximos períodos. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**0**	**1**
Disponibilidade	0	1
Outros créditos	-	-
Rendas a Receber	-	-
Diversos	-	-
Permanente	**34.030**	**31.286**
Investimentos	34.030	31.286
Participação em controladas	34.030	31.286
Imobilizado	-	-
Imobilizado de uso	-	-
(-) Depreciações acumuladas	-	-
Total do ativo	**34.030**	**31.287**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**76**	**35**
Obrigações por empréstimos e repasses no país	-	-
Outras obrigações	76	35
Fiscais e previdenciárias	-	-
Diversos	76	35
Total do Passivo	**76**	**35**
Patrimônio líquido	**33.954**	**31.252**
Patrimônio líquido	33.954	31.252
Capital social - domiciliados no país	92.504	92.504
Lucros (Prejuízos) acumulados	(58.550)	(61.252)
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.030**	**31.287**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**59.204**	**(38.191)**	**21.013**
Aumento de capital	33.300	-	33.300
Prejuízo do Exercício	-	(23.060)	(23.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**92.504**	**(61.251)**	**31.252**
Aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	745	745
Lucro do Exercício	-	1.956	1.956
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**92.504**	**(58.550)**	**33.954**
Mutações do exercício	**-**	**2.702**	**2.702**

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	**1.956**	**(23.060)**
Ajustes ao resultado	(1.998)	23.026
Resultado de equivalência patrimonial	(1.998)	23.026
Resultado ajustado do exercício	**(42)**	**(34)**
Atividades operacionais		
Outros créditos	-	-
Outras obrigações	41	34
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais	**(1)**	**-**
Atividades de investimento		
Aquisição de Investimento em Participações	**-**	**(33.300)**
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento	-	(33.300)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	33.300
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento	**0**	**33.300**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**0**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	1
No final do exercício	0	1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**0**

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) operacionais	**1.956**	**(23.060)**
Receita de Prestação de Serviços	-	-
Despesas administrativas	(42)	(34)
Despesas tributárias	-	-
Resultado de participações em controladas	1.998	(23.026)
Resultado operacional	**1.956**	**(23.060)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado líquido do exercício	**1.956**	**(23.060)**
Quantidade de ações	**92.503.808**	**92.503.808**
Resultado líquido por ação	**0,02**	**(0,25)**

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	**1.956**	**(23.060)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**1.956**	**(23.060)**

A Diretoria. Alexandre Violante da Silva Filho - Contador - CRC-RJ - 133940/O-4

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

CONSTRUTORA METROPOLITANA

CNPJ 33.049.503/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessário. A Diretoria. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO	**222.774.158,95**	**212.911.877,14**
CIRCULANTE	**124.463.648,50**	**160.747.765,26**
Disponibilidades	2.157.327,51	1.922.549,60
Aplicações financeiras	24.682.988,78	24.682.988,78
Créditos contratuais com operações	26.117.275,60	10.860.979,33
Créditos tributários e previdenciários	8.670.722,88	3.164.992,37
Valores e bens	44.345.116,25	72.204.112,32
Despesas antecipadas	554.579,74	528.579,74
Estoques	13.796.079,55	43.244.004,93
Provisões	4.139.558,19	4.139.558,19
NÃO CIRCULANTE	**98.310.510,45**	**52.164.111,88**
Realizável a longo prazo	57.290.024,69	14.411.309,30
Investimentos	16.836.395,81	12.638.904,67
Imobilizado	24.113.230,33	25.025.914,32
Intangível	70.859,62	87.983,59

	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO	**(222.774.158,95)**	**(212.911.877,14)**
PASSIVO CIRCULANTE	**(76.715.401,03)**	**(48.261.747,06)**
Fornecedores	(19.267.179,92)	(2.565.645,92)
Obrigações com pessoal	(1.983.779,59)	(2.378.922,91)
Encargos sociais a pagar	(844.766,67)	(492.952,21)
Tributos e contribuições	(38.592.777,62)	(21.915.027,10)
Contas a pagar	(459.397,94)	(295.748,48)
Empréstimos e finaciamentos	(491.052,72)	(1.566.441,46)
Conta corrente com partes relacionadas	(9.741.199,98)	(5.068.331,37)
Adiantamentos de terceiros	(28.501,89)	(28.501,89)
Provisões	(5.306.744,70)	(11.392.135,23)
Dividendos propostos ou lucros creditados	–	(2.558.040,49)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**(33.832.423,70)**	**(28.363.627,89)**
Parcelamentos de tributos e contribuições	(30.963.480,10)	(25.494.684,29)
Empréstimos e financiamentos	(2.088.943,60)	(2.088.943,60)
Conta corrente com partes relacionadas	(780.000,00)	(780.000,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(112.226.334,22)**	**(136.286.502,19)**
Capital social	(74.729.279,00)	(74.733.279,00)
Reservas	(3.553.972,78)	(3.553.972,78)
Ajustes de avaliação patrimonial	(42.294.018,19)	–
Lucros ou prejuízos acumulados	8.350.935,75	(57.999.250,41)

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2023

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA BRUTA	**424.287.322,36**	**439.508.546,41**
Deduções	(33.114.869,97)	(31.480.992,73)
RECEITA LÍQUIDA	**391.172.452,39**	**408.027.553,68**
Custo na prestação de serviços	(269.505.659,67)	(56.485.792,82)
LUCRO BRUTO	**121.666.792,72**	**351.541.760,86**
Despesas operacionais	(112.762.704,13)	(240.706.944,24)
Despesas com empregados	(62.521.508,06)	(42.066.156,72)
Despesas com localização	(2.316.867,76)	(2.564.112,84)
Despesas com serviços de terceiros	(22.310.526,11)	(100.803.316,48)
Despesas de comunicação	(60.611,47)	(582.404,69)
Despesas de expediente	(24.631.320,88)	(67.066.508,60)
Despesas com veículos	(4.879,25)	(25.876.602,29)
Depreciações e amortizações	(700.493,86)	(289.008,05)
Despesas tributárias	(216.496,74)	(1.458.834,57)
Provisões	(767.583,01)	(3.913.996,93)
Receitas financeiras	8.955,39	4.910,60
Despesas financeiras	(10.449.709,46)	(10.407.331,36)
Outras despesas operacionais	(9.709.552,88)	(1.847.519,62)
Outras receitas operacionais	411.776,74	6.845.147,61
RESULTADO OPERACIONAL	**(11.602.024,63)**	**101.516.026,92**
RESULTADO ANTES IR E CSLL	**(11.602.024,63)**	**101.516.026,92**
Provisão para IR e CSLL	–	(30.436.571,28)
IRPJ	–	(22.309.471,43)
Provisão para IR e CSLL	–	(30.436.571,28)
CSLL	–	(8.127.099,85)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(11.602.024,63)**	**71.079.455,64**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

HISTÓRICO	Capital Realizado Autorizado Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial Ajustes de Ativos Financeiros	Resevas de Lucros Reserva Legal	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 31/12/2022	**74.733.279,00**	**–**	**3.553.972,78**	**57.999.250,41**	**136.286.502,19**
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	(6.511.791,43)	**(6.511.791,43)**
Aumento de Capital	(4.000,00)	–	–	–	**(4.000,00)**
Reavaliações	–	42.294.018,19	–	–	**42.294.018,19**
Lucro Líquido	–	–	–	(59.838.394,73)	**(59.838.394,73)**
SALDO EM 31/12/2023	**74.729.279,00**	**42.294.018,19**	**3.553.972,78**	**(8.350.935,75)**	**112.226.334,22**

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 Valores em R$. 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Construtora Metropolitana S. A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 11 de agosto de 1966, com fins lucrativos, e tem por objeto social principal a atividade de obras de urbanização de ruas, praças e calçadas, além das atividades secundárias de apoio à extração de minerais não-metálicos; fabricação de produtos do refino de petróleo; fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; construção de embarcações de grande porte; construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte; manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; instalação de máquinas e equipamentos industriais; distribuição de água por caminhões; coleta de resíduos não-perigosos; coleta de resíduos perigosos; tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; tratamento e disposição de resíduos perigosos; recuperação de materiais; incorporação de empreendimentos imobiliários; construção de edifícios; construção de rodovias e ferrovias; pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; construção de obras de arte especiais; construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; construção de estações e redes de telecomunicações; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; obras de irrigação; obras portuárias, marítimas e fluviais; montagem de estruturas metálicas; obras de montagem industrial; outras obras de engenharia civil; perfurações e sondagens; obras de terraplenagem; serviços de preparação do terreno; instalação e manutenção elétrica; instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; impermeabilização em obras de engenharia civil; serviços de pintura de edifícios em geral; obras de fundações; administração de obras; serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens; comércio atacadista de material elétrico; comércio atacadista de materiais de construção em geral; transporte ferroviário de carga; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário de produtos perigosos; carga e descarga; terminais rodoviários e ferroviários; estacionamento de veículos; atividades do Operador Portuário; atividades auxiliares dos transportes aquaviários; agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; holdings de instituições não-financeiras; outras sociedades de participação, exceto holdings; compra e venda de imóveis próprios; aluguel de imóveis próprios; loteamento de imóveis próprios; serviços de arquitetura; serviços de engenharia; atividades de estudos geológicos; serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas; aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; aluguel de andaimes; atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; atividades de limpeza; atividades paisagísticas e; restauração e conservação de lugares e prédios históricos. **2 - APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações (6.404/76) e suas recentes e significativas alterações contidas na Lei 11.638/2007 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:** A sociedade adota o regime de competência para registro de suas operações, reconhecendo as receitas e as despesas quando creditadas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e considera os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculadas a índices e/ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da entidade. A sociedade participa como empresa líder dos consórcios Serra da Bocaina e Serra da Bocaina II e Mobilidade Av. 22 de Maio, além de participar como consorciada nos consórcios Guaratiba II, Econorte e MUV São Gonçalo. A sociedade participa também das Sociedades em Conta de Participação (SCP) Construtora Metropolitana SCP S. A., Construtora Metropolitana S. A. – SCP Embu-Guaçu, Construtora Metropolitana S. A. – SCP São Bernardo e Construtora Metropolitana SCP S. A. na condição de sócia ostensiva. Os registros contábeis das Receitas, dos Custos e das Despesas incorridas nos consórcios são escriturados nos livros mercantis da sociedade em grupos de contas segregados em suas Demonstrações Contábeis de acordo com o seu percentual de participação nos empreendimentos, em atendimento à Instrução Normativa (IN) RFB nº1.199/2011. A sociedade obtém direitos sobre os ativos líquidos e obrigações pelos passivos dos investimentos que controla em conjunto, classificados como *joint ventures*, conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) de nº19, e assim os resultados apurados nesses negócios aumentam e reduzem o valor contábil desses investimentos através do Método de Equivalência Patrimonial, compreendido nos termos do CPC nº18. **4 - DISPONIBILIDADES:** O grupo de Disponibilidades é representado por recursos em caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata. As aplicações são mantidas em cotas de fundo de investimentos, administrados por instituições financeiras, registradas pelo valor principal aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, além de conta de título de capitalização. **5 - CRÉDITOS CONTRATUAIS COM OPERAÇÕES**: Refere-se a créditos relativos à prestação de serviços, conforme Notas Fiscais emitidas. **6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS:** IMPOSTOS A RECUPERAR - Refere-se a créditos tributários obtidos em exercícios anteriores, porém ainda não utilizados. IMPOSTOS A COMPENSAR - Corresponde aos valores retidos por terceiros na prestação de serviços a serem compensados na apuração dos devidos impostos e contribuições, na forma determinada pela previsão legal que tratar de cada imposto ou contribuição. **7 - CONTA CORRENTE COM PARTES RELACIONADAS:** Refere-se aos saldos decorrentes de transferências bancárias para pessoas ligadas a serem devolvidas ou serem quitadas pela distribuição de parte dos dividendos apurados ao sócio em comum. **8 - ATIVO IMOBILIZADO:** (8.1) IMOBILIZADO: O valor contábil de seus itens está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido de depreciação acumulada, tal como conceitua o CPC nº27, que é calculada pelo método linear. O grupo é composto pelas rubricas correspondentes aos bens que garantem a manutenção das atividades exercidas pela empresa, conforme composição do Balanço Patrimonial, com as devidas taxas de depreciações calculadas de acordo com o tempo de vida útil de cada bem, consoante Anexo III da IN RFB nº1.700/2017, causando efeito sobre o resultado de cada exercício. Portanto, os bens que sofreram avaliações ao valor justo de mercado sofrem depreciações calculadas de acordo com o tempo de vida útil estimado através de laudo de avaliação, conforme Lei nº11.638/2007. **9 - INTANGÍVEL:** Composto pelos bens não materiais submetidos aos mesmos critérios contábeis do Ativo Imobilizado, com taxas de amortizações calculadas de acordo com o tempo de vida útil, também de acordo com o Anexo III da IN RFB nº1.700/2017. **10 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES:** 10.1 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIRETOS A PAGAR - Devido ao enquadramento das atividades exercidas pela empresa, os valores do PIS e da COFINS são calculados com base no regime cumulativo para então serem contabilizadas as suas respectivas provisões, de acordo com os critérios estabelecidos pela IN RFB de nº1.911/2019. No caso do PIS e da COFINS, os saldos a pagar correspondem aos valores de suas provisões em cada período de apuração deduzidos pelos valores retidos sobre serviços prestados a terceiros, conforme permitido pela Instrução Normativa citada. A provisão de ISS corresponde ao valor do imposto mensal deduzido pelos valores das retenções sobre serviços prestados a terceiros. O cálculo do ISS tem como base o Código Tributário Municipal do local onde o serviço foi prestado, considerando regulamentação posterior que eventualmente o altere. 10.2 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES RETIDOS A RECOLHER - O grupo é composto pelas rubricas inerentes ao IRRF sobre folha de pagamento, sobre alugueis pagos a pessoas físicas, sobre serviços prestados por pessoas jurídicas e sobre importação de serviços do exterior, incidentes conforme Decreto nº9.580/2018 e IN RFB nº1.455/2014 no caso do IRRF sobre importações de serviços do exterior, como também pelas Contribuições Sociais da Receita Federal correspondentes ao PIS, à COFINS e à CSLL na forma da Lei nº10.833/2003 e pela rubrica de ISS retido de terceiros com base no Código Tributário Municipal sancionado em cada município onde os serviços forem prestados. **11 - PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES:** Os parcelamentos contabilizados correspondem à amortização dos saldos remanescentes de tributos e contribuições federais consolidados em exercícios anteriores, bem como no exercício corrente. Tendo em vista os critérios estabelecidos através da NBC TG 26 (R5), as parcelas com datas de vencimento até o décimo segundo mês após a data do balanço estão classificadas no Passivo Circulante, e as parcelas com vencimento em datas posteriores estão classificadas no Passivo Não Circulante. **12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:** Referem-se aos empréstimos concedidos pelo Banco Bradesco através do acordo nº415/2537249 em 60 (sessenta) parcelas e pelo Banco Safra liberados através das células de empréstimos nº001225559 e 001226156, que estão sendo pagos em 36 (trinta e seis) parcelas. **13 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** No exercício de 2023, a empresa foi tributada com base no Lucro Real. Os saldos que compõem o grupo correspondem aos valores remanescentes das provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido calculados com base na Lei nº7.689/1988 e no Decreto nº9.580/2018 deduzidos pelos valores retidos sobre serviços prestados a terceiros. **14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** Capital Social - O Capital Social da sociedade é composto pelo valor de R$ 74.729.279,00 (setenta e quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta e nove reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Reserva Legal - Corresponde à quota de 5% sobre o valor de R$ 71.079.455,64 (setenta e um milhões, setenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) correspondente ao lucro líquido apurado no exercício de 2022, aplicada no valor de R$ 3.553.972,78 (três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e novecentos e setenta e dois reais e setenta e oito centavos), conforme determina a Lei nº 6.404/76. Prejuízo no Período - Em suas operações no exercício de 2023, a sociedade obteve o prejuízo de R$ 11.602.024,63 (onze milhões, seiscentos e dois mil e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos). Prejuízos Acumulados - Apurado o resultado no exercício de 2023, o valor de R$ 57.780.912,09 (cinquenta e sete milhões, setecentos e oitenta mil, novecentos e doze reais e nove centavos) de lucros acumulados remanescente do exercício de 2022 foi absorvido pelo valor de R$ 11.602.024,63 (onze milhões, seiscentos e dois mil e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos) correspondente ao prejuízo do exercício, como também pelo valor de R$ 6.293.453,11 (seis milhões, duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e onze centavos) aos ajustes de exercícios anteriores, passando assim ao saldo de R$ 8.350.935,75 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) de prejuízos acumulados. Ajustes de Exercícios Anteriores – Refere-se aos ajustes para extinção de consolidação entre a contabilidade da sociedade com as SCP's em que participa como sócia ostensiva, passando essas a efetuar seus registros e emitir seus livros mercantis de forma individualizada, cujo saldo foi integralmente transferido para a rubrica "Prejuízos Acumulados."

Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL	2023	2022
(+) Recebimentos de Clientes	375.829.869,18	352.560.794,32
(-) Pagamentos de Pró-Labore	–	(69.452,17)
(-) Pagamentos a Fornecedores	(258.016.194,02)	(264.311.909,84)
(-) Gastos com Pessoal	(25.954.222,35)	(20.831.823,67)
(-) Pagamentos de Tributos, Contribuições e Encargos	(37.772.374,87)	(32.465.081,42)
(+) Resgates de Aplicações Financeiras	–	38.464.636,37
(-) Aplicações Financeiras	–	(63.363.287,29)
(+) Outros Recebimentos ou (-) Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	–	–
(=) Caixa Gerado ou Consumido na Atividade Operacional	54.087.077,94	9.983.876,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Recebimento por Venda de Ações ou Aumento de Capital	–	44.533.279,00
(+) Empréstimos Tomados de Instituições Financeiras	634.001,52	4.212.877,26
(-) Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos a Instituições Financeiras	(1.164.607,67)	(4.426.075,57)
(=) Caixa Gerado ou Consumido na Atividade de Financiamentos	(530.606,15)	44.320.080,69
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamentos por Aquisição de Ativo Imobilizado	(4.791.611,90)	(1.484.066,19)
(+) Amortização de Empréstimos Concedidos a Acionistas, Empresas Controladas e Coligadas	–	99.083.553,87
(-) Distribuição de Lucros e Dividendos	(48.530.081,98)	(5.799.075,46)
(+) Juros Recebidos de Empréstimos Concedidos	–	–
(+) Recebimentos pela Venda de Ativo Imobilizado	–	–
(+) Empréstimos Tomados de Terceiros (exceto de instituições financeiras)	–	102.796.609,10
(-) Pagamentos de Empréstimos (exceto de instituições financeiras)	–	(98.438.753,87)
(-) Empréstimos Concedidos a Acionistas, Empresas Controladas e Coligadas	–	(148.793.977,89)
(+) Outros Recebimentos ou (-) Pagamentos Relativos às Atividades de Investimentos	–	–
(=) Caixa Gerado ou Consumido na Atividade de Investimentos	(53.321.693,88)	(52.635.710,44)
CAIXA GERADO OU CONSUMIDO		
(=) Variação no Disponível	234.777,91	1.668.246,55
SALDO DO DISPONÍVEL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.922.549,60	254.303,05
SALDO DO DISPONÍVEL NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.157.327,51	1.922.549,60

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis

As Demonstrações Completas encontram-se em sua integralidade na Sede da Companhia à Disposição dos Interessados.

Diretor Presidente: Alessandro Carvalho de Miranda - CPF 012.817.017-42.
Contador: Wilderson Xavier Silveira - CRC-RJ 091521-O/7 - CPF 074.714.577-67.

Órama Controle e Participações 2 S.A.

CNPJ/MF nº 43.404.105/0001-19

Relatório da Administração Em 31 de dezembro de 2023. Senhores Acionistas, A Administração da Órama Controle e Participações 2 S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Desempenho Operacional:** A Companhia, atuando no seu papel de Holding, continua no processo de investimento para consolidação de suas investidas para consolidação dos seus modelos de negócios com crescimento no volume captado e sua base de clientes. Esse resultado vem sendo construído através de diversas estratégias aplicadas pela sua Administração, destacando-se as novas parcerias firmadas, o qual está em linha com os objetivos e expansão planejadas para os próximos períodos. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**718**	**5.037**
Disponibilidade	1	1
Outros créditos	717	5.036
Instrumentos Financeiros Derivativos	472	4.792
Diversos	245	244
Permanente	**20.600**	**21.749**
Investimentos	20.600	21.749
Participação em controladas	20.600	21.749
Imobilizado	-	-
Imobilizado de uso	-	-
(-) Depreciações acumuladas	-	-
Total do ativo	**21.318**	**26.786**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**10.152**	**12.493**
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-
Outras obrigações	10.152	12.493
Fiscais e previdenciárias	-	-
Diversos	10.152	12.493
Total do Passivo	**10.152**	**12.493**
Patrimônio líquido	**11.166**	**14.293**
Patrimônio líquido	11.166	14.293
Capital social - domiciliados no país	12.632	12.632
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1.456)	1.661
Dividendos	(10)	1.661
Total do passivo e patrimônio líquido	**21.318**	**26.786**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social Integralizado	Capital social A integralizar	Capital social Total	Distribuição de Resultados	Resultado acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.320**	**-**	**5.320**	**-**	**(8)**	**5.312**
Aumento de capital	7.312	-	7.312	-	-	7.312
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.669	1.669
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.632**	**-**	**12.632**	**-**	**1.661**	**14.293**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(1.726)	(1.726)
Dividendos	-	-	-	(10)	-	(10)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(1.391)	(1.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12.632**	**-**	**12.632**	**(10)**	**(1.456)**	**11.166**
Mutações do exercício	**-**	**-**	**-**	**(10)**	**(3.117)**	**(3.127)**

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) operacionais	**74**	**1.669**
Receita de Prestação de Serviços	-	-
Despesas administrativas	(40)	(34)
Despesas tributárias	-	-
Resultado de participações em controladas	114	1.703
Resultado operacional	**74**	**1.669**
Resultado Não Operacional	(1.800)	-
Resultado líquido do exercício	**(1.726)**	**1.669**
Quantidade de ações	**12.632.000**	**12.632.000**
Resultado líquido por ação	**0,13663**	**0,13212**

A Diretoria.
Alexandre Violante da Silva Filho - Contador - CRC-RJ - 133940/O-4

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	**(1.726)**	**1.669**
Ajustes ao resultado	(114)	(1.703)
Resultado de equivalência patrimonial	(114)	(1.703)
Resultado ajustado do exercício	**(1.840)**	**(34)**
Atividades operacionais		
Outros créditos	-	-
Outras obrigações	(2.490)	(6.752)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais	**(4.330)**	**(6.786)**
Atividades de investimento		
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.320	(472)
Dividendos	10	-
Aquisição de Investimento em Participações	-	(54)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento	**4.330**	**(526)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	7.312
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento	**-**	**7.312**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**0**	**0**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	1
No final do exercício	1	1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**0**	**0**

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	**(1.726)**	**1.669**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**(1.726)**	**1.669**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

FUNDAÇÃO OCTACÍLIO GUALBERTO

CNPJ nº 34.034.959/0001-60

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Valores expressos em Reais)

Ativo	NE	2023	2022 Reapresentado	2022
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	5	141.003.822	107.976.911	107.977.213
Clientes e Outros Recebíveis	6	11.410.962	8.205.562	8.448.082
Outros Ativos Circulantes	7	13.008.229	4.265.469	4.265.469
Total do Circulante		**165.423.012**	**120.447.942**	**120.690.764**
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	8	26.930.683	20.388.737	20.388.690
Comodato	8	29.065	16.429	16.429
Imobilizado	9	107.895.382	98.951.166	98.951.166
(-) Depreciação Acumulada	9	(30.593.323)	(26.086.630)	(26.461.469)
Intangível	9	611.642	422.829	422.829
(-) Amortização Acumulada	9	(347.121)	(291.962)	(291.962)
Total do Não Circulante		**104.526.328**	**93.400.569**	**93.025.683**
Total do Ativo		**269.949.340**	**213.848.511**	**213.716.447**

Passivo	NE	2023	2022 Reapresentado	2022
Circulante				
Obrigações Trabalhistas	10	4.382.279	3.694.520	3.575.896
Obrigações Tributárias	11	1.756.360	1.664.303	1.662.844
Outras Obrigações		1.914.512	1.903.865	1.875.587
Contas a Pagar		1.900.000	-	-
Provisão Social	12	8.511.567	7.091.054	7.091.054
Convênios a Realizar		1.512.000	20.136	20.136
Receitas Antecipadas		7.110.429	2.902.200	2.902.200
Total do Passivo Circulante		**27.087.146**	**17.276.077**	**17.127.716**
Não Circulante				
Convênios a Realizar		2.646.363	-	-
Comodato		29.065	16.429	16.429
Receitas Antecipadas		41.971	537.916	537.916
Total do Não circulante		**2.717.399**	**554.346**	**554.346**
Patrimônio Líquido	13			
Patrimônio Social		196.034.385	166.299.613	166.434.664
Ajuste de Exercícios Anteriores	27	(16.297)	(1.771.767)	(1.771.767)
Superávit do Período	14	44.126.707	31.490.244	31.371.489
Total do Patrimônio Liquido		**240.144.795**	**196.018.089**	**196.034.386**
Total do Passivo e Patrimônio liquido		**269.949.340**	**213.848.512**	**213.716.448**

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 2023 e 2022. Nota 01 - Contexto Operacional: A Fundação Octacílio Gualberto (FOG), estabelecida à Avenida Barão do Rio Branco, 905 - Centro Petrópolis – RJ, é pessoa jurídica de direito privado, com finalidade não lucrativa, de caráter educacional e de assistência social, que tem por finalidade o ensino e a prestação de serviços de saúde e assistência social, e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Fundação Octacílio Gualberto opera com 2.480 alunos de graduação ativos em 2023 e com 2.312 em 2022, matriculados em sua unidade. Em 07 de outubro de 2019, o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior/MEC, deferiu, nos termos da Portaria nº 452, o Requerimento da Fundação relativo à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, com validade para o período de 30 de agosto de 2016 a 29 de agosto de 2019. Presentemente a Fundação requereu a renovação, tempestivamente, do CEBAS, que se encontra em trâmite sob protocolo nº 23000.024579/2019-10. Os Administradores da Fundação e seus Assessores Legais entendem que as possibilidades de sucesso são avaliadas como provável. As práticas administrativas e pedagógicas incorporadas no auge da pandemia do coronavírus imprimiram marcas permanentes nos processos da FOG, com a adoção de novas estratégias de trabalho híbrido, investimento em metodologias inovadoras de aprendizagem e teletrabalho, além de mudanças culturais no modo de preparação para a rápida evolução do ambiente educacional e de negócio, e eventos inesperados, que ficaram evidentes por ocasião de dois fenômenos climáticos extremos na cidade de Petrópolis, em fevereiro e março de 2022. A necessidade de rápida resposta, por parte de docentes, estudantes e colaboradores, a eventos que causaram reflexos na vida social e econômica da cidade e provocaram a suspensão de atividades educacionais e administrativas, incluindo o engajamento em ações de assistência às pessoas, tanto em parceria com o poder público, como em iniciativas de cunho humanitário, levaram ao estabelecimento de planos de contingência bem definidos. Por outro lado, com o término da pandemia e o retorno definitivo às atividades presenciais, o valor das mensalidades escolares retornou ao patamar habitual, com a retirada gradual dos descontos, favorecendo a gestão da Fundação. No ano de 2023, tendo em vista o encerramento do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Santa Catarina, após mais de 50 anos de atividade e de grande relevância acadêmica e social para a população de Petrópolis, a FOG criou a Escola Técnica Irmã Dulce Bastos, para dar imediata continuidade ao referido curso e oferecer aos alunos do Colégio Santa Catarina a oportunidade de concluirem a sua formação. A Escola Técnica iniciou suas atividades em agosto de 2023, mediante autorização da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. A criação de um curso técnico em enfermagem, ao lado dos cursos de bacharelado e licenciatura, complementa o projeto de formação de profissionais de enfermagem da instituição. A implantação da Escola amplia as oportunidades de desenvolvimento de atividades educacionais da FOG em nível de ensino técnico em outras áreas profissionais. Ainda em 2023, a FOG realizou a aquisição de imóvel na Av. Barão do Rio Branco, 676, Petrópolis/RJ, situado nas proximidades de sua sede, com o objetivo de ampliar as atividades acadêmicas, mediante desenvolvimento de novos projetos educacionais, bem como iniciou as tratativas para aquisição de outro imóvel situado na mesma cidade, à Rua Hívio Naliato, 872, 862, 868 e 870 , em frente ao seu Ambulatório Escola, para permitir a expansão das atividades docente-assistenciais. **Nota 02 - Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/1976 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/2011 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **Nota 03 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução CFC nº 1.330/2011 (ITG 2000):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transmitidas via Sped ECD obedecendo a legislação vigente. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **Nota 04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC -TG 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **c) Ativos Circulantes e Não Circulantes - Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado; **d) Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):** Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios adotados pela Entidade (média de inadimplência dos últimos cinco anos), e assim atendendo a Resolução CFC nº 1.409/2012 (ITG 2002) - Entidades Sem Finalidades de Lucro e o Parecer de Orientação da CVM nº 21/1990; **e) Imobilizado/Intangível:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção ou reavaliação, deduzido da depreciação/amortização calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 09. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **f) Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação**. - Provisões -** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **g) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes; **h) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **i) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **j) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência; **k) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **l) Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, as Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Nota 05 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, cheques recebidos de alunos não depositados, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

	2023	2023	2023
Caixa Tesouraria	5.771	27.088	27.390
Bancos Conta Movimento	32.814	51.546	51.546
Total em Caixa e Bancos	**38.585**	**78.634**	**78.936**

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor aplicado, ajustadas pelos resultados correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

	2023	2022 (reapresentado)	2022
Aplicação Banco Santander	23.537.620	19.354.212	19.354.212
Aplicação Banco Itaú	115.916.510	88.140.972	88.140.972
Aplicação Banco Caixa Econômica Federal	268.688	14.516	14.516
Aplicação Banco Bradesco	120.835	53.948	53.948
Aplicação Banco do Brasil	72	334.629	334.629
XP Investimentos	1.087.12	–	–
Total de Aplicações Financeiras	**140.965.237**	**107.898.277**	**107.898.277**
Total em Caixa e Equivalente de Caixa	**141.003.822**	**107.976.911**	**107.977.213**

As disponibilidades em nome da Fundação são aplicadas em Instituições que apresentam segurança, rentabilidade e liquidez. **Nota 06 - Clientes e Outros Recebíveis:** Neste grupo estão registradas as mensalidades a receber oriunda de prestação de serviços educacionais, conforme os valores faturados, bem como as mensalidades renegociadas.

CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

NATUREZA		2023	2022 Reapresentado	2022
Mensalidades a receber	2018	326.438	–	326.438
	2019	333.440	795.428	795.428
	2020	410.845	578.993	578.993
	2021	586.791	708.445	708.445
	2022	553.776	809.219	809.219
	2023	2.523.773	–	–
		4.408.625	3.218.523	3.229.440
Confissão de Dívida		1.915.812	2.176.608	2.176.608
Programa de Crédito Interno		3.989.208	1.425.742	1.425.523
Programa de Parcelamento UNIFASE		37.662	–	–
Mensalidade a Receber - Escola técnica		9.180	–	–
Outros valores a receber		1.163.411	2.011.166	2.011.166
		1.558.094	1.770.641	8.834.034
PECLD - Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(507.619)	(385.952)	(385.952)
		11.410.963	8.205.562	8.448.082

Nota 07 - Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto por adiantamentos a terceiros, valores a compensar e pelos seguros (despesa do exercício seguinte), cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelos seus respectivos valores nominais. Em 2022, do total de Repasse FIES foram segregados os montantes do FG DUC e FG Fies, que passam a ser refletidos no Longo Prazo - Nota 08.

	2023	2022 Reapresentado	2022
Adiantamento a Terceiros	5.309.444	1.151.037	1.151.037
Repasse FIES	2.831.098	2.641.634	2.641.634
Convênio PSF a Receber	1.927.842	–	–
Outros Créditos	2.924.119	472.798	472.798
Despesas antecipadas	15.726	–	–
Total de Outros Ativos Circulantes	**13.008.229**	**4.265.469**	**4.265.469**

Nota 08 - Realizável a Longo Prazo: Este grupo está composto por valores de mensalidades a receber que foram parceladas administrativamente, cobranças judiciais e bens em comodato, cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente.

	2023	2022 Reapresentado	2022
Programa de Crédito Interno	12.141.523	14.075.313	14.075.361
Confissão de Dívida	26.498	270.022	270.022
Programa de Parcelamento UNIFASE	1.659.962	712.041	712.041
Cobrança Extrajudicial	2.161.605	90.795	90.795
Convênios PSF a Receber	2.646.000	–	–
FIES - FG DUC	3.089.093	3.078.087	3.078.087
FIES - FG Fies	5.206.003	2.162.382	2.162.382
Comodato	29.065	16.429	16.429
Total do Realizável a Longo Prazo	**26.959.748**	**20.405.069**	**20.405.117**

Nota 09 - Imobilizado e Intangível: Os bens do imobilizado e intangível, estão demonstrados a valores de custo deduzidos das respectivas depreciação e/ou amortização, para as quais são utilizadas as taxas previstas na legislação tributária vigente.

IMOBILIZADO	Taxa anual de depreciação	2023 Custo	2023 Depreciação Amortização acumulada	2023 Total	2022 Reapresentadoi	2022
Terrenos	0%	4.699.053	–	4.699.053	3.095.580	3.095.580
Imóveis	4%	79.475.032	(17.656.524)	61.818.508	58.068.859	58.068.859
Máquinas e equipamentos	15 e 20%	14.283.036	(7.400.033)	6.883.003,71	5.279.899	5.279.899
Computadores e acessórios	20%	3.575.495	(2.311.207)	1.264.288	890.863	890.863
Móveis e utensílios	15%	2.732.314	(1.428.639)	1.303.675	1.100.959	1.100.959
Veículos	20%	360.776	(155.590)	205.185	182.167	182.167
Biblioteca	10%	1.924.677	(1.641.330)	283.347	(17.445)	(17.445)
Obras em andamento	0%	844.999	–	844.999	3.888.815	3.888.815
		107.895.382	(30.593.323)	77.302.059	72.489.697	72.489.697
INTANGÍVEL						
Software e Marcas/Patentes	20%	611.642	(347.121)	264.521	130.867	130.867
		108.507.023	(30.940.444)	77.566.580	72.620.564	72.620.564

Do valor apresentado em 2023 / 2022 de Máquinas e Equipamentos, parte refere-se a bens cedidos ao SEHAC - Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro, no valor de R$ 827.042,69 e R$ 975.932,78, respectivamente. O Índice de Liquidez Imediata demonstra-se 7,06 em 2023 e 7,59 em 2022. Foi adquirido imóvel situado na Av. Barão do Rio Branco, 676, Petrópolis, para ampliação das instalações acadêmicas do Campus universitário. **Nota 10 - Obrigações Trabalhistas:** Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor obrigações trabalhistas.

	2023	2022 Reapresentado	2022
Ordenados a Pagar	3.378.603	2.813.888	2.768.050
INSS a recolher	345.461	309.649	317.460
Mensalidade Sindical a Recolher	15.611	15.906	15.470
Contribuição Sindical a Recolher	2.102	2.102	2.102
FGTS a Recolher	542.581	503.315	409.611
Pensão Alimentícia	3.693	2.344	2.344
Rescisão a Pagar	94.227	47.316	60.859
Total de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	**4.382.279**	**3.694.520**	**3.575.896**

Nota 11 - Obrigações Tributárias: Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros contratados pela Entidade que apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

	2023	2022 Reapresentado	2022
IRRF sobre Salário	1.663.505	1.621.586	1.620.209
IRRF sobre Terceiros	66.177	12.889	12.888
CSLL/COFINS/PIS	16.642	8.905	8.906
ISS sobre Serviço de Terceiros	6.467	6.140	6.058
INSS a Recolher - Prestadores de Serviços	3.569	14.783	14.783
Total de Obrigações Tributárias e Previdenciárias	**1.756.360**	**1.664.303**	**1.662.844**

Nota 12 - Provisão Social: Está calculada com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço e incluem os encargos sociais correspondentes.

	2023	2022 Reapresentado	2022
Provisão Férias	7.891.780	6.566.041	6.566.041
Provisão FGTS s/Férias	619.787	525.013	525.013
Total de Provisão Social	**8.511.567**	**7.091.054**	**7.091.054**

Nota 13 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social acrescido do Resultado do Período - Superávit de R$ 44.126.707 em 2023 e R$ 31.490.244 em 2022 (reapresentado). **Nota 14 - Do Resultado do Período:** O Superávit do Período de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucro, mediante a aprovação das contas de 2023. **Nota 15 - Receitas com Mensalidades:** Em atendimento a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas oriundas das atividades de educação, são reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados e correspondem aos valores das vagas escolares, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/1999). **Nota 16 - Receitas com Convênios Públicos:** A entidade recebeu do SUS, nos anos de 2023 e 2022, pelos atendimentos à saúde prestados por suas unidades docente-assistenciais:

Unidades	Atendimentos 2023	Valor 2023 R$	Atendimentos 2022 Reapresentado	Valor 2022 Reapresentado R$	Atendimentos 2022	Valor 2022 R$
a) Ambulatório Escola	82.797	591.612	82.442	452.071	82.442	452.071
b) Unidades de Saúde da Família	84.160	1.512.000	66.860	1.512.000	66.860	1.512.000
Total	**166.957**	**2.103.612**	**149.302**	**1.964.071**	**149.302**	**1.964.071**

A Fundação mantém a Faculdade de Medicina de Petrópolis, o Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto, o Ambulatório Escola e os Postos de Saúde da Família, com a finalidade de prestar serviços educacionais em nível superior, oferecendo à população serviços de atenção à saúde através das suas unidades docente-assistenciais em parceria com o sistema público de saúde. O retorno à normalidade no pós-pandemia vem levando a uma gradual retomada dos agendamentos de consultas e procedimentos assistenciais. Nesse contexto vem havendo uma recuperação gradual do quantitativo de atendimentos de saúde no Ambulatório Escola e nas unidades de saúde da família. **Nota 17 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e, também, com a Resolução do CFC nº 1.296/2010 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. . **Nota 18 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.138/2008 que aprovou a NBC TG 09. **Nota 19 - Voluntários:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), a entidade reconhece, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos de administração, no exercício de suas funções, por valor justo da prestação de serviços. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Os órgãos da administração, representados por seus Conselhos e Diretoria Executiva, à exceção de seu diretor-presidente e diretor jurídico, que passaram a ser remunerados a partir de setembro de 2022 e junho de 2023, respectivamente, após expressa autorização da Promotoria de Fundações, não possuem qualquer tipo de remuneração, seja ela direta, indireta, fixa ou variável, cujo valor justo seria em 2023 de R$ 41.711,76 e em 2022 R$ 86.130,43. **Nota 20 - Aplicação dos Recursos:** Os recursos da entidade são

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(Valores expressos em Reais)

	NE	2023	2022 Reapresentado	2022
Receitas Operacionais da Atividade Educacional		**150.087.116**	**129.535.494**	**129.443.618**
Receitas com mensalidades	15	143.236.147	124.557.087	124.557.087
Outras receitas com mensalidades	15	1.789.372	1.745.530	1.745.530
Trabalho voluntário	19	41.712	86.130	86.130
Outras receitas		5.019.885	3.146.746	3.054.871
Deduções de receitas				
Devoluções e descontos		**(1.283.750)**	**(3.100.068)**	**(3.100.068)**
Bolsas concedidas	22	**(35.319.983)**	**(26.949.916)**	**(26.949.916)**
Bolsas sociais integrais (100%)		**(22.131.884)**	**(15.721.661)**	**(15.721.661)**
Bolsas ProUni (100%) - Lei Complementar 187/2021		(21.863.108)	(15.518.207)	(15.518.207)
Bolsas ProUni (100%) - Perfil Lei 12.101/2009		(268.775)	(203.454)	(203.454)
Bolsas sociais parciais (50%)		**(3.225.637)**	**(2.635.101)**	**(2.635.100)**
Bolsas sociais (50%) - Lei Complementar 187/2021		(198.469)	(2.341.014)	(2.341.014)
Bolsas ProUni (50%) - Lei Complementar 187/2021		(3.027.168)	(294.087)	(294.087)
Bolsas Resusos Próprios		**(8.236.603)**	**(7.285.962)**	**(7.285.963)**
Bolsas integrais acordo trabalhista		(5.571.296)	(4.997.804)	(4.997.804)
Bolsa acadêmica resursos próprios 100%		(1.184.576)	(969.098)	(969.098)
Bolsa acadêmica resursos próprios 50%		(1.480.731)	(1.319.060)	(1.319.060)
Outros tipos de bolsas recursos próprios		**(1.518.309)**	**(1.075.933)**	**(1.075.933)**
Bolsas - Cursos de especialização		**(207.550)**	**(231.259)**	**(231.259)**
Custos com os Serviços Prestados		**(66.560.127)**	**(57.742.233)**	**(57.786.313)**
Pro-labore diretoria		(416.667)	(62.500)	(62.500)
Pessoal docente e administrativo		(52.047.569)	(45.145.456)	(45.157.713)
Custos com atividades		(9.492.328)	(8.132.771)	(8.164.594)
Depreciação/amortização		(4.561.852)	(4.315.376)	(4.315.376)
Trabalho Voluntário	19	(41.712)	(86.130)	(86.130)
Superávit Operacional Líquido - Educacional		**46.923.256**	**41.743.277**	**41.607.322**
Outras Receitas e Despesas Operacionais		**12.500.168**	**6.055.530**	**6.058.487**
Serviços profissionais		(1.903.130)	(1.542.542)	(1.540.594)
Demais despesas gerais e administrativas		(617.542)	(395.507)	(394.498)
Impostos e taxas		(11.663)	(5.117)	(5.117)
Resultado líquido financeiro		15.032.503	7.998.696	7.998.696
Resultado na baixa de ativo imobilizado		–	–	–
Superávit Líquido das Atividades de Educação		**59.423.424**	**47.798.807**	**47.665.809**
Receitas Operacionais da Atividade Educacional em Unidades de Saúde Próprias				
Receitas de convênios públicos	16	2.103.612	1.964.071	1.964.071
		2.103.612	1.964.071	1.964.071
Custos com os Serviços Prestados	23	**(17.400.330)**	**(18.272.634)**	**(18.258.391)**
Custo com ambulatório e hospital escola		(17.400.330)	(18.272.634)	(18.258.391)
Déficit Operacional Líquido - Educacional em Unidades de Saúde Próprias		**(15.296.718)**	**(16.308.563)**	**(16.294.320)**
Superávit do Período		**44.126.707**	**31.490.244**	**31.371.489**

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores Expressos em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	**157.388.416**	**7.274.482**	**164.662.897**
Incorporação ao Patrimônio Social	7.274.482	(7.274.482)	–
Superávit do período (reapresentado)	–	31.371.489	31.371.489
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**164.662.898**	**31.371.489**	**196.034.385**
Ajustes de Exercícios Anteriores - Impraticáveis de Apresentação	(135.052)	–	(135.052)
Superávit do período (reapresentado)	–	118.755	118.755
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**164.527.846**	**31.490.244**	**196.018.088**
Incorporação ao Patrimônio Social	31.490.244	(31.490.244)	–
Superávit do período	–	44.126.707	44.126.707
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**196.018.090**	**44.126.707**	**240.144.795**

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores Expressos em Reais)

	2023	2022 Reapresentado	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit do Período	44.126.707	31.490.244	31.371.489
Ajuste para reconciliar o Superávit			
Depreciação do Período	4.187.013	3.940.537	4.315.376
Provisão Social	1.420.513	544.947	544.947
Ajustes de Exercícios Anteriores	(16.297)	(135.051)	(1.771.767)
Superávit do Período Ajustado	**49.717.936**	**35.840.676**	**34.460.044**
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais			
Variação de Clientes e Outros Recebíveis	(2.962.879)	926.183	683.663
Variação de Outros Ativos Circulantes	(8.742.759)	3.358.390	5.126.673
Variação de Receitas Antecipadas	4.208.229	–	–
Variação em Ativo Não Circulante	(6.541.993)	(7.798.176)	(7.798.128)
Variação em Obrigações Trabalhistas	806.383	543.780	422.041
Variação em Obrigações Tributárias	93.515	165.802	164.344
Variação em Outras Obrigações	1.938.925	(2.586.224)	(2.614.503)
Variação em Projetos a Realizar	1.491.864	(6.362)	(6.362)
Variação em Passivo Não Circulante	2.150.417	540.681	540.681
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	**42.159.638**	**30.984.750**	**30.978.453**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Variação do imobilizado e intangível	(9.133.029)	(5.976.491)	(5.969.891)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Investimentos	**(9.133.029)**	**(5.976.491)**	**(5.969.891)**
Aumento Liquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**33.026.609**	**25.008.259**	**25.008.561**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	107.977.213	82.968.652	82.968.652
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	141.003.822	107.976.911	107.977.213
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**33.026.609**	**25.008.259**	**25.008.561**

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em reais)

	2023	2022 Reapresentado	2022
Receitas	**115.545.284**	**101.363.451**	**101.271.576**
Receitas com mensalidades	143.236.147	124.557.087	124.557.087
Outras receitas com mensalidades	1.789.372	1.745.530	1.745.530
Outras receitas	7.123.497	5.110.818	5.018.942
Deduções de receitas	(1.283.750)	(3.100.068)	(3.100.068)
Bolsas concedidas	(35.319.983)	(26.949.916)	(26.949.916)
Serviços Profissionais	(1.903.130)	(1.542.542)	(1.540.594)
Custos com Atividades	(10.271.059)	(8.277.495)	(8.308.308)
Valor Adicionado Bruto	**103.371.094**	**91.543.414**	**91.422.674**
Retenções			
Depreciação/amortização	(4.561.852)	(4.315.376)	(4.315.376)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**15.032.503**	**7.998.696**	**7.998.696**
Resultado líquido financeiro	15.032.503	7.998.696	7.998.696
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-
Despesa com Ambulatório e Hospital Escola	(2.994.045)	(2.611.323)	(2.597.080)
Valor Adicionado Total a Distribuir	**110.847.700**	100% 92.615.411	100% 92.508.913 100%
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	66.453.853	60% 60.806.768	66% 60.819.024 66%
Impostos, Taxas e Contribuições	38.496	0% 26.094	0% 26.094 0%
Juros e Aluguéis	228.644	0% 292.306	0% 292.306 0%
Superávit do Período	**44.126.707**	40% **31.490.244**	34% **31.371.489** 34%
Distribuição do Valor Adicionado	**110.847.700**	100% **92.615.411**	100% **92.508.913** 100%

As notas explicativas fazem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

continuação

FUNDAÇÃO OCTACÍLIO GUALBERTO

CNPJ nº 34.034.959/0001-60

aplicados em suas finalidades institucionais, de acordo com seu Estatuto Social, conforme demonstrado em Despesas e Investimentos Patrimoniais. **Nota 21 - Obrigação da Educação para fins de Cebas:** Em conformidade à Lei Complementar nº 187/2021 e ao Decreto nº 11.791/2023, que a regulamenta, a Fundação atende aos requisitos legais para usufruir da imunidade tributária referente às instituições de educação, estando suas mantidas(FMP e UNIFASE) devidamente cadastradas no Ministério da Educação, através do Sistema e-Mec, mantendo atualizados seus dados no sistema CENSUP, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), bem como atendendo aos padrões mínimos de qualidade da educação superior. Os serviços beneficentes de educação desenvolvidos pela Fundação destinam-se à promoção do acesso à educação superior, mediante oferta de bolsas de estudo, em conformidade com as Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e segundo sua regulamentação. Em atendimento à LC nº 187/2021, e Decreto nº 11.791/2023, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade atuou de forma colaborativa para o alcance das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação vigente, conforme previsto no artigo 214 da Constituição Federal. **Nota 22 - Bolsas de Estudos Concedidas:** Em atendimento ao artigo 21 (Educação Superior com Prouni) da LC nº 187/2021, apresentamos abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente da Instituição:

Ano de Apuração	**2023**	**2022**
A - Total de Alunos Matriculados	2.480	2.312
B - (-) Bolsistas Integrais Lei Complementar 187/2021	10	8
C - (-) Bolsas Integrais Prouni	502	419
D - (-) Bolsas Integrais Recursos Próprios	104	109
E - Total de Alunos Pagantes	**1.866**	**1.776**
F – Bolsas Obrigatórias (Lei complemtar 187/201):F=E/5	373	356
G - Previsão de Bolsas de 50% convertidas em 100% a serem concedidas no perfil da Legislação (ProUni + Própria) uma vez que a entidade atinge 1/9.	163	217
H - Previsão de Bolsas de 100% no perfil da legislação(ProUni + Própria): E = B+C	512	18
I - Previsão do total de Bolsas a serem concedidas no perfil da Legislação (ProUni + Própria):I=G+H	675	544
J : BOLSAS EXCEDENTES: J = I-F	**302**	**188**

Observações: 1. Conforme previsto na legislação, as bolsas computadas como aplicação em gratuidades pela entidade estão informadas no Censo da Educação Superior (CENSUP/INEP) e no Sistema do Programa Universidade para Todos/MEC (SisProuni). 2. As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do artigo nº 19 da LC 187/2021 e na proporção prevista pela legislação do PROUNI e pela LC 187/2021. **Nota 23 - Despesas Com Ambulatório E Hospital Escola:** As despesas com o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de saúde e educação nas unidades docentes assistenciais (Ambulatório Escola, PSF e Hospital de Ensino), totalizaram R$ 17.400.329,61 em 2023 e de R$ 18.258.390,97 em 2022.

Despesas com Ambulatório e Hospital Escola	**2023**	**2022 Reapresentado**	**2022**
Despesas com pessoal	14.406.284	15.661.312	15.661.311
Despesas com aluguel	228.608	280.317	280.318
Despesas com materiais	353.462	460.071	445.828
Despesas com conservação e reparos	656.601	353.850	353.850
Despesas com impostos e taxas	27.002	20.977	20.977
Despesas com serviços públicos	708.401	396.320	396.320
Despesas administrativas	433.180	446.932	446.932
Despesas gerais	58.490	57.165	57.165
Convênios	113.656	361.559	361.559
Serviços profissionais	138.888	60.782	60.782
Outras gratuidades	275.756	173.348	173.349
Total em custo ambulatório e hospital escola	**17.400.330**	**18.272.634**	**18.258.391**

Nota 24 - Programa de Parcelamento e de Crédito Interno: A Fundação mantém Programa de Crédito Interno objetivando atender alunos com dificuldades financeiras para pagamento das anuidades escolares, efetivamente comprovadas em processo de avaliação das condições socioeconômicas familiares. Foram destinadas pela Fundação em 2023 as importâncias de R$ 1.005.976,10 e R$ 2.704.379,64 para os Programas de Parcelamento e de Crédito Interno, respectivamente e em 2022 de R$ 583.015,30 e R$ 3.036.630,47 para os Programas de Parcelamento e de Crédito Interno, respectivamente.. **Nota 25 - Parceria com Hospital de Ensino:** Todas as parcerias estabelecidas ao longo dos anos com o Hospital Alcides Carneiro - HAC, hospital de ensino da FMP/UNFASE, certificado pelo MEC e MS, passaram a ser firmadas também com a entidade de cooperação com o Município de Petrópolis, denominada SEHAC – Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro (Lei Municipal nº 6.483/2007), pessoa jurídica de direito privado e social, sem fins lucrativos, de utilidade pública e interesse coletivo, que assumiu a gestão do HAC. **Nota 26 - Serviços, Obras e Cessão de Equipamentos e Móveis Mediante Convênios:** A Fundação cedeu para os serviços do HAC, através do SEHAC, e em parceria com o Município de Petrópolis, equipamentos médico-hospitalares de imagem, oftalmologia, cirurgia, para Unidades de Terapia Intensiva e Emergência, e Móveis e Utensílios que se encontram destacados no Imobilizado, com saldo de R$ 2.485.267,16 em 2023 e em 2022. A sua depreciação está demonstrada como gratuidade a partir de 2009. A Fundação também vem realizando obras de reforma e recuperação de instalações físicas do HAC – Hospital Alcides Carneiro, e disponibilização de bens e equipamentos em razão da parceria estabelecida mediante convênios firmados com o Município de Petrópolis, de qualificação do Hospital Alcides Carneiro, como hospital de ensino da FMP/FASE, aplicando recursos no valor de R$ 113.656,18 em 2023 e R$ 361.559,19 em 2022. **Nota 27 - Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os valores relativos ao balanço patrimonial do exercício de 2022, originalmente apresentado nas demonstrações contábeis deste exercício, está sendo reapresentado no presente exercício em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). Durante o exercício de 2023 foram levantados, ainda, valores relativos a exercícios para os quais sua reapresentação retrospectiva, para retificação de erro atribuído, torna-se impraticável a recriação de sua informação. No exercício de 2022 ocorreram ajustes nos saldos das seguintes contas, a saber:

	2022 Reapresentado	**Ajustes Praticáveis**	**Ajustes Impraticáveis**	**2022**
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	107.976.911	(302)	–	107.977.213
Clientes e Outros Recebíveis	8.205.562	133.876	(376.397)	8.448.082
Outros Ativos Circulantes	4.265.469	–	–	4.265.469
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	20.388.737	–	48	20.388.690
Comodato	16.429	–	–	16.429
Imobilizado	98.951.166	–	–	98.951.166
(–) Depreciação Acumulada	(26.086.630)	–	374.839	(26.461.469)
Intangível	422.829	–		422.829
(–) Amortização Acumulada	(291.962)	–	–	(291.962)
Passivo Circulante				
Obrigações Trabalhistas	3.694.520	(13.542)	132.166	3.575.896
Obrigações Tributárias	1.664.303	83	1.376	1.662.844
Outras Obrigações	1.903.865	28.279	–	1.875.587
Provisão Social	7.091.054	–	–	7.091.054
Projetos a Realizar				
Passivo Circulante				
Comodato	16.429	–	–	16.429
Receitas Antecipadas	3.440.116	–	–	3.440.116
Patrimônio Líquido				
Resultados Acumulados	164.527.845	–	(135.052)	164.662.897
Superávit do Período	31.490.244	118.755		31.371.489

Nota 28 - Avaliação de Desempenho: A Fundação apresenta situação de liquidez corrente com margem de segurança, pois este índice mede o quanto esta possui de investimentos do Ativo Circulante para cada R$ 1,00 em exigibilidade no Passivo Circulante, ou seja, para cada R$ 1,00 devido, ela detém R$ 8,28 em 2023 e R$ 8,48 em 2022 de disponível para suportar a obrigação.

Quocientes Patrimoniais / DEZ 2023

Liquidez imediata		
Caixa e Equivalentes de Caixa	141.003.822	**7,06**
Passivo circulante	19.976.718	
Liquidez corrente		
Ativo circulante	165.423.012	**8,28**
Passivo circulante	19.976.718	
Liquidez geral		
Ativo circulante + ativo não circulante (*)	192.382.760	**6,45**
Passivo circulante + passivo não circulante	29.804.545	
Imobilização corrente do capital Próprio		
Imobilizado e intangível	77.566.580	**0,32**
Patrimônio Líquido	240.150.047	
Imobilização do capital de giro		
Imobilizado + intangível	77.566.580	**0,36**
Patrimônio social + passivo circulante	216.011.103	

(*) Exceto imobilizado e intangível

Nota 29 - Impostos e Contribuições Sociais Usufruídas: A partir da competência de abril de 2010, a Fundação vem usufruindo da isenção da cota patronal do INSS, uma vez que atende aos requisitos legais. Foi reconhecida como entidade beneficente de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social e possui ainda registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e títulos de utilidade pública estadual e municipal. Conforme o artigo 3º da LC nº 187/2021, e art. 2º do Dec. nº 11.791/2023, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições sociais previstas nos incisos I,III e IV do caput do art. 195 e no art. 239, da CF. A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos art. 150, VI, "c", e art. 195, §7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 184 do Decreto nº 9.580/2018 -Regulamento do Imposto de Renda e art. 15 da Lei nº 9.532/1997.

	2023	**2022 Reapresentado**	**2022**
Previdência Social Patronal	15.349.332,70	14.393.892,13	14.393.892,13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	11.008.989,83	7.848.560,98	7.818.872,03
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.971.876,34	2.834.121,95	2.823.433,93
COFINS s/Faturamento	4.501.362,13	3.883.480,91	3.880.724,65
PIS s/Folha	572.736,29	537.085,53	537.085,53
Total das Isenções Usufruídas	**35.238.080,44**	**29.497.141,49**	**29.454.008,26**

Nota 30 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros , e assim atendendo, principalmente, o Princípio Contábil de Continuidade. A Fundação também contrata seguro de responsabilidade de administradores, para segurança de seus gestores. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **Nota 31 - Transações Subsequentes:** O ano de 2023 representou a retomada dos processos de matrícula, com ampliação do numero geral de estudantes, diversificação dos cursos ofertados, inclusive com incorporação de alta tecnologia aplicada à saúde, como é o caso dos cursos do novo Centro de Inovação, Pesquisa e Atualização Cirúrgica (CIPAC), criação da Escola Técnica ir. Dulce Bastos, e criação do Centro de Imagens no Ambulatório Escola. Os investimentos realizados em 2023 apontam para desenvolvimento institucional expressivo nos próximos exercícios. Essa tendência já vem se concretizando com o alto índice de rematrícula verificado para o semestre 2024.1, de 99%, e o aumento no número de matrículas de ingressantes neste mesmo período letivo, especialmente nos cursos de Psicologia e Enfermagem. Esse crescimento já está garantido para os cursos do CIPAC que, ampliou sua programação para 2024.

Petrópolis - RJ, 31 de dezembro de 2023. **JORGE ALBERTO TORREÃO DAU** - Presidente - CPF nº 630.731.377-34; **ABEL MENDES PINHEIRO JÚNIOR** - Contador – CRC/RJ nº 058.784/O-5 - CPF nº 020.097.307-04.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDAÇÃO OCTACÍLIO GUALBERTO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos. Demonstração do Valor Adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na Resolução do CFC nº 1.138/2008 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Resolução e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Ênfase. Retificação dos valores correspondentes.** Chamamos atenção à nota explicativa nº 27 às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que divulga quanto a reapresentação de valores referentes ao exercício anterior da FUNDAÇÃO OCTACÍLIO GUALBERTO em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29 de abril de 2024. **AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS -** CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3. **Alexandre Chiaratti do Nascimento -** Contador - CRC/SP "S" "RJ" 187.003/ O- 0 - CNAI/SP – 1620.

GB TERMINAIS BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 02.286.658/0001-37

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	173	3.711
Aplicações Financeiras (Nota 9)	10.259	10.790
Contas a receber de clientes (Nota 10)	8.455	8.076
Adiantamento a fornecedores e outros (Nota 11)	953	905
Tributos a recuperar (Nota 12)	1.876	1.080
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 17)	31	121
Estoque de materiais de uso e consumo	492	376
Total do ativo circulante	22.239	25.059
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 10)	1.035	-
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 17)	159	146
Tributos diferidos (Nota 26)	5.731	4.286
Depósitos e cauções (Nota 13)	4.839	5.008
Adiantamentos a fornecedores	157	156
	11.921	9.596
Investimento (Nota 14)	13.931	14.102
Imobilizado (Nota 15)	9.831	11.809
Intangível	27	53
Total do ativo não circulante	35.710	35.560
Total do ativo	**57.949**	**60.619**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Fornecedores (Nota 16)	1.423	1.433
Salários e encargos sociais	2.904	2.711
Tributos a pagar (Nota 20)	1.068	1.493
Imposto de renda e contribuição social	-	369
Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 17)	2.196	348
Passivo de arrendamento a pagar	15	57
Adiantamentos e outros valores a pagar (Nota 18)	678	1.172
Provisão para contingências (Nota 19)	418	-
Empréstimos com Companhias ligadas (Nota 17)	6.837	-
Total do passivo circulante	15.539	7.583
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 19)	1.521	3.783
Empréstimos com Companhias ligadas (Nota 17)	-	5.993
Demais contas a pagar a longo prazo	-	91
Total do passivo não circulante	1.521	9.867
Patrimônio líquido (Nota 21)		
Capital social	45.822	45.822
Prejuízos acumulados	(4.933)	(2.653)
Total do patrimônio líquido	40.889	43.169
Total do passivo e do patrimônio líquido	**57.949**	**60.619**

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2023	**2022**
Receita líquida de serviços (Nota 22)	62.302	82.455
Custo dos serviços prestados (Nota 23)	(58.197)	(66.962)
Lucro bruto	4.105	15.493
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 24)	(9.746)	(12.200)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	(171)	(187)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.184	(691)
Despesas operacionais, líquidas	(8.733)	(13.078)
Lucro (Prejuízo) operacional	(4.628)	2.415
Despesas financeiras	(952)	(880)
Receitas financeiras	1.854	2.843
Resultado financeiro (Nota 25)	902	1.963
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(3.726)**	**4.378**
IR e CSLL - correntes (Nota 26)	-	(1.300)
IR e CSLL - diferidos (Nota 26)	1.446	162
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(2.280)	3.240
Média ponderada das quotas do capital social no exercício	45.822	45.822
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por quota - R$	(0,05)	0,07

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	**Reserva de Lucros**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	45.822	-	(5.893)	39.929
Lucro líquido do exercício	-	-	3.240	3.240
Em 31 de dezembro de 2022	45.822	-	(2.653)	43.169
Prejuízo do exercício	-	-	(2.280)	(2.280)
Em 31 de dezembro de 2023	45.822	-	(4.933)	40.889

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2023	**2022**
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.280)	3.240
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.280)	3.240

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2023	**2022**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.726)	4.378
Ajustes		
Depreciação e amortização (Nota 15)	2.370	2.671
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	171	187
Variações cambiais, monetárias e juros sobre empréstimos	579	684
Perda (ganho) na alienação de ativo imobilizado (Nota 15)	1	700
Reconhecimento de Créditos fiscais não utilizados	(814)	
Provisão para contingências (Nota 19)	(1.844)	859
	(3.263)	9.479
Redução (aumento) de ativos e/ou (redução) aumento de passivos		
Contas a receber de clientes (Nota 10)	(1.405)	(3.900)
Adiantamentos a fornecedores	(52)	2.662
Tributos a recuperar (Nota 12)	267	645
Depósitos judiciais, outros ativos e demais contas a receber (Nota 13)	56	163
Fornecedores (Nota 16)	(101)	(3.082)
Salários e encargos sociais	193	625
Tributos a pagar (Nota 20)	(425)	521
Contas a pagar a Companhias ligadas (Nota 17)	1.921	(21)
Adiantamento de clientes	(489)	(3.571)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3.298)	3.521
Juros pagos	8	(46)
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 26)	(369)	(931)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3.659)	2.544
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras (Nota 9)	531	(1.950)
Valor recebido pela venda de imobilizado	21	-
Aquisições de ativos imobilizado e intangível	(389)	(548)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	163	(2.498)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Arrendamentos	(42)	(148)
Dividendos pagos (nota 21)	-	(2.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(42)	(3.030)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(3.538)	(2.984)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.711	6.695
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	173	3.711

Beatriz Barros Villas Boas Passos
Diretora
Rodrigo Martins Leal
***Contador* – CRC RJ 094430/O-4**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Diretores e Acionistas GB Terminais Brasil S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da GB Terminais Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras.** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Valter Vieira de Aquino Junior
Contador - CRC 1SP263641/O-0

Aviso: As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e Relatório da Administração está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

S2 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 10.465.659/0001-77

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**58**	110	**326.369**	254.256
Caixa e equivalente de caixa	**46**	101	**63.970**	46.654
Contas a receber	**–**	–	**158.560**	142.829
Estoques	**–**	–	**71.844**	50.921
Impostos a recuperar	**5**	5	**26.467**	9.301
Adiantamentos a fornecedores	**–**	–	**1.504**	969
Outros	**7**	4	**4.024**	3.582
Não circulante	**139.627**	87.482	**134.646**	154.441
Impostos a recuperar	**–**	–	**11.176**	51.738
Partes relacionadas	**57**	–	**–**	–
Depósitos judiciais	**–**	–	**7.283**	6.695
Ativo fiscal diferido	**–**	–	**8.669**	–
Investimentos	**139.570**	87.482	**–**	–
Imobilizado	**–**	–	**99.966**	91.358
Intangível	**–**	–	**7.552**	4.650
Total do ativo	**139.685**	87.592	**461.015**	408.697
PASSIVO				
Circulante	**5.712**	10	**193.121**	179.265
Fornecedores	**54**	–	**63.747**	50.423
Empréstimos e financiamentos	**–**	–	**46.980**	83.348
Arrendamentos	**–**	–	**9.503**	5.973
Obrigações trabalhistas	**35**	5	**17.353**	14.742
Impostos e contribuições	**7**	5	**13.519**	13.658
Adiantamentos de clientes	**–**	–	**7.634**	7.659
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**–**	–	**2.285**	–
Dividendos a pagar	**5.616**	–	**24.217**	–
Outros	**–**	–	**7.883**	3.462
Não circulante	**–**	–	**133.034**	140.537
Empréstimos e financiamentos	**–**	–	**117.753**	126.026
Arrendamentos	**–**	–	**8.610**	7.500
Provisão para contingências	**–**	–	**1.955**	1.327
Impostos e contribuições	**–**	–	**4.716**	5.684
Patrimônio líquido	**133.973**	87.582	**133.147**	86.772
Capital social	**68.134**	68.134	**68.134**	68.134
Ações em tesouraria	**(2.000)**	–	**(2.000)**	–
Reservas de lucros	**67.839**	19.448	**67.013**	18.638
Participação de acionistas não controladores	**–**	–	**1.713**	2.123
	133.973	87.582	**134.860**	88.895
Total do passivo e patrimônio líquido	**139.685**	87.592	**461.015**	408.697

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R$ mil)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de investimento	Reserva de lucros: Reserva de lucro	Transações de capital com acionistas	Lucros acumulados	Subtotal	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.134	–	2.392	19.572	–	–	–	90.100	1.928	92.028
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	11.354	11.354	195	11.549
Reserva legal	–	–	568	–	–	–	(568)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(14.680)	–	–	–	(14.680)	–	(14.680)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	10.786	–	–	(10.786)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.134	–	2.960	15.678	–	–	–	86.772	2.123	88.895
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**90.480**	**90.480**	**(410)**	**90.070**
Reserva legal	**–**	**–**	**4.524**	**–**	**–**	**–**	**(4.524)**	**–**	**–**	**–**
Distribuição de dividendos	**–**	**–**	**–**	**(5.181)**	**–**	**–**	**–**	**(5.181)**	**–**	**(5.181)**
Dividendos desproporcionais declarados e não pagos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(18.601)**	**–**	**(18.601)**	**–**	**(18.601)**
Dividendos desproporcionais declarados e pagos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(12.709)**	**–**	**(12.709)**	**–**	**(12.709)**
Constituição de reserva de lucros	**–**	**–**	**–**	**63.493**	**16.848**	**–**	**(80.341)**	**–**	**–**	**–**
Aquisição de ações próprias	**–**	**(2.000)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.000)**	**–**	**(2.000)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(5.615)**	**(5.615)**	**–**	**(5.615)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**68.134**	**(2.000)**	**7.484**	**73.991**	**16.848**	**(31.310)**	**–**	**133.146**	**1.713**	**134.860**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	**–**	–	**597.390**	491.203
Custo dos produtos vendidos	**–**	–	**(271.316)**	(279.501)
Lucro bruto	**–**	–	**326.074**	211.702
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	**149**	(78)	**(51.733)**	(45.408)
Despesas com pessoal	**(369)**	(276)	**(75.881)**	(63.130)
Despesas comerciais	**–**	(2)	**(77.811)**	(60.698)
Outros resultados operacionais, líquidos	**–**	225	**(8.253)**	(2.297)
Resultado de equivalência patrimonial	**90.711**	11.494	**–**	–
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**90.491**	11.363	**112.396**	40.169
Resultado financeiro, líquido	**(11)**	(9)	**(28.692)**	(28.620)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**90.480**	11.354	**83.704**	11.549
Imposto de renda e contribuição social	**–**	–	**6.383**	–
Lucro líquido do exercício	**90.480**	11.354	**90.087**	11.549
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**90.480**	11.354	**90.087**	11.354
Não controladores	**–**	–	**393**	195

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**90.480**	11.354	**90.087**	11.549
Baixa do ajuste de avaliação patrimonial	**–**	–	**–**	–
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**–**	–	**90.087**	11.549
Não controladores	**–**	–	**393**	(195)
Total do resultado abrangente	**90.480**	11.354	**90.087**	11.549

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa de atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) líquido de exercício	**90.480**	11.354	**90.087**	11.549
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido do exercício				
Depreciação e amortização	**–**	–	**12.034**	11.164
Arrendamentos CPC 06 (R2)/ IFRS 16	**–**	–	**7.181**	7.093
Provisão para contingências, líquidas das reversões	**–**	–	**(628)**	(162)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixa de contas a receber	**–**	–	**3.936**	1.371
Indenizações trabalhistas	**–**	–	**97**	718
Partes relacionadas	**(57)**	–	**–**	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(90.712)**	(11.494)	**–**	–
Juros sobre Empréstimos em moeda nacional	**–**	–	**27.886**	30.739
Juros e variação cambial sobre derivativos	**–**	–	**–**	2.541
Recuperação de créditos tributários	**–**	–	**(5.550)**	(12.598)
Impostos diferidos	**–**	–	**(8.669)**	–
Provisão para imposto de renda e contribuição social	**–**	–	**1.293**	–
Provisões diversas	**–**	–	**4.404**	1.636
Outros	**–**	–	**(193)**	(774)
Contas a receber	**–**	–	**(19.668)**	(41.877)
Estoques	**–**	–	**(20.923)**	11.859
Impostos a recuperar	**–**	–	**25.380**	24.372
Despesas antecipadas e demais ativos	**–**	–	**(976)**	684
Fornecedores	**53**	–	**13.322**	(2.861)
Salários, encargos sociais e benefícios	**29**	–	**2.610**	(1.118)
Impostos e contribuições	**2**	–	**4.443**	16.560
Adiantamento de clientes	**–**	–	**(21)**	2.517
Depósitos judiciais	**–**	–	**(16)**	4.530
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	–	**(992)**	–
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**(205)**	(140)	**135.037**	67.943
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado	**–**	–	**(14.768)**	(15.323)
Dividendos recebidos	**7.311**	1.926	**–**	–
Aquisição de Intangíveis	**–**	–	**(4.567)**	(1.669)
Valor residual de baixa de intangíveis e imobilizado	**–**	–	**216**	302
Caixa gerado (absorvido) nas atividades de investimentos	**7.311**	1.926	**(19.119)**	(16.690)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Dividendos distribuidos	**(5.161)**	(1.713)	**(17.889)**	(14.680)
Amortização de Contratos de Arrendamentos (CPC 06)	**–**	–	**(8.185)**	(7.151)
Captação de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**134.682**	149.603
Amortização de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**(166.689)**	(116.233)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**(36.763)**	(21.518)
Amortização de Derivativos	**–**	–	**(3.152)**	(8.040)
Pagamento de juros sobre derivativos	**–**	–	**(606)**	(328)
Entesouramento de ações	**(2.000)**	–	**–**	–
Caixa gerado (absorvido) pelas atividades de financiamentos	**(7.161)**	(1.713)	**(98.601)**	(18.347)
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(55)**	73	**17.316**	32.906
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**101**	28	**46.654**	13.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**46**	101	**63.970**	46.654
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(55)**	73	**17.316**	32.906

Valerio Gomes Amorim - Contador
CRC-PB - 003702/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **S2 Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da S2 Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F. Leonardo Amaral Donato - Contador CRC RJ-090794/O.

VIAÇÃO PENDOTIBA S/A

CNPJ/MF nº 30.110.597/0001-98

Balanço patrimonial 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	20.364	13.632
Contas a receber	1.189	2.370
Estoques	680	607
Adiantamentos diversos	335	198
Impostos e contribuições a recuperar	4.425	939
Despesas Antecipadas	13	10
	27.006	**17.756**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber	2	2
Depósitos Judiciais	1.133	856
Imobilizado	118.150	84.652
Intangível	1.892	2.133
	121.177	**87.643**
Total do ativo	**148.183**	**105.399**

Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante		
Fornecedores	16.977	7.321
Outras contas a pagar	20.168	15.987
Obrigações fiscais	6.264	871
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.765	1.399
Juros sobre capital próprio a pagar	18.369	15.725
Provisões folha de pagamento	2.338	2.193
Adiantamentos de clientes	9.014	5.246
	74.895	**48.742**
Passivo não circulante		
Provisões para contingência	2.270	1.826
	2.270	**1.826**
Patrimônio líquido		
Capital social	1.398	1.398
Resultados acumulados	69.620	53.433
	71.018	**54.831**
Total passivo e patrimônio líquido	**148.183**	**105.399**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**1.398**	**2.403**	**43.324**	**-**	**47.125**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.219	7.219
Ajustes retrospectivos	-	-	-	487	487
Saldos em 31/12/2022	**1.398**	**2.403**	**43.324**	**7.706**	**54.831**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.052	16.052
Ajustes retrospectivos	-	-	-	135	135
Saldos em 31/12/2023	**1.398**	**2.403**	**43.324**	**23.893**	**71.018**

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	97.706	91.871
Custo com tráfego e operação	(67.483)	(66.984)
Lucro bruto	**30.223**	**24.887**
Despesas gerais e administrativas	(21.440)	(15.857)
Outras receitas e despesas operacionais	15.534	455
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**24.317**	**9.485**
Receita financeira	1.445	833
Despesa financeira	(4.099)	(3.099)
Resultado financeiro líquido	**(2.654)**	**(2.266)**
Lucro líquido antes dos tributos	**21.663**	**7.219**
Imposto de renda e contribuição social	(5.611)	-
Lucro líquido do exercício	**16.052**	**7.219**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro do exercício	16.052	7.219
Ajuste retrospectivo	135	487
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.376	1.294
Provisão para contingências	444	383
	23.007	**9.383**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.181	(366)
Adiantamentos	(137)	28
Impostos a recuperar	(3.486)	(862)
Estoques	(73)	(274)
Despesas antecipadas	(3)	22
Depósitos judiciais	(277)	(636)
Fornecedores e contas a pagar	9.656	(4.042)
Outras contas a pagar	4.181	4.114
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.393	583
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	511	(462)
Adiantamentos de clientes	3.768	3.263
Juros sobre capital próprio	2.644	2.550
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**46.365**	**13.301**
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativos	(69.395)	(65.460)
Baixa/alienação de ativos	29.762	55.534
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(39.633)**	**(9.926)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**6.732**	**3.375**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.632	10.257
No final do exercício	20.364	13.632

Notas explicativas financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). **1. Contexto Operacional.** A sociedade tem por objetivo a exploração de transporte urbano, interurbano, interestadual e internacional de passageiros de ônibus, podendo participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Essas demonstrações foram elaboradas com observância aos Princípios de Contabilidade adotados no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei da S/A nº 6.406/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07. **3. Procedimentos Contábeis.** Dentre os principais procedimentos adotados para preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a. Apuração do Resultado. É adotado o regime de competência para registro das receitas e despesas da empresa; b. Almoxarifado. Os itens do almoxarifado estão avaliados a preço médio de aquisição, sem que os mesmos excedam os valores de mercados. c. Investimentos. Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por avaliação pelo método de equivalência patrimonial quanto a participações em controladas. d. Imobilizado. Está demostrada ao custo de aquisição, ajustada por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens. e. Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos de amortizações acumuladas. f. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes). Um Ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios futuros serão gerados em favor da Cia. E o seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um Passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Cia. Possui uma obrigação como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. Os Ativos e Passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes. **4. Capital Social.** É de R$ 1.398.165,73, totalmente subscrito e integralizado e está composto de 503.650 ações ordinárias, toda nominativa e sem valor nominal.

Diretor Presidente: Jacob Barata (JB1);
Diretor Vice-presidente: Manuel Pereira Teixeira;
Contabilista Responsável:
Marcus de Souza Oliveira
Contador - CRC RJ – 059227/O-6

SEGURADORA ALM S.A.

CNPJ/MF 23.694.731/0001-80 - NIRE 33.3.0031845-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024. Ficam convocados os senhores acionistas da Seguradora ALM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 03 de maio de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Figueiredo de Magalhães, 741, Loja A, Copacabana, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: eleição e alteração de membros da administração da Companhia. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. **Alexandre Vianna Dominguez -** Diretor-Presidente.

COPACABANA RIO HOTEL S/A

CNPJ 27.492.099/0001-42 - NIRE 33300007539

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Convidamos os senhores acionistas da COPACABANA RIO HOTEL S/A, em primeira convocação, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **03 de maio de 2024**, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 1256, Copacabana, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2023. 2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Aloysio Maria Teixeira Filho - Presidente do Conselho de Administração.

ZAION PROTEÇÃO VEICULAR

CNPJ n° 51.671.112/0001-05

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Sr. Jairo Venancio Mauricio, usando das atribuições que lhe confere as leis vigentes no país, e em conformidade o art. 21 prevista no estatuto, convoca os interessados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na Avenida Doutor Mário Guimarães, no 428, sala 505, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26255-230, em 10 de Maio de 2024, às 09:00 horas em 1ª convocação, ou, às 09:30 horas, em 2ª convocação, independente do número de interessados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Renúncia e eleição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; (II) Análise e Alteração do Regulamento PSM; (III) Análise e Alteração do Estatuto; (IV) Alteração de Endereço; (V) Aprovação de ações sociais para 2024; dentre outros itens da Pauta extraordinária.

Naturgy

Comunica que, conforme previsto nos Contratos de Concessão assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, as tarifas de GLP terão atualização, com vigência a partir de 01/06/2024, conforme tabela abaixo:

Estrutura Tarifária de GLP		Vigência: 01/06/2024	
		CEG	CEG RIO
Consumidor	**Faixa de Consumo**	**Tarifa Limite**	**Tarifa Limite**
Residencial	faixa única - (R$/Kg)	18,0588	16,5057
Industrial	faixa única - (R$/Kg)	17,7085	16,2441

Nota: As tarifas acima contemplam os tributos incidentes.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria Executiva, **Associação dos Criadores do Cavalo Quarto de Milha do Estado do Rio de Janeiro-RJQM** inscrita no CNPJ: 03.743.412/0001-00 de acordo com o disposto no artigo 25, todos do Estatuto Social, **convoca** os senhores **ASSOCIADOS** para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada aos **30 dias do mês de maio de 2024**, às 9h, na sede da RJQM Situada na Rodovia BR 116, KM 23, Aparecida, Sapucaia - RJ. à, tendo por objeto deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 01 - Discussão e aprovação do Balanço referente ao exercício social do período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. 02 – Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio de 2024/2026. Em não havendo número legal previsto no artigo 37 do Estatuto Social para instalação dos trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, ficam os Senhores Associados desde já convocados para início dos trabalhos às 10h, em segunda e última convocação, com qualquer número de associados presentes na forma do art 26, no mesmo dia e local, para deliberarem sobre a mesma ordem do dia. *Janio Airton Coelho, Presidente.*

SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 03.612.436/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os sócios e seus representantes legais da sociedade **SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ 03.612.436/0001-20, convocados para reunião de sócios a se realizar presencialmente no dia 08 de maio de 2024, à Av. Almirante Barroso, n°. 63, sala 1901 - Centro Rio de Janeiro - RJ, às 10:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exclusão da sócia Valéria Viana Pebbles: Discussão e deliberação acerca da exclusão da sócia Valéria Viana Pebbles, considerando a falta de contribuição para as atividades da sociedade, caracterizada por ausência prolongada e desinteresse nas operações e projetos em andamento. 2) Consolidação do Contrato Social; 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2024.
Lawrence Randal Pebbles - sócio administrador.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

MULTA

Motoristas têm até esta terça-feira para fazer exame toxicológico obrigatório

Condutores de veículos com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias C, D e E com exame toxicológico pendente têm até esta terça-feira (30) para regularizar a situação e fazer o exame obrigatório. O prazo para o primeiro grupo de condutores das categorias C, D e E - com vencimento da CNH entre janeiro e junho deste ano - terminou em 31 de março. Após esta data, o Código de Trânsito Brasileiro concede mais 30 dias para que os motoristas realizem o exame e comprovem que não fizeram uso de drogas e/ou medicamentos estimulantes.

Desde março de 2016, o Código de Trânsito Brasileiro determina que os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da habilitação. A obrigação vale também na pré-admissão e demissão de motoristas profissionais.

O objetivo é identificar o consumo de drogas, o que pode interferir na capacidade psicomotora dos condutores e, assim, aumentar o risco na direção de veículos pesados para a ocorrência de acidentes de trânsito.

O diretor da Associação Brasileira de Toxicologia (ABTox), Pedro Ducci Serafim, disse que a exigência salva vidas no trânsito. "O exame toxicológico é uma política pública de eficácia comprovada na redução de acidentes e mortes no trânsito. Estudos mostram redução de mais de 30% em acidentes fatais depois da sua implementação", observou.

Para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), mais de 3,4 milhões de condutores das categorias C, D e E ainda não regularizaram a situação em todo o Brasil. Para os condutores com CNHs que vencem entre julho e dezembro, as multas começam a ser aplicadas em 31 de maio.

O exame laboratorial é exigido até mesmo para quem não estiver dirigindo nestas categorias. Caso esses motoristas não façam o teste até esta terça-feira (30), podem ser multados diretamente pelos sistemas eletrônicos dos Detrans estaduais e do Distrito Federal a partir de 1º de maio, conforme sanções previstas no artigo 165-D do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A não realização do exame no período estabelecido é considerada infração gravíssima, sujeita a uma multa automática de R$ 1.467,35 e sete pontos na CNH.

Essas multas são apelidadas de multas de balcão porque estão associadas ao não cumprimento de uma obrigação administrativa, diferentemente das infrações cometidas na direção do veículo automotor.

Os motoristas podem consultar se precisam ou não fazer o teste no portal de serviços da secretaria. Basta informar CPF, data de nascimento e data de validade da CNH nos espaços indicados para ter o detalhamento de prazos, vencimentos e alertas.

Outra forma de acesso às informações é o aplicativo da carteira digital de trânsito. Na área do condutor, o motorista também pode verificar se o exame toxicológico está em dia. No caso de o prazo ter vencido, o condutor deve buscar um dos laboratórios credenciados e fazer a coleta para a realização do exame toxicológico, em laboratórios especializados credenciados pela Senatran.

Divulgação

Exame é obrigatório para condutores de veículos das categorias C, D e E

Camille Lages, diretora de Comunicação da ABTox, celebrou a disponibilização da página para consulta. "Essa ferramenta que o governo trouxe é muito importante para que os motoristas consultem se estão adimplentes com o exame toxicológico porque muitos deles não têm a carteira de habilitação digital baixada no celular e precisam dessa ferramenta para poder cumprir a obrigação até 30 de abril," esclarece.

Não é necessária receita médica para fazer o exame, apenas a habilitação do condutor (CNH).

O exame toxicológico deve ser realizado pelos motoristas no momento da renovação da CNH nas categorias C, D ou E a cada dois anos e meio. Os motoristas com mais de 70 anos não precisam renovar o teste toxicológico antes do vencimento da CNH, que tem validade de três anos.

O teste laboratorial de amostras de cabelo, pele ou unha identifica se houve uso abusivo de substâncias psicoativas em um período de 90 a 180 dias anteriores à coleta (larga janela de detecção). Isto porque a queratina presente nos cabelos preserva as substâncias que foram consumidas e metabolizadas por mais tempo que o sangue e a urina, por exemplo.

O exame toxicológico não existe no modelo autoteste, portanto, é vedada a coleta da própria amostra para análise. O procedimento tem que ser feito por um laboratório, exclusivamente, em postos de coleta para garantir a segurança dos resultados. A coleta rápida -aproximadamente de 10 a 15 minutos - é classificada pelos laboratórios como não invasiva, não infectante e indolor.

Atualmente, são 17 laboratórios credenciados na Senatran, que formam a rede de coleta com mais de 13 mil unidades espalhadas em mais de cinco mil municípios em todo o país. O exame pode detectar pelo menos 12 substâncias: Acetilmorfina (heroína); Anfepramona; Anfetamina; cocaína e derivados (crack, merla); Codeína; Femproporex; Mazindol; MDA; MDMA; Metanfetamina; Morfina; e maconha e derivados (skunk, haxixe).

O preço médio do exame toxicológico é R$ 135 e pode variar conforme a região do país. Os exames exigidos pela Senatran, em geral, são custeados pelos motoristas autônomos, mas podem ser bancados por empregadores.

Os laboratórios credenciados devem inserir o resultado no banco de dados do Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renash) para controle dos órgãos de trânsito. No entanto, os laudos são sigilosos e entregues somente aos examinados. Portanto, não podem ser divulgados, por exemplo, ao empregador do motorista profissional.

Os motoristas da categoria C dirigem veículos maiores como caminhões, caminhonetes e vans de carga, além dos carros, picapes e vans de carga. A categoria D da CNH permite a condução de veículos automotores e elétricos, destinados ao transporte coletivo de passageiros com mais de oito lugares, como vans, micro-ônibus e ônibus.

Na categoria E, habilitados podem dirigir ônibus articulados; caminhões tracionando carretas; veículos com trailers e demais modelos de veículos automotores.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DE NITERÓI
CNPJ:30.036.773/0001-99
Edital de Convocação

O Presidente Administrativo, **Hugo Jorge Correa Pacheco Junior**, da **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DE NITERÓI**, nos termos do **Artigo 7 do Estatuto Social**, comunica e convoca todos os associados aptos para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 04 de maio de 2024, em sua sede provisória na Rua Xavier de Brito, 22, Centro – Niterói/RJ – Cep.: 24.030-140 às 10 horas em primeira convocação e às 11 horas em segunda convocação, ambas obedecendo ao quórum estatutário, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

1. Renúncia do Presidente Administrativo;
2. Substituição de Membros para Complementação de Mandato;
3. Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

COMPANHIA AMÉRICA FABRIL - Em liquidação
CNPJ/MF 33.615.956/0001-57

Convocação: Convocamos os Srs. Acionistas para AGO a realizar-se em 29/5/2024, às 11h, na Av. Presidente Vargas, 730/15º - Centro/RJ para deliberar a seguinte ordem do dia: a) Prestação de Contas do Liquidante e Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 2023. Rio de Janeiro, 26/4/2024. Paulo Eurico Paz Tatsch - Liquidante.

BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A.
CNPJ/MF nº 09.356.040/0001-45 – NIRE 33.300.285.474
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de abril de 2024, às 10:00 horas

Data, Hora e Local: Realizada de forma digital aos 18/04/2024, às 10:00 horas, na sede da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A., na Avenida Duque de Caxias, nº 443, Chácara Mariléa, Rio das Ostras-RJ ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a Convocação. **Publicações:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados, de forma digital e físico, no jornal Diário Comercial, na página B8 e B9, na edição de 16/04/2024, e na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br). **Presenças:** (i) Acionista representando a totalidade do capital social; e (ii) Sr. Ricardo Antonio e Alexandre Maia Santiago, representante da administração da Companhia, dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"). **Mesa:** Gabriela Velloso Tavares, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Ordem do Dia: (I)** Em **Assembleia Geral Ordinária** – **(1)** as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(2)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(3)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; e **(II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária** – **(4)** a substituição do auditor independente da Companhia; e **(5)** o aumento de capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias e a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), após apresentação das matérias, os acionistas detentores da totalidade do capital social, sem quaisquer restrições, resolvem, autorizar a lavratura desta ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: **(I)** Em **Assembleia Geral Ordinária** – **(1)** aprovar, após esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(2)** aprovar a destinação do lucro líquido no valor total de R$ 17.364.911,20, da seguinte forma: (i) R$ 868.245,56, equivalentes a 5% do lucro líquido apurado, destinado à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A.; (ii) R$ 12.372.499,23, retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do § 3º do Art. 202 da Lei das S.A.; e (iii) R$ 4.124.166,41, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos termos do Art. 202 da Lei das S.A. Em ato contínuo, os acionistas da Companhia, aprovaram, por unanimidade, destinar os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 4.124.166,41, para a conta de reserva de retenção de lucros, totalizando o valor de R$ 16.496.665,64; **(3)** aprovar o montante global de R$ 50.000,00, como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2024, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A.; e **(II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária** – **(4)** a substituição do atual auditor independente, qual seja a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., CNPJ/MF nº 49.928.567/0001-11 e CVM sob o nº 3859, com início das suas atividades em abril/2024; e **(5)** aprovar o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 105.000,00, mediante a emissão de 36.938 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 2,842638282 por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, II, da Lei das S.A., passando este dos atuais R$ 205.582.362,54, dividido em 140.649.256 ações, sendo 110.230.861 ações ordinárias e 30.418.395 ações preferenciais, para R$ 205.687.362,54, dividido em 140.686.194 ações, sendo 110.267.798 ações ordinárias e 30.418.395 ações preferenciais. As ações emitidas em função do presente aumento são totalmente subscritas e integralizadas nesta data pela acionista BRK Ambiental Participações S.A., com expressa anuência da acionista BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A., que, nesta data, renúncia, de forma irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na participação do aumento de capital ora aprovado. Como consequência, a redação do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte redação: "***Art. 4º.*** *O capital social é de R$ 205.687.362,54, dividido em 140.686.194 ações, sendo 110.267.798 ações ordinárias e 30.418.395 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, bens ou em direitos.*". **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio das Ostras/RJ, 18/04/2024. **Mesa:** Gabriela Velloso Tavares, *Presidente*; e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Acionista:** BRK Ambiental Participações S.A. e BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (representada nos termos do Estatuto Social). Rodolfo Duarte Bruscain – *Secretário*. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 26/04/2024 sob o nº 00006204615 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00356439-1 de 25/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL D E DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, **(i)** dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e **(ii)** da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **23 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): **i.** Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. **ii.** Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. **iii.** Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. **iv.** Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. **v.** Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **vi.** Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. **1. Informações Gerais. 1.1.** A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

CASTELLO COSTA COMPANHIA DE SEGUROS S/A – EM PROCESSO DE FALENCIA (processo n. 0171299-43.2000.8.19.0001
CNPJ 40.436.784/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS EM CONJUNTO COM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CREDORES DA FALIDA

Os acionistas da companhia, srs. Luiz Eduardo Brandão Vieira e Eduardo Pinto Vieira, detentores de mais de 10% das ações que compõe o capital social e credores detendo 76,09% dos créditos inscritos no Quadro Geral de Credores da companhia constante do processo judicial de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, com os seguintes créditos Almir Ferreira da Rocha (R$ 22.377,96); Elisabete Pereira Ramos (R$ 6.731,27); Gerson da Costa Mota (R$ 3.110,590); José Luis Campos Xavier (R$2.273,21); Marcia Costa da Silva (R$ 11.243,06); Sandra Viria Perdigão Barbosa (R$ 11.842,06); Vera Lucia Salima de Almeida Castro (R$ 105.017,13) Irb Brasil Resseguros S/A (R$78.539,87) e Susep (R$341.055,48), totalizando assim R$582.190.63 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e noventa reais e sessenta e três centavos) do total do Quadro Geral de Credores da falida, que é de R$763.475,85, todos representados pelo sub-rogado destes créditos, Sr. Eduardo Pinto Vieira, convidam os demais acionistas e os demais credores da massa falida de Castello Costa Companhia de Seguros S/A – em processo de falência, para a reunião da assembleia geral extraordinária de acionistas a ser realizada em conjunto com assembleia geral de credores da massa falida, que se realizará no dia 14 de maio, com primeira convocação às 14:00 horas, com no mínimo 2/3 (dois terços) do total de acionistas e 2/3 do total de credores inscritos no Quadro Geral de Credores da massa, publicado nos autos do processo de falência n. 0171299-43.2000.8.19.0001, segunda convocação as 15:00 horas com qualquer quórum de acionistas, a se realizar nas instalações do cartório de notas do 15º. Ofício da cidade do Rio de Janeiro, RJ, na rua do Ouvidor n. 89, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-030 com a seguinte ordem do dia: a) análise da situação da companhia e medidas de ordem administrativas a serem tomadas em virtude da proximidade do encerramento do processo de falência e restabelecimento da sociedade diante do pagamento de todas as dívidas e extinção das obrigações. b) nomeação de representante dos acionistas para atuar no processo de falência e fiscalizar os atos praticados pelo administrador judicial, examinar contas, reclamar e receber os ativos da companhia e livros e documentos contábeis e atuar em nome da sociedade até a eleição de nova diretoria após o encerramento do processo de falência; 3) nomeação de representante dos credores para atuar no processo de falência, concordar com o encerramento da falência, aprovar a extinção de obrigações e qualquer forma de realização do ativo ou de continuação da sociedade 4) nomear representante da companhia para representar em qualquer instância ou tribunal, receber citações e intimações, constituir advogados, representar em quaisquer órgãos públicos, junta comercial e praticar todos os atos até a nomeação de nova diretoria após o encerramento da falência; 4) assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.
Eduardo Pinto Vieira – acionista
Luiz Eduardo Brandão Vieira – acionista
Eduardo Pinto Vieira – sub-rogado em 76,09% dos créditos habilitados no QGC da falida

FARMOQUÍMICA S.A.
CNPJ/MF nº 33.349.473/0001-58 - NIRE 33.300.092.781

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2024. 1. Data, Hora e Local: Em 02 de abril de 2024, às 11 horas, na sede social da Farmoquímica S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. José Silva de Azevedo Neto, n.º 200, bloco 1, salas 103 e 104, Barra da Tijuca. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º. da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Fernando Gabriel Itzaina Sanchez; Secretário: Fabio Alejandro Baimeluj. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do Estatuto Social da Companhia, sobre: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 1063593, em substituição a existente; (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à contratação; (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito do Financiamento. **5. Por unanimidade de votos, foram aprovadas as seguintes matérias: 5.1** Os acionistas, por decisão unânime, aprovam os termos da Cédula de Crédito Bancário nº 1063593, onde a companhia consta como cliente; **5.2** A autorização à Diretoria e aos demais representantes legais da Companhia para discutir, negociar e definir os termos da referida Cédula de Crédito Bancário, bem como praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização das garantias ora aprovadas. **5.3** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito do Financiamento. **5.4** Aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma sumária. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. (ass) Mesa: Fernando Gabriel Itzaina Sanchez, Presidente e Fabio Alejandro Baimeluj, Secretário. Acionistas: Grupo FQM Holding S.A., por seus representantes legais, Fernando Gabriel Itzaina Sanchez e Jorge Luis Duhalde; e Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda., por seus representantes legais, Anny Margaly Maciel Trentini e Carlos Alexander Guimarães Moreira. Confere com o original, lavrado em livro próprio. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2024. Mesa: **Fernando Gabriel Itzaina Sanchez** - **Presidente. Fabio Alejandro Baimeluj** - **Secretário.** Jucerja nº 6201777 em 25/04/2024.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

C6 BANK

BANCO C6 S.A.

CNPJ nº 31.872.495/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, O Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), situado em São Paulo, é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**, que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne também o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("C6 CTVM"), empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de três mil e quatrocentos funcionários. **Impacto social:** O C6 Bank está focado em estabelecer conexões entre a atuação do banco e as demandas da sociedade. Nossa área de ESG promove práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e governança, fortalecendo a imagem do banco como ambientalmente consciente e socialmente responsável e integrando esses valores em nossa estratégia e operações. Em 2023 a área expandiu sua atuação, incorporando novas responsabilidades e entregando iniciativas que impactam positivamente a vida das pessoas e promovem o cuidado com o nosso planeta. **Educação e voluntariado:** Em 2023, foram impactadas mais de 1.200 pessoas em projetos educativos de diferentes formatos, com destaque para a Expedição Financeira, iniciativa que leva conhecimento sobre finanças pessoais e para empreendedores, além de consultorias individuais e gratuitas para pessoas que vivem em diversas regiões do Brasil. Em 2023, engajamos 130 colaboradores a participarem de ações de voluntariado e, juntos, arrecadamos e doamos o equivalente a R$ 123 mil em itens essenciais, como agasalhos e brinquedos para crianças em datas comemorativas. As doações incentivadas também compõem uma frente de trabalho para impacto positivo na sociedade. Em 2023, foi investido mais de R$700 mil em projetos sociais. **Meio ambiente:** Em 2023, assumimos um compromisso público com o Movimento Ambição Net Zero e nos comprometemos a reduzir as nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a divulgar informações ambientais de forma transparente. Publicamos pela primeira vez nosso inventário de GEE no registro público do Programa Brasileiro GHG Protocol da FGV EAESP - maior plataforma de relato de emissões corporativas de GEE da América Latina. Fazer frente aos desafios do nosso tempo, em relação ao clima, envolve conhecer o impacto que cada um de nós provoca sobre essa questão. Para que nossos clientes tenham acesso a essa informação, criamos o Extrato de Carbono, lançado em março de 2023. Essa funcionalidade, disponível em nosso app, calcula a pegada de carbono de cada cliente, pessoa física ou jurídica, a partir dos gastos cotidianos no cartão de débito e de crédito, além de transferências e Pix. Além disso, o cliente pode compensar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) com a compra de créditos de carbono diretamente pelo app, o que contribuiu para minimizar os reflexos, por exemplo, sobre o aquecimento global. **Diversidade:** Em 2023, o banco fortaleceu seu posicionamento de ações como: Realização da 2ª Edição do Censo de Diversidade, Equidade e Inclusão: 81,7% dos colaboradores aderiram à pesquisa que contribui para mapeamento da pluralidade no ambiente de trabalho e delineamento da estratégia de diversidade. Divulgação de conteúdos de sensibilização com líderes, criação de Grupos de Afinidade e publicação da Cartilha de Gênero e impulsionamento das demais Cartilhas publicadas de Diversidade e Inclusão, LGBTI+, Racial e Pessoas com Deficiência. Patrocínio de Projetos e incentivos: Orgulho do Meu RG, iniciativa que permite que pessoas trans e não-binárias retifiquem seus documentos gratuitamente. Evento de Paternidades, focado na discussão e letramento para exercício da paternidade e masculinidade saudável. Arte na Rua, iniciativa voltada para ampliar a visibilidade de artistas LGBTI+, selecionando artes para compor murais de São Paulo e/ou festivais musicais na cidade. Empregabilidade: apoio a iniciativas focadas na empregabilidade de grupos minorizados, como Feira Diversa (LGBTI+), Meet Up para Pessoas com Deficiência, Feira Incluir PcD e a Mentoria para Mulheres em Tecnologia. Além disso, também foi criado um banco de talentos destinado a profissionais com deficiência e vagas intencionais. Esse trabalho contínuo foi reconhecido em diversas premiações. Em 2023, recebemos pelo segundo ano consecutivo reconhecimentos de melhores práticas de Human Rights Campaign e Prêmio Ethos + Época. Para além dos reconhecimentos, o banco continua a firmar e cumprir compromissos relacionados ao pilar de diversidade, como: Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+: apoiadores plenos; Instituto Mais Diversidade: mantenedores; Instituto Identidades do Brasil (IDBR): aderentes do selo "sim à igualdade racial". **Apresentação das demonstrações financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações individuais do C6 Bank, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. **Desempenho financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o C6 Bank possuía R$ 23,5 bilhões de operações de crédito (31 de dezembro de 2022 - R$ 14 bilhões), R$ 1,5 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 - R$ 2,6 bilhões) e R$ 55,5 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R$ 39 bilhões). O prejuízo do exercício foi de R$ 1,3 bilhões (31 de dezembro de 2022 -R$ 2,2 bilhões). Em atendimento à Circular BCB nº 3.068/01, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R$ 9,4 bilhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,9 bilhões). **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** O C6 Bank agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu o desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2024)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	668.834	393.542
Instrumentos financeiros			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	7.872.688	10.804.396
Mantidos para negociação	5	3.380.258	848.498
Disponíveis para venda	6	4.569.078	8.374.828
Mantidos até o vencimento	7	9.432.502	1.930.688
Derivativos	8	68.206	165
Operações de crédito	9	23.530.971	14.326.095
Outros ativos financeiros	10	1.835.858	1.060.734
(–) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(1.639.761)	(1.323.469)
Ativos fiscais correntes e diferidos	22	2.146.579	1.041.339
Outros ativos	11	1.621.611	1.092.968
Investimentos	12	1.855.350	359.054
Imobilizado de uso	13	197.178	109.440
(–) Depreciação	13	(64.478)	(43.795)
Intangível	14	29.430	27.565
(–) Amortização	14	(13.783)	(11.026)
Total do ativo		**55.490.521**	**38.991.022**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos e outros passivos financeiros			
Depósitos	15	25.651.346	17.694.834
Obrigação por cessão de crédito	16	3.794.162	–
Operações compromissadas	10	12.049.343	8.972.255
Recursos de aceites e emissões de títulos	17	1.774.361	1.205.539
Derivativos	8	10.536	3.450
Empréstimos e repasses		–	27.429
Dívidas subordinadas	18	209.985	180.513
Outros passivos financeiros	10	9.293.317	7.454.476
Passivo contingente	20	17.405	9.464
Obrigações fiscais	22	35.712	20.544
Outros passivos	19	1.125.251	793.842
Total do passivo		**53.961.418**	**36.362.346**
Patrimônio líquido			
Capital social	21	6.470.433	6.470.433
Reservas de capital	21	126.552	97.416
Prejuízo acumulado		(5.050.451)	(3.778.032)
Outros resultados abrangentes		(17.431)	(161.141)
Total do patrimônio líquido		**1.529.103**	**2.628.676**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**55.490.521**	**38.991.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.874.213**	**86.999**	**(137.897)**	**(1.542.383)**	**1.280.932**
Aumento de capital		3.596.220	–	–	–	3.596.220
Variação de outros resultados abrangentes		–	–	(23.244)	–	(23.244)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.235.649)	(2.235.649)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	27	–	10.417	–	–	10.417
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21	**6.470.433**	**97.416**	**(161.141)**	**(3.778.032)**	**2.628.676**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		–	–	163.520	–	163.520
Ajustes de conversão de moeda		–	–	(19.810)	–	(19.810)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(1.272.419)	(1.272.419)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	27	–	29.136	–	–	29.136
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21	**6.470.433**	**126.552**	**(17.431)**	**(5.050.451)**	**1.529.103**
Saldos em 30 de junho de 2023		**6.470.433**	**104.991**	**14.702**	**(4.844.823)**	**1.745.303**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		–	–	3.077	–	3.077
Ajustes de conversão de moeda		–	–	(35.210)	–	(35.210)
Prejuízo do semestre		–	–	–	(205.628)	(205.628)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	27	–	21.561	–	–	21.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21	**6.470.433**	**126.552**	**(17.431)**	**(5.050.451)**	**1.529.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASEM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco C6 S.A. ("C6 Bank") é uma instituição financeira de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve suas atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial e de investimento. O C6 Bank foi constituído em 2 de outubro de 2018 e recebeu licença bancária do BACEN em 18 de janeiro de 2019. O JPMorgan Chase possui uma participação indireta de 46% no C6 Bank (40% em 31 de dezembro de 2022). O C6 Bank é controlado pela N7 Holding S.A., que detém 100% do seu capital total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas. Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, ativos fiscais diferidos, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 25 de março de 2024. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Bank. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R$ mil). As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos de acordo com os requisitos gerais da Res. CMN 4.924/21 e especificamente para as operações da dependência em Cayman, que possui como moeda funcional o Dólar dos Estados Unidos, considera também os requisitos de conversão monetária da Res. CMN 4.817/20. **2.2 Adoção de novas normas e interpretações:** Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2023: Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - com início de vigência em 1° de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução requer que as instituições elaborem plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. Resumo dos aspectos considerados no plano de implementação da referida resolução: Mudanças nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge, sendo os principais impactos relacionados à determinação de provisões para perda esperada de crédito e seus fatores correlatos: metodologia para cálculo da taxa efetiva de juros, avaliação, determinação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito, e determinação do critério/metodologia de perda incorrida. O plano foi elaborado no contexto das regulamentações e normas já emitidas, tendo em conta mudanças de conceitos, critérios, processos, métodos e sistemas que o C6 Bank irá aplicar na adoção dessas normas. Dessa forma, o plano, incluindo os conceitos apresentados, o prazo e forma de execução poderão ser alterados em função dos novos normativos. Resolução CMN nº 4.975/21 - com início de vigência em 1° de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. A Administração não espera que a adoção dessa norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras. **2.3 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco C6 não incorreu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pelo C6 Bank são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Instrumentos financeiros: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago deduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtida por meio de cotação de mercado na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros riscos que o C6 Bank está exposto no curso normal de suas operações. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de mercado na data em que são celebrados e subsequentemente, mensurados ao valor de mercado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo e como passivos financeiros quando o valor de mercado é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como Hedges de valor justo, Hedges de fluxo de caixa, ou Hedges de investimento líquido no exterior. O C6 Bank adotou em 2022 o hedge de valor justo - risco de mercado, utilizando instrumentos de hedge destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de passivos, decorrentes da exposição a mudanças de taxa de juros. **Hedges de valor justo**, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. No momento da designação inicial do hedge, o C6 Bank formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O C6 Bank faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se essa efetividade se mantém continuamente dentro da faixa de 80% a 125%. **Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** O C6 Bank possui operações de transferência de ativos financeiros (operações de crédito - Financiamento de Veículos) com retenção substancial dos riscos e benefícios. Essas operações financeiras são classificadas e registradas conforme abaixo, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 3.533/08: Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: O ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. **Ativo permanente: Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do C6 Bank ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente à construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. **Investimento:** As participações em coligadas e empresas com controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. **Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. O prazo de vida útil dos bens é de 5 anos para sistemas, equipamentos e móveis, e de 10 anos para instalações, melhorias e benfeitorias. **Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissões de títulos:** Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias. As captações que são objeto de hedge de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor de mercado, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL(*)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(*) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota 20% para Bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró-rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró-rata dia. **Provisões e passivos contingentes:** Provisões para contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos. **Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Bank, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais:** O C6 Bank fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Bank recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos). O C6 Bank mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência. **Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos. **Lucro ou prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas do C6 Bank, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante cada período.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	668.834	393.542
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	7.872.688	10.804.396
Total	**8.541.522**	**11.197.938**

(i) As aplicações em depósitos interfinanceiros são aplicações que apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

5. Instrumentos financeiros mantidos para negociação:

	31/12/2023							31/12/2022
	Custo	Mercado	Sem vencimento	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Livre	**845.042**	**845.174**	**841.055**	**–**	**1.459**	**2.110**	**550**	**846.069**
Títulos públicos federais	3.571	3.693	–	–	1.459	2.110	124	–
Cotas de fundos de investimentos	841.055	841.055	841.055	–	–	–	–	846.069
CRA	416	426	–	–	–	–	426	–
Vinculados a recompra	**2.168.013**	**2.168.979**	**–**	**1.018.849**	**1.150.130**	**–**	**–**	**–**
Títulos públicos federais	2.168.013	2.168.979	–	1.018.849	1.150.130	–		
Dados em garantia	**371.216**	**366.105**	**–**	**363.354**	**2.751**	**–**	**–**	**2.429**
Títulos públicos federais	371.216	366.105	–	363.354	2.751	–	–	2.429
Total	**3.384.271**	**3.380.258**	**841.055**	**363.354**	**4.210**	**2.110**	**550**	**848.498**
Circulante		**3.380.258**						**848.498**
Não circulante		**–**						**–**

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento, de acordo com os requisitos da Circular BCB n° 3.068/01.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**3.126.917**	**5.083.005**	**3.756.085**
Operações de crédito		1.664.095	2.942.586	1.446.237
Resultado de operações com instrumentos financeiros		1.328.934	1.892.524	2.201.297
Resultado de operações de câmbio		133.888	247.895	108.551
Despesas de intermediação financeira		**(3.143.550)**	**(6.022.514)**	**(3.773.977)**
Operações de captação no mercado		(2.143.646)	(3.961.869)	(2.143.361)
Operações de empréstimos e repasses		(2.045)	(2.529)	(707)
Provisão para perda associada ao risco de crédito		(997.859)	(2.058.116)	(1.629.909)
Resultado da intermediação financeira		**(16.633)**	**(939.509)**	**(17.892)**
Receitas e despesas operacionais		**(550.623)**	**(1.383.745)**	**(1.903.541)**
Receita de prestação de serviço	23	654.873	1.192.298	650.380
Despesas de pessoal	24	(413.683)	(831.973)	(555.986)
Despesas de depreciação e amortização		(14.398)	(28.913)	(17.557)
Outras despesas administrativas	25	(637.636)	(1.272.557)	(1.438.620)
Despesas tributárias		(46.957)	(86.711)	(46.631)
Resultado de participação em controladas	12	187.652	172.842	(113.526)
Outras receitas e despesas operacionais	26	(280.474)	(528.731)	(381.601)
Resultado operacional		**(567.256)**	**(2.323.254)**	**(1.921.433)**
Outras receitas e despesas não operacionais		(2.450)	(3.993)	(127)
Resultado não operacional		**(2.450)**	**(3.993)**	**(127)**
Resultado antes dos tributos e participações		**(569.706)**	**(2.327.247)**	**(1.921.560)**
Imposto de renda e contribuição social	22	468.809	1.236.685	(140.980)
Participação estatutária nos resultados		(104.731)	(181.857)	(173.109)
Prejuízo do semestre/exercícios		**(205.628)**	**(1.272.419)**	**(2.235.649)**
Quantidade de ações		1.352.561.604	1.352.561.604	1.290.615.053
Prejuízo por ação (em R$)		(0,15)	(0,94)	(1,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Prejuízo do semestre/exercícios	**(205.628)**	**(1.272.419)**	**(2.235.649)**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda	995	292.718	(74.897)
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado	(174)	(131.446)	51.653
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros de controladas	2.256	2.248	–
Ajustes de conversão de moeda	(35.210)	(19.810)	–
(=) Resultado abrangente total	**(237.761)**	**(1.128.709)**	**(2.258.893)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre/exercícios		**(205.628)**	**(1.272.419)**	**(2.235.649)**
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações		8.925	23.440	18.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	997.859	2.058.116	1.629.909
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	(468.809)	(1.236.685)	(715.326)
Participação em controladas	12	(187.652)	(172.842)	113.526
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	26	21.561	29.136	10.417
Participação estatutária no resultado		104.731	181.857	173.109
Passivos contingentes	20	5.078	17.405	9.464
Outros		(16.492)	3.465	(3.663)
Resultado ajustado		**259.573**	**(368.527)**	**(999.638)**
(Aumento)/Redução de títulos mantidos para negociação		2.682.842	(2.531.760)	19.581
(Aumento)/Redução de títulos disponíveis para venda		(3.452.111)	3.510.784	(4.068.937)
(Aumento) de títulos mantidos até o vencimento		(6.119.693)	(7.501.814)	(1.930.688)
(Aumento) de derivativos		(45.335)	(68.041)	(162)
(Aumento) de operações de crédito		(5.370.580)	(10.946.700)	(7.502.689)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		(237.427)	(775.124)	479.277
(Aumento) de outros ativos		(468.098)	(528.643)	(440.637)
Aumento de depósitos		1.916.214	7.956.512	6.281.701
Aumento de obrigação por cessão de crédito		3.794.162	3.794.162	–
Aumento de captações		2.752.480	3.077.088	6.866.770
Aumento de recursos de aceites e emissões de títulos		328.748	568.822	991.884
Aumento de derivativos		(2.567)	7.086	3.450
Aumento de dívidas subordinadas		13.671	29.472	23.359
Aumento/(Redução) de empréstimos e repasses		(8.906)	(27.429)	27.429
Aumento de outros passivos financeiros		408.642	1.838.841	3.040.468
Aumento de obrigações fiscais		12.274	15.168	8.438
Aumento de outros passivos		226.205	377.950	279.630
Caixa proveniente (aplicado) das atividades operacionais		**(3.309.906)**	**(1.572.153)**	**3.079.236**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aumento)/Redução de investimentos	12	(994.560)	(994.660)	32.501
(Aumento) de ativo imobilizado		(35.297)	(87.738)	(28.474)
(Aumento)/Redução de ativo intangível		(1.859)	(1.865)	2.183
Caixa proveniente (aplicado em) das atividades de investimento		**(1.031.716)**	**(1.084.263)**	**6.210**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital e reserva de capital		–	–	3.596.220
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**–**	**–**	**3.596.220**
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	12.883.144	11.197.938	4.516.272
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	8.541.522	8.541.522	11.197.938
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(4.341.622)**	**(2.656.416)**	**6.681.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. Instrumentos financeiros disponíveis para venda:

	31/12/2023						31/12/2022
	Custo	Mercado	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Mercado
Livre	**1.025.395**	**1.025.447**	**199.202**	**–**	**825.875**	**370**	**165.033**
Títulos públicos federais	199.513	199.572	199.202	–	–	370	165.033
Títulos privados	825.882	825.875	–	–	825.875	–	–
Vinculados a recompras	**3.346.662**	**3.348.342**	**3.317**	**1.534.929**	**1.810.096**	**–**	**7.141.734**
Títulos públicos federais	1.536.552	1.538.246	3.317	1.534.929	–	–	7.141.734
Títulos privados	1.810.110	1.810.096	–	–	1.810.096	–	–
Dados em garantia	**194.669**	**195.289**	**95.035**	**100.254**	**–**	**–**	**1.068.061**
Títulos públicos federais	194.669	195.289	95.035	100.254	–	–	1.068.061
Total	**4.566.726**	**4.569.078**	**297.554**	**1.635.183**	**2.635.971**	**370**	**8.374.828**
Circulante		**297.554**					
Não circulante		**4.271.524**					

Em 31 de dezembro de 2023, Títulos privados referem-se a Debêntures sênior, não conversíveis em ações, emitidas por companhia securitizadora, que foram adquiridas pelo C6 Bank no contexto da cessão de operações de financiamento de veículos (Nota 16).

7. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:

	31/12/2023					31/12/2022
	Mercado	Custo	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Custo
Livre	**2.105.464**	**2.154.156**	**875.970**	**1.269.601**	**8.585**	**28.279**
Títulos públicos federais	817.716	817.623	817.623	–	–	28.279
Títulos e valores mobiliários no exterior	23.919	23.919	14.028	1.306	8.585	–
Títulos privados	1.219.510	1.268.295	–	1.268.295	–	–
Outros	44.319	44.319	44.319	–	–	–
Vinculados a recompras	**6.786.372**	**6.784.913**	**5.339.534**	**1.445.379**	**–**	**1.902.409**
Títulos públicos federais	6.786.372	6.784.913	5.339.534	1.445.379	–	1.902.409
Dados em garantia	**493.494**	**493.433**	**493.433**	**–**	**–**	**–**
Títulos públicos federais	493.494	493.433	493.433	–	–	–
Total	**9.385.330**	**9.432.502**	**6.708.937**	**2.714.980**	**8.585**	**1.930.688**
Circulante		**–**				
Não circulante		**9.432.502**				

Em 31 de dezembro de 2023, Títulos privados referem-se a Debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, emitidas por companhia securitizadora, que foram adquiridas pelo C6 Bank no contexto da cessão de operações de financiamento de veículos (Nota 16). Não ocorreram reclassificações entre categorias em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Instrumentos financeiros derivativos: Por valor de mercado e custo:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Valor de mercado	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Valor de mercado
Operações de NDF				
posição ativa	19.422	13.754	–	–
posição passiva	7.454	1.519	534	2.541
Mercado de opções				
posição ativa	–	–	–	165
posição passiva	–	–	–	909
Contratos a termo				
posição ativa	–	44.665	–	–
posição passiva	519	8.911	–	–
Operações de swap				
posição ativa	–	9.787	–	–
posição passiva	–	106	–	–
Posição ativa	**19.422**	**68.206**	**–**	**165**
Circulante		**66.252**	**–**	**165**
Não circulante		**1.954**		–
Posição passiva	**7.973**	**10.536**	**534**	**3.450**
Circulante		**10.431**	**–**	**3.450**
Não circulante		**105**		–

Valor referencial (notional) - Por indexador e prazo de vencimento:

	31/12/2023						31/12/2022
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações de NDF							
Posição comprada	**758.993**	**692.711**	**66.282**	**–**	**–**	**–**	**11.573**
moeda	758.993	692.711	66.282	–	–	–	11.573
Posição vendida	**544.270**	**354.060**	**179.303**	**10.907**	**–**	**–**	**506.559**
moeda	544.270	354.060	179.303	10.907	–	–	506.559
Mercado de opções							
Posição comprada	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**165**
moeda	–	–	–	–	–	–	165
Posição vendida	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**909**
moeda	–	–	–	–	–	–	909

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DO BANCO C6 S.A. (Em milhares de reais)

	31/12/2023						31/12/2022
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mercado de futuros							
Posição comprada	**4.732.561**	**327.833**	**2.016.260**	**1.676.233**	**97.995**	**614.240**	**1.214.298**
moeda	223.913	223.913	–	–	–	–	1.031.864
taxa de juros	4.508.648	103.920	2.016.260	1.676.233	97.995	614.240	182.434
Posição vendida	**20.347.094**	**262.728**	**3.688.214**	**9.363.924**	**4.903.733**	**2.128.495**	**14.665.046**
moeda	143.981	143.981	–	–	–	–	426.547
taxa de juros	20.203.113	118.747	3.688.214	9.363.924	4.903.733	2.128.495	14.238.499
Swap							
Posição comprada	**–**	**–**	**20.000**	**–**	**44.373**	**–**	**–**
moeda		–	20.000	–	44.373	–	–
Posição vendida	**–**	**–**	**11.475**	**–**	**121.912**	**–**	**–**
moeda		–	11.475	–	121.912	–	–
Contratos a termo							
Posição comprada	**761.029**	**400.096**	**335.747**	**25.186**	**–**	**–**	**–**
moeda	761.029	400.096	335.747	25.186	–	–	–
Posição vendida	**179.910**	**42.026**	**137.884**	**–**	**–**	**–**	**–**
moeda	179.910	42.026	137.884	–	–	–	–

Contabilidade de hedge - hedge de valor justo: Hedge de risco de mercado: O C6 Bank, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contrata operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo. A partir de 2022 o C6 Bank passou a adotar contabilidade de hedge de valor justo, para que suas demonstrações financeiras reflitam o efeito econômico de suas estratégias de proteção. As posições em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam compostas da seguinte maneira:

	31/12/2023			
	Valor contábil do objeto de *hedge*		Ajuste a valor justo do objeto de *hedge*	Valor base para calcular a inefetividade do *hedge* (*)
Itens objeto de *hedge*	**Ativo**	**Passivo**		
Risco de taxa de juros				
Hedge de operações de crédito	7.511.828	–	33.089	33.089
Hedge de captações	–	7.844.831	(20.317)	(20.317)
Total	**7.511.828**	**7.844.831**	**12.772**	**12.772**
	31/12/2022			
Itens objeto de *hedge*	**Ativo**	**Passivo**		
Risco de taxa de juros				
Hedge de captação pré	–	4.536.477	(18.096)	(18.096)
Total	**–**	**4.536.477**	**(18.096)**	**(18.096)**

(*) Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultaram no montante de inefetividade do *hedge*. Cada estratégia de proteção representa um portfólio para as quais o C6 Bank reestabelece a relação de cobertura, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de riscos aprovadas por alçada competente, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge.

	31/12/2023		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade do *hedge*	Inefetividade do *hedge* reconhecida no resultado
Instrumentos de *hedge*			
Risco de taxa de juros			
Futuros	14.933.605	(8.314)	4.458
Total	**14.933.605**	**(8.314)**	**4.458**
	31/12/2022		
Instrumentos de *hedge*			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	4.776.862	14.696	(3.400)
Total	**4.776.862**	**14.696**	**(3.400)**

9. Operações de crédito: Composição:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos	6.259.406	(1.357.483)	4.934.230	(1.249.575)
Financiamentos	5.210.833	(212.511)	2.687.086	(33.338)
Créditos cedidos com coobrigação (i)	3.795.216	(19.885)	–	–
Valores a receber relativos a transações de pagamento	8.146.962	(44.477)	6.646.995	(40.266)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	72.226	(5.405)	57.784	(290)
Ajuste a valor de mercado (hedge accounting - operações de financiamento de veículos)	46.328	–	–	–
Total empréstimos e outros valores a receber com característica de crédito	**23.530.971**	**(1.639.761)**	**14.326.095**	**(1.323.469)**

(i) Operações de financiamento de veículos cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios. As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios totalizam R$ 3.794.162 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos (Nota 16). **Por faixa de vencimento e níveis de risco:**

	31/12/2023						31/12/2022	
		a vencer						
Nível de risco	Vencidas	até 6 meses	de 6 a 12 meses	após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	–	132.586	414.252	847.334	1.394.172	–	205.137	–
A	53.267	9.506.368	2.600.195	5.456.523	17.616.353	(88.080)	10.770.150	(53.851)
B	44.901	827.974	579.231	684.774	2.136.880	(21.369)	1.321.754	(13.218)
C	65.056	94.584	44.269	84.276	288.185	(8.646)	277.701	(8.331)
D	100.937	43.190	26.747	80.042	250.916	(25.092)	216.333	(21.633)
E	104.743	23.736	16.326	77.667	222.472	(66.742)	204.174	(61.252)
F	111.996	20.755	14.220	38.039	185.010	(92.484)	215.653	(107.827)
G	117.586	16.748	10.974	32.379	177.687	(124.380)	192.788	(134.952)
H	918.401	83.904	54.840	155.823	1.212.968	(1.212.968)	922.405	(922.405)
Ajuste a valor de mercado (hedge accounting - operações de financiamento de veículos)					46.328			
Total	**1.516.887**	**10.749.845**	**3.761.054**	**7.456.857**	**23.530.971**	**(1.639.761)**	**14.326.095**	**(1.323.469)**
Circulante					**16.074.114**	**(1.374.295)**	**11.300.614**	**(1.258.580)**
Não circulante					**7.456.857**	**(265.466)**	**3.025.481**	**(64.889)**

Por setores e atividades econômicas:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoa física	**18.819.930**	**11.126.748**
Pessoa jurídica	**4.711.041**	**3.199.347**
Comércio	1.022.802	682.725
Serviços	2.828.379	2.006.688
Indústria	767.422	451.412
Outros	92.438	58.522
Total	**23.530.971**	**14.326.095**

Concentração dos maiores devedores:

	31/12/2023	% da carteira	31/12/2022	% da carteira
10 maiores	493.698	2%	237.275	2%
20 maiores	727.334	3%	387.634	3%
50 maiores	1.117.039	5%	667.345	5%
100 maiores	1.479.330	6%	950.063	7%

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(1.323.469)	(419.380)
(Constituição)/Reversão de provisão	(2.058.116)	(1.629.909)
Baixas a prejuízo	1.741.824	725.820
Total	**(1.639.761)**	**(1.323.469)**

Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo: Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de crédito inclui R$ 1.017.284 (PDD - R$ 324.941) referente a operações renegociadas (31 de dezembro de 2022 - R$ 379.126 com PDD de R$ 83.214). Houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no valor de R$ 51.924 no exercício findo em dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R$ 14.531).

10. Outros ativos e passivos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	260.947	334.261
Reservas compulsórias no Banco Central	50.627	165.054
Demais depósitos no Banco Central	1.046.759	156.471
Operações de câmbio (nota 10.1)	427.152	388.619
Negociação e intermediação de valores	50.373	16.329
Outros ativos financeiros	**1.835.858**	**1.060.734**
Circulante	**1.835.858**	**1.060.734**
Não circulante	**–**	**–**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Operações compromissadas	12.049.343	8.972.255
Recebimentos de pagamentos a liquidar (i)	8.789.166	6.933.229
Operações de câmbio (nota 10.1)	477.099	511.441
Negociação e intermediação de valores	27.052	9.806
Outros passivos financeiros	**21.342.660**	**16.426.731**
Circulante	**21.342.660**	**16.426.731**
Não circulante	**–**	**–**

(i) Refere-se aos valores a pagar para adquirentes devido ao uso de cartão de crédito e débito por parte dos clientes do C6 Bank.

10.1 Operações de câmbio:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	278.720	147.938	303.751	154.178
Direitos/Obrigações sobre operações de câmbio	148.758	283.583	154.178	303.751
(–) Adiantamentos em moeda nacional	(326)	–	(69.310)	–
Valores a pagar em moeda estrangeira	–	45.578	–	53.512
Total	**427.152**	**477.099**	**388.619**	**511.441**
Circulante	**427.152**	**477.099**	**388.619**	**511.441**
Não circulante	**–**	**–**	**–**	**–**

11. Outros ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber	25.527	33.100
Outros créditos - diversos (nota 11.1)	978.703	414.217
Outros valores e bens	128.954	198.084
Despesas antecipadas (i)	488.427	447.567
Total	**1.621.611**	**1.092.968**
Circulante	**1.501.595**	**636.248**
Não circulante	**120.016**	**456.720**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos e o diferimento do custo da matéria-prima do plástico utilizado para elaboração do cartão, após o desbloqueio pelo cliente.

11.1 Outros créditos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	22.368	3.785
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	90.557	28.646
Valores a receber de sociedades ligadas (i)	456.174	265.348
Devedores diversos	374.507	101.339
Devedores por depósito em garantia	2.739	2.217
Impostos e contribuições a compensar	32.358	12.882
Outros ativos	**978.703**	**414.217**
Circulante	**976.943**	**412.457**
Não circulante	**1.760**	**1.760**

(i) Refere-se substancialmente aos valores recebidos da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada ("C6 CTVM") no dia útil subsequente, decorrente de movimentações de clientes após o encerramento do expediente bancário.

12. Investimentos:

		Movimentação dos investimentos				
	31/12/2022	% de participação	Aporte/(encerramento)	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	31/12/2023
No país						
C6 CTVM Ltda.	46.367	100%	–	(8)	54.121	100.480
NTK Solutions S.A. (ii)	108.178	100%	324.925	–	29.453	462.556
Banco C6 Consignado S.A. (iii)	164.354	56,82%	1.000.000	6.987	76.129	1.247.470
C6 Corretora de Seguros S.A.	27.303	100%	–	–	13.094	40.397
Ágio - C6 Corretora de Seguros S.A.	4.447	100%	–	–	–	4.447
Idea9 (i)	3.065	100%	(3.110)	–	45	–
Ágio - Idea9 (i)	5.340	100%	(5.340)	–	–	–
Total	**359.054**		**1.316.475**	**6.979**	**172.842**	**1.855.350**

(i) Conforme AGE realizada em 31 de maio de 2023, foi realizada a incorporação da totalidade do patrimônio da Instituição de Design e Ensino, Aprendizagem e Treinamentos Ltda. ("Idea 9") pelo Banco C6 com a consequente extinção da empresa e baixa dos saldos do investimento e do ágio na Idea 9, sendo o saldo de R$ 100 referente à caixa e equivalente de caixa da entidade incorporada apresentado nos fluxos de caixa de investimento. (ii) Conforme AGE realizada em 2 de maio de 2023, foi realizado aumento de capital na NTK Solutions S.A. no valor de R$ 324.925 mediante a capitalização de créditos detidos pelo Banco C6. (iii) Em 3 de julho de 2023, foi aprovado o aumento de capital do Banco C6 Consignado S.A., de R$ 1.764.877 para R$ 2.764.877, mediante a emissão de 286.167.922 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$ 1.000.000. As novas ações foram totalmente subscritas pelo Banco C6, sendo 50% do capital subscrito, isto é, o valor de R$500.000, integralizado à vista, em moeda corrente nacional. O remanescente do capital subscrito, correspondia a R$500.000 e foi integralizado em 6 de outubro de 2023, também em moeda corrente nacional.

Resumo das informações de coligadas e controladas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício
No país						
C6 CTVM Ltda.	100%	100.480	54.121	100%	46.367	(1.859)
NTK Solutions S.A.	100%	462.556	29.453	100%	108.178	(59.413)
Banco C6 Consignado S.A.	56,82%	1.095.693	(176.275)	15%	1.263.665	(77.198)
C6 Corretora de Seguros S.A.	100%	40.397	13.094	100%	27.303	7.479
Idea9	–	–	45	100%	3.065	833

13. Imobilizado:

	31/12/2022	Aquisição/(Baixa)	Depreciação (i)	31/12/2023
Sistemas de processamento de dados	52.542	3.135	–	55.677
Melhorias	36.930	68.632	–	105.562
Mobília e equipamento	19.968	15.971	–	35.939
Depreciação acumulada	(43.795)	–	(20.683)	(64.478)
Total	**65.645**	**87.738**	**(20.683)**	**132.700**
	31/12/2021	**Aquisição/(Baixa)**	**Depreciação (i)**	**31/12/2022**
Sistemas de processamento de dados	26.704	25.838	–	52.542
Melhorias	34.724	2.206	–	36.930
Mobília e equipamento	19.538	430	–	19.968
Depreciação acumulada	(27.976)	–	(15.819)	(43.795)
Total	**52.990**	**28.474**	**(15.819)**	**65.645**

14. Intangível:

	31/12/2022	Aquisição/(Baixa)	Amortização (i)	31/12/2023
Intangíveis	27.565	1.865	–	29.430
Amortização acumulada	(11.026)	–	(2.757)	(13.783)
Total	**16.539**	**1.865**	**(2.757)**	**15.647**
	31/12/2021	**Aquisição/(Baixa)**	**Amortização (i)**	**31/12/2022**
Intangíveis	29.748	(2.183)	–	27.565
Amortização acumulada	(8.270)	–	(2.756)	(11.026)
Total	**21.478**	**(2.183)**	**(2.756)**	**16.539**

15. Depósitos:

	31/12/2023						31/12/2022
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	2.232.214	2.232.214	–	–	–	–	1.598.565
Depósitos interfinanceiros	412.768	97.354	315.414	–	–	–	377.101
Depósitos a prazo	23.005.878	2.272.193	4.470.662	13.583.461	982.190	1.697.372	15.718.953
Outros depósitos	486	486	–	–	–	–	215
Total	**25.651.346**	**4.602.247**	**4.786.076**	**13.583.461**	**982.190**	**1.697.372**	**17.694.834**
Circulante	**9.388.323**						**7.529.428**
Não circulante	**16.263.023**						**10.165.406**

16. Obrigação por cessão de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios	3.794.162	–
Total	**3.794.162**	**–**
Circulante	**1.526.340**	**–**
Não circulante	**2.267.822**	**–**

O C6 Bank realizou, em novembro de 2023, a cessão de uma carteira de operações de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, tendo em vista a que o C6 Bank adquiriu a série subordinada das debêntures relacionadas a essa operação.

17. Recursos de aceites e emissão de títulos:

	31/12/2023				31/12/2022
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	Total
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares	**1.774.361**	**365.702**	**1.227.305**	**181.354**	**1.205.539**
Obrigações por emissões de letras de crédito imobiliário	431.011	147.410	283.601	–	112.279
Obrigações por emissões de letras de crédito do agronegócio	652.139	218.292	432.109	1.738	458.686
Obrigações por letras financeiras	691.211	–	511.595	179.616	626.871
Obrigações por certificados de operações estruturadas	–	–	–	–	7.703
Total	**1.774.361**	**365.702**	**1.227.305**	**181.354**	**1.205.539**
Circulante	**1.593.007**				**673.923**
Não circulante	**181.354**				**531.616**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, recursos de letras imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares são basicamente indexados a percentuais de taxa referencial de juros (CDI ou SELIC) entre 100% e 122%.

18. Dívidas subordinadas: Abaixo estão apresentadas as Letras Financeiras Subordinadas vigentes no período:

	31/12/2023				31/12/2022
Emissão	Vencimento	Valor principal	Indexador (a.a.)	Saldo contábil	Saldo contábil
2021	2026	99.900	1,3% + CDI	136.227	118.961
2021	2027	50.000	4% + CDI	–	61.552
2023	2033	72.059	9,5% + IPCA	73.758	–
Total				**209.985**	**180.513**

19. Outros passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar de despesas com pessoal	84.815	79.779
Contas a pagar de despesas administrativas	94.228	120.155
Provisão para participação nos lucros	187.929	168.234
Provisão para pagamento a fornecedores	56.190	139.223
Obrigações por vendas de cartões de débito e crédito	36.831	33.143
Provisão relacionada a programa de fidelidade	454.548	181.708
Credores diversos	193.142	32.584
Outros	17.568	39.016
Total	**1.125.251**	**793.842**
Circulante	**846.717**	**656.986**
Não circulante	**278.534**	**136.856**

20. Provisões e passivos contingentes: Provisões: As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

	31/12/2022	Adições/Atualizações	Pagamentos/Reversões	31/12/2023
Ações cíveis	8.578	4.533	(20)	13.091
Ações trabalhistas	886	3.428	–	4.314
Total	**9.464**	**7.961**	**(20)**	**17.405**
	31/12/2021	**Adições/Atualizações**	**Pagamentos/Reversões**	**31/12/2022**
Ações cíveis	2.275	6.303	–	8.578
Ações trabalhistas	–	886	–	886
Total	**2.275**	**7.189**	**–**	**9.464**

Os depósitos judiciais realizados pelo C6 Bank em face dos processos em que é parte montam R$ 2.739 em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R$ 2.217), apresentados em Outros ativos. **Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o C6 Bank figurava como parte em processos cíveis no montante de R$ 703.624 (31 de dezembro de 2022 - R$ 212.425) e como parte em processos trabalhistas no montante de R$ 81.032 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.498), com probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados. **21. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social é de R$ 6.470.433 (31 de dezembro de 2022 - R$ 6.470.433), dividido em 1.352.561.604 ações ordinárias (2022 - 1.352.561.604), nominativas e sem valor nominal, e a Reserva de Capital de R$ 126.552 (31 de dezembro de 2022 - R$ 97.416). **Reserva de capital:** Constituída por valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com entrega de instrumentos patrimoniais, vide nota 27.

22. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.509.104)	(2.094.669)
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	**1.129.097**	**942.601**
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Participação em coligadas e controladas	77.779	(63.514)
Despesas indedutíveis	(2.674)	(2.220)
Crédito Tributário Não Ativado	(435)	(856.306)
Outros Valores	32.918	(161.541)
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	**107.588**	**(1.083.581)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.236.685**	**(140.980)**
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:		
Provisão para participação nos lucros	5.120	30.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	834.555	734.437
Provisão para contingência cíveis	2.031	2.879
Provisão para pagamentos	26.225	23.497
Marcação a mercado	368.754	(130.696)
Constituição/(Realização) dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	**1.236.685**	**660.592**
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	**–**	**(801.572)**

Em 31 de dezembro de 2023, a parcela de R$ (781) (31 de dezembro de 2022 - R$ 130.665) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. **Movimentação dos ativos fiscais diferidos:**

	31/12/2022	Constituição	Realização/Baixa	31/12/2023
Provisão para participação nos lucros	75.600	80.721	(75.600)	80.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	923.910	966.278	(131.723)	1.758.465
Provisão para contingências cíveis	3.988	2.031	–	6.019
Provisão para pagamentos	26.295	40.244	(14.020)	52.519
Marcação a mercado	11.547	368.754	(131.446)	248.855
Total dos créditos tributários ativados	**1.041.340**	**1.458.028**	**(352.789)**	**2.146.579**
Impostos de renda	**578.522**			**1.192.544**
Contribuição social	**462.818**			**954.035**

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2023
Em 2024	1.110.120
Em 2025	352.680
Em 2026	343.050
Em 2027	340.729
Em 2028	–
A partir de 2029	–
Total de créditos tributários	**2.146.579**
Valor presente	**1.900.645**

Créditos tributários não ativados:

	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.014.485	435	–	1.014.920
Total dos Créditos Tributários Não Ativados	**1.014.485**	**435**	**–**	**1.014.920**
Imposto de Renda	563.603			563.844
Contribuição Social	450.882			451.076

Em 31 de dezembro de 2023, a Instituição possui o saldo de créditos não ativados de R$ 1.014.920 (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.014.485). O saldo será reconhecido contabilmente, apenas, quando atender aos aspectos regulatórios aplicáveis ao Banco C6 S.A. para sua ativação.

Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS, COFINS e ISS correntes	9.918	1.945
Impostos de terceiros	25.794	18.599
Total	**35.712**	**20.544**
Circulante	**35.712**	**20.544**
Não circulante	**–**	**–**

23. Receitas de prestação de serviços:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissão sobre compras - intercâmbio	256.689	531.172	466.287
Rendas com tarifas bancárias e serviços bancários	300.903	495.187	61.695
Rendas de transferência de fundos	4.116	10.491	15.857
Corretagens de câmbio	1.221	2.828	26.476
Cobrança	1.134	1.699	124
Rendas de garantias prestadas	347	528	353
Serviços de seguros e resseguros	20.476	48.254	–
Outros serviços	69.986	102.138	79.588
Total	**654.873**	**1.192.298**	**650.380**

24. Despesas com pessoal:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(199.283)	(351.785)	(165.132)
Encargos sociais	(71.172)	(145.597)	(94.193)
Benefícios	(77.026)	(152.794)	(124.028)
Férias e 13º	(48.667)	(95.219)	(65.110)
Honorários	(5.171)	(10.464)	(9.775)
Gratificações	(10.401)	(72.374)	(96.503)
Outros	(1.963)	(3.740)	(1.245)
Total	**(413.683)**	**(831.973)**	**(555.986)**

25. Outras despesas administrativas:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	(221.613)	(483.261)	(743.891)
Serviços técnicos especializados	(240.190)	(439.241)	(295.832)
Propaganda e publicidade	(42.018)	(95.295)	(154.537)
Serviços do sistema financeiro	(34.404)	(68.034)	(61.830)
Outros serviços de terceiros e consultorias	(56.050)	(82.680)	(71.001)
Outras despesas administrativas	(43.361)	(104.046)	(111.529)
Total	**(637.636)**	**(1.272.557)**	**(1.438.620)**

26. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Variação cambial	131.914	140.584	(4.948)
Despesa de comissão	(178.912)	(281.725)	(109.383)
Custo de emissão de cartão	(52.804)	(108.314)	(86.696)
Serviços associados a transações de pagamentos	(8.984)	(20.410)	(79.219)
Despesas com perdas associadas a cartões	(85.969)	(143.589)	(50.902)
Despesas com outras perdas operacionais	(10.508)	(27.576)	(33.288)
Despesas com plano de outorga de ações	(35.872)	(39.270)	(8.075)
Despesas de provisão para contingências	(20.871)	(37.878)	(8.039)
Outras receitas e despesas operacionais	(18.468)	(10.553)	(1.051)
Total	**(280.474)**	**(528.731)**	**(381.601)**

27. Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais: A movimentação do saldo está apresentada na tabela abaixo:

	31/12/2022	Adições	Resgates	31/12/2023
Parceria	51.503	21.333	–	72.836
Total	**51.503**	**21.333**	**–**	**72.836**

Esses programas são contabilizados de acordo com as normas aplicáveis a pagamentos baseados em ações e referem-se a transações com pagamento mediante outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais concedidas por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Bank, que é a entidade que recebe o serviço. **28. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Operações pactuadas com controladas direta, indireta, pessoal-chave da Administração e controlador:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco C6 Consignado S.A.	7.438.052	10.349.618
Outros ativos financeiros - C6 CTVM	453.111	194.935
Outros ativos financeiros - Banco C6 Consignado S.A.	271.669	–
Outros ativos - Banco C6 Consignado S.A.	25.554	53.231
Derivativos - Banco C6 Consignado S.A.	7.573	–
Passivo		
Depósitos a prazo - Fundo Carbono	68.962	–
Depósitos à vista - C6 CTVM	3.528	20.028
Depósitos à vista - C6 Corretora de Seguros Ltda.	141	5
Depósitos interfinanceiros - C6 CTVM	97.554	32.524
Operações compromissadas - C6 CTVM	5.838.453	3.786.681
Operações compromissadas - Banco C6 Consignado S.A.	380.578	90.211
Letras financeiras subordinadas - Carbon Asset Management Ltda.	30.593	–
Outros passivos - Banco C6 Consignado S.A.	357	135
Resultado		
Receita de depósitos interfinanceiros - Banco C6 Consignado S.A.	1.478.957	799.085
Derivativos - Banco C6 Consignado S.A.	7.573	–
Receita de prestação de serviços - Banco C6 Consignado S.A.	93	111
Resultado de operações com instrumentos financeiros - C6 Consignado	(31.730)	(179.318)
Resultado de operações com instrumentos financeiros - C6 CTVM	(510.873)	243.503
Corretagem de operações em bolsa - C6 CTVM	(1.655)	(1.978)
Letras financeiras subordinadas - Carbon Asset Management Ltda.	(316)	–
Despesas de captação - Fundo Carbono	(23)	–

Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício foi de R$ 14.163 (31 de dezembro de 2022 - R$ 14.667) a qual é considerada benefício de curto prazo. **29. Gerenciamento de riscos e de capital:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco C6 S.A. reflete a estratégia e o modelo de negócios do Banco, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O C6 Bank gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do banco é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do banco. **29.1 Análise de sensibilidade das carteiras:** A análise de sensibilidade das carteiras permite avaliar o efeito dos movimentos relativos das curvas de mercado e dos preços dos ativos financeiros sobre as posições mantidas pelo C6 Bank. Nesse sentido, são empregados três cenários específicos: Cenário I: Aplicação de choques de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Exposições		31/12/2023			31/12/2022		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de Juros Prefixada em Reais	19	65	129	(170)	(584)	(1.168)
Cupons Cambiais	Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	2	41	82	(6)	(160)	(319)
Moedas	Taxas de Câmbio	2	45	89	(8)	(183)	(366)
Cupom IPCA	Taxas dos Cupons de IPCA	(1)	(22)	(44)	(0)	(10)	(20)
Total Geral		**21**	**128**	**256**	**(184)**	**(937)**	**(1.873)**

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização. Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 5, 6 e 8) são representados por investimentos em títulos públicos brasileiros e instrumentos financeiros derivativos, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado; títulos privados, incluindo CRA classificadas no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá por técnica de avaliação que utiliza somente dados de mercado observáveis; e cotas de fundos de investimento, classificados no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela atualização do valor da cota divulgada por seus administradores. **29.2 Gerenciamento de capital:** Os requerimentos de capital do C6 Bank são determinados com base no conjunto de regras emanadas pelo CMN e pelo BACEN que refletem, no Brasil, os padrões globais de requerimento de capital (BIS BACENS). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito, de Mercado e Operacional. O C6 Bank utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, consoante a regulamentação em vigor. A tabela a seguir apresenta os requerimentos mínimos de capital e limites operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência	**3.879.483**	**3.581.150**
Nível I	**2.836.496**	**3.460.532**
Capital Principal	**2.775.610**	**3.460.532**
Patrimônio Líquido	2.898.425	3.569.180
(–) Ajustes Prudenciais previstos na Resolução nº 4955/21	(122.814)	(108.648)
Capital complementar	**60.885**	–
Nível II	**1.042.987**	**120.618**
Dívida Subordinada	1.042.987	120.618
Ativos ponderados pelo risco - RWA	**31.998.223**	**23.890.949**
Risco de Crédito	29.322.865	22.311.569
Risco de Mercado	101.920	30.299
Risco Operacional	2.573.437	1.549.081
Patrimônio de Referência mínimo requerido	**2.559.858**	**1.911.276**
Índice de Basileia (PR/RWA)	**12,12%**	**14,99%**

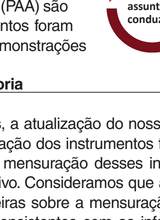
30. Outras informações: O C6 Bank possui acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

Diretor Presidente: Marcelo Kalim

Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco C6 S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros Conforme divulgado nas notas 3, 5 e 6, uma parcela substancial dos instrumentos financeiros é composta por títulos públicos federais, mensurados a valor justo. Os títulos públicos federais são mensurados ao valor justo, com base nos preços divulgados em mercado ativo. Dessa forma, a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros foram definidos como uma área de foco em nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado aos processos de mensuração dos instrumentos financeiros. Comparamos os valores utilizados para a mensuração desses investimentos com os preços divulgados em mercado ativo. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito Conforme divulgado nas notas 3 e 9, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados cada carteira, levando em consideração a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 2.682/99. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois a aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados à: (i) concessão de crédito; (ii) operações renegociadas; (iii) atribuição de nível de risco e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alter-

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO C6 S.A.

nativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficientepara fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmosopinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade decontinuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e,consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

Pinbank Holding S.A.

CNPJ nº 25.260.321/0001-56 - NIRE 35300504453 - Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Convidam-se os Srs. acionistas da **Pinbank Holding S.A.,** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma presencial, na sede social, na Av. Paulista, 1063, 4º andar, Conjunto 401, em São Paulo/SP, a realizar-se às 10:00 horas do dia 3 de maio de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, em Assembleia Geral Ordinária: **1)** leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; **2)** destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício; **3)** eleição dos diretores da Companhia; e **4)** fixação dos honorários da diretoria para o exercício de 2024. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/76. Caso não possa comparecer, o Acionista poderá nomear um representante mediante encaminhamento de procuração específica para tal fim. Esclarece-se, todavia, que a procuração deverá conter firma reconhecida do outorgante para a adequada e segura verificação da identidade do outorgante. Por fim, não será aceita procuração com assinatura eletrônica ou digital.

São Paulo, 23 de Abril de 2024. **Anderson Cicotoste e Marcelo Gonzaga Rocha,** Diretores

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ 21.986.074/0001-19 - NIRE 35.300.476.344

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 14/03/2024. Data Horário e Local: 14/03/2024, às 14 horas, em sua sede social, na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 7º andar, conjuntos 1 e 2, Torre B1 - Aroeira, Condomínio Parque da Cidade, Vila Gertrudes, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **Mesa:** Presidente: Sr. David Legher; Secretária: Sra. Bruna Lazaroff. **Presença**: acionistas representando a totalidade do capital social total da Companhia, com utilização de videoconferência. **Convocação**: dispensada a comprovação do atendimento às formalidades de convocação prévia pela imprensa, face à presença da acionista única da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações Prévias**: O Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal "Diário Comercial" em sua edição impressa e na rede mundial de computadores (internet), ambas no dia 28 de fevereiro de 2024, nos termos do artigo 289, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Ordem do Dia**: **(i)** exame, discussão e votação do Relatório Anual dos Administradores, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes, do Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** consignação sobre a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; **(iv)** autorização para prática dos atos necessários à execução das deliberações; **(v)** fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia; e **(vi)** outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade**: **(i) Aprovar (a)** o Relatório Anual da Diretoria, **(b)** o Balanço Patrimonial, **(c)** o Parecer dos Auditores Independentes, **(d)** o Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria, e **(e)** as Demonstrações Financeiras da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Como não houve nenhum pedido de esclarecimento a respeito das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o representante dos auditores independentes da Companhia, Sr. Marcelo Luis Teixeira Santos não precisou prestar quaisquer informações adicionais sobre as referidas Demonstrações Financeiras; **(ii)** Tendo sido aprovadas as contas, **destinar** o Lucro do exercício, no valor de R$ 49.656.377,91 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos) para conta contábil própria de Prejuízos Acumulados; **(iii) Consignar** que, nos termos dos artigos 202, §3º, II da Lei nº 6.404/76, não será distribuído dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; **(iv) Autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinar todos os documentos e a praticar todos os atos necessários à execução destas deliberações; **(v) Não será fixado** montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o Comitê de Riscos e Auditoria, considerando que os membros da Diretoria, do Comitê de Riscos e Auditoria e do Conselho de Administração que já exercem cargos de administração em outras empresas do mesmo grupo econômico, pelas quais recebem a remuneração correspondente a todas as funções exercidas no grupo Prudential, não sendo devido, portanto, remuneração pelos cargos ocupados na Companhia; e **(vi)** Não havendo outros assuntos a serem discutidos, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos. **Leitura e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente Sr. David Legher; Secretária: Sra. Bruna Lazaroff. **Auditor Independente:** Sr. Marcelo Luis Teixeira Santos. **Acionista Presente:** Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. representada, conforme seu respectivo Estatuto Social, pelo Sr. Gustavo Raposo dos Santos na qualidade de Diretor Vice Presidente e pelo Sr. Felipe Votto na qualidade de Diretor Vice Presidente. Rio de Janeiro, 14 de março de 2024. **Mesa: David Legher Aguilar** - Presidente; **Bruna Lazaroff** - Secretária. **Acionista presente: Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.: Gustavo Santos Raposo** - Diretor Vice Presidente; **Felipe Votto** - Diretor Vice Presidente. JUCESP nº 153.388/24-9 em 16/04/2024.

PINBANK HOLDING S.A.

CNPJ 25.260.321/0001-56

Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

Relatório da administração: Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria

Balanço Patrimonial	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante	**1.035**	**923**	**317.630**	**150.100**
Caixas e equivalentes de caixa	984	904	310.900	141.167
Contas a receber	–	–	2.089	6.737
Outros créditos	–	–	1.801	2.026
Tributos a recuperar	43	19	1.333	171
Estoque	–	–	637	–
Adiantamentos a fornecedores	8	–	870	–
Não circulante	**48.270**	**38.767**	**10.983**	**12.460**
Partes relacionadas	–	–	–	–
Depósitos judiciais	–	–	–	–
Investimentos	45.829	35.465	–	780
Imobilizado	–	–	5.825	7.699
Intangível	–	–	2.717	679
Direito de uso	2.441	3.303	2.441	3.303
Total do ativo	**49.305**	**39.690**	**328.613**	**162.561**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	**969**	**1.075**	**280.828**	**122.223**
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	669
Conta corrente com terceiros	–	–	277.745	114.492
Contas a pagar	–	146	428	1.326
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1	1	538	760
Obrigações tributárias	8	8	1.157	4.055
Arrendamento mercantil	960	921	960	921
Não circulante	**2.809**	**3.002**	**2.076**	**3.023**
Adiantamento de clientes	–	–	–	121
Partes relacionadas	733	99	–	–
Arrendamento mercantil	2.076	2.902	2.076	2.902
Provisão para contingência	–	–	–	–
Patrimônio líquido	**45.527**	**35.613**	**45.527**	**35.614**
Capital social	17.586	17.586	17.586	17.586
Reserva legal	4.031	3.517	4.031	3.517
Reserva de lucros	23.910	14.511	23.910	14.511
Distribuição de lucros	–	–	–	–
Lucros acumulados	–	–	–	–
Participação de sócios não controladores	–	–	182	1.701
Total do passivo e patrimônio líquido	**49.305**	**39.690**	**328.613**	**162.561**

Demonstração do Resultado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	–	–	**43.822**	**179.151**
Custo dos serviços prestados	–	–	(21.902)	(108.852)
Lucro bruto	–	–	**21.920**	**70.299**
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas administrativas	(1.420)	(2.236)	(9.693)	(10.138)
Equivalência patrimonial	11.542	49.551	516	–
Outras receitas e despesas operacionais	252	147	334	133
Lucro operacional	**10.374**	**47.462**	**13.077**	**60.160**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(216)	(138)	(523)	(557)
Receitas financeiras	117	126	919	12.710
Resultado antes do IR e da CS	**10.275**	**47.450**	**13.473**	**72.313**
IR e CS	–	–	(3.453)	(24.546)
Lucro líquido do exercício	**10.275**	**47.450**	**10.020**	**47.767**
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:				
Controladores	10.275	47.450	10.275	47.450
Não controladores	–	–	(255)	450

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Sócios não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.887**	**1.264**	**14.012**	**2.678**	**20.841**
Capitalização de reservas	14.699	–	(14.699)	–	–
Lucros distribuídos no exercício corrente	–		(30.000)	–	(30.000)
Lucro líquido do exercício	–		47.450	–	47.450
Constituição de reserva legal	–	2.253	(2.253)	–	–
Participação de sócios não controladores	–	–	–	(977)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17.586**	**3.517**	**14.510**	**1.701**	**37.314**
Capitalização de reservas	–	–	–	–	–
Lucros distribuídos no exercício corrente	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	10.275	–	10.275
Transação entre acionistas não controladores			(361)	361	–
Constituição de reserva legal	–	514	(514)	–	–
Participação de sócios não controladores	–	–	–	(1.880)	(1.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**17.586**	**4.031**	**23.910**	**182**	**45.709**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**10.275**	**47.450**	**10.020**	**47.900**
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Depreciações	–	–	950	1.532
Resultado da equivalência patrimonial	(11.542)	(49.551)	–	–
	(1.267)	**(2.101)**	**10.970**	**49.432**
Aumento/(redução) nos ativos e passivos				
Contas a receber			4.648	26.282
Tributos a recuperar	(24)	(18)	(1.162)	(112)
Outros créditos	(370)	11	(1.282)	(1.125)
Contas a pagar	(146)	147	(3.193)	791
Obrigações tributárias e trabalhistas	–	4	(3.120)	(406)
Outras obrigações	–	(4)	–	(381)
Conta corrente com terceiros	–	–	143.920	(4.438)
Caixa líquido gerado nas operações	**(1.807)**	**(1.961)**	**150.780**	**70.044**
IR e CS pagos	–	–	–	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(1.807)**	**(1.961)**	**150.780**	**70.044**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições/baixas ao ativo imobilizado	–	–	924	(3.901)
Adições ao intangível	–	–	–	(679)
Intangível	–	–	(2.038)	–
Aquisições societárias	1.178	33.791	780	(3)
Direito de uso	862	786	862	786
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**2.040**	**34.577**	**527**	**(3.797)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	634	(1.834)	(121)	256
Arrendamento mercantil	(787)	(748)	(787)	(560)
Pagamento de dividendos	–	(30.000)	–	(30.000)
Participação de sócios não controladores	–	–	–	(977)
Empréstimos e financiamentos	–	–	(669)	669
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(153)**	**(32.582)**	**(908)**	**(31.281)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**80**	**34**	**150.400**	**34.966**
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	904	870	141.167	106.201
No final do exercício	984	904	291.567	141.167
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**80**	**34**	**150.400**	**34.966**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**10.275**	**47.450**	**10.020**	**47.767**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	**10.275**	**47.450**	**10.020**	**47.767**
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:				
Controladores	10.275	47.450	10.275	47.450
Não controladores	–	–	(255)	450

Notas explicativas às demonstrações contábeis

A Pinbank Holding S.A. ("Companhia") possui sede na cidade de São Paulo e está registrada sob número do CNPJ 25.260.321/0001-56, constituída em 20 de julho de 2016. A Companhia tem por objeto, na qualidade de holding, o controle de outras empresas. As demonstrações financeiras contábeis estão disponíveis junto à administração da empresa.

A Diretoria

Contador

Willian Lucena Santos - CRC 1SP318758/O-0

HOSPITAL CRUZ VERDE
Referência em Paralisia Cerebral

Associação Cruz Verde

CNPJ nº 60.762.846/0001-90

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	2023	2022
Ativo/Circulante	**8.795**	**8.267**
Caixa e equivalentes de caixa	6.418	6.062
Convênios a receber	1.050	1.050
Estoques de almoxarifado	1.249	1.010
Outros ativos circulantes	78	145
Não circulante	**13.017**	**13.977**
Depósitos judiciais	–	–
Outros ativos não circulantes	234	1.051
Investimentos	272	195
Imobilizado	12.511	12.731
Total ativo	**21.812**	**22.244**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**9.794**	**512**	**618**	**10.924**
Transferência para patrimônio social	618	–	(618)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	(149)	149	–
(Déficit) do exercício	–	–	(343)	**(343)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.412**	**363**	**(194)**	**10.581**
Transferência para patrimônio social	(194)	–	194	–
Realização da reserva de reavaliação	–	(149)	149	–
Superávit do exercício	–	–	395	**395**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.218**	**214**	**544**	**10.976**

Balanços Patrimoniais	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**2.689**	**2.585**
Fornecedores	175	407
Obrigações e encargos sociais	976	843
Provisões e encargos sociais	1.163	1.128
Obrigações tributárias	52	57
Receitas antecipadas	323	149
Outros passivos circulantes	–	1
Não circulante	**8.147**	**9.078**
Receitas antecipadas	7.389	8.413
Provisão para contingências	758	665
Patrimônio líquido	**10.976**	**10.581**
Patrimônio social	10.218	10.412
Reserva de reavaliação	214	363
Superávit (Déficit) acumulado	544	(194)
Total passivo e patrimônio líquido	**21.812**	**22.244**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2023	2022
Superávit (Déficit) do exercício	**395**	**(343)**
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**395**	**(343)**

Demonstrações do Resultado	2023	2022
Receitas		
Receita com atividades de saúde	20.399	17.395
Receita de doações	3.793	2.521
Receita com serviços voluntários e gratuidades	721	541
	24.913	**20.457**
Custos com atividades de saúde		
Com pessoal	(15.169)	(12.244)
Com uso, consumo e manutenção	(8.070)	(6.829)
Com depreciação	(519)	(445)
	(23.758)	**(19.518)**
Resultado bruto	**1.155**	**939**
Despesas operacionais:		
Despesas com pessoal	(1.440)	(1.682)
Despesas administrativas	(359)	(828)
Despesas com serviços voluntários de terceiros	(721)	(541)
Depreciação	(89)	(87)
Despesas tributárias	(61)	(75)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.369	1.384
Receitas financeiras	669	677
Despesas financeiras	(128)	(130)
	(760)	**(1.282)**
Superávit (Déficit) do exercício	**395**	**(343)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício ajustado	**1.013**	**513**
Superávit (Déficit) do exercício	**395**	**(343)**
Ajustes		
Depreciação	608	524
Provisão para contingência	93	326
Resultado de ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(83)	–
Outros ajustes	–	6
Aumento nos subgrupos do ativos operacionais	**645**	**538**
Contas a receber	–	(1.050)
Outros ativos circulantes e não circulantes	884	1.015
Estoques	(239)	569
Depósitos judiciais	–	4
(Diminuição) Aumento nos subgrupos do passivos operacionais	**(920)**	**132**
Fornecedores	(232)	145
Outros passivos circulantes	(1)	(41)
Obrigações sociais e trabalhistas	168	159
Obrigações tributárias	(5)	(54)
Receitas antecipadas	(850)	(77)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**738**	**1.183**
Aquisição de ativo imobilizado	(382)	(292)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(382)**	**(292)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**356**	**891**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.062	5.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.418	6.062
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**356**	**891**

Diretoria

Flavio Antonio Padovan Filho - Presidente

Carlos Eduardo Poli Sisti - Diretor Tesoureiro

Contadora

Rosa Maria Borgato - CRC: 1SP153147/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos Sociais, a Diretoria da Associação Cruz Verde apresentou-nos para exame os documentos prescritos em lei, correspondendo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais estavam consubstanciados no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Contas de Despesas e Receitas, devidamente escrituradas nos livros contábeis com a documentação justificativa. Após procedermos às verificações e exames dos relatórios de auditoria realizados pela BDO RCS Auditores Independentes, somos da opinião de que o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Contas de Despesas e Receitas demonstram fielmente a situação da entidade, merecendo portanto a aprovação geral.

São Paulo, 30 de abril de 2024

Fabiana Brayn; Reinaldo Finocchiaro Filho; Drausio A. Villas Boas Rangel

CARAGUA LUZ

CARAGUÁ LUZ S.A. SPE

CNPJ nº 22.581.495/0001-22

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensagem da Administração: Prezados(as) Senhores(as), Os Administradores da Caraguá Luz S.A. SPE ("Caragua") apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31/12/2023, de forma sumariada, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Balanço Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

Balanço Patrimonial	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**19.188**	**15.185**
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.091	1.334
Contas a receber de clientes	4	1.042	925
Ativo de contrato de concessão	5	15.273	12.020
Créditos tributários	6	204	89
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	566	487
Adiantamentos a fornecedores		–	322
Outros créditos		12	8
Não Circulante		**71.838**	**63.037**
Ativo de contrato de concessão	5	68.815	60.257
Partes Relacionadas	8	291	291
Créditos tributários	6	2.114	1.829
Imobilizado	9	249	149
Direito de uso	10	369	511
Total do Ativo		**91.026**	**78.222**

Balanço Patrimonial	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio líquido/Circulante		**10.191**	**6.231**
Fornecedores	11	2.726	1.484
Empréstimos e financiamentos		–	14
Passivo de arrendamento	10	146	134
Salários e encargos sociais a pagar	12	131	115
Encargos tributários a pagar	13	1.535	1.106
Impostos e contribuições parcelados	14	1.422	1.693
Dividendos propostos	15.4	4.231	1.685
Não circulante		**15.068**	**14.396**
Passivo de arrendamento	10	260	407
Impostos e contribuições parcelados	14	2.506	3.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	9.074	7.914
PIS e COFINS diferidos	13	3.140	2.749
Provisão de contingência	23	88	–
Patrimônio líquido		**65.767**	**57.595**
Capital social	15.1	21.000	21.000
Reserva legal	15.2	3.333	2.797
Reserva de retenção de lucros	15.3	41.434	33.798
Total do passivo e patrimônio líquido		**91.026**	**78.222**

Demonstrações do resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	**30.618**	**33.564**
Custos dos serviços prestados	17	**(14.216)**	**(22.517)**
Lucro bruto		**16.402**	**11.047**
Receitas (despesas) operacionais		**(1.778)**	**573**
Despesas gerais e administrativas	18	(1.671)	(1.522)
Despesas comerciais		(12)	(7)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(95)	2.102
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		**14.624**	**11.620**
Resultado financeiro	20	**(583)**	**(439)**
Despesas financeiras		(893)	(660)
Receitas financeiras		310	221
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**14.041**	**11.181**
Imposto de renda e contribuição social		**(3.323)**	**(4.086)**
Corrente	24	(2.162)	(2.316)
Diferido	24	(1.161)	(1.770)
Lucro líquido do exercício		**10.718**	**7.095**
Lucro por ação - Reais		**0,5104**	**0,3379**

Demonstrações do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.718	7.095
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**10.718**	**7.095**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva legal (Reservas de lucros)	Reserva de retenção de lucros (Reservas de lucros)	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 Janeiro de 2022		**21.000**	**2.443**	**23.015**	**–**	**46.458**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	7.095	**7.095**
Destinação:						
Constituição reserva legal		–	354	–	(354)	**–**
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios		–	–	5.727	–	**5.727**
Constituição de reserva de retenção de lucros de 2022		–	–	5.056	(5.056)	**–**
Dividendos propostos		–	–	–	(1.685)	**(1.685)**
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**21.000**	**2.797**	**33.798**	**–**	**57.595**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	10.718	**10.718**
Destinação:						
Constituição reserva legal	15.2	–	536	–	(536)	**–**
Constituição de reserva de retenção de lucros de 2022	15.3	–	–	7.636	(7.636)	**–**
Dividendos propostos	15.4	–	–	–	(2.546)	**(2.546)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**21.000**	**3.333**	**41.434**	**–**	**65.767**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**10.718**	**7.095**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício às atividades operacionais		
Depreciação e amortização	55	47
Amortização do direito de uso	142	136
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	1	3
Juros apropriados sobre parcelamentos	531	522
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	43	99
Provisão de contingência	88	–
Tributos diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	1.552	1.895
Juros, correções monetárias e outros sobre ativo de contrato de concessão	(15.538)	(12.091)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(117)	306
Adiantamentos	322	1.707
Ativo de contrato (CIP) recebida (Contratos e Iluminação Pública)	12.856	12.714
Ativos destinados à aplicação nas concessões	(79)	58
Créditos Tributários	(400)	(292)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	1.242	(2.023)
Encargos tributários a pagar	389	2.114
Salários e encargos sociais a pagar	16	20
Impostos e contribuições parcelados	1.091	(612)
Demais contas a pagar	(1.181)	74
	11.731	**11.772**
Pagamento de juros do passivo de arrendamentos	(43)	(52)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.512)	(1.529)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.176**	**10.191**
Adições ao Ativo de contrato de concessão	(9.129)	(15.974)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(155)	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(9.284)**	**(15.988)**
Terceiros		
Pagamento do passivo de arrendamentos	(135)	(117)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	(143)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	–	5.695
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(135)**	**5.435**
Aumento(redução) líquido no saldo de caixa	**757**	**(362)**
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.334	1.696
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.091	1.334
Aumento(redução) líquido no saldo de caixa	**757**	**(362)**

Pedro Vicente Iacovino - Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento - Contador - CRCPR-043806/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Caragua Luz S.A. SPE - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Caragua Luz S.A. SPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 26 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

Adriano Machado
Contador
CRC PR-042584/O-7

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

CI&T Software S.A.

CNPJ nº 00.609.634/0001-46

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	71.044	81.221	103.454	122.845
Contas a receber	11.1	210.127	254.496	226.450	263.967
Ativos de contrato	11.2	84.965	95.973	85.970	96.468
Mútuo a receber	30	2.879	–	–	–
Impostos a recuperar		23.850	14.119	24.806	15.434
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27	10.701	410	10.702	4
Derivativos	28	9.620	11.194	9.620	11.194
Outros créditos		14.267	14.470	15.329	15.552
Total do ativo circulante		**427.453**	**471.883**	**476.331**	**525.464**
Não circulante					
Impostos a recuperar		776	3.587	776	3.587
Ativo fiscal diferido		–	–	2.154	2.296
Mútuo a receber	30	44.347	15.249	27.513	–
Depósitos judiciais	19.b	7.280	9.819	7.280	9.819
Ativo de indenização	19.c	9.040	11.343	9.040	11.343
Outros créditos		633	2.212	947	2.794
Investimentos	12	36.397	41.858	–	–
Imobilizado	13	29.902	42.889	31.164	44.259
Ativos intangíveis e ágio	14	720.691	721.725	721.617	722.831
Direito de uso de ativos	15.a	18.945	27.291	20.681	28.629
Total do ativo não circulante		**868.011**	**875.973**	**821.172**	**825.558**
Total do ativo		**1.295.464**	**1.347.856**	**1.297.503**	**1.351.022**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Circulante					
Fornecedores		16.887	24.915	17.374	25.377
Empréstimos e financiamentos	16	52.182	184.375	52.182	184.375
Passivo de arrendamento	15.b	9.731	11.758	10.090	12.478
Salários e encargos sociais	17	164.115	205.883	176.390	217.640
Obrigações com aquisição de negócios	18	13.364	9.345	13.364	9.345
Derivativos	28	–	4.109	–	4.109
Imposto de renda e contribuição social a recolher	27	–	1.126	825	1.310
Impostos, taxas e contribuições a recolher		8.887	9.597	10.010	11.158
Dividendos a pagar	22.d	31.676	31.096	31.676	31.096
Passivos de contrato		18.450	15.903	20.714	16.527
Outros passivos		8.906	10.357	9.847	11.180
Total do passivo circulante		**324.198**	**508.464**	**342.472**	**524.595**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	294.524	353.112	294.524	353.112
Passivo fiscal diferido	27	68.222	20.942	68.223	20.942
Passivo de arrendamento	15.b	11.407	18.400	12.598	18.707
Provisão para processos judiciais	19.a	9.620	12.347	9.620	12.347
Provisão para perdas com investimentos	12	18.763	14.623	–	–
Obrigações com aquisição de negócios	18	28.139	34.977	28.139	34.977
Outros passivos		6.472	2.180	7.808	3.531
Total do passivo não circulante		**437.147**	**456.581**	**420.912**	**443.616**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		181.157	181.157	181.157	181.157
Reservas de capital		18.958	10.500	18.958	10.500
Reservas de lucros		337.214	204.422	337.214	204.422
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.210)	(13.268)	(3.210)	(13.268)
Total do patrimônio líquido		**534.119**	**382.811**	**534.119**	**382.811**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.295.464**	**1.347.856**	**1.297.503**	**1.351.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022		**4.704**	**(18.731)**	**13.793**	**90.795**	**–**	**6.145**	**96.706**
Resultados abrangentes do exercício								
Lucro líquido do exercício - reapresentado		–	–	–	–	130.930	–	130.930
Perdas com instrumentos financeiros não derivativos - contabilidade de *hedge*	28.3.a.1	–	–	–	–	–	(15.532)	(15.532)
Outros resultados abrangentes	12	–	–	–	–	–	(3.881)	(3.881)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos - reapresentado		**–**	**–**	**–**	**–**	**130.930**	**(19.413)**	**111.517**
Transações com acionistas e constituições de reservas								
Contribuições, distribuições e constituição de reservas - reapresentado								
Pagamento baseado em ações - *Vested immediately* (Box 1824)	22.b	–	4.124	–	–	–	–	4.124
Transações com pagamento baseado em ações	21	–	2.126	–	–	–	–	2.126
Capitalização para aumento de capital	22.a	176.453	–	–	–	–	–	176.453
Capitalização para reserva de capital	22.b	–	22.981	–	–	–	–	22.981
Constituição de reserva legal - reapresentado	22.c	–	–	6.547	–	(6.547)	–	–
Constituição da retenção de lucros - reapresentado	22.c	–	–	–	93.287	(93.287)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios - reapresentado	22.d	–	–	–	–	(31.096)	–	(31.096)
Total de transações com acionistas e constituições de reservas - reapresentado		**176.453**	**29.231**	**6.547**	**93.287**	**(130.930)**	**–**	**174.588**
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2022		**181.157**	**10.500**	**20.340**	**184.082**	**–**	**(13.268)**	**382.811**
Resultados abrangentes do exercício								
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	133.372	–	133.372
Ganhos com instrumentos financeiros não derivativos - contabilidade de *hedge*	28.3.a.1	–	–	–	–	–	13.203	13.203
Outros resultados abrangentes	12	–	–	–	–	–	(3.145)	(3.145)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**–**	**–**	**–**	**–**	**133.372**	**10.058**	**143.430**
Transações com acionistas e constituições de reservas								
Contribuições, distribuições e constituição de reservas								
Transações com pagamento baseado em ações	21	–	8.458	–	–	–	–	8.458
Constituição de reserva legal	22.c	–	–	6.669	–	(6.669)	–	–
Constituição da retenção de lucros	22.c	–	–	–	95.027	(95.027)	–	–
Dividendos creditados e não pagos e destinados à reserva de retenção de lucros	22.d	–	–	–	31.096	–	–	31.096
Dividendos mínimos obrigatórios	22.d	–	–	–	–	(31.676)	–	(31.676)
Total de transações com acionistas e constituições de reservas		**–**	**8.458**	**6.669**	**126.123**	**(133.372)**	**–**	**7.878**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**181.157**	**18.958**	**27.009**	**310.205**	**–**	**(3.210)**	**534.119**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Receita líquida de vendas	23	1.438.293	1.533.355	1.532.504	1.626.501
Custo dos serviços prestados	24	(1.001.227)	(1.064.123)	(1.070.302)	(1.134.419)
Lucro bruto		**437.066**	**469.232**	**462.202**	**492.082**
Despesas comerciais	24	(52.808)	(50.197)	(61.483)	(60.888)
Despesas gerais e administrativas	24	(154.880)	(178.352)	(163.204)	(186.762)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	24	(2.046)	(243)	(2.047)	(249)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	7.259	(3.578)	7.982	(2.107)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e impostos		**234.591**	**236.862**	**243.450**	**242.076**
Receitas financeiras	26	55.947	116.970	57.466	119.943
Despesas financeiras	26	(92.762)	(147.775)	(94.956)	(150.870)
Despesas financeiras, líquidas		**(36.815)**	**(30.805)**	**(37.490)**	**(30.927)**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquidas de impostos	12	4.429	90	–	–
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**202.205**	**206.147**	**205.960**	**211.149**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27	(21.553)	(30.968)	(25.475)	(35.041)
Diferidos	27	(47.280)	(44.249)	(47.113)	(45.178)
Lucro líquido do exercício		**133.372**	**130.930**	**133.372**	**130.930**
Resultado por ação					
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)				75,05	73,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		133.372	130.930	133.372	130.930
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	13, 14, 15	48.014	67.517	50.021	69.155
Baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamentos	13, 14, 15, 16	1.011	3.836	1.031	3.229
Resultado de equivalência patrimonial	12	(4.429)	(90)	–	–
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		54.130	41.204	54.184	41.246
Juros e variação cambial sobre mútuos de partes relacionadas	30	(1.199)	(17.058)	(1.172)	(17.409)
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros		(14.735)	(6.724)	(14.735)	(6.724)
Imposto de renda e contribuição social	27	68.833	75.217	72.588	80.219
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber e de ativos de contrato	11	2.046	243	2.047	245
(Reversão) Provisão para processos judiciais	19	(424)	386	(424)	386
Pagamento baseado em ações	24	8.327	2.160	8.621	2.018
Ajuste a valor justo de obrigações com aquisição de negócios	25	–	2.539	–	2.539
Outros		(742)	(2.718)	(742)	(2.120)
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber		42.891	(22.360)	35.458	(22.366)
Ativos de contrato		10.440	(12.798)	9.868	(13.423)
Impostos a recuperar		(31.651)	–	(35.222)	–
Depósitos judiciais		2.539	(6.741)	2.539	(6.741)
Fornecedores		(9.518)	(3.079)	(9.488)	1.439
Salários e encargos sociais		(43.479)	9.433	(42.306)	13.835
Impostos, taxas e contribuições		(710)	5.159	(562)	(5.683)
Passivo de contrato		2.547	3.253	4.390	7.785
Outros ativos e passivos, líquidos		9.143	9.590	9.024	6.008
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**276.406**	**279.899**	**278.492**	**284.568**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.766)	(29.523)	(11.725)	(22.541)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(60.528)	(59.173)	(60.528)	(59.173)
Juros pagos sobre arrendamento	16	(2.625)	(4.636)	(2.650)	(4.645)
Restituição de imposto de renda		–	–	966	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**205.487**	**186.567**	**204.555**	**198.209**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		7.719	–	–	–
Adição ao imobilizado e intangível	13, 14	(22.323)	(19.946)	(23.038)	(21.070)
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido no consolidado	9	–	(20.768)	–	(19.040)
Caixa agregado pela incorporação de controlada		–	1.757	–	–
Mútuos concedidos	30.c	(30.778)	(10.274)	(26.341)	–
Recebimentos de mútuos	30.c	–	1.031	–	–
Juros recebidos de mútuos	30.c	–	20	–	–
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(45.382)**	**(48.180)**	**(49.379)**	**(40.110)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento	16	(11.913)	(17.065)	(13.136)	(18.094)
Captações de empréstimos e financiamentos	16	205.093	77.261	205.093	77.261
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(368.467)	(303.215)	(368.467)	(303.215)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	16	12.200	–	12.200	–
Captação de mútuo	30.c	–	152.710	–	149.760
Pagamento relacionado às obrigações com aquisição de negócios	16	(7.195)	(62.338)	(7.195)	(62.338)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(170.282)**	**(152.647)**	**(171.505)**	**(156.626)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(10.177)**	**(14.260)**	**(16.329)**	**1.473**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**81.221**	**95.481**	**122.845**	**120.560**
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior		–	–	(3.062)	812
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**71.044**	**81.221**	**103.454**	**122.845**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Lucro líquido do exercício		**133.372**	**130.930**	**133.372**	**130.930**
Outros resultados abrangentes (ORA):					
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Variação cambial em investimentos no exterior	12	(3.145)	(3.881)	(3.145)	(3.881)
Ganhos/(perdas) com instrumentos financeiros não derivativos - contabilidade de *hedge*	28.3.a1	13.203	(15.532)	13.203	(15.532)
Resultado abrangente total do exercício		**143.430**	**111.517**	**143.430**	**111.517**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
A informação comparativa está sendo reapresentada devido à correção de erros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão à disposição na sede da Administração da Sociedade. **1. Contexto operacional:** A CI&T Software S.A. ("CI&T Brasil" e/ou "Companhia"), com sede na Estrada Giuseppina Vianelli di Napolli, nº 1455, Bloco C, Pavimento Superior - Globaltech, Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-530, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, situada no Brasil, tem por atividade principal o desenvolvimento e elaboração de programa de software customizável através de consultorias na implementação de soluções digitais corporativas, incluindo tecnologias de *Machine Learning*, Inteligência Artificial (AI), *Analytics*, *Cloud* e *Mobility*. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Estas demonstrações financeiras foram reapresentadas para refletir a correção de erros identificados pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, anteriormente disponíveis publicamente. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2024.

Diretoria

Cesar Nivaldo Gon - **Diretor-Presidente**
Stanley Rodrigues - **Diretor Administrativo e Financeiro**

Contadora
Ana Paula Fraga Siqueira da Conceição
CRC 1SP179678/O-9

As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

Demonstrações Contábeis - Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em R$ mil)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial	NE	31/12/23	31/12/22
Ativo/Circulante		**311.849**	**136.958**
Disponibilidades	5	**2.323**	**12.106**
Instrumentos financeiros		**305.794**	**117.141**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	5.a	95.092	106.784
Títulos e valores mobiliários	5.a	2.616	357
Relações interfinanceiras	5.b	208.086	10.000
Outros créditos	6	**3.732**	**7.711**
Rendas a receber		1.269	6.600
Outros créditos - Diversos		2.463	968
Despesas antecipadas		–	143
Não circulante		**6.040**	**9.132**
Investimentos		**–**	**780**
Particip. coligadas/controladas: no país		–	780
Imobilizado de uso	7.a	**3.323**	**7.673**
Outras imobilizações de uso		4.855	10.023
(Depreciações acumuladas)		(1.532)	(2.350)
Intangível	7.b	**2.717**	**679**
Ativos Intangíveis		2.862	679
(Amortização acumulada)		(145)	–
Total do ativo		**317.889**	**146.090**

Balanço Patrimonial	NE	31/12/23	31/12/22
Passivo/Circulante		**286.701**	**119.001**
Instrumentos financeiros		**274.841**	**114.142**
Depósitos	8	199.427	113.469
Relações interfinanceiras	10.a	75.414	–
Obrigações por empréstimos e repasses	9	–	669
Negociação e intermediação de valores		–	4
Outros passivos		**11.860**	**4.859**
Sociais e estatutárias	13.c	5.000	–
Fiscais e previdenciárias	11	1.216	3.898
Diversas	10.b	5.644	961
Não circulante		**305**	**–**
Outros passivos		**305**	**–**
Diversas - provisões	10.b	305	–
Patrimônio líquido	13	**30.883**	**27.089**
Capital:		23.580	4.210
De Domiciliados no país		23.580	4.210
Reservas de lucros		7.303	1.570
(Prejuízos acumulados)		–	21.309
Total do passivo e patrimônio líquido		**317.889**	**146.090**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre de 01/07/23 a 31/12/23

	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/07/23		23.580	2.781	728	3.082	30.171
Lucro líquido do semestre		–	–	–	6.549	6.549
Reversão de reserva Legal/Estatutária		–	(1.457)	–	1.457	–
Destinações:		–	–	5.251	(11.088)	(5.837)
Dividendos obrigatórios	13.c	–	–	–	(2.408)	(2.408)
Dividendos adicionais	13.c				(3.429)	(3.429)
Reserva especial de lucros	13.b	–	–	5.251	(5.251)	–
Saldos no fim do semestre em 31/12/23		23.580	1.324	5.979	–	30.883
Mutações do semestre:		–	(1.457)	5.251	(3.082)	712

Exercício de 01/01/23 a 31/12/23

	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/23		4.210	842	728	21.309	27.089
Aumento de capital		19.370	–	–	(19.370)	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	9.631	9.631
Destinações:		–	482	5.251	(11.570)	(5.837)
Dividendos obrigatórios	13.c	–	–	–	(2.408)	(2.408)
Dividendos adicionais	13.c	–	–	–	(3.429)	(3.429)
Reserva Legal/Estatutária	13.b	–	482	–	(482)	–
Reserva especial de lucros	13.b	–	–	5.251	(5.251)	–
Saldos no fim do exercício em 31/12/23		23.580	1.324	5.979	–	30.883
Mutações do exercício:		19.370	482	5.251	(21.309)	3.794

Exercício de 01/01/22 a 31/12/22

	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/22		4.210	–	–	1.392	5.602
Lucro líquido do exercício		–	–	–	42.368	42.368
Destinações:		–	842	728	(22.451)	(20.881)
Dividendos propostos	13.c	–	–	–	(20.881)	(20.881)
Reserva Legal/Estatutária	13.b	–	842	–	(842)	–
Reserva especial de lucros	13.b	–	–	728	(728)	–
Saldos no fim do exercício em 31/12/22		4.210	842	728	21.309	27.089
Mutações do exercício:		–	842	728	19.917	21.487

Demonstração do Resultado	NE	2º-Sem-23	2023	2022
Receitas de intermediação financeira		**8.183**	**15.055**	**11.713**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	8.183	15.055	11.713
Resultado bruto da intermediação financeira		**8.183**	**15.055**	**11.713**
Outras receitas/despesas operacionais		**1.471**	**438**	**51.997**
Receitas de prestação de serviços	14	32.389	65.268	159.730
Despesas de pessoal		(2.932)	(6.383)	(5.684)
Outras despesas administrativas	15	(24.296)	(51.434)	(92.294)
Despesas tributárias		(2.062)	(4.921)	(9.000)
Outras despesas operacionais		(1.628)	(2.092)	(755)
Resultado operacional		**9.654**	**15.493**	**63.710**
Resultado não operacional		**(188)**	**(587)**	**–**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**9.466**	**14.906**	**63.710**
Imposto de renda e contribuição social	16	**(2.917)**	**(5.275)**	**(21.342)**
Provisão para imposto de renda		(2.403)	(3.874)	(15.686)
Provisão para contribuição Social		(514)	(1.401)	(5.656)
Lucro líquido do semestre/exercício		**6.549**	**9.631**	**42.368**
Nº de ações ....:		**1.746.667**	**1.746.667**	**1.746.667**
Lucro por ação.........................R$		**3,75**	**5,51**	**24,26**

Demonstração do Resultado Abrangente	2º-Sem-23	2023	2022
Resultado líquido do semestre/exercício	**6.549**	**9.631**	**42.368**
Resultado abrangente	**–**	**–**	**–**
Resultado abrangente total	**6.549**	**9.631**	**42.368**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: O Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") iniciou suas operações em 23 de outubro de 2012 com a denominação TI-Pagos Brasil Participações Ltda. Em 17 de outubro de 2016 os sócios aprovaram a transformação de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado regida por estatuto próprio e legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A Companhia tem por objeto prestação de atividades de intermediação de serviços e negócios em geral e como instituição de pagamento nas modalidades indicadas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros. Adicionalmente pode prestar serviços de consultoria empresarial, serviços relacionados a assessoria e consultoria técnica em serviços de informática e tecnologia da informação.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	2º-Sem-23	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	6.549	9.631	42.368
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	599	1.506	1.495
Provisão de impostos no resultado	2.917	5.275	–
Outros efeitos não monetários	–	–	180
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	10.065	16.412	44.043
Variação de Ativos e Obrigações	(10.107)	(38.556)	(9.419)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	–	–	(103.796)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(151.550)	(198.086)	(10.000)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.665)	1.815	(6.174)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	143.317	160.699	114.229
Aumento (redução) em outros passivos	2.957	5.419	11.973
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.166)	(8.403)	(15.651)
Caixa líquido gerado/(consumido) proveniente das atividades operacionais	**(42)**	**(22.144)**	**34.624**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Investimentos	780	780	–
Imobilizado de uso	2.191	5.274	–
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(87)	(106)	(4.282)
Inversões líquidas no intangível	(804)	(2.183)	(679)
Caixa líquido aplicado/(consumido) nas atividades de investimento	**2.080**	**3.765**	**(4.961)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Lucros pagos	(837)	(837)	(20.880)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(837)**	**(837)**	**(20.880)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.201**	**(19.216)**	**8.783**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	98.830	119.247	3.323
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre e exercício	100.031	100.031	12.106

A Diretoria

Reinaldo Dantas - Contador CRC 1 SP 110330/O-6

HOSPITAL SANTA ISABEL S.A.

CNPJ 43.808.692/0001-01

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante	**160.199**	66.418
Caixa e equivalentes de caixa	**12**	4.678
Títulos e valores mobiliários	**44.038**	4.923
Contas a receber	**109.857**	50.024
Estoques	**3.188**	5.196
Impostos a recuperar	**821**	-
Outros	**2.282**	1.597
Não circulante	**123.094**	92.715
Partes relacionadas	**88**	125
Depósitos judiciais	**230**	12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**8.944**	-
Imobilizado	**25.906**	13.496
Arrendamento	**87.873**	79.054
Intangível	**40**	28
Outros	**13**	-
Total do ativo	**283.293**	159.133

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**9.845**	23.989
Fornecedores	**(10.735)**	128
Salários, provisões e encargos sociais	**8.210**	7.849
Obrigações fiscais	**11.605**	6.193
Arrendamento	**420**	9.743
Outros	**345**	76
Não circulante	**144.908**	86.221
Partes relacionadas	**49.276**	15.649
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**4.435**	-
Provisão para contingências	**773**	-
Arrendamento	**90.424**	70.572
Patrimônio líquido	**128.540**	48.923
Capital social	**55.597**	22.288
Reservas de capital	**39.028**	39.028
Lucros (Prejuízos) acumulados	**(1.368)**	(22.533)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**35.282**	10.140
Total do passivo	**283.293**	159.133

Demonstrações financeiras do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	**248.429**	122.965
Glosas e cancelamentos	**(12.705)**	(6.283)
Deduções	**(12.607)**	(7.133)
Receita líquida	**223.116**	109.549
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	**(83.515)**	(58.288)
Materiais e medicamentos	**(39.859)**	(12.682)
Serviços de terceiros	**(53.099)**	(32.040)
Depreciação e Amortização	**(1.493)**	(1.354)
Arrendamento	**(2.551)**	(1.273)
Aluguéis	**(170)**	(12)
Utilidades e serviços	**(1.972)**	(1.468)
Outros custos e despesas operacionais	**(2.803)**	(2.327)
Despesas Comerciais	**(1.723)**	(80)
Total dos custos e despesas operacionais	**(187.186)**	(109.525)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**35.931**	24
Resultado financeiro líquido	**(4.479)**	(7.849)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	**31.451**	(7.825)
Imposto de renda e contribuição social	**(10.549)**	(4.215)
Lucro líquido do exercício	**20.903**	(12.040)

Notas explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do HOSPITAL SANTA ISABEL S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida - Contador
CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

Pro Implantes S/A

CNPJ (MF): 14.509.481/0001- 70

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Bancos e Aplicações Financeiras	3.134,03	4.049,08
Duplicatas a Receber		–
(–) Provisão de Devedores Duvidosos		–
Adiantamentos Diversos	1.295.000,34	1.000,00
Impostos a Recuperar	–	–
Estoques	–	–
Total do Circulante	**1.298.134,37**	**5.049,08**
Realizável a Longo Prazo		
Empréstimos	4.309.189,20	4.560.838,17
Total Realizável Longo Prazo	**4.309.189,20**	**4.560.838,17**
Permanente		
Imobilizado		
Investimentos	10.406.640,00	10.406.640,00
Imobilizado	–	–
Depreciação acumulada	–	–
Total do Permanente	**10.406.640,00**	**10.406.640,00**
Total do Ativo	**16.013.963,57**	**14.972.527,25**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores - Nacionais	2.620,25	–
Fornecedores - Exterior		–
Instituições Financeiras		–
Obrigações Trabalhistas	8.056,02	7.639,22
Obrigações Tributárias	1.904,76	1.730,36
Outros Créditos	4.539,72	4.539,72
Total do Circulante	**17.120,75**	**13.909,30**
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos	1.993.857,73	1.083.333,34
Total Exigível Longo Prazo	**1.993.857,73**	**1.083.333,34**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	30.000,00	30.000,00
Capital a Integralizar	(27.000,00)	(27.000,00)
Lucros Acumulados	10.435.260,25	10.492.492,35
Lucro do Exercício	3.564.724,84	3.379.792,26
Total Patrimônio Líquido	**14.002.985,09**	**13.875.284,61**
Total do Passivo	**16.013.963,57**	**14.972.527,25**

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em Reais)

Receitas	2023	2022
Receita Bruta	–	–
Deduções da Receita	–	–
Receita Líquida	**–**	**–**
Custos dos Produtos Vendidos	–	–
Lucro Bruto	**–**	**–**
Despesas Operacionais		
Despesas com pessoal	108.100,80	102.052,80
Despesas gerais	295.250,06	288.299,00
Despesas Tributárias	1.818,43	
Despesas Financeiras líquidas	2.900,87	(11.827,06)
Demais Resultados	(3.972.795,00)	(3.758.317,00)
Total Despesas Operacionais	**(3.564.724,84)**	**(3.379.792,26)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**3.564.724,84**	**3.379.792,26**
Provisão de Imposto de Renda		
Provisão de Contribuição Social		
Lucro isento Distribuído	–	–
Lucro Líquido do Período	**3.564.724,84**	**3.379.792,26**

Diretoria
Pro Implantes S/A

Contador
Clodoaldo C. Costa - TC - CRC 1SP083407/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

C6 BANK

BANCO C6 CONSIGNADO S.A.

CNPJ nº 61.348.538/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), situado em São Paulo, é uma controlada do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**, que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne, além do C6 Consignado, a C6 CTVM, empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das demonstrações financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações individuais do C6 Consignado, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. **Desempenho financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o C6 Consignado possuía R$ 22,5 bilhões de operações de crédito (31 de dezembro de 2022 - R$ 14,3 bilhões), R$ 2,2 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,1 bilhões) e R$ 28,8 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R$ 15,2 bilhões). O lucro do exercício foi de R$ 84,2 milhões (31 de dezembro de 2022 - prejuízo de R$ 176 milhões). Em atendimento à Circular BCB nº 3.068/01, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R$ 1,5 bilhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 0). **Auditores independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	157	223
Instrumentos financeiros			
Reservas junto ao Banco Central do Brasil		–	–
Mantidos para negociação	5	137.995	–
Disponíveis para venda	6	3.504.950	323.097
Mantidos até o vencimento	7	1.502.279	–
Operações de crédito	9	22.466.757	14.330.189
Outros ativos financeiros	11	444.698	118.980
(–) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(273.374)	(226.592)
Outros ativos	10	709.761	437.432
Ativos fiscais correntes e diferidos	19	275.767	288.372
Total do ativo		**28.768.990**	**15.271.701**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos e outros passivos financeiros			
Depósitos	12	19.945.149	13.764.154
Derivativos	8	7.573	–
Operações compromissadas	13	89.823	–
Empréstimos e repasses	13	271.669	–
Obrigação por cessão de crédito	13	5.007.230	–
Dívidas subordinadas	15	975.623	–
Passivo contingente	14	111.824	128.683
Obrigações fiscais	19	9.430	6.461
Outros passivos	16	155.193	276.710
Total do passivo		**26.573.514**	**14.176.008**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	2.764.877	1.764.877
Reservas de capital	17	35.465	24.584
Prejuízos acumulados		(604.866)	(689.096)
Outros resultados abrangentes		–	(4.672)
Total do patrimônio líquido		**2.195.476**	**1.095.693**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**28.768.990**	**15.271.701**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**2.374.843**	**4.347.418**	**2.345.966**
Operações de crédito		2.330.511	4.262.895	2.300.439
Resultado de operações com instrumentos financeiros		44.332	84.523	45.527
Despesas de intermediação financeira		**(1.520.925)**	**(2.843.075)**	**(1.380.471)**
Operações de captação no mercado		(1.321.605)	(2.484.182)	(1.145.297)
Operações de empréstimos e repasses		(5.507)	(5.507)	–
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	9	(193.813)	(353.386)	(235.174)
Resultado da intermediação financeira		**853.918**	**1.504.343**	**965.495**
Receitas e despesas operacionais		**(659.240)**	**(1.408.570)**	**(1.236.686)**
Receita de prestação de serviço	20	13.464	33.630	12.200
Despesas de pessoal	21	(25.011)	(51.365)	(68.957)
Despesas de depreciação e amortização		(1.092)	(2.158)	(3.343)
Outras despesas administrativas	22	(74.164)	(185.644)	(222.563)
Despesas tributárias		(41.523)	(72.295)	(45.198)
Outras receitas e despesas operacionais	23	(530.914)	(1.130.738)	(908.825)
Resultado operacional		**194.678**	**95.773**	**(271.191)**
Outras receitas e despesas não operacionais		(1)	–	(9)
Resultado não operacional		**(1)**	**–**	**(9)**
Resultado antes da tributação e participação no resultado		**194.677**	**95.773**	**(271.200)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(54.224)	(8.782)	144.017
Participação estatutária no resultado		(1.193)	(2.761)	(49.092)
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		**139.260**	**84.230**	**(176.275)**
Quantidade de ações		295.511.267	295.511.267	295.511.267
Lucro/(Prejuízo) por ação (em R$)		0,47	0,29	(0,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Resultado acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.764.877**	**13.184**	**(1.577)**	**(512.821)**	**1.263.663**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		–	–	(3.095)	–	(3.095)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	–	11.400	–	–	11.400
Prejuízo do exercício		–	–	–	(176.275)	(176.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17	**1.764.877**	**24.584**	**(4.672)**	**(689.096)**	**1.095.693**
Aumento de capital		1.000.000	–	–	–	1.000.000
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		–	–	4.672	–	4.672
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	–	10.881	–	–	10.881
Lucro do exercício		–	–	–	84.230	84.230
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	**2.764.877**	**35.465**	**–**	**(604.866)**	**2.195.476**
Saldo em 30 de junho de 2023		**1.764.877**	**30.024**	**(4.521)**	**(744.126)**	**1.046.254**
Aumento de capital		1.000.000	–	–	–	1.000.000
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		–	–	4.521	–	4.521
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais		–	5.441	–	–	5.441
Lucro do semestre		–	–	–	139.260	139.260
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	**2.764.877**	**35.465**	**–**	**(604.866)**	**2.195.476**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício	**139.260**	**84.230**	**(176.275)**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda	8.220	8.495	(5.627)
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado	(3.699)	(3.823)	2.532
(=) Resultado abrangente total	**143.781**	**88.902**	**(179.370)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do semestre/exercício		**139.260**	**84.230**	**(176.275)**
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações		1.092	2.158	3.343
Provisão para perdas líquidas de recuperações	9	45.529	46.782	235.174
Imposto de renda e contribuição social	19	54.224	8.782	(144.017)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	5.441	10.881	11.400
Provisão para contingências		2.257	6.891	24.589
Participação estatutária no resultado		1.193	2.761	49.092
Outros		943	(247)	27
Resultado ajustado		**249.939**	**162.238**	**3.333**
(Aumento) de títulos mantidos para negociação		(137.995)	(137.995)	–
(Aumento)/Redução de títulos disponíveis para venda		(3.171.321)	(3.181.853)	43.037
(Aumento)/Redução de mantidos até o vencimento		(1.502.279)	(1.502.279)	–
(Aumento)/Redução de operações de crédito		(3.854.090)	(8.136.568)	(6.783.236)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		1.937	(34.603)	69.499
(Aumento)/Redução de ativos fiscais correntes e diferidos		3.699	3.823	(146.550)
(Aumento)/Redução de outros ativos		(166.396)	(272.329)	(239.084)
Aumento/(Redução) de obrigação por cessão de crédito		5.007.230	5.007.230	–
Aumento/(Redução) de depósitos		2.091.479	6.180.995	6.784.411
Aumento/(Redução) de captações por operações compromissadas		(84.093)	89.823	–
Aumento/(Redução) de derivativos		7.573	7.573	–
Aumento/(Redução) de dívidas subordinadas		580.865	975.623	–
Aumento/(Redução) de empréstimos e repasses		271.669	271.669	–
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros		–	–	(21)
Aumento/(Redução) de provisões		(10.498)	(23.750)	95.477
Aumento/(Redução) de obrigações fiscais		2.397	2.969	2.383
Aumento/(Redução) de outros passivos		(174.198)	(121.517)	140.963
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais		**(884.082)**	**(708.951)**	**(29.788)**
Aumento de capital		1.000.000	1.000.000	–
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**1.000.000**	**1.000.000**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	266.717	91.586	121.374
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	382.635	382.635	91.586
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**115.918**	**291.049**	**(29.788)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), é uma companhia de capital fechado e está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O C6 Consignado é controlado pelo Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), que detém 56,8% do seu capital em 31 de dezembro de 2023 (15% em 31 de dezembro de 2022). A N7 Holding S.A., controladora do Banco C6 S.A., detém os demais 43,2% (85% em 31 de dezembro de 2022). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 2/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 25 de março de 2024. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O Real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Consignado. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R$ mil). **2.2 Adoção de novas normas e interpretações:** Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2023: Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - com início de vigência em 1° de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução requer que as instituições elaborem plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. Resumo dos aspectos considerados no plano de implementação da referida resolução: Mudanças nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge, sendo os principais impactos relacionados à determinação de provisões para Perda esperada de crédito e seus fatores correlatos: metodologia para cálculo da taxa efetiva de juros, cura, determinação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito, e determinação de Perda incorrida. O plano foi elaborado no contexto das regulamentações e normas já emitidas, tendo em conta mudanças de conceitos, critérios, processos, métodos e sistemas que o C6 irá aplicar na adoção dessas normas. Dessa forma, o plano, incluindo os conceitos apresentados, o prazo e forma de execução poderão ser alterados em função dos novos normativos. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. **2.3 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 2/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o C6 Consignado não incorreu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pelo C6 Consignado são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Instrumentos financeiros:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtido por meio de cotação de mercado na data da apuração. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros riscos que o C6 Consignado está exposto no curso normal de suas operações. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de mercado na data em que são celebrados e são, subsequentemente, mensurados ao valor de mercado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo e como passivos financeiros quando o valor de mercado é negativo. **Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** O C6 Consignado possui operações de transferência de ativos financeiros (Operações de crédito - Consignado) com retenção substancial dos riscos e benefícios. Essas operações financeiras são classificadas e registradas conforme abaixo, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 3.533/08: Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró-rata dia. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Consignado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissões de títulos:** Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pró-rata dia. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias. **Contingências passivas:** As contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Bancos	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. O ativo fiscal diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. **Comissões pagas a correspondentes bancários:** Considerando-se os requisitos da Resolução CMN 4.294 e da Circular BACEN 3.693 de dezembro de 2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. **Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais:** O C6 Consignado fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Consignado recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos). O C6 Consignado mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência. **Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pró-rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos. **Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado mediante à divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas do C6 Consignado, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante cada período.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	157	223
Aplicações no mercado aberto (*)	380.578	90.212
Depósitos em conta-corrente - Interfinanceiro	1.900	1.151
Total	**382.635**	**91.586**

(*) As aplicações no mercado aberto são representadas por aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

5. Instrumentos financeiros mantidos para negociação:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Mercado	31/12/2023 de 1 a 3 anos	31/12/2022 Mercado
Carteira Própria	**137.995**	**137.995**	**137.995**	**–**
Títulos públicos federais	137.995	137.995	137.995	–
Total	**137.995**	**137.995**	**137.995**	**–**
Circulante		**137.995**		**–**
Não circulante		**–**		**–**

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento, de acordo com os requisitos da Circular BCB n° 3.068.

6. Instrumentos financeiros disponíveis para venda:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Mercado	31/12/2023 de 1 a 3 anos	31/12/2023 Acima de 5 anos	31/12/2022 Mercado
Carteira Própria	**3.505.111**	**3.504.950**	**–**	**3.504.950**	**323.097**
Títulos públicos federais	–	–	–	–	323.097
Títulos privados	3.505.111	3.504.950	–	3.504.950	–
Total	**3.505.111**	**3.504.950**	**–**	**3.504.950**	**323.097**
Circulante		**–**			**–**
Não circulante		**3.504.950**			**323.097**

Em 31 de dezembro de 2023, Títulos privados referem-se a Debêntures sênior, não conversíveis em ações, emitidas por companhia securitizadora, que foram adquiridas pelo C6 Consignado no contexto da cessão de créditos consignados (Nota 13). **7. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:**

	31/12/2023 Mercado	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Acima de 5 anos	31/12/2022 Custo
Carteira Própria	**1.502.420**	**1.502.279**	**1.502.279**	**–**
Títulos privados	1.502.420	1.502.279	1.502.279	–
Total	**1.502.420**	**1.502.279**	**1.502.279**	**–**
Circulante		**–**		**–**
Não circulante		**1.502.279**		**–**

Em 31 de dezembro de 2023, Títulos privados referem-se a Debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, emitidas por companhia securitizadora, que foram adquiridas pelo C6 Consignado no contexto da cessão de créditos consignados (Nota 13).

8. Instrumentos financeiros derivativos: Por valor de mercado e custo:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Mercado	31/12/2022 Mercado
Operações de swap	**7.573**	**7.573**	**–**
Posição passiva	7.573	7.573	–
Total	**7.573**	**7.573**	**–**
Circulante		**7.573**	**–**
Não circulante		**–**	**–**

Por indexador e prazo de vencimento (notional):

	31/12/2023 Total	31/12/2023 de 90 a 365 dias	31/12/2022 Mercado
Operações de swap	**296.733**	**296.733**	**–**
Posição passiva	296.733	296.733	–
Total	**296.733**	**296.733**	**–**

9. Operações de crédito: Composição:

Empréstimos	31/12/2023 Saldo	31/12/2023 Provisão	31/12/2022 Saldo	31/12/2022 Provisão
Consignado (i)	12.068.926	(254.089)	10.545.218	(226.547)
Créditos cedidos (ii)	5.057.716	(19.155)	–	–
Antecipação de FGTS	5.338.206	(122)	3.679.601	(46)
Outros	1.909	(8)	105.370	1
Total	**22.466.757**	**(273.374)**	**14.330.189**	**(226.592)**

(i) Operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal. (ii) Operações de crédito consignado cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios. As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios totalizam R$ 5.007.230 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos (Nota 13). **Por faixa de vencimentos e níveis de risco:**

Nível de risco	Vencidas	A vencer até 6 meses	A vencer em 6 a 12 meses	Vencimento após 12 meses	31/12/2023 Total	31/12/2023 Provisão	31/12/2022 Total	31/12/2022 Provisão
AA	–	1.157.992	950.574	3.229.641	5.338.207	–	3.783.443	–
A	–	2.463.724	2.215.056	12.017.841	16.696.621	(83.484)	10.301.741	(51.509)
B	4.533	28.053	25.180	140.260	198.026	(1.980)	30.227	(302)
C	1.086	3.165	2.835	15.190	22.276	(668)	13.496	(405)
D	1.018	1.979	1.764	9.463	14.224	(1.422)	12.789	(1.279)
E	1.132	1.606	1.433	7.508	11.679	(3.504)	9.074	(2.722)
F	1.217	1.339	1.190	6.336	10.082	(5.041)	12.704	(6.352)
G	1.475	1.333	1.189	6.102	10.099	(7.069)	8.973	(6.282)
H	21.720	22.227	19.764	101.832	165.543	(165.543)	157.742	(157.741)
Subtotal - Provisão mínima	**32.181**	**3.681.418**	**3.218.985**	**15.534.173**	**22.466.757**	**(268.711)**	**14.330.189**	**(226.592)**
Provisão complementar ao mínimo requerido (i)						(4.663)		
Total	**32.181**	**3.681.418**	**3.218.985**	**15.534.173**	**22.466.757**	**(273.374)**	**14.330.189**	**(226.592)**
Circulante					**6.932.584**	**(160.449)**	**4.406.207**	**(88.734)**
Não circulante					**15.534.173**	**(112.925)**	**9.923.982**	**(137.858)**

(i) Relacionada a perdas esperadas e potenciais na carteira de Crédito Consignado, levando em consideração a curva histórica observada de óbitos nessa carteira.

Por setor e atividades econômicas:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoa física	**22.466.757**	**14.224.819**
Pessoa jurídica	**–**	**105.370**
Serviços	–	105.370
Total	**22.466.757**	**14.330.189**

Concentração das operações de crédito:

Devedores	31/12/2023	% da carteira	31/12/2022	% da carteira
10 maiores	3.562	0,02%	108.262	0,76%
20 maiores	5.467	0,02%	110.239	0,77%
50 maiores	10.244	0,05%	114.991	0,80%
100 maiores	16.838	0,07%	121.655	0,85%

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	(226.592)	(134.597)
(Constituição)/Reversão de provisão	(353.386)	(235.174)
Baixas a prejuízo	306.604	143.179
Total	**(273.374)**	**(226.592)**

Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo: Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de crédito inclui R$ 4.280.935 (PDD - R$ 53.530) de operações renegociadas (31 de dezembro de 2022 - R$ 1.715.703 com PDD de R$ 27.070). Operações renegociadas nas carteiras do C6 Consignado são compostas substancialmente por repactuações e refinanciamentos de contratos adimplentes, com liberação adicional de recurso ao tomador, as quais são classificadas como renegociação de acordo com critérios da Res. CMN 2.682/99. Não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R$ 148).

10. Outros ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - diversos (nota 10.1)	558.181	418.266
Despesas antecipadas (i)	142.690	19.016
Outros valores e bens	8.890	150
Total	**709.761**	**437.432**
Circulante	**539.482**	**415.590**
Não circulante	**170.279**	**21.842**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado, a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos.

10.1 Outros créditos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber de correspondentes bancários	296.194	304.777
Adiantamentos para fornecedores	157.371	92.810
Devedores diversos	80.520	10.736
Devedores por depósito em garantia	18.023	2.000
Impostos e contribuições a compensar	6.073	7.943
Total	**558.181**	**418.266**
Circulante	**438.539**	**396.422**
Não circulante	**119.642**	**21.844**

11. Outros ativos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	62.220	27.617
Aplicações no mercado aberto	380.578	90.212
Depósitos em conta-corrente - Interfinanceiro	1.900	1.151
Total	**444.698**	**118.980**
Circulante	**444.698**	**118.980**
Não circulante	**–**	**–**

O saldo de captações no mercado aberto em 31 de dezembro de 2023 é composto por operações compromissadas com o C6 Bank.

12. Depósitos:

	31/12/2023 Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	31/12/2022 Total
Depósitos interfinanceiros	7.438.052	–	5.947.836	1.490.216	–	10.349.619
Depósitos a prazo	12.507.097	818.567	3.157.811	7.025.418	1.505.301	3.414.535
Total	**19.945.149**	**818.567**	**9.105.647**	**8.515.634**	**1.505.301**	**13.764.154**
Circulante	**9.924.214**					**2.006.710**
Não circulante	**10.020.935**					**11.757.444**

13. Outros passivos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas	89.823	–
Empréstimos e repasses (i)	271.669	–
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (ii)	5.007.230	–
Outros passivos financeiros	**5.368.722**	**–**
Circulante	**2.690.330**	**–**
Não circulante	**2.678.392**	**–**

(i) Captação de recursos com o Banco C6 S.A. (Cayman Branch). (ii) O C6 Consignado realizou, em dezembro de 2023, a cessão de uma carteira de operações de crédito consignado, com retenção substancial de riscos e benefícios, tendo em vista a que o C6 Consignado adquiriu a série subordinada das debêntures relacionadas a essa operação.

14. Passivo contingente: Provisões: As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

	31/12/2022	Adições/ Atualizações	Pagamentos/ Reversões	31/12/2023
Ações trabalhistas	13.136	1.090	(8.964)	5.262
Ações cíveis (*)	115.547	10.239	(19.224)	106.562
Total	**128.683**	**11.329**	**(28.188)**	**111.824**
Circulante	**128.683**			**111.824**

	31/12/2021	Adições/ Atualizações	Pagamentos/ Reversões	31/12/2022
Ações trabalhistas	5.812	7.875	(551)	13.136
Ações cíveis (*)	2.738	113.489	(680)	115.547
Ações tributárias	67	–	(67)	–
Total	**8.617**	**121.364**	**(1.298)**	**128.683**
Circulante	**8.617**			**128.683**

(*) Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros. As provisões para ações cíveis são calculadas mensalmente e a perda esperada é provisionada de acordo com referências estatísticas que levam em consideração a natureza do processo e as características do tribunal (Juizado de Pequenas Causas ou Vara Comum). As ações cíveis relacionadas a ações com características atípicas ou de valores relevantes são consideradas ações especiais, cuja probabilidade de perda é apurada periodicamente, de acordo com o valor reclamado e as especificidades de cada ação. Para os casos de ações cíveis em que o C6 Consignado possui acordos contratuais de reembolso, se reconhece um ativo no mesmo valor da provisão para contingência. Os depósitos judiciais realizados pelo C6 Consignado em face dos processos em que é parte montam R$ 18.023 em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 - R$ 2.000), apresentados em "Outros ativos". **Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2023, o C6 Consignado possui o montante de R$ 435 (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.399) de processos trabalhistas, com probabilidade de perda classificada como possível, os quais não são provisionados. O C6 Consignado não possui processos cíveis com probabilidade de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. **15. Dívidas subordinadas:** Abaixo, estão apresentadas as Letras Financeiras Subordinadas vigentes no período:

Ano de emissão	Ano de vencimento	Valor principal	Indexador (a.a.)	Saldo contábil (31/12/2023)	31/12/2022 Total
2023	2033	1.700	14,5%	1.719	–
2023	2036	300.000	14,75%	300.338	–
2023	2038	200.350	15,05%	208.483	–
2023	2036	600	3,7% + CDI	607	–
2023	2033	390.250	de 8,8% a 10% + IPCA	403.591	–
2023	2050	60.000	10,5% + IPCA	60.885	–
Total				**975.623**	**–**

16. Outros passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para pagamentos a efetuar relativos a despesas com comissão	63.520	124.082
Provisão para participação nos resultados	20.500	44.000
Valores a pagar a sociedades ligadas	25.550	39.423
Impostos a recolher	4.621	11.192
Contas a pagar de despesas administrativas	14.661	41.050
Contas a pagar de despesas com pessoal	79	86
Credores diversos	26.262	16.877
Total	**155.193**	**276.710**
Circulante	**90.688**	**258.193**
Não circulante	**64.505**	**18.517**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO BANCO C6 CONSIGNADO S.A.

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social é de R$ 2.764.877 (R$ 1.764.877 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 581.679.189 ações ordinárias (31 de dezembro de 2022 dividido em 295.511.267 ações ordinárias). Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital do C6 Consignado, de R$ 1.764.877 para R$ 2.764.877, mediante a emissão de 286.167.922 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$ 1.000. As novas ações foram totalmente subscritas pelo acionista Banco C6 S.A., sendo 50% do capital subscrito, isto é, o valor de R$500.000, integralizado à vista, em moeda corrente nacional. O remanescente do capital subscrito, correspondente a R$500.000 foi integralizado em 6 de outubro de 2023, em moeda corrente nacional, após aprovação BACEN. **Reservas de capital:** Constituída por valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com entrega de instrumentos patrimoniais, vide nota 17. **18. Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais:** O C6 Consignado possui planos de pagamento baseado em ações para parceiros comerciais com o objetivo de potencializar a venda de crédito consignado. As despesas com planos são apresentadas na tabela abaixo:

	31/12/2022	Adições	Resgates	31/12/2023
Correspondentes bancários	24.584	10.881	–	35.465
Total	**24.584**	**10.881**	**–**	**35.465**

Pagamentos baseados em ações no C6 Consignado referem-se a pagamento baseado em ações concedidas a fornecedores por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Consignado, que é a entidade que recebe o serviço.

19. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	93.012	(320.292)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	**(41.855)**	**144.131**
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Despesas Indedutíveis	(59)	(121)
Exclusão Permanente	132	7
Reativação Crédito Tributário	33.000	–
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	**33.073**	**(114)**
Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	**(8.782)**	**144.017**
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:		
Provisão para participação nos lucros	(10.575)	13.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.320)	84.615
Provisão para contingências cíveis	(933)	13.171
Provisão para pagamentos	40.575	23.059
Constituição dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	**(38.253)**	**134.345**
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	**29.471**	**9.672**

Movimentação dos ativos fiscais diferidos:

		Movimentação do exercício		
	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Provisão para participação nos lucros	19.960	1.243	(11.818)	9.385
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	145.192	175.016	(242.336)	77.872
Provisão para contingências cíveis	13.171	3.101	(4.034)	12.238
Provisão para pagamentos	37.628	55.177	(14.602)	78.203
Marcação a mercado (i)	3.823	–	(3.823)	–
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	68.598	29.471	–	98.069
Total dos créditos tributários ativados	**288.372**	**264.008**	**(276.613)**	**275.767**
Impostos de renda	**160.207**			**153.204**
Contribuição social	**128.165**			**122.563**

Em 31 de dezembro de 2023, existe saldo zero (31 de dezembro de 2022 - R$ 3.823) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido.

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2023
Em 2024	132.740
Em 2025	27.000
Em 2026	10.800
Em 2027	6.750
Em 2028	24.570
A partir de 2029	73.907
Total de créditos tributários	**275.767**
Valor presente	**230.024**

Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS, COFINS e ISS correntes	(8.103)	(4.682)
Impostos de terceiros	(1.327)	(12.971)
Total	**(9.430)**	**(17.653)**
Circulante	**(9.430)**	**(17.653)**
Não circulante	**–**	**–**

20. Receitas de prestação de serviços:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas com tarifas bancárias e serviços bancários	12.861	32.894	12.170
Serviços de seguros e resseguros	418	538	4
Outros serviços	185	198	26
Total	**13.464**	**33.630**	**12.200**

21. Despesas com pessoal:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(14.435)	(24.875)	(26.734)
Encargos sociais	(6.095)	(11.848)	(15.538)
Benefícios	(391)	(749)	(852)
Gratificação	(134)	(4.577)	(13.844)
Férias e 13º	(941)	(4.445)	(8.275)
Honorários	(1.065)	(2.090)	(3.307)
Outros	(1.950)	(2.781)	(407)
Total	**(25.011)**	**(51.365)**	**(68.957)**

22. Outras despesas administrativas:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	(34.447)	(84.755)	(109.227)
Serviços técnicos especializados	(11.959)	(26.092)	(33.435)
Serviços de terceiros e consultorias	(21.586)	(58.472)	(60.963)
Propaganda e publicidade	(3.529)	(8.089)	(11.778)
Outras despesas administrativas	(2.643)	(8.236)	(7.160)
Total	**(74.164)**	**(185.644)**	**(222.563)**

23. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2023		31/12/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesa de comissão	(505.665)	(1.033.731)	(777.649)
Variação cambial	7.495	7.495	–
Gastos relacionados a processos judiciais	(2.257)	(6.891)	(24.589)
Serviços do sistema financeiro	(47.902)	(86.900)	(45.375)
Receitas de portabilidade	38.166	60.273	13.808
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais (nota 18)	(5.441)	(10.881)	(11.400)
Provisões	(17.861)	(39.477)	(44.200)
Outras receitas e despesas operacionais	2.551	(20.626)	(19.420)
Total	**(530.914)**	**(1.130.738)**	**(908.825)**

24. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Operações pactuadas com empresas do Grupo C6 e pessoal-chave da Administração:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas - Banco C6 S.A.	380.578	90.211
Contas a receber - C6 Corretora de Seguros Ltda.	2.116	–
Outros ativos - Banco C6 S.A.	357	135
Passivo		
Depósitos interfinanceiros - Banco C6 S.A.	(7.438.052)	(10.349.618)
Empréstimos e repasses - Banco C6 S.A. (Cayman Branch)	(271.669)	–
Derivativos - Banco C6 S.A.	(7.573)	–
Outros passivos - Banco C6 S.A.	(25.554)	(39.243)
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado		
Resultado de operações com instrumentos financeiros - Banco C6 S.A.	37.327	179.318
Despesa de depósitos interfinanceiros - Banco C6 S.A.	(1.478.957)	(799.085)
Empréstimos e repasses - Banco C6 S.A. (Cayman Branch)	(5.507)	–
Derivativos - Banco C6 S.A.	(7.573)	–
Outras despesas administrativas - Banco C6 S.A.	(93)	(111)

Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal chave da administração refere-se a diretores e membros do conselho administrativo. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o período foi de R$ 1.081 (31 de dezembro de 2022 - R$ 2.031) a qual é considerada benefício de curto prazo. **25. Gerenciamento de riscos e de capital:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições. A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação. A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. O C6 Consignado calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro que tem como instituição líder o Banco C6 S.A. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos. Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 5 e 6) são substancialmente representados por investimentos em títulos públicos brasileiros, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado e debêntures classificadas no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá por técnica de avaliação que utiliza somente dados de mercado observáveis. O Relatório de Pilar 3 do Grupo C6 está disponível no site: **www.c6Bank.com.br/documentos/**.

Diretor: Renê Marcelo Gonçalves | **Diretor: Adriano Genis Ghelman** | **Contadora: Solange Pereira Andrade - CRC 1SP-261621/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco C6 Consignado S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 Consignado S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A.

Avenida das Comunicações, 1147 - Industrial Anhanguera - Osasco-SP
CNPJ 45.039.237/0001-14

GRUPO SILVIO SANTOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	129.504	164.164	130.578	165.140
Títulos e valores mobiliários	15.370	15.779	15.370	15.779
Contas a receber de clientes	199.612	220.975	199.612	220.975
Direitos de exibição	50.347	39.989	50.347	39.989
Programas próprios a veicular	53.201	41.212	53.201	41.212
Estoques	3.307	3.448	3.307	3.448
Adiantamento a terceiros	24.560	25.901	24.560	25.901
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	802	672	802	672
Outras contas a receber	10.821	10.865	10.819	10.864
Impostos correntes	14.852	17.248	14.902	17.287
Impostos diferidos	12.038	11.228	12.038	11.228
Pagamentos antecipados	7.814	8.483	7.814	8.483
Total circulante	**522.228**	**559.964**	**523.350**	**560.978**
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	12.777	11.947	12.777	11.947
Direitos de exibição	47.825	42.925	47.825	42.925
Programas próprios a veicular	100.826	85.630	100.826	85.630
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	260.274	255.057	259.780	254.664
Adiantamento a terceiros	13.695	18.148	13.695	18.148
Outras contas a receber	42.959	39.763	42.959	39.763
Depósitos judiciais	19.169	21.991	19.169	21.991
Pagamentos antecipados	5.452	2.132	5.452	2.132
Impostos diferidos	68.216	64.438	68.216	64.438
Propriedades para investimentos	1.543	1.545	1.543	1.545
Investimentos	10.225	9.216	9.590	8.593
Imobilizado	116.312	106.283	116.312	106.283
Ativo de direito de uso	3.789	3.658	3.789	3.658
Intangível	12.583	14.677	12.583	14.677
Total não circulante	**715.645**	**677.410**	**714.516**	**676.394**
Total do ativo	**1.237.873**	**1.237.374**	**1.237.866**	**1.237.372**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	70.061	64.283	70.061	64.283
Passivo de arrendamento	1.799	1.764	1.799	1.764
Fornecedores	136.265	124.169	136.265	124.169
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	67.557	94.024	67.550	94.017
Passivo fiscal corrente	14.957	17.775	14.957	17.780
Salários e férias a pagar	32.380	37.050	32.380	37.050
Outras contas a pagar e intermediações	44.088	52.487	44.088	52.487
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	7.209	34.702	7.209	34.702
Faturamento antecipado	88.442	83.108	88.442	83.108
Total circulante	**462.758**	**509.362**	**462.751**	**509.360**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	78.983	87.901	78.983	87.901
Passivo de arrendamento	3.094	2.816	3.094	2.816
Fornecedores	326	326	326	326
Outras contas a pagar e intermediações	3.442	151	3.442	151
Provisão para contingências	181.337	156.293	181.337	156.293
Benefícios a empregados	573	764	573	764
Impostos parcelados	1.397	3.018	1.397	3.018
Faturamento antecipado	–	521	–	521
Total não circulante	**269.152**	**251.790**	**269.152**	**251.790**
Patrimônio líquido				
Capital social	167.436	167.436	167.436	167.436
Reservas de lucros	338.606	309.056	338.606	309.056
Outros resultados abrangentes	(79)	(270)	(79)	(270)
Total patrimônio líquido	**505.963**	**476.222**	**505.963**	**476.222**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.237.873**	**1.237.374**	**1.237.866**	**1.237.372**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	**1.149.073**	**1.209.127**	**1.149.073**	**1.209.127**
(–) Custo das operações e produções	(832.461)	(882.017)	(832.461)	(882.017)
(=) Lucro bruto	**316.612**	**327.110**	**316.612**	**327.110**
(+/–) Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(213.027)	(218.236)	(213.027)	(218.236)
Ganho/(perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	17.739	(1.656)	17.739	(1.656)
Despesas administrativas e gerais	(88.403)	(87.861)	(88.415)	(87.871)
Resultado da equivalência patrimonial	1.071	1.542	1.058	1.524
Outras receitas	25.720	14.670	25.720	14.670
Outras despesas	(55.384)	(64.624)	(55.384)	(64.624)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**4.328**	**(29.055)**	**4.303**	**(29.083)**
Receitas financeiras	91.786	77.693	91.827	77.736
Despesas financeiras	(58.662)	(50.092)	(58.675)	(50.102)
(=) Resultado financeiro líquido	**33.124**	**27.601**	**33.152**	**27.634**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**37.452**	**(1.454)**	**37.455**	**(1.449)**
(–) Imposto de renda - corrente	(5.028)	1.191	(5.030)	1.187
(–) Contribuição social - corrente	(5.907)	(3.276)	(5.908)	(3.277)
(–) Imposto de renda e contribuição social - diferido	4.588	22.416	4.588	22.416
(=) Lucro líquido do exercício	**31.105**	**18.877**	**31.105**	**18.877**
Lucro líquido por ação (%)	**0,2081**	**0,1263**	**0,2081**	**0,1263**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	**31.105**	**18.877**	**31.105**	**18.877**
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação de imobilizado	14.494	12.150	14.494	12.150
Depreciação de direito de uso de ativos arrendados	1.974	1.827	1.974	1.827
Depreciação de propriedades para investimentos	2	2	2	2
Amortização de intangível	3.865	2.532	3.865	2.532
(Reversão)/perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(17.739)	1.656	(17.739)	1.656
Resultado de equivalência patrimonial	(1.009)	(1.541)	(997)	(1.524)
Perdas com investimentos	1	5	1	5
Baixa de imobilizado	91	475	91	475
Baixa de programas próprios a veicular	21.391	11.476	21.391	11.476
Provisão para contingências	48.674	46.243	48.674	46.243
Variação monetária e cambial e juros sobre empréstimos	25.353	24.614	25.353	24.614
Apropriação dos encargos financeiros sobre arrendamentos	509	635	509	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.588)	(22.416)	(4.588)	(22.416)
Resultado com operações de permuta	(670)	1.020	(670)	1.020
Ajuste a valor presente do contas a receber não circulante	–	(72)	–	(72)
	123.453	**97.483**	**123.465**	**97.500**
Redução/(aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	39.772	(26.815)	39.772	(26.815)
Direitos de exibição	(15.258)	(24.693)	(15.258)	(24.693)
Programas próprios a veicular	(48.576)	(45.227)	(48.576)	(45.227)
Estoques	141	(737)	141	(737)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(5.348)	(43.246)	(5.247)	(43.166)
Adiantamento a terceiros	5.794	(10.672)	5.794	(10.672)
Outras contas a receber	(3.150)	(10.201)	(3.150)	(10.201)
Ativo fiscal corrente	2.396	(14.155)	2.385	(14.172)
Pagamentos antecipados	(2.651)	3.385	(2.651)	3.385
Depósitos judiciais	(855)	500	(855)	500
Aumento/(redução) nos passivos				
Fornecedores	12.096	30.951	12.096	30.951
Passivo fiscal corrente	(11.415)	920	(11.421)	923
Impostos parcelados	(1.621)	1.142	(1.621)	1.142
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	(26.467)	25.668	(26.466)	25.668
Salários e férias a pagar	(4.670)	5.127	(4.670)	5.127
Contingências (liquidação)	(17.708)	(13.575)	(17.708)	(13.575)
Outras contas a pagar e intermediações	(7.355)	(48.969)	(7.355)	(48.969)
Faturamento antecipado	4.813	(13.190)	4.813	(13.190)
Caixa líquido aplicado/(consumido) proveniente das atividades operacionais	**43.391**	**(86.304)**	**43.488**	**(86.221)**
Impostos e contribuições pagos no exercício	8.597	2.489	8.598	2.491
Juros pagos por empréstimos	(23.551)	(23.003)	(23.551)	(23.003)
Juros pagos por arrendamentos	(509)	(635)	(509)	(635)
Fluxo de caixa aplicado/(consumido) provenientes das atividades operacionais	**27.928**	**(107.453)**	**28.026**	**(107.368)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(26.328)	(36.801)	(26.328)	(36.801)
Aquisição de intangível	(57)	(221)	(57)	(221)
Títulos e valores mobiliários	(421)	9.874	(421)	9.874
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(26.806)**	**(27.148)**	**(26.806)**	**(27.148)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	39.978	18.589	39.978	18.589
Pagamentos de empréstimos	(44.920)	(24.941)	(44.920)	(24.941)
Pagamentos de principal arrendamentos	(1.792)	(1.573)	(1.792)	(1.573)
Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio	(29.048)	(16.500)	(29.048)	(16.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(35.782)**	**(24.425)**	**(35.782)**	**(24.425)**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(34.660)**	**(159.026)**	**(34.562)**	**(158.941)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	164.164	323.190	165.140	324.081
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	129.504	164.164	130.578	165.140
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(34.660)**	**(159.026)**	**(34.562)**	**(158.941)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**31.105**	**18.877**	**31.105**	**18.877**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Plano de benefício assistência médica - CPC 33	191	156	191	156
Total do resultado abrangente do exercício	**31.296**	**19.033**	**31.296**	**19.033**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes			
	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Plano de benefícios a empregados	Participação relativa em investimentos	Lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**167.436**	**33.486**	**257.637**	**(920)**	**494**	**–**	**458.133**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	18.877	**18.877**
Benefícios a empregados - CPC 33 (Ajuste atuarial)	–	–	–	156	–	–	**156**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(944)	**(944)**
Constituição da reserva de lucros	–	–	17.933	–	–	(17.933)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**167.436**	**33.486**	**275.570**	**(764)**	**494**	**–**	**476.222**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	31.105	**31.105**
Benefícios a empregados - CPC 33 (Ajuste atuarial)	–	–	–	191	–	–	**191**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(1.555)	**(1.555)**
Constituição da reserva de lucros	–	–	29.550	–	–	(29.550)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**167.436**	**33.486**	**305.120**	**(573)**	**494**	**–**	**505.963**

A DIRETORIA | **CONTADORA: Carla Lucio Bernardes da Costa -** CRC 1SP 203397/O-8

As Demonstrações Contábeis completas, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, estão disponíveis na sede da Companhia

---

Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ 17.079.937/0001-05 - NIRE 35.300.499.263

Cancelamento de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia") informa aos acionistas o cancelamento, para todos os fins, de toda e qualquer convocação de assembleia geral ordinária da Companhia para o dia 03 de maio de 2024, às 10:30, por meio de editais publicados no Diário Comercial em edições de 24, 25 e 26 de abril e quaisquer outros que venham a ser publicados, tendo em vista que a convocação não observou os requisitos legais e estatutários de convocação, nos termos dos arts. 9º, parágrafo primeiro, e 28, alínea "a", item "iii", do estatuto social da Companhia, e dos arts. 123, caput, e 143, caput, inciso IV, da Lei nº 6.404/1976, e não foram observados os procedimentos de divulgação de informações previamente à assembleia geral, na medida em que as demonstrações financeiras da companhia não foram publicadas, em especial o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976. O Diretor Presidente, no exercício de suas atribuições, convocará, oportunamente, a assembleia geral ordinária da Companhia, observadas todas as formalidades legais e estatutárias aplicáveis.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Felipe Domenico Negri -** Diretor Presidente

Pinbank Holding S.A.

CNPJ 25.260.321/0001-56 - NIRE 35.300.504.453

Cancelamento de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Pinbank Holding S.A.** ("Companhia") informa aos acionistas o cancelamento, para todos os fins, de toda e qualquer convocação de assembleia geral ordinária da Companhia para o dia 03 de maio de 2024, às 10:00, por meio de editais publicados no Diário Comercial em edições de 24, 25, 26 e 27-28-29 de abril e quaisquer outros que venham a ser publicados com convocação para realização de AGO naquela data, tendo em vista que a convocação não observou os requisitos legais e estatutários de convocação, nos termos dos arts. 9º, parágrafo primeiro, e 26, alínea "a", item "iii", do estatuto social da Companhia, e dos arts. 123, caput, e 143, caput, inciso IV, da Lei nº 6.404/1976, e não foram observados os procedimentos de divulgação de informações previamente à assembleia geral, na medida em que as demonstrações financeiras da companhia não foram publicadas, em especial o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976. O Diretor Presidente, no exercício de suas atribuições, convocará, oportunamente, a assembleia geral ordinária da Companhia, observadas todas as formalidades legais e estatutárias aplicáveis.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Felipe Domenico Negri -** Diretor Presidente.

Pinbank Holding S.A.

CNPJ 25.260.321/0001-56 - NIRE 35.300.504.453

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Pinbank Holding S.A.** ("Companhia") a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, no dia 09 de maio de 2024, às 10:00 horas, **de forma exclusivamente digital** por meio da plataforma Zoom (Link de acesso: https://bmalaw-br.zoom.us/j/88053303133?pwd=uUxeGiizn2wyHkZZE8he9YYeAxwgip.1), nos termos do § 2º-A, do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para discutirem e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia abaixo. **Ordem do Dia:** serão discutidas e deliberadas pelos acionistas: (i) a destituição de atuais diretores da Companhia; e (ii) a eleição de novos diretores da Companhia, para mandato até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **Considerações e Instruções Gerais:** 1. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão manifestar seu interesse, preferencialmente, até as 20:00 horas do dia 08 de maio de 2024, ou, obrigatoriamente, até 30 minutos antes do horário designado para o início da Assembleia, por meio de protocolo digital, com encaminhamento de correio eletrônico dos documentos indicados abaixo para o seguinte endereço: assembleiapinbank@gmail.com. 2. Para pessoas físicas: Documento de identificação com foto; e, caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identidade do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A.. 3. Para pessoas jurídicas: Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista; documento de identificação com foto do representante legal; e, caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identidade do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A.. 4. O acesso ao *Link* indicado neste edital somente será concedido aos acionistas que seguirem esse procedimento e seus respectivos representantes e procuradores. 5. Para participarem da Assembleia, os senhores acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das S.A., no Estatuto Social e Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Felipe Domenico Negri - Diretor Presidente**

Blum Companhia de Securitização de Créditos

CNPJ nº 20.451.953/0001-83 - NIRE 35.300.481.631

Edital de Convocação da Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em segunda convocação, para a Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a ser realizada, **no dia 23 de maio de 2024, às 14:00h,** de forma **exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto** ("Assembleia"), por meio da plataforma *Microsoft Teams* (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos adiante mencionados e com base nas instruções abaixo, sendo vedada a manifestação através da Instrução de Voto a distância. Serão deliberados os itens a seguir: (i) Aprovar as demonstrações financeiras do patrimônio separado referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada ("Demonstrações Financeiras de 2023"); (ii) Aprovar as demonstrações financeiras do patrimônio separado referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada ("Demonstrações Financeiras de 2022" e, quando em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 2023, "Demonstrações Financeiras"); e (iii) Autorização à Securitizadora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta Ordem do Dia. Caso não seja possível obter o quórum necessário para instalação da Assembleia, a aprovação das Demonstrações Financeiras, cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, se dará de forma automática, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CVM 60. As Demonstrações Financeiras estão disponíveis no site da Securitizadora, no site https://blum-sec.com/arquivo/6a/, na aba "demonstrações financeiras". Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blum-sec.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física -** cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica; e (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e b) **demais participantes -** cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica; e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração.

São Paulo - SP, 30 de abril de 2024. **Blum Companhia de Securitização de Créditos**

MEGA GELÓTIMO MINAS LTDA.

CNPJ/MF: 14.286.194/0001-48 - NIRE: 31.2.0929841-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados, nos termos do art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002, os sócios da **MEGA GELOTIMO MINAS LTDA.** ("Sociedade") a participar da Reunião de Sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15.05.2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Av. Beira Rio, nº 5.500, KM 4,8, Distrito Industria Simão Cunha, CEP 33.040-260, Santa Luzia/MG, CEP 33.040-260, com possibilidade de participação remota por meio de plataforma digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** discutir a situação financeira da Sociedade e as alternativas disponíveis para sua necessária e imediata capitalização; **(ii)** alterar a composição da administração da Sociedade, para destituir os atuais administradores de seus respectivos cargos e eleger um novo administrador; e **(iii)** alterar a Cláusula Oitava e consolidar o Contrato Social para refletir as alterações que vierem a ser aprovadas na administração da Sociedade. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1.** O sócio pode ser representado na reunião por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser entregue à mesa da Reunião para que seja levado a registro, juntamente com a ata. Para participar da reunião é necessário apresentar documento de identidade, com foto. **2.** O sócio que desejar participar da reunião remotamente, por meio da plataforma digital, deverá encaminhar e-mail à Sociedade (e-mail: marcia@gelotimominas.com.br) com pelo menos 24h de antecedência à reunião para que lhe seja encaminhado o respectivo link de acesso. **3.** A proposta da administração com esclarecimento sobre as matérias a serem apreciadas na Reunião de Sócios se encontra disponível aos senhores sócios, para consulta, na sede social da Sociedade. Cópia de referido documento poderá ser solicitada pelos sócios mediante e-mail à Sociedade (e-mail: marcia@gelotimominas.com.br). Santa Luzia/MG, 30 de abril de 2024. **MEGA GELOTIMO MINAS LTDA. -** Paulo Cesar Rodrigues Caminha.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

C6 BANK

C6 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 32.345.784/0001-86

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM"), situada em São Paulo, é uma controlada direta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**, que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne, além da C6 CTVM, o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das demonstrações financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações financeiras individuais da C6 CTVM, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. **Desempenho financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a C6 CTVM possuía R$ 86,6 milhões de patrimônio líquido (R$ 46,4 milhões em 31 de dezembro de 2022) e R$ 6 bilhões de total de ativos (R$ 3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022). O Lucro Líquido foi de R$ 54,1 milhões (prejuízo de R$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2022). **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	3.528	4.425
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.838.453	3.786.681
Mantidos para negociação		–	12.706
Disponíveis para venda	5	24.938	9.338
Outros ativos financeiros	6	151.044	59.965
Outros ativos	7	15.620	3.016
Ativos fiscais correntes e diferidos	13	6.283	15.722
Imobilizado de uso	8	528	528
(–) Depreciação	8	(455)	(349)
Intangível	9	1.201	1.201
(–) Amortização	9	(484)	(364)
Total do ativo		**6.040.656**	**3.892.869**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos	10	5.440.099	3.626.818
Outros passivos financeiros	6	35.756	13.924
Obrigações fiscais		28.929	2.464
Outros passivos	11	435.391	203.297
Total do passivo		**5.940.175**	**3.846.503**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		70.000	70.000
Reservas de lucros		30.448	–
Lucro/(Prejuízo) acumulado		–	(23.674)
Outros resultados abrangentes		33	40
Total do patrimônio líquido		**100.481**	**46.366**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.040.656**	**3.892.869**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	**70.000**	**27**	**–**	**(21.138)**	**48.889**
Variação de outros resultados abrangentes		–	13	–	–	13
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.536)	(2.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	**70.000**	**40**	**–**	**(23.674)**	**46.366**
Variação de outros resultados abrangentes		–	(7)	–	–	(7)
Lucro líquido		–	–	–	54.122	54.122
Constituição de reserva de lucros		–	–	30.448	(30.448)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	**70.000**	**33**	**30.448**	**–**	**100.481**
Saldo em 30 de junho de 2023		**70.000**	**40**	**–**	**(18.341)**	**51.699**
Variação de outros resultados abrangentes		–	(7)	–	–	(7)
Lucro líquido		–	–	–	48.789	48.789
Constituição de reserva de lucros		–	–	30.448	(30.448)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	**70.000**	**33**	**30.448**	**–**	**100.481**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**280.695**	**519.513**	**247.820**
Resultado de operações com instrumentos financeiros		280.695	519.513	247.820
Resultado da intermediação financeira		**280.695**	**519.513**	**247.820**
Receita de prestação de serviço	14	13.596	29.406	35.478
Despesas de pessoal	15	(7.846)	(16.045)	(128.395)
Despesas de depreciação e amortização	8 e 9	(281)	(567)	(5.871)
Outras despesas administrativas	16	(188.400)	(409.672)	(132.754)
Despesas tributárias		(14.339)	(26.943)	(14.909)
Outras receitas e despesas operacionais		98	(228)	755
Resultado operacional		**83.523**	**95.464**	**2.124**
Resultado antes da tributação e da participação no resultado		**83.523**	**95.464**	**2.124**
Imposto de renda e contribuição social	13	(32.115)	(35.681)	1.635
Participação estatutária nos resultados		(2.619)	(5.661)	(6.295)
Lucro/(Prejuízo) do semestre e exercício		**48.789**	**54.122**	**(2.536)**
Quantidade de quotas		70.000.000	70.000.000	70.000.000
Lucro/(Prejuízo) por quota		0,70	0,77	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	31/12/2023 2º Semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Lucro/(Prejuízo) do semestre e exercício	**48.789**	**54.122**	**(2.536)**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda	(12)	(12)	21
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado	5	5	(8)
(=) Resultado abrangente total	**48.782**	**54.115**	**(2.523)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023 2º Semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do semestre e exercício		**48.789**	**54.122**	**(2.536)**
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações	8 e 9	113	226	226
Ativo fiscal diferido	13	32.115	35.681	(1.635)
Participação estatutária no resultado		2.619	5.661	6.295
Resultado ajustado		**83.636**	**95.690**	**2.351**
(Aumento)/Redução de títulos mantidos para negociação		13.536	12.706	3.217
(Aumento)/Redução de títulos disponíveis para venda		(14.888)	(15.607)	(1.056)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		20.987	(26.249)	(2.892)
(Aumento)/Redução de ativos fiscais correntes		(24.823)	(26.242)	(13)
(Aumento)/Redução de outros ativos		(12.559)	(12.604)	(1.039)
Aumento/(Redução) de depósitos		1.642.042	1.813.281	3.626.818
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros		(22.033)	21.832	2.108
Aumento/(Redução) de obrigações fiscais		39.708	41.082	1.850
Aumento/(Redução) de outros passivos		175.031	226.433	185.942
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(14.617)	(14.617)	–
Caixa proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais		**1.886.020**	**2.115.705**	**3.817.286**
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	4	4.053.315	3.823.630	6.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício	4	5.939.335	5.939.335	3.823.630
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**1.886.020**	**2.115.705**	**3.817.286**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM"), fundada em 21 de novembro de 2018, com sede localizada na Avenida Nove de Julho, 3186, no Estado de São Paulo, tem como objetivo principal operar títulos e valores mobiliários em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores. Em 11 de fevereiro de 2019, o BACEN concedeu autorização para funcionamento dessa sociedade, data em que iniciou as suas atividades. A C6 CTVM é controlada pelo Banco C6 S.A., que detém 100% do seu capital total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do imobilizado de uso e intangível, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 25 de março de 2024. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O Real é a moeda funcional e de apresentação da C6 CTVM. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R$ mil). **2.2 Adoção de novas normas e interpretações:** Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2023: Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - com início de vigência em 1° de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Administração não espera que a adoção dessa norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da C6 CTVM além da nomenclatura e classificação de títulos e valores mobiliários. A Administração não espera que a adoção de outras normas tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da C6 CTVM. **2.3 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a C6 CTVM não incorreu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela C6 CTVM são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Instrumentos financeiros:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração, conforme regulamentação vigente. Na C6 CTVM estão assim classificados: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtida por meio de cotação de mercado na data da apuração. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Negociação e intermediação de valores:** As corretagens sobre as operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, quando existe um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró rata dia. **Ativo permanente: Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. **Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da C6 CTVM ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. **Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 CTVM, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Demais instituições financeiras	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. **Depósitos:** Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia. **Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **Resultado por quota:** O resultado por quota é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos cotistas da Sociedade, pela quantidade de quotas na data de apuração. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros e operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	3.528	4.425
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas (i)	5.838.453	3.786.681
Aplicações em depósitos interfinanceiros	97.354	32.524
Total	**5.939.335**	**3.823.630**

(i) Operações compromissadas, com lastro em títulos públicos, pactuadas com o C6 Bank, de curto prazo, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI. Essas operações são realizadas em conexão com os saldos mantidos em Depósitos - contas de pagamento.

5. Instrumentos financeiros disponíveis para venda:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Mercado	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	31/12/2022 Mercado
Carteira Própria	**24.883**	**24.938**	**–**	**14.370**	**10.568**	**9.338**
Títulos públicos federais	24.883	24.938	–	14.370	10.568	9.338
Total	**24.883**	**24.938**	**–**	**14.370**	**10.568**	**9.338**
Circulante		**14.370**				**–**
Não circulante		**10.568**				**9.338**

6. Outros ativos e passivos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 4)	97.354	32.524
Negociação e intermediação de valores (nota 6.1)	53.690	27.441
Outros ativos financeiros	**151.044**	**59.965**
Circulante	**151.044**	**59.965**
Não circulante	**–**	**–**

	31/12/2023	31/12/2022
Negociação e intermediação de valores (nota 6.1)	35.756	13.924
Outros passivos financeiros	**35.756**	**13.924**
Circulante	**35.756**	**13.924**
Não circulante	**–**	**–**

6.1 Negociação e intermediação de valores:

	31/12/2023 Ativo	31/12/2023 Passivo	31/12/2022 Ativo	31/12/2022 Passivo
Caixas de registros e liquidação	76	–	23	–
Devedores/Credores - conta liquidações pendentes	1.391	34.289	11.358	2.543
Ativos dados em garantia para operações em bolsa	17.934	–	13.517	–
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	34.289	1.467	2.543	11.381
Total	**53.690**	**35.756**	**27.441**	**13.924**
Circulante	**53.690**	**35.756**	**27.441**	**13.924**
Não circulante	**–**	**–**	**–**	**–**

7. Outros ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar	15.347	682
Despesas antecipadas	269	621
Outros valores e bens	4	1.713
Outros ativos	**15.620**	**3.016**
Circulante	**15.620**	**621**
Não circulante	**–**	**2.395**

8. Imobilizado de uso:

	31/12/2022	Depreciação (*)	31/12/2023
Mobília e equipamento	**179**		
Licenças de uso	528	–	528
Amortização	(349)	(106)	(455)
Total	**179**	**(106)**	**73**

(*) O saldo da demonstração de resultado referente a despesa de depreciação inclui despesas advindas de ativos imobilizados e próprios, bem como despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado com o Banco C6 S.A. para condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas.

9. Intangível:

	31/12/2022	Amortização (*)	31/12/2023
Licenças de uso	1.201	–	1.201
Amortização	(364)	(120)	(484)
Total	**837**	**(120)**	**717**

(*) O saldo da demonstração de resultado referente a despesa de amortização inclui despesas advindas de ativos intangíveis e próprios, bem como despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado com o Banco C6 S.A. para condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas. **10. Depósitos:** A partir do segundo trimestre de 2022 a C6 CTVM passou a receber depósitos de clientes em contas de pagamento, os quais não estão sujeitos a remuneração e possuem liquidez imediata, no montante de R$ 5.440.099 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 3.626.818 em 31 de dezembro de 2022).

11. Outros passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	423.855	194.936
Provisão para participação nos resultados	5.875	7.090
Contas a pagar de despesas com pessoal	559	902
Credores diversos	5.102	369
Outros passivos	**435.391**	**203.297**
Circulante	**435.391**	**203.297**

(i) Refere-se substancialmente aos valores transferidos ao C6 Bank no dia útil subsequente, decorrente de movimentações de clientes após o encerramento do expediente bancário. **12. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social é de R$ 70.000 (R$ 70.000 em 31 de dezembro de 2022) representado por 70.000.000 quotas (31 de dezembro de 2022 - 70.000.000 quotas). **Reservas de lucro:** Constituída por deliberação dos sócios quando da existência de Lucro líquido do exercício, desde que todo prejuízo acumulado anterior, se existente, seja consumido quando da apuração e destinação de lucros. **Distribuição de Lucros:** De acordo com o Contrato Social, anualmente os sócios deliberarão sobre a destinação dos lucros auferidos no exercício social. Em 31 de dezembro de 2023 a administração propôs a retenção dos lucros restantes após o consumo de prejuízos acumulados no montante de R$ 30.448. Em 2022 não foram destinadas distribuições de lucro devido à existência de prejuízo acumulado.

13. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	89.804	(4.171)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	**(35.922)**	**1.668**
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Despesas indedutíveis	(184)	(33)
Outros	425	–
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	**241**	**(33)**
Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	**(35.681)**	**1.635**
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:		
Provisão para participação nos lucros	(486)	(347)
Marcação a mercado	1	(13)
Constituição/(Realização) dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	**(485)**	**(360)**
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	**(8.953)**	**1.995**
Imposta de Renda e Contribuição Social Correntes	**(26.243)**	**–**

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2023
Em 2024	6.283
Total de créditos tributários	**6.283**
Valor presente	**5.486**

Movimentação dos ativos e obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Provisão para participação nos resultados	2.836	2.350	(2.836)	2.350
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	12.886	–	(8.953)	3.933
Total dos créditos tributários ativados	**15.722**	**2.350**	**(11.789)**	**6.283**
Impostos de renda	**9.826**			**3.927**
Contribuição social	**5.896**			**2.356**
Obrigações fiscais diferidas	**31/12/2022**	**Constituição**	**Realização**	**31/12/2023**
Marcação a mercado	(21)	–	5	(16)
Total das obrigações fiscais diferidas	**(21)**	**–**	**5**	**(16)**
Imposto de Renda	**(13)**			**(10)**
Contribuição Social	**(8)**			**(6)**

14. Receitas de prestação de serviços:

	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Corretagens de operações em bolsas	13.520	29.269	35.478
Outros serviços	76	137	–
Total	**13.596**	**29.406**	**35.478**

15. Despesa de pessoal:

	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Proventos	(4.218)	(7.621)	(50.486)
Encargos sociais	(1.660)	(3.146)	(28.829)
Benefícios (i)	(530)	(1.309)	(4.550)
Honorários	(679)	(1.385)	(3.331)
Férias e 13º	(282)	(1.051)	(15.096)
Gratificação	(59)	(441)	(24.569)
Outros	(418)	(1.092)	(1.534)
Total	**(7.846)**	**(16.045)**	**(128.395)**

(i) Benefícios de curto prazo a empregados (a serem liquidados em 12 meses) são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

16. Outras despesas administrativas:

	31/12/2023 2º semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Telecomunicações e processamento de dados	(107.544)	(252.134)	(82.205)
Locação de imóveis e equipamentos	(48.524)	(86.784)	(31.313)
Propaganda e publicidade	(18.150)	(44.630)	(805)
Serviços técnicos especializados	(8.570)	(15.105)	(10.397)
Serviços do sistema financeiro	(478)	(2.046)	(6.086)
Outras despesas administrativas	(5.134)	(8.973)	(1.948)
Total	**(188.400)**	**(409.672)**	**(132.754)**

A partir de maio de 2022, a C6 CTVM passou a receber depósitos de clientes em contas de pagamento. Nesse contexto, as despesas operacionais (pessoal e administrativas) da Sociedade aumentaram em decorrência do incremento de suas atividades no contexto do Grupo C6. Em 2023, com o aumento do volume desses saldos e o fim da implementação sistêmica, as despesas com pessoal reduziram e as despesas administrativas aumentaram. **17. Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a C6 CTVM não figurava como parte em processos com probabilidade de perda provável, por esse motivo não há provisão. Em 31 de dezembro de 2023, a C6 CTVM figurava como parte em processos cíveis no montante de R$ 545 (31 de dezembro de 2022 - R$ 818), com probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados. **18. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Operações pactuadas junto a entidades do Grupo C6 Bank:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Disponibilidades - Banco C6 S.A.	3.528	4.425
Aplicações em operações compromissadas - Banco C6 S.A.	5.838.453	3.786.681
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco C6 S.A.	97.354	32.524
Passivo		
Negociação e intermediação de valores - Banco C6 S.A.	29.256	9.806
Outros passivos - Banco C6 S.A.	423.855	194.935
Resultado		
Resultado de operações com instrumentos financeiros - Banco C6 S.A.	510.873	243.503
Corretagem de operações em bolsa - Banco C6 S.A.	1.655	1.978
Corretagem de operações em bolsa - Csixers S.A.	–	611

Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício foi de R$ 1.450 (31 de dezembro de 2022 - R$ 3.664) a qual é considerada benefício de curto prazo. **19. Gerenciamento de riscos e de capital:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições. A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação. A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. A CTVM calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Prudencial que tem como instituição líder o Banco C6 S.A. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos. Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Nota 5) são substancialmente representados por investimentos em títulos públicos brasileiros, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado. O Relatório de Pilar 3 do Grupo C6 está disponível no site: **www.c6Bank.com.br/documentos/.**

Diretor Presidente: Marcelo Kalim | **Diretor: Philippe Katz** | **Contadora: Solange Pereira Andrade - CRC 1SP-261621/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas **C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

C6 BANK

CARBON INVESTMENTS S.A.

CNPJ nº 42.169.804/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A Carbon Investments S.A. ("Carbon Investments") é uma holding com investimento direto na N7 Holding S.A. e indireto no Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. Situada em São Paulo, o C6 Bank forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("C6 CTVM") , o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), empresas de tecnologia e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações financeiras individuais em IFRS da Carbon Investments S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Carbon Investments possuía, R$ 1,0 bilhão de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 -R$ 1,2 bilhões) e R$ 1,0 bilhão de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,2 bilhões). O prejuízo foi de R$ 235,5 milhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 679,5 milhões). A Carbon Investments tem como atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O prejuízo no período decorre substancialmente da atualização de seus investimentos e reflete os resultados N7 Holding S.A. e suas controladas, de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2023 e 2022. **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Investimento em coligadas	6	1.044.329	1.222.769
Total do ativo		**1.044.329**	**1.222.769**

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	8		
Capital Social		896.049	896.049
Reservas de capital		1.313.994	1.326.404
Outros resultados abrangentes		2.954	(66.553)
Lucros ou prejuízos acumulados		(1.168.668)	(933.131)
Total do patrimônio líquido		**1.044.329**	**1.222.769**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.044.329**	**1.222.769**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**896.049**	**(1.809)**	**(58.152)**	**(253.602)**	**582.486**
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas	6	–	–	(8.401)	–	(8.401)
Constituição de reserva	6 e 8	–	1.328.213	–	–	1.328.213
Prejuízo do exercício		–	–	–	(679.529)	(679.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**896.049**	**1.326.404**	**(66.553)**	**(933.131)**	**1.222.769**
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas	6	–	–	69.507	–	69.507
Constituição de reserva	6 e 8	–	(12.410)	–	–	(12.410)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(235.537)	(235.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8	**896.049**	**1.313.994**	**2.954**	**(1.168.668)**	**1.044.329**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas	6	(235.537)	(679.529)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(235.537)**	**(679.529)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Prejuízo do exercício		**(235.537)**	**(679.529)**
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R$)	9	(0,26)	(0,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(235.537)**	**(679.529)**
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	67.368	(8.401)
Ajuste de conversão de moeda	2.139	–
(=) Resultado abrangente total	**(166.030)**	**(687.930)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(235.537)**	**(679.529)**
Ajustes ao prejuízo líquido			
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	6	235.537	679.529
Resultado ajustado		–	–
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	–	–
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Carbon Investments S.A. ("Carbon Investments") foi fundada e iniciou suas operações em 01 de junho de 2021. É uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, têm como atividade preponderante a participação, como sócia ou acionista de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Carbon Investments é a acionista investidora indireta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank") e Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), que juntos com suas controladas indiretas formam um grupo ("Grupo C6 Bank") e oferecem uma plataforma de atendimento bancário para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A Carbon Investments é controlada pela Csixers 2 Holding S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas de forma individual, tendo em vista os requerimentos e exceções permitidas nas normas IFRS10/CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, tendo em vista que a controladora final Csixers Holding S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com as IFRS/Pronunciamentos do CPC, em que a Carbon Investments e suas controladas são consolidadas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Carbon Investments. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). A Diretoria aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 25 de março de 2024. **2.1. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC e IFRS requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **3. Aquisição, alienação e eventos societários:** Em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da controlada N7 Holding S.A., de R$ 2.550.178 para R$ 7.550.178, mediante a emissão de 338.987.871 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$5.000.000. Essas ações foram subscritas e integralizadas à vista pela acionista ingressante JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda. O C6 Bank e o JPMorgan Chase concluíram em 4 de fevereiro de 2022 o investimento estratégico que representa uma participação indireta do JPMorgan Chase de 40% no C6 Bank. O fechamento do negócio ocorreu após a obtenção das aprovações regulatórias cabíveis tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Em 20 de janeiro de 2022, a Carbon Investments subscreveu 368.176.492 ações ordinárias de emissão da N7 Holding S.A., e integralizou mediante a contribuição da totalidade de suas ações detidas no Banco C6 S.A. e Banco C6 Consignado S.A., respectivamente no valor total de R$518.884 (363.444.009 ações) e R$ 465.354 (105.963.480 ações), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da N7 Holding S.A. de 20 de janeiro de 2022 e seus respectivos anexos. Desta forma, a Carbon Investments deixou de deter participação direta no Banco C6 S.A. e no Banco C6 Consignado S.A. e passou a ter participação direta na N7 Holding S.A. **4. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis adotadas pela Carbon Investments são aplicadas de maneira consistente ao longo do período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **4.1. Investimento:** Após aquisição, investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Carbon Investments nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. O investimento é testado anualmente para fins de avaliação de redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio, se existente, alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor de registro de cada um de seus ativos. **4.2. Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. A Carbon Investments possui substancialmente receitas e despesas de equivalência patrimonial de seus investimentos. **4.3. Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Carbon Investments não possuía saldos de caixa e equivalentes de caixa. **6. Investimentos:**

Movimentação dos investimentos

	31/12/2022	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	Alienação/Baixa/ Transferência	31/12/2023
No país						
N7 Holding S.A.	1.222.769	–	57.097	(235.537)	–	1.044.329
Total	**1.222.769**	**–**	**57.097**	**(235.537)**	**–**	**1.044.329**

	31/12/2021	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	Alienação/Baixa/ Transferência	31/12/2022
No país						
Banco C6 S.A.	81.965	–	(7.625)	(25.919)	(48.421)	–
Banco C6 Consignado S.A.	500.521	–	800	3.442	(504.763)	–
N7 Holding S.A.	–	984.238	895.583	(657.052)	–	1.222.769
Total	**582.486**	**984.238**	**888.758**	**(679.529)**	**(553.184)**	**1.222.769**

Conforme descrito nas Notas 3 e 8, a Carbon Investments realizou movimentações societárias, incluindo aumento de capital na N7 Holding com a contribuição de ativos (ações do C6 Bank e do C6 Consignado S.A.) que resultaram em uma participação de 27,22% na N7 Holding em 31 de dezembro de 2022. Nesse contexto a Carbon Investments deixou de deter participações diretas no C6 Bank e no C6 Consignado, em 20 de janeiro de 2022. A Carbon Investments avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável. **7. Provisões e passivos contingentes:** A Carbon Investments não possuía contingências que requerem provisão ou divulgação em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **8. Patrimônio líquido: Capital social e reservas de capital:** O capital social da Carbon Investments é de R$ 896.049 (R$ 896.049 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 896.048.964 ações (896.048.964 ações em 31 de dezembro de 2022), todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

	Ações
Ações em 31 de dezembro de 2021	**896.048.964**
Ações emitidas (resgatadas)	–
Ações em 31 de dezembro de 2022	**896.048.964**
Ações emitidas (resgatadas)	–
Ações em 31 de dezembro de 2023	**896.048.964**

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, direito ao recebimento de dividendos e a todos os direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social.

Reservas legais: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva de capital:** Constituída de forma reflexa das reservas de capital de subsidiárias em decorrência das avaliações dos investimentos em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital. **Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Dividendos**: De acordo com o estatuto da Carbon Investments, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo no exercício. **9. Prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Prejuízo básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(235.537)**	**(679.529)**
Quantidade média ponderada de ações	896.048.964	896.048.964
Prejuízo por ação (em R$)	**(0,26)**	**(0,76)**

10. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Os saldos de investimento e resultado que refletem a participação societária em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 6. Não existem outros saldos de contas a pagar ou a receber decorrentes desses investimentos. **11. Gerenciamento de riscos:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da Carbon Investments reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O grupo gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do grupo é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do Grupo.

Diretor Presidente: Marcelo Kalim | **Diretor: Philippe Katz** | **Contadora: Solange Pereira Andrade - CRC 1SP-261621/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Carbon Investments S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Carbon Investments S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima

CNPJ nº 11.038.899/0001-58 - NIRE nº 35500728461

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em reais)

A Sociedade está devidamente autorizada a funcionar no país, conforme portaria SCS nº 5 de 07.04.2009, e consoante parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, faz a seguinte publicação: Peças contábeis referentes às atividades no Brasil pelo exercício econômico findo em 31/12/2023. São Paulo, 24 de abril de 2024. João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19 - Representante Legal no Brasil.

Balanço Patrimonial (Em reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	203.560	77.644
Clientes	65.021	117.500
Impostos a recuperar	26.053	20.972
Despesas antecipadas e outras	53.567	3.001
Total ativo circulante	**348.201**	**219.116**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Impostos diferidos	2.432.831	2.133.579
Partes relacionadas	22.106.814	14.695.449
Clientes e outros créditos	156.282	26.266
Total do realizável a longo prazo	**24.695.928**	**16.855.294**
Ativo imobilizado	913	2.679
Total do ativo não circulante	**24.696.840**	**16.857.974**
Total do ativo	**25.045.041**	**17.077.090**

Balanço Patrimonial (Em reais)

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Obrigações sociais e fiscais	24.433	23.037
Outras obrigações	163.894	1.519
Fornecedores	6.233	–
Total passivo circulante	**194.561**	**24.556**
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Obrigações sociais e fiscais parceladas	–	19.992
Total do exigível a longo prazo	–	**19.992**
Patrimônio líquido		
Capital destinado às operações no país	25.000.000	25.000.000
Prejuízos acumulados	(149.520)	(7.967.458)
Total do patrimônio líquido	24.850.480	17.032.542
Total do passivo e patrimônio líquido	**25.045.041**	**17.077.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços		
Serviços prestados	65.021	77.451
Impostos e contribuições sobre receitas	(4.324)	(5.875)
Receita operacional líquida	60.697	71.576
Custo dos serviços prestados	(150.107)	–
Lucro Bruto	(89.410)	71.576
(Despesas) Receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(874.603)	(1.929.851)
Despesas/Receitas financeiras líquidas	(17.301)	(25.534)
Outras Despesas/Receitas operacionais	–	143
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(981.314)	(1.883.667)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	299.252	–
Prejuízo do exercício	**(682.061)**	**(1.883.667)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(682.061)	(1.883.667)
Despesas que não afetam o caixa:		
Despesas antecipadas	(50.566)	1.834
Depreciação	1.767	1.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(299.252)	–
Prejuízo do exercício ajustado pelos itens que não afetam caixa	(1.030.113)	(1.880.066)
Variação nos saldos dos ativos e passivos operacionais		
Clientes	52.479	(77.451)
Impostos a recuperar	(5.081)	(2.080)
Adiantamentos e outros	(130.016)	(18.481)
Obrigações sociais e fiscais	(18.596)	(16.735)
Outras obrigações	162.375	(79.657)
Fornecedores	6.233	–
Caixa aplicado nas atividades operacionais	67.393	(194.404)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes Relacionadas	1.088.635	1.977.561
Caixa aplicado nas atividades de investimento	1.088.635	1.977.561
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**125.916**	**(96.908)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	77.644	174.552
Saldo no final do exercício	203.560	77.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	Capital destinado às operações no país	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	25.000.000	(6.083.792)	18.916.208
Prejuízo do exercício	–	(1.883.667)	(1.883.667)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	25.000.000	(7.967.458)	17.032.542
Absorção de prejuízos		8.500.000	8.500.000
Prejuízo do exercício	–	(682.061)	(682.061)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**25.000.000**	**(149.520)**	**24.850.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. Contexto Operacional: Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima, com sede na cidade de Córdoba, República Argentina, é uma sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do artigo 1.134 e seguintes do Código Civil, conforme autorização do Poder Executivo Federal, Portaria SCS n° 5, de 07/04/2009. As atividades da Sociedade no Brasil são aquelas relativas, ou compatíveis, com a categoria econômica da "Indústria da construção pesada". **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As atividades no Brasil são conduzidas por estabelecimento subordinado, intitulado sucursal ou filial. Esse estabelecimento matém registros contábeis em reais, e contabiliza as operações realizadas no território nacional, de modo a apurar o resultado das mesmas, de maneira segregada e independente, em relação às atividades da Sociedade no exterior. As demonstrações contábeis ora apresentadas surgem desses registros e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na normativa pertinente. Por determinação da Diretoria da Sociedade, devidamente deferida e registrada pelas autoridades brasileiras competentes, o encerramento do exercício econômico da Sucursal, para fins brasileiros, é no dia 31 de dezembro de cada ano. **3. Principais Práticas Contábeis: Ativos circulante, não circulante, imobilizado e intangível:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor. **Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas no resultado, de acordo com o regime de competência, e estão estritamente associadas com a atividade desenvolvida no Brasil. **4. Partes Relacionadas:** O saldo inclui conta com a Casa Matriz no exterior de R$ 19.452.968 (2022 – R$ 12.041.604) e operações com outras sociedades vinculadas. **5. Patrimônio Líquido:** Em 31/12/2023, o capital destinado às operações no País, é de R$ 25.000.000. E está registrado junto ao Banco Central do Brasil, na qualidade de investimento estrangeiro direto.

João Carlos Mingrone Bruno
Representante Legal - CPF: 126.578.808-19

Rodney Monteiro Meles
Contador - CRC 01SP132.178/O-5

Ato de Deliberação do Representante Legal

Em 24.04.2024, o Representante Legal no Brasil, nomeado na forma, e com os poderes, do artigo 1.138 do Código Civil, delibera a aprovação para todos os fins de direito, das peças contábeis referentes às atividades no Brasil, levantadas para atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. São Paulo, SP. João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19 - Representante Legal no Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Representante Legal no Brasil - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado nas notas explicativas 1. e 2., as atividades no Brasil são conduzidas por estabelecimento subordinado, intitulado sucursal ou filial, devidamente autorizado a funcionar pelas autoridades competentes, e submetido à legislação brasileira. Esse estabelecimento mantém registros contábeis em reais, e contabiliza as operações realizadas no território nacional, de modo a apurar o resultado das mesmas, de maneira segregada e independente, em relação às atividades da Sociedade no exterior. As demonstrações financeiras examinadas decorrem desses registros e, portanto, estão limitadas às atividades do estabelecimento no Brasil, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil Brasileiro. Nossa opinião não possui ressalva relativa a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Benito Roggio e Hijos Sociedad Anónima no Brasil a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

JMS Serviços Contábeis e Auditoria Ltda.
CRC - MG 009611/O
José Madureira e Silva - Contador
CRC - MG 049890/O-8 - CPF 133.193.376-53

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª EMISSÃO (QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA LASTREADOS EM CERTIFICADOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO EMITIDOS PELA USINAS ITAMARATI S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 48ª (Quadragésima Oitava) Emissão da VERT Companhia Securitizadora ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, sala 1.401, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01 ("Agente Fiduciário") e os representantes da Securitizadora, em atenção ao disposto na Cláusula 13.1 e seguintes do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 48ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora, lastreados em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio emitido pela Usinas Itamarati S.A.*" ("Termo de Securitização"), a participarem da Assembleia Especial de Investidores de CRA ("Assembleia"), que será realizada, em primeira convocação, no dia 20 de maio de 2024, às 11 (onze horas), de forma exclusivamente digital, via vídeo conferência através da plataforma "Zoom", conforme Resolução CVM n° 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar, ou não, a exclusão do Prêmio de Resgate Antecipado Total (conforme definido no Termo de Securitização), previsto no item (iii) da cláusula 5.13.3 e na cláusula 5.13.3.1 do Termo de Securitização, caso o Resgate Antecipado ocorra até o final do mês de junho do presente ano de 2024. Informações Gerais: a presente Assembleia será realizada via vídeo conferência, via plataforma "*Zoom*". A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema *Zoom* de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Securitizadora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Securitizadora para **ri@vert-capital.com** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **fsp@vortx.com.br**, impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Titulares dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, impreterivelmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da instrução de voto à distância em seu website, na categoria "Assembleia" (https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/116/283) e na página eletrônica da CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de os Titulares dos CRA serem pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. A Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação presentes na Assembleia de Titulares de CRA, em primeira convocação.

São Paulo, 27 de abril de 2024. Victoria de Sá - Diretora

Sucrier Confeitaria e Comércio de Doces e Bolos Ltda. - Me

CNPJ/MF nº 11.632.381/0001-48 - NIRE 35224040595

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os sócios da **Sucrier Confeitaria e Comércio de Doces e Bolos Ltda. - ME** ("Sociedade") convocados a comparecerem à Reunião de Sócios da Sociedade, na forma do artigo 1.030 do Código Civil, a ser realizada no dia 7 de maio de 2024, às 16h00, em primeira convocação, ou às 16h15, em segunda convocação, por meio de reunião virtual, a fim de analisar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** ajuizamento de ação de exclusão e responsabilização da sócia administradora **Gabriela Gotthilf Czitrom** do quadro da Sociedade, nos termos do artigo 1.030 do Código Civil e do artigo 159 da Lei das S/A, em razão das seguintes faltas graves, já objeto de comunicações anteriores e na presente data, em notificação específica dirigida à sócia excluenda: **(a)** abandonar suas obrigações/funções, tanto como sócia quanto administradora da Sociedade; **(b)** aliciar clientes e/ou funcionários; **(c)** assediar funcionários e parceiros comerciais/fornecedores; **(d)** divulgar informações operacionais e financeiras da Sociedade a terceiros, inclusive, concorrentes; **(e)** prática de atos que impedem a sócia administradora Daniela Gotthilf Halbreich de exercer sua função de administradora e manter as operações da Sociedade; e **(f)** prática de concorrência desleal, utilizando, inclusive, a Sociedade e seus recursos (e.g. funcionários e matéria prima); e **(ii)** destituição de **Gabriela Gotthilf Czitrom** do cargo de administradora da Sociedade, com as alterações das cláusulas do Contrato Social que se façam necessárias para refletir tal destituição. Nos termos do artigo 1.080-A do Código Civil e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020[1], os sócios poderão participar da Reunião de Sócios por videoconferência, desde que todos os participantes possam se identificar e participar do conclave. Os sócios que optarem por participar da Reunião de Sócios da Sociedade ora convocada por videoconferência, deverão observar as seguintes regras: (1) Até 30 (trinta) minutos de antecedência do início da Reunião de Sócios, o sócio deverá enviar para o e-mail dghalbreich@me.com, cópia legível do seu RG ou de outro documento de identificação com foto; (2) O sócio poderá ser representado por procurador legalmente constituído, devidamente munido do respectivo instrumento de procuração assinado com certificado digital, plataforma digital ou com firma reconhecida. Portanto, o sócio ou o procurador deve enviar, em até 30 (trinta) minutos de antecedência do início da Reunião de Sócios, a cópia legível da procuração, bem como cópia do RG ou de outro documento de identificação com foto do procurador; e (3) No dia e horário marcados para a Reunião de Sócios, conforme consta nesta convocação, o sócio, ou seu procurador, deverá acessar a plataforma digital Teams, através do link abaixo ou das seguintes informações: **Link:** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTExMTE1MjQtZWM0OS00NzM3LWE4NWEtY2Zl0DQyZTBhYTVm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2295fc4716-9fa9-40fa-93a7-c01e052801a5%22%2c%22Oid%22%3a%222486f4d9-70a3-480c-b06b-bc4f3e737033%22%7d. **ID da Reunião de Sócios:** 292 399 671 779. **Senha:** rWiaTD. São Paulo, 26 de abril de 2024. Nome: **Daniela Gotthilf Halbreich - Cargo:** Sócia administradora.

[1] Alterada de acordo com a IN DREI nº 1, 24 de janeiro de 2024

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

C6 BANK

N7 HOLDING S.A.

CNPJ nº 41.667.329/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A N7 Holding S.A. ("N7") é a holding controladora direta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. Situada em São Paulo, a instituição financeira C6 Bank formou um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne a C6 CTVM, o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), empresas de tecnologia para meios de pagamento, assessorias de seguros e uma plataforma de educação corporativa. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das demonstrações financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações financeiras individuais da N7 Holding S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a N7 possuía R$ 3,8 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 - R$ 4,5 bilhões) e R$ 3,8 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R$ 4,5 bilhões). O prejuízo foi de R$ 865 milhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 2,4 bilhões). A N7 tem como atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O Prejuízo no exercício decorre substancialmente da atualização de seus investimentos e reflete os resultados das investidas Banco C6 S.A. e Banco C6 Consignado S.A., de acordo com seus percentuais de participação até o exercício de 2023. **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** A N7 agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu o desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Outros ativos		1	1
Investimento em coligadas e controladas	6	3.836.626	4.492.174
Total do ativo		**3.836.627**	**4.492.175**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		–	–
Patrimônio líquido	9		
Capital Social		7.550.178	7.550.178
Reservas de capital		(386.056)	(598.784)
Outros resultados abrangentes		10.854	13.820
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.338.349)	(2.473.039)
Total do patrimônio líquido		**3.836.627**	**4.492.175**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.836.627**	**4.492.175**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8**	**1**	**–**	**(3.169)**	**(52.654)**	**(55.822)**
Aumento de capital		7.550.177	–	–	–	7.550.177
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas		–	(598.784)	16.989	–	(581.795)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.420.385)	(2.420.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8**	**7.550.178**	**(598.784)**	**13.820**	**(2.473.039)**	**4.492.175**
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas		–	212.728	(2.966)	–	209.762
Prejuízo do exercício		–	–	–	(865.310)	(865.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8**	**7.550.178**	**(386.056)**	**10.854**	**(3.338.349)**	**3.836.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	6	(865.310)	(2.420.385)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(865.310)**	**(2.420.385)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Prejuízo do exercício	10	**(865.310)**	**(2.420.385)**
Prejuízo por ação - básico (em R$)		(0,64)	(1,91)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(865.310)**	**(2.420.385)**
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(11.441)	945
Outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	–	16.044
Ajuste de conversão de moeda	8.475	–
(=) Resultado abrangente total	**(868.276)**	**(2.403.396)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(865.310)**	**(2.420.385)**
Ajustes ao prejuízo líquido			
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	6	865.310	2.420.385
Resultado ajustado		–	–
Aumento/(redução) de ativos e passivos			
(Aumento) de outros ativos		–	(1)
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		**–**	**(1)**
Atividades de investimento			
Aumento de investimento em coligadas e controladas	3	–	(3.625.000)
Caixa usado nas atividades de investimento		**–**	**(3.625.000)**
Aumento de capital	9	–	5.000.000
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**–**	**3.625.000**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	–	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	–	–
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**–**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A N7 Holding S.A. ("N7 Holding" ou "N7") foi fundada e iniciou suas operações em 17 de março de 2021. É uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, têm como atividade preponderante a participação, como sócia ou acionista, e o exercício do controle de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A N7 Holding é a acionista controladora do Banco C6 S.A. ("C6 Bank") e Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), que juntos com suas controladas indiretas formam um grupo ("Grupo C6 Bank") oferecem uma plataforma de atendimento bancário para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A N7 Holding é uma holding controlada indiretamente pela Csixers Holding S.A., através de suas controladas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas de forma individual, tendo em vista os requerimentos e exceções permitidas nas normas IFRS10/CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, tendo em vista que a controladora final Csixers Holding S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com as IFRS/Pronunciamentos do CPC, em que a N7 e suas controladas são consolidadas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação da N7 Holding S.A. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). A Diretoria aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 25 de março de 2024. **2.1. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC e IFRS requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **2.2. Adoção de alterações e novas normas e interpretações:** No exercício iniciado em 1° de janeiro de 2023 não houve adoção de alterações ou novas normas e interpretações com impactos materiais. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2023 e ainda não foram adotadas: Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da N7 Holding. **3. Aquisição, alienação e eventos societários:** Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da N7 Holding, mediante emissão de 1.013.573.333 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelas acionistas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A. com ações do C6 Bank e do C6 Consignado. Após o aumento de capital, o total de participação correspondeu a 100% do capital social votante e total do C6 Bank e do C6 Consignado. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 04 de fevereiro de 2022, a N7 Holding subscreveu e adquiriu 245.766.206 ações ordinárias de emissão do C6 Bank, ao preço de emissão de R$ 14,75 por ação ordinária, totalizando R$3.625.000. **4. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela N7 Holding são aplicadas de maneira consistente ao longo do exercício apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui saldos de caixa, contas correntes (depósitos) e aplicações no mercado aberto com vencimento original não superior a 90 dias do reconhecimento inicial, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4.2. Investimento:** Após aquisição, investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da N7 nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. O investimento é testado anualmente para fins de avaliação de redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio, se existente, alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor de registro de cada um de seus ativos. **4.3. Imposto de renda e Contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, ou reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente na proporção em que estiverem relacionados com esses itens. Os encargos de Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **4.4. Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. A N7 Holding possui substancialmente receitas e despesas de equivalência patrimonial de seus investimentos. **4.5. Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a N7 Holding não possuía saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa.
6. Investimentos:

	31/12/2022	Movimentação dos investimentos: Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	31/12/2023
No país					
Banco C6 S.A.	3.343.379	–	339.811	(926.867)	2.756.323
Banco C6 Consignado S.A.	1.148.795	–	(130.047)	61.555	1.080.303
Total	**4.492.174**	**–**	**209.764**	**(865.312)**	**3.836.626**

	31/12/2021	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	31/12/2022
No país					
Banco C6 S.A.	1.319.177	4.380.558	8.438	(2.364.794)	3.343.379
Banco C6 Consignado S.A.	–	1.196.014	8.372	(55.591)	1.148.795
Total	**1.319.177**	**5.576.572**	**16.810**	**(2.420.385)**	**4.492.174**

Conforme descrito nas Notas 3 e 8, a N7 obteve participações no C6 Bank e no C6 Consignado, totalizando 100% de participação nessas investidas em 20 de janeiro de 2022, através do aumento de capital em ativos (ações do C6 Bank e do C6 Consignado) realizado por suas acionistas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A. A N7 Holding avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável. **7. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A N7 Holding não possui passivos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **8. Patrimônio líquido: Capital social e reservas de capital:** O capital social da N7 Holding é de R$ 7.550.178 (R$ 7.550.178 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 1.352.561.604 ações (1.352.561.604 ações em 31 de dezembro de 2022), todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, direito ao recebimento de dividendos e a todos os direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 0,4 (quatrocentos reais) para R$ 2.550.178, mediante emissão de 1.013.573.333 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelos acionistas da Companhia com ações do C6 Bank e do C6 Consignado. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 2.550.178 para R$ 7.550.178, mediante emissão de 338.987.871 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista ingressante, JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda. **Reservas legais:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva de capital:** Constituída de forma reflexa das reservas de capital de subsidiárias em decorrência das avaliações dos investimentos em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital. **Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Dividendos:** De acordo com o estatuto da N7, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo no exercício. **Outros resultados abrangentes:** Reflete de forma reflexa os ajustes ao valor justo sobre os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários e os ajustes de conversão de moeda. **9. Prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.
Prejuízo básico e diluído por ação*:*

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(845.989)**	**(2.420.385)**
Quantidade média ponderada de ações	1.352.561.604	1.268.223.300
Prejuízo por ação (em R$)	**(0,63)**	**(1,91)**

10. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Os saldos de investimento e resultado que refletem a participação societária em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 6. Não existem outros saldos de contas a pagar ou a receber decorrentes desses investimentos. **11. Gerenciamento de riscos:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da N7 Holding reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O grupo gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do grupo é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do Grupo.

Diretor Presidente: Marcelo Kalim | **Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas **N7 Holding S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da N7 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais,inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

C6 BANK

CSIXERS 2 HOLDING S.A.

CNPJ nº 44.639.547/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023
Ativo		
Investimento em coligadas e controladas		1.044.330
Total do ativo		**1.044.330**

	Nota	31/12/2023
Passivo		
Patrimônio líquido		
Capital Social		2.522.803
Reservas de capital		(1.478.720)
Outros resultados abrangentes		(147)
Lucros ou prejuízos acumulados		394
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		**1.044.330**
Total do patrimônio líquido		**1.044.330**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.044.330**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas		394
Resultado antes dos impostos e contribuições		**394**
Imposto de renda e contribuição social		–
Prejuízo do exercício		**394**

A Diretoria

Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9

C6 BANK

CSIXERS 3 HOLDING S.A.

CNPJ nº 44.650.210/0001-09

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de Reais)

	31/12/2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	4.103
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Títulos e valores mobiliários	16.755
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	522.778
Outros ativos	19
Ativos fiscais	8.069
Investimento em coligadas e controladas	1.465.550
Total do ativo	**2.017.274**

	31/12/2023
Passivo	**82.228**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
Outros passivos financeiros	81.546
Outros passivos	682
Patrimônio líquido	
Capital Social	1.949.819
Reservas de capital	3.676
Outros resultados abrangentes	(154)
Lucros ou prejuízos acumulados	(18.295)
Total do patrimônio líquido	**1.935.046**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.017.274**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de Reais)

	31/12/2023
Receitas financeiras	5.711
Despesas financeiras	(28.753)
Resultado líquido de juros	**(23.042)**
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	(2.631)
Outras despesas administrativas	(425)
Despesas tributárias	(266)
Resultado antes dos impostos e contribuições	**(26.364)**
Imposto de renda e contribuição social	8.069
Prejuízo do exercício	**(18.295)**

A Diretoria | **Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9**

CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.

CNPJ/ME n° 03.502.099/0001-18 - NIRE 35.300.174.542

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 28 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Chubb Seguros Brasil S.A.,** na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, n° 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Presentes também os Srs. Leandro Martinez Raymundo, Marcelo Cesaro, Luciano Alves Santos e Flávia Porsani Nogueira Peixoto, membros da diretoria da Companhia, e o Sr. Ricardo Barth de Freitas representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., auditor independente da Companhia. **3. Publicações Prévias:** As Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes publicados nos dias, 24 e 25 e 26 de fevereiro de 2024, no jornal "Diário Comercial", na versão física, no Estado de São Paulo, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos nas páginas B8 a B12 do mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **4. Composição da Mesa:** Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade - Presidente; e Marcos Krause - Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** apreciação das contas da administração da Companhia, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; **(ii)** a aprovação da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** a fixação do limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **6. Deliberações:** Os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, deliberaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** aprovar **(a)** as contas da administração da Companhia, **(b)** o Relatório da Administração e **(c)** as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; **(ii)** aprovar a destinação da totalidade do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, após as deduções legais para Provisão de Imposto de Renda e Contribuições Sociais, no montante de R$160.448.666,82 (cento e sessenta milhões quatrocentos e quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e seis reais, e oitenta e dois centavos), o qual **(a)** R$ 8.022.433,34 (oito milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) destinado a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976; **(b)** R$ 8.022.433,34 (oito milhões, vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) de dividendos obrigatórios aos acionistas, nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976; **(c)** R$ 76.469.937,97 (setenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos) destinado a constituição de reserva estatutária, nos termos do artigo 194 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e **(d)** R$ 67.933.862,17 (sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos) distribuídos por meio de juros sobre capital próprio aos acionistas, nos termos do artigo 9º da Lei n° 9.249 de 26 de dezembro de 1995; e **(iii)** fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia em R$ 4.365.847,21 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte um centavo) para o exercício social de 2024. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta assembleia geral e lavrada esta ata na forma permitida pelo parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes no livro próprio. **8. Assinaturas:** Mesa: Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade - Presidente e Marcos Krause - Secretário; Acionistas: Chubb INA International Holdings Ltd., pp. Leandro Martinez Raymundo; Chubb Brazil Holdings Ltd., pp. Leandro Martinez Raymundo; e DHC Corporation, pp. Leandro Martinez Raymundo. A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 28 de março de 2024. Mesa: **Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade -** Presidente; **Marcos Krause -** Secretário. **JUCESP** nº 188.324/24-0 em 24.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

empiricus RESEARCH

EMPIRICUS RESEARCH PUBLICAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.431.155/0001-07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.884	43.859	2.884	48.363
Contas a receber de clientes	6	40.598	33.621	40.598	33.844
Partes relacionadas	8.1	11.452	879	11.452	888
Tributos a recuperar		995	717	995	861
Estoques		1.132	1.222	1.132	1.222
Outros créditos	7	3.544	7.633	3.544	5.570
		60.605	**87.931**	**60.605**	**90.748**
Não circulante					
Tributos diferidos	14.3	3.418	5.382	3.418	5.382
Depósitos judiciais	16.5	553	543	553	543
Outros créditos		73	–	73	–
		4.044	**5.925**	**4.044**	**5.925**
Investimentos	9	2.706	3.095	2.706	–
Imobilizado	10	4.689	6.297	4.689	6.484
Direito de uso	11	15.936	19.691	15.936	19.691
Intangível	12	134.653	137.362	134.653	139.280
		157.984	**166.445**	**157.984**	**165.455**
		162.028	**172.370**	**162.028**	**171.380**
Total do ativo		**222.633**	**260.301**	**222.633**	**262.128**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		4.949	6.233	4.949	6.260
Partes relacionadas	8.1	–	606	–	463
Obrigações trabalhistas	13	5.650	4.379	5.650	5.622
Impostos e contribuições a recolher		2.038	2.036	2.038	2.160
Imposto de renda e contribuição social	14.1	14	8	14	23
Passivo de contrato	15	19.395	22.552	19.395	22.552
Provisões	16	8.540	4.446	8.540	4.720
Arrendamento	11	5.973	4.918	5.973	4.918
Outras obrigações		182	423	182	710
		46.741	**45.601**	**46.741**	**47.428**
Não circulante					
Provisão para contingências	16	809	379	809	379
Tributos diferidos		16.286	–	16.286	–
Arrendamento	11	12.245	16.358	12.245	16.358
		29.340	**16.737**	**29.340**	**16.737**
Total do passivo		**76.081**	**62.338**	**76.081**	**64.165**
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	206.343	206.343	206.343	206.343
Reserva de Capital		497	497	497	497
(-) Transações de capital	17.2	(2.519)	(2.519)	(2.519)	(2.519)
Prejuízos acumulados		(57.769)	(6.358)	(57.769)	(6.358)
Total do patrimônio líquido		**146.552**	**197.963**	**146.552**	**197.963**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**222.633**	**260.301**	**222.633**	**262.128**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	18	85.914	156.603	90.652	166.401
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(16.437)	(15.426)	(17.373)	(16.383)
Lucro bruto		**69.477**	**141.177**	**73.279**	**150.018**
Despesas de pessoal	19	(46.641)	(54.455)	(54.257)	(63.944)
Despesa de vendas e marketing	19	(26.004)	(37.167)	(24.481)	(35.046)
Despesas gerais e administrativas	19	(25.108)	(26.561)	(26.351)	(28.373)
Outras despesas e receitas operacionais	19	(797)	(5.630)	(812)	(5.727)
Despesas e outras receitas operacionais		**(98.550)**	**(123.813)**	**(105.901)**	**(133.090)**
Resultado de investimento em subsidiárias		**(4.674)**	**(391)**	**(1.295)**	**–**
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		**(33.747)**	**16.973**	**(33.917)**	**16.928**
Resultado financeiro	20	**587**	**392**	**825**	**1.127**
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(33.160)**	**17.365**	**(33.092)**	**18.055**
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	–	(68)	(690)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(18.251)	(6.232)	(18.251)	(6.232)
Imposto de renda e contribuição social	14.2	**(18.251)**	**(6.232)**	**(18.319)**	**(6.922)**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**(51.411)**	**11.133**	**(51.411)**	**11.133**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro /(Prejuízo) líquido do exercício	(51.411)	11.133	(51.411)	11.133
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(51.411)**	**11.133**	**(51.411)**	**11.133**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Lucros ou prejuízos acumulados	Reserva de capital	Outras contas do patrimônio líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**206.343**	**(21.000)**	**(17.491)**	**497**	**(2.519)**	**165.830**
Resultado líquido do período	–	–	11.133	–	–	11.133
Integralização de Capital	–	21.000	–	–	–	21.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**206.343**	**–**	**(6.358)**	**497**	**(2.519)**	**197.963**
Resultado líquido do período	–	–	(51.411)	–	–	(51.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**206.343**	**–**	**(57.769)**	**497**	**(2.519)**	**146.552**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Atividades operacionais					
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**(51.411)**	**11.133**	**(51.411)**	**11.133**
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais					
Tributos diferidos		18.251	6.232	18.251	6.232
Juros sobre impostos a compensar		(60)	(174)	(75)	(174)
Encargos financeiros de arrendamento		2.316	2.515	2.316	2.515
Equivalência patrimonial		4.674	391	1.295	–
Depreciação de ativo de direito de uso		5.508	4.699	5.508	4.699
Depreciação/amortização de ativo imobilizado		3.173	1.503	3.232	1.561
Amortização de intangível		4.976	4.781	4.976	4.781
Provisão/(reversão) para passivos contingentes		430	(7.099)	430	(7.099)
Provisão/(reversão) de participação nos lucros e resultados		3.910	(7.480)	3.820	(7.680)
		43.178	**5.368**	**39.753**	**4.835**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber - clientes		(6.977)	60.642	(6.754)	61.115
Partes relacionadas		(11.179)	(710)	(11.027)	340
Imposto de renda e contribuição social		6	–	(9)	(494)
Impostos a recuperar		(218)	32	(59)	(157)
Depósitos judiciais		(10)	10	(10)	10
Estoques		90	(7)	90	(7)
Outros créditos		4.016	(2.860)	1.952	(1.818)
Fornecedores		(1.284)	(3.160)	(1.311)	(3.218)
Obrigações trabalhistas		1.271	370	28	1.157
Passivo de contrato		(3.157)	(70.536)	(3.157)	(70.536)
Impostos a recolher		2	(995)	(122)	(1.033)
Obrigações de arrendamento		–	1.166	–	1.166
Outras obrigações		(241)	364	(528)	(843)
		(17.681)	**(15.684)**	**(20.907)**	**(14.318)**
Fluxos de caixa (aplicados)/gerados pelas atividades operacionais		**(25.914)**	**817**	**(32.565)**	**1.650**
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		–	11.724	–	11.724
Aquisições de participações societárias		(4.001)	–	(4.001)	–
Recebimento de dividendos		–	2.400	–	–
Aquisição de imobilizado		(1.565)	(4.392)	(1.437)	(4.469)
Aquisição de intangível		(349)	(1.266)	(349)	(1.266)
Adição de ativo de direito de uso		(1.753)	(1.166)	(1.753)	(1.166)
Alienação de investimentos		–	79	–	–
Efeitos de incorporação, líquido de caixa		(2.019)	141	–	–
Fluxos de caixa (aplicados)/gerados pelas atividades de investimentos		**(9.687)**	**7.520**	**(7.540)**	**4.823**
Atividades de financiamentos					
Aumento de capital		–	21.000	–	21.000
Passivo de arrendamento		(5.374)	(5.682)	(5.374)	(5.682)
Fluxos de caixa (aplicados)/gerados pelas atividades de financiamentos		**(5.374)**	**15.318**	**(5.374)**	**15.318**
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(40.975)**	**23.655**	**(45.479)**	**21.791**
No início do exercício	5	43.859	20.204	48.363	26.572
No fim do exercício	5	2.884	43.859	2.884	48.363
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(40.975)**	**23.655**	**(45.479)**	**21.791**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Empiricus Research Publicações S.A. ("Empiricus" ou "Companhia") com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, torre B, 10º andar, São Paulo - Capital, é uma empresa constituída em 2009, que possui como atividade principal a produção, edição e comercialização de publicações de conteúdos informativos, gratuitos e pagos, elaborados por editores, sobre assuntos relacionados a fatos econômicos e financeiros, com o propósito elementar de fomentar a educação financeira da pessoa física no país. A Empiricus é controlada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que é controlado pela BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"), que por sua vez é controlada pelo BTG Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). Em 31 de dezembro de 2023, a Empiricus realizou a Incorporação das empresas controladas Seu Dinheiro Publicações Ltda. e Agência Acta de Publicidade Ltda., conforme aprovado na Assembleia Extraordinária (AGE) realizada na mesma data. Essas incorporações foram realizadas em continuidade à restruturação societária promovida pelo Grupo para simplificar sua estrutura operacional. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("Grupo") foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pelo Grupo. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 29 de abril de 2024. **c) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. A Companhia reavalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes às transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados e variações patrimoniais das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Empiricus, e suas controladas relevantes a seguir relacionadas:

Controladas	31/12/2023	31/12/2022
Agência Acta de Publicidade Ltda. ("Agência Acta") [1]	–	100%
Seu Dinheiro Publicações Ltda. ("Seu Dinheiro") [2]	–	100%

[1] A empresa Agência Acta de Publicidade Ltda. foi incorporada pela Empiricus em 31 de dezembro de 2023. Na data da incorporação, a participação era de 100%. [2] A empresa Seu Dinheiro Publicações Ltda. foi incorporada pela Empiricus em 31 de dezembro de 2023. Na data da incorporação, a participação era de 100%. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **3.1. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. **3.2 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* O Grupo reconhece seus ativos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial. Subsequentemente, mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros do Grupo incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); •Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebrar um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes advindas de contratos ativos, o Grupo não calcula e nem realiza a mensuração do risco de crédito, uma vez que as transações de vendas parceladas a clientes são realizadas integralmente através de cartão de crédito, onde o risco de crédito é do banco emissor do cartão. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. No caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são adicionados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outros passivos. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, o que significa três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.4 Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito do Grupo a um valor de contraprestação incondicional, ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja realizado. Os valores a receber de adquirentes são decorrentes de compras de assinaturas e cursos realizadas através de cartão de crédito, em sua grande maioria, ou por outros meios de pagamento. Tais recebíveis geralmente são liquidados de acordo com as condições previstas no contrato celebrado com o cliente, à vista ou parcelado. Nas transações de crédito à vista, o recebimento ocorre em trinta dias corridos da data da transação processada, enquanto na transação de crédito parcelado, o recebimento da primeira parcela ocorre trinta dias após a data da compra e das demais parcelas nos meses subsequentes. Outros valores a receber decorrentes de contratos de inserção de publicidade em sites jornalísticos e produção de conteúdo para projetos com parceiros externos possuem um prazo médio de 30 a 60 dias para seu recebimento. **3.5 Investimentos em subsidiárias:** Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital social são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da investida. **3.6 Combinação de Negócios:** As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **3.7 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas para a depreciação são demonstradas a seguir:

	Taxa anual de Depreciação
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Contrato Locação
Equipamentos de tecnologia	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos audiovisuais	20%
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	10%

3.8 Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por i) marcas adquiridas e ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"); iii) carteira de clientes; iv) direito de exclusividade e v) projetos em desenvolvimento. Os saldos de ágio alocados como marca, carteira de clientes e "goodwill" são classificados como ativos intangíveis nas demonstrações individuais da sociedade nos casos em que o patrimônio do Grupo adquirido foi incorporado ao patrimônio do Grupo adquirente. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios econômicos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente, ao final de cada exercício, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.9 Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **3.10 Ágio em compra de participação societária com controle comum:** Na aquisição de participações societárias em empresas sob controle comum, de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, qualquer excesso ou déficit de contraprestação paga sobre o valor contábil das participações na empresa adquirida é reconhecido no patrimônio líquido da controladora, na rubrica de Transações de Capital, na data da aquisição. **3.11 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **3.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso seja aplicável. **3.13 Provisões:** Provis

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA EMPIRICUS RESEARCH PUBLICAÇÕES S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	174	278	174	286
Aplicações financeiras de curto prazo	2.710	43.581	2.710	48.077
Total	**2.884**	**43.859**	**2.884**	**48.363**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a fundos de investimento de renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, todos investimentos de conceituadas instituições financeiras com liquidez imediata (prazo de resgate em D+0). A rentabilidade média dos fundos da Empiricus foi de 102,40% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 (103,82% em 2022), e na visão consolidada 102,40% (103,82% em 2022). Os CDBs tiveram rentabilidade média de 101,75% a 102,5% do CDI em 2023 na controladora e no consolidado. Em 2022, a rentabilidade foi de 97% a 102,5% do CDI na controladora e 95% a 102,5% na visão consolidada. As operações compromissadas tiveram rentabilidade média de 106,59% do CDI em 2023 na controladora (98,02% em 2022) e 106,40% no consolidado (98,02% em 2022).

6. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de assinaturas e cursos	40.351	33.621	40.351	33.621
Contas a receber - inserção de publicidade (¹)	247	–	247	223
Total	**40.598**	**33.621**	**40.598**	**33.844**

(¹) O aumento do contas a receber se deve ao incremento de vendas de assinaturas e cursos no segundo semestre de 2023, em relação ao segundo semestre do ano de 2022.

7. Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Antecipadas	3.119	4.844	3.046	4.862
Adiantamentos a fornecedores	394	351	394	422
Adiantamento a funcionários	84	93	84	101
Dividendos a receber	–	2.345	–	–
Outros	20	–	93	185
Total circulante	**3.617**	**7.633**	**3.617**	**5.570**
Circulante	**3.544**	**7.633**	**3.544**	**5.570**
Não Circulante	**73**	**–**	**73**	**–**

8. Partes relacionadas: 8.1. Transações com partes relacionadas: O Grupo possui transações com partes relacionadas que abrangem as seguintes naturezas: • Reembolso de despesas referente a contrato de compartilhamento de despesas ("*cost* sharing") para as atividades desempenhadas pelas áreas de Compliance, Finanças, Jurídico, RH, Tecnologia, e outras áreas de apoio, que por questões de eficiência operacional, são compartilhadas dentro do grupo; • Reembolso de despesas relativo a desembolsos pontuais que, por motivo de eficiência operacional ou vantagem comercial com fornecedores, devem ser ressarcidos em período subsequente; • Prestação de serviços de intermediação e inserção de anúncios de publicidade nos veículos de notícias nos quais possui participação societária ou controlador em comum, mantendo relação de cliente-fornecedor. Os saldos patrimoniais e de resultado relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

			Controladora				Consolidado			
			Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
Credor	Devedor	Tipo de operação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empiricus Research Publicações S.A.	Banco BTG Pactual S.A.	Depósitos bancários	13	1	–	–	13	10	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	Banco BTG Pactual S.A.	Aplicações financeiras	1.366	38.948	–	–	1.366	42.765	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	Banco BTG Pactual S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	3.060	–	–	–	3.060	–	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Rateio/ Reembolso de Despesas	–	179	–	–	–	–	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	Vitreo DTVM S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	3.681	530	–	–	3.681	530	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	Empiricus Gestão de Recursos Ltda.	Rateio/ Reembolso de Despesas	4.634	170	–	–	4.634	170	–	–
Empiricus Research Publicações S.A.	MMKR Publicações S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	77	–	–	–	77			
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	–	–	–	26	–	–	–	–
Empiricus Gestão de Recursos Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	–	–	–	114	–	–	–	114
Vitreo DTVM SAA	Empiricus Research Publicações S.A.	Rateio/ Reembolso de Despesas	–	–	–	349	–	–	–	349
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	–	–	–	101	–	–	–	–
Agência Acta de Publicidade Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	–	–	–	16	–	–	–	–
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Empiricus Gestão de Recurso Ltda.	Fornecedor	–	–	–	–	–	158	–	–
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Banco BTG Pactual S.A.	Fornecedor	–	–	–	–	–	30	–	–
			12.831	**39.828**	**–**	**606**	**12.831**	**43.663**	**–**	**463**

			Controladora Resultado		Consolidado Resultado	
Credor	Devedor	Tipo de operação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empiricus Research Publicações S.A.	BTG Pactual S.A.	Rendimentos Financeiros	2.365	2.273	2.593	2.339
Empiricus Research Publicações S.A.	BTG Pactual S.A.	Despesas Financeiras	–	(5)	–	(5)
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	(1.284)	(1.190)	–	–
Agência Acta de Publicidade Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	(241)	(218)	–	–
MT Publicações Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	–	(409)	–	–
Real Valor D. P. Ltda.	Empiricus Research Publicações S.A.	Fornecedor	–	(334)	–	–
Real Valor D. P. Ltda.	Empiricus Gestão de Recursos Ltda.	Fornecedor	–	–	–	286
MT Publicações Ltda.	Empiricus Gestão de Recursos Ltda.	Fornecedor	–	–	–	906
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Empiricus Gestão de Recursos Ltda.	Fornecedor	–	–	880	1.094
Seu Dinheiro Publicações Ltda.	BTG Pactual S.A.	Fornecedor	–	–	60	362
			840	**117**	**3.533**	**4.982**

8.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:
As remunerações do pessoal-chave da administração reconhecidas no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pró-labore	4.500	7.350	4.500	7.350
Alimentação de administradores	5	19	5	19
Gratificação a administradores	276	–	276	–
Benefícios	200	120	200	120
Total	**4.981**	**7.489**	**4.981**	**7.489**

A Empiricus não possui políticas de remuneração baseadas em quotas ou planos de gratificações diferidas.

9. Investimentos: 9.1 Composição dos Investimentos:

Movimentação dos Investimentos Individual	MMKR Publicações S.A.	Seu Dinheiro Publicações Ltda.	Agência Acta de Publicações Ltda.
	Coligada	Controlada	Controlada
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	3.095	–
Participação em 31 de dezembro de 2022	**–**	**100,0%**	**100,0%**
Aquisição societária	1.601	–	–
Ágio na aquisição em controlada	2.400	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	(1.295)	(3.710)	331
Reversão de provisão para perdas com investimento negativo	–	–	(56)
Incorporação Agência Acta	–	–	(216)
Incorporação Seu Dinheiro	–	2.367	–
Variação patrimonial após laudo PPA	–	166	(59)
Reclassificação do goodwill para intangível	–	(1.918)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.706**	**–**	**–**
Participação em 31 de dezembro de 2023	**40,0%**	**–**	**–**

9.2 Informações sobre subsidiárias:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	MMKR Publicações S.A.
	Coligada
Participação	**40,0%**
Ativo	911
Passivo	148
Patrimônio líquido	763
Prejuízo líquido	(3.237)

10. Imobilizado:
As movimentações nos saldos do imobilizado estão descritas a seguir:

Mapa de Depreciação - Controladora				
	31/12/2022	31/12/2023		
	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.915	8.610	(6.412)	2.198
Equipamentos de tecnologia	2.511	6.340	(4.510)	1.830
Móveis e utensílios	568	1.312	(871)	441
Equipamentos audiovisuais	241	449	(278)	171
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	62	123	(74)	49
	6.297	**16.834**	**(12.145)**	**4.689**

Mapa de Depreciação - Consolidado				
	31/12/2022	31/12/2023		
	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.914	8.610	(6.412)	2.198
Equipamentos de tecnologia	2.693	6.340	(4.510)	1.830
Móveis e utensílios	573	1.312	(871)	441
Equipamentos audiovisuais	242	449	(278)	171
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	62	123	(74)	49
	6.484	**16.834**	**(12.145)**	**4.689**

Depreciação Acumulada - Controladora						
			31/12/2023			
	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Contrato Locação	(4.084)	(4.803)	–	2.475	(6.412)
Equipamentos de tecnologia	20%	(3.518)	(1.001)	9	–	(4.510)
Móveis e utensílios	10%	(737)	(134)	–	–	(871)
Equipamentos audiovisuais	20%	(201)	(77)	–	–	(278)
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	(61)	(13)	–	–	(74)
		(8.601)	**(6.028)**	**9**	**2.475**	**(12.145)**

Depreciação Acumulada - Consolidado						
			31/12/2023			
	Taxa anual depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Contrato Locação	(4.084)	(4.803)	–	2.475	(6.412)
Equipamentos de tecnologia	20%	(3.627)	(892)	9	–	(4.510)
Móveis e utensílios	10%	(739)	(132)	–	–	(871)
Equipamentos audiovisuais	20%	(201)	(77)	–	–	(278)
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	(61)	(13)	–	–	(74)
		(8.712)	**(5.917)**	**9**	**2.475**	**(12.145)**

Custo - Controladora				
		31/12/2023		
Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.999	4.086	–	(2.475)	8.610
Equipamentos de tecnologia	6.029	320	(9)	–	6.340
Móveis e utensílios	1.305	7	–	–	1.312
Equipamentos audiovisuais	442	7	–	–	449
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	123	–	–	–	123
	14.898	**4.420**	**(9)**	**(2.475)**	**16.834**

Custo - Consolidado				
		31/12/2023		
Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.999	4.086	–	(2.475)	8.610
Equipamentos de tecnologia	6.321	28	(9)	–	6.340
Móveis e utensílios	1.312	–	–	–	1.312
Equipamentos audiovisuais	443	6	–	–	449
Outras máquinas, aparelhos e equipamentos	123	–	–	–	123
	15.198	**4.120**	**(9)**	**(2.475)**	**16.834**

11. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: O valor registrado nesta rubrica refere-se a contratos de aluguel de imóvel onde a companhia e suas controladas estão sediadas:

Ativo de direito de uso:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Movimentação				
Saldo anterior	**19.691**	**23.224**	**19.961**	**23.224**
Adições	1.753	1.166	1.753	1.166
Depreciação	(5.508)	(4.699)	(5.508)	(4.699)
Saldo atual	**15.936**	**19.691**	**15.936**	**19.691**

Em 2022, a companhia possuía apenas um contrato de aluguel, com vencimento previsto para dezembro de 2026. Para este contrato, foi utilizada uma taxa incremental de 12,25% para realizar o desconto de fluxo de caixa, nos termos do CPC 06 - Arrendamento. Em 2023, a companhia firmou um novo contrato de aluguel, com vencimento previsto para junho de 2026. Para este contrato, foi utilizada uma taxa incremental de 14,63%, nos termos do CPC 06 - Arrendamento.

Passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Movimentação				
Passivo de arrendamento	26.502	30.722	26.502	30.722
(–) Encargos a Transcorrer	(5.226)	(7.445)	(5.226)	(7.445)
Saldo anterior	**21.276**	**23.277**	**21.276**	**23.277**
Adições - Passivo de arrendamento	2.124	1.462	2.124	1.462
(–) Baixas - Passivo de arrendamento	(7.126)	(5.682)	(7.126)	(5.682)
Adições - Encargos a Transcorrer	(372)	(296)	(372)	(296)
(–) Baixas - Encargos a Transcorrer	2.316	2.515	2.316	2.515
Passivo de arrendamento	21.500	26.502	21.500	26.502
(–) Encargos a Transcorrer	(3.282)	(5.226)	(3.282)	(5.226)
Saldo atual	**18.218**	**21.276**	**18.218**	**21.276**
Circulante	**5.973**	**4.918**	**5.973**	**4.918**
Não Circulante	**12.245**	**16.358**	**12.245**	**16.358**

12. Intangível: A composição dos ativos intangíveis é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Marca - Empiricus - AHB (i)	16.314	16.314	16.314	16.314
Marca - Money Times (ii)	200	200	200	200
Carteira de Clientes - Empiricus - AHB (iii)	8.267	12.401	8.267	12.401
Carteira de Clientes - Real Valor (iv)	399	690	399	690
Ágio - Goodwill - AHB (v)	102.711	102.711	102.711	102.711
Ágio - Goodwill - Real Valor (vi)	3.780	3.780	3.780	3.780
Direito de Exclusividade - Market Makers (viii)	551	1.102	551	1.102
Projeto em desenvolvimento pré-operacional	513	164	513	164
Ágio - Goodwill - Seu Dinheiro (vii)	1.918	–	1.918	1.918
Total	**134.653**	**137.362**	**134.653**	**139.280**

* Em razão da incorporação do Seu Dinheiro, o ágio ("*goodwill*") anteriormente registrado na rubrica de investimentos foi reclassificado para o ativo intangível na demonstração individual. No consolidado, o *goodwill* já estava apresentado no ativo intangível.
As movimentações nos saldos do intangível estão descritas a seguir:

Controladora

	31/12/2022	Adição	Baixas	31/12/2023
Marca - Empiricus - AHB (i)	16.314	–	–	16.314
Marca - Money Times (ii)	200	–	–	200
Carteira de Clientes - Empiricus - AHB (iii)	12.401	–	(4.134)	8.267
Carteira de Clientes - Real Valor (iv)	690	–	(291)	399
Ágio - Goodwill - AHB (v)	102.711	–	–	102.711
Ágio - Goodwill - Real Valor (vi)	3.780	–	–	3.780
Direito de Exclusividade - Market Makers (viii)	1.102	–	(551)	551
Projeto em desenvolvimento pré-operacional	164	349	–	513
Ágio - Goodwill - Seu Dinheiro (vii)	–	1.918	–	1.918
Total	**137.362**	**2.267**	**(4.976)**	**134.653**

Consolidado

	31/12/2022	Adição	Baixas	31/12/2023
Marca - Empiricus - AHB (i)	16.314	–	–	16.314
Marca - Money Times (ii)	200	–	–	200
Carteira de Clientes - Empiricus - AHB (iii)	12.401	–	(4.134)	8.267
Carteira de Clientes - Real Valor (iv)	690	–	(291)	399
Ágio - Goodwill - AHB (v)	102.711	–	–	102.711
Ágio - Goodwill - Real Valor (vi)	3.780	–	–	3.780
Ágio - Goodwill - Seu Dinheiro (vii)	1.918	–	–	1.918
Direito de Exclusividade - Market Makers (viii)	1.102	–	(551)	551
Projeto em desenvolvimento pré-operacional	164	349	–	513
Total	**139.280**	**349**	**(4.976)**	**134.653**

(i) A marca "AHB" advém da compra realizada pela Acta Holding em 31/12/2020, da empresa Agora Holdings Brasil Ltda., que detinha 50% do capital social da Empiricus e possuía em seu balanço basicamente os investimentos decorrentes da participação societária na Empiricus no momento da aquisição. Deste modo, a marca AHB teve sua mais-valia identificada no laudo de avaliação elaborado por perito independente (Laudo PPA) e foi considerada para fins de alocação do preço de compra. A vida útil deste ativo é classificada como indefinida. Tal valor de intangível passou a ser registrado na Empiricus após reorganização societária que resultou na incorporação da Acta Holding pela Empiricus. (ii) A marca "Money Times" foi registrada na entidade após reorganização societária que incorporou os bens e obrigações da Acta Holding na Empiricus. A marca foi originalmente adquirida pela Acta Holding no ano de 2018. (iii) Carteira de clientes advinda da aquisição da empresa Agora Holdings Brasil pela Acta Holding em 2020 que, com base na alocação do ágio em laudo de avaliação elaborado por perito independente (Laudo PPA), identificou-se a mais-valia da carteira de clientes detida pela Empiricus, uma vez que o investimento na Empiricus representava o principal ativo da empresa Agora Holdings Brasil na data da aquisição. A amortização da carteira de clientes possui vida útil definida de 5 anos, com base no referido laudo de avaliação. Em 2022 foi realizada a reclassificação parcial do saldo de goodwill para carteira de clientes, no montante de R$ 1.334. O valor amortizado em 2023 foi de R$ 4.134 (R$4.401 em 2022). (iv) A carteira de clientes da Real Valor advém da aquisição da controlada Real Valor em outubro de 2020, classificada como investimento na demonstração individual até novembro de 2022 e como intangível na demonstração consolidada. Com a incorporação da Real Valor pela Empiricus em dezembro de 2022, os saldos de ágio passaram a ser classificados como intangíveis também nas demonstrações individuais. A amortização da carteira de clientes possui vida útil definida de 5 anos, com base em laudo de avaliação. Em 2023 foi amortizado R$ 291 (2022 - R$ 380). (v) Os saldos registrados como goodwill da Agora Holdings Brasil correspondem à diferença entre o preço pago e o valor dos ativos líquidos identificados em laudo de avaliação elaborado por perito independente (Laudo PPA), sendo classificado como intangível na demonstração individual e consolidada, uma vez que a Agora Holdings Brasil foi incorporada pela Acta Holding S.A., holding que detinha participação societária na Empiricus, em 31.12.2020. Não é realizada amortização em razão da sua vida útil indefinida. A administração realiza teste de recuperabilidade de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3.11. Não foram identificadas quaisquer evidências ou indicações de desvalorização do ativo, o que não ensejou a contabilização de perda ao valor recuperável. (vi) Os saldos registrados como goodwill da Real Valor correspondem à diferença entre o preço pago e o valor dos ativos líquidos identificados em laudo de avaliação elaborado por perito independente (Laudo PPA), sendo classificado como intangível na demonstração individual e consolidada, uma vez que a Real Valor foi incorporada pela Empiricus em 2022. Não é realizada amortização em razão da sua vida útil indefinida. Não foram identificadas quaisquer evidências ou indicações de desvalorização do ativo, o que não ensejou a contabilização de perda ao valor recuperável. (vii) Os saldos registrados como goodwill da Seu Dinheiro correspondem à diferença entre o preço pago e o valor dos ativos líquidos identificados em laudo de avaliação elaborado por perito independente, advindo da incorporação da Acta Holding, sendo classificado como intangível na demonstração individual e consolidada, uma vez que a Seu Dinheiro foi incorporada pela Empiricus em 2023. Não é realizada amortização em razão da sua vida útil indefinida. Não foram identificadas quaisquer evidências ou indicações de desvalorização do ativo, o que não ensejou a contabilização de perda ao valor recuperável. (viii) Os saldos registrados como direito de exclusividade correspondem à contraprestação paga por contrato de exclusividade e direito de preferência firmado com parceiro estratégico. A vida útil deste ativo é definida em contrato com vigência de 24 meses, com início de amortização em janeiro de 2023.

13. Obrigações trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participação lucros e resultados e prêmios	–	–	–	568
Provisão de férias, 13º salário e encargos	4.811	3.686	4.811	4.259
Encargos sociais	836	693	836	795
Verbas Rescisórias	3	–	3	–
	5.650	**4.379**	**5.650**	**5.622**

14. Imposto de renda e contribuição social: 14.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	7	5	7	12
Contribuição Social	7	3	7	11
	14	**8**	**14**	**23**

Valores referem-se ao imposto de renda e contribuição social a pagar advindos das empresas incorporadas. **14.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(33.160)**	**17.365**	**(33.092)**	**18.055**
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	11.274	(5.904)	11.251	(6.139)
Constituição do crédito tributário	1.258	679	1.258	679
Constituição do passivo diferido	(2.876)	(6.911)	(2.876)	(6.911)
Efeito das adições e exclusões temporárias	1.618	11.680	1.649	11.748
Efeito das adições e exclusões permanentes	(86)	(23)	(14)	(302)
Efeito das participações em subsidiárias	(1.590)	(133)	(441)	–
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa	(11.218)	(5.620)	(12.515)	(5.997)
Reversão ativo diferido prejuízo fiscal e base negativa	(16.631)	–	(16.631)	–
Despesa de imposto de renda para a taxa efetiva	**(18.251)**	**(6.232)**	**(18.319)**	**(6.922)**
Alíquota efetiva	**55%**	**36%**	**55%**	**38%**

14.3 Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Fiscal (1)	–	11.873	–	11.873
Base Negativa da CSLL (1)	–	4.757	–	4.757
Diferença Temporal - Contingências cíveis	57	20	57	20
Diferença Temporal - Tributos com exigibilidade suspensa	218	108	218	108
Diferença Temporal - Provisão PLR	2.822	1.493	2.822	1.493
Diferença Temporal - Arrendamento mercantil	321	539	321	539
Total ativo fiscal diferido	**3.418**	**18.790**	**3.418**	**18.790**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferença Temporal - Amortização de ágio	(16.286)	(13.408)	(16.286)	(13.408)
Total passivo fiscal diferido (2)	**(16.286)**	**(13.408)**	**(16.286)**	**(13.408)**

(¹) No exercício findo em 31.12.2023, a Empiricus Research realizou a reversão dos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores, no montante de R$ 16.630 (R$ 11.873 de imposto de renda e R$ 4.757 de contribuição social). O total de crédito tributário não ativado em 31.12.2023 monta em R$ 27.848 (2022 - 0). (²) Em 2022, os ativos e passivos diferidos foram compensados e apresentados líquidos no balanço patrimonial. Em 2023, com a baixa do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a Empresa passou a apresentar os grupos de forma separada.

15. Passivo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de contrato	19.395	22.552	19.395	22.552
	19.395	**22.552**	**19.395**	**22.552**

Conforme explicado na Nota 3.16, a Empiricus oferece aos seus clientes planos de assinaturas com diferentes prazos de vigência e efetua a entrega dos conteúdos por meio de publicações periódicas ao longo desse período. Em consonância com as normas contábeis vigentes, uma vez que a obrigação da Empiricus se dá por entregas contínuas e periódicas ao longo da vigência da assinatura, realizamos o reconhecimento da receita mensalmente, de forma diferida, respeitando o prazo do plano contratado, o direito do cliente de receber o produto e a obrigação da Empiricus de ceder em definitivo as publicações preparadas por seus editores de conteúdo no prazo da assinatura. Para os planos mensais, o reconhecimento da receita ocorre de uma única vez pelo valor total do produto contratado. Para os planos anuais, a receita é apropriada mensalmente ao longo de 12 meses. E para os planos vitalícios, o período em que se dá o reconhecimento da receita também é de 12 meses, devido ao fato de que, após esse prazo, os termos do contrato não permitem o cancelamento da assinatura e o cliente deixa de ter o direito à devolução proporcional do valor pago. Tal critério justifica os saldos existentes na rubrica de Passivo de contrato, a qual reflete a obrigação futura que a Companhia e o Grupo possuem com seus assinantes e o consequente diferimento da receita ao longo do período em que acontece o cumprimento da obrigação. A redução do saldo de passivo de contrato em 2023 em relação ao ano de 2022 é explicada principalmente pelo fato de que a maior parte das vendas de 2023 foram apropriadas dentro do próprio exercício, devido ao aumento nas vendas de cursos (cuja apropriação se dá em 30 dias) em contraste com a queda de receita de assinaturas periódicas (cuja receita é diferida ao longo da vigência do contrato). **16. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais:** A movimentação do saldo de provisões, passivos contingentes e obrigações legais é demonstrada a seguir:

Controladora				
Movimentação	Cível	Tributária	Participação no resultado	Perdas com investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**60**	**319**	**4.390**	**56**	**4.825**
Adições	293	322	8.540	–	**9.155**
Baixas	(185)	–	(4.390)	(56)	**(4.631)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**168**	**641**	**8.540**	**–**	**9.349**
Total circulante	**–**	**–**	**8.540**	**–**	**8.540**
Total não circulante	**168**	**641**	**–**	**–**	**809**

Consolidado				
Movimentação	Cível	Tributária	Participação no Resultado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**60**	**319**	**4.720**	**5.099**
Adições	293	322	8.540	**9.155**
Baixas	(185)	–	(4.720)	**(4.905)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**168**	**641**	**8.540**	**9.349**
Total circulante	**–**	**–**	**8.540**	**8.540**
Total não circulante	**168**	**641**	**–**	**809**

16.1 Contingências Cíveis: O Grupo é parte passiva em litígios cíveis e efetua provisão para contingências nos casos em que a opinião de seus assessores jurídicos é de perda provável. Em 2023, as provisões para contingências cíveis montam em R$ 168 (R$ 60 em 31 de dezembro de 2022). Existem outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos na controladora com risco possível de perda no montante de R$ 1.281 (R$ 1.383 em 31 de dezembro de 2022). **16.2 Tributárias - Obrigações Legais:** A Companhia possui uma obrigação legal atribuída a processo judicial iniciado em 2021, em que discute a exigibilidade do PIS e COFINS incidente sobre o ISS e, em conformidade com o CPC 25, possui provisionado o montante de R$ 641 (R$ 319 em 31 de dezembro de 2022). Os processos de natureza tributária classificados com risco possível de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, somam R$ 765 (R$0 em 2022). **16.3 Provisão para Participação nos Resultados:** A provisão constituída em dezembro de 2022 na Empiricus foi revertida no início de 2023 e foi reconhecida despesa efetiva pelo pagamento de participação nos lucros, no montante de R$ 3.234. No consolidado, o pagamento totalizou R$ 3.435. Em dezembro de 2023, foi constituída provisão para participações nos resultados referentes ao exercício de 2023, em conformidade com Acordo Coletivo de Trabalho sobre Participação nos Lucros e Resultados, e cujo valor considera a melhor estimativa possível na data do fechamento das demonstrações financeiras. O montante provisionado foi de R$ 8.540, na controladora e no consolidado, e o pagamento efetivo ocorreu em 15 de fevereiro de 2024, no montante de R$ 7.889 **16.4 Contingências Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contingências trabalhistas classificadas com risco de perda provável (R$ 0 em 2022) nem de risco possível (R$ 874 em 2022). **16.5 Depósitos Judiciais:** O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. O saldo bloqueado para ações cíveis e trabalhistas somam R$ 552 (R$ 543 em 2022). **17. Patrimônio líquido: 17.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é representado da seguinte forma:

Movimentação	31/12/2023		31/12/2022	
	Capital social	%	Capital social	%
Banco BTG Pactual S.A.	206.343	100%	206.343	100%
	206.343	100%	206.343	100%

17.2 Transações de capital: O saldo registrado em Transações de Capital no Patrimônio Líquido refere-se à diferença entre o valor da contraprestação paga pela aquisição de empresas já controladas ou sob controle comum e o total dos ativos identificáveis líquidos, bem como por ganhos ou perdas em negociações de ações transitoriamente em tesouraria em virtude da retirada de sócios em anos anteriores. Não houve movimentação nesta rubrica no período de 2022 a 2023. A movimentação do saldo de transações de capital é indicada a seguir:

Movimentação	Transações de Capital
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.519**
Adições	–
Baixas	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.519**

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA EMPIRICUS RESEARCH PUBLICAÇÕES S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de cursos online	53.016	34.484	53.016	34.484
Receita da assinatura de periódicos eletrônicos ¹	42.348	121.729	42.348	121.729
Receita de podcasts	1.424	17.062	1.424	17.062
Receita de disponibilização de conteúdo - jornais	–	–	807	721
Receita da venda de livros	168	648	168	648
Receita de produção de conteúdo MBA	1.313	2.878	1.313	2.878
Receita de agenciamento de publicidade	–	–	146	530
Receita de inserção de publicidade	2	–	3.096	6.427
Receita de inserção de publicidade - partes relacionadas	–	–	940	2.648
Receitas operacionais - outras	140	812	140	824
Receita bruta operacional	**98.411**	**177.613**	**103.398**	**187.951**
Cancelamentos e devoluções	(2.757)	(6.754)	(2.757)	(6.754)
PIS	(989)	(1.593)	(1.017)	(1.654)
COFINS	(4.556)	(7.341)	(4.685)	(7.627)
ISS	(2.764)	(2.402)	(2.802)	(2.477)
CPRB²	(1.431)	(2.920)	(1.485)	(3.038)
(–) Deduções sobre vendas	**(12.497)**	**(21.010)**	**(12.746)**	**(21.550)**
Receita Líquida	**85.914**	**156.603**	**90.652**	**166.401**

¹ A redução das receitas com assinaturas de periódicos eletrônicos em 2023 em relação à 2022 é explicada principalmente por dois fatores: i) Mudança no interesse do consumidor em razão do cenário econômico de instabilidade e incerteza, tanto a nível local quanto global, o que resultou na manutenção de altas taxas de juros no mercado doméstico e internacional e na consequente fuga dos investidores em relação a ativos de risco, especialmente aqueles associados à renda variável e ao mercado de criptoativos, onde concentra-se a maior parte do conteúdo das assinaturas periódicas da Empiricus; e ii) Em 2022, foram reconhecidas em resultado receitas apropriadas relativas a vendas contratadas em 2021 (cuja vigência se estendia até 2022), sendo que as vendas do final de 2021 foram significativamente superiores em relação às vendas de 2022. As vendas da Empiricus são realizadas para pessoas físicas com residência no Brasil e em moeda nacional. Não há concentração de vendas para clientes que representem individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. ² A Empiricus optou pelo recolhimento da contribuição devida à Seguridade Social pela sistemática da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB"), em substituição ao recolhimento por meio da Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Salários em 2023 e 2022.

19. Custos, despesas e outras receitas/despesas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos com pessoal (1)	(6.897)	(8.123)	(6.897)	(8.123)
Custos das assinaturas e produção de conteúdo	(9.459)	(7.108)	(10.395)	(8.065)
Custos dos livros vendidos	(81)	(195)	(81)	(195)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(16.437)**	**(15.426)**	**(17.373)**	**(16.383)**
Despesas com pessoal	(39.496)	(53.071)	(47.002)	(62.236)
Participações no lucro e resultados	(7.145)	(1.384)	(7.255)	(1.708)
Reversão de provisão de participação nos lucros	–	–	–	–
Despesas com marketing, propaganda e publicidade	(24.105)	(34.894)	(22.582)	(32.772)
Outras despesas com vendas (2)	(1.899)	(2.273)	(1.899)	(2.274)
Despesas com tecnologia	(5.314)	(7.830)	(5.952)	(9.144)
Despesas com ocupação e utilidades	(1.991)	(2.662)	(2.270)	(2.726)
Demais despesas gerais e administrativas	(5.333)	(5.087)	(5.460)	(5.462)
Depreciação e amortização	(12.470)	(10.982)	(12.669)	(11.041)
Outras despesas e receitas operacionais	(797)	(5.630)	(812)	(5.727)
Despesas e outras receitas operacionais	**(98.550)**	**(123.813)**	**(105.901)**	**(133.090)**
	(114.987)	**(139.239)**	**(123.274)**	**(149.473)**

¹ Refere-se ao custo dos editores de conteúdo da Empiricus, que fazem parte do quadro de colaboradores da Companhia e são responsáveis pela elaboração de todo o material divulgado nas publicações vendidas na forma de assinaturas ou cursos. ² Trata-se de despesas necessárias para o processamento e gerenciamento das vendas através da internet e pelo método de pagamento cartão de crédito.

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos com aplicações financeiras	278	1.611	337	2.292
Rendimentos com aplicações financeiras - partes relacionadas	2.365	2.273	2.593	2.339
Atualização de impostos a compensar	60	174	75	174
Outras receitas financeiras	27	439	32	440
Receitas Financeiras	**2.730**	**4.497**	**3.037**	**5.245**
Encargos Financeiros sobre Arrendamento	(1.866)	(2.515)	(1.919)	(2.515)
Deságio resgate título de capitalização	–	(1.346)	–	(1.346)
Tarifas bancárias - conta corrente	(33)	(35)	(36)	(38)
Tarifas bancárias - conta corrente - partes relacionadas	–	(5)	–	(5)
Outras despesas financeiras	(244)	(204)	(257)	(214)
Despesas Financeiras	**(2.143)**	**(4.105)**	**(2.212)**	**(4.118)**
Resultado Financeiro	**587**	**392**	**825**	**1.127**

21. Análise dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da companhia e suas respectivas classificações em valor justo por meio de resultado e custo amortizado estão demonstrados a seguir:

Empiricus - Valor justo por meio de resultado x Custo amortizado:

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.710	174	43.581	278	2.710	174	48.077	286
Contas a receber de clientes (Nota 6)	–	40.598	–	33.621	–	40.598	–	33.844
Partes relacionadas (Nota 8.1)	–	11.452	–	879	–	11.452	–	888
Outros créditos (Nota 7)	–	3.544	–	7.633	–	3.544	–	5.570
Total	**2.710**	**55.768**	**43.581**	**42.411**	**2.710**	**55.768**	**48.077**	**40.588**
Passivos financeiros								
Fornecedores	–	4.949	–	6.233	–	4.949	–	6.260
Partes relacionadas (Nota 8.1)	–	–	–	606	–	–	–	463
Arrendamento de Imóveis (Nota 11)	–	18.218	–	21.276	–	18.218	–	21.276
Outras obrigações	–	182	–	423	–	182	–	710
Total	**–**	**23.349**	**–**	**28.538**	**–**	**23.349**	**–**	**28.709**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial e não diferem dos seus valores justos.

22. Cobertura de seguros: A Empiricus adota a política de contratar seguro patrimonial para cobertura de eventuais riscos de incêndio, explosão e danos ao imóvel onde está localizado o seu escritório. A cobertura contratada para 2023 foi de R$ 32.832 (R$ 10.400 em 31 de dezembro de 2022) na Empiricus.

23. Eventos subsequentes: A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02 de fevereiro de 2024, deliberou o aumento de capital de R$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data.

DIRETORIA

Caio César de Arruda Mesquita — Rodolfo Cirne Amstalden

CONTADOR

Tiago Rachid Cambria - CRC 266.263/O-0

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

NIPC: 500.097.488 - SOCIEDADE ESTRANGEIRA COM SUCURSAL NO BRASIL – CNPJ: 24.447.770/0001-45

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

BALANÇO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de euros)

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	11.449	12.228
Propriedades de investimento	41	140
Goodwill	13.746	13.070
Ativos intangíveis	2.396	3.827
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	273.151	281.609
Outros investimentos financeiros	8.779	8.832
Créditos a receber	46.749	89.246
Ativos por impostos diferidos	18.720	23.162
	375.031	**432.114**
Ativo corrente:		
Inventários	4.018	4.127
Clientes	226.771	279.446
Estado e outros entes públicos	15.665	15.007
Outros créditos a receber	503.814	508.785
Diferimentos	4.251	6.656
Ativos financeiros detidos para negociação	-	346
Ativos não correntes detidos para venda	5	5
Caixa e depósitos bancários	14.975	7.602
	769.499	**821.974**
Total do Ativo	**1.144.530**	**1.254.088**
Capital próprio e Passivo		
Capital próprio:		
Capital subscrito	280.000	280.000
Reservas legais	45.600	45.600
Outras reservas	114.082	114.082
Resultados transitados:		
Resultados transitados	(43.795)	(22.175)
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial	(84.506)	(78.670)
Ajustamentos /outras variações no capital próprio:		
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial	84.506	78.670
Outros ajustamentos em ativos financeiros	(86.931)	(52.809)
Outras variações no capital próprio	(79.441)	(64.757)
	229.515	**299.941**
Resultado líquido do período	(1.949)	(21.620)
Total do Capital próprio	**227.566**	**278.321**
Passivo		
Passivo não corrente:		
Provisões	23.569	20.317
Financiamentos obtidos	252.056	270.588
Passivos por impostos diferidos	7	17
Outras dívidas a pagar	4.700	-
	280.332	**290.922**
Passivo corrente:		
Fornecedores	157.955	173.544
Adiantamentos de clientes	73.087	80.003
Estado e outros entes públicos	8.151	8.104
Financiamentos obtidos	306.484	335.416
Outras dívidas a pagar	75.305	71.313
Diferimentos	15.650	16.465
	636.632	**684.845**
Total do Passivo	**916.964**	**975.767**
Total do Capital próprio e Passivo	**1.144.530**	**1.254.088**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de euros)

Rendimentos e gastos	2023	2022
Vendas e serviços prestados	339.252	407.537
Subsídios à exploração	391	31
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27.014	12.322
Variação nos inventários da produção	(41)	(102)
Trabalhos para a própria entidade	1.621	392
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(64.625)	(94.433)
Fornecimentos e serviços externos	(227.343)	(263.183)
Gastos com o pessoal	(80.697)	(78.289)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(44)	(43)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(8.435)	942
Provisões (aumentos/reduções)	(3.506)	(1.785)
Aumentos/reduções de justo valor	1	(4)
Outros rendimentos	35.233	21.274
Outros gastos	(15.712)	(13.034)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	**3.109**	**(8.375)**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(10.626)	(10.448)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	320	657
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**(7.197)**	**(18.166)**
Juros e rendimentos similares obtidos	57.450	52.768
Juros e gastos similares suportados	(49.532)	(59.581)
Resultado antes de impostos	**721**	**(24.979)**
Imposto sobre o rendimento do período	(2.671)	3.360
Resultado líquido do período	**(1.949)**	**(21.620)**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de euros)

Descrição	2023	2022
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	328.766	412.995
Pagamentos a fornecedores	(297.258)	(365.300)
Pagamentos ao pessoal	(49.426)	(49.425)
Caixa gerada pelas operações	**(17.918)**	**(1.730)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.941)	13.646
Outros recebimentos/pagamentos	(20.360)	18.347
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**(40.219)**	**30.263**
Atividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a:		
- Ativos fixos tangíveis	(2.175)	(3.463)
- Ativos intangíveis	(75)	(26)
- Investimentos financeiros	(14)	(33)
- Outros ativos - Partes relacionadas	(52.245)	(108.226)
Recebimentos provenientes de:		
- Ativos fixos tangíveis	924	527
- Investimentos financeiros	918	21
- Subsídios ao investimento	211	-
- Juros e rendimentos similares	28.262	13.732
- Dividendos	7.960	1.220
- Outros ativos - Partes relacionadas	99.708	22.245
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**83.474**	**(74.003)**
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
- Financiamento obtidos	2.333.828	2.885.562
- Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3.675	-
- Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	493.273	580.171
- Outras operações de financiamento	1.123	-
Pagamentos respeitantes a:		
- Financiamento obtidos	(2.327.655)	(2.891.099)
- Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	(100)	-
- Amortização de contratos de locação financeira	(2.813)	(2.202)
- Juros e gastos similares	(37.308)	(21.453)
- Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	(497.889)	(504.609)
- Dividendos	(249)	-
- Outras operações de financiamento	(884)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**(34.999)**	**46.370**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	8.256	2.630
Efeito das diferenças de câmbio	(883)	(2.731)
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.602	7.703
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.975	7.602

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores expressos em milhares de euros)

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
Descrição		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**1**	**280.000**	**45.600**	**114.082**	**15.598**	**(59.167)**	**(112.940)**	**283.173**
Alterações no período:								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	816	-	816
Aplicação do método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	19.734	-	19.734
MEP - Lucros não atribuídos		-	-	-	279	(279)	-	-
Aplicação de resultados		-	-	-	(112.940)	-	112.940	-
Outras operações reconhecidas em capital próprio		-	-	-	(3.782)	-	-	(3.782)
	2	-	-	-	(116.443)	20.271	112.940	16.768
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	(21.620)	(21.620)
Resultado integral do período	4 = 2+3	-	-	-	-	-	-	(4.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5 = 1+2+3**	**280.000**	**45.600**	**114.082**	**(100.845)**	**(38.896)**	**(21.620)**	**278.321**
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**6**	**280,000**	**45.600**	**114.082**	**(100.845)**	**(38.896)**	**(21.620)**	**278.321**
Alterações no período:								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(14.685)	-	(14.685)
Aplicação do método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	(34.121)	-	(34.121)
MEP - Lucros não atribuídos		-	-	-	(5.836)	5.836	-	-
Aplicação de resultados		-	-	-	(21.620)	-	21.620	-
	7	-	-	-	(27.456)	(42.970)	21.620	(48.806)
Resultado líquido do período	8	-	-	-	-	-	(1.949)	(1.949)
Resultado integral do período	9 = 7+8	-	-	-	-	-	-	(50.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10 = 6+7+8**	**280.000**	**45.600**	**114.082**	**(128.301)**	**(81.866)**	**(1.949)**	**227.566**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. (TDEC), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023. No desempenho das nossas funções, acompanhámos com regularidade a atividade da TDEC, tendo obtido da Administração e dos Serviços os esclarecimentos que consideramos necessários para o adequado conhecimento das questões de natureza operacional e financeira que ocorreram no referido período. No âmbito das competências atribuídas ao Fiscal Único, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e acompanhámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade, referente ao período de 2023. Analisámos, ainda, o Relatório de Gestão e a sua conformidade com as contas apresentadas pelo Conselho de Administração, tendo constatado que descreve os factos mais relevantes que ocorreram no período. Em face do anteriormente referido e tendo em consideração a opinião constante da Certificação Legal das Contas, que se dá como reproduzida neste relatório, é nosso parecer que a Assembleia Geral aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023;

b) A proposta de aplicação dos resultados.

Lisboa, 24 de abril de 2024

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela
ROC N° 1418, Registo CMVM N° 20161028

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião - Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.144.530 milhares de euros e um total de capital próprio de 227.566 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.949 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião - A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras - O órgão de gestão é responsável pela: • Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; • Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; • Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro; • Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e • Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; • Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; • Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; • Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; • Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão - Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.° 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de abril de 2024

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela
ROC N° 1418, Registo CMVM N° 20161028

ADMINISTRADORES:
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
Pedro Miguel Martins Cardoso Costa
Sérgio Paulo Reis Pereira **Paulo Alfredo de Carvalho Serradas**
Gustavo Nuno Banazol Capelo Cariano de Villas-Boas Lebreiro
O CONTABILISTA CERTIFICADO: Mário Rui Pereira Cristóvão

Tecnobank Tecnologia Bancária S.A.

CNPJ/MF 09.016.926/0001-40

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Valores expressos em milhares de R$)

Balanço Patrimonial

	Nota	2023	2022 (reclassificado)
Ativo/Circulante		**49.766**	**34.704**
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.792	19.649
Contas a receber de clientes	–	59	21
Tributos a recuperar	–	1.375	2.029
Despesa antecipada	–	354	100
Contas a receber de parte relacionadas	5	10.992	5.992
Outros créditos	6	6.194	6.913
Não circulante		**29.957**	**35.277**
Contas a receber de parte relacionadas	5	–	5.000
Outros créditos	6	632	673
Imobilizado	7	16.451	18.253
Intangível	8	9.874	11.351
Total do ativo		**76.723**	**69.981**

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldo em 31/12/2021		**10.171**	**2.034**	**4.481**	**16.686**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	(131)	(131)
Lucro do exercício	–	–	–	95.175	95.175
Dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	(23.794)	(23.794)
Dividendos extraordinários	13	–	–	(70.199)	(70.199)
Saldo em 31/12/2022		**10.171**	**2.034**	**5.532**	**17.737**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	202	202
Lucro do exercício	–	–	–	96.874	96.874
Dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	(24.219)	(24.219)
Dividendos extraordinários	13	–	–	(60.184)	(60.184)
Saldo em 31/12/2023		**10.171**	**2.034**	**18.205**	**30.410**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A **Tecnobank Tecnologia Bancária S.A ("Tecnobank" ou "Companhia")** é uma sociedade anônima de capital fechado situada na Rua Gomes de Carvalho, 1.356 9º andar - Vila Olímpia - São Paulo. A Tecnobank entrega infraestrutura de mercado para registros eletrônicos de contratos de financiamento de veículos, simplificando, assegurando e dinamizando as operações, por meio de plataformas inteligentes, modulares e customizáveis, de envio e consultas de dados, validação de informações, análise de riscos e aprimoramento do controle das garantias do bem. Com implantação simples e impacto mínimo na rotina do cliente, permite agregar soluções complementares que contribuem para o aumento da segurança nas operações.

Balanço Patrimonial

	Nota	2023	2022 (reclassificado)
Passivo/Circulante		**33.207**	**33.339**
Empréstimos e financiamentos	9	991	1.029
Fornecedores	–	41	96
Contas a pagar	10	11.085	7.899
Obrigações trabalhista e tributárias	11	14.510	18.091
Outras obrigações	6	6.580	6.224
Não circulante		**13.106**	**18.905**
Empréstimos e financiamentos	9	4.263	5.254
Obrigações trabalhista e tributárias	11	8.843	13.458
Provisões para riscos	12	–	193
Patrimônio líquido		**30.410**	**17.737**
Capital social	13	10.171	10.171
Reserva de legal	13	2.034	2.034
Reserva de lucros	–	18.205	5.532
Total do passivo e patrimônio líquido		**76.723**	**69.981**

Demonstrações do Resultado

	Notas	2023	2022
Receita líquida de vendas	14	238.512	219.163
Custos dos serviços prestados	15	(8.568)	(4.510)
Lucro bruto		**229.944**	**214.653**
(Despesas) outras receitas operacionais			
Administrativas e gerais	15	(62.356)	(49.793)
Despesas com vendas	15	(5.627)	(3.349)
Despesas com Pessoal	15	(14.166)	(12.274)
Outras receitas (despesas)	–	262	(2.100)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**148.057**	**147.137**
Despesas financeiras	16	(3.491)	(4.334)
Receitas financeiras	16	801	692
Lucro antes do IR e da CS		**145.367**	**143.495**
IR e CS	17	(48.493)	(48.320)
Lucro do exercício		**96.874**	**95.175**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro do exercício	96.874	95.175
(+/–) Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**96.874**	**95.175**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022 (reclassificado)
Atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da CS	145.367	143.495
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido originado das atividades operacionais:		
Depreciação	2.009	617
Amortização	3.543	1.764
Custo líquido na baixa de imobilizado	252	108
Custo líquido na baixa de intangível	–	2.421
Juros sobre empréstimos e financiamentos	386	7
Provisão para contingências	(193)	193
Ajuste de exercícios anteriores	202	(131)
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(38)	1.122
Outros créditos	760	(1.416)
Partes relacionadas	–	15.030
Tributos a recuperar	654	(1.231)
Despesas antecipadas	(254)	551
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(55)	33
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8.748)	(5.772)
Contas a pagar	3.186	3.749
Outras obrigações	356	(248)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.941)	(49.636)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**99.486**	**110.656**
Adições de bens do ativo imobilizado	(459)	(16.890)
Adições de bens do ativo intangível	(2.066)	(5.731)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(2.525)**	**(22.621)**
Captação de empréstimos e financiamentos	–	7.304
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.415)	(1.361)
Distribuição de lucros	(84.403)	(93.993)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(85.818)**	**(88.050)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.143**	**(15)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.649	19.664
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.792	19.649
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.143**	**(15)**

Diretoria

Diretor Presidente: Carlos Alberto Santana - CPF/MF nº 023.188.329-35

Contador

Anselmo Bueno da Silva - **CRC:** 1SP218873/O-0 - **CPF:** 172.013.278-01

As demonstrações financeiras, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

FERTILIZANTE

França afirma que Ansa pode voltar a operar no ano que vem

O diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, disse na segunda-feira que a Petrobras deve ter, até junho ou julho, uma decisão final sobre o processo de volta à atividade da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados, a Ansa, no Paraná. Segundo o diretor, se tudo correr bem, a unidade vai voltar a funcionar até meados de 2025.

Em 17 de abril, a estatal informou ao mercado que sua diretoria executiva aprovou a retomada das operações da unidade, o que agora depende de medidas práticas em discussão.

França falou a jornalistas no seminário "Transição Energética no Mar", na sede do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o diretor da

TECHINT
Engenharia e Construção

Techint Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.575.775/0001-80

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	20.545	12.879	22.035	14.646
Clientes (Nota 5)	250	561	250	561
Partes relacionadas (Nota 21)	41.424	40.116	17.340	77
Ativos relacionados a contratos de cliente (Nota 22)	–	21.139	–	21.139
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.328	3.602	2.583	8.135
Impostos a recuperar (Nota 6)	12.730	13.451	14.753	30.400
Estoques (Nota 7)	9	1.554	9	1.554
Adiantamentos a fornecedores	13	262	598	847
Outros ativos	1.669	3.742	1.823	3.765
	78.968	97.306	59.391	81.124
Ativo disponível para venda (Nota 11 e)	–	37.067	–	37.067
	78.968	134.373	59.391	118.191
Não circulante				
Tributos diferidos (Nota 18)	126.206	202.159	126.206	202.159
Ativos relacionados a contratos de cliente (Nota 22)	206.700	206.700	206.700	206.700
Impostos a recuperar (Nota 6)	–	–	3.026	3.026
Indenizações a receber (Nota 8)	598.113	598.113	598.113	598.113
Outros ativos	2.812	2.963	2.812	7.116
	933.831	1.009.935	936.857	1.017.114
Ativos de direito de uso (Nota 10)	10.322	1.797	10.322	1.797
Imobilizado (Nota 11)	134.679	141.720	134.765	141.812
Intangível (Nota 12)	1.356	741	1.356	741
	146.357	144.258	146.443	144.350
	1.080.188	1.154.193	1.083.300	1.161.464
Total do ativo	1.159.156	1.288.566	1.142.691	1.279.655

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores (Nota 13)	9.869	17.552	10.819	23.258
Fornecedores - risco sacado	–	357	–	357
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 22)	7.858	–	7.858	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	245.231	214.395	245.231	214.395
Passivo de arrendamento (Nota 10)	2.099	1.786	2.099	1.786
Impostos e contribuições	1.780	3.341	1.781	3.345
Salários e encargos sociais (Nota 15)	7.042	7.344	7.042	7.344
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)	2.919	1.543	3.422	1.543
Provisão para custos incorridos	10	2.670	10	2.670
Partes relacionadas (Nota 21)	539	528	539	528
Provisão para indenizações (Nota 16)	1.458	2.057	1.458	2.057
Outras passivos	334	2.095	334	2.095
	279.139	253.668	280.593	259.378
Não circulante				
Provisão para contingências (Nota 19)	13.305	6.111	13.305	13.914
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)	167	2.072	3.990	2.072
Passivo de arrendamento (Nota 10)	8.223	–	8.223	–
Partes relacionadas (Nota 21)	160.365	164.696	160.365	164.696
Gratificações a empregados (Nota 2.2 (j) d)	13.793	12.772	13.793	12.772
Provisão para honorários (Nota 8)	139.283	140.283	139.283	140.283
Outras Obrigações - Adiantamento (Nota 8 (iii))	123.536	93.970	123.536	93.970
Outras contas a pagar	–	11	–	11
Provisão para perda com Investimento (Nota 9)	21.729	22.410	–	–
	480.401	442.325	462.495	427.718
Total do passivo	759.540	695.993	743.088	687.096
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídas aos acionistas da controladora (Nota 23)				
Capital social	497.579	497.579	497.579	497.579
Reserva de lucros	–	49.215	–	49.215
Prejuízos acumulados	(121.303)	–	(121.303)	–
Ajustes de avaliação patrimonial	23.340	45.779	23.340	45.779
	399.616	592.573	399.616	592.573
Participação de não controladores	–	–	(13)	(14)
	399.616	592.573	399.603	592.559
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.159.156	1.288.566	1.142.691	1.279.655

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de obras e serviços (Nota 24)	13.381	133.292	13.381	133.292
Custo dos produtos vendidos e serviços (Nota 25)	(43.086)	(253.502)	(43.175)	(254.964)
Prejuízo bruto	(29.705)	(120.210)	(29.794)	(121.672)
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 25)	(62.307)	(54.429)	(63.108)	(59.903)
De vendas (Nota 25)	(316)	(1.094)	(316)	(1.094)
Resultado de participações societárias (Nota 9 (b))	681	(20.824)	–	(2)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 26)	3.855	37.464	6.657	30.884
Prejuízo operacional	(87.792)	(159.093)	(86.561)	(151.787)
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras (Nota 27)	27.763	91.728	31.305	91.620
Despesas financeiras (Nota 27)	(56.975)	(68.958)	(61.747)	(70.368)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(117.004)	(136.323)	(117.003)	(130.535)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18 (b))				
Do exercício				
Diferido	(75.953)	(161)	(75.953)	(5.962)
Prejuízo do exercício	(192.957)	(136.484)	(192.956)	(136.497)
Atribuível a				
Acionistas da Controladora	(192.957)	(136.484)	(192.957)	(136.484)
Participação dos não controladores	–	–	1	(13)
Prejuízo do exercício	(192.957)	(136.484)	(192.956)	(136.497)
Prejuízo básico e diluído por ação do exercício - atribuível aos acionistas da controladora - R$	(17,68)	(12,51)	–	–

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	(192.957)	(136.484)	(192.956)	(136.497)
Outros resultados abrangentes				
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	(4.360)	(66)	(4.360)	(66)
Realização do custo atribuído, líquida dos impostos diferidos	(18.079)	(77)	(18.079)	(77)
Resultado abrangente do exercício	(215.396)	(136.627)	(215.395)	(136.640)
Atribuível a				
Acionistas da Controladora	(215.396)	(136.627)	(215.396)	(136.627)
Participação dos não controladores	–	–	1	(13)
	(215.396)	(136.627)	(215.395)	(136.640)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(117.004)	(136.323)	(117.003)	(130.535)
Ajustes ao resultado:				
Indenizações a receber (Nota 8)	–	(87.371)	–	(87.371)
Depreciação e amortização (Notas 10, 11 e 12)	10.673	11.562	10.679	11.569
Resultado na venda de imobilizado (Nota 26)	(4.134)	(33.645)	(4.134)	(33.645)
Resultado na alienação de ativos mantidos à venda (nota 11 e)	(5.433)	–	(5.433)	–
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (b))	(681)	20.824	–	2
Provisão para honorários (Nota 8)	–	13.186	–	13.186
(Reversão) Provisão para contingências (Nota 19)	7.669	(94)	(134)	7.709
Reversão para indenizações	(599)	(11.865)	(599)	(11.865)
Reversão para custos incorridos	(2.660)	(10.639)	(2.660)	(10.639)
Provisão para juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	18.663	22.615	18.663	22.615
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos (nota 14)	(10.045)	1.669	(10.045)	1.669
Variações cambiais sobre mútuos	(12.101)	(8.947)	(12.102)	(8.947)
Provisão para juros de mútuos (Nota 21)	7.770	6.010	7.770	6.010
Gratificações a empregados (Nota 2.2 (j) d)	1.021	(4.213)	1.021	(4.213)
Atualização de outras Obrigações - Adiantamento Nota 8 (iii)	29.566	23.970	29.566	23.970
Juros de Passivo de arrendamento (Nota 10)	258	28	258	28
Juros parcelamentos (Nota 17)	453	–	691	–
(Reversão) provisão para perda de estoques (Nota 7)	(6.075)	5.488	(6.075)	5.488
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	311	2.737	311	12.798
Ativos relacionados a contratos com clientes	21.139	25.350	21.139	25.350
Passivos relacionados a contratos com clientes	7.858	(36.899)	7.858	(36.899)
Impostos a recuperar	1.995	6.095	21.199	31.022
Estoques	7.620	32.332	7.620	32.478
Outros ativos	2.224	1.193	6.246	2.974
Partes relacionadas	(1.297)	37.945	(17.252)	18.668
Fornecedores	(7.683)	(14.509)	(12.439)	(25.227)
Fornecedores - risco sacado	(357)	(1.262)	(357)	(1.262)
Salários e encargos sociais	(302)	(23.401)	(302)	(23.401)
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)	(982)	(1.666)	3.106	(1.666)
Adiantamentos a fornecedores	249	(197)	249	(196)
Impostos e contribuições	(1.561)	(4.514)	(1.564)	(4.513)
Provisão para honorários (Nota 8)	(1.000)	–	(1.000)	–
Provisões para contingências (Nota 19)	(475)	(3.064)	(475)	(3.063)
Outras passivos	(1.772)	1.008	(1.772)	941
Outros	–	–	1	(13)
Caixa aplicado nas operações	(56.692)	(166.597)	(56.969)	(166.978)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(16.807)	(8.714)	(16.807)	(8.714)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(73.499)	(175.311)	(73.776)	(175.692)
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Compras de imobilizado (Nota 11)	(944)	(758)	(944)	(758)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Notas 11 e 26)	4.009	36.238	4.009	36.238
Valor recebido na alienação de ativos mantidos a venda (Nota 11 e)	42.500	–	42.500	–
Compras de ativos intangíveis (Nota 12)	(1.100)	(147)	(1.100)	(147)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	44.465	35.333	44.465	35.333
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos e Financiamentos obtidos (Nota 14)	140.435	344.449	140.435	344.449
Pagamento de Passivo de arrendamento (Nota 10)	(2.325)	(2.358)	(2.325)	(2.358)
Contratação de mútuos	–	53.800	–	53.800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(101.410)	(287.776)	(101.410)	(287.776)
Pagamento de mútuos	–	–	–	(511)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	36.700	108.115	36.700	107.604
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	7.666	(31.863)	7.389	(32.755)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.879	44.742	14.646	47.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.545	12.879	22.035	14.646

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

			Atribuível aos acionistas controladores					
			Reservas de lucros					
	Capital realizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Lucros a realizar	Prejuízo acumulados	Total	Participação de não controlador	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	497.579	45.922	7.914	177.642	–	729.057	(1)	729.056
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	–	(66)	–	–	66	–	–	–
Realização do custo atribuído, líquida dos impostos diferidos	–	(77)	–	–	77	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(136.484)	(136.484)	(13)	(136.497)
Destinação do prejuízo do exercício								
Absorção do prejuízo	–	–	–	(136.341)	136.341	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	497.579	45.779	7.914	41.301	–	592.573	(14)	592.559
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	–	(4.360)	–	–	4.360	–	–	–
Realização do custo atribuído, líquida dos impostos diferidos	–	(18.079)	–	–	18.079	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(192.957)	(192.957)	1	(192.956)
Destinação do prejuízo do exercício								
Absorção do prejuízo	–	–	(7.914)	(41.301)	49.215	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2023	497.579	23.340	–	–	(121.303)	399.616	(13)	399.603

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Techint Engenharia e Construção S.A. ("Techint" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 2º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo. A Companhia é controlada pelo seu acionista direto controlador TEI&C SA ("TEI&C" ou "Controladora"), e sua empresa-mãe é Techint E&C S.A. A Techint, sua controlada Socominter - Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter") (coletivamente, "Grupo") e seus consórcios em conjunto operam no Brasil e realizam diversos projetos relacionados à engenharia, construção e fornecimento de equipamentos e materiais com foco nos setores de Energia, Petróleo e Gás, Mineração, Fertilizantes, Siderurgia e estudos no segmento de Transição Energética. Atuando no Brasil há mais de 75 anos, a Techint executou os principais projetos de infraestrutura do país, tendo atuado em todas as refinarias da Petrobrás instaladas em território nacional, na maior parte da malha de dutos de grande porte em operação e nos maiores projetos de geração de energia. Em todos os mercados em que atua, a Techint é reconhecida por seus clientes, parceiros, seguradoras e demais agentes financeiros como uma empresa com capacidade técnica, financeira, de alta qualidade e grande performance em suas entregas, inclusive em situações adversas como na Pandemia Covid-19, onde concluiu e entregou aos seus clientes dois grandes contratos de termeletricas. A Companhia compartilha da sua estrutura de custos corporativos, gerenciais e operacionais com sua Controlada e demais empresas relacionadas. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada no dia 26 de abril de 2024. **1.1 Ações da Administração:** Transparência, Qualidade, Segurança, Diversidade e Confiabilidade na gestão fazem parte dos principais valores da Companhia e, no Brasil, é promovida há decadas a cultura de Compliance nas comunidades onde atua. A Companhia trabalha com uma gestão de integridade desde 2002, quando foi implantado o canal de denuncia denominado Linha Transparente, com ampla divulgação para os públicos interno e externo, para recepção de denúncias de irregularidades de qualquer tipo, podendo ser realizadas através do telefone 0 800 900 0314, intranet ou pela internet www.bkms-system.com/TechintEC, e em 2005, foi lançado o Código de Conduta e a Política de Transparência na relação com terceiros. Ao longo destes anos a Companhia aprimorou os processos, desenvolvendo um trabalho contínuo de cumprimento de normas e procedimentos, em conformidade com as leis, sempre reforçando uma relação de transparência com nossos colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades, através de monitoramento continuo, conscientização através de treinamentos periódicos, comunicação e due diligences. Desde 2014, foi criado o Comitê de Compliance, que tem como objetivo garantir, controlar e monitorar o cumprimento das políticas, procedimentos e legislações pertinentes pelas pessoas ligadas à Companhia, sejam elas sócios/acionistas, colaboradores, prestadores de serviços e/ou clientes. Consequência de um processo contínuo de aprimoramento de governança e da construção de um programa de Compliance sólido e eficiente, a Companhia mantém sua certificação do Sistema de Gestão de Compliance - ISO 37001, pelo 6º ano consecutivo. Além disso, em 2019 a Companhia passou a ser signatária do Pacto Global, reforçando o seu compromisso com os dez princípios universais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A Companhia vem tomando algumas ações para mitigar o risco de insolvência e garantir a liquidação de seus compromissos de curto e longo prazos, dentre as quais podemos destacar a manutenção dos empréstimos financeiros (mútuos) aportados por sua Controladora, venda de ativos imobilizados não-operacionais, equipamentos de construção e forte retomada do setor comercial, com foco em projetos EPCs. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou prejuízo de R$ 192.957 (R$ 136.484 em 2022). Graças às ações de mitigação anteriormente citadas, cabe reiterar que a Companhia, a exemplo de exercícios anteriores, cumpriu com todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais, financeiras e fiscais. A Companhia vem recebendo e possui suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário. **1.2 Relação comercial com Petrobras, Eletronuclear e processos administrativos e judiciais em andamento:** Em 10 de abril de 2015, a Companhia recebeu notificação da Controladoria Geral da União (CGU) informando a instauração de processo administrativo tendo por objeto licitações conduzidas pela Petrobras. Em 10 de maio de 2019, a CGU aplicou penalidade de inidoneidade à Companhia, proibindo a Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, incluindo a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras. A Companhia realizou sua reabilitação perante a CGU, tendo sido a mesma deferida por decisão publicada no Diário Oficial em 30 de novembro de 2022. No âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), com relação às contratações com a Petrobrás, há um único contrato objeto de procedimentos administrativos, relacionado à unidade de coqueamento retardado do Comperj, que a Companhia executou em consórcio, em razão de supostos sobrepreço e fraude na referida contratação. A Companhia apresentou sua defesa nos referidos processos administrativos. O procedimento relativo à alegada fraude foi julgado e arquivado, estando, assim, encerrado, e os relativos a sobrepreço aguardam apreciação e julgamento, sem prejuízo da eventual posterior discussão da questão em sede judicial. A seu turno, no ano de 2017, também no âmbito do processo administrativo em curso perante o TCU com relação a contratação da montagem eletromecânica da usina de Angra 3 com o cliente Eletrobras Eletronuclear S.A., feita pelo Consórcio Angramon, do qual a Companhia é consorciada, o TCU declarou a Companhia e outras empresas como inidôneas por até cinco anos para participar de licitação na Administração Pública Federal. Em 2019, o pedido de reexame interposto pela Companhia e outras empresas foi julgado e rejeitado, com a manutenção da decisão recorrida que declarou a inidoneidade da Companhia. A Companhia ajuizou mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu liminarmente os efeitos da decisão do TCU. Contra essa decisão foi interposto Agravo Regimental, atualmente pendente de julgamento. Em 08 de dezembro de 2021, o TCU determinou a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de eventual dano ao erário. Foi apresentada defesa pelas consorciadas e pelo Consórcio e aguarda-se sua análise pelo Tribunal. A seu turno, a Companhia e as consorciadas individualmente apresentaram defesa em processo judicial instaurado pela Eletronuclear tendo por objeto esse mesmo alegado dano, confundindo-se assim com o da Tomada de Contas Especial; aguarda-se a fase de instrução dos processos. Em paralelo, em 21 de julho de 2020, a CGU instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR) com o propósito de apurar supostos atos lesivos nas licitações para serviços de montagem eletromecânica da Usina Angra 3. Trata-se de um desdobramento do processo administrativo do TCU mencionado abaixo. A Companhia apresentou sua defesa. Com base em procedimento expedito de "julgamento antecipado", a Companhia, sem que isso importasse em reconhecimento de culpa, requereu o julgamento do referido expediente e já deu inteiro cumprimento à decisão nº 404 exarada pela CGU em 28 de dezembro de 2022, efetuando o pagamento acordado no valor de R$ 15.328, não estando mais impedida de celebrar contratos com a Eletronuclear. A Companhia não apresenta qualquer restrição de contratação ou inidoneidade. Com relação a dois processos que a Companhia tinha perante o TCU, para apuração de eventuais irregularidades em contratos de refinarias da Petrobras (RNEST e REPAR), tais processos foram instaurados em função de delações feitas por terceiros e tiveram a fase administrativa encerrada com a imposição da pena de inidoneidade por 3 anos. A Companhia ajuizou mandados de segurança perante o Supremo Tribunal Federal contra tais decisões, tendo já sido provido em decisão de mérito no caso REPAR, decisão já transitada em julgado. No caso RNEST, o TCU reconheceu a compensação da penalidade da CGU no PAR relativo às contratações com a Petrobras e extinguiu o processo, arquivando-o. Ambos os casos foram definitivamente encerrados. Estão em curso cinco processos administrativos instaurados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apuração de eventuais infrações em relação aos contratos mantidos com a Eletronuclear (processo instaurado em 05 de novembro de 2015) e com a Petrobras (processo instaurado em 22 de dezembro de 2015), e a participação em licitação de obras civis de infraestrutura hídrica e de irrigação, sobretudo no Nordeste do Brasil (processo instaurado em 03 de dezembro de 2019), bem como de obras civis de infraestrutura e superestrutura ferroviárias para a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (processo instaurado em 26 de fevereiro de 2020) e, por fim, em licitações de obras aeroportuárias pela Infraero (processo instaurado em 29 de setembro de 2021), envolvendo a Companhia e, com exceção do caso Valec, alguns de seus administradores. As defesas já foram apresentadas em todos os processos e aguardam análise pelo CADE. A Companhia foi, também, intimada a apresentar Defesa Prévia em ação de improbidade administrativa proposta pela AGU em função de ter mantido consórcio para execução de um dos contratos com a Petrobras objeto da ação. No âmbito desse processo não foram imputadas condutas individuais da Companhia, mas sua suposta responsabilidade na qualidade de consorciada, e já foi apresentada a Defesa Prévia. Foi proferida decisão, que determinou a instauração formal da ação. Em função das modificações havidas na legislação de regência, o Ministério Público manifestou seu interesse em dar continuidade à ação, tendo sido requerida pela Companhia a extinção do processo, o que será objeto de oportuna apreciação, aguardando-se decisão na primeira instância. A Companhia tomou conhecimento em setembro de 2022 de uma outra ação de improbidade administrativa proposta pela Petrobras em função de ter mantido consórcio para execução de outros dois contratos com a Petrobras, sendo um deles no âmbito do Comperj, em apuração que se sobrepõe àquela conduzida pelo TCU. Sem prejuízo da aplicação das modificações havidas na legislação de regência posteriormente ao ajuizamento da demanda, a Companhia apresentou sua defesa para oportuna apreciação na primeira instância. Presentemente, não é possível prever a duração dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos, assim como os seus desdobramentos e efeitos para a Companhia oriundas dessas incertezas, além das informações prestadas acima. **1.3 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"),e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos e edificações na data de transição para CPCs e IFRS e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, custos incorridos e a incorrer nas obras em curso, indenizações a receber e outras similares, conforme divulgadas na Nota 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2 Principais práticas contábeis: (a) Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia, sua controlada e seus consórcios em conjunto. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(b) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não haviam ativos financeiros desta natureza. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia e suas subsidiárias para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, quando aplicável: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e • Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito, ou não, a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, A Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais. • Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. • As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em receitas (despesas) financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. ***Impairment:*** A Companhia, sua controlada e seus consórcios em conjunto avaliam anualmente, quando aplicável, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado.

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Techint Engenharia e Construção S.A.

sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais; • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para a Companhia, em relação às alterações do IAS 1 sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. **3.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i); (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 01 de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recursos em bancos e em caixa	383	470	507	610
Recursos em bancos denominados em dólares	–	736	–	736
Recursos em bancos denominados em euros	16	16	16	16
Depósitos bancários de curto prazo (i)	20.146	11.657	21.512	13.284
	20.545	12.879	22.035	14.646

(i) Os valores considerados como depósitos bancários de curto prazo correspondem a certificados de depósito realizados com instituições financeiras de primeira linha que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de exposição financeira e remuneração média equivalente a 80,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósito e operações compromissadas apresentados como equivalentes de caixa tem prazo original menor do que 90 dias ou a instituição financeira tem um compromisso contratual de efetuar o resgate do instrumento a qualquer momento quando solicitado pela Companhia sem qualquer perda de rendimento.

5. Clientes:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Ministério da Educação e do Desporto	13.487	13.487
Outros	250	561
	13.737	14.048
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(13.487)	(13.487)
	250	561

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	(13.487)	(21.989)
Reversão PCLD Petrobras (i)	–	8.502
Saldo Final	(13.487)	(13.487)

(i) A provisão para crédito de liquidação duvidosa e seu respectivo valor a receber que a Companhia possuía com o cliente Eletronuclerar, no montante de R$ 8.502 foi realizada durante 2022, alinhada à premissa de não recebimento de tais valores.

Contas a receber por prazo de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
A vencer (até 30 dias)	149	561
A vencer (de 31 a 60 dias)	–	–
A vencer (de 61 a 360 dias)	101	–
Vencido (acima de 360 dias)	13.487	13.487
	13.737	14.048

Dos valores a receber vencidos há mais de 360 dias, R$ 13.487 referem-se a faturas emitidas contra o Ministério da Educação e do Desporto. Apesar de homologada a decisão do crédito a favor da Companhia, a provisão de R$ 13.487 permanece registrada até a efetiva liquidação do crédito junto à União Federal.

6. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Programa de Integração Social (PIS) (i)	3.631	3.756	4.004	5.263
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	9.060	9.032	10.710	16.028
Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (ii)	–	–	–	8.446
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	15	659	15	659
Outros	24	4	24	4
Total Ativo Circulante	12.730	13.451	14.753	30.400
Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (ii)	–	–	3.026	3.026
Total Ativo Não Circulante	–	–	3.026	3.026
Total	12.730	13.451	17.779	33.426

i) Os saldos de PIS e COFINS apresentados nas demonstrações financeiras de 2023 são valores remanescentes dos créditos apurados pela execução e exportação da Plataforma FPSO P-76 e também de créditos por vendas mercantis oriundos da execução dos projetos de Jaguatirica II e Parnaíba V pela Companhia e sua controlada Socominter. No decorrer de 2022 houve a restituição de parte do valor solicitado de PIS e COFINS, quando o montante restituído foi de R$ 24.090. Em abril de 2023 houve a restituição de uma parte do PIS e COFINS, no montante de R$ 6.577. A exemplo dos créditos já realizados, os saldos remanescentes seguem os mesmos trâmites junto à Receita Federal para restituição futura em conta corrente. A Companhia espera a liquidação de tais saldos no decorrer de 2024. ii) As operações mercantis com os contratos executados para a Eneva (Jaguatirica II e Parnaíba V) geraram também créditos de ICMS no estado de São Paulo, sendo que a Companhia e sua controlada tomaram a decisão de venda dos créditos a outros contribuintes, realizando caixa no decorrer do ano de 2023. A parcela mantida no ativo não circulante trata de créditos aguardando homologação pela Receita Federal.

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Materiais e peças (i)	–	7.532
Adiantamentos a fornecedores	9	97
Provisão para perda nos estoques (ii)	–	(6.075)
	9	1.554
A provisão para perda de estoques apresentou a seguinte movimentação:		
Provisão para perda nos estoques	–	–
Saldo inicial	6.075	587
(Reversão) provisão de estoques	(6.075)	5.488
Saldo final	–	6.075

(i) Em 2022 os materiais eram destinados ao uso e consumo e aplicação aos projetos, e em 2023 a Companhia realizou a venda do estoque remanescente não aplicado nos projetos. (ii) Em 2023 foi revertida a provisão para perda no estoque do projeto de Parnaíba, em virtude da venda dos materiais sobrantes no projeto.

8. Indenizações a receber: No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu ganho proveniente de indenização por conta de danos emergentes, em decorrência de decisão transitada em julgado em 4 de abril de 2011, relativos a Contrato de Construção civil celebrado em 1º de outubro de 1991 com o Ministério da Educação e do Desporto, que tinha como objeto a construção de 200 unidades do Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC). Esta indenização foi postulada pela Companhia em decorrência da rescisão unilateral do Contrato pelo Poder Público, efetivada em 30 de setembro de 1996, quando 41 unidades do CIAC já tinham sido concluídas e outras se encontravam em construção. Em 15 de setembro de 2010, foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça o direito da Companhia de ser indenizada pelos danos emergentes apurados no laudo pericial, no valor atualizado até 31 de dezembro de 1998 de R$ 93.283, devidamente atualizados conforme os critérios definidos na decisão transitada em julgado em 4 de abril de 2011. Em 18 de julho de 2011, foi proposta pela Companhia a execução da decisão, acompanhada de laudo pericial contábil que atualizou o valor dos danos emergentes segundo os critérios definidos na decisão condenatória transitada em julgado, totalizando o valor atualizado R$ 339.263, na data de 30 de junho de 2011, conforme segue:

Detalhes	Valores
Custos extras - atualizados até 31 de dezembro de 1998	70.714
Custas legais - atualizados até 31 de dezembro de 1998	12
Compensação de adiantamentos - atualizados até 31 de março de 1996	(6.933)
Total líquido	63.793
Atualizações monetárias (INPC/IBGE) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença	82.866
Juros legais (1% ao mês linear) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença	192.604
Total dos danos causados atualizados	339.263

O valor da indenização registrado em 2011 foi apurado a partir do valor estabelecido em laudo de perito contábil, líquido das despesas advocatícias atreladas à realização do crédito e efeitos tributários, acrescido da atualização monetária pelos índices oficiais (INPC/BACEN) e juros de 1% ao mês, sendo o valor resultante descontado a valor presente com base nos índices DI x TR divulgados/pela BM&FBOVESPA, levando-se em consideração o recebimento em precatórios conforme previsto na legislação vigente. Em 25 de outubro de 2011, tendo sido devidamente citada para a Execução, a União opôs Embargos à Execução, em que postulava critérios para atualização do débito divergentes daqueles definidos na decisão transitada em julgado, cujo julgamento ocorreu em 19 de outubro de 2012. Apesar da Companhia considerar equivocada a decisão do juiz da primeira instância em reduzir em seis meses a data para início da atualização do valor da indenização, a Companhia, conservadoramente, reconheceu uma redução do valor do crédito em R$ 14.906, mantendo os demais valores e critérios de atualização do crédito em conformidade com a decisão transitada em julgado, os quais foram confirmados pela sentença. Foi interposto o competente Recurso de Apelação, que foi julgado em 14 de junho de 2023, mantendo-se a sentença de primeira instância. A União interpôs embargos de declaração, os quais estão pendentes de julgamento. Em 6 de setembro de 2012, a União apresentou no Superior Tribunal de Justiça uma ação rescisória requerendo rescisão da decisão final transitada em julgado, a qual foi contestada pela Companhia em 9 de novembro de 2012 no sentido de serem improcedentes as alegações da ação. A ação foi julgada totalmente improcedente em 09 de agosto de 2023, tendo o acórdão transitado em julgado. Em 16 de dezembro de 2021, o governo brasileiro emitiu a Emenda Constitucional (CA) 114/21 que inclui um limite anual até 2026 para alocar no orçamento do governo despesas relacionadas a pagamentos devidos a decisões judiciais ("precatórios"). Essa questão está sendo revista pelo Supremo Tribunal Federal.

Operação de venda com o Banco BTG Pactual: Em 02 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu as negociações e assinou um contrato (Adendo e Escritura Pública doravante denominado "Contrato") com o Banco BTG Pactual para a venda do crédito. Tais valores negociados foram reconhecidos na linha de "Outras Obrigações - Adiantamento" do balanço patrimonial da Companhia nos anos de 2023 e 2022. As principais características do Contrato assinado estão descritas abaixo: i. A Techint Brasil recebeu a título de adiantamento do BTG Pactual ("BTG") um pagamento inicial no valor de R$ 70.000, como primeira parcela de uma operação relacionada à venda do processo. ii. Com base no Acordo, o BTG concluiu nos primeiros meses de 2023 a substituição do nome da Techint Engenharia nos tribunais onde o processo judicial está sendo conduzido. iii. O pagamento a título de adiantamento inicialmente efetuado pelo BTG está sofrendo atualizações mensais de acordo com as premissas negociadas em contrato. Em dezembro de 2023, o valor atualizado reconhecido por esse adiantamento é de R$123.536 (2022 - R$93.970). iv. Dependendo do momento em que o "precatório" seja finalmente emitido, o BTG se compromete a pagar à Techint Brasil o saldo remanescente do acordo, cujo valor depende das premissas estabelecidas no contrato. v. A avaliação atual a valor justo pressupõe um período para emissão e recebimento dos precatórios em um período máximo de até 10 anos. No ano de 2022, a Companhia atualizou o crédito de acordo com as definições estabelecidas no processo judicial. No cálculo do ajuste a valor presente (AVP) do crédito, a Companhia adotou a taxa de desconto de Selic + spread de 4% a.a. Já no ano de 2023, apesar de um cenário mais favorável devido aos avanços processuais acima citados, a Companhia tomou a decisão de não atualizar o crédito, devido a possibilidades de negociação para antecipação do recebimento dos mesmos, onde após análise, concluiu que diante de uma eventual taxa de deságio, o valor a receber pelo crédito está bem próximo ao valor líquido reconhecido contabilmente. A movimentação dos valores registrados nos créditos a receber e na respectiva provisão para honorários advocatícios está apresentada a seguir:

			2023
	Indenização	Honorários	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	598.113	(140.283)	457.830
Pagamento parcial Fee advogados (i)	–	1.000	1.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	598.113	(139.283)	458.830

			2022
	Indenização	Honorários	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	510.742	(127.097)	383.645
Fee Advogados 20% sobre total	–	(13.186)	(13.186)
Ajuste a Valor Presente	87.371	–	87.371
Saldo em 31 de dezembro de 2022	598.113	(140.283)	457.830
Valor (ganho) reconhecido como "Resultados financeiros" (Nota 27)	87.371	(13.186)	74.185

(i) Com base nos avanços processuais ocorridos em 2023, a Companhia e o Banco BTG acordaram em dezembro de 2023 a antecipar pontualmente o valor total de R$7.000 de honorários aos escritórios em sete parcelas consecutivas. A redução informada nessa linha se refere a primeira parcela paga, ainda em 2023.

9. Investimentos: (a) Participação em sociedades controlada e coligada:

		2023
	Controlada	Coligada
	Socominter Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter")	Umon Engenharia de Montagem Ltda. ("Umon")
Capital social	6.350	12.720
Número de quotas possuídas	6.346.164	4.240.157
Valor nominal por lote de mil quotas - R$	1	1
Participação no capital - %	99,94	33,33
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)	(21.742)	(43)
Lucro do exercício	681	–

		2022
	Controlada	Coligada
	Socominter Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter")	Umon Engenharia de Montagem Ltda. ("Umon")
Capital social	6.350	12.720
Número de quotas possuídas	6.346.164	4.240.157
Valor nominal por lote de mil quotas - R$	1	1
Participação no capital - %	99,94	33,33
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)	(22.423)	(43)
Prejuízo do exercício	(20.836)	–

(i) Conforme detalhado na Nota 9 (c)(ii), a Companhia não reconheceu qualquer valor em relação o passivo a descoberto da coligada Umon.

(b) Movimentação dos investimentos/provisão para perdas em investimentos:

	2023	2022
Saldos iniciais	(22.410)	(1.586)
Resultado de equivalência patrimonial	681	(20.824)
Saldos finais	(21.729)	(22.410)

(c) Outras informações: (i) Socominter: A controlada Socominter exerce atividades comerciais de revenda de materiais e/ou equipamentos a serem incorporados em projetos de infraestrutura, destacando-se na construção de plantas industriais, usinas termoelétricas, unidades petroquímicas, refinarias e plataformas e obras correlatas. **(ii) Umon:** A investida Umon detém 14.408.271 ações, representando 72,92% do capital social da empresa Itamon Construções Industriais Ltda. ("Itamon"). Os saldos nas empresas investidas são reduzidos a zero nas circunstâncias de patrimônio líquido negativo. Assim, o investimento na coligada Umon está contabilizado pelo valor de zero em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e somente será reconhecida equivalência patrimonial a partir do momento em que o patrimônio da coligada deixar de ser negativo, se acontecer, na medida em que não existe intenção manifestada de manutenção de apoio financeiro ou responsabilidade formal ou operacional para a cobertura do passivo a descoberto. **(d) Consórcios com controle compartilhado:** A Companhia possui a seguinte participação em consórcios em 31 de dezembro de 2023 e de 2022: **(i) Consórcio Techint Confab Umsa:** Consórcio constituído com o objetivo de construção do Lote 1 de tanques de armazenamento para a Refinaria Abreu e Lima - RNEST, situada no município de Ipojuca, estado de Pernambuco. A Techint somente participou das atividades de construção civil com 60% desses serviços, que por sua vez corresponderam a 41% do escopo do contrato. O consórcio foi baixado em março de 2023, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. **(ii) Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (TE-AG):** A Techint possui uma participação de 50% no consórcio estabelecido em 3 de março de 2010 para executar um contrato com a Comperj Petroquímicos Básicos S.A., uma subsidiária da PETROBRAS. O projeto destinava-se a fornecer equipamento e materiais, construir, instalar, testar e fornecer assistência inicial do processo de coqueamento retardado, a área de Controle, área de armazenamento e subestações elétricas. Este contrato foi suspenso unilateralmente pelo cliente em 2015 e segue em aberto aguardando avanços nas negociações finais para o seu encerramento. **(iii) Consórcio Techint - Techint Óleo e Gás (TTP-76):** O consórcio foi constituído com o objetivo de construir, integrar e comissionar a plataforma offshore FPSO P76 para a PNBV - Petrobras Holanda, onde a Techint atua com uma participação de 99%. Ao final de 2018, o consórcio concluiu seu escopo e a exportação da plataforma foi concretizada, iniciando sua operação de extração. Foi assinado pelas partes no dia 07 de março de 2022 o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), encerrando o contrato entre o Consórcio TTP76 e a PNBV. **(iv) Consórcio Angramon:** A Techint possui uma participação de 14,29 % no consórcio estabelecido em setembro de 2014, para prestação de serviços técnicos especializados de montagem eletromecânica com fornecimento de materiais e componentes e apoio ao comissionamento para unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA, resultado da junção dos Consórcios Angra 3 e Una 3, conforme previsto no edital da concorrência, da qual estes dois consórcios se sagraram vencedores. O consórcio foi baixado em setembro de 2023, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. No quadro abaixo são demonstrados os saldos e resultados oriundos dos consórcios os quais a Companhia possui participação ativa:

				2023
	Consórcio Techint Confab Umsa	Consórcio TE-AG	Consórcio TTP-76	Consórcio Angramon
Ativos				
Circulantes	–	24	10.879	–
Não circulantes	–	18	–	–
	–	42	10.879	–

				2023
	Consórcio Techint Confab Umsa	Consórcio TE-AG	Consórcio TTP-76	Consórcio Angramon
Passivos				
Circulantes	–	682	867	–
Não circulantes	–	208	648	–
	–	890	1.515	–
Ativos (Passivos) líquidos	–	(848)	9.364	–
Receitas				
Despesas (i)	–	(76)	3.496	–
Lucro (prejuízo) do exercício	–	(76)	3.496	–
Participação proporcional em consórcios - %	41	50	99	14

(i) Do total reconhecido de R$3.496, houve recebimento de restituição de imposto - REINTEGRA, no valor de R$3.294 e atualizações financeiras do referido crédito no valor de R$715, apresentando assim um resultado positivo para a linha indicada no exercício.

				2022
	Consórcio Techint Confab Umsa	Consórcio TE-AG	Consórcio TTP-76	Consórcio Angramon
Ativos				
Circulantes	6	9	11.829	7.585
Não circulantes	2	18	21	–
	8	27	11.850	7.585
Passivos				
Circulantes	4	710	1.077	35
Não circulantes	–	236	897	9
	4	946	1.974	44
Ativos (Passivos) líquidos	4	(919)	9.876	7.541
Receitas	–	–	(113)	8.507
Despesas	(63)	(273)	(390)	(5.850)
Lucro (prejuízo) do exercício	(63)	(273)	(503)	2.657
Participação proporcional em consórcios - %	41	50	99	14

10. Ativo de direito de uso - aplicação da CPC06 (R2)/IFRS 16: A Companhia arrenda 1 andar onde está localizado seu escritório central. O contrato de locação deste imóvel tem vigência de 5 anos. O arrendamento inclui a opção de renovação pelo mesmo período após o término do prazo do contrato. A Companhia não arrenda veículos e equipamentos que sejam afetados por esta norma. Em 2023 a Companhia renovou pelo mesmo período o contrato de arrendamento reconhecendo ativos de direito de uso no montante R$10.497 ajustado a valor presente e em contrapartida no passivo como arredamento de leasing. Para o referido ativo acima descrito, a Companhia adota a premissa de taxa incremental de financiamento de 8,6% a.a. Mensalmente os impactos são contabilizados no resultado através da amortização do leasing sobre o ativo de direito de uso e o reconhecimento em despesa financeira que será a diferença da parcela paga mensal do valor do aluguel versus o valor reconhecido no passivo como arredamento de leasing. Os saldos reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Encargos de depreciação	2.078	1.511
Despesas com juros	258	28
	2.336	1.539

A seguir, estão apresentadas as movimentações no direito de uso do ativo da Controladora e do Consolidado:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.797
Adição	10.603
Depreciação	(2.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.322
Custo total	17.246
Depreciação acumulada	(6.924)
Valor residual	10.322
	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.236
Adição	1.085
Depreciação	(1.511)
Ajuste transferência	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.797
Custo total	6.643
Depreciação acumulada	(4.846)
Valor residual	1.797

A seguir, estão apresentadas as movimentações do passivo de arrendamento da Controladora e do Consolidado, que constam no balanço patrimonial no grupo de "Passivo de arrendamento":

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.786
Pagamentos	(2.325)
Juros	258
Constituição	10.603
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.322
Passivo circulante	2.099
Passivo não circulante	8.223
	10.322
	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.031
Pagamentos	(2.358)
Juros	28
Constituição	1.085
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.786
Passivo circulante	1.786

Os períodos de vencimento dos contratos da Controladora e Consolidado são apresentados a seguir:

	1° ano	2° ano	3° ano	4° ano	5° ano
Análise de vencimentos - Passivos de arrendamento	2.099	2.099	2.099	2.099	1.926
Total	2.099	2.099	2.099	2.099	1.926

11. Imobilizado:

	Controladora						Consolidado					
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Outros	Total	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	35.057	109.140	2.752	1.366	4.606	152.921	35.057	109.241	2.750	1.366	4.606	153.020
Adição	–	–	–	731	27	758	–	–	–	731	27	758
Depreciação	–	(6.514)	(572)	(410)	(1.557)	(9.053)	–	(6.521)	(572)	(410)	(1.557)	(9.060)
Depreciação do Custo atribuído	–	(326)	–	–	–	(326)	–	(326)	–	–	–	(326)
Alienação	–	(41)	(2.054)	–	(498)	(2.593)	–	(43)	(2.052)	–	(498)	(2.593)
Transferência - Ativo imobilizado mantido para venda	–	213	–	–	(200)	13	–	213	–	–	(200)	13
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.057	102.472	126	1.687	2.378	141.720	35.057	102.564	126	1.687	2.378	141.812
Custo total	35.057	170.159	6.047	4.399	37.014	252.676	35.057	170.325	6.047	4.399	37.017	252.845
Depreciação acumulada	–	(67.687)	(5.921)	(2.712)	(34.636)	(110.956)	–	(67.761)	(5.921)	(2.712)	(34.639)	(111.033)
Valor residual	35.057	102.472	126	1.687	2.378	141.720	35.057	102.564	126	1.687	2.378	141.812
Saldos em 1º de janeiro de 2023	35.057	102.472	126	1.687	2.378	141.720	35.057	102.564	126	1.687	2.378	141.812
Adição	–	–	–	700	244	944	–	–	–	700	244	944
Depreciação	–	(6.324)	34	(531)	(1.048)	(7.869)	–	(6.330)	34	(531)	(1.048)	(7.875)
Depreciação do Custo atribuído	–	(241)	–	–	–	(241)	–	(241)	–	–	–	(241)
Alienação	–	507	(27)	(222)	(133)	125	–	507	(27)	(222)	(133)	125
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.057	96.414	133	1.634	1.441	134.679	35.057	96.500	133	1.634	1.441	134.765
Custo total	35.057	161.646	3.215	3.196	36.305	239.419	35.057	161.812	3.216	3.196	36.305	239.586
Depreciação acumulada	–	(65.232)	(3.082)	(1.562)	(34.864)	(104.740)	–	(65.312)	(3.083)	(1.562)	(34.864)	(104.821)
Valor residual	35.057	96.414	133	1.634	1.441	134.679	35.057	96.500	133	1.634	1.441	134.765

O valor principal que compõe o imobilizado é a Unidade Offshore Techint (UOT) que está localizada no litoral do Paraná, no valor de R$ 131.116 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 136.678 em 2022). A Companhia tem avaliado diferentes oportunidades de operações no local, recebendo inclusive visitas de possíveis clientes e potenciais parceiros nas áreas de Offshore e Energia, salientando que seu valor de mercado é bastante superior ao seu valor residual contábil. **(a) Revisão da vida útil e valor contábil:** Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável. **(b) Custo atribuído:** Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura dos bens imóveis, que compreendem os terrenos, edificações e benfeitorias, na data da transição para IFRS em 1° de janeiro de 2009 no montante de R$ 92.586 (R$ 61.107, líquido de efeitos fiscais). Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizar este trabalho, os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e o ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O laudo de avaliação do novo custo atribuído gerado por especialistas externos foi aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2011. No decorrer do ano de 2023 houve realização considerável da reavaliação de bens imobilizados, devido a venda do Terreno denominado Arujá (antigo Parque de Máquinas). Com a movimentação, os saldos atualizados de reavaliação são de R$ 35.365 (R$ 23.340, líquido de efeitos fiscais). **(c) Depreciação:** Em 2023 o montante consolidado reconhecido como depreciação foi de R$8.116 (2022 - R$ 7.686) em "Despesas gerais e administrativas", já o montante de R$1.700 em 2022 foi reconhecido no resultado como "Custo dos produtos e serviços vendidos". **(d) Bens em garantia:** Em decorrência de ação civil pública promovida pela Petrobras para discussão de alegados danos relacionados a projetos executados em consórcio pela Companhia no passado, foi requerido o bloqueio cautelar de bens da Companhia, medida deferida em setembro de 2022. Posteriormente, as partes acordaram limitar esse bloqueio provisoriamente a um imóvel da Companhia (a Unidade Offshore Techint - UOT, em Pontal do Paraná). A ação judicial encontra-se em curso, a Companhia já apresentou sua defesa e aguarda o julgamento. **(e) Ativo mantido para venda CPC31/IFRS 5:** A área em Arujá (antigo Parque de Máquinas) em novembro de 2023 foi alienada e baixada conforme escritura lavrada em cartório, desta forma os valores anteriormente transferidos para Ativo Mantido para Venda foram baixados. Pela venda foi recebido o valor de R$42.500, resultando em um ganho de R$5.433 (vide Nota 26).

12. Intangível: O item consiste em licenças de *software* e custos de desenvolvimento de *software*.

	Controladora			Consolidado		
	Valor original	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor original	Amortização acumulada	Valor líquido
Total em 1º de janeiro de 2022	20.878	(19.612)	1.266	21.113	(19.847)	1.266
Adição	147	–	147	147	–	147
Amortização	–	(672)	(672)	–	(672)	(672)
Total em 31 de dezembro de 2022	21.025	(20.284)	741	21.260	(20.519)	741
Adição	1.100	–	1.100	1.100	–	1.100
Amortização	–	(485)	(485)	–	(485)	(485)
Total em 31 de dezembro de 2023	22.125	(20.769)	1.356	22.360	(21.004)	1.356

13. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Nacionais				
Materiais	5.093	5.953	6.013	9.892
Serviços	3.513	9.887	3.514	9.888
	8.606	15.840	9.527	19.780
Estrangeiros				
Materiais

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Techint Engenharia e Construção S.A.

(b) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(117.004)	(136.323)	(117.003)	(130.535)
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais (34%)	39.781	46.350	39.781	44.482
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva				
Resultado de participação em investidas	231	(7.080)	–	–
Doações, incentivos fiscais, incentivo longo prazo de funcionários e outros	(11)	(26)	(11)	(26)
Indenizações - resultados financeiros (Nota 8) (i)	340	29.706	340	29.706
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa (ii)	(24.355)	(78.217)	(25.963)	(86.248)
Multas não dedutíveis	(17)	(5.211)	(17)	(5.211)
Utilização prejuízo fiscal para pagamento de parcelamento	(1.457)	–	(1.457)	–
Baixa por impairment - IRD contabilizado (iii)	(85.937)	–	(85.937)	–
Outros	(2.324)	211	(3.138)	(118)
Provisões para Perdas	(2.204)	14.106	449	11.453
Imposto de renda e contribuição social	(75.953)	(161)	(75.953)	(5.962)
Corrente				
Diferido	(75.953)	(161)	(75.953)	(5.962)
	(75.953)	(161)	(75.953)	(5.962)

(i) Representa o efeito tributário de 34% relativo a antecipação de horários advocatícios (reversão parcial da provisão) em 2023 e atualização do saldo de Indenizações a receber - resultados financeiros em dezembro de 2022. (ii) Refere-se à parcela não constituída de IRD, conforme decisão da Companhia de não atualizar o seu saldo com base nos prejuízos fiscais mais recentes. (iii) Durante o ano de 2023 houve baixa parcial do saldo ativo de IRD no valor de R$85.937, dada a não recuperabilidade dentro do prazo de cinco anos definido pela Companhia. **(c) ICPC 22/IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro:** A Administração avaliou e não identificou nenhuma posição tributária incerta na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia no exercício de 2023 e de 2022. Atualmente a Companhia possui um total de quatorze processos que tramitam na Refeita Federal do Brasil - RFB com possibilidade de perda possível envolvendo IRPJ e CSLL, sendo que treze ainda se encontram em fase administrativa, e um em fase judicial, que somados representam aproximadamente R$32.000 (2022 R$8.024). Ademais a administração realizou a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro à luz do ICPC 22/IFRIC 23 e não identificou necessidade de realizar nenhuma provisão adicional no balanço de 2023 e de 2022.

19. Provisões para contingências:

					2023
					Controladora
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	990	3.512	534	1.075	6.111
Depósitos judiciais (i)	17	–	–	–	17
Reversões de provisão	(307)	(585)	–	(482)	(1.374)
Baixas por pagamento	(372)	–	–	(120)	(492)
Adições e atualizações monetárias (ii)	264	3.235	4.280	1.264	9.043
Saldo em 31 de dezembro de 2023	592	6.162	4.814	1.737	13.305
Provisões	1.223	6.162	4.814	1.737	13.936
Depósitos judiciais	(631)	–	–	–	(631)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	592	6.162	4.814	1.737	13.305
					Consolidado
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	990	11.315	534	1.075	13.914
Depósitos judiciais (i)	17	–	–	–	17
Reversões de provisão	(307)	(8.833)	–	(482)	(9.622)
Baixas por pagamento	(372)	–	–	(120)	(492)
Adições e atualizações monetárias (ii)	264	3.680	4.280	1.264	9.488
Saldo em 31 de dezembro de 2023	592	6.162	4.814	1.737	13.305
Provisões	1.223	6.162	4.814	1.737	13.936
Depósitos judiciais	(631)	–	–	–	(631)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	592	6.162	4.814	1.737	13.305
					2022
					Controladora
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.315	3.638	534	1.782	9.269
Depósitos judiciais (i)	187	–	–	–	187
Reversões de provisão	(501)	(126)	–	(537)	(1.164)
Baixas por pagamento	(2.715)	–	–	(536)	(3.251)
Adições e atualizações monetárias (ii)	704	–	–	366	1.070
Saldo em 31 de dezembro de 2022	990	3.512	534	1.075	6.111
Provisões	1.638	3.512	534	1.075	6.759
Depósitos judiciais	(648)	–	–	–	(648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	990	3.512	534	1.075	6.111
					Consolidado
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.314	3.638	534	1.782	9.268
Depósitos judiciais (i)	187				187
Reversões de provisão	(501)	(126)	–	(537)	(1.164)
Baixas por pagamento	(2.714)	–	–	(536)	(3.250)
Adições e atualizações monetárias (ii)	704	7.803	–	366	8.873
Saldo em 31 de dezembro de 2022	990	11.315	534	1.075	13.914
Provisões	1.638	11.315	534	1.075	14.562
Depósitos judiciais	(648)	–	–	–	(648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	990	11.315	534	1.075	13.914

(i) Os saldos de depósitos judiciais somam-se às contingências, reduzindo assim o seu saldo, devido teor em garantia do depósito. (ii) Em todas as esferas (trabalhistas, cíveis e tributárias), ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. A Companhia mantém processos administrativos e judiciais nos quais discute assuntos de ordem trabalhista, tributária e civil. Quando aplicável, estes processos são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes destes processos são avaliadas e contabilizadas pela administração, apoiadas pelo parecer de consultores jurídicos externos. Além das contingências provisionadas, a Companhia gere processos tributários e cíveis para os quais seus consultores jurídicos as consideram como resultado de perda possível e, consequentemente, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2023 para a somatória dos processos a seguir:

	2023	2022
Tributários	100.058	104.918
Cíveis	152.481	141.737

Em ambas as esferas, ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. Os principais processos da esfera cível e tributário que tiveram movimentação durante o ano de 2023 com impacto na probabilidade de perda possível foram: **Tributário:** Em 2023 a Companhia e sua controlada possuem ao todo cinquenta e cinco processos mantidos como provisão de perda possível, sendo que quatro processos no montante de R$7.031 deixaram de ser classificados com essa possibilidade de perda, onde um processo no valor de R$2.853 sofreu alteração de possibilidade de perda para remota, um processo no valor de R$3.842 para provável e dois processos encerrados no montante de R$336. Adicionalmente, houve a inclusão de quinze processos na modalidade de perda possível no montante de R$6.834, e também ocorreu uma redução de R$4.663 para processos de perda possível já existentes em 2022, que sofreram reajuste no valor da ação durante 2023. **Cível:** Em 2023 a Companhia e sua controlada possuem ao todo oito processos mantidos como provisão de perda possível, sendo que três processos foram encerradas e representam o montante de R$7.613. Adicionalmente, houve a inclusão de dois processos na modalidade de perda possível no montante de R$2.657, e também ocorreu um aumento de R$15.700 para processos de perda possível já existentes em 2022, devido atualização durante 2023. **20. Gestão de risco financeiro: Riscos financeiros:** As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda estrangeira, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A natureza das atividades de seus contratos implica em que a Companhia deve administrar riscos relativos a condições na compra de materiais e equipamentos que fazem parte de seus contratos de construção e que podem ser uma grande parte do escopo do trabalho. Os riscos de mercado são administrados quando a Companhia entende que tal procedimento é necessário para suportar as estratégias corporativas. O diretor financeiro é responsável por revisar as informações e por administrar os riscos de mercado e riscos de liquidez. **Risco de crédito e qualidade de crédito de ativos financeiros:** A Companhia acredita que atualmente a maioria das contrapartes com respeito a ativos financeiros é de riscos de crédito de alta qualidade. A Companhia historicamente limitou suas contrapartes onde investir disponibilidades de liquidez a bancos brasileiros ou internacionais geralmente considerados da mais alta qualidade.

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022	2023	2022
Saldos denominados em dólares estadunidenses ("US$")	–	736	–	736
Saldos denominados em euros	16	16	16	16
Saldos denominados em reais	20.529	12.127	22.019	13.894
Total de caixa e equivalentes de caixa	20.545	12.879	22.035	14.646

A tabela a seguir apresenta os *ratings* de crédito dos bancos nos quais a Companhia mantém saldos classificados em "Caixa e equivalentes de caixa" em 31 de dezembro de 2023. Em todos os casos os *ratings* são de longo prazo.

Banco	Escala (nacional ou global), agência de Rating, Long Time	*Rating*
Saldos denominados em dólares		
Citibank - Estados Unidos	Global/S&P/LT	A+
Intesa Sanpaolo SpA	Global/S&P/LT	BBB
Itau Nassau Bahamas	Global/Moodys/LT	A3
Saldos denominados em reais		
Banco Bradesco S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco BTG Pactual S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco do Brasil S.A.	Nacional/S&P/LT	B.br
Banco Santander (Brasil) S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Itaú Unibanco S.A.	Nacional/Fitch/LT	BB+
Caixa Economica Federal	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco Citibank S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br

Clientes: Conforme detalhado na Nota 5, todos os riscos com contas a receber de clientes que trazem qualquer insegurança para a Companhia e suas subsidiárias está devidamente provisionado. **Risco de moeda estrangeira:** A Companhia opera no Brasil e está exposta a risco de moeda estrangeira decorrente de certas dívidas e principalmente da importação de equipamentos de fornecedores. O risco de moeda estrangeira surge de transações comerciais futuras como compras comprometidas de equipamentos importados exigidas para que os contratos de construção sejam executados, assim como de ativos e passivos reconhecidos. A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos denominados em moedas correntes diferentes de reais (R$). Todas as posições correspondem a US$.

	Em milhares de dólares estadunidenses	
	2023	2022
Depósitos bancários de curto prazo em dólares	12	153
Contas a pagar de partes relacionadas	(108)	(67)
Contas a pagar empréstimos e mútuos	(83.778)	(61.775)
Exposição líquida	(83.874)	(61.689)

Risco de taxa de juros: A Companhia está sujeita a risco de juros com respeito a: (i) seus empréstimos e financiamentos, e (ii) seus ativos financeiros registrados como "Equivalentes de caixa". **Risco de liquidez:** A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Controladora
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	9.869	–
Partes relacionadas	539	160.365
Empréstimos e financiamentos	245.231	–
	255.639	160.365
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	17.552	–
Fornecedores - risco sacado	357	–
Partes relacionadas	528	164.696
Empréstimos e financiamentos	214.395	–
	232.832	164.696

		Consolidado
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	10.819	–
Partes relacionadas	539	160.365
Empréstimos e financiamentos	245.231	–
	256.589	160.365
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	23.258	–
Fornecedores - risco sacado	357	–
Partes relacionadas	528	164.696
Empréstimos e financiamentos	214.395	–
	238.538	164.696

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração. **Administração de capital:** A Companhia busca manter um índice de endividamento adequado a nível de mercado considerando os riscos envolvidos e a indústria onde opera. O índice de Endividamento é obtido pela divisão da dívida líquida (soma de passivo circulante e passivo não circulante menos disponibilidades) pelo capital total (soma de dívida líquida e patrimônio líquido).

	Consolidado	
	2023	2022
Dívida Líquida	(721.053)	(672.450)
Total do Patrimônio Líquido	399.616	592.573
Capital Total	(321.437)	(79.877)
Índice de Alavancagem Financeira (%)	(2,24)	(8,42)

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado. Para se manter em posição competitiva em ofertas para clientes, a Administração monitora ativamente e considera o impacto das decisões financeiras sobre estes índices. **Impactos relacionados às mudanças climáticas:** No que tange os cuidados com o meio ambiente e mudanças climáticas, a Companhia possui e segue suas políticas, bem como monitora as ações para proteção do meio ambiente. A Administração entende que não há impactos financeiros relacionados a esse tema a serem mencionados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício 2023. **21. Transações com partes relacionadas:** Os saldos a pagar e a receber referem-se principalmente a fornecimento de serviços de engenharia, fornecimento de materiais, aluguéis de máquinas e equipamentos, fornecimento de serviços administrativos e o uso da estrutura física e pessoal entre as empresas da Companhia.

				Controladora
	2023		2022	
	Saldo	Receitas (despesas)	Saldo	Receitas (despesas)
Ativo Circulante				
Confab Industrial S.A.	6	71	12	372
Tebra Construção e Montagem Ltda.	17.317	23.594	65	9.239
Socominter So. Com. Int. Ltda. (i)	24.084	692	40.039	6.626
Techint S.A. de C.V. (Temex)	–	–	–	4.108
Techint Compañía Técnica Internacional S.A.C.I. (Uruguay)	–	–	–	313
Techint Chile S.A.	–	10.172	–	8.561
Constructora Mexicana Electromecanica y de Instrumentación	–	–	–	4.074
Exiros Brasil	17	–	–	–
Ternium Brasil Ltda.	–	499	–	600
Cons. y Pres. Petroleras S.A. (CPP)	–	–	–	1.345
	41.424	35.028	40.116	35.238
Ativo Não Circulante				
Socominter So. Com. Int. Ltda. (i)	–	–	–	2.324
Tebra Construção e Montagem Ltda.	–	–	–	2.308
	–	–	–	4.632
Passivo Circulante				
Confab Industrial S.A.	–	–	3	(159)
Exiros BR Ltda.	–	(261)	111	(2.097)
Tebra Construção e Montagem Ltda.	16	–	64	(1.308)
Techint Cía. Técnica Internacional SACI (Tearg)	–	(33)	–	–
Finma S.A.I.F.	–	–	–	(25)
Techint S.A.C. (Techint Peru)	–	–	–	(1)
Techint S.A. de C.V. (Temex)	–	2	2	(3)
Wisdery S.A.	523	(201)	348	(112)
	539	(493)	528	(3.705)
Passivo Não Circulante				
Techint E&C S.A.	160.365	(7.770)	164.696	(6.010)
	160.365	(7.770)	164.696	(6.010)

(i) Os valores com a controlada Socominter são eliminados na consolidação, sendo a única diferença entre os valores de Controladora e Consolidado nas Demonstrações Financeiras. A Companhia possui contratos de mútuo com sua Controladora para aquisição de recursos como capital de giro, suprindo assim necessidades de curto prazo de caixa. As informações de taxa contratual e prazo de vencimento do mútuo contratado estão descritas no quadro abaixo:

			Controladora
Passivo Não Circulante	Mútuo Sociedade Relacionada	Indexador %	Prazo de Vencimento
Techint E&C S.A.	160.365	5,10% a.a.	Dezembro de 2025
Saldo em 31 de dezembro de 2023	160.365		

O pessoal-chave da administração considera os membros da Diretoria. As despesas com remuneração estão apresentadas a seguir:

	2023	2022
Salários e contribuições sociais	4.235	2.765
Bônus e contribuições sociais	5.355	1.961
Provisões de Incentivo de longo prazo Nota 2.2 (j) (d)	1.946	2.906
	11.536	7.632

(i) Durante o exercício de 2023 houve resgates de cotas dos diretores no montante de R$809.

22. Ativos e Passivos relacionados a contratos com clientes:

	Controladora e Consolidado	
Ativo Circulante	2023	2022
Receitas Certificadas IN21/79	–	21.139
Ativo Não Circulante		
Indenizações por contratos concluídos	206.700	206.700
	206.700	227.839
Passivo Circulante	2023	2022
Provisão para garantias (i)	(7.858)	–
	(7.858)	–

Em anos anteriores, a Companhia firmou contrato com Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. e Azulão Geração de Energia S.A., sociedades controladas da Eneva S.A., para realizar empreitada total a preço fixo na modalidade turn-key para transformar uma usina termoelétrica de ciclo simples em ciclo fechado, com a execução de uma turbina a vapor ("UTE Parnaíba V") e construir uma usina termoelétrica de ciclo fechado ("UTE Jaguatirica II"), localizadas em Santo Antônio dos Lopes - MA e em Boa Vista - RR, respectivamente. Ambos os projetos foram executados e entregues aos seus clientes, no entanto, ambos foram seriamente afetados pelos efeitos causados pela disrupção generalizada em decorrência da pandemia de COVID-19, situação que ocasionou o aumento dos preços de mercadorias e insumos internacionais, bem como atrasos, gerando assim maiores custos e outros impactos econômico-financeiros para a Companhia. A Companhia e a ENEVA tentaram, sem sucesso, negociar um acordo nesse sentido, o que levou à instauração de processos arbitrais para sua resolução os quais se encontram em curso, em fase de instrução, e ainda pendentes de julgamento. Considerando os ritos normais dentro de um processo arbitral, a Companhia acredita que os procedimentos arbitrais serão finalizados em um período de longo prazo, face a isso, os valores em discussão permanecem registrados no ativo não circulante. (i) A Companhia reconheceu uma provisão para custos futuros no período de garantia de seus projetos concluídos, conforme estabelecido contratualmente junto ao cliente. Até o efetivo aceite final pelo cliente, custos com reparos e manutenção são esperados e a provisão garante nulidade no resultado da Companhia quando da efetivação desses custos. **23. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 está representado por 10.911.648 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, que pertencem substancialmente a acionistas domiciliados no exterior, conforme demonstrado a seguir (em quantidade de ações):

TEI&C S.A.	10.513.500
Techint Compañía Técnica Int. S.A.C.I.	398.148
	10.911.648

Cada ação ordinária confere ao titular direito a um voto nas assembleias gerais. O capital social em dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 497.579 e está registrado no Banco Central do Brasil (BACEN) em reais. **(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido, ajustado conforme previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. A Companhia não realizou distribuição de juros sobre capital próprio durante os anos de 2023 e 2022. **(c) Reserva de retenção de lucros:** Em 2023 e 2022, não houve destinação para esta reserva. **(d) Reserva de lucros a realizar:** Em conformidade com o artigo 197 da Lei nº 6.404/76, a administração propõe à Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de lucros a realizar relativa à atualização, líquida de despesas e efeitos tributários, proveniente dos créditos a receber por danos emergentes relativa aos CIAC, conforme descrito na Nota 8. A Administração deliberou que o prejuízo reconhecido no exercício de 2023 fosse absorvido pela Reserva de Lucro a realizar, reduzindo assim seu saldo para o período apresentado. **(e) Reserva legal:** A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até a reserva atingir 20% do capital social. Em 2023 e 2022, a administração da Companhia não constituiu Reserva Legal, diante do cenário de prejuízo do exercício e o saldo existente em 2023 foi utilizado para absorção do prejuízo do período. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial:** O valor registrado sob "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado (Nota 11 (b)) e é realizado, líquido dos efeitos de impostos, através de: (i) baixa ou alienação dos bens e (ii) depreciação. A diferença entre a depreciação de ativos com custo atribuído e a depreciação dos valores históricos de tais ativos é contabilizada contra "Lucros acumulados".

24. Receita líquida das obras e serviços:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Receita Total	15.398	143.710
(Impostos)	(2.017)	(10.418)
Receita Líquida	13.381	133.292
Techint Chile S.A.	10.172	7.058
Eneva S.A.	–	120.749
Outros clientes	3.209	5.485
Receita Líquida por cliente	13.381	133.292
Nacional	2.909	126.234
Exportação	10.472	7.058
	13.381	133.292

25. Custo e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos de mão de obra	(52.504)	(157.017)	(52.504)	(157.017)
Serviços de terceiros	(26.472)	(56.558)	(27.406)	(63.779)
Materiais de instalação e construção	(10.289)	(62.196)	(10.234)	(61.017)
Aluguel de equipamentos	(345)	(6.761)	(345)	(6.761)
Depreciação do imobilizado (Nota 10 e 11)	(10.188)	(10.890)	(10.194)	(10.897)
Amortização do intangível (Nota 12)	(485)	(672)	(485)	(672)
Reversão (provisão) perda nos estoques (Nota 7)	6.075	(5.488)	6.075	(5.488)
Reversão para contingências	1.388	2.496	1.388	2.496
Reversão para custos incorridos	2.660	10.764	2.660	10.764
Estrutura com escritórios	(2.019)	(3.279)	(2.019)	(3.279)
Impostos, taxas e contribuições	(8.755)	(3.900)	(8.759)	(3.821)
Fretes e transportes	(856)	(5.728)	(856)	(5.730)
Outros	(3.919)	(9.796)	(3.920)	(10.760)
	(105.709)	(309.025)	(106.599)	(315.961)
Custos	(43.086)	(253.502)	(43.175)	(254.964)
Despesas gerais e administrativas	(62.307)	(54.429)	(63.108)	(59.903)
Despesas de vendas	(316)	(1.094)	(316)	(1.094)
	(105.709)	(309.025)	(106.599)	(315.961)

A redução nos custos e despesas da Companhia em 2023 se deve pelo fato do encerramento e entrega de seus principais projetos operacionais aos seus clientes.

26. Outras receitas operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado na venda de imobilizado (i)	4.134	33.645	4.134	33.645
Resultado na alienação de ativos mantidos para venda (Nota 11 (e)) (ii)	5.433	–	5.433	–
Provisão de Contingências de Processos Judiciais	(7.946)	831	(143)	(6.972)
Pagamento de processos judiciais	(1.691)	(369)	(1.691)	(369)
(Perda) ganho com créditos a receber	(4)	2.972	(4)	2.972
Outros	3.929	385	(1.072)	1.608
	3.855	37.464	6.657	30.884

(i) Em 2023 nas vendas de equipamentos foi apurado um resultado de R$ 4.134. Em 2022 foram vendidos máquinas industriais e veículos pesados sem valores residuais contábeis, gerando um resultado de venda com imobilizados de R$17.772 e R$13.392 respectivamente. (ii) Também em 2023 se concretizou a venda do imóvel Dutra até então classificado como Ativo disponível para a venda.

27. Receitas e despesas financeiras, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.476	2.164	1.751	2.679
Ganhos cambiais	24.198	10.235	24.222	11.572
Atualização indenizações a receber (Nota 8)	–	74.185	–	74.185
Outras receitas financeiras	2.089	5.144	5.332	3.184
	27.763	91.728	31.305	91.620
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(18.921)	(24.022)	(18.921)	(24.022)
Juros sobre mútuos	(7.770)	(6.010)	(7.770)	(6.010)
Perdas cambiais	–	(4.962)	(4)	(6.300)
Despesas bancárias e corretagem	(15)	(6.214)	(4.375)	(6.314)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(208)	(411)	(374)	(452)
Atualização (perdas) indenizações a receber (Nota 8 (iii))	(29.566)	(23.970)	(29.566)	(23.970)
Outras despesas financeiras	(495)	(3.369)	(737)	(3.300)
	(56.975)	(68.958)	(61.747)	(70.368)
Resultado financeiro, líquido	(29.212)	22.770	(30.442)	21.252

28. Compromissos firmados com clientes: Durante o ano de 2023 e 2022 não houve novos contratos de longo prazo firmados com clientes. **29. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos que atua desde a fase de análise da proposta até a execução e conclusão do empreendimento. Para mitigar os riscos durante a execução, a Companhia realiza contratações de cobertura de seguros para os bens de sua propriedade, com a finalidade de cobrir os valores em caso de eventuais sinistros (não auditado), de acordo com a natureza da atividade.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura em reais
Patrimônio/Estoques	Incêndio/raio/explosão/dano elétrico/vendaval a fumaça/	196.268
Bens e mercadorias	Transporte Nacional	25.253
Automóvel	Colisão/Incêndio/Roubo	1.800

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura em dólares estadunidenses
Bens e mercadorias	Transporte Importação	5.000
Responsabilidade Civil	RC Risco Operacional/RC Empregador	25.000
Equipamentos	Risco Operacional/Equipamentos Móveis	5.000

Além dos acima citados, é prática de mercado que os clientes contratem o seguro para Builder´s Risks e/ou Risco de Engenharia, que abrange todo e qualquer evento do empreendimento. **30. Eventos subsequentes: Novas contratações de empréstimos:** A Companhia realizou novas captações no mercado financeiro para caixa de giro de modo a cumprir com obrigações de curto prazo, no montante total de R$19.933 com prazos de liquidação entre 60 dias e 360 dias, a uma taxa média de contratação de 8,29% a.a.

Diretoria

Guilherme Pires de Mello - Diretor Geral

Fábio Aquino - Diretor Administrativo e Financeiro

Thiago Cortez - Contador CRC 1SP-324180/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Techint Engenharia e Construção S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Techint Engenharia e Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Processos de investigação em curso:** Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que encontram-se em curso investigações e processos relacionados à operação denominada "Lava Jato" que envolvem a Companhia. Em resumo: (i) A Companhia encontrava-se impedida de apresentar novas propostas em licitações e/ou de ser contratada diretamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras desde dezembro de 2014. Em 10 de maio de 2019, a Controladoria Geral da União (CGU), aplicou penalidade de inidoneidade proibindo a Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública Federal. A Companhia realizou sua reabilitação perante a CGU, tendo sido a mesma deferida por decisão publicada no Diário Oficial em 30 de novembro de 2022. (ii) A Companhia e alguns de seus administradores foram notificados sobre cinco processos administrativos pelo Conselho Administrativo de Defesa econômica (CADE), para investigar os processos de contratação dos contratos firmados com a Eletrobrás Eletronuclear S.A., com a Petrobras, de participação em licitações de obras civis de infraestrutura hídrica e de irrigação, sobretudo no Nordeste do Brasil, participação de licitação em obras civis de infraestrutura e superestrutura ferroviárias para a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., e em licitações de obras aeroportuárias pela Infraero. As defesas para todos os processos já foram apresentadas e aguardam análise pelo CADE. (iii) Em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) julgou o processo administrativo relacionado ao contrato com a Eletrobras Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear"), no qual a Companhia e outras empresas que integravam o consórcio contratado foram declaradas inidôneas para participar de licitações da Administração Pública Federal por um período de até cinco anos. Em 2019, o pedido de reexame foi julgado e rejeitado, com a manutenção da decisão recorrida. A Companhia ajuizou mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal que suspendeu liminarmente os efeitos da decisão do TCU. Contra essa decisão foi interposto agravo regimental pelo TCU, atualmente pendente de julgamento. Em 8 de dezembro de 2021, o TCU determinou a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de eventual dano ao erário. Foi apresentada defesa pelas consorciadas e pelo Consórcio e aguarda-se sua análise pelo TCU. Adicionalmente, em 2022, a Eletronuclear ajuizou outra ação judicial referente ao referido suposto dano, de forma individual, contra cada uma das consorciadas. Nesse sentido, a Companhia apresentou defesa relacionada a esta ação, a qual aguarda a fase de instrução dos processos. (iv) Em 21 de julho de 2020, a CGU instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR) com o propósito de apurar supostos atos lesivos nas licitações para serviços de montagem eletromecânica da Usina Angra 3. Trata-se de um desdobramento do processo administrativo do TCU mencionado em (iii) acima. Em 9 de dezembro de 2020, as alegações de defesa foram apresentadas pela Companhia. Em 28 de dezembro de 2022, com base em procedimento expedito de "julgamento antecipado", a Companhia, sem que isso importasse em reconhecimento de culpa, requereu o julgamento do referido expediente e já deu inteiro cumprimento à decisão nº 404 exarada pela CGU, efetuando o pagamento acordado no valor de R$ 15.328 mil, ficando impedida de celebrar contratos com a Eletronuclear pelo prazo de 6 meses e 18 dias, a partir da publicação datada de 29 de dezembro de 2022. Consequentemente, a Companhia está apta a celebrar contratos com a Eletronuclear desde julho 2023. (v) O TCU conduz também outros processos administrativos sobre o contrato da unidade de coqueamento retardado do Complexo Químico do Rio de Janeiro - COMPERPJ, que a Companhia executou em consórcio para a Petrobrás, em razão de supostos sobrepreço e fraude na referida contratação. A Companhia apresentou sua defesa nos referidos processos administrativos. O procedimento relativo à alegada fraude foi julgado e arquivado, estando, assim, encerrado. Quanto ao processo relativo a sobrepreço, a Companhia aguarda apreciação e julgamento. (vi) Foram ainda instaurados outros dois processos perante o TCU para apuração de eventuais irregularidades em contratos de refinarias da Petrobras (Refinaria Abreu e Lima - RNEST e Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR). Em 2021, ambos os processos administrativos tinham sido julgados com decisão desfav

CCB 中国建设银行 China Construction Bank

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante e não Circulante			
Principais Instrumentos Financeiros		**12.674.413**	**13.017.146**
Disponibilidades		8.227	50.727
Títulos e valores mobiliários	4	5.073.440	4.510.349
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	5	7.742.589	8.763.763
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	6	(149.843)	(307.693)
Outros Instrumentos Financeiros		**4.582.207**	**3.956.322**
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda		**77.018**	**93.754**
Investimentos		**356.452**	**342.040**
Imobilizado		**4.739**	**6.321**
Ativo Intangível		**1.823**	**1.385**
Ativos Fiscais	7	**881.552**	**1.202.562**
Outros Ativos		**88.707**	**79.799**
Total do Ativo		**18.666.911**	**18.699.329**

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante e não Circulante			
Principais Instrumentos Financeiros		**16.005.846**	**15.875.800**
Captações no mercado	8	11.781.168	10.317.894
Obrigações por empréstimos e repasses	9	3.401.657	4.670.897
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	10	823.021	887.009
Outros Instrumentos Financeiros		**167.816**	**203.270**
Provisões	11	**570.525**	**1.135.009**
Obrigações Fiscais	7	**216.460**	**310.995**
Outras Obrigações		**84.586**	**67.830**
Total do Passivo		**17.045.233**	**17.592.904**
Total do Patrimônio Líquido		**1.621.678**	**1.106.425**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**18.666.911**	**18.699.329**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**1.007.794**	**1.526.941**	**1.309.130**
Despesas da Intermediação Financeira		**(852.269)**	**(1.209.901)**	**(966.310)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito		**155.525**	**317.040**	**342.820**
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	6	684	3.005	(444)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		**156.209**	**320.045**	**342.376**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(112.657)**	**(263.649)**	**(308.481)**
Resultado Operacional		**43.552**	**56.396**	**33.895**
Resultado não Operacional		**3.190**	**(261)**	**12.284**
Resultado Antes da Tributação		**46.742**	**56.135**	**46.179**
Imposto de renda e contribuição social		–	–	(12.186)
Impostos diferidos		(53.270)	(82.803)	(55.822)
Prejuízo do Semestre/Exercícios		**(6.528)**	**(26.668)**	**(21.829)**
Quantidade de Ações (mil)		**689.797**	**689.797**	**459.233**
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação - R$		**(0,01)**	**(0,04)**	**(0,05)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Semestre/Exercícios	**(6.528)**	**(26.668)**	**(21.829)**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucro líquido	(572)	1.551	1.435
Resultado Abrangente do Semestre/Exercícios	**(7.100)**	**(25.117)**	**(20.394)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis resumidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do Semestre/exercícios		**(6.528)**	**(26.668)**	**(21.829)**
Ajustes ao resultado		22.543	120.417	99.301
Lucro ajustado		**16.015**	**93.749**	**77.472**
Fluxo de Caixa das Atividades de Operacionais		**738.935**	**582.904**	**(81.877)**
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operacionais		**754.950**	**676.653**	**(4.405)**
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos		**10.923**	**14.848**	**27.738**
Caixa Líquido (Utilizado) em Atividades de Financiamento		**(1.238.575)**	**(441.651)**	**(165.114)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(472.702)**	**249.850**	**(141.781)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	**2.956.864**	**–**	**(55.105)**	**899**	**(1.481)**	**(1.774.358)**	**1.126.819**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	1.435	–	1.435
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(21.829)	(21.829)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**2.956.864**	**–**	**(55.105)**	**899**	**(46)**	**(1.796.187)**	**1.106.425**
Mutações do exercício	–	–	–	–	1.435	(21.829)	(20.394)
Saldos em 01 de Janeiro de 2023	**2.956.864**	**–**	**(55.105)**	**899**	**(46)**	**(1.796.187)**	**1.106.425**
Aumento de capital em espécie	540.370	–	–	–	–	–	540.370
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	1.551	–	1.551
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(26.668)	(26.668)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**3.497.234**	**–**	**(55.105)**	**899**	**1.505**	**(1.822.855)**	**1.621.678**
Mutações do exercício	540.370	–	–	–	1.551	(26.668)	515.253
Saldos em 01 de Julho de 2023	**2.956.864**	**540.370**	**(55.105)**	**899**	**2.077**	**(1.816.327)**	**1.628.778**
Aumento de capital	540.370	(540.370)	–	–	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(572)	–	(572)
Prejuízo do semestre	–	–	–	–	–	(6.528)	(6.528)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**3.497.234**	**–**	**(55.105)**	**899**	**1.505**	**(1.822.855)**	**1.621.678**
Mutações do semestre	540.370	(540.370)	–	–	(572)	(6.528)	(7.100)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., ("CCB Brasil" e/ou "Banco"), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo CCB Brazil Financial Holding - Investimentos Participações Ltda. ("CCB Holding"), empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas o Banco atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, além da distribuição de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do CCB Brasil, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R$ 540 milhões para o Bank of China Limited ("BOC"), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. ("BOC Brasil"). A CCB Holding manteve participação minoritária no Banco.

Inicia-se um processo de transição e cumprimento de determinadas obrigações contratuais e regulatórias para que se conclua a transação e, oportunamente, da alteração dos nomes fantasia e razões sociais do CCB Brasil e de suas sociedades controladas. Vide, adicionalmente, nota 14, eventos subsequentes.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O Conglomerado CCB Brasil elaborou plano de implementação dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros requeridos pela Resolução CMN n° 4.966/21 e pela Resolução CMN nº 5.019/22. O referido Plano de Implementação está segregado da seguinte forma:

(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação;

(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas;

(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do exercício de 2024, conforme normas acessórias emitidas pelo BACEN. Os impactos nas demonstrações contábeis serão divulgados de forma oportuna após a implementação requerida pela referida resolução ao final do exercício de 2024.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2024.

3. Políticas contábeis materiais

a) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

• **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

• **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

• **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do exercício.

c) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d - Composição da carteira por níveis de risco.

d) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 20% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. De 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Lei nº 14.446/22, a contribuição social foi de 21%.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram calculados considerando a alíquota vigente na data da sua realização.

e) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

g) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos à aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. Títulos e valores mobiliários

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Até 90 dias	91 a 360 dias	Subtotal Circulante	Não Circulante	Total contábil	Custo corrigido	31/12/2023 Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	**1.107.463**	**447.910**	**1.555.373**	**3.398.305**	**4.953.678**	**4.950.941**	**4.953.678**
Carteira própria (*)	230.868	8.605	239.473	145.805	385.278	385.164	385.277
Letras Financeiras Tesouro	230.868	8.605	239.473	145.805	385.278	385.164	385.277
Vinculados a operações compromissadas	820.230	–	820.230	3.220.719	4.040.949	4.038.321	4.040.950
Letras Financeiras Tesouro	820.230	–	820.230	3.220.719	4.040.949	4.038.321	4.040.950
Vinculados a prestação de garantias (**)	56.365	439.305	495.670	31.781	527.451	527.456	527.451
Letras Financeiras Tesouro	56.365	439.305	495.670	31.781	527.451	527.456	527.451
Títulos mantidos até o vencimento	**–**	**–**	**–**	**119.762**	**119.762**	**119.762**	**119.762**
Carteira própria	–	–	–	119.762	119.762	119.762	119.762
Cotas - FIDC	–	–	–	119.762	119.762	119.762	119.762
Total	**1.107.463**	**447.910**	**1.555.373**	**3.518.067**	**5.073.440**	**5.070.703**	**5.073.440**

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R$ 525.884 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R$ 853 referente a processos judiciais e R$ 714 referente a outras garantias.

5. Carteira de crédito

a) Diversificação por tipo de operação

	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos à exportação	3.388.430	3.537.447
Capital de giro e descontos	2.275.555	3.186.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	996.638	668.331
Crédito pessoal consignado	675.877	825.792
Financiamentos à importação	101.933	269.370
Financiamentos de veículos	32.641	38.859
Devedores por compra de valores e bens	12.159	17.785
Operações de crédito vinculados a cessão (*)	3.801	12.403
Outros	255.555	206.876
Operações de crédito	**7.742.589**	**8.763.763**
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.870.331	1.393.735
Total	**9.612.920**	**10.157.498**

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito pessoal consignado no consolidado (nota 8.f).

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Passivo - Operações de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Ativo - Operações de câmbio" (nota 9).

c) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	31/12/2023 Base de cálculo	% (*)	Provisão	31/12/2022 Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	4.069.989	42,34	–	4.418.826	43,50	–
A	4.091.404	42,56	20.457	3.543.887	34,89	17.719
B	1.215.310	12,65	12.153	1.811.429	17,83	18.114
C	92.456	0,96	2.774	65.438	0,65	1.963
D	3.318	0,03	332	13.027	0,13	1.303
E	8.085	0,08	2.424	20.277	0,20	6.083
F	3.429	0,04	1.715	5.695	0,06	2.847
G	63.137	0,66	44.196	64.184	0,63	44.929
H	65.792	0,68	65.792	214.735	2,11	214.735
Total	**9.612.920**	**100**	**149.843**	**10.157.498**	**100**	**307.693**

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

6. Provisão para perda esperada ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	307.693	378.569
(Reversão) constituição de provisão para créditos do exercício	(3.005)	444
Subtotal	**304.688**	**379.013**
Baixas para prejuízo (*)	(154.845)	(71.320)
Saldo final	**149.843**	**307.693**
Recuperação de créditos baixados (nota 26)	98.072	90.355
Percentual da provisão sobre carteira	1,56	3,03
Circulante	59.995	140.412
Não circulante	89.848	167.281
Total	**149.843**	**307.693**

(*) Do montante de baixas, R$ 44.618 (Dezembro/22 - R$ -) referem-se a operações de crédito vinculadas a captações de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02 (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R$ 1.214.861 (Dezembro/22 - R$ 1.729.868). Destaca-se que, conforme parágrafo 3º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. Neste caso, incluem-se renegociações que não implicam, necessariamente, em readequações frente a questões relacionadas à capacidade de pagamento dos contratos em si, mas toda e qualquer alteração condições de pagamento originalmente pactuadas. O saldo de provisão para os créditos renegociados é de R$ 78.722 (Dezembro/22 - R$ 210.871).

Do montante de contratos renegociados, R$ 61.528 (Dezembro/22 - R$ 85.726) abrange contratos repactuados em razão de dificuldades financeiras dos devedores.

7. Ativos e obrigações fiscais

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	31/12/2022	Variação PL	Reali-zações	Adições	Transfe-rências	Pagamento de tributos (*)	31/12/2023
Imposto de Renda							
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	244.830	–	(51.551)	1.926	82.637	–	277.842
Ajuste Hedge Accounting	3.281	–	(4.909)	3.914	–	–	2.286
Provisão para desvalorização de bens não de uso	994	–	(994)	–	–	–	–
Provisão para contingências e outras	198.547	(21)	(168.835)	23.714	–	–	53.405
Subtotal	**447.652**	**(21)**	**(226.289)**	**29.554**	**82.637**	**–**	**333.533**
Prejuízo fiscal	–	–	–	98.280	–	(74.190)	24.090
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	**447.652**	**(21)**	**(226.289)**	**127.834**	**82.637**	**(74.190)**	**357.623**
Contribuição Social							
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	195.864	–	(41.240)	1.540	66.110	–	222.274
Ajuste Hedge Accounting	2.625	–	(3.928)	3.132	–	–	1.829
Provisão para desvalorização de bens não de uso	795	–	(795)	–	–	–	–
Provisão para contingências e outras	158.837	(17)	(135.068)	18.972	–	–	42.724
Subtotal	**358.121**	**(17)**	**(181.031)**	**23.644**	**66.110**	**–**	**266.827**
Base negativa da CSLL acumulada	–	–	–	78.623	–	(74.190)	4.433
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	**358.121**	**(17)**	**(181.031)**	**102.267**	**66.110**	**(74.190)**	**271.260**
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	**805.773**	**(38)**	**(407.320)**	**230.101**	**148.747**	**(148.380)**	**628.883**

(*) Em 2023, o CCB Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R$ 136.069 no Banco e R$ 12.311 referente à cessão de crédito tributário para a subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A., que posteriormente foi reembolsado por essa subsidiária.

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Durante o exercício de 2023, o Banco recuperou R$ 952 (Dezembro/22 - R$ 1.005), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R$ 427 (Dezembro/22 - R$ 452 registrados), foram realizados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

Em novembro de 2023, o CCB Brasil reavaliou os critérios aplicados na apuração do crédito presumido constituído, que resultou na transferência de R$ 148.747 para o saldo crédito tributário decorrente de perdas de operações de crédito, para os quais o Banco constatou capacidade de realização em Estudo Técnico de Realização de Crédito Tributário, realizado para a data-base 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, as recuperações de crédito inadimplidos relacionadas às operações reclassificadas foram oferecidas à tributação.

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito Presumido Constituído	231.915	380.662
Passivo Fiscal Diferido	(40.701)	(83.145)

c) Passivo fiscal diferido

	31/12/2022	Variação PL	Realizações	Adições	31/12/2023
Imposto de Renda					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	69.149	–	(12.123)	–	57.026
Atualização monetária de depósitos judiciais	29.378	–	(8.413)	6.782	27.747
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	13.856	684	(10.419)	–	4.121
Ajuste Hedge Accounting	–	–	–	2.142	2.142
Subtotal Imposto de Renda	**112.383**	**684**	**(30.955)**	**8.924**	**91.036**
Contribuição Social					
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	55.319	–	(9.699)	–	45.620
Atualização monetária de depósitos judiciais	23.502	–	(1.304)	–	22.198
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	11.085	548	(8.335)	–	3.298
Ajuste Hedge Accounting	–	–	–	1.714	1.714
Subtotal Contribuição Social	**89.906**	**548**	**(19.338)**	**1.714**	**72.830**
Total impostos diferidos	**202.289**	**1.232**	**(50.293)**	**10.638**	**163.866**
Crédito presumido IR - Lei nº 12.838/13	46.192	–	(23.817)	237	22.612
Crédito presumido CS - Lei nº 12.838/13	36.953	–	(19.054)	190	18.089
Total crédito presumido	**83.145**	**–**	**(42.871)**	**427**	**40.701**
Total Geral	**285.434**	**1.232**	**(93.164)**	**11.065**	**204.567**

8. Captações no mercado

	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	31/12/2023 Total
Depósitos a vista	54.124	–	–	54.124	–	54.124
Depósitos de poupança	2.211	–	–	2.211	–	2.211
Depósitos interfinanceiros	–	567.201	510	567.711	196.573	764.284
Depósitos a prazo	–	3.724.910	666.736	4.391.646	29.615	4.421.261
Obrigações por operações compromissadas	–	5.234.060	–	5.234.060	–	5.234.060
Letras de crédito imobiliário - LCI	–	–	136	136	–	136
Letras de crédito do agronegócio - LCA	–	356.572	820.697	1.177.269	65.178	1.242.447
Letra financeira - LF	–	16.498	46.147	62.645	–	62.645
Total em 31 de dezembro de 2023	**56.335**	**9.899.241**	**1.534.226**	**11.489.802**	**291.366**	**11.781.168**
Total em 31 de dezembro de 2022	**75.845**	**7.315.108**	**1.997.633**	**9.388.586**	**929.308**	**10.317.894**

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E3E2-AF7C-3EB4-7EB8.

continuação

CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 3 meses	De 03 meses a 01 ano	Subtotal Circulante	Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Repasses no país - instituições oficiais	99.792	129.409	229.201	23.157	252.358	254.067
No exterior	2.993.925	145.554	3.139.479	9.820	3.149.299	4.416.830
Empréstimo com a matriz	2.647.924	–	2.647.924	–	2.647.924	4.190.271
Empréstimo com a matriz - vinculados (*)	–	–	–	9.820	9.820	20.633
Demais empréstimos no exterior	346.001	145.554	491.555	–	491.555	205.926
Total geral em 31 de dezembro de 2023	**3.093.717**	**274.963**	**3.368.680**	**32.977**	**3.401.657**	**–**
Total geral em 31 de dezembro de 2022	**2.099.615**	**2.555.180**	**4.654.795**	**16.102**	**–**	**4.670.897**

10. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Captação	Valor de Emissão Moeda Original	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão Moeda Nacional	Tx. Juros (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Dívida Perpétua Nível I (a)	US$ 70.000	29/12/2016	–	228.025	8,00%	338.891	365.239
Dívida Perpétua Nível I (a)	US$ 100.000	04/06/2021	–	506.660	5,80%	484.130	521.770
Total						**823.021**	**887.009**

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante	823.021	887.009
Total	**823.021**	**887.009**

11. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para contingências (11.a)	507.953	1.068.258
Provisões para garantias financeiras prestadas	32.758	27.334
Outras	29.814	39.417
Total	**570.525**	**1.135.009**
Circulante	56.955	60.728
Não circulante	513.570	1.074.281
Total	**570.525**	**1.135.009**

a) Contingências e obrigações legais

O CCB Brasil é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2022	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	Pagamento com Crédito Tributário (*)	31/12/2023
Cíveis	199.012	3.976	(31.754)	8.645	(21.308)	–	158.571
Trabalhistas	101.341	5.428	(7.002)	14.326	(7.621)	–	106.472
Subtotal	**300.353**	**9.404**	**(38.756)**	**22.971**	**(28.929)**	**–**	**265.043**
PIS/COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	687.660	–	(3.814)	–	(435.560)	(136.069)	112.217
IRPJ/CSLL PDD 1994	18.413	–	–	1.766	–		20.179
INSS Administradores - Exercícios 2009 a 2011	61.400	–	–	6.694	–		68.094
INSS Administradores - Exercícios 2006 a 2008	–	41.937	–	–	–		41.937
Outros	432	–	–	51	–		483
Subtotal	**767.905**	**41.937**	**(3.814)**	**8.511**	**(435.560)**	**(136.069)**	**242.910**
Total	**1.068.258**	**51.341**	**(42.570)**	**31.482**	**(464.489)**	**(136.069)**	**507.953**

(*) Em 2023, o CCB Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R$ 136.069.

12. Índice de Basileia

A tabela a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e atende tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2023 - cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Em R$ Mil	31/12/2023	31/12/2022
Capital Nível 1	**2.405.653**	**1.979.876**
-Capital Principal	1.582.632	1.092.867
-Perpetual Bonds	823.021	887.009
Patrimônio de Referência	**2.405.653**	**1.979.876**
-RWACpad	10.420.893	11.020.720
-RWAMpad	127.651	167.968
-RWAOpad	1.310.934	1.332.733
Total RWA	**11.859.478**	**12.521.421**
-IRRBB	47.358	90.728
Índices		
Capital Principal	13,34%	8,76%
Nível 1	20,28%	15,87%
Índice de Basileia	20,28%	15,87%
IB para RWA + IRRBB	19,32%	14,55%

13. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve registro de resultados não recorrentes no Banco.

14. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada a aquisição do controle acionário do CCB Brasil pelo BOC, instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no País, do Banco da China Brasil S.A. ("BOC Brasil"), através da aquisição de ações do CCB Brasil mantidas até então pelo CCB Holding. Foram transferidas 240.855.998 ações, sendo 155.886.378 ações ordinárias e 84.969.620 ações preferenciais. Diante do exposto, o quadro de acionistas do CCB Brasil passará a ser o seguinte:

Acionista	31/01/2024 Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Bank of China Limited (BOC)	305.111.393	166.308.303	471.419.696	67%
CCB Brazil Financial Holding Investimentos e Participações Ltda.	141.337.530	77.039.420	218.376.950	32%
Ações em tesouraria	–	6.398.518	6.398.518	1%
Total de ações	**446.448.923**	**249.746.241**	**696.195.164**	**100%**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: **Xilai Feng**

Membros do Conselho: **Fanggen Liu**, **Liping Shang**, **Daniel Joseph McQuoid**, **Heraldo Gilberto de Oliveira**

DIRETORIA

Diretor Presidente: **Zhang Guanghua**

Diretores Vice-Presidente: **Deming Li**, **Lei Xu**

Diretor: **Hsia Hua Sheng**, **Claudio Augusto Rotolo**

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente e membro qualificado: **Heraldo Gilberto de Oliveira**

Membros do Comitê: **Walter Mallas Machado de Barros**, **Daniel Joseph McQuoid**

Contador - Fábio José Mazzetto Said - CRC 1SP264988/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

As demonstrações contábeis completas referentes ao semestre e exercícios findo em 31 de dezembro de 2023, o relatório do auditor independente e o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos seguintes endereços:

a) www.br.ccb.com;
b) www.diariocomercial.com.br;
c) www.bcb.gov.br.

Os referidos relatórios do comitê de auditoria e do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 25 e 26 de abril de 2024, respectivamente, sem modificações.

Associação Pedagógica Rudolf Steiner

Desde 1956 - C.N.P.J. 60.665.528/0001-01 - Rua Job Lane, 900, São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - Em Reais

Balanços Patrimoniais	Nota	2023	2022
Ativo Circulante		**45.715.695,42**	**43.007.372,07**
Caixa e equivalente de caixa		**4.142.963,29**	**4.008.825,63**
Caixa e banco conta corrente		119.435,27	39.012,18
Aplicações Financeiras	3	4.023.528,02	3.969.813,45
Créditos		**41.361.647,05**	**38.797.691,23**
Anuidades Escolares	4	42.526.170,47	39.847.860,95
Prov. p/Créditos Líq. Duvidosa	4	(1.685.989,00)	(1.360.616,68)
Créditos de Funcionários		174.907,64	143.041,10
Adiantamentos a fornecedores		161.847,35	25.634,13
Outros créditos		184.710,59	141.771,73
Estoques		**211.085,08**	**200.855,21**
Estoques de Materiais		211.085,08	200.855,21
Ativo não Circulante		**76.886.422,83**	**75.085.935,37**
Recursos com restrição	3	**14.033.613,12**	**30.605.877,11**
Aplicação Financeira	3	**23.756.335,66**	**19.663.397,31**
Outros créditos LP		**70.000,00**	**–**
Depósito Judiciais		**85.393,54**	**171.410,65**
Investimentos		**2.500,00**	**2.500,00**
Imobilizado	5	**38.938.580,51**	**24.642.750,30**
Terrenos e Imóveis		11.484.747,17	11.484.747,17
Móveis e Utensílios		3.391.484,69	2.365.178,20
Equipamentos de Informática		2.301.958,75	1.561.688,71
Outras imobilizações		1.379.958,30	1.090.260,44
Imobilizado em Construção		26.678.282,66	13.685.389,01
(–) Depreciação Acumulada		(6.297.851,06)	(5.544.513,23)
Total do Ativo		**122.602.118,25**	**118.093.307,44**

Balanços Patrimoniais	Nota	2023	2022
Passivo Circulante		**42.324.680,04**	**41.401.624,23**
Circulante		**42.324.680,04**	**41.401.624,23**
Obrigações Trabalhistas	6	885.983,51	713.107,75
Contas a pagar	7	533.862,82	2.062.070,18
Impostos e Contribuições		563.580,46	543.900,92
Antecipações de Mensalidades		2.822.349,24	–
Receitas Futuras	4	37.518.904,01	38.082.545,38
Não Circulante		**7.076.044,67**	**30.605.877,11**
Projetos a Executar	11	5.664.323,67	27.578.908,33
Contingências	10	1.411.721,00	3.026.968,78
Patrimônio Líquido		**73.201.393,54**	**46.085.806,10**
Patrimônio Social		60.839.086,77	40.408.109,13
Reservas	12	6.957.568,45	–
Superávit (Déficit) do Exercício		5.404.738,32	5.677.696,97
Total do Passivo		**122.602.118,25**	**118.093.307,44**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações Ocorridas/Contas Integrantes do Grupo Patrimônio Líquido	Patrimônio Social	Reservas	Superávit (Déficit) do Exercício	Total do Grupo Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	**23.461.663,11**	**–**	**3.261.057,01**	**26.722.720,12**
+/(–) Execução de Projetos	13.685.389,01	–	–	13.685.389,01
(–) Superávit do Exercício 2022	–		5.677.696,97	5.677.696,97
+/(–) Incorporação à Conta Patrimônio Social	3.261.057,01	–	(3.261.057,01)	–
Saldo em 31/12/2022	**40.408.109,13**	**–**	**5.677.696,97**	**46.085.806,10**
+/(–)Execução de Projetos	14.753.280,67	–	–	14.753.280,67
+/(–) Projetos Institucionais	–	6.957.568,45	–	6.957.568,45
(–) Superávit do Exercício 2023	–	–	5.404.738,32	5.404.738,32
+/(–) Incorporação à Conta Patrimônio Social	5.677.696,97	–	(5.677.696,97)	–
Saldo em 31/12/2023	**60.839.086,77**	**6.957.568,45**	**5.404.738,32**	**73.201.393,54**

Demonstração do Resultado	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais		**41.711.567,33**	**38.367.922,25**
Receita Bruta de Educação		**48.908.487,30**	**47.894.534,01**
Mensalidades Alunos Pagantes		41.307.954,03	38.243.323,06
Mensalidades Concedidas em Bolsas de Estudos		7.600.533,27	9.651.210,95
Deduções da Receita Bruta de Educação		**(7.600.533,27)**	**(9.651.210,95)**
(–) Gratuidades Concedidas/ bolsas 100% LC 187/21		(1.848.320,10)	(5.018.609,57)
(–) Gratuidades Concedidas/ bolsas 50% LC 187/21		(79.353,86)	(54.324,35)
(–) Gratuidades Concedidas/ bolsas - Funcionários		(4.040.909,58)	(3.125.928,91)
(–) Outras Bolsas Concedidas		(1.631.949,73)	(1.452.348,12)
Outras Receitas		**403.613,30**	**124.599,19**
Doações	8	403.613,30	124.599,19
Custo com Serviço Educacional		**(20.682.395,51)**	**(18.021.353,85)**
Despesa com Pessoal		(20.115.519,55)	(17.681.818,46)
Material Didático		(566.875,96)	(339.535,39)
Resultado Bruto		**21.029.171,82**	**20.346.568,40**
Despesas Operacionais		**(21.320.329,71)**	**(22.238.161,88)**
Despesas com Pessoal		**(8.620.936,95)**	**(7.577.922,20)**
Despesas Administrativas		**(11.493.765,28)**	**(9.783.146,45)**
Operacionais		(10.387.856,83)	(9.211.042,78)
Manutenção e Conservação		(1.105.908,45)	(572.103,67)
Depreciações e Amortizações		**(753.337,83)**	**(724.475,43)**
Convênios Filantrópicos		(833.508,00)	(833.508,00)
Despesas Tributárias e Trabalhistas		(462.193,21)	(343.607,33)
Provisão para Recursos com Restrição e PCLD	14	843.411,56	(2.975.502,47)
Resultado Operacional		**(291.157,89)**	**(1.891.593,48)**
Receitas Financeiras	13	**5.241.872,68**	**7.306.413,06**
Despesas Financeiras		**(115.691,58)**	**(96.504,84)**
(=) Resultado Financeiro Líquido		**5.126.181,10**	**7.209.908,22**
Outras receitas		**569.715,11**	**359.382,23**
Receitas com Serviços Voluntários	16	1.124.875,00	993.526,33
(–) Despesas com Serviços Voluntários	16	(1.124.875,00)	(993.526,33)
Superávit (Déficit) do Exercício		**5.404.738,32**	**5.677.696,97**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Atividades Operacionais:	2023	2022
(Deficit)/Superávit do período	5.404.738,32	5.677.696,97
Aumento (Diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	753.337,83	719.075,43
Redução (Aumento) do Ativo		
Mensalidades a Receber	(2.352.937,20)	(4.203.909,74)
Adiantamentos Diversos e Outros Créditos	(211.018,62)	(123.044,90)
Estoques	(10.229,87)	(85.837,25)
Recursos com Restrição	14.957.016,21	10.954.164,85
Ativos não Circulantes - Recursos com Restrição, Aplicações e Depósitos Judiciais	(2.461.673,46)	(8.912.874,63)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(1.528.207,36)	1.646.649,31
Obrigações trabalhistas e sociais	172.875,76	95.484,08
Impostos e contribuições a recolher	19.679,54	81.588,79
Receitas antecipadas	2.258.707,87	4.065.166,77
Outros passivos não circulante - Contingências e Recursos com Restrição	(23.529.832,44)	(10.954.164,85)
Incorporação de Reservas	21.710.849,12	13.685.389,01
Geração (Utilização) de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**15.183.305,70**	**12.645.383,84**
Atividades de Investimentos:		
Valor de Venda de Ativos Imobilizados	–	–
Aquisições de Ativos Imobilizados	(15.049.168,04)	(13.822.815,30)
Aquisições de Investimentos	–	–
Geração (Utilização) de Caixa em Atividades de Investimentos	**(15.049.168,04)**	**(13.822.815,30)**
Atividades de Financiamentos:		
Geração (Utilização) de Caixa em Atividades de financiamentos	**–**	**–**
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes	**134.137,66**	**(1.177.431,46)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.008.825,63	5.186.257,09
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.142.963,29	4.008.825,63
Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes	**134.137,66**	**(1.177.431,46)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Associação Pedagógica Rudolf Steiner é uma entidade sem fins lucrativos e econômicos com fins filantrópicos e tem como principal objetivo contribuir na formação de pessoas responsáveis e solidárias por meio da educação básica e superior. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração das receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. **c) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas anualmente. **d) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. **e) Ativos circulantes e não circulantes: e.1) Caixa e equivalentes de caixa (caixa e bancos):** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **e.2) Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e.3) Mensalidades a receber:** As mensalidades a receber, são contabilizadas pelo regime de competência, deduzidas das perdas efetivadas, considerando as mensalidades não recebidas em prazo superior a vinte e quatro meses. **e.4) Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada sob os preceitos da Antroposofia e somente é provisionada após vinte e quatro meses de vencido. **e.5) Imobilizado:** A entidade possui controle contábil do ativo imobilizado e estão sendo reconhecidas as despesas com depreciação. **e.6) Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2023. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **f.1) Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f.2) Antecipações de Mensalidades:** Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2024. **g) Gratuidades e Assistência Social:** Estão demonstradas conforme legislação vigente. Referem-se a bolsas de estudos integrais e parciais, cuja renda familiar *per capita* não exceda a um salário-mínimo e meio ou a três salários-mínimos, respectivamente. Dentro desse critério a APRS mantem 1 aluno gratuito em integral em período integral para cada 5 alunos pagantes matriculados, além de bolsas parciais de 50% para a Educação Básica e mantem 1 aluno gratuito para cada 4 alunos pagantes no Ensino Superior. **h) Doações:** As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. **i) Aplicação de recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. **j) Formalidade da Escrituração Contábil:** (NBC ITG 2000). A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na "Escrituração Digital Contábil - ECD". A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

3. Aplicações Financeiras:

	2023	2022
Ativo Circulante - sem restrição	4.023.528,02	3.969.813,45
Ativo Não Circulante - sem restrição	23.756.335,66	19.663.397,31
Ativo Não Circulante - com restrição	14.033.613,12	30.605.877,11
Total	**41.813.476,80**	**54.239.087,87**

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Instituição utilizará integralmente o saldo dos valores registrados em "Aplicações Financeiras" na consecução do respectivo objeto social. Os valores registrados como "aplicação financeira com restrição" referem-se a recursos próprios administrados para coberturas de projetos institucionais e provisões. Em maio de 2022 iniciou a construção da sede da Faculdade Rudolf Steiner, sendo concluída em setembro/2023, justificando a redução dos valores registrados no Ativo Não Circulante - com restrição.

4. Títulos a Receber e Receitas Futuras:

Títulos a Receber	2023	2022
Mensalidades a vencer	38.134.859,38	36.671.694,68
Mensalidades a receber	4.233.402,44	3.018.257,62
Cheques em cobrança	16.540,04	16.540,04
Notas promissórias	141.368,61	141.368,61
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.685.989,00)	(1.360.616,68)
Total	**40.840.181,47**	**38.487.244,27**

Em 2023 a instituição constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 325.372,32, ante 634.771,43, constituído em 2022. O valor de 2023 representa os débitos vencidos até 31/12/2021 e não quitados até 31/12/2023. Nesse exercício não foram reconhecidas perdas efetivas.

Receitas Futuras	2023	2022
Receitas de Mensalidades Futuras	42.671.514,26	38.524.796,32
*Antecipações de Mensalidades	–	3.058.379,31
(–) Dedução de Receitas Futuras	(5.807.300,04)	(4.809.550,22)
Outras Receitas Futuras	654.689,79	1.308.919,97
Total	**37.518.904,01**	**38.082.545,38**

A Entidade adota como modalidade o registro contábil dos contratos educacionais futuros como receita a realizar, utilizando-se em contrapartida no Ativo, Mensalidades a vencer.
*Em anos anteriores as Antecipações de Mensalidades estavam demonstradas no grupo de Receitas Futuras, sendo desmembradas a partir de 2023.

5. Imobilizado:

Descrição	Saldo em 31.12.2022 R$	Adições R$	Baixas R$	Transf. R$	Saldo em 31.12.2023 R$
Terrenos	4.686.417,11	–	–	–	4.686.417,11
Edificações	6.798.330,06	–	–	–	6.798.330,06
Instalações	1.090.260,44	289.697,86	–	–	1.379.958,30
Móveis e utensílios	2.365.178,20	1.026.306,49	–	–	3.391.484,69
Equipamento Informática	1.561.688,71	740.270,04	–	–	2.301.958,75
Imobilizado em Construção	13.685.389,01	12.992.893,65	–	–	26.678.282,66
Total	**30.187.263,53**	**15.049.168,04**	**–**	**–**	**45.236.431,57**

Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2022 R$	Adições R$	Baixas R$	Transf. R$	Saldo em 31.12.2023 R$
Edificações	(2.184.541,71)	(271.933,20)	–	–	(2.456.474,91)
Instalações	(488.264,11)	(107.943,52)	–	–	(596.207,63)
Móveis e utensílios	(1.562.504,84)	(202.718,35)	–	–	(1.765.223,19)
Equipamento Informática	(1.309.202,57)	(170.742,76)	–	–	(1.479.945,33)
Total	**(5.544.513,23)**	**(753.337,83)**	**–**	**–**	**(6.297.851,06)**
Total	**24.642.750,30**	**14.295.830,21**	**–**	**–**	**38.938.580,51**

6. Obrigações Sociais:	2023	2022
Obrigações Trabalhistas	19.643,20	–
INSS a recolher- Empregados	118.627,93	91.941,67
FGTS a recolher	190.360,81	163.851,19
Provisão de Férias	557.351,57	457.314,89
Total	**885.983,51**	**713.107,75**

7. Contas a Pagar - Fornecedores: Diante da finalização da construção da sede da Faculdade Rudolf Steiner (FRS) a rubrica contas a pagar registrou em 31/12/2023 o saldo de R$ 533.862,82 ante R$ 2.062.070,18 no exercício anterior, sendo demonstrado o efeito dos valores a pagar dessa construção:

Descrição	2023 R$	2022 R$
Fornecedores em Geral	478.387,82	475.226,89
Fornecedores da obra FRS	55.475,00	1.586.843,29
Total	**533.862,82**	**2.062.070,18**

8. Doações: A Entidade durante os exercícios de 2023 e de 2022 reconheceu como receita doações de pessoas Físicas e Jurídicas, conforme demonstrativo abaixo:

	2023	2022
Doações Pessoa Física	12.477,76	23.665,31
Doações Pessoa Jurídica	391.135,54	100.933,88
Total	**403.613,30**	**124.599,19**

9. Imunidade Previdenciária Usufruída: Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2023 e de 2022, correspondem aos montantes de R$ 5.636.349,60 de R$ 4.919.414,57, respectivamente.

10. Contingências: A entidade possui contingência previdenciária, civil e trabalhista no montante de R$ 1.411.721,00. Em 2023 foi revertido o valor de R$ 3.026.968,78 para o resultado do exercício e foi constituído o montante de R$ 1.411.721,00 de novas provisões que cobrem estimativas dos advogados de todas as esferas para eventuais perdas/condenações. **11. Projetos a Executar - (Recursos com Restrição):** Os saldos de projetos a executar que foram inicialmente constituídos pelo acúmulo de superávit ou revertidos de provisões para contingências, aprovados em Assembleias dos Associados, para uma melhor consonância contábil, foram reclassificados para o grupo do Patrimônio Líquido Social.

Em 31/12/2023 os recursos com restrição registravam os seguintes saldos:

Rubrica/Projeto	Saldo em 31/12/2022	Reclassificação para o grupo Patrimônio Social Líquido	Execução do projeto	Novos aportes/ atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Projeto Faculdade Rudolf Steiner - Mútuo/Doação Mahle	4.734.525,09	–	–	743.041,00	5.477.566,09
Plano Diretor e Grande Manutenção	5.635.870,58	(5.635.870,58)	–	–	–
Projetos a Destinar	16.818.019,54	(16.818.019,54)	–	–	–
Projetos Pedagógicos	390.493,12	–	(203.735,54)	–	186.757,58
Total de recursos com restrições	**27.578.908,33**	**(22.453.890,12)**	**(203.735,54)**	**743.041,00**	**5.664.323,67**

12. Patrimônio Líquido Social: Os projetos a executar constituídos em anos anteriores que estavam evidenciados no Passivo Não Circulante, para uma melhor consonância contábil, foram reclassificados para o Patrimônio Líquido Social, demonstrado nas respectivas mutações. **13. Receitas Financeiras:** A Receita financeira em 2023 acumulou R$ 5.241.872,68 ante R$ 7.306.413,06 em 2022. Essa redução deve-se exclusivamente a política de juros do Banco Central do Brasil frente ao cenário inflacionário e ao menor volume de recursos aplicados por conta da execução do "projeto FAC 2015". O Perfil de investidor da Associação é conservador e as receitas financeiras são destinadas para os objetivos sociais da Associação, sejam em recursos com restrição, sejam recursos livres.

14. Provisão de Contingencias e PCLD: A Entidade em 2023 reverteu/constituiu as seguintes provisões:

	2023	2022
(–) Reversão/Provisão Recursos com restrição	(1.615.247,78)	2.340.731,04
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	325.372,32	634.771,43
Provisão de perdas de valores mobiliários	446.463,90	–
Total	**(843.411,56)**	**2.975.502,47**

15. Renúncia Fiscal: A Constituição Federal em seu artigo 150 veda os Estados, Municípios, Distrito Federal e o Governo Federal a instituir tributos (impostos) sobre parcelas de rendas ou patrimônio das entidades sem fins lucrativos, sendo Beneficentes de Assistência Social ou não, independente da área de atuação preponderante - Assistência Social, Educação ou Saúde. Nesse sentido, todos os impostos que recaiam sobre a renda ou o patrimônio que a Norma Brasileira de Contabilidade exige demonstrar não é devida pela Instituição, pois é um Direito Constitucional. **16. Trabalho Voluntário:** Durante o exercício de 2023 a Instituição apurou um custo de R$ 1.124.875,00 decorrente de serviços voluntários (Em 2022 - R$ 993.526,33) utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. **17. Cobertura de Seguros:** Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos. **18. Instrumentos Derivativos:** Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **19. Demonstração da Gratuidade:** Para atender os requisitos da legislação vigente lei complementar nº 187/2021, a Entidade está demonstrando abaixo quadro de gratuidades:

		Educação Básica	Educação Superior (SEM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		**961**	**58**
Alunos bolsa integral (Lei Compl. nº 187/2021)	Io	0	8
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei Compl. nº 187/2021)	Id	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei Compl. nº 187/2021)	It	147	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei Compl. nº 187/2021)	Ipg	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei Compl. nº 187/2021)	**I**	**147**	**8**
Outras bolsas integrais (b)		77	1
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0
Alunos inadimplentes (d)		2	0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**N**	**882**	**57**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei Compl. nº 187/2021)	Po	0	6
Alunos bolsa parc

Associação Instrutora da Juventude Feminina

CNPJ: 60.533.940/0001-78

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais - R$ 1)

Balanço Patrimonial

		2023	2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 05	12.999.555	11.668.166
Contas a receber de clientes	Nota 06	2.641.994	2.735.484
Adiantamentos a funcionários		310.062	319.720
Adiantamentos a fornecedores		61.701	44.373
Outros direitos realizáveis		13.281	5.948
Despesas antecipadas		25.547	19.936
Total do Ativo Circulante		**16.052.140**	**14.793.627**
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	Nota 06	1.867.700	1.747.606
Depósitos judiciais contribuição sub judice	Nota 11	948.158	650.248
Imobilizado	Nota 07	81.128.821	80.935.199
Intangível	Nota 08	40.157	39.866
Total do Ativo Não Circulante		**83.984.836**	**83.372.919**
Total do Ativo		**100.036.976**	**98.166.546**

Balanço Patrimonial

		2023	2022
Passivo/Circulante			
Salários e encargos sociais		2.200.545	1.997.052
Antecipações de mens. educacionais		900.253	1.038.195
Fornecedores		279.829	256.469
Impostos e contribuições a recolher		37.199	41.177
Empréstimos e financiamentos	Nota 10	306.942	300.232
Obrigações c/férias e encargos sociais		1.436.808	1.385.294
Verbas de convênios	Nota 09	778.863	715.895
Outras contas a pagar		207.346	192.869
Total do Passivo Circulante		**6.147.785**	**5.927.183**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Nota 10	1.674.672	1.938.014
Provisão para contribuição sub judice	Nota 11	948.158	650.248
Recursos de convênios a realizar	Nota 12	47.138	49.693
Total do Passivo Não Circulante		**2.669.968**	**2.637.955**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	Nota 13	89.601.408	89.751.287
Superávit/Déficit do período	Nota 13	1.617.815	(149.879)
Total do Patrimônio Líquido		**91.219.223**	**89.601.408**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**100.036.976**	**98.166.546**

Demonstração do Resultado dos Períodos

Detalhes		2023	2022
Receitas			
Sem Restrição:			
- Serviços educacionais		51.300.248	47.101.422
- Serviços educacionais - gratuidades		5.918.270	5.821.855
- Atendimentos psicológicos		321.751	358.546
- Doações e contribuições		1.631.642	434.252
Total das Receitas Sem Restrição		**59.171.911**	**53.716.075**
Com Restrição (Vinculadas a Convênios e Parcerias):			
- Programas de Educação	Nota 09	44.575	21.953
- Programas de Assistência Social	Nota 09	1.322.948	1.426.513
Total das Receitas com Restrição		**1.367.523**	**1.448.466**
Total das Receitas		**60.539.434**	**55.164.541**
Dedução das Receitas			
Gratuidades educacionais c/Programas (atividades)		(5.918.270)	(5.821.855)
Bolsas concedidas por convenção coletiva		(2.657.440)	(2.759.918)
Serviços educacionais cancelados		(99.545)	(24.343)
Descontos concedidos		(4.120.404)	(3.520.013)
Total das Deduções das Receitas		**(12.795.659)**	**(12.126.129)**
Receita Líquida		**47.743.775**	**43.038.412**
Custos com Programas (Atividades)			
Custos dos serviços educacionais	Nota 14	(19.906.448)	(18.867.100)
Projetos de assistência social	Nota 14	(797.829)	(914.997)
Total dos Custos com Programas (Atividades)		**(20.704.277)**	**(19.782.097)**
Superávit Bruto		**27.039.498**	**23.256.315**
Despesas e Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	Nota 15	(25.896.530)	(23.316.065)
Projetos de assistência social	Nota 15	(815.655)	(837.687)
Programas de Educação (atividades)	Nota 09	(44.575)	(21.953)
Programas de Assistência Social (atividades)	Nota 09	(1.322.948)	(1.426.513)
Outras receitas	Nota 16	801.695	424.717
Outras despesas	Nota 16	(143.471)	–
Total de Despesas e Receitas Operacionais		**(27.421.484)**	**(25.177.501)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**(381.986)**	**(1.921.186)**
Resultado financeiro	Nota 17	1.999.801	1.771.307
Superávit/Déficit do Período		**1.617.815**	**(149.879)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Detalhes		2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit/Déficit do período		1.617.815	(149.879)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	Nota 15	900.258	887.498
Atualização monetária de operação de empréstimo	Nota 17	48.294	144.945
Provisão para contribuição sub judice	Nota 11	297.910	277.917
Resultado da alienação de bens do ativo imobilizado	Nota 16	(221.529)	–
Variações nas contas a receber com clientes		(26.604)	56.990
Variações nos adiantamentos concedidos		(7.670)	(57.998)
Outras variações ativas		(310.854)	(273.991)
Variações nas contas a pagar com fornecedores		57.727	(74.782)
Variações nas antecipações mens. educacionais		(137.942)	65.113
Variações nas obrigações com funcionários		203.493	199.148
Variações nas provisões trabalhistas		51.514	19.010
Variações nas obrigações tributárias		(3.978)	15.764
Variações nas verbas de convênios e recursos a realizar		60.413	(58.197)
Outras variações passivas		14.478	18.596
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		**2.543.325**	**1.070.134**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações no Ativo Imobilizado		(1.255.689)	(755.119)
Aplicações no Ativo Intangível		(1.320)	(2.700)
Recursos da venda de bens do Ativo Imobilizado		365.000	–
Custos diretos decorrentes da venda de bens		(15.000)	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		**(907.009)**	**(757.819)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recursos aplic. na liquid. parcelas de empréstimo	Nota 10	(304.927)	(247.836)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Financiamento		**(304.927)**	**(247.836)**
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.331.389**	**64.479**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.331.389**	**64.479**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício		11.668.166	11.603.687
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Exercício		12.999.555	11.668.166

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit do Período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	89.657.370	93.917	89.751.287
Incorporação do Superávit do Exercício de 2021 para o Patrimônio Social	93.917	(93.917)	–
Déficit do Período	–	(149.879)	(149.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	89.751.287	(149.879)	89.601.408
Incorporação do Superávit do Exercício de 2022 para o Patrimônio Social	(149.879)	149.879	–
Superávit do Período	–	1.617.815	1.617.815
Saldos em 31 de dezembro de 2023	89.601.408	1.617.815	91.219.223

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em reais R$ 1)

Nota 01. Contexto Operacional: A Associação Instrutora da Juventude Feminina é uma entidade de direito privado, do tipo associação, de natureza confessional e beneficente, de caráter educacional, cultural, de assistência à saúde mental na área da psicologia e de assistência social, com atividade preponderante na área da educação, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a Educação, a Cultura e a Assistência Social, por meio da promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos. A Associação Instrutora da Juventude Feminina teve seu estatuto social primitivo registrado em 09 de fevereiro de 1907, na cidade de São Paulo - SP, sendo certificada como Entidade de Beneficente de Assistência Social através da Portaria 376/2021 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, pelo período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018. A administração protocolou tempestivamente os processos de renovação do Certificado, nos termos da Legislação vigente, sob os números 23000.040686/2018-12 e 23000.031895/2021-62, estando ambos em análise no término da elaboração destas Demonstrações Contábeis. A entidade foi declarada de utilidade pública federal através do Decreto nº 59801/1966, de utilidade pública estadual através da Lei nº 5868/1960 e de utilidade pública municipal, na cidade de São Paulo, pelo Decreto nº 4687/1960. Para o cumprimento de seus objetivos sociais, a Associação Instrutora da Juventude Feminina mantém as seguintes unidades:

Unidade	Localidade
Unidades de Ensino - Educação Básica	
Colégio Madre Alix	São Paulo - SP
Colégio Nossa Senhora do Morumbi	São Paulo - SP
Colégio Stella Maris	Santos - SP
Escola O Semeador	Juazeiro do Norte - CE
Escola Poço de Jacó	Juazeiro do Norte - CE
Escola Nossa Senhora da Esperança	Viamão - RS
Unidades de Assistência Social	
Instituto Sedes Sapientiae	São Paulo - SP
Instituto Sedes Sapientiae - CNRVV - Convênio	São Paulo - SP
Centro Educacional Santo Agostinho	Erechim - RS

Nota 02. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis: i) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Foram observados os preceitos estabelecidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1409/2012, com as alterações promovidas pela Resolução 2015/ITG2002(R1), que aprovou a Interpretação ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, bem como a Resolução CFC 1255/2009, com alterações subsequentes, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, naqueles aspectos não abordados pela Interpretação. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Entidade em 02.04.2024. **ii) Bases de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. **iii) Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras, apresentadas em Real, foram arredondadas para a unidade de um Real (R$ 1) mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **iv) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. **Nota 03. Resumo das Principais Políticas E Práticas Contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente no período apresentado nessas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **b) Compensação entre contas:** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, os ativos e passivos, ou receitas e despesas não são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um Pronunciamento ou Norma Brasileira de Contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **c) Instrumentos financeiros:** A Entidade reconhece os depósitos bancários na data em que foram originados. Um ativo financeiro deixa de ser reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Entidade possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: (1) depósitos bancários, (2) investimentos financeiros (aplicações financeiras) mantidos até seu vencimento; (3) recebíveis. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa: numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **e) Contas a receber de clientes:** Demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias até a data de encerramento das demonstrações contábeis, bem como ajustadas pelas Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituída sobre os títulos de 2023 com base no histórico proporcional de inadimplência e integralmente sobre os títulos vencidos de exercícios anteriores. **f) Imobilizado e Intangível:** Os itens do Imobilizado e do Intangível estão mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de correções monetárias calculadas até 1995, bem como de reavaliação dos imóveis realizada durante o ano de 2007, deduzidos das depreciações e/ou amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são calculadas sobre os custos dos ativos Imobilizados e Intangíveis. Seu reconhecimento no resultado está baseado em método linear estimando a vida útil de cada parte do item. **g) Provisão para redução ao valor recuperável:** A avaliação das contas do Ativo sujeitas a aplicação da provisão para redução ao valor recuperável está fundamentada na "Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável" da Resolução CFC 1255/2009, com alterações subsequentes, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas. **h) Outros Ativos:** Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização. **i) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de exigibilidade, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata-dia". As antecipações de mensalidades educacionais correspondem aos valores nominais de parcelas de anuidades escolares relativas ao ano de 2024 recebidas antecipadamente. A Provisão para Férias e Encargos Sociais foi constituída em montante julgado suficiente para cobertura dessas obrigações com os funcionários, considerando os períodos vencidos e os proporcionais, apropriadas até a data de encerramento do balanço. Está classificada como "Obrigações c/ férias e encargos sociais". **j) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado respeitando-se o princípio da competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos calculados por índices e taxas oficiais, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável. **k) Registro contábil do Trabalho Voluntário:** O trabalho voluntário de colaboradores em projetos mantidos pela Associação foi registrado pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. No exercício de 2023, o registro destas atividades totalizou R$ 160.119. O registro destas atividades está em conformidade com a Resolução CFC 1409/2012, com as alterações promovidas pela Resolução 2015/ITG2002(R1). **l) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que necessitam de um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis, correspondem aos passivos contingentes, que são provisionados ou não de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Entidade. Portanto, sempre que necessária, uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que haja uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **Nota 04. Gerenciamento de Riscos:** A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Entidade. As políticas são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Nota 05. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores relativos ao Caixa e Equivalentes de Caixa, na data do balanço, discriminam-se como segue:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Caixa: numerários em espécie - sem restrição	9.434	9.545
Depósitos bancários: contas correntes - sem restrição	116.941	140.789
Depósitos bancários: contas correntes - com restrição	141.849	130.329
Aplicações financeiras - sem restrição	12.094.317	10.801.937
Aplicações financeiras - com restrição	637.014	585.566
Totais	**12.999.555**	**11.668.166**
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo Circulante)	12.999.555	11.668.166

Os recursos provenientes de Convênios e Parcerias (Nota Explicativa 09) estão identificados "com restrição". As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, de fácil conversão em espécie, destinadas a reserva financeira ou de recursos proveniente de Convênio ou Parcerias. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações remuneradas a taxas baseadas no Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O seu valor contábil, no encerramento do exercício de 2023, correspondia ao valor de mercado. **Nota 06. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem a títulos vencidos e vincendos, conforme especificado abaixo, estando ajustadas pelas Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. O saldo do balanço patrimonial está assim composto:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Serviços educacionais a receber - Educação Básica	4.960.198	4.845.385
Serviços de educação não formal - Cursos Livres	1.627.391	1.435.877
Cheques a receber	257.509	249.000
Acordos e cobranças administrativos e jurídicos	5.635.401	5.315.021
Outros valores a receber	51.024	39.033
Perdas Estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.889.529)	(9.148.832)
Totais	**2.641.994**	**2.735.484**
Contas a receber de clientes (Ativo Circulante)	2.641.994	2.735.484
Acordos e cobranças administrativos e jurídicos	1.867.700	1.747.606
Totais	**1.867.700**	**1.747.606**
Contas a receber de clientes (Ativo Não Circulante)	1.867.700	1.747.606
Total das Contas a Receber de Clientes	4.509.694	4.483.090

Os Acordos e Cobranças administrativos e jurídicos, classificados no Ativo Não Circulante, correspondem a títulos com vencimentos no exercício de 2025 e seguintes.

Movimentação das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre as Contas a Receber de Clientes nos anos de 2023 e de 2022:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	(9.148.832)	(7.995.999)
Reversões e/ou recuperações	1.677.080	1.219.487
Constituições e/ou complementações	(2.417.777)	(2.372.320)
Saldo final	**(9.889.529)**	**(9.148.832)**

Nota 07. Imobilizado: O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de correções monetárias calculadas até 1995, bem como de reavaliação dos imóveis, realizada durante o ano de 2007, deduzidos das depreciações e/ou amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, conforme segue:

	31.12.2023			31.12.2022
Descrição	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Residual	Residual
Terrenos	67.639.341	–	67.639.341	67.639.341
Edificações	12.414.651	(5.975.927)	6.438.724	6.882.402
Máquinas, Móveis e utensílios	1.526.052	(1.342.173)	183.879	207.290
Equipamentos e instalações	1.690.532	(1.420.633)	269.899	301.258
Equipamentos de informática	1.827.323	(1.510.232)	317.091	417.469
Veículos	482.146	(430.972)	51.174	68.553
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.904.052	(1.100.830)	2.803.222	2.806.178
Benfeitorias em imóveis próprios	4.346.221	(1.787.426)	2.558.795	2.318.856
Outras imobilizações	106.829	(98.912)	7.917	9.880
Bens de uso em Convênios (com restrição)	93.875	(46.737)	47.138	49.693
Imobilização em andamento	811.641	–	811.641	234.279
Totais	**94.842.663**	**(13.713.842)**	**81.128.821**	**80.935.199**

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	2023	2022
Custo corrigido		
Saldos em 01 de janeiro de	93.853.754	93.154.407
Aquisições	1.215.472	687.457
Aquisições de bens para uso em convênios (com restrição)	5.850	11.890
Alienações	(232.415)	–
Saldos em 31 de dezembro de	94.842.661	93.853.754
Depreciações/Amortizações		
Saldos em 01 de janeiro de	(12.918.555)	(12.033.528)
Depreciações/Amortizações (sem restrição)	(890.824)	(874.624)
Depreciação de bens (com restrição)	(8.405)	(10.403)
Alienações	103.944	–
Saldos em 31 de dezembro de	(13.713.840)	(12.918.555)

Nota 08. Intangível: O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição dos direitos, menos a amortização calculada pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixada por modalidade de direito, conforme segue:

	31.12.2023			31.12.2022
Descrição	Custo	Amortização Acumulada ou Prov. Redução Valor Recuperável	Residual	Residual
Sistemas, aplicativas e "softwares"	350.591	(343.865)	6.726	7.755
Linhas Telefônicas	148.935	(148.935)	–	–
Direitos de uso e patentes	33.431	–	33.431	32.111
Totais	**532.957**	**(492.800)**	**40.157**	**39.866**

Movimentação do Intangível:

Descrição	2023	2022
Custo corrigido		
Saldos em 01 de janeiro de	531.637	528.937
Aquisições	1.320	2.700
Saldos em 31 de dezembro de	532.957	531.637
Amortizações/PRVR		
Saldos em 01 de janeiro de	(491.771)	(489.300)
Amortizações	(1.029)	(2.471)
Saldos em 31 de dezembro de	(492.800)	(491.771)

Nota 09. Verbas de Convênios: A Associação firmou convênios com instituições públicas e privadas para manutenção de projetos específicos de assistência social para crianças, adolescentes, jovens e adultos. No quadro abaixo estão resumidas as operações realizadas no ano de 2023 com Verbas de Convênios:

	Órgão	Convênio	Saldo remanescente do ano anterior	Recursos recebidos	Rendimento de contas/ aplicações vinculadas e/ou tarifas	Devolução de recurso ou Custo assumido pela entidade - pelo encerramento	Aquisição de bens para uso em convênios	Saldo remanescente na prestação de contas - Receita	Recursos aplicados	Saldo remanescente no final do ano
Escola Poço de Jacó	Prefeitura Municipal Juazeiro do Norte	SME (Secretária Municipal Educação)	14.133	30.000	–	–	(690)	–	(21.146)	22.297
Escola O Semeador	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	SME (Secretária Municipal Educação)	19.493	42.000	–	–	(5.160	–	(21.751)	34.582
Centro Educacional Santo Agostinho	Prefeitura Municipal Passo Fundo	COMAS	–	15.000	–	–	–	–	(15.000)	–
Instituto Sedes Sapientiae	Prefeitura Municipal de São Paulo	Sentinela ZO	420.445	716.099	–	–	–	–	(669.124)	467.420
Instituto Sedes Sapientiae	Estado de São Paulo	CONDECA	38.055	–	938	(30.063	–	(8.930	–	–
Instituto Sedes Sapientiae	Prefeitura Municipal de São Paulo	TFM/086/2023/SM-DHC/ FMID-GERAS	–	27.537	199	–	–	–	(23.056)	4.680
Instituto Sedes Sapientiae - Conrênio	Prefeitura Municipal de São Paulo	Sentinela Butantã	223.769	635.156	–	–	–	–	(609.041)	249.884
		Totais	**715.895**	**1.465.792**	**1.137**	**(30.063)**	**(5.850)**	**(8.930)**	**(1.359.118)**	**778.863**

Os recursos obtidos por Convênios (com entidades públicas e privadas) e a sua aplicação, quando destinados a projetos específicos, são contabilizados em contas patrimoniais. Depois de atendidos os critérios necessários, os recursos aplicados nestes convênios foram reconhecidos no resultado. Abaixo está demonstrado o resumo da aplicação nos exercícios de 2023 e de 2022:

2023	Aplicação	Depreciação (*)	Total
Resultado Programas de Educação	42.897	1.678	44.575
Resultado Programas de Assistência Social	1.316.221	6.727	1.322.948
Total	**1.359.118**	**8.405**	**1.367.523**

(*) Obs.: depreciação dos bens adquiridos com recursos de convênios

2022	Aplicação	Depreciação (*)	Total
Resultado Programas de Educação	19.064	2.889	21.953
Resultado Programas de Assistência Social	1.418.999	7.514	1.426.513
Total	**1.438.063**	**10.403**	**1.448.466**

(*) Obs.: depreciação dos bens adquiridos com recursos de convênios.

Nota 10. Empréstimos e Financiamentos: As operações de empréstimos e financiamentos, na data do balanço, discriminam-se como segue:

Data da operação	Valor da operação	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022	Forma de pagamento
14.07.2020	980.000	716.198	1.000.672	50 parcelas a partir de março/2022
03.03.2021	1.070.000	1.265.416	1.237.574	50 parcelas a partir de maio/2026
Totais		**1.981.614**	**2.238.246**	*******
Passivo Circulante		306.942	300.232	***
Passivo Não Circulante		1.674.672	1.938.014	***

A Associação firmou os dois contratos de mútuo para obtenção de empréstimos de recursos financeiros com a Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho, parte relacionada. As operações tiverem por motivação o momento especial da pandemia de Covid-19 (Corona Vírus), que agravou a crise econômica vivenciada no País, tendo por objetivo o apoio financeiro para a manutenção das atividades educacionais e sociais da Associação. A devolução dos recursos disponibilizados nas duas operações ocorrerá em cinquenta (50) parcelas mensais, atualizadas monetariamente por indexadores inflacionários, conforme observado no quadro. No decorrer de 2023, foi pago o montante de R$ 304.927 (R$ 247.836 em 2022) relativo às parcelas previstas pela operação firmada 14.07.2020. **Nota 11. Provisão para Contribuição Sub Judice:** Provisão constituída para a Contribuição PIS, cuja exigibilidade encontra-se sub judice por ação que tramita perante a Justiça Federal de São Paulo. A partir de julho de 2020 foi determinado o depósito em juízo dos valores apurados mensalmente. Os saldos estão assim compostos no Balanço Patrimonial:

Descrição	2023	2022
Saldos no início do ano	650.248	372.331
Provisão constituída/Depósitos realizados	297.910	277.917
Saldos no final do ano	**948.158**	**650.248**
Ativo Não Circulante - Depósitos Judiciais Contribuição sub judice		
Passivo Não Circulante - Provisão para contribuição sub judice		

Nota 12. Recursos de Convênios a Realizar: Os bens adquiridos com recursos de convênios, para utilização nestes projetos, estão classificados no Passivo Não Circulante, conta Recursos de Convênios a Realizar, cujos saldos nos encerramentos dos exercícios de 2023 e de 2022 eram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Saldos no início do ano	49.693	48.206
Aquisições	5.850	11.890
Depreciações	(8.405)	(10.403)
Saldos no final do ano	**47.138**	**49.693**

Nota 13. Patrimônio Líquido: (i) Patrimônio Social: O Patrimônio Social refere-se ao resultado apurado em cada exercício, incorporado para manutenção dos objetivos sociais da Entidade. **(ii) Superávit/Déficit do Período:** O resultado do exercício está sendo mantido em conta específica, enquanto não aprovado pela assembleia de associadas. Após sua aprovação será transferido definitivamente para o Patrimônio Social. **(iii) Não remuneração de membros de sua diretoria estatutária:** A Associação não remunera os membros componentes de sua diretoria estatutária, conselheiras, associadas, sócias benfeitoras ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma. **Nota 14. Custos:** Os custos apurados nos exercícios de 2023 e de 2022 estão assim compostos:

Exercício de 2023

Descrição	Custos dos serviços educacionais	Projetos de assistência social
Custos com pessoal	(18.000.174)	(765.895)
Custos com materiais aplicados e demais custos	(1.906.274)	(31.934)
Totais	**(19.906.448)**	**(797.829)**
Custos dos serviços educacionais		
- Educação Básica		(15.323.544)
- Educação Não Formal		(4.582.904)
- Total		(19.906.448)

Exercício de 2022

Descrição	Custos dos serviços educacionais	Projetos de assistência social
Custos com pessoal	(17.051.800)	(898.225)
Custos com materiais aplicados e demais custos	(1.815.300)	(16.772)
Totais	**18.867.100**	**(914.997)**
Custos dos serviços educacionais		
- Educação Básica		(14.283.598)
- Educação Não Formal		(4.583.502)
- Total		(18.867.100)

Nota 15. Despesas Operacionais: As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição nos exercícios de 2023 e de 2022:

Descrição	2023	2022
Despesas com pessoal	(15.410.675)	(13.560.931)
Prestadores contratados	(3.000.793)	(2.840.713)
Depreciação/Amortização	(900.258)	(887.498)
Demais despesas gerais e administrativas	(7.400.459)	(6.864.610)
Totais	**(26.712.185)**	**(24.153.752)**
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(25.896.530)	(23.316.065)
Projetos de Assistência Social	(815.655)	(837.687)
Totais	**(26.712.185)**	**(24.153.752)**
Depreciação/Amortização		
- Apurada de itens do Imobilizado (sem restrição)	(890.824)	(874.624)
- Apurada de itens do Imobilizado (com restrição)	(8.405)	(10.403)
- Apurada de itens do Intangível	(1.029)	(2.471)
Total	**(900.258)**	**(887.498)**

Nota 16. Outras Receitas e Outras Despesas: Nos quadros seguintes estão compostas as Outras Receitas dos exercícios de 2023 e de 2022:

Outras Receitas

Descrição	2023	2022
Locações e sub-locações	324.598	192.480
Receita de venda de bens do Ativo Imobilizado	365.000	–
Outras receitas	112.097	232.237
Totais	**801.695**	**424.717**

Outras Despesas

Descrição	2023	2022
Custos histórico de bens dos Ativo Imobilizado vendidos	(128.471)	–
Custos diretos decorrentes da venda de bens	(15.000)	–
Totais	**(143.471)**	**–**

Descrição	2023	2022
Receita de venda de bens do Ativo Imobilizado	365.000	–
Custos histórico de bens dos Ativo Imobilizado vendidos	(128.471)	–
Custos diretos decorrentes da venda de bens	(15.000)	–
Resultado da alienação de bens do ativo imobilizado	**221.529**	**–**

Nota 17. Resultado Financeiro: O resultado financeiro discrimina-se como segue:

Descrição	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1.412.401	1.326.884
Encargos de cobrança	794.464	715.422
Descontos concedidos no recebimento	(30.887)	(15.023)
Tarifas de serviços bancários	(141.174)	(142.500)
Atualização monetária de operação de empréstimo	(48.294)	(144.945)
Outros	13.291	31.469
Totais	**1.999.801**	**1.771.307**

Nota 18. Assistência Social: A Associação Instrutora da Juventude Feminina na condição de entidade beneficente de assistência social com atuação preponderante na área da educação, certificada pela Portaria 376/2021 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, durante o exercício de 2023 cumpriu os requisitos exigidos pela Lei Complementar 187/2021 para manutenção da certificação, imunidade e isenções previstas por esta legislação. A administração protocolou tempestivamente os processos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em conformidade com a Legislação Vigente, nos anos de 2018 e de 2021, os quais estão respectivamente com os números 23000.040686/2018-12 e 23000.0031895/2021-62, estando ambos em análise pelo Ministério da Educação. O processo de renovação realizado em 2021 foi protocolado ainda na vigência da Lei 12101/2009. Nos termos do artigo 14 do Decreto 11791/2023, a certificação permanece válida até a data da decisão administrativa sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente. A validade do certificado emitido pela Portaria SERES 376/2021 foi ratificada através da Certidão emitida pelo Ministério da Educação através do processo 23000.007441/2022-51. Sua atividade preponderante é a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A Associação também atua com a atividade de Ass

→★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Associação Instrutora da Juventude Feminina

é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2024

fabbri

& Cia S/S Auditores Independentes
CRC 2 SP 17245/O-0

Regiane Kida Pecoriello Fabbri
Contadora - CRC 1 SP 193797/O-0

FAST Engenharia e Montagens S.A.

CNPJ: 56.095.862/0001-08

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Diretoria: Prezados Senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. Os resultados financeiros são informados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas pela empresa Rengi Trevor Auditores Independentes S/S. São Paulo, 30 de Abril de 2024. A diretoria encontra-se à disposição dos srs. acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.225	10.520	14.521	12.684
Contas a receber de clientes	24.779	13.994	33.348	16.149
Estoques	–	–	3.702	3.869
Tributos a recuperar	4.176	5.580	5.302	7.416
Créditos diversos	4.893	6.177	6.840	9.489
Total do ativo circulante	**45.073**	**36.271**	**63.713**	**49.607**
Não circulante				
Partes relacionadas	1.902	1.700	–	–
Depósitos judiciais	1.189	463	1.189	463
Tributos diferidos	–	–	1.111	456
Outras contas a receber	2.878	2.414	2.880	2.416
	5.969	**4.577**	**5.180**	**3.335**
Investimentos	13.133	11.073	–	–
Imobilizado	58.518	50.118	59.187	51.636
Direito de uso	3.452	–	3.452	–
Intangível	13	13	27	27
Total do ativo não circulante	**81.085**	**65.781**	**67.846**	**54.998**
Total do ativo	**126.158**	**102.052**	**131.559**	**104.605**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante				
Fornecedores	2.073	1.790	3.263	2.618
Empréstimos e financiamentos	3.380	3.728	3.409	3.728
Obrigações trabalhistas	5.463	3.239	5.912	3.354
Obrigações tributárias	4.136	1.153	6.542	1.181
Adiantamento de clientes	–	–	447	–
Contas a pagar	3.817	852	4.081	2.570
Direito de uso a pagar	892	–	892	–
Total do passivo circulante	**19.761**	**10.762**	**24.546**	**13.451**
Não circulante				
Fornecedores	–	–	687	–
Direito de uso a pagar	2.692	–	2.692	–
Empréstimos e financiamentos	3.074	6.550	3.075	6.550
Tributos diferidos	11.914	11.072	11.914	11.072
Provisão para demandas judiciais	866	690	866	690
Provisão para investimento descoberto	72	136	–	–
Contas a pagar	1.983	1.517	1.983	1.517
Total do passivo não circulante	**20.601**	**19.965**	**21.217**	**19.829**
Patrimônio líquido				
Capital social	55.000	55.000	55.000	55.000
Reserva de lucros	30.796	16.325	30.796	16.325
Total do patrimônio líquido	**85.796**	**71.325**	**85.796**	**71.325**
Total do passivo e patrimônio líquido	**126.158**	**102.052**	**131.559**	**104.605**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

		Reserva de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros a realizar	Ajustes Acumulados de Conversão - CTA	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30.000**	**1.337**	**36.303**	**(346)**	**–**	**67.294**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.070	6.070
Distribuição de lucros	–	–	(5.329)	–	–	(5.329)
Constituição de reserva legal	–	304		–	(304)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	3.154	–	3.154
Aumento do capital	25.000	–	(25.000)	–	–	–
Outros movimentos	–	–	135	–	–	135
Transferência para retenção de lucros	–	–	5.767	–	(5.767)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**55.000**	**1.641**	**11.876**	**2.808**	**–**	**71.325**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.687	23.687
Distribuição de lucros	–	–	(6.550)	–	–	(6.550)
Constituição de reserva legal	–	1.184	–	–	(1.184)	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(2.666)	–	(2.666)
Transferência para retenção de lucros	–	–	22.503	–	(22.503)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**55.000**	**2.825**	**27.829**	**142**	**–**	**85.796**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional Bruta	215.866	70.469	238.125	86.852
Impostos incidentes e outras deduções	(6.924)	(4.426)	(8.124)	(6.790)
Receita operacional líquida	**208.942**	**66.043**	**230.001**	**80.062**
Custos dos serviços e produtos	(164.406)	(47.001)	(176.122)	(57.989)
Resultado bruto	**44.536**	**19.042**	**53.879**	**22.073**
Despesas administrativas, comerciais e tributárias	(12.433)	(11.294)	(17.682)	(14.907)
Equivalência patrimonial	1.825	(342)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.850)	3.468	(3.593)	4.132
	(14.458)	**(8.168)**	**(21.275)**	**(10.775)**
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	**30.078**	**10.874**	**32.604**	**11.298**
Despesas financeiras	(2.120)	(1.647)	(2.762)	(2.251)
Receitas financeiras	2.527	1.063	665	1.068
Resultado Financeiro	**407**	**(584)**	**(2.097)**	**(1.183)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**30.485**	**10.290**	**30.507**	**10.115**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.956)	–	(5.956)	(164)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(842)	(2.401)	(864)	(2.062)
Lucro do período proveniente de operações em continuidade	**23.687**	**7.889**	**23.687**	**7.889**
Operações Descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas	–	(1.819)	–	(1.819)
Lucro líquido do exercício	**23.687**	**6.070**	**23.687**	**6.070**
Lucro Líquido do exercício por ação do capital social no fim do exercício - R$	**0,43**	**0,11**	**0,43**	**0,11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**23.687**	**6.070**	**23.687**	**6.070**
Outros resultados abrangentes	(2.666)	3.154	(2.666)	3.154
Resultado abrangente do exercício	**21.021**	**9.224**	**21.021**	**9.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido do exercício	**23.687**	**6.070**	**23.687**	**6.070**
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	1.926	2.040	2.442	2.625
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciações e amortizações	(49)	(59)	(49)	(59)
Provisão para demandas judiciais	176	444	176	445
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	467	–	467
Equivalência patrimonial	(1.825)	342	–	–
Provisão para investimento descoberto	(64)	(164)	–	–
Tributos diferidos	842	2.401	187	2.062
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	740	1.074	740	1.074
Valor residual do imobilizado baixado	1.570	5.221	2.191	5.746
	27.003	**17.836**	**29.374**	**18.430**
Aumento e/ou redução em ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(10.785)	(11.241)	(17.199)	5.887
Estoques	–	–	167	306
Tributos a recuperar	1.404	(611)	2.114	(1.873)
Créditos diversos	820	(5.672)	2.185	(6.470)
Partes relacionadas	(202)	13.316	–	13.038
Depósitos judiciais	(726)	(20)	(726)	(20)
Fornecedores	283	413	1.332	(5.276)
Obrigações trabalhistas	2.224	1.787	2.558	1.788
Obrigações tributárias	3.032	1.041	5.410	(2.004)
Adiantamento de clientes	–	–	447	–
Contas a pagar	3.563	2.096	2.109	2.103
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**26.616**	**18.945**	**27.771**	**25.909**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos em controladas	(235)	(6.117)	–	–
Lucros recebidos - Filial Perú	–	9.191	–	–
Aquisições para o ativo imobilizado e intangível	(11.896)	(7.634)	(12.184)	(7.648)
	(12.131)	**(4.560)**	**(12.184)**	**(7.648)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Distribuição de lucros	(6.550)	(5.329)	(6.550)	(5.329)
Ajustes de conversão - CTA	(2.666)	3.154	(2.666)	3.154
Empréstimos e financiamentos	(4.564)	(3.974)	(4.534)	(5.645)
Outras movimentações	–	135	–	135
	(13.780)	**(6.014)**	**(13.750)**	**(7.685)**
Equivalência patrimonial - Operações descontinuadas	–	1.819	–	–
Reversão provisão para investimento descoberto - Operações descontinuadas	–	(11.389)	–	(11.389)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**705**	**(1.199)**	**1.837**	**(813)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**10.520**	**11.719**	**12.684**	**13.497**
No final do exercício	**11.225**	**10.520**	**14.521**	**12.684**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**705**	**(1.199)**	**1.837**	**(813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Contexto operacional: A Fast Engenharia e Montagens S.A. ("Companhia") foi constituída em 1986, com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, depósito em Araçariguama/SP, filiais no exterior, em Lima - Peru, Buenos Aires - Argentina, Santiago - Chile, Assunção - Paraguai e Milão - Itália. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de engenharia de acesso; locação de bens móveis; empreitadas; organização de eventos; construções e edificações, administração de obras na construção civil, no setor industrial e petróleo e gás, fornecendo estruturas tubulares, plataforma de trabalho aéreo; montagens industriais e obras de natureza eletromecânica. Atuando também como integrador, gerenciador e executor de projetos de construções de estruturas provisórias e/ou temporárias para os mais variados setores, gerenciando projetos, executando os serviços de montagem e desmontagem, no Brasil e no exterior. **Bases de elaboração e Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia foram aprovadas pela diretoria em 22 de abril de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB). **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. As receitas da venda de produtos e serviços são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto e serviço são transferidos, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de serviços prestados são reconhecidas por meio das medições de serviços à medida que eles forem incorridos. **Operações descontinuadas:** Em 28 de setembro de 2022, a empresa Fast Engenharia e Montagens S.A. transferiu por venda a totalidade das ações que possuía de sua controlada, subsidiária integral, Fast Transportes Verticais Indústria e Comércio S.A., que a partir daquele momento sob a nova administração passou a denominar-se Equipleve SP Comércio e Locação de Equipamentos S.A. Embora as transações entre empresas controladas tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a administração optou por destacar os efeitos líquidos das transações entre as operações continuadas e descontinuadas na apresentação das demonstrações financeiras, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico "CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada". **Capital Social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, representado por 55.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Diretoria

Antonio Domingos Fasolari - Diretor
Tatiana Fasolari - Diretora
Mauro Mitsuo Koga - Contador - CRC 1SP222259/O-4

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: As demonstrações financeiras resumidas, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as respectivas notas explicativas são derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Fast Engenharia e Montagens S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras resumidas acima são consistentes, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações financeiras auditadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstrações financeiras resumidas:** As demonstrações financeiras resumidas não contemplam todas as divulgações requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras resumidas e o respectivo relatório do auditor não substituem a leitura das demonstrações financeiras auditadas e o respectivo relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras resumidas e as demonstrações financeiras auditadas não refletem os efeitos de eventos que ocorreram após a data do nosso relatório sobre as demonstrações financeiras auditadas. **Demonstrações financeiras auditadas e respectivo relatório do auditor:** Expressamos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fast Engenharia e Montagens S.A em nosso relatório com data de 26 de abril de 2024. Essas demonstrações financeiras encontram-se disponíveis na sede da Companhia. **Responsabilidade da administração da companhia sobre as demonstrações financeiras resumidas:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras resumidas, de acordo com critérios coerentes em relação as respectivas informações expressas nas demonstrações financeiras auditadas e que apresentem um nível de compreensão apropriado. **Responsabilidade do auditor:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião, se essas demonstrações resumidas são consistentes, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações financeiras auditadas com base em nossos procedimentos, que foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria específicas para a Emissão de Relatório sobre Demonstrações Financeiras Resumidas.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

RENGI TREVOR
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP031.172/O-1
Marcos Roberto Evangelista
Contador CRC 1SP218.803/O-5

Editora CNA Cultural Norte Americano S.A. e Controlada

CNPJ nº 58.062.779/0001-50

Demonstrações Financeiras Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em obediência às determinações legais e estatutárias, apresentamos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante	70.595	52.388	73.945	53.110
Caixa e equivalentes de caixa	2.230	627	3.551	677
Títulos e valores mobiliários	10.747	4.116	11.112	4.116
Contas a receber de clientes	36.494	32.983	37.569	33.522
Estoques	5.077	5.571	5.149	5.571
Impostos a recuperar	9.960	4.309	10.204	4.426
Outros créditos	6.088	4.783	6.362	4.798
Ativo não circulante	77.237	68.335	72.318	68.127
IR e CS diferidos	4.056	2.800	4.056	2.800
Contas a receber de clientes	10.587	10.729	10.587	10.729
Partes relacionadas	17.095	9.913	–	–
Outros créditos	2.795	5.058	2.810	5.058
Total do realizável a longo prazo	34.533	28.500	17.453	18.587
Investimentos	162	1.368	–	–
Imobilizado	4.129	4.607	4.444	4.645
Intangível	36.724	30.768	48.733	41.803
Ativos de direito de uso	1.688	3.092	1.688	3.092
Total do ativo	147.832	120.723	146.263	121.237

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022	2023	2022
Passivo Circulante	49.074	33.170	51.672	33.684
Fornecedores	4.979	4.673	5.389	4.725
Empréstimos e financiamentos	2.210	2.100	2.235	2.100
IR e CS a pagar	14.723	2.685	14.724	2.685
Salários e encargos	3.151	2.834	3.738	3.269
Impostos e contribuições a recolher	79	130	236	158
Parcelamento de impostos e contribuições	699	694	712	694
Adiantamentos de clientes	4.077	5.422	5.428	5.422
Dividendos a pagar	6.500	4.863	6.500	4.863
Passivos de arrendamentos	1.529	1.529	1.529	1.529
Outras obrigações	11.128	8.239	11.180	8.239
Passivo não circulante	9.329	9.082	5.163	9.082
Provisão de perda por equivalência patrimonial	4.187	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	693	2.870	693	2.870
Parcelamento de impostos e contribuições	3.752	4.207	3.773	4.207
Provisão para contingências	507	411	507	411
Passivos de arrendamentos	190	1.594	190	1.594
Patrimônio líquido	89.429	78.471	89.429	78.471
Capital social	9.277	9.277	13.818	14.148
Reservas de capital	44.302	52.264	44.302	52.264
Reserva estatutária	5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva legal	1.853	1.853	1.853	1.853
Ações em tesouraria	–	(7.962)	–	(7.962)
Reserva de lucros	28.997	18.040	24.456	13.169
Total do passivo e patrimônio líquido	147.832	120.723	146.263	121.237

Demonstrações de resultados	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita	149.712	130.978	154.797	134.230
Custos das mercadorias vendidas	(12.628)	(11.374)	(12.628)	(11.374)
Lucro bruto	137.084	119.604	142.169	122.856
(Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas com vendas	(24.046)	(17.525)	(24.231)	(18.241)
Despesas gerais e administrativas	(73.542)	(73.290)	(84.152)	(76.050)
Outros ganhos (perdas)	(1.084)	(2.937)	(1.084)	(2.937)
Equivalência Patrimonial	(5.748)	(264)	–	–
Resultado antes das (despesas) financeiras líquidas e impostos	32.664	25.588	32.702	25.628
(Despesas) receitas financeiras				
Despesas financeiras	(1.947)	(2.105)	(2.006)	(2.158)
Receitas financeiras	1.322	1.277	1.343	1.290
Despesas financeiras, líquidas	(625)	(828)	(663)	(868)
Lucro (Prejuízo) lucro antes do IR e CS	32.039	24.760	32.039	24.760
IR e CS				
Corrente	(14.723)	(7.720)	(14.723)	(7.720)
Diferido	1.256	(1.929)	1.256	(1.929)
Lucro líquido do exercício	18.572	15.111	18.572	15.111

Demonstração das mutações do patrimônio	Capital social	Reserva de capital	Reserva Especial de ágio	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Estatutária	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.277	20.264	32.000	1.853	20.406	5.000	(2.910)	–	85.890
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	15.111	15.111
Dividendos obrigatórios a pagar	–	–	–	–	–	–	–	(4.863)	
Dividendos pagos em 2022	–	–	–	–	(13.046)	–	–	–	(13.046)
Ações em tesouraria	–	–	–	–	432	–	(5.052)	–	(4.620)
Reserva de lucros	–	–	–	–	10.248	–	–	(10.248)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.277	20.264	32.000	1.853	18.040	5.000	(7.962)	–	78.472
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	18.572	18.572
Dividendos obrigatórios a pagar	–	–	–	–	–	–	–	(6.500)	(6.500)
Dividendos pagos em 2023	–	–	–	–	(1.115)	–	–	–	(1.115)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	–	(7.962)	–	–	–	–	7.962	–	–
Reserva de lucros	–	–	–	–	12.072	–	–	(12.072)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.277	12.302	32.000	1.853	28.997	5.000	–	–	89.429

Demonstrações do fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e CS	32.039	24.759	32.039	24.759
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	6.218	4.970	8.338	5.671
Equivalência patrimonial	5.748	264	5.748	264
Residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	(311)	45	(311)
Provisão para contingências	96	(35)	96	(35)
Provisão para perdas de estoque	707	(48)	707	(48)
Residual de operações próprias baixadas	–	2.599	–	2.599
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	900	(4.391)	900	(4.391)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**45.708**	**27.807**	**47.873**	**28.508**
(Aumento)/redução de ativos				
Contas a receber	(4.269)	(2.986)	(4.805)	(2.801)
Estoque	(213)	112	(285)	112
Transações com partes relacionadas	(7.182)	(2.021)	–	–
Impostos a recuperar	(5.652)	(627)	(5.778)	(679)
Outros créditos	958	8.284	684	8.086
(Redução)/aumento de passivos				
Fornecedores	306	(1.306)	664	(1.424)
Salários e encargos sociais a pagar	317	295	469	337
Parcelamento de impostos e contribuições	(450)	(187)	(416)	(187)
Impostos e contribuições a recolher	(51)	(458)	78	(481)
Outras obrigações	2.649	(6.597)	1.506	(6.626)
Provisão de perda por equivalência patrimonial	4.187	–	–	–
Adiantamentos a clientes	(1.346)	1.816	8	1.816
IR e CS a pagar	6.648	2.247	6.650	2.247
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**41.610**	**26.379**	**46.648**	**28.908**
Pagamento de IR e CS	(9.333)	(7.719)	(9.333)	(7.719)
Pagamento de juros	(1.481)	(1.558)	(1.495)	(1.572)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**30.796**	**17.102**	**35.820**	**19.617**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento				
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(6.631)	4.861	(6.996)	4.861
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(11.695)	(8.610)	(15.108)	(11.183)
Aquisição de participação de investimento	(2.257)	–	(2.257)	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(20.583)**	**(3.749)**	**(24.361)**	**(6.322)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(5.977)	(13.613)	(5.977)	(13.613)
Captações de empréstimos e financiamentos	330	5.884	402	5.884
Pagamento de aquisição de ações em tesouraria	–	(5.052)	–	(5.052)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.963)	(1.158)	(3.010)	(1.158)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(8.610)**	**(13.939)**	**(8.585)**	**(13.939)**
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.603**	**(586)**	**2.874**	**(644)**
Caixa e equivalentes em 1º de janeiro	627	1.212	677	1.321
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro	2.230	627	3.551	677
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**1.603**	**(586)**	**2.874**	**(644)**

Diretoria

Decio Casarejos Pecin Junior - Representante Legal - CPF: 145.250.158-02
Danilo Modesto - Diretor Financeiro - CPF: 364.901.448-32

Contador

Adriano José de Andrade - CRC SP-266693/O-0

As demonstrações financeiras integrais, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São Paulo, 30 de Abril de 2024.

TRATAMENTO

Ministério da Saúde aumenta público-alvo da vacinação contra HPV

Governo Federal

Vacina traz benefícios como tratamento auxiliar de papilomatose respiratória recorrente

Pacientes com papilomatose respiratória recorrente passaram a integrar os grupos prioritários para a vacinação contra o HPV. A inclusão, de acordo com o Ministério da Saúde, foi motivada por publicações que demonstram os benefícios da vacina como tratamento auxiliar para a doença, indicando redução no número e no espaçamento de recidivas em pacientes imunizados.

A vacina contra o HPV, no caso de pacientes com papilomatose respiratória recorrente, será ofertada mediante apresentação de prescrição médica. Para pacientes menores de 18 anos de idade, é necessário apresentar também um documento com o consentimento dos pais ou de responsáveis.

De acordo com a pasta, a papilomatose respiratória recorrente é uma doença pouco frequente, em geral benigna, mas que pode causar grave comprometimento clínico e psicológico nas pessoas afetadas. O quadro acomete tanto crianças como adultos.

Causada pela infecção pelo próprio HPV, sobretudo pelos tipos 6 e 11, a doença caracteriza-se pela formação de verrugas, geralmente na laringe, mas que podem se estender para outras partes do sistema respiratório.

O tratamento é cirúrgico, para remoção das verrugas das cordas vocais e da laringe. "Mesmo com uso concomitante de medicamentos que podem ser associados ao procedimento, as recorrências são frequentes, sendo necessários repetidos procedimentos cirúrgicos", destacou o ministério.

"Nos quadros de pior evolução em crianças, as recidivas são mais agressivas e o prognóstico é pior. Dessa forma, o tratamento, na maioria das vezes, é extremamente custoso, doloroso e, muitas vezes, ineficaz", diz a pasta.

Desde fevereiro, a estratégia de vacinação contra o HPV no país passou a ser feita em dose única, substituindo o modelo de duas doses. A proposta, segundo a pasta, é intensificar a proteção contra o câncer de colo do útero e outras complicações associadas ao vírus, inclusive a papilomatose respiratória recorrente.

O esquema dose única contra o HPV foi embasado por estudos de eficácia e segue as recomendações mais recentes feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

A imunização contra o HPV no Brasil, atualmente, é indicada para meninos e meninas de 9 a 14 anos de idade; vítimas de abuso sexual de 15 a 45 anos (homens e mulheres) que não tenham sido imunizadas previamente; pessoas que vivem com HIV; transplantados de órgãos sólidos e de medula óssea; e pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos.

Em março, o ministério anunciou a incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS) de um teste para detecção de HPV em mulheres classificado pela própria pasta como inovador. A tecnologia utiliza testagem molecular para a detecção do vírus e o rastreamento do câncer do colo do útero, além de permitir que a testagem seja feita apenas de 5 em 5 anos.

A forma atual de rastreio do HPV, feita por meio do exame conhecido popularmente como Papanicolau, precisa ser realizada a cada três anos. A incorporação do teste na rede pública passou por avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que considerou a tecnologia mais precisa que a atualmente ofertada no SUS.

O HPV é considerado atualmente a infecção sexualmente transmissível mais comum em todo o mundo e o principal causador do câncer de colo de útero. A estimativa do ministério é que cerca de 17 mil mulheres sejam diagnosticadas com a doença no Brasil todos os anos.

Apesar de se tratar de uma enfermidade que pode ser prevenida, o câncer de colo de útero segue como o quar

TRIER ENGENHARIA S/A

CNPJ: 10.441.611/0001-29 - NIRE JCDF Nº 53300016798

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras Individuais e Parecer dos Auditores Independentes, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias, bem como para esclarecimentos suplementares. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL - Valores em R$ 1,00

DESCRIÇÃO	2023	2022
ATIVO	**79.623.950**	**76.202.659**
Ativo Circulante	**60.829.004**	**53.967.867**
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.769.756	28.803.446
Contas a Receber	20.766.223	18.906.258
Impostos a Recuperar	4.627.752	4.487.925
Outros Créditos	353.943	336.570
Adiantamentos	1.047.921	882.319
Despesas Antecipadas	263.409	551.349
Ativo Não Circulante	**18.794.946**	**22.234.791**
Realizável a Longo Prazo	**12.127.109**	**11.344.303**
Dep. Judiciais e Cauções	81.830	606.496
Títulos de Capitalização	3.000	3.000
Ativo Fiscal Diferido	375.943	374.276
Contratos de Mútuo	11.428.949	10.102.000
Despesas Antecipadas	237.387	258.531
Imobilizado	**6.654.894**	**10.877.545**
Intangível	**12.943**	**12.943**

DESCRIÇÃO	2023	2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**79.623.950**	**76.202.659**
Passivo Circulante	**17.425.899**	**14.315.119**
Fornecedores	9.396.339	6.094.279
Salários e Obrigações Sociais	2.618.354	1.642.671
Obrigações Fiscais	1.203.579	1.280.304
Empréstimos e Financiamentos	2.599.376	3.979.672
Outras Contas a Pagar	1.608.251	1.318.194
Passivo Não Circulante	**2.124.422**	**3.410.385**
Empréstimos e Financiamentos	-	2.282.868
Conting. Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	1.105.714	1.100.811
Impostos Inc. s/ Receitas Diferidas	1.018.708	26.706
Patrimônio Líquido	**60.073.629**	**58.477.154**
Capital Social	51.000.000	51.000.000
Reserva de Lucros	8.411.004	7.069.864
Reserva Legal	662.625	407.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Valores em R$ 1,00

DESCRIÇÃO	2023	2022
Receita Operacional Bruta	**186.876.512**	**103.245.333**
(-) Deduções da Receita Bruta	**(11.393.388)**	**(5.799.003)**
Impostos e Contribuições	(11.393.388)	(5.799.003)
Receita Operacional Líquida	**175.483.124**	**97.446.330**
(-) Custos dos Serviços Prestados	**(155.053.003)**	**(93.422.059)**
Lucro Operacional Bruto	**20.430.121**	**4.024.271**
Despesas/Receitas Operacionais	**(17.313.596)**	**(433.693)**
(-) Despesas com Pessoal	(2.440.303)	(1.925.182)
(-) Despesas com Materiais	(898.615)	(479.338)
(-) Despesas com Serviços	(8.651.781)	(6.148.287)
(-) Despesas com Aluguéis e Condomínios	(2.546.236)	(58.265)
(-) Despesas com Depreciação	(774.581)	(1.050.829)
(+/-) Outras Receitas / Desp. Gerais e Administrativas	(1.997.177)	9.329.020
(-) Despesas com Provisões Operacionais	(4.903)	(100.811)
Resultado Operacional antes Rec./Desp.Financeiras	**3.116.525**	**3.590.578**
(+) Resultado Financeiro	3.835.074	4.584.980
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ	**6.951.599**	**8.175.558**
(-) Provisão para IRPJ e CSLL Corrente	(1.167.167)	(42.444)
(+-)IRPJ/CSLL Diferidos	(677.735)	12.676
Lucro Líquido do Exercício	**5.106.697**	**8.145.791**
Lucro Líquido por Ação	**0,100131**	**0,159721**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Valores em R$ 1,00

Descrição das Atividades	2.023	2.022
Das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	**6.951.599**	**8.175.558**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	774.581	1.050.829
Juros na atualização de mútuo	(1.326.949)	-
(Ganho) Perda na alienação de bens	983.960	(39.000)
Constituição e (Reversão) de provisões operacionais	(20.136)	(10.245.907)
Glosas e perdas no recebimento de créditos	-	22.979
	7.363.055	**(1.035.542)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(1.859.965)	2.407.415
(Aumento) redução demais ativos circulantes e não circulantes	509.281	(10.723.936)
Aumento (redução) em fornecedores	3.302.060	(2.371.311)
Aumento (redução) em demais passivos circulantes e não circulantes	2.061.989	583.157
IRPJ e CSLL pagos	(1.167.167)	(85.643)
Pagamento de juros	(347.298)	(778.225)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades operacionais	**9.861.956**	**(12.004.084)**
Das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.231.292)	(85.910)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	3.695.401	39.000
Recursos provenientes da alienação de investimentos	-	125.000
Aquisição de investimentos	-	(100.000)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de investimentos	**2.464.109**	**(21.910)**
Das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(3.315.866)	(2.752.044)
Pagamento de dividendos e JSCP	(4.043.889)	(2.110.070)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	**(7.359.755)**	**(4.862.114)**
Fluxo de caixa total	**4.966.310**	**(16.888.107)**
Demonstração da variação nas disponibilidades		
No início do exercício	28.803.446	45.691.554
No fim do exercício	33.769.756	28.803.446
Aumento (redução) nas disponibilidades	**4.966.310**	**(16.888.107)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores em R$ 1,00

Transações	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**51.000.000**	**7.443.678**	**3.987.448**	**3.245.603**	**65.676.729**
Lucro Liquido do Exercicio	-	-	-	8.145.791	8.145.791
Destinações					
Reserva de Capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	407.290	(407.290)	-
Dividendos e JSCP Distribuídos	-	-	-	(2.110.070)	(2.110.070)
Aumento de Capital	13.235.296	(7.443.678)	(3.987.448)	(1.804.170)	-
Redução de Capital	(13.235.296)	-	-	-	(13.235.296)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**51.000.000**	**-**	**407.290**	**7.069.864**	**58.477.154**
Lucro Liquido do Exercício	-	-	-	5.106.697	5.106.697
Destinações					
Reserva de Capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	255.335	(255.335)	-
Dividendos e JSCP Distribuídos	-	-	-	(3.510.222)	(3.510.222)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**51.000.000**	**-**	**662.625**	**8.411.004**	**60.073.629**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Valores em R$ 1,00

Receitas	2023		2022	
Da Prestação de serviços	186.876.512		103.245.333	
Outras receitas (despesas)	(1.151.255)		10.388.113	
	185.725.257		113.633.446	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(155.053.003)		(93.422.059)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(10.181.179)		(7.027.163)	
	(165.234.182)		(100.449.223)	
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(774.581)		(1.050.829)	
Valor adicionado líquido gerado	**19.716.494**		**12.133.394**	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	4.341.726		5.363.205	
	4.341.726		5.363.205	
Valor adicionado total a distribuir	**24.058.220**		**17.496.600**	
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	**1.999.006**	**8%**	**1.642.590**	**9%**
Salários e encargos	1.999.006		1.642.590	
Impostos, taxas e contribuições	**14.058.984**	**58%**	**6.871.728**	**39%**
Tributos Federais	9.169.357		4.673.146	
Tributos Estaduais	88.390		80.399	
Tributos Municipais	4.801.237		2.118.183	
Financiadores	**2.893.534**	**12%**	**836.491**	**5%**
Juros	347.298		778.225	
Aluguéis	2.546.236		58.265	
Acionistas	**5.106.697**	**21%**	**8.145.791**	**47%**
Lucros e Dividendos Apropriados	3.510.222		2.110.070	
Lucros retidos do exercício	1.596.475		6.035.721	
Valor adicionado total distribuído	**24.058.220**	**100%**	**17.496.600**	**100%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RESUMO DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA NOTA EXPLICATIVA

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Sociedade Trier Engenharia S/A., é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins lucrativos, constituída em 01 de novembro de 2008 sob a forma empresaria limitada – com absorção de capital através de cisão parcial de outra sociedade – com sede em Brasília/DF e possuindo filiais nas cidades de Butiá no Estado do Rio Grande do Sul, Alto Garças no Estado do Mato Grosso e Brasilândia de Minas no Estado de Minas Gerais, esta última com finalidade única de desenvolver a atividade auxiliar de depósito fechado. Em 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de limitada em sociedade anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Trier Engenharia S/A.

b. Áreas de Negócios.

A companhia possui como atividade preponderante: Execução e prestação de serviços de engenharia em obras rodoviárias, terraplenagem, pavimentação, urbanismo e outras correlatas além do aluguel de máquinas e equipamentos.

Nota 2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro -IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa, no processo de aplicação das práticas contábeis, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Áquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Em conformidade com a Resolução CFC nº 1.184/09 (Aprovou a NBC TG 24 – Evento Subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2024.

Desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão relacionadas a seguir:

2.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Empresa.

2.4.2. Títulos e valores mobiliários

Referem-se as aplicações financeiras destinadas a utilização nas atividades operacionais da Empresa. São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado.

2.4.3. Clientes

As contas de clientes compreendem os valores dos serviços prestados que correspondem aos valores a receber de clientes no curso normal das atividades.

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, sendo reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação. Devido o prazo de recebimento ser inferior a um ano estão classificadas no ativo circulante.

As contas a receber são normalmente liquidadas no vencimento.

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são fundamentadas em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

2.4.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma autoridade fiscal.

A empresa adota o regime anual do lucro real, devendo a cada mês, levantar balanço de redução e suspensão para apurar o Imposto de Renda e a Contribuição Social pelo resultado que corresponde ao lucro contábil da empresa, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

2.4.5. Instrumentos financeiros

Principais instrumentos financeiros ativos e passivos da sociedade:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Equivalentes de caixa: incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo (nota explicativa 5).

(b) As aplicações financeiras: são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras de acordo com as taxas pactuadas e não excedem o seu valor de mercado ou de realização (nota explicativa 5).

(c) Contas a receber de clientes: correspondem aos valores a receber de clientes no curso normal das atividades. Devido o prazo de recebimento ser inferior a um ano estão classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor justo (nota explicativa 6).

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

(d) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 11).

(e) Financiamentos e Empréstimos: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para aquisição de bens utilizados na atividade e estão demonstrados pelos valores de contratação, e corresponde ao valor original do contrato. As prestações são classificadas como passivos circulantes quando sua liquidação é provável que ocorra em 2024, caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. (Nota Explicativa 14).

2.4.6. Outros Créditos

Os Outros Créditos a receber estão registrados ao custo histórico, acrescidos das respectivas atualizações monetárias (atualizações e reversões), quando aplicáveis.

2.4.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos e, no caso de ativos qualificáveis, também inclui os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Empresa. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação reconhecida é mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

2.4.8. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.4.9. Fornecedores

São reconhecidas as obrigações relacionadas com aquisições diretas, e compras de bens, mercadorias (material, combustível e demais itens e etc.) e de serviços. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações cambiais/monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

2.4.10. Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor de contratação, líquido dos custos incorridos na transação. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original.

A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do período.

2.4.11. Obrigações estimadas

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

2.4.12. Provisões para litígios e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

2.4.13. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado findo exercícios 2024/2023 pertencentes a pessoas físicas residentes e domiciliados no Brasil na data do balanço, compõe-se de 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões) de ações ordinárias no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma.

Em observância a redação do Art. 199, quanto ao limite do saldo da conta de lucros acumulados, a sociedade deliberou nos termos do Art. 196 constituir a conta de reserva de capital em conformidade ao Art. 200 da Lei 6.404, deliberando futuramente em assembleia sobre a destinação desta reserva. Os saldos mantidos em reserva de lucros e reserva legal, dentro dos limites permitidos pela Lei, terão a destinação por meio de deliberação em assembleia de acionistas.

2.4.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação dos serviços, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.4.15. Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho separadas nos contratos, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho separadas e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

• Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou

• Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita da Empresa compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal de suas atividades.

Serviços (faturados e a faturar)

A receita decorrente da prestação de serviços, a faturar, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base a etapa da execução dos serviços realizados até a data base das demonstrações financeiras, evidenciando através de medição dos serviços, de forma que as receitas se contraponham aos custos da competência adequada.

Por este motivo os serviços executados dentro do mês, são provisionados na conta de clientes a faturar, em contrapartida da receita, na demonstração do resultado do exercício.

2.4.16. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem descontos obtidos, juros ativos, rendimentos de aplicações financeiras e variações monetárias e são reconhecidos no resultado pelo método de valores efetivos.

São registrados também como despesas financeiras os juros de passivos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e as perdas referentes as aplicações financeiras.

Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

Nota 3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Empresa deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Empresa pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Empresa a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios.

3.1. Provisão para redução do valor recuperável (Impairment) de ativos de longa duração

A Administração da Empresa considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada.

3.2. Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados, não sendo constituída provisão.

Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota 15).

3.3. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Empresa adota a abordagem simplificada e calculam a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9. Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Empresa sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

3.4. Avaliação de instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação.

3.5. Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil esteja integralmente baixado. Consideram que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pelo Laudo emitido por empresa especializada, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Nota 4. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pela IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 Não foram adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas.

• Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);

• Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

• Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e

• Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima (IFRS S1 e IFRS S2).

Os administradores da Empresa não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

A Administração.

DIRETORIA		CONTADOR
JOSÉ AMÉRICO MIARI Diretor Presidente	**LÚCIO ABREU ROSA MIARI** Diretor Executivo	**CELSO GUERRA LEMOS NETO** CRC DF - 019351/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
TRIER ENGENHARIA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **TRIER ENGENHARIA S.A**. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TRIER ENGENHARIA S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **TRIER ENGENHARIA S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de audit

Voiter Comércio de Cereais Ltda.

Companhia de Capital Fechado - CNPJ 07.469.081/0001-12

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Voiter Comércio de Cereais Ltda. ("**Voiter Cereais**"), empresa do Grupo **Voiter**, submete à apreciação de todos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. **Desempenho** Há mais de 13 anos, a **Voiter Cereais** é a empresa de comércio de cereais do Grupo, atuando ativamente no mercado de commodities, principalmente café, realizando operações de Cash&Carry, operações de Compra Futura (Termo) e Cédula de Produto Rural (CPR). A **Voiter Cereais** encerrou o ano com Ativos Totais no montante de R$210,1 milhões (R$ 262,7 milhões ao final de 2022) e Patrimônio Líquido de R$119,6 milhões (R$ 123,7 milhões ao final de 2022). Ao longo de 2023, a **Voiter Cereais** apresentou faturamento de R$405,7 milhões (R$ 1.312,1 milhões em 2022) e obteve prejuízo de R$1,2 milhões (lucro líquido de R$4,7 milhões em 2022). Em 30 de junho de 2023, após aprovação do BACEN, foi feita a inclusão da Voiter Comércio de Cereais Ltda. ("Voiter Cereais") no conglomerado prudencial do Banco Voiter (Controlador direto da Voiter Cereais). Em 22 de dezembro de 2023, o Banco Master celebrou contrato para aquisição de 100% da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil ("BACEN") e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovado pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 05 de abril de 2024. **Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Durante o exercício de 2022, foram pagos R$ 6,3 milhões em dividendos e R$ 1,8 milhões (R$ 1,5 milhões líquido de impostos) referentes a juros sobre capital próprio. Em 2023, foram pagos R$ 2,9 milhões em dividendos. **Gerenciamento de Riscos:** As atividades da **Voiter Cereais** envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente. O gerenciamento de riscos é realizado pela estrutura de riscos do Conglomerado, de forma independente e em linha com as políticas de risco do Conglomerado, a regulamentação pertinente e as melhores práticas de mercado. A estrutura de gerenciamento de riscos está disponível na Internet, na página da **Voiter**: https://ri.voiter.com/ri. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços a **Voiter** e suas controladas e coligadas, como a **Voiter Cereais**, que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria Executiva da **Voiter Cereais** declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Agradecemos a confiança e o apoio do nosso acionista e, em especial, dos nossos clientes e parceiros de negócios, funcionários e colaboradores pelo esforço e empenho nas relações comerciais e pela confiança no nosso projeto. São Paulo, 29 de abril de 2024

A Diretoria

Voiter Comércio de Cereais Ltda.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**65.936**	**2.100**
Instrumentos financeiros		**75.184**	**210.363**
Títulos e valores mobiliários	5(b)	5.065	58.443
Instrumentos financeiros derivativos	5(c)	70.119	151.920
Contas a receber		**14.620**	**1.057**
Contas a receber	5(d)	14.620	1.057
Estoques	**6**	**24.860**	**7.922**
Outros ativos	**7**	**74**	**975**
Ativos fiscais		**3.800**	**17.607**
Outros Ativos Fiscais	8	3.800	17.607
Despesas Antecipadas	**9**	**106**	**246**
Total Ativo Circulante		**184.580**	**240.270**
Não Circulante			
Instrumentos financeiros		**1.900**	**4.967**
Instrumentos financeiros derivativos	5(c)	1.900	4.967
Ativos fiscais		**23.479**	**17.406**
Créditos tributários diferidos	12(b)	15.573	17.277
Outros ativos fiscais	8	7.906	129
Investimentos		**5**	**5**
Ativo imobilizado		**59**	**56**
Ativo intangível		**106**	**106**
Depreciação e amortização acumulada		**(62)**	**(33)**
Total ativo não circulante		**25.487**	**22.507**
Total dos ativos		**210.067**	**262.777**

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante			
Instrumentos financeiros		**73.309**	**107.389**
Instrumentos financeiros derivativos	5(c)	73.309	107.389
Fornecedores		**6.770**	**8.692**
Fornecedores	10	6.770	8.692
Outros Passivos		**5.166**	**9.023**
Outros	11	5.166	9.023
Total passivo circulante		**85.245**	**125.104**
Não Circulante			
Instrumentos financeiros		**1.844**	**4.325**
Instrumentos financeiros derivativos	5(c)	1.844	4.325
Outros passivos		**3.377**	**9.593**
Obrigações fiscais diferidas	12(b)	3.377	9.593
Total passivo não circulante		**5.221**	**13.918**
Patrimônio líquido	**14**	**119.601**	**123.755**
Capital social		120.788	120.788
Lucros (prejuízos) acumulados		(1.187)	2.967
Total dos passivos e patrimônio líquido		**210.067**	**262.777**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**120.788**	**6.375**	**127.163**
(–) Dividendos (Nota 14)	–	(6.299)	(6.299)
Lucro líquido do exercício	–	4.699	4.699
(–) JCP (Nota 14)	–	(1.808)	(1.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**120.788**	**2.967**	**123.755**
Mutações do exercício	**–**	**(3.408)**	**(3.408)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**120.788**	**2.967**	**123.755**
(–) Dividendos (Nota 14)	–	(2.967)	(2.967)
Prejuízo do exercício	–	(1.187)	(1.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**120.788**	**(1.187)**	**119.601**
Mutações do exercício	**–**	**(4.154)**	**(4.154)**

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

	Nota	2023	2022
Receitas líquida de vendas e serviços	**15**	**405.744**	**1.312.071**
Receita de revenda de mercadoria		405.744	1.312.135
Desconto concedido		–	(64)
Custo de bens e/ou serviços vendidos	**15**	**(425.015)**	**(1.019.219)**
Lucro (Prejuízo) bruto		**(19.271)**	**292.852**
Receitas/(despesas) operacionais		**(15.148)**	**(12.393)**
Despesas com vendas	16	(9.815)	(11.387)
Despesas gerais e administrativas	17	(4.215)	(4.457)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	(1.118)	3.451
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**(34.419)**	**280.459**
Resultado financeiro líquido		**32.672**	**(274.173)**
Receitas financeiras	19	655.236	1.745.330
Despesas financeiras	19	(622.564)	(2.019.503)
Resultado antes dos tributos		**(1.747)**	**6.286**
Impostos sobre a renda	**12(a)**	**560**	**(1.587)**
Corrente		(3.952)	(7.499)
Diferido		4.512	5.912
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**(1.187)**	**4.699**

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**(1.187)**	**4.699**
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**
Resultado abrangente total	**(1.187)**	**4.699**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Lucro líquido/(Prejuízo) ajustado	**(5.670)**	**(1.186)**
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.187)	4.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.512)	(5.912)
Depreciação e amortização	29	27
Variação de ativos e passivos	**72.476**	**(34.426)**
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros	101.685	(34.757)
(Aumento)/Redução em estoques	(16.938)	18.521
(Aumento)/Redução contas a receber	(13.563)	849
(Aumento)/Redução em outros ativos	901	2.305
(Aumento)/Redução em ativos fiscais	6.030	(5.272)
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas	140	12
(Redução)/Aumento de fornecedores e outras contas a pagar	(1.922)	(14.996)
(Redução)/Aumento de outros passivos	(3.857)	(1.088)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (aplicado)	**66.806**	**(35.612)**
Aquisição de ativo imobilizado	(3)	–
Aquisição de ativo intangível	–	(48)
Atividades de investimentos - caixa líquido (aplicado)	**(3)**	**(48)**
Pagamento de dividendos e JCP	(2.967)	(8.107)
Atividades de financiamentos - caixa líquido (aplicado)	**(2.967)**	**(8.107)**
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	**63.836**	**(43.767)**
Caixa e equivalentes no início do exercício (Nota 4)	2.100	45.867
Caixa e equivalentes no final do exercício (Nota 4)	65.936	2.100
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	**63.836**	**(43.767)**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional: A Voiter Comércio de Cereais Ltda. ("Companhia" ou "Voiter Cereais") é uma sociedade limitada, com sede na Avenida Princesa do Sul, nº 580 - sala 9, Varginha/MG, Brasil. A Companhia tem por objeto social o beneficiamento, limpeza, padronização, armazenagem, e comércio de cereais em geral; comércio de produtos de origem animal ou vegetal in natura, além de exportação desses produtos, sendo que os produtos comercializados pela sociedade serão armazenados e estocados em armazéns próprios ou de terceiros; a participação em outras sociedades na qualidade de sócio, quotista ou acionista; agenciamento e intermediação de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

2 Apresentação das demonstrações financeiras: (a) Base de apresentação: A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras da Voiter Cereais foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2024. **(b) Julgamentos e estimativas críticas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (i) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação. (ii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Créditos tributários são reconhecidos em relação a prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que a Companhia irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Companhia é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

3 Descrição das políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Controladora opera. **(b) Método de cálculo e divulgação do resultado por cota:** Na divulgação do resultado líquido por cota deve-se observar o Pronunciamento CPC 41, inclusive no que se refere à evidenciação em notas explicativas. Segundo o CPC 41, o resultado por cota é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos cotistas da companhia pela média ponderada da quantidade de cotas em circulação, enquanto a prática anterior dividia o lucro ou prejuízo do final do período pela quantidade de cotas no final do período. **(c) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Voiter Cereais para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(e) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. • Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria os ativo e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo (passivo) circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos ou passivos não circulantes). A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(f) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, *hedge* financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das commodities. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **(g) Estoques:** A valorização dos estoques de *commodities* ("produtos agrícolas") é determinada mediante a valorização da quantidade física de produtos agrícolas de propriedade da Voiter Cereais. A Voiter Cereais utiliza o mecanismo de financiamento de estoque o instrumento financeiro de Certificados de Depósito Agropecuário ("CDA") e Warrants Agropecuários ("WA"). O instrumento de CDA representa a promessa de entrega da mercadoria depositada em armazém geral e o WA representa a promessa de pagamento em dinheiro que confere direito de penhor sobre o CDA. Este instrumento financeiro é mensurado a valor justo por meio de resultado sendo registrado como redutor de estoque, está apresentado na rubrica de estoque em garantia. A Voiter Cereais compra produtos agrícolas para recebimento futuros (Termo), para os quais são atribuídos um preço de venda já negociado a valor de mercado, observando as características desses produtos ("qualidade"), líquido dos gastos necessários para respectiva venda. A Voiter Cereais usa seu julgamento para definir essas premissas (qualidade do produto, preço por qualidade, custo de preparo e transporte, despesas portuárias, entre outras) que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. Para refletir melhor o modelo de negócios da Companhia, conforme o exposto acima, a Voiter Cereais mensurou o estoque a valor justo por meio do resultado, na rubrica Resultado Financeiro. **(h) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de serviços é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) houver evidência da existência de contrato; (b) o serviço tiver sido efetivamente prestado; (c) o preço estiver fixado e determinado; e (d) o recebimento for provável. A receita operacional da venda de produtos e mercadorias é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos e mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. **(i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais". Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R$ 20.000,00/mês. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%. **(j) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por *Impairment*, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambial. **(k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*Impairment*":** A Voiter Cereais, baseando-se nos dispositivos do CPC 01, analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

4 Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidade - Conta corrente	65.936	2.100
Caixa e equivalentes de caixa	**65.936**	**2.100**

5 Instrumentos financeiros: (a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: 1. Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; 2. Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; 3. Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Voiter Cereais determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

		31/12/2023		31/12/2022	
Ativos	**Nível**	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Estoques	2	24.860	24.860	7.922	7.922
Títulos e valores mobiliários	1	5.065	5.065	58.443	58.443
Instrumentos financeiros derivativos	2	72.019	72.019	156.887	156.887
		101.944	**101.944**	**223.252**	**223.252**
Mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	65.936	65.936	2.100	2.100
Contas a receber	1	14.620	14.620	1.057	1.057
		80.556	**80.556**	**3.157**	**3.157**
Passivos	**Nível**	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	1	6.770	6.770	8.692	8.692
Outros passivos	2	5.166	5.166	–	–
		11.936	**11.936**	**8.692**	**8.692**
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos Financeiros - derivativos	2	75.153	75.153	111.714	111.714
		75.153	**75.153**	**111.714**	**111.714**

(b) Títulos e valores mobiliários: As avaliações das posições de aplicações financeiras e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos.

	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	31/12/2023 De 181 a 360	31/12/2022 Valor de mercado
CDA/WA Terceiros	–	–	–	–	230
CDB	–	–	–	–	45.578
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	5.067	(2)	5.065	5.065	12.635
Total de TVM - 31/12/2023	**5.067**	**(2)**	**5.065**	**5.065**	**58.443**
Total de TVM - 31/12/2022	**58.444**	**(1)**	**58.443**	**58.444**	

(c) Instrumentos financeiros derivativos: A Voiter Cereais opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros, cambial e *commodities*. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender as necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições. As operações de derivativos utilizadas são: operações em mercados futuros e termos e opções. Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado, geralmente baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado. Os contratos de derivativos negociados são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A apuração destas operações é feita através de informações disponíveis e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou por provedores externos (corretoras, bancos e outros). A área de Gestão de Risco trata da precificação de todos os instrumentos financeiros derivativos, tanto utilizando parâmetros de mercado MtM (*Mark to Market*) como parâmetros da operação (valor na curva). Os parâmetros de mercado são atualizados diariamente no processo de precificação dos instrumentos a mercado, como as estruturas a termo de taxa de juros para todos os indexadores brasileiros. Os modelos de marcação a mercado (MtM) avaliam os valores dos instrumentos derivativos de acordo com as atuais condições de mercado para todos os indexadores, como também para os títulos de dívida soberana e títulos de emissão privada, e *duration* (prazo médio) da carteira.

i. Posição por indexador

	Valor de Mercado				Valor de registros dos contratos (notional)			
	Ativos		Passivos					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Termo	**72.019**	**156.887**	**(75.153)**	**(111.714)**	**14.703**	**139.239**	–	–
Commodities	72.019	130.390	(65.992)	(111.714)	14.703	139.239	–	–
Non Deliverable Forward	–	26.497	(9.161)	–	–	–	–	–
Futuros	**–**	**–**	**–**	**–**	**79.937**	**–**	**–**	**141.724**
Non Deliverable Forward	–	–	–	–	–	–	–	
Taxa de juros	–	–	–	–	36.152	–	–	101.532
Moedas	–	–	–	–	20.535	–	–	18.021
Ativos financeiros e mercadorias	–	–	–	–	23.250	–	–	22.172
	72.019	**156.887**	**(75.153)**	**(111.714)**	**94.640**	**139.239**	**–**	**141.724**

ii. Posição por prazo:

	Até 90 dias	De 181 a 360	De 1081 a 1800	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Valor de Mercado					
Ativo	**1.048**	**69.071**	**1.900**	**72.019**	**156.887**
Termo	1.048	69.071	1.900	72.019	130.390
Non Deliverable Forward	–	–	–	–	26.497
Passivo	**(833)**	**(72.476)**	**(1.844)**	**(75.153)**	**(130.036)**
Termo	(833)	(63.315)	(1.844)	(65.992)	(111.714)
Non Deliverable Forward	–	(9.161)	–	(9.161)	(18.322)
Total do ativo - 31/12/2022					**156.887**
Passivo - 31/12/2022					**(130.036)**

(d) Contas a receber: Contas a receber é composto por vendas de café a faturar para recebimento futuro e é apresentado pelo valor negociado (custo amortizado). Os contratos negociados são de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do contas da receber era de R$ 14.620 (R$ 1.057 em 31 de dezembro de 2022). Não foi apurada perda esperada para os clientes da carteira em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6 Estoques:

	31/12/2023	31/12/2022
Compras	**1.048**	**5.942**
Compras a faturar	946	6.371
Ajuste a valor de mercado - Compra de café a faturar	102	(429)
Estoque próprio	**23.320**	**1.356**
Estoque café	424.466	354.790
Ajuste a valor de mercado - Estoque de café	115.060	(15.574)
Estoque em garantia [1]	(504.045)	(337.553)
Estoque a faturar [2]	(12.161)	(307)
Materiais em Estoque	**492**	**624**
Sacarias	492	624
	24.860	**7.922**

[1] Refere-se a estoque dado em garantia para realização das operações de CDA/WA efetuadas pelo Banco Voiter S.A. [2] Refere-se a estoque de café vendido, porém a entrega física irá ocorrer posteriormente.

7 Outros ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes diários a liquidar [1]	–	343
Valores a receber [2]	–	621
Outros	74	11
	74	**975**

[1] Refere-se a ajustes diários a liquidar de contratos de futuros. [2] Refere-se a valores a receber do Banco Voiter S.A., decorrente de ressarcimento de despesas administrativas.

8 Outros ativos fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Antecipação mensal de IRPJ e CSLL	116	8.180
Tributos a compensar (IRPJ e CSLL)	3.684	2.922
Outros tributos a compensar [1]	7.777	6.505
Demais Tributos	129	129
	11.706	**17.736**

[1] Refere-se basicamente a créditos de Pis e Cofins apurados sobre insumos, conforme sistemática da não cumulatividade (Lei 10.637/2002).

9 Despesas antecipadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	46	90
Antecipação de bônus	57	154
Outros	3	2
	106	**246**

10 Fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Compra de café a faturar	946	6.371
Fornecedores a pagar - Café	4.132	583
Outros fornecedores [1]	1.692	1.738
	6.770	**8.692**

[1] Refere-se a valores a pagar decorrentes de despesas de armazenagem e seguros.

11 Outros passivos:

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a pagar	2.910	5.522
CSLL a pagar	1.042	1.977
Funrural/Senar a recolher	41	150
Gratificação a pagar	681	1.158
Diversos	492	216
	5.166	**9.023**

12 Imposto de renda e contribuição social: (a) Demonstração do cálculo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(1.747)**	**6.286**
Juros sobre Capital Próprio	**–**	**(1.808)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e após participações	**(1.747)**	**4.478**
Efeito das diferenças permanentes	**(476)**	**1.503**
Gratificação Eventual	–	1.158
Outros - CSLL e IRPJ	(476)	27
Outros - IRPJ (exclusivo)	231	318
Efeitos das diferenças temporárias	**18.758**	**25.711**
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	18.758	25.711
Base antes do aproveitamento da base negativa - CSLL	**16.535**	**31.374**
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - IRPJ	**16.766**	**31.692**
Aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa		
CSLL	(4.961)	(9.412)
IRPJ	(5.030)	(9.508)
Base fiscal após aproveitamento de base negativa - CSLL	**11.574**	**21.962**
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ	**11.736**	**22.184**
Impostos correntes	**(3.952)**	**(7.498)**
CSLL	(1.042)	(1.976)
IRPJ e IRPJ adicional	(2.910)	(5.522)
Impostos diferidos constituídos sob diferenças temporárias	**6.216**	**9.134**
Impostos diferidos sob prejuízo fiscal e base negativa	**(1.704)**	**(3.223)**
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no exercício	**560**	**(1.587)**

Não há créditos tributários não ativados.

(b) Composição dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Oriundos de prejuízo fiscal	11.389	12.646
Oriundos de base negativa da CSLL	4.184	4.631
Créditos tributários	**15.573**	**17.277**
Obrigações fiscais diferidas - MTM	(3.377)	(9.593)
Obrigações fiscais diferidas	**(3.377)**	**(9.593)**

(c) Movimentação do imposto diferido:

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	**17.277**	**(9.593)**	**7.684**	**20.500**	**(18.727)**	**1.773**
Movimentação						
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e IRPJ	(1.704)	–	(1.704)	(3.223)	–	(3.223)
Ajuste a Valor de Mercado	–	6.216	6.216	–	9.134	9.134
Saldo Final	**15.573**	**(3.377)**	**12.196**	**17.277**	**(9.593)**	**7.684**

(d) Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 Anos	2023 Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 Anos	2022 Total
Ativo Dif. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	1.316	2.140	12.117	15.573	3.135	3.037	11.106	17.278
Passivo Dif. Temporárias	(3.377)	–	–	(3.377)	(9.263)	(329)	–	(9.592)
Total	**(2.061)**	**2.140**	**12.117**	**12.196**	**(6.128)**	**2.708**	**11.106**	**7.686**

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou ainda quando os prejuízos fiscais forem compensados.

13 Provisões: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam processos fiscais, cíveis ou trabalhistas que apresentassem risco de perda provável ou possível.

14 Patrimônio líquido: (a) Capital social: i. Capital subscrito e integralizado: O capital social, no montante de R$ 120.788 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 120.788.074 cotas. **(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** Em Reunião da Diretoria realizada em 28 de dezembro de 2022, foi deliberado o pag

★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Voiter Comércio de Cereais Ltda.

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

AOVS Sistemas de Informática S.A.

CNPJ nº 05.555.382/0001-33

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Balanços patrimoniais	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022
Ativo/Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	**106.275**	139.606	64.539	**161.492**	154.831	65.385
Contas a receber	**53.919**	17.653	33.299	**140.280**	61.465	33.299
Estoques	**20**	7	6	**20**	7	6
Adiantamentos a fornecedores	**420**	246	218	**2.032**	1.226	266
Adiantamento a funcionários	**34**	15	117	**1.338**	424	117
Impostos a recuperar	**26.160**	1.218	561	**28.952**	3.405	561
Despesas antecipadas	**1.528**	1.294	1	**2.156**	1.653	–
Depósitos caução	**1.668**	110	90	**1.674**	116	96
Outros ativos	**9.889**	260	–	**–**	93	1
Total do ativo circulante	**199.913**	160.409	98.831	**337.944**	223.220	99.731
Ativo não circulante						
Contas a receber	**–**	–	–	**14.412**	27.780	
Empréstimos a terceiros	**84**	284	290	**290**	290	290
Imposto diferido	**10.487**	9.687	7.603	**10.487**	9.687	7.603
Direito de uso	**912**	1.360	–	**59.579**	58.005	–
Depósitos judiciais	**–**	–	–	**25**	26	–
Investimentos	**456.228**	414.659	16.197	**–**	–	15.798
Imobilizado	**3.071**	3.462	1.927	**18.602**	15.466	1.982
Intangível	**14.967**	14.078	8.398	**388.191**	388.001	8.398
Total do ativo não circulante	**485.749**	443.530	34.415	**491.586**	499.255	34.071
Total do ativo	**685.662**	603.939	133.246	**829.530**	722.475	133.802

Balanços patrimoniais	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022
Passivo/Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	**29.517**	–	**–**	**29.517**	–	**–**
Fornecedores	**881**	1.025	739	**8.261**	4.570	783
Outras contas a pagar	**–**	84	**–**	**207**	254	**–**
Arrendamentos a pagar	**114**	440	123	**7.507**	11.571	123
Contas a pagar	**35.858**	31.973	–	**36.083**	36.262	**–**
Receita diferida	**32.273**	28.491	22.361	**33.614**	28.491	22.361
Adiantamentos de clientes	**297**	2.244	3.213	**11.696**	11.381	3.213
Obrigações trabalhistas	**14.449**	11.433	6.683	**30.184**	26.975	7.124
Obrigações tributárias	**15.632**	17.995	4.174	**18.918**	19.399	4.245
Dividendos a pagar	**24.573**	16.455	13.304	**28.142**	16.636	13.304
Total do passivo circulante	**153.594**	110.140	50.597	**204.129**	155.539	51.153
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	**135.214**	164.833	24	**135.214**	164.833	24
Contas a pagar	**34.065**	61.284	–	**34.062**	61.284	–
Obrigações trabalhistas	**–**	–	–	**–**	2.532	–
Arrendamentos a pagar	**919**	920	–	**56.757**	47.795	–
Provisão para contingências	**–**	–	–	**11.437**	10.706	–
Total do passivo não circulante	**170.198**	227.037	24	**237.470**	287.150	24
Patrimônio líquido						
Capital social	**149.756**	149.756	29.758	**149.756**	149.756	29.758
Reserva de capital	**(1.178)**	(1.178)	–	**(1.178)**	(1.178)	–
Ajuste de Exercícios Anteriores	**–**	–	–	**–**	(3.644)	–
Reserva de lucros	**191.693**	103.442	44.819	**191.693**	107.118	44.819
Stock option	**7.466**	5.749	2.520	**7.466**	5.749	2.520
Reserva legal	**14.133**	8.993	5.528	**14.133**	8.960	5.528
Total do patrimônio líquido controladora	**361.870**	266.762	82.625	**361.870**	266.761	82.625
Participação de não controladores	–	–	**–**	**26.061**	13.025	–
Total do patrimônio líquido	**361.870**	266.762	82.625	**387.931**	279.786	82.625
Total do passivo e patrimônio líquido	**685.662**	603.939	133.246	**829.530**	722.475	133.802

Demonstrações dos resultados	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receitas operacionais líquidas	**227.409**	192.713	**512.688**	275.914
Custos operacionais				
Custos das mercadorias vendidas	**(656)**	(383)	**(656)**	(383)
Custos dos serviços prestados	**(40.597)**	(45.795)	**(140.073)**	(54.297)
	(41.253)	(46.178)	**(140.729)**	(54.680)
Lucro bruto	**186.156**	146.535	**371.959**	221.234
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	**(79.733)**	(45.445)	**(172.197)**	(85.039)
Despesas comerciais	**(20.410)**	(22.657)	**(35.679)**	(25.767)
Outras receitas e despesas operacionais	**–**	656	**1.111**	(2.185)
Resultado de equivalência	**59.346**	17.018	**–**	–
Total de despesas (receitas) operacionais	**(40.797)**	(50.428)	**(206.765)**	(112.991)
Lucro antes do resultado financeiro	**145.359**	96.107	**165.194**	108.243
Resultado financeiro	**(29.147)**	(1.701)	**(29.443)**	(1.542)
Lucro antes dos impostos	**116.212**	94.406	**135.751**	106.701
Imposto de renda e contribuição social	**(12.749)**	(29.169)	**(14.583)**	(31.735)
Lucro do exercício	**103.463**	65.237	**121.168**	74.966

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**103.463**	65.237	**121.168**	74.966
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**103.463**	65.237	**121.168**	74.966

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Equivalência patrimonial	**(59.346)**	(17.018)	**–**	–
Ajuste de exercícios anteriores	**665**	–	**–**	–
Provisão para contingências	**–**	–	**730**	(421)
Lucro ajustado	**106.864**	93.728	**227.319**	126.166
(diminuição) Aumento nos ativos				
Duplicatas a receber	**(39.813)**	14.607	**(83.901)**	3.081
Adiantamentos a fornecedores	**(174)**	(28)	**(806)**	2.035
Adiantamentos a funcionários	**(20)**	102	**(914)**	(298)
Estoque	**(14)**	(1)	**(13)**	(1)
Imposto diferido	**(3.226)**	(2.084)	**(800)**	(2.084)
Impostos a recuperar	**–**	(657)	**–**	(847)
Cauções, depósitos e garantias	**(1.558)**	(20)	**(1.559)**	(20)
Outros ativos	**(10.101)**	(1.548)	**(411)**	965
(Aumento) diminuição nos passivos				
Fornecedores	**(144)**	286	**3.691**	(591)
Outras contas a pagar	**(84)**	84	**(47)**	254
Adiantamentos a clientes	**(1.947)**	(969)	**317**	453
Obrigações trabalhistas	**3.016**	4.750	**677**	(5.981)
Obrigações tributárias	**(2.811)**	2.946	**(3.370)**	1.314
Dividendos a pagar	**–**	–	**(1.947)**	–
Contas a pagar	**(27.050)**	962	**(27.397)**	3.162
Receita Diferida	**3.782**	6.130	**5.123**	6.130
Caixa líquido gerado nas operações	**26.720**	118.289	**115.962**	133.739
IRPJ e CSLL pagos	**(37.242)**	(18.294)	**(37.242)**	(20.381)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(10.522)**	99.995	**78.720**	113.357
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos capitalizados no período	**(750)**	(6.350)	**–**	–
Valor pago na aquisição de investimentos controlados	**–**	(287.874)	**–**	(287.874)
Dividendos recebidos	**15.224**	2.344	**–**	–
Adições de bens para o ativo imobilizado	**(455)**	(2.203)	**(9.886)**	(7.443)
Baixas de bens para o ativo intangível	**6.359**	(8.368)	**8.579**	–
Outras movimentações em investimentos	**–**	260	**–**	–
Adições de bens para o ativo intangível	**(19.466)**	–	**(27.971)**	(8.623)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**912**	(302.191)	**(29.278)**	(303.940)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros pagos	**(1.287)**	(123)	**(1.287)**	(836)
Arrendamento passivo	**–**	–	**(15.141)**	–
Empréstimos e financiamentos	**(24.150)**	157.387	**(28.069)**	157.387
Transação entre sócios	**1.716**	–	**1.716**	–
Aumento em participação de capital de não controladores	**–**	–	**–**	3.478
Aumento de capital	**–**	119.999	**–**	119.999
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(23.721)**	277.263	**(42.781)**	280.028
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(33.331)**	75.067	**6.661**	89.446
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**139.606**	64.539	**154.831**	65.384
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**106.275**	139.606	**161.492**	154.831
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(33.331)**	75.067	**6.661**	89.446

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reservas de Capital: Reserva legal	Reserva de lucros	Transação entre sócios	Opções de ações	Lucro acumulado	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.758	5.528	59.577	–	2.520	–	97.383	–	97.383
Ajuste (não auditado)	–	–	–	–	–	(14.758)	(14.758)	–	(14.758)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	29.758	5.528	59.577	–	2.520	(14.758)	82.625	–	82.625
Aumento de capital	119.999	–	–	–	–	–	119.999	–	123.477
Transação entre sócios	–	–	–	(1.178)	–	–	(1.178)	–	(1.178)
Absorção de perda em transação entre sócios	–	–	(1.178)	1.178	–	–	–	–	–
Movimentação em não controladores	–	–	–	–				3.478	
Opções de ações outorgadas	–	–	–	–	3.229		3.229	–	3.229
Estorno de dividendos propostos	–	–	13.304	–	–	–	13.304	–	13.304
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	69.284	69.284	9.728	79.012
Ajuste (não auditado)						(4.046)	(4.046)		(4.046)
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)						65.237	65.237		74.966
Constituição da reserva legal	–	3.464	–	–	–	(3.464)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(16.455)	–	–	–	(16.455)	(181)	(16.636)
Retenção na reserva de lucros	–	–	65.820	–	–	(65.820)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	149.756	8.992	121.068	–	5.749	(18.804)	266.762	13.025	279.787
Aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
IRRF s/ Juros sobre capital Próprio	**–**	**–**	**–**	**(1.287)**	**–**	**–**	**(1.287)**	**–**	**(1.287)**
Absorção de perda em transação entre sócios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Movimentação em não controladores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(295)**	**(295)**
Opções de ações outorgadas	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.716**	**–**	**1.716**	**–**	**1.716**
Ajuste de exercícios anteriores	**–**	**–**	**(666)**	**–**	**–**	**–**	**(666)**	**–**	**(666)**
Estorno de dividendos propostos	**–**	**–**	**16.455**	**–**	**–**	**–**	**16.455**	**–**	**16.455**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**103.463**	**103.463**	**17.775**	**121.238**
Constituição da reserva legal	**–**	**5.173**	**–**	**–**	**–**	**(5.173)**	**–**	**–**	**–**
JSCP	–	–	**(20.000)**	–	–	–	**(20.000)**	**–**	**(20.000)**
Dividendos mínimos	**–**	**–**	**(4.573)**	**–**	**–**	**–**	**(4.573)**	**(4.444)**	**(9.017)**
Retenção na reserva de lucros	**–**	**–**	**98.290**	**–**	**–**	**(98.290)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**149.756**	**14.165**	**210.574**	**(1.287)**	**7.465**	**(18.804)**	**361.870**	**26.061**	**387.931**

Diretor: Paulo Eduardo de Azevedo Silveira

Contador: Bruno Czermainski Klassmann - CRC-RS - 090169/O

As Notas Explicativas e o Parecer da Auditoria encontram-se na sede da Companhia

Arfei Investimentos S.A.

CNPJ 21.277.675/0001-52

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como as Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 - Em reais

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**2.582.247,51**	**1.052.410,63**
Caixa e equivalentes de caixa	9.039,25	2.106,73
Devedores diversos	2.559.865,35	1.036.960,99
Tributos a compensar	13.342,91	13.342,91
Não Circulante	**19.745.105,15**	**20.982.409,60**
Investimentos	19.722.365,00	20.959.669,45
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	17.722.365,00	18.959.669,45
Imóveis	2.000.000,00	2.000.000,00
Imobilizado	22.740,15	22.740,15
Custo	76.333,47	76.333,47
Depreciação acumulada	(53.593,32)	(53.593,32)
Total do Ativo	**22.327.352,66**	**22.034.820,23**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**1.503.979,58**	**1.093.677,79**
Fornecedores	1.735,50	–
Impostos e contribuições a recolher	809,60	–
Credores diversos	1.501.434,48	1.093.677,79
Patrimônio Líquido	**20.823.373,08**	**20.941.142,44**
Capital Social	16.478.009,81	16.478.009,81
Reservas de lucros	4.345.363,27	4.463.132,63
Total do Passivo	**22.327.352,66**	**22.034.820,23**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em reais

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Operacionais	**(461.834,92)**	**(758.533,78)**
Administrativas	(461.055,81)	(579.511,87)
Resultado Financeiro Líquido	(779,11)	(179.021,91)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	**2.522.738,87**	**329.981,83**
Equivalência patrimonial positiva	2.522.738,87	(170.018,17)
Outras receitas/despesas	–	500.000,00
Resultado Operacional antes dos Impostos	**2.060.903,95**	**(428.551,95)**
Imposto de renda	–	–
Contribuição social	–	–
Lucro Líquido do Exercício	**2.060.903,95**	**(428.551,95)**

Luciano Maggi Quartiero
Diretor - CPF 176.015.658-23

Leilisangela Tavares de Morais
Contadora - CRC 1SP 235271/O-6 - CPF 286.158.778/40

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em reais

	Capital Realizado	Reservas de lucros: Reserva Legal	Lucros a distribuir	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**16.478.009,81**	**4.345.363,27**	**745.184,71**	**–**	**21.568.557,79**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.703.136,60	5.703.136,60
Destinação do Lucro Líquido	–	–	5.703.136,60	(5.703.136,60)	–
Dividendos distribuídos	–	–	(4.900.000,00)	–	(4.900.000,00)
Constituição de reservas de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	–
Em 31 de dezembro de 2021	**16.478.009,81**	**4.345.363,27**	**1.548.321,31**	**–**	**22.371.694,39**
Dividendos distribuídos	–	–	(1.002.000,00)	–	(1.002.000,00)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(428.551,95)	(428.551,95)
Destinação do Prejuízo Líquido	–	–	(428.551,95)	428.551,95	–
Em 31 de dezembro de 2022	**16.478.009,81**	**4.345.363,27**	**117.769,36**	**–**	**20.941.142,44**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**2.060.903,95**	**2.060.903,95**
Destinação do Lucro Líquido	–	–	2.060.903,95	(2.060.903,95)	–
Dividendos distribuídos	–	–	(2.178.673,31)	–	(2.178.673,31)
Em 31 de dezembro de 2023	**16.478.009,81**	**4.345.363,27**	–	–	**20.823.373,08**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em reais

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.060.903,95	(428.551,95)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial positiva	(2.522.738,87)	170.018,17
Variação nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) de devedores diversos	(1.522.904,36)	–
Aumento (redução) de tributos a compensar	–	(13.342,91)
Aumento (redução) de credores diversos	410.301,79	774.000,00
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.574.437,49)	502.123,31
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	–	–
Redução (aumento) de propriedades para investimentos	–	500.000,00
Redução (aumento) de antecipação p/investimento	–	–
Dividendos distribuídos	(2.178.673,31)	(1.002.000,00)
Dividendos recebidos	3.760.043,32	–
Caixa gerado nas atividades de financiamento	1.581.370,01	(502.000,00)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**6.932,52**	**123,31**
No início do período	2.106,73	1.983,42
No final do período	9.039,25	2.106,73
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**6.932,52**	**123,31**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por atividade principal ser uma holding, possuindo investimentos substancialmente em empresas nacionais. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Ativo Permanente:** Os investimentos permanentes e relevantes em companhias controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **4. Capital Social:** O Capital social é de R$ 16.478.009,81, dividido em 8.965.498 ações, todas nominativas e sem valor nominal , sendo 8.965.494 ordinárias e 4 ações preferenciais. **5. Lucro do Exercício:** A Companhia registrou um Lucro de R$ 2.06 milhões. No ano anterior o prejuízo foi de R$ 428.551,95. As performances em 2023 e 2022 foram resultantes essencialmente da receita e despesa de equivalência patrimonial.

CNA Digital Services S/A

CNPJ n° 30.062.127/0001-04

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Em obediência as determinações legais e estatutárias, apresentamos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo circulante	**1.726**	**751**
Caixa e equivalentes de caixa	15	50
Títulos e valores mobiliários	365	–
Contas a receber de clientes	1.081	569
Impostos a recuperar	243	118
Outros créditos	22	15
Ativo não circulante	**12.306**	**11.074**
Imobilizado	297	38
Intangível	12.009	11.035
Total do ativo	14.032	11.825
Passivo circulante	**18.189**	**10.427**
Fornecedores	384	51
Empréstimos e financiamentos	25	9.913
Salários e encargos	537	435
Impostos e contribuições a recolher	146	28
Outras obrigações	17.097	–
Patrimônio líquido	**(4.157)**	**1.398**
Capital social	8.684	8.684
Lucros (prejuízos) acumulados	(12.841)	(7.286)
Total do passivo e patrimônio líquido	14.032	11.825

Demonstrações de resultados	2023	2022
Receita	5.003	3.252
Custos das mercadorias vendidas	(368)	(239)
Lucro bruto	4.635	3.013
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas	(184)	(716)
Despesas gerais e administrativas	(9.961)	(2.521)
Resultado antes das (despesas) financeiras líquidas e impostos	(5.510)	(223)
(Despesas) receitas financeiras		
Despesas financeiras	(58)	(53)
Receitas financeiras	13	13
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	(5.555)	(264)
Lucro líquido do exercício	(5.555)	(264)

Demonstrações das mutações

	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Estatutária	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.684	–	–	(7.022)	–	–	1.662
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(264)	(264)
Reserva de lucros	–	–	–	(264)	–	264	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.684	–	–	(7.286)	–	–	1.398
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(5.555)	(5.555)
Reserva de lucros	–	–	–	(5.555)	–	5.555	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.684	–	–	(12.841)	–	–	(4.157)

Demonstrações do fluxo de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CS	(5.555)	(264)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.904	704
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**(3.651)**	**440**
(Aumento)/redução de ativos		
Contas a receber	(512)	184
Impostos a recuperar	(125)	(52)
Outros créditos	(7)	50
(Redução)/aumento de passivos		
Fornecedores	333	(119)
Salários e encargos sociais a pagar	102	42
Outras obrigações	16.998	(28)
Adiantamentos a clientes	–	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar	118	5
Caixa gerado pelas atividades operacionais	13.256	523
Pagamento de juros	(14)	(15)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**13.242**	**508**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	–	–
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(3.412)	(2.587)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(3.412)**	**(2.587)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	–	2.021
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(9.888)	–
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(9.888)**	**2.021**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**(58)**
Caixa e equivalentes em 1º de janeiro	50	108
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro	15	50
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(35)**	**(58)**

Diretoria

Décio Casarejos Pecin Junior
Representante Legal - CPF: 145.250.158-02

Danilo Modesto
Diretor Financeiro - CPF: 364.901.448-32

Contador

Adriano José de Andrade
CRC SP-266693/O-0

São Paulo, 30 de Abril de 2024

As demonstrações financeiras integrais, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

SURTOS

Governo alerta para vigilância e imunização contra febre amarela

Após o registro de dois novos casos de febre amarela na região de divisa entre São Paulo e Minas Gerais, o Ministério da Saúde emitiu um alerta pedindo que estados e municípios comuniquem casos suspeitos da doença com a maior agilidade possível – sobretudo em áreas onde há transmissão ativa do vírus.

Em nota, a pasta destacou que a agilidade é importante para que futuros surtos de febre amarela no país sejam evitados e para que ações de resposta sejam prontamente executadas caso haja necessidade.

O comunicado ressalta que a doença é facilmente evitável por meio de vacina, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para todas as idades. A cobertura vacinal contra a febre amarela no Brasil, entretanto, está abaixo do recomendado.

Nos últimos seis meses, quatro casos foram registrados no país – um em Roraima, um no Amazonas e dois em São Paulo. Desse total, três pacientes morreram.

Os dois casos mais recentes foram identificados em um homem de 50 anos, morador da região entre Águas de Lindóia e Monte Sião, que morreu; e em outro, de 28 anos, no município de Serra Grande, que já está curado.

De acordo com o ministério, a febre amarela é classificada como endêmica apenas na região amazônica, mas, de tempos em tempos, o vírus reaparece em outras áreas. A maior parte dos casos ocorre entre dezembro e maio.

"Surtos ocorrem quando o vírus encontra condições favoráveis para a transmissão, como altas temperaturas, baixas coberturas vacinais e alta densidade de vetores e hospedeiros", destacou a pasta.

A partir de 2014, o vírus reemergiu na Região Centro-Oeste e se espalhou, nos anos seguintes, para as demais regiões do país. Entre 2014 e 2023, foram registrados 2.304 casos de febre amarela em humanos e 790 mortes pela doença.

Entre as recomendações do ministério estão o alerta para que equipes de vigilância e de imunização intensifiquem as ações nas áreas afetadas, com ampliação para municípios vizinhos; a notificação do adoecimento ou morte de macacos; e a atenção a sintomas de febre leve e moderada em pessoas não vacinadas.

A pasta recomenda ainda que seja utilizada a estratégia da busca ativa de pessoas não vacinadas nas regiões de ocorrência de casos. Na última sexta-feira, 150 mil doses extras da vacina contra febre amarela foram disponibilizadas ao estado de São Paulo.

"Também foi feita a recomendação para o livre acesso à vacina nas unidades de saúde, sem a necessidade de agendamento prévio", informou a nota. "Em mensagem enviada aos estados e municípios, o Ministério da Saúde também coloca à disposição equipes de apoio a investigação epidemiológica dos casos."

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017

Companhia Aberta

FATO RELEVANTE E AVISO AOS ACIONISTAS

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") vem, em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei n° 6.404/76 e nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial da Resolução CVM nº 44/2022, comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado, sem reservas ou ressalvas e, por unanimidade, o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei n° 6.404/76, na proporção de 250 (duzentas e cinquenta) ações para 1 (uma) ação, sem modificação no valor do capital social da Companhia ("Grupamento"), que permanece no valor de R$16.205.935,36 (dezesseis milhões, duzentos e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), e passa a ser dividido em 815 (oitocentas e quinze) ações ordinárias e 1470 (mil quatrocentas e setenta) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos seguintes termos:

(i) em sendo constatada, após o Grupamento, eventual existência de frações de ações, as mesmas serão canceladas e, em contrapartida, será pago, a cada um dos acionistas detentores de ações que corresponderão a frações, em até 30 (trinta) dias da presente data, montante equivalente ao valor da fração de suas ações, calculado com base no preço de R$26,19 (vinte e seis reais e dezenove centavos) por ação, que equivale ao preço de emissão das ações pré-Grupamento utilizado no último aumento de capital da Companhia;

(ii) para os acionistas que tiverem seus registros atualizados no cadastro junto ao Banco Itaú S/A, agente de escrituração da Companhia, e neles identificada a conta corrente em instituição financeira para recebimento de rendimentos, os valores devidos serão depositados em conta corrente;

(iii) para os acionistas usuários das custódias fiduciárias, os valores devidos serão pagos mediante crédito conforme procedimentos adotados pelas bolsas de valores;

(iv) para os acionistas que mantiverem suas ações em custódia na Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os valores devidos serão pagos por meio das respectivas corretoras depositantes; e

(v) para os acionistas que não estiverem com cadastro atualizado, os valores devidos serão pagos mediante comparecimento a uma das agências do Banco Itaú S.A. para regularizar seus cadastros e receber o valor a que fizerem jus.

Em razão do Grupamento ora noticiado, a Companhia comunica que o acionista controlador Sete Lagoas 31 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia oferece a cada um dos acionistas da Companhia que passarão a ter frações de ações que foram canceladas em razão do Grupamento a possibilidade de adquirirem 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia de sua titularidade, pelo preço de R$6.547,50 (seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), calculado com base no valor da ação após a aplicação do fator de grupamento

BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A.

CNPJ nº 10.472.968/0001-74

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.201	1.374
Contas a receber	6	89.241	71.532
Estoques	7	88.898	71.776
Despesas antecipadas		195	130
Impostos a recuperar	8	3.618	6.439
Adiantamentos a fornecedores		4.807	3.664
Outras contas a receber	11	1.062	214
Total do ativo circulante		190.022	155.129
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		1.900	2.074
Impostos diferidos	9	88.989	88.989
Partes relacionadas	10	87.562	81.478
Outras contas a receber	11	1.250	1.250
Imobilizado	12	79.284	76.509
Intangível		443	134
Total do ativo não circulante		259.428	250.434
Total do ativo		449.450	405.563

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	74.168	50.987
Empréstimos e financiamentos	14	27.718	46.185
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	32.305	10.999
Obrigações fiscais	15	27.028	5.310
Total do passivo circulante		161.219	113.481
Passivo não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	1.125	1.125
Empréstimos e financiamentos	14	73.407	83.422
Obrigações fiscais	15	8.310	11.758
Provisão para contingência	16	11.308	11.308
Partes relacionadas	10	69.358	74.805
Total do passivo não circulante		163.508	182.418
Patrimônio líquido	19		
Capital social		252.570	252.570
Reserva incentivos fiscais		121.132	87.560
Prejuízos acumulados		(248.979)	(230.466)
Total do patrimônio líquido		124.723	109.664
Total do passivo e patrimônio líquido		449.450	405.563

Demonstrações do resultado

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	519.113	446.680
Custo dos produtos vendidos	21	(409.033)	(380.658)
Resultado bruto		110.080	66.022
Despesas comerciais	21	(66.269)	(56.394)
Despesas gerais e administrativas	21	(35.845)	(30.032)
Outras receitas/despesas operacionais	21	34.071	29.037
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		42.037	8.633
Resultado financeiro	22	(26.978)	(8.487)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		15.059	146
Contribuição social diferido	9	–	–
Imposto de renda diferido	9	–	–
Lucro líquido do exercício		15.059	146

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Lucro líquido do exercício	15.059	146
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	15.059	146

Demonstrações do fluxo de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.059	146
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	7.105	6.971
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(4)
Alienação e baixa ativo imobilizado	7.025	2.875
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.151	12.627
	44.340	22.615
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos em:		
Contas a receber	(17.709)	(12.650)
Estoques	(17.122)	(13.365)
Impostos a recuperar	2.821	4.221
Despesas antecipadas	(65)	(49)
Adiantamento a fornecedores	(1.143)	1.043
Outros recebíveis	(848)	386
Depósitos judiciais	174	(51)
Aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores e outras contas a pagar	23.181	7.935
Obrigações trabalhistas e sociais	21.306	1.524
Obrigações fiscais	18.270	(823)
Pagamento de juros dos empréstimos	(21.382)	(15.462)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	51.823	(4.676)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(16.783)	(6.142)
Intangível	(431)	(33)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(17.214)	(6.175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento principal de empréstimos	(140.024)	(111.421)
Aquisição de empréstimos e financiamentos	117.773	122.098
Parte relacionadas	(11.531)	1.155
Caixa proveniente utilizado das atividades de financiamento	(33.782)	11.832
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	827	981
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	1.374	393
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	2.201	1.374
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	827	981

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	252.570	59.047	(202.099)	109.518
Lucro líquido do exercício	–	–	146	146
Transferência reserva de incentivos fiscais	–	28.513	(28.513)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	252.570	87.560	(230.466)	109.664
Lucro líquido do exercício	–	–	15.059	15.059
Transferência reserva de incentivos fiscais	–	33.572	(33.572)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	252.570	121.132	(248.979)	124.723

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída no dia 20 de outubro de 2008. A Companhia tem como objeto social: **a)** Fabricação, confecção, comercialização, marketing, importação e exportação de calçados de segurança, de equipamentos de proteção para segurança individual do trabalho, de acessórios de vestuário para segurança individual do trabalho, em couros e seus derivados e de outros materiais, de calçados em geral de uso comum de couros e de outros materiais; **b)** Beneficiamento, industrialização, comercialização, importação e exportação de couros e peles e de seus derivados; **c)** Prestação de serviços a outras companhias comerciais e industriais de setor correlatos ao objeto social; **d)** Fabricação de solas, palmilhas e outros produtos do reaproveitamento de couros e peles; **e)** Representação comercial de outras sociedades nacionais ou estrangeiras por conta própria ou de terceiros; **f)** Participação em outras sociedades como quotista ou acionista; e **g)** Arrendamento de seus bens móveis ou imóveis. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Data de aprovação das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 25 de abril de 2024. **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Apresentação das demonstrações e políticas contábeis materiais:** As seguintes políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **b) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para os ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 22). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem aos critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **c) Contas a receber de clientes:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: **(i)** o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos 12 meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis; **(ii)** instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e **(iii)** ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2023. As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto aos clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. **d) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	30 anos
Máquinas e equipamentos	13 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Instalações	11 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, acrescidos de gastos relativos a transportes, custos de produção e transformação, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisadas anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **g) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita. **h) Receita operacional: Venda de mercadorias:** A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor poderá ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido. **i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto do valor presente das provisões e variação cambial passiva. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **j) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **l) Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP):** A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de Ajuste a Valor Presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento. **m) Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023: • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou Não Circulante - Implementação 2024; • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores - Implementação 2024; • Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - Implementação 2024; e • Alterações IAS 21 CPC 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Implementação em 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Emissão IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability e IFRS S2 - Climate-related Disclosures. Em junho de 2023, o *International Sustainability Standard Board* ("ISSB") emitiu as normas IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability* - related Financial Information e IFRS S2 - Climate-related Disclosures, que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações especificas relacionadas ao clima. A CVM aprovou a resolução que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de demonstrações contábeis relacionadas à sustentabilidade, para companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras, a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes dessas normas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. **Contas a receber e outros recebíveis:** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixa futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo. **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa, e são assim apresentadas:

	2023	2022
Caixa	8	16
Bancos	2.174	1.345
Aplicações financeiras	19	13
Total	**2.201**	**1.374**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contrapartes bancos de primeira linha. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

6. Contas a receber:	2023	2022
Títulos a receber - mercado interno	87.074	69.975
Títulos a receber - mercado externo	2.186	1.576
Total	**89.260**	**71.551**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	(19)
Total	**89.241**	**71.532**

	2023	2022
Duplicatas a vencer	**85.940**	**69.288**
Duplicatas vencidas		
De 01 a 30 dias	2.378	998
De 31 a 60 dias	157	772
De 61 a 90 dias	138	111
Acima de 90 dias	647	382
Total	**89.260**	**71.551**

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): No entendimento da Administração, a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação das perdas estimadas está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**23**
Perda estimada do período	–
Reversão perda estimada	–
Baixa definitiva	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19**
Perda estimada do período	–
Reversão perda estimada	–
Baixa definitiva	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**19**

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente ao alto risco de não recebimento. Itens vencidos há mais de 90 dias sem baixa de perda se referem a negociações em andamento e/ou garantias recebidas. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Despesas/receitas operacionais - com vendas". **Garantias:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha R$ 59.247 (R$ 48.569 em 31 de dezembro de 2022) referente a títulos a receber de clientes em carteira de cobrança junto a instituições financeiras, com o objetivo de cobertura de crédito, exigido como garantia a captações de empréstimos efetuadas. A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

7. Estoques:	2023	2022
Matérias-primas e materiais de consumo	44.441	38.733
Produtos em elaboração	6.394	6.506
Produtos acabados	38.063	26.537
Total	**88.898**	**71.776**

A Administração possui processo constante de melhorias nas alocações dos gastos gerais de fabricação. Todos os dispêndios são compilados no sistema integrado de custeio. A Administração entende, em decorrência da análise sobre os itens de estoque, que não há necessidade de registro de perdas estimadas para obsolescência e para movimentação lenta de estoques.

8. Impostos a recuperar:	2023	2022
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.449	2.031
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	219	219
Crédito PIS/COFINS/IPI **(a)**	501	3.954
IRPJ a recuperar	106	81
CSSL a recuperar	88	68
Outros	255	86
Total	**3.618**	**6.439**

(a) A Companhia registrou os créditos de Pis e Cofins referentes a inexigibilidade do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins, do período de março de 2017 a janeiro de 2020, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal. **9. Conciliação do imposto de renda e contribuição social: Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício antes dos impostos	**15.059**	**146**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**5.120**	**50**
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	330	261
Diferenças permanentes	(6.504)	(8.842)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa	**1.054**	**8.531**
Imposto corrente	–	–
Imposto diferido	–	–
Alíquota efetiva de impostos	**0%**	**0%**

De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem. Os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa da contribuição social tem sua compensação limitada à base de 30% dos lucros tributáveis, sem prazo de prescrição. **a) Créditos tributários:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2023	2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	286.018	283.387

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2033, como demonstrado a seguir:

	2023
2024	5.545
2025	14.941
2026	20.288
2027	25.554
2028	31.518
2029	36.722
2030	42.287
2031	48.708
2032	55.151
2033	5.304
Total	**286.018**

10. Partes relacionadas: Controladora e parte controladora final: A controladora final da Companhia é a BSB Participações S.A. **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** A seguir, demonstramos os valores correspondentes a remuneração e benefícios concedidos aos administradores:

	2023	2022
Salários e ordenados	1.806	1.486
Assistência médica	77	59
Total	**1.883**	**1.545**

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **Benefícios a empregados:** A Companhia fornece aos seus colaboradores benefíc

→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A.

18. Obrigações trabalhistas e encargos sociais:	2023	2022
Salários a pagar	4.347	1.851
INSS	18.050	3.747
FGTS	630	550
Férias	8.928	4.549
Outros	350	302
Total	**32.305**	**10.999**

19. Patrimônio líquido: O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 252.570 (em 31 de dezembro de 2022, mesmo valor) representados por 252.570.238 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022, mesma quantidade) sem valor nominal, ao valor unitário de emissão de R$ 1.

Acionistas	Percentual de participação - %
BSB Participações S.A.	100,00

Reserva de incentivos fiscais: A Companhia reclassificou o saldo de incentivos fiscais referentes aos Estados do Pará e Mato Grosso do Sul, no montante de R$ 33.572 (em 31 de dezembro de 2022, R$ 28.513), conforme determinação do artigo 198 da IN1700/17. **Lucros ou prejuízos acumulados:** O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, obedecidos os limites estabelecidos na Lei nº 6.404/76; e • 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável.

20. Receita operacional líquida:	2023	2022
Receita bruta fiscal	673.428	556.586
Impostos sobre vendas	(147.926)	(103.011)
Abatimentos e devoluções	(6.389)	(6.895)
Total	**519.113**	**446.680**

21. Gastos por natureza: a) Custo dos produtos vendidos:	2023	2022
Matéria-prima e outros insumos	(284.895)	(280.051)
Despesas com pessoal	(93.689)	(72.956)
Depreciação e amortização	(5.790)	(5.760)
Despesas com utilidades e serviços	(4.062)	(3.793)
Conservação e manutenção	(11.668)	(9.686)
Outros	(8.929)	(8.412)
Total	**(409.033)**	**(380.658)**

b) Despesas comerciais:	2023	2022
Fretes	(28.163)	(26.583)
Comissões de vendas	(7.831)	(16.567)
Despesa com pessoal	(22.076)	(7.026)
Despesas portuárias e de inspeção	(153)	(232)
Marketing e propaganda	(6.508)	(4.855)
Outros	(1.538)	(1.131)
Total	**(66.269)**	**(56.394)**

c) Despesas gerais e administrativas:	2023	2022
Despesas de pessoal	(9.783)	(9.521)
Despesas de aluguel	(1.899)	(1.585)
Despesas legais e tributárias	(1.053)	(431)
Depreciação e amortização	(1.315)	(1.211)
Seguros	(269)	(176)
Serviços de terceiros	(14.767)	(11.408)
Viagens e estadas	(2.334)	(2.089)
Outros	(4.425)	(3.611)
Total	**(35.845)**	**(30.032)**

d) Outras receitas e despesas operacionais:	2023	2022
Receita com venda de imobilizado	85	316
Custo residual com venda de imobilizado	(210)	(177)
Incentivos fiscais	33.572	28.513
Outros	624	385
Total	**34.071**	**29.037**

22. Resultado financeiro líquido:	2023	2022
Receita financeira		
Rendimentos de aplicação financeira	–	1
Variação cambial ativa	12.621	26.105
Juros ativos	474	809
Total	**13.095**	**26.915**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(15.151)	(12.627)
Despesas e comissões bancárias	(1.355)	(1.182)
Variação cambial passiva	(8.739)	(18.128)
Variação monetária passiva	(1.328)	(2.733)
Outros	(13.500)	(732)
Total	**(40.073)**	**(35.402)**
Resultado financeiro líquido	**(26.978)**	**(8.487)**

23. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. A política de contratação de seguros da Companhia leva em consideração a estrutura física dos locais de risco, histórico de sinistralidade e medidas protecionais. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é composta conforme segue:

Descrição	Tipo de seguro	2023
Seguro auto	Seguro de frota	100% Fipe
Riscos nomeados	Riscos patrimoniais	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade administradores	10.000

A Diretoria

Contador: Gustavo Bortolan Martins - CRC 1SP 220.651/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BSB Produtora de Equipamentos de Proteção Individual S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia mantém saldos a receber e a pagar, bem como, realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas em condições usuais com participantes do mercado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de abril de 2024

GrantThornton
Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP

Marcelo Castro Valentini
Contador - CRC 1SP-239.472/O-2

G&P Projetos e Sistemas S.A.

C.N.P.J. 59.057.992/0001-36

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

Balanço Patrimonial – Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante	**109.704.908,77**	**97.737.907,66**	**114.695.309,56**	**103.680.574,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.370.095,67**	**162.428,17**	**10.240.828,97**	**5.000.972,11**
Caixa e Bancos	6.370.095,67	162.428,17	6.370.580,83	1.164.224,45
Aplicações de líquidez imediata	–	–	3.870.248,14	3.836.747,66
Clientes				
Duplic. a receber e Serviços Exec. a Faturar	**62.482.310,68**	**67.558.964,26**	**62.482.310,68**	**67.558.964,26**
Outros Créditos	**40.852.502,42**	**30.016.515,23**	**41.972.169,91**	**31.120.637,93**
Bancos Conta Vinculada	7.133.095,08	3.593.416,45	7.133.095,08	3.593.416,45
Outras contas a receber	6.209.219,26	6.209.219,26	6.213.219,26	6.213.219,26
Aplicações Financeiras	–	–	500.000,00	500.000,00
Adiantamentos diversos	10.145.316,68	9.316.070,90	10.145.316,68	9.316.070,90
Créditos de funcionários	409.936,11	616.279,96	409.936,11	616.279,96
Impostos a recuperar	15.186.466,32	7.760.332,83	15.802.133,81	8.360.455,53
Antecipação de dividendos	–	–	–	–
Despesas Pagas Antecipadamente	1.408.468,97	2.161.195,83	1.408.468,97	2.161.195,83
Títulos e Valores Mobiliários	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00
Não Circulante	**77.551.383,65**	**87.573.764,90**	**66.310.826,18**	**76.199.152,25**
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	**75.820.868,59**	**87.285.612,50**	**64.580.311,12**	**75.910.999,85**
Outros Créditos	27.145.332,27	27.145.332,27	27.145.332,27	27.145.332,27
Fianças e Cauções	212.427,23	212.427,23	212.427,23	212.427,23
Depósitos Judiciais	11.439.177,40	10.825.475,58	11.468.480,64	10.854.778,82
Impostos a recuperar	25.754.070,98	37.698.461,53	25.754.070,98	37.698.461,53
Partes Relacionadas	11.269.860,71	11.403.915,89	–	–
Permanente	**1.730.515,06**	**288.152,40**	**1.730.515,06**	**288.152,40**
Imobilizado	**1.730.515,06**	**288.152,40**	**1.730.515,06**	**288.152,40**
Total do Ativo	**187.256.292,42**	**185.311.672,56**	**181.006.135,74**	**179.879.726,55**

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante	**69.971.414,25**	**83.340.893,09**	**70.068.357,49**	**83.380.971,38**
Empréstimos e financiamentos	12.907.944,70	9.610.451,54	12.907.944,70	9.610.451,54
Fornecedores	3.951.636,66	14.918.669,35	3.951.720,98	14.918.874,86
Obrigações fiscais	32.254.453,29	32.737.383,57	32.280.381,87	32.738.036,58
Obrigações trabalhistas	7.212.693,94	14.694.091,34	7.252.368,79	14.701.304,94
Encargos sociais a recolher	1.899.610,90	1.083.130,68	1.913.070,70	1.087.308,39
Outras obrigações	1.584.776,07	1.014.524,42	1.586.776,07	1.015.199,42
Dividendos a Pagar	–	–	–	–
Provisões	10.160.298,69	9.282.642,19	10.176.094,38	9.309.795,65
Exigível a Longo Prazo	**97.787.821,91**	**88.577.037,84**	**97.905.281,91**	**88.694.497,86**
Empréstimos e financiamentos	34.187.085,21	24.267.732,44	34.187.085,21	24.267.732,44
Obrigações fiscais	62.926.772,60	63.457.777,22	62.926.772,60	63.457.777,22
Mútuos entre empresas	89.538,99	89.538,99	206.998,99	206.999,01
Mútuos com acionistas	282.621,91	460.185,99	282.621,91	460.185,99
Obrigações trabalhistas	–	–	–	–
Outras Contas a Pagar	301.803,20	301.803,20	301.803,20	301.803,20
Patrimônio Líquido	**19.497.056,26**	**13.393.741,63**	**13.032.496,34**	**7.804.257,31**
Capital social	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00
Adiant. P/Futuro Aumento de Capital	154.964,60	–	154.964,60	–
Ações em Tesouraria	(243.953,00)	(243.953,00)	(243.953,00)	(243.953,00)
Reservas de capital	1.726,33	1.726,33	1.726,33	1.726,33
Reservas de lucros	243.953,20	243.953,20	243.953,20	243.953,20
Resultados acumulados	(10.659.634,87)	(16.607.984,90)	(17.059.549,19)	(22.141.574,37)
Participação de Não Controladores	–	–	(64.645,60)	(55.894,85)
Total do Passivo	**187.256.292,42**	**185.311.672,56**	**181.006.135,74**	**179.879.726,55**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	AFAC	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31/12/2022	**30.000.000,00**	**–**	**(243.953,00)**	**1.726,33**	**154.964,84**	**88.988,36**	**(16.607.984,90)**	**13.393.741,63**
Lucro Líquido do Exercício	–		–	–	–	–	2.064.037,18	**2.064.037,18**
Ajuste de Exercício Anteriores	–		–	–	–	–	3.884.312,85	**3.884.312,85**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	154.964,60	–	–	–	–	–	**154.964,60**
Saldo em 31/12/2023	**30.000.000,00**	**154.964,60**	**(243.953,00)**	**1.726,33**	**154.964,84**	**88.988,36**	**(10.659.634,87)**	**19.497.056,26**

Demonstração de Resultados	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita Operacional Bruta	**209.534.622,65**	**253.493.596,10**	**209.534.622,65**	**253.493.596,10**
Serviços prestados	209.534.622,65	253.493.596,10	209.534.622,65	253.493.596,10
Deduções da Receita Bruta	**22.561.829,19**	**29.413.552,43**	**22.561.829,19**	**29.413.552,43**
Impostos incidentes sobre vendas	22.468.953,49	27.788.366,46	22.468.953,49	27.788.366,46
Cancelamentos e Devoluções	–	1.429.030,29	–	1.429.030,29
Descontos Incondicionais	92.875,70	196.155,68	92.875,70	196.155,68
Receita Operacional Líquida	**186.972.793,46**	**224.080.043,67**	**186.972.793,46**	**224.080.043,67**
(–) Custo dos Serviços Prestados	**150.256.906,17**	**185.130.703,74**	**150.256.906,17**	**185.130.703,74**
Lucro Bruto	**36.715.887,29**	**38.949.339,93**	**36.715.887,29**	**38.949.339,93**
Despesas Operacionais	**35.446.295,94**	**43.096.234,05**	**36.322.109,44**	**43.362.092,67**
Comerciais	2.903.352,49	4.859.908,38	2.903.352,49	4.859.908,38
Administrativas	17.244.928,59	25.177.875,22	18.180.134,04	25.432.965,45
Resultado Financeiro líquido	15.298.014,86	13.058.450,45	15.238.622,91	13.069.218,84
Outras Receitas Operacionais	**794.445,83**	**6.000,00**	**794.445,83**	**6.000,00**
Lucro/Prejuízo Operacional	**2.064.037,18**	**(4.140.894,12)**	**1.188.223,68**	**(4.406.752,74)**
Resultado do Exercício antes dos Impostos	**2.064.037,18**	**(4.140.894,12)**	**1.188.223,68**	**(4.406.752,74)**
Provisão para Imposto de Renda	**–**	**2.286.985,97**	**–**	**2.286.985,97**
Provisão Para Contribuição Social	**–**	**831.954,95**	**–**	**831.954,95**
Resultado do Exercício de não Controladores	**–**	**–**	**(8.758,14)**	**(2.658,59)**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**2.064.037,18**	**(7.259.835,04)**	**1.196.981,82**	**(7.523.035,07)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Antes do IRPJ e da CSLL	2.064.037,18	(4.140.894,12)	1.188.223,68	(4.406.752,74)
Ajustes				
Depreciações e Amortizações	67.451,68	148.262,69	67.451,68	148.262,69
Resultado de Equivalência Patrimonial	–	–	–	–
Ajustes de exercício anteriores	3.884.312,85	(99.503,00)	3.885.050,75	(99.503,00)
	6.015.801,71	**(4.092.134,43)**	**5.140.726,11**	**(4.357.993,05)**
Variações nos Ativos e Passivos				
Contas a Receber	5.076.653,58	(29.440.131,09)	5.076.653,58	(29.440.131,09)
Aplicações Financeiras	–	–	–	(500.000,00)
Adiantamentos a Fornecedores e Funcionários	(622.901,93)	(619.028,54)	(622.901,93)	(619.028,54)
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.518.257,06	6.084.095,93	4.502.712,27	6.084.054,91
Despesas Antecipadas	752.726,86	(685.632,51)	752.726,86	(685.299,16)
Bancos Conta Vinculada	(3.539.678,63)	(2.494.074,15)	(3.539.678,63)	(2.494.074,15)
Outros Créditos	–	(3.301.035,19)	–	(3.305.035,19)
Fianças e Cauções	–	(919,83)	–	(919,83)
Depósitos Judiciais	(613.701,82)	(1.493.254,42)	(613.701,82)	(1.493.254,42)
Partes Relacionadas - Ativo	134.055,18	(1.197.568,78)	–	4.411.685,28
Fornecedores	(10.967.032,69)	12.345.217,18	(10.967.153,88)	12.342.214,50
Obrigações Tributárias	(1.013.934,90)	8.282.849,89	(988.659,33)	8.278.973,56
Salários e Encargos Sociais	(6.664.917,18)	10.174.956,07	(6.623.173,84)	10.176.581,33
Outras Obrigações	570.251,65	86.441,55	571.576,65	86.441,55
Provisão de Férias e 13º Salário	877.656,50	967.121,93	866.298,73	967.121,93
Partes Relacionadas - Passivo	(177.564,08)	(9.548,02)	(177.564,10)	(9.548,02)
Obrigações Trabalhistas - LP	–	(65.689,91)	–	(65.689,91)
IRPJ e CSLL	–	(3.118.940,92)	–	(3.118.940,92)
Caixa Gerado nas Operações	**(5.654.328,69)**	**(8.577.275,24)**	**(6.622.139,33)**	**(3.742.841,22)**
Encargos Financeiros Pagos	–	–	–	–
Juros Recebidos	–	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	**(5.654.328,69)**	**(8.577.275,24)**	**(6.622.139,33)**	**(3.742.841,22)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de Imobilizado	(1.509.814,34)	(160.276,19)	(1.509.814,34)	(160.276,19)
Baixa de Investimentos	–	–	–	4.000,00
Baixa de Imobilizado	–	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.509.814,34)**	**(160.276,19)**	**(1.509.814,34)**	**(156.276,19)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Obtenção de Novos Empréstimos Bancários	62.732.710,28	42.623.830,45	62.732.710,28	30.131.991,04
Pagamentos de Empréstimos Bancários	(49.515.864,35)	(26.242.318,60)	(49.515.864,35)	(26.242.318,60)
Utilização do Crédito do Prejuízo Fiscal	–	(990.422,56)	–	(990.422,56)
Utilização do Crédito de Base de Cálculo Negativa da CSLL	–	(356.552,12)	–	(356.552,12)
Ativo Fiscal Diferido de IRPJ	–	4.368.835,72	–	4.368.835,72
Ativo Fiscal Diferido de CSLL	–	1.572.780,86	–	1.572.780,86
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	154.964,60	–	154.964,60	–
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	**13.371.810,53**	**8.484.314,34**	**13.371.810,53**	**8.484.314,34**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.207.667,50**	**(253.237,09)**	**5.239.856,86**	**4.585.196,95**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**162.428,17**	**415.665,26**	**5.000.972,11**	**415.775,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**6.370.095,67**	**162.428,17**	**10.240.828,97**	**5.000.972,11**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A G&P Projetos e Sistemas S.A. é uma sociedade anônima fechada com atuação no setor de tecnologia da informação desde novembro de 1992. A empresa concentra-se nos segmentos de desenvolvimento de sistemas, análise e programação de computadores, fábricas de sistemas e programas, suporte técnico, manutenção e instalação de software e bancos de dados, além do licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas. A partir de 2021, a empresa expandiu suas atividades para o segmento de BPO, conquistando contas de grandes instituições no setor privado. Em 2022, a G&P Projetos e Sistemas S.A. ampliou seu portfólio de clientes e serviços, estabelecendo parcerias relevantes com empresas globais de TI e recuperando sua participação no mercado privado por meio de uma abordagem comercial agressiva. No ano de 2023, a empresa se consolidou entre os principais players integradores para o Setor Público, classificado pelo ISG e foi Vencedora do Microsoft Partner of the Year 2023 na categoria Industry Awards - Government, para a região da América Latina e Caribe. Como estratégia para 2024, a empresa pretende ampliar seu foco para atender às demandas mais prevalentes, consolidar ainda mais sua posição no setor público e diversificar seu portfólio, incluindo serviços de Inteligência Artificial, Cyber Security, Consultoria em TI, Automação e Produtos Internos. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3. Principais Práticas Contábeis:** a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, as quais estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Imobilizado: Avaliados pelo custo, deduzidas as depreciações ou amortizações acumuladas. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear até seus valores residuais estimados às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Os bens adquiridos através de contratos de leasing foram contabilizados de acordo com as normas do CPC 06 (R2). c) Receitas: Reconhecidas em regime de competência no período em que os serviços são prestados. d) Créditos e obrigações. Os direitos e as obrigações sujeitos a reajustes foram atualizados até as datas dos balanços. e) Regime de tributação. A Companhia utiliza o regime de tributação do lucro real.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa	1.325,32	2.907,35	1.325,32	2.907,35
Depósitos Bancários a Vista	6.368.770,35	159.520,82	6.368.775,33	1.161.317,10
Cadernetas de Poupança	–	–	480,18	250,85
Aplicações de Liquidez Imediata	–	–	3.870.248,14	3.836.747,66
Total	**6.370.095,67**	**162.428,17**	**10.240.828,97**	**5.000.972,11**

5. Duplicatas a Receber e Receita a Faturar	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Duplicatas a Receber	15.538.729,53	20.221.112,46	15.538.729,53	20.221.112,46
Receita a Faturar (*)	46.943.581,15	47.337.851,80	46.943.581,15	47.337.851,80
Total	**62.482.310,68**	**67.558.964,26**	**62.482.310,68**	**67.558.964,26**

(*) Referem-se aos serviços prestados que ainda não tiveram a emissão das notas fiscais correspondentes.

6. Outras Contas a Receber	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Outras Contas a Receber	6.209.219,26	6.209.219,26	6.213.219,26	6.213.219,26

O valor se refere a 92 notas promissórias referentes à venda da participação da Companhia na empresa GPTrans Soluções em Trânsito e Transporte Ltda., para Carlos Alberto Zafred Marcelino e R$ 4.000,00 referentes a alienação das quotas da G&P Comércio de Software, Hardware, Equip.Técnicos e Serviços Ltda., atual Plus Promotora de Serviços e Informações Cadastrais Ltda.

7. Adiantamentos Diversos	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Adiantamentos Diversos	10.145.316,68	9.316.070,90	10.145.316,68	9.316.070,90

8. Impostos a Recuperar	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
IRRF	4.778.510,72	2.616.413,51	4.794.102,11	2.616.460,11
CSLL Retida na Fonte	1.844.050,44	1.152.786,25	1.844.050,44	1.152.786,25
INSS Retido na Fonte	190.794,28	119.414,15	190.794,28	119.414,15
ISS a Recuperar	12.516,00	12.516,00	12.516,00	12.516,00
PIS a Compensar	8.411,90	–	8.411,90	–
Cofins a Compensar	31.122,38	–	32.122,38	–
Saldo Negativo de IRPJ	4.842.569,14	1.799.732,42	4.859.461,73	1.816.625,01
Saldo Negativo de CSLL	2.912.290,72	1.836.993,45	2.922.425,90	1.847.128,63
Tributos Fed. Pagos a Maior	566.200,74	222.477,05	572.464,14	222.477,05
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ	–	–	416.753,62	416.753,62
Ativo Fiscal Diferido - CSLL	–	–	150.031,31	150.031,31
Total	**15.186.466,32**	**7.760.332,83**	**15.802.133,81**	**8.360.455,53**

9. Despesas Pagas Antecipadamente	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Assinaturas de Livros/Jornais/Revistas	555,74	5.580,00	555,74	5.580,00
Benefícios a Distribuir	601.307,87	1.733.072,78	601.307,87	1.733.072,78
Prêmios de Seguros a Apropriar	500.796,25	299.807,37	500.796,25	299.807,37
Serviços de Informática	16.294,84	69.076,92	16.294,84	69.076,92
Licença de Uso de Software	252.533,18	53.658,76	252.533,18	53.658,76
Serviços Prestados PJ	36.981,09	–	36.981,09	–
Total	**1.408.468,97**	**2.161.195,83**	**1.408.468,97**	**2.161.195,83**

10. Depósitos Judiciais	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Depósitos Judiciais	11.439.177,40	10.825.475,58	11.468.480,64	10.854.778,82

Referem-se aos depósitos efetuados em garantia da execução de demandas trabalhistas.

11. Impostos a Recuperar - LP	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributos Federais Pagos a Maior	25.754.070,98	25.754.070,98	25.754.070,98	25.754.070,98
Ativo Fiscal Diferido-IRPJ-Prej. Fiscal	–	8.782.640,11	–	8.782.640,11
Ativo Fiscal Diferido-CSLL-B.Calc. Neg.	–	3.161.750,44	–	3.161.750,44
Total	**25.754.070,98**	**37.698.461,53**	**25.754.070,98**	**37.698.461,53**

A companhia contabilizou os valores referentes a quatro mandados de segurança que discutem a exclusão de impostos e contribuições sociais de suas bases de cálculos e um mandado de segurança que discute a base de cálculo das contribuições para terceiros de INSS que totalizam o valor de R$ 25.754.070,98. A companhia utilizou os créditos de Ativos Fiscais Diferidos de Prejuízo Fiscal e da Base de Cálculo Negativa da CSLL no processo de Transação Tributária negociada com a PGFN em 07/12/2023. **12. Outras Créditos - Longo Prazo**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Outros Créditos	27.145.332,27	27.145.332,27	27.145.332,27	27.145.332,27

R$ 23.000.000,00 refere a valor a ser recebido pela venda da participação societária na Manacá Participações - Eireli e R$ 825.497,08 a um mútuo com a Pottencial Assessoria e Consultoria Ltda. e R$ 3.319.835,19 referente a processo contra a Atma Participações S.A. e Liq. Corp. S.A.

13. Partes Relacionadas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Crédito de Empresas Ligadas	11.269.860,71	11.403.915,89	–	–

14. Imobilizado	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Terrenos	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Móveis e Utensílios	910.527,17	876.975,95	910.527,17	876.975,95
Máq., Equiptos. e Ferramentas	820.210,55	771.050,69	820.210,55	771.050,69
Computadores e Periféricos	3.584.213,15	3.575.478,29	3.584.213,15	3.575.478,29
Benfeitorias em Prop. de 3ºs.	–	285.501,26	–	285.501,26
Direito de Uso de Computadores	1.703.869,66	–	1.703.869,66

Monte Bravo Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 50.489.148/0001-00

Demonstrações Financeiras - Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 e período de 28 de Abril a 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Monte Bravo Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 38 mil. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital**: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Corretora mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2023, os limites operacionais da Corretora apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A Diretoria

Balanço Patrimonial	NE	31/12/23
Ativo/Circulante		**110**
Disponibilidades		**108**
Outros ativos		**2**
Outros créditos - diversos		2
Não circulante		**1.464**
Instrumentos financeiros		**1.464**
Títulos e valores mobiliários	4	1.464
Total do ativo		**1.574**

Balanço Patrimonial	NE	31/12/23
Passivo/Circulante		**118**
Outros passivos	5	**118**
Fiscais e previdenciárias		2
Diversas		116
Patrimônio líquido		**1.456**
Capital:		1.500
De domiciliados no país	6.1	1.500
Ajustes de avaliação patrimonial		(6)
(Prejuízos acumulados)		(38)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.574**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre de 01/07/23 a 31/12/23	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/07/23	**1.500**	**(1)**	**10**	**1.509**
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	–	(5)	–	(5)
Prejuízo do semestre	–	–	(48)	(48)
Saldos no fim do semestre em 31/12/23	**1.500**	**(6)**	**(38)**	**1.456**
Mutações do semestre:	–	(5)	(48)	(53)

Período de 28/04/23 a 31/12/23	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos no início período em 28/04/23	**–**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital	1.500	–	–	1.500
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	–	(6)	–	(6)
Prejuízo líquido do período	–	–	(38)	(38)
Saldos no fim do período em 31/12/23	**1.500**	**(6)**	**(38)**	**1.456**
Mutações do período:	**1.500**	**(6)**	**(38)**	**1.456**

Demonstração dos Resultados	NE	Segundo semestre de 2023	Período de 28/04 a 31/12/2023
Receitas de intermediação financeira		**59**	**92**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		59	92
Resultado bruto da intermediação financeira		**59**	**92**
Outras receitas/despesas operacionais		**(111)**	**(130)**
Outras despesas administrativas	7	(108)	(125)
Despesas tributárias		(3)	(5)
Resultado operacional		**(52)**	**(38)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(52)**	**(38)**
IR e CS		**4**	**–**
Provisão para IR		2	–
Provisão para CS		2	–
Prejuízo do semestre/período		**(48)**	**(38)**
Nº de ações:		**1.500.000**	**1.500.000**
Prejuízo por ação - R$		**-0,03**	**-0,03**

Demonstração dos Resultados Abrangentes	Segundo semestre de 2023	Período de 28/04 a 31/12/2023
Resultado líquido do semestre/período	**(48)**	**(38)**
Resultado abrangente	**(5)**	**(6)**
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(5)	(6)
Resultado abrangente total	**(53)**	**(44)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Segundo semestre de 2023	Período de 28/04 a 31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre e período	(48)	(38)
Provisão de impostos no resultado	(4)	–
	(52)	**(38)**
Variação de ativos e obrigações	**160**	**(1.354)**
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	68	(1.464)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(5)	(6)
Aumento (Redução) em outros passivos	99	118
IR e CS pagos	(2)	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**108**	**(1.392)**
Recebimento pela integralização de capital	–	1.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**–**	**1.500**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**108**	**108**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/período	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/período	108	108

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Monte Bravo Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora), inscrita no CNPJ/ME nº 50.489.148/0001-00, iniciou suas operações em 28 de abril de 2023. Tem como objetivo principal a intermediação de títulos e valores mobiliários, atuando no mercado de capitais com o foco voltado exclusivamente ao atendimento de seus clientes, utilizando-se de todos os seus recursos administrativos e tecnológicos para garantir com excelência o desempenho das operações e toda gestão de risco. Os objetivos estratégicos da Corretora consideram: (i) manter o crescimento do número de clientes e das linhas de serviços atualmente oferecidas; (ii) intensificar sua participação na evolução do mercado financeiro brasileiro, por meio da tecnologia; (iii) consolidar-se como uma nova corretora baseada em tecnologia intensiva e (iv) auxiliar na democratização e no desenvolvimento do acesso dos cidadãos ao mercado financeiro e de capitais do País. Adicionalmente, a Corretora tem como parceiro de negócio a XP Investimentos S.A. Em 4 de outubro de 2023, o BACEN autorizou o funcionamento da Corretora através do Ofício 25.766/2023-BCB/Deorf/GTRJA. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 alterada pela BCB 367/24. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Corretora conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 22 de março de 2024. **3. Resumo das principais práticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **(b) Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para contingências e marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras. **(d) Instrumentos financeiros:** • Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. **(e) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O encargo do imposto de renda é calculado sob o regime de lucro real, à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de: (d) 16% a partir de 01/08/2022 (MPV 1.115/22). **(f) Receitas e despesas:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pró-rata dia" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. **(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. • A Corretora não possui processos e/ou contingências a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Diretoria — **Reinaldo Dantas -** Contador CRC-1SP110330/O-6

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal.

TRABALHO E RENDA

Estado de SP tem mais de 15 mil oportunidades de emprego abertas

O governo do estado de São Paulo anunciou que há atualmente 15.643 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador – os PATs, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com informações divulgadas pelo governo do estado, são 6.165 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 9.149 postos disponíveis e no litoral, 329.

Além da região metropolitana de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 4.039 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 2.423.

Elas são seguidas pelas regiões do Vale do Paraíba, que tem 526 vagas abertas; pela de Araçatuba, com 467; e Araraquara, com 433 postos disponíveis.

Ao todo, são 500 profissões com vagas de emprego no estado, de acordo com os dados divulgados pelo governo do estado.

As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Agente de Vendas de Serviços e Alimentador de Linha de Produção, além de Atendente de Lanchonete e Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo. Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os Postos de Atendimento ao Trabalhador também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, os interessados nas vagas de emprego podem acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

MEZ 2 Energia S.A.

CNPJ 36.243.890/0001-00

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**6.643**	29.461
Caixa e equivalentes de caixa	4	**167**	23.105
Tributos e contribuições a compensar		**102**	50
Partes relacionadas	10	**278**	111
Ativo de Contrato	5	**6.096**	6.195
Não circulante		**70.677**	38.016
Ativo de Contrato	5	**70.677**	38.016
Total do ativo		**77.320**	67.477

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante		**7.982**	41.565
Fornecedores	6	**1.078**	1.052
Empréstimos e financiamentos	7	**5.915**	20.514
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	**736**	251
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10	**–**	19.701
Outros passivos circulantes		**30**	47
PIS e COFINS diferidos	8	**223**	–
Não circulante		**27.252**	2.926
Empréstimos e financiamentos	7	**22.395**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**2.278**	1.312
PIS e COFINS diferidos	8	**2.579**	1.614
Patrimônio líquido		**43.992**	22.986
Capital social	9	**22.401**	2.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	**14.750**	–
Reserva de lucros		**6.841**	20.286
Total do passivo e patrimônio líquido		**77.320**	67.477

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Legal	Reserva de Lucros	Lucros/ prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**2.700**	**–**	**414**	**7.877**	**–**	**10.990**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	11.995	11.995
Reserva lucros a realizar	9	–	–	–	11.395	(11.395)	–
Saldos em 31/12/2022		**2.700**	**–**	**1.014**	**19.272**	**–**	**22.986**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	(13.446)	(13.446)
Aumento de capital	9	19.701	–	–	–	–	19.701
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	14.750	–	–	–	14.750
Reserva lucros a realizar	9	–	–	–	(12.774)	12.774	–
Reserva legal	9	–	–	(672)	–	672	–
Saldos em 31/12/2023		**22.401**	**14.750**	**342**	**6.499**	**–**	**43.992**

Demonstração do resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	**31.073**	24.855
Custo de implementação de infraestrutura	13	**(43.532)**	(11.687)
Resultado bruto		**(12.459)**	13.168
Administrativas e gerais		**(29)**	(46)
Outras receitas operacionais		**299**	–
		270	(46)
Resultado antes do resultado financeiro		**(12.189)**	13.122
Receita financeira		**–**	(18)
Despesa financeira		**–**	(10)
		–	(28)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(12.189)**	13.094
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	**(291)**	(333)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**(966)**	(766)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(13.446)**	11.995

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(13.446)**	11.995
Total do resultado abrangente do exercício	**(13.446)**	11.995

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(13.446)	11.995
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.776	3.048
Custos de captação	394	–
PIS e COFINS diferidos	1.189	942
IRPJ e CSLL diferidos	966	766
	(7.121)	**16.751**
Aumento nos ativos		
Ativo contratual da concessão	(32.562)	(25.797)
Impostos a recuperar	(52)	(50)
Partes relacionadas	(167)	(111)
Outros ativos	–	2.191
	(32.781)	**(23.767)**
Aumento nos passivos		
Fornecedores	26	708
Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas	485	207
Adiantamento para futuro aumento de capital - PC	(19.701)	19.701
Outras obrigações	(17)	19
	(19.207)	**20.635**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(59.109)**	**13.619**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	19.701	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.750	–
Captação de Empréstimos	20.000	–
Amortização do principal e juros	(18.280)	(3.062)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**36.171**	**(3.062)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(22.938)**	**10.557**
Caixa e equivalentes no início do exercício	23.105	12.548
Caixa e equivalentes no fim do exercício	167	23.105

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A MEZ 2 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda., é uma sociedade Limitada, constituída em 04 de fevereiro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1753 - 13° Andar - Indianópolis - São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 02/2020 - ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE Olindina (Novos Pátios 230 kV e 69kV) e Seccionamento das LTs 230 kV Cícero Dantas - Catu C1/C2 na SE Olindina. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Companhia tem previsão de entrada em operação em maio de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$5.380 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **Capital Circulante Líquido - CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo de R$ 1.339 (em 31 de dezembro de 2022, R$12.104) os principais fatores deste cenário se deram em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, os adiantamentos de futuro aumento de capital que serão integralizados nos exercícios seguintes e os fornecedores em aberto. Nesse contexto, a visão da Companhia é de que seguindo o cronograma de projetos de energia além do iminente início da operação comercial das transmissoras, serão avaliadas as possibilidades a seguir: (i) emissão de novas dívidas de longo prazo e quitação dos empréstimos ponte de curto prazo, (ii) realização da gestão de caixa, realizando a equalização de capital dentro das Companhias do grupo para fins de cumprimento das obrigações com os devedores e (iii) aportes dos acionistas se necessário. A Administração considera que com o sucesso da implementação destas ações e início da operação e geração de receita, possui capacidade de continuar operando. Este é o ciclo padrão de mercado para uma empresa do ramo de transmissão de Energia e já está contemplado no modelo da companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. **1.2. Encargos Regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de abril de 2024. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,31%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionados à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da

CEO Mauricio Zarzur — **Diretor** Thiago Pereira Gontad

Contador Pablo Fernandes da Silva - CRC: 1SP 292416/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **MEZ 2 Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 2 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo

TUTTO INVESTIMENTOS S/A

CNPJ: 43.487.877/0001-61 - NIRE: 35.300.589.858

BALANÇO PATRIMONIAL - Em R$

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**9.990,74**	**7.597,87**
Aplicações financeiras	9.956,67	7.596,16
Impostos a recuperar	34,07	1,71
Não circulante	**297.711.022,27**	**257.609.736,63**
Investimentos	297.706.806,52	257.609.736,63
Imobilizado	4.215,75	–
Total do ativo	**297.721.013,01**	**257.617.334,50**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**25.000,00**	**–**
Fornecedores	25.000,00	–
Não circulante	**25.000,00**	**–**
Partes relacionadas	25.000,00	–
Patrimônio líquido	**297.671.013,01**	**257.617.334,50**
Capital social	198.759.000,00	198.669.000,00
Reserva de capital	2.611.394,91	2.611.394,91
Reserva legal	4.802.530,91	2.816.846,98
Reserva de lucros	91.248.087,19	53.520.092,61
AFAC - Adiantamento p/futuro Aumento de capital	250.000,00	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**297.721.013,01**	**257.617.334,50**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em R$

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas/Receitas operacionais		
Despesas administrativas	(382.498,67)	(18.482,13)
Despesas/receitas financeiras	(892,71)	(3.901,72)
Total das despesas/receitas operacionais	**(383.391,38)**	**(22.383,85)**
Resultado operacional	**(383.391,38)**	**(22.383,85)**
Resultado da equivalência patrimonial	40.097.069,89	46.692.170,54
Resultado antes dos Impostos	**39.713.678,51**	**46.669.786,69**
Impostos s/resultado	–	–
Resultado líquido do período	**39.713.678,51**	**46.669.786,69**
Quantidade ações	198.759.000	198.669.000
Resultado por ação - R$	**0,20**	**0,23**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em R$

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**198.638.000,00**	**2.611.394,91**	**–**	**9.667.152,90**	**3.000,00**	**210.919.547,81**
Aumento de capital	31.000,00	–	–	–	(31.000,00)	–
AFAC - Adiantamento p/futuro aumento de capital	–	–	–	–	28.000,00	28.000,00
Constituição de reserva legal	–	–	2.816.846,98	(2.816.846,98)	–	–
Resultado do período	–	–	–	46.669.786,69	–	46.669.786,69
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**198.669.000,00**	**2.611.394,91**	**2.816.846,98**	**53.520.092,61**	**–**	**257.617.334,50**
Aumento de capital	90.000,00	–	–	–	(90.000,00)	–
AFAC - Adiantamento p/futuro Aumento de capital	–	–	–	–	340.000,00	340.000,00
Constituição de reserva legal	–	–	1.985.683,93	(1.985.683,93)	–	–
Resultado do período	–	–	–	39.713.678,51	–	39.713.678,51
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**198.759.000,00**	**2.611.394,91**	**4.802.530,91**	**91.248.087,19**	**250.000,00**	**297.671.013,01**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em R$

Fluxo de Caixa das Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	**39.713.678,51**	**46.669.786,69**
Depreciação	383,25	–
Resultado da equivalência patrimonial	(40.097.069,89)	(46.692.170,54)
Variações nos ativos e passivos	**22.607,13**	**(5.866,15)**
(Aumento) redução em aplicações financeiras	(2.360,51)	(5.864,44)
(Aumento) redução em outros créditos	(32,36)	(1,71)
Aumento (redução) em fornecedores	25.000,00	–
Disponibilidades liquidas geradas na operação	**(360.401,00)**	**(28.250,00)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**360.401,00**	**28.250,00**
Partes relacionadas	25.000,00	250,00
Imobilizado	(4.599,00)	–
Adiantamento p/futuro Aumento de capital	340.000,00	28.000,00
Variação no fluxo de caixa e equivalentes	**–**	**–**
Caixa e equivalentes no início do exercício	–	–
Caixa e equivalentes no final do exercício	–	–
Variação no caixa e equivalentes	**–**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

A **TUTTO Investimentos S/A** ("Sociedade" ou "Tutto") sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 01 de junho de 2021, tendo como objeto a participação societária em outras empresas como sócia ou acionista. Está sediada na Av. Nove de Julho, 5.599 - conj. 23 - Jardim Paulista - São Paulo/SP. As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com a legislação societária brasileira, segundo a premissa de continuação dos negócios da Sociedade em curso normal no Brasil. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade. Capital social da Sociedade é composto por 198.759.000 ações ordinárias (198.669.000 em 2022) no montante de R$ 198.759 mil (R$ 198.669 mil em 2022), todas integralizadas. Através da 4ª Alteração do Contrato Social, realizada em 21 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado: I - Aumento de capital mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no valor de R$ 3 mil, com a emissão de 3.000 quotas, passando o capital social para R$ 198.641 mil, representado 198.641.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00; II - Transformação da Sociedade empresária Limitada em Sociedade Anônima, com alteração da denominação social para TUTTO INVESTIMENTOS S/A.; III - Conversão das quotas em Ações Ordinárias; IV - Aprovação do Estatuto Social da Sociedade; e, V - Eleição e Posse da Diretoria. A AGE de 29 de outubro de 2022, deliberou e aprovou: I - Alteração da composição da Diretoria, passando para até 3 (três) membros; e, II - Aumento de capital mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no valor de R$ 28 mil, com a emissão de 28.000 novas ações, passando o capital social para R$198.669 mil, representado 198.669.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 23 de agosto de 2023, por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no valor de R$90 mil, com a emissão de 90.000 novas ações, passando o capital social para R$198.759 mil, representado 198.759.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Reserva de lucros é representada por lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores e será objeto de deliberação societária posteriormente. AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital está representado por valores recebidos no exercício de 2023 dos acionistas, no montante de R$ 340 mil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade que declara que reviu, discutiu e concordou com as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e foi autorizada para publicação em 19 de fevereiro de 2024.

São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2024

A Administração

Adilson Joaquim Pereira - Responsável Técnico - CRC 1SP151.058/O-0

SAÚDE

Prefeitura de SP abre pequenos laboratórios de análises em UPAs

A Prefeitura de São Paulo entregou à população unidades de saúde dotadas de laboratório para análise dos materiais coletados de pacientes: um na UPA Vera Cruz, localizada na região do Jardim Ângela, na zona sul da capital, e outro na UPA Rio Pequeno, na Zona Oeste, inaugurada na semana passada

A UPA Vera Cruz foi a primeira a contar com esse "minilab", que representa mais agilidade do atendimento aos pacientes. A unidade de análises clínicas começou a funcionar no último dia 15 de abril. O laboratório da UPA Rio Pequeno foi construído junto com a unidade, inaugurada no dia 25.

Instalado em um contêiner anexo à Unidade de Pronto Atendimento Vera Cruz, o minilab, que funciona 24h, possui uma área de 18 metros quadrados e conta com uma equipe de oito biomédicos. A estrutura dá conta de cerca de 30 tipos de exames entre os mais comumente solicitados para múltiplas hipóteses diagnósticas, como hemograma, urina e exames bioquímicos (sódio, potássio, ureia, creatinina, entre outros). Hoje, eles representam cerca de 90% da demanda da unidade.

Com o minilab, os resultados saem em menos de duas horas, o que possibilita à equipe médica dar o encaminhamento necessário aos pacientes – seja alta, medicação, internação ou outro -, com maior agilidade. Sem a estrutura interna, este tempo de espera estava condicionado às coletas das amostras por motoboys, que os levavam para um laboratório externo. Uma amostra tirada do paciente depois das 13h, por exemplo, só era coletada às 16h. De acordo com Patricia Meire Caravante Gaia, gestora da UPA, o equipamento representou uma redução de 2/3 do tempo.

MEZ 7 Energia S.A.

CNPJ nº 43.394.153/0001-73

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**8.274**	10.251
Caixa e equivalentes de caixa	4	**7.986**	10.134
Tributos e contribuições a compensar		**221**	2
Outros ativos circulantes		**67**	115
Ativo contratual	5	**3.517**	5.702
Total do ativo não circulante		**3.517**	5.702
Total do ativo		**11.791**	15.953

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante		**10.462**	11.292
Fornecedores		**63**	43
Empréstimos e financiamentos	6	**10.329**	10.997
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	150
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		**70**	102
Empréstimos e financiamentos		–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	**104**	169
PIS e Cofins diferidos	7	**128**	208
Total do passivo não circulante		**232**	377
Patrimônio líquido	8	**1.097**	4.284
Capital social		**1.995**	1.846
Prejuízo do exercício		**(3.336)**	–
Reservas de lucros		**2.438**	2.438
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.791**	15.953

Demonstração do resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	9	**2.353**	4.255
Custo de implementação de infraestrutura	10	(915)	(1.334)
Custo de construção e ativo de contrato		(4.458)	–
Resultado bruto		**(3.020)**	2.921
Administrativas e gerais		**(32)**	(27)
Resultado antes do resultado financeiro		**(3052)**	2.894
Receita financeira	12	**–**	887
Despesa financeira	12	**(5)**	(1.191)
		(5)	(304)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(3.057)**	2.590
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	**(344)**	(283)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**65**	(131)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(3.336)**	2.176

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(3.336)**	2.176
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente	**(3.336)**	2.176

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(3.336)**	2.176
Encargos de empréstimos e financiamentos	**1.633**	1.185
Custo de captação	**189**	(188)
PIS e COFINS diferidos	**–**	161
IRPJ e CSLL diferidos	**(65)**	131
	(1.579)	3.465
Aumento/redução nos ativos		
Ativo contratual	**2.105**	(4.416)
Tributos e contribuições a compensar	**(219)**	(2)
Outros créditos	**48**	51
	(1.934)	(4.367)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	**31**	41
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	**(32)**	101
Outras obrigações	**(11)**	–
	(12)	142
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**343**	(760)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	**150**	1.845
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(150)**	(1.135)
Captação de empréstimos e financiamentos	**–**	10.000
Amortização do principal e juros	**(2.490)**	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(2.490)**	10.710
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.148)**	9.950
Caixa e equivalentes no início do exercício	**10.134**	184
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**7.986**	10.134
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.148)**	9.950

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1	–	–	262	263
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.176	2.176
Aumento de capital	8	1.845	–	–	–	1.845
Reserva legal		–	122	–	(122)	–
Reserva lucros a realizar		–	–	2.316	(2.316)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.846	122	2.316	–	4.284
Prejuízo líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**(3.336)**	**(3.336)**
Aumento de capital	8	**150**	**–**	**–**	**–**	**150**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.995**	**122**	**2.316**	**(3.336)**	**1.097**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A MEZ 7 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda, é uma sociedade Limitada, constituída em 02 de setembro de 2021 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, s/nº - Anexo Altura do nº 1761, Conjunto 151, Parte Andar 15 - Indianópolis - São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2021 - ANEEL, datado de 30 de setembro de 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE 500/138 kV Cuiabá Norte - seccionamento das LTs 138 kV - Coxipó - CPA - C1 e C2; • SE 500/138 kV Cuiabá Norte - conexão das 2 Entradas de Linha em 138 kV (3). Atualmente a Companhia se encontra em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A previsão de entrada em operação é março de 2025. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$12.515 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. **Capital Circulante Líquido - CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo de R$ 2.188 (em 31 de dezembro de 2022, R$1.041) os principais fatores deste cenário se deram em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, os adiantamentos de futuro aumento de capital que serão integralizados nos exercícios seguintes e os fornecedores em aberto. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do contrato de concessão, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia se encontra em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **1.2. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de abril de 2024. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Contabilização de contratos de concessão (Nota 5): Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,9%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos e financiamentos. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo

MEZ 8 Energia S.A.

CNPJ nº 40.215.450/0001-16

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**1.800**	3.282
Caixa e equivalentes de caixa	4	**146**	1.449
Partes relacionadas	10	**800**	653
Tributos e contribuições a compensar		**27**	22
Outros ativos circulantes		**827**	1.158
Não circulante		**60.250**	40.619
Ativo contratual	5	**60.250**	40.619
Total do ativo		**62.050**	43.901

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31/12/2021		**24.398**	**332**	**6.297**	**–**	**–**	**31.027**
Lucro líquido do exercício	9	–	–	–	4.116	–	4.116
Aumento de capital		3.625	–	–	–	–	3.625
Reserva legal	9	–	206	–	(206)	–	–
Reserva lucros a realizar	9	–	–	3.910	(3.910)	–	–
Saldos em 31/12/2022		**28.023**	**538**	**10.207**	**–**	–	**38.768**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**3.443**	–	**3.443**
Aumento de capital		**1.200**	**–**	**–**	**–**	–	**1.200**
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.700**	**3.700**
Reserva legal	9	**–**	**172**	**–**	**(172)**	**–**	**–**
Reserva lucros a realizar	9	**–**	**–**	**3.271**	**(3.271)**	**–**	**–**
Saldos em 31/12/2023		**29.223**	**710**	**13.478**	**–**	**3.700**	**47.111**

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante		**10.952**	2.445
Fornecedores	6	**10.922**	–
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		**1**	3
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	**–**	2.400
Outros passivos circulantes		**29**	42
Não circulante		**3.987**	2.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**1.788**	1.205
PIS e COFINS diferidos	8	**2.199**	1.483
Patrimônio líquido		**47.111**	38.768
Capital social	9	**29.223**	28.023
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	**3.700**	–
Reserva de lucros		**14.188**	10.745
Total do passivo e patrimônio líquido		**62.050**	43.901

Demonstração do resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	11	**18.914**	10.719
Custo de implementação de infraestrutura	12	**(14.845)**	(6.206)
Lucro bruto		**4.069**	4.513
Administrativas e gerais		**(30)**	(42)
		(30)	(42)
Lucro antes do resultado financeiro		**4.039**	4.471
Receita financeira		**–**	10
Despesa financeira		**–**	(10)
		–	–
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**4.039**	4.471
Imposto de renda e contribuição social corrente		**(13)**	(25)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	**(583)**	(330)
Lucro do líquido do exercício		**3.443**	4.116

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**3.443**	4.116
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**3.443**	4.116

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.443**	**4.116**
PIS e COFINS diferidos	717	406
IRPJ e CSLL diferidos	583	330
	4.743	**4.852**
Redução nos ativos		
Ativo de contrato	(19.631)	(11.125)
Tributos e contribuições a compensar	(6)	(22)
Partes relacionadas	(147)	(653)
Outros ativos	330	3.044
	(19.454)	**(8.756)**
Aumento nos passivos		
Fornecedores	10.922	(561)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2)	(18)
Partes relacionadas	–	(303)
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.700	–
Outros passivos circulantes	(12)	27
	14.608	**(855)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(103)**	**(4.759)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	1.200	3.625
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.400)	2.400
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(1.200)**	**6.025**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.303)**	**1.266**
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.449	183
Caixa e equivalentes no fim do exercício	146	1.449
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.303)**	**1.266**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A MEZ 8 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T2 Transmissora e Participações S.A., que possui como controladora do grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída em 29 de dezembro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, s/nº - Anexo Altura do nº 1753, andar 15, Sala 3 Parte - Indianópolis - São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 6/2021 - ANEEL, datado de 31 de março 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE 345 kV São Miguel; LTs 345 kV Norte - São Miguel C1 e C2; • LTs 345 kV São Miguel - Ramon Reberte Filho C1 e C2. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A previsão de entrada em operação é março de 2026. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$42.500 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da Concessão. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos. Capital Circulante Líquido - CCL: A companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo de R$ 9.152 (capital circulante líquido positivo de R$ 837 em 31 de dezembro de 2022). Os principais fatores deste cenário se deu em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, e os fornecedores em aberto. Nesse contexto, a visão da Companhia é de que, seguindo o cronograma de projetos de energia além do iminente início da operação comercial das transmissoras, serão avaliadas as possibilidades a seguir: (i) emissão de novas dívidas de longo prazo e quitação dos empréstimos ponte de curto prazo, (ii) realização da gestão de caixa, realizando a equalização de capital dentro das Companhias do grupo para fins de cumprimento das obrigações com os devedores e (iii) aportes dos acionistas se necessário. A Administração considera que com o sucesso da implementação destas ações e início da operação e geração de receita, possui capacidade de continuar operando. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **1.2. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de abril de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 7,5%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração*: Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados caixa e equivalentes de caixa, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*: Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros*: A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa de desconto de 7,5% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.9. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.11. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.12. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.13. Novas normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB: 3.13.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **3.13.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

CEO
Mauricio Zarzur

Diretor
Thiago Pereira Gontad

Contador
Pablo Fernandes da Silva - CRC: 1SP 292416/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **MEZ 8 Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 8 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 17 de abril de 2023, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

SeenemarRJ busca integrar empresas para conscientizar sobre energia nuclear

A Secretaria Estadual de Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro (Seenemarrj) realizou reunião no Palácio Guanabara, em Laranjeiras, na Zona Sul da capital fluminense, com especialistas e representantes de energia nuclear.

O encontro, comandado por João Leal, coordenador de Energia Nuclear da Seenemarrj, teve como objetivo integrar empresas e órgãos ligados ao tema, para traçar uma estratégia visando a conscientização da sociedade civil sobre a importância da energia nuclear para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

O grupo de trabalho criado pela SeenemarRJ discorreu sobre medidas como uso de redes sociais e eventos que possam desmistificar o papel do uso de energia nuclear como um 'vilão '. Os envolvidos farão reuniões mensais, para que o trabalho tenha como resultado uma comunicação integrada, e possa atingir todas as camadas da sociedade, com informações verdadeiras e precedentes.

"Logramos êxito em nossa reunião exordial hoje, não há qualquer dúvida quanto a isso. Conseguimos reunir as principais empresas e entidades do setor nuclear, nas pessoas dos seus colaboradores de comunicação, com o intuito de organizar um plano integrado. Foram apenas duas ausências justificadas, ABDAN e CNEN, o que evidencia o sucesso suscitado. Energia limpa e empregabilidade, além das diversas aplicações do nosso setor, além da geração de energia que não emite carbono, serão tônicas recorrentes da nossa boa empreitada", ressalta João Leal.

Divulgação

O encontro reuniu especialistas e representantes do setor de energia nuclear no Palácio Guanabara, sede do governo do RJ

"O Estado do RJ agradece, afinal de contas, o parque fabril, de forma majoritária, encontra-se aqui sediado. Os desafios e oportunidades são gigantes. A retomada das obras de Angra 3 que pode gerar mais de 17 mil empregos em nosso Estado é um desafio, participações, de forma integrada, tanto no G20 como na COP 30 são excelentes oportunidades de mostrarmos ao mundo que também somos nucleares. Seguiremos em frente de forma integrada onde o protagonista eh o setor", completa Leal. Participantes do evento da SeenemarRJ.

Participaram do encontro representantes da Eletronuclear, Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), Marinha do Brasil, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep), Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), Instituto de Ciências Náuticas (ICN), Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

A International Nuclear Atlantic Conference – INAC 2024 – é considerada o evento que congrega o maior número de participantes envolvidos em atividades relacionadas à energia nuclear. Sua 11ª edição acontece no período de 6 a 10 de maio, no Rio de Janeiro e terá como tema "Energia Nuclear: Garantindo Energia, Saúde e Alimentação".

A INAC 2024 congrega três outros eventos interligados e relacionados à energia nuclear: o XIII Encontro de Física de Reatores e Termohidráulica (XXIII ENFIR), o XVI Encontro de Aplicações Nucleares (XVI ENAN) e o VIII Encontro da Indústria Nuclear (VIII ENIN).

Completam as atividades programadas para a conferência o XJR. Poster, sessão de pôsteres elaborados por alunos da graduação com supervisão de pesquisadores, e a 11ª ExpoINAC, mostra de estandes com participação de empresas e institutos da área nuclear e correlatas.

O evento é promovido pela Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e tem o IPEN-CNEN com intensa participação na organização. A coordenação do XXIII ENFIR, com ênfase na área de reatores nucleares, é do físico Frederico Genezini, gerente do Centro do Reator de Pesquisa do IPEN-CNEN. A pesquisadora do Centro de Tecnologia das Radiações, a também física Carmen Bueno, coordena o XVI ENAN que abordará em sua programação não só as aplicações da energia nuclear em saúde, preservação de patrimônio cultural, indústria e meio ambiente, mas temas relacionados à metrologia das radiações e resíduos radioativo, entre outros.

O deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Nuclear Julio Lopes (Progressistas – RJ) quer incluir a fonte como combustível limpo no Programa de Aceleração de Transição Energética, aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados. O PL ainda tramitará no Senado, onde ele espera que a ideia prospere. De acordo com Lopes, a proposta foi derrotada na Câmara, mas ele acredita em reversão. "Vamos precisar de organização e união", avisa Julio Lopes, que participou da abertura do Nuclear Summit, realizado no Rio de Janeiro, em abril deste ano.

Segundo o deputado, o governo orientou a votação contra a inserção, o que influenciou o resultado. Houve ainda uma descoordenação da bancada fluminense. Lopes lembrou que a atividade nuclear está baseada no Rio de Janeiro, o que deveria ter se transformado em votos. Ainda de acordo com Lopes, não é concebível o governo votar contra algo que várias nações do mundo estão fazendo, que é aumentar a capacidade da fonte.

Ele lembra que essa delimitação impede a fonte de pleitear por mais recursos e acessar fundos, como os da Finep – cujo presidente, Celso Pansera, também participou da abertura do evento – uma vez que o governo só poderá financiar o que está dentro da lei. "Não haverá recursos para o setor nuclear se a lei não considerar como energia limpa", aponta.

Para o deputado, quando se fala em não concluir a usina de Angra 3, na realidade está se discutindo descontinuar o Programa Nuclear Brasileiro. Segundo ele, o PNB é um projeto integrado e a nova usina atua como uma espécie de nave-mãe. O desconhecimento da sociedade e de autoridades sobre a fonte também foi salientado pelo parlamentar. "Não temos uma sociedade formada e instruída sobre o que é a importância do nosso setor nuclear", criticou.

MEZ 10 Energia S.A.

CNPJ nº 43.394.276/0001-04

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**3.275**	10.096
Caixa e equivalentes de caixa	4	**2.997**	10.002
Tributos e contribuições a compensar		**226**	5
Outros ativos circulantes		**52**	89
Não circulante		**3.030**	2.604
Ativo de Contrato	5	**3.030**	2.604
Total do ativo		**6.305**	12.700

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Legal	Reserva de Lucros	Lucros/prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**1**	**6**	**112**	**(1)**	**119**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	225	225
Aumento de capital	9	995	–	–	–	995
Reserva legal		–	11	–	(11)	–
Reserva lucros a realizar		–	–	214	(214)	–
Saldos em 31/12/2022		**995**	**17**	**326**	**–**	**1.339**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(538)	(538)
Absorção de lucros		–	(17)	(326)	343	–
Saldos em 31/12/2023		**995**	**–**	**–**	**(195)**	**801**

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante		**5.303**	**11.189**
Fornecedores		**83**	86
Empréstimos e financiamentos	6	**5.164**	10.997
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		**27**	106
Outros passivos circulantes		**29**	–
Não circulante		**201**	172
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**90**	77
PIS e COFINS diferido	7	**111**	95
Patrimônio líquido		**801**	1.339
Capital social	8	**996**	996
Prejuízos acumulados		**(195)**	343
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.305**	12.700

Demonstração do resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	10	**411**	1.554
Custo de implementação de infraestrutura	11	**(705)**	(666)
Resultado bruto		**(294)**	888
Administrativas e gerais		**(32)**	(26)
Resultado antes do resultado financeiro		**(326)**	862
Receita financeira	12	**–**	882
Despesa financeira	12	**(11)**	(1.189)
		(11)	(307)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(337)**	555
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	**(188)**	(282)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	**(13)**	(48)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(538)**	225

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(538)**	225
Total do resultado abrangente do exercício	**(538)**	225

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**(538)**	**225**
Encargos de empréstimos e financiamentos	1.249	1.185
PIS e COFINS diferidos	16	59
IRPJ e CSLL diferidos	13	48
	741	**1.518**
Aumento nos ativos		
Adições ativo de Contrato	(427)	(1.613)
Impostos a recuperar	(221)	(5)
Outros ativos	37	37
	(611)	**(1.581)**
Aumento nos passivos		
Fornecedores	8	(354)
Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas	(79)	106
Outras obrigações	18	–
	(53)	**(248)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**77**	**(311)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	–	995
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(545)
Custo de captação	–	(189)
Captação de Empréstimos	–	10.000
Amortização do principal e juros	(7.082)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(7.082)**	**10.261**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(7.005)**	**9.950**
Caixa e equivalentes no início do exercício	10.002	52
Caixa e equivalentes no fim do exercício	2.997	10.002
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(7.005)**	**9.950**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A MEZ 10 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade Limitada, constituída em 02 de setembro de 2021 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N - Anexo Altura do nº 1761 Conjunto 151 Parte Andar 15 - Indianópolis - São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 15/2021 - ANEEL, datado de 30 de setembro de 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE 50SE 230/88 kV Dom Pedro I: Atualmente, a Companhia se encontra em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A previsão de entrada em operação é março de 2025. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 9.939 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do contrato de concessão, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia se encontra em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **Capital Circulante Líquido - CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido de R$ 2.028 (em 31 de dezembro de 2022, de R$1.093) os principais fatores deste cenário se deram em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, os adiantamentos de futuro aumento de capital que serão integralizados nos exercícios seguintes e os fornecedores em aberto. A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos. Nesse contexto, a visão da Companhia é de que seguindo o cronograma de projetos de energia além do iminente início da operação comercial das transmissoras, será avaliado as possibilidades a seguir: (i) emissão de novas dívidas de longo prazo e quitação dos empréstimos ponte de curto prazo, (ii) realização da gestão de caixa, realizando a equalização de capital dentro das Companhias do grupo para fins de cumprimento das obrigações com os devedores e (iii) aportes dos acionistas se necessário. A Administração considera que com o sucesso da implementação destas ações e início da operação e geração de receita, possui capacidade de continuar operando. Este é o ciclo padrão de mercado para uma empresa do ramo de transmissão de Energia e já está contemplado no modelo da companhia. **1.2. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **1.2. Encargos regulamentares:** Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 24 de abril de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,9 %. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Determinação das receitas de implementação da infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: i) *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. a) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.8. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 8,4% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.9. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.11. Impostos sobre a receita:** a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.12. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.13. Novas normas e interpretações: 3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Loc

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E3E2-AF7C-3EB4-7EB8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E3E2-AF7C-3EB4-7EB8

Hash do Documento

5DD255364BD6CB089C193B82A87BA7CA0169E4174966880A720820CF81D96404

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 30/04/2024 02:53 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03